

POR DENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Rosana Baeninger
(organizadora)

Autores

Alberto Augusto Eichman Jakob
Érica Masanet Rippol
Gabriela Camargo de Oliveira
Gisele Maria Ribeiro de Almeida
Katiane Tatie Shishito
Lilian Silva do Amaral Suzuki
Luís Felipe Aires Magalhães
Patrícia Tavares de Freitas
Roberta Guimarães Peres
Rodrigo Fessel Segal
Rosana Baeninger
Szilvia Simai Miareli Mesquita



POR DENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO



MIGRAÇÃO INTERNACIONAL



Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

Reitor

Fernando Ferreira Costa

Vice-Reitor

Edgar Salvadori de Decca

Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário

Roberto Rodrigues Paes

Pró-Reitor de Pesquisa

Ronaldo Aloise Pilli

Pró-Reitor de Graduação

Marcelo Knobel

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Euclides de Mesquita Neto

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

João Frederico da Costa Azevedo Meyer

Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (COCEN)

Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano

Unidades/Órgãos envolvidos na publicação:

Núcleo de Estudos de População (NEPO)

Coordenação: Estela Maria Garcia Pinto da Cunha

OBSERVATÓRIO DAS
MIGRAÇÕES EM
SÃO PAULO
FASES E FACES DO FENÔMENO
MIGRATÓRIO NO ESTADO DE
SÃO PAULO



POR DENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

OBSERVATÓRIO DAS
MIGRAÇÕES EM
SÃO PAULO
FASES E FACES DO FENÔMENO
MIGRATÓRIO NO ESTADO DE
SÃO PAULO



MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

Rosana Baeninger

(Organizadora)

Núcleo de Estudos de População (NEPO) – UNICAMP
Av. Albert Einstein, 1300 – CEP: 13081-970 – Campinas – SP – Brasil
Fone: (19) 3521 5913 – Fax: (19) 3521 5900
www.nepo.unicamp.br

Apoio

Projeto: Observatório das Migrações em São Paulo
FAPESP – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Organização e Revisão final

Rosana Baeninger

Comitê de Publicação:

Rosana Baeninger
Roberta Peres

Colaboração

Maria Ivonete Z. Teixeira

Projeto Gráfico e Diagramação

Traço Publicações e Design
Flávia Fábio e Fabiana Grassano

Ficha catalográfica

Adriana Fernandes

Ficha catalográfica

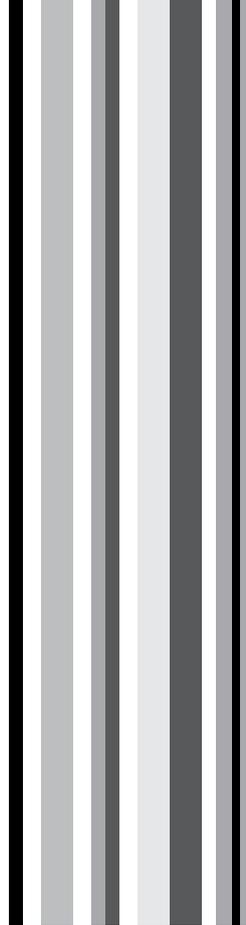
Migração internacional / Rosana Baeninger (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013.

256p.

(Por Dentro do Estado de São Paulo – Volume 9)

ISBN 978-85-88258-36-5

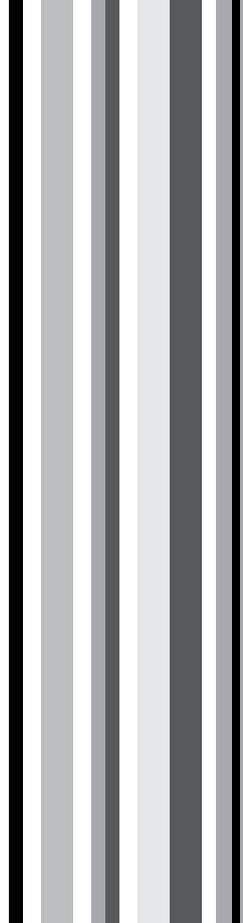
1. Migração internacional. I. Baeninger, Rosana (Org.). II. Título. III. Série.



SUMÁRIO

Apresentação	7
Notas acerca das migrações internacionais no século Rosana Baeninger	9
Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais Gisele Maria Ribeiro de Almeida e Rosana Baeninger	23
Remessas e migrações internacionais: elementos teóricos Luís Felipe Aires Magalhães	35
Migration studies and discourse analysis: a promising marriage Szilvia Simai e Rosana Baeninger	65
Bolivianos(as) por entre oficinas de costura na cidade de São Paulo: novos aspectos da dinâmica migratória no século 21 Patrícia Tavares de Freitas	77
Efeitos indiretos da migração internacional: a segunda geração de bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo Gabriela Camargo de Oliveira	103
Mulheres na fronteira: imigração e gênero Roberta Guimarães Peres	115

A migração internacional na Amazônia Legal brasileira e na metrópole de São Paulo nos anos 2000	137
Alberto Augusto Eichman Jakob	
Política Migratória, Seletividade e Gênero: apontamentos da pesquisa de campo em Toronto – Canadá	161
Rodrigo Segal	
Brasileiros no Japão: a nova face do movimento <i>dekassegui</i> no século 21	183
Katiani Tatiane Shishito	
Arranjos domésticos e familiares entre brasileiros no Japão	193
Lilian Suzuki e Katiani Tatiane Shishito	
Circulação estudantil e imigração brasileira na França	205
Gisele Maria Ribeiro de Almeida	
Brasileiros na Espanha: os impactos laborais da crise econômica no mercado de trabalho dos imigrantes	223
Erika Masanet e Rosana Baeninger	
The concept of loss in transnational migration	243
Szilvia Simai e Rosana Baeninger	
Sobre autores 253	



APRESENTAÇÃO

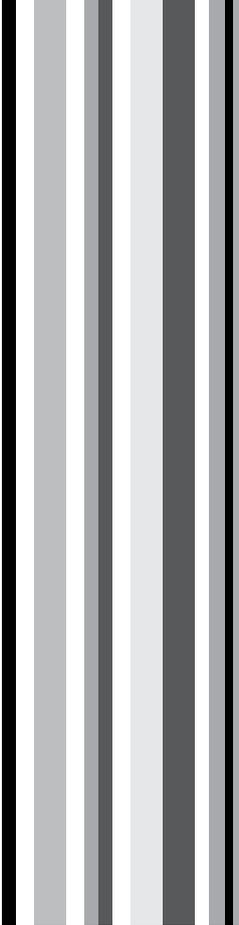
A compreensão das migrações internacionais recentes para e do Brasil traz desafios teórico-metodológicos referentes à configuração do processo migratório, sua evolução, características, teorias, volumes, perfil, modalidades (Kritz e Zlotnik, 1992). A migração como um processo que se desenvolve no tempo e no espaço é um evento renovável, e reversível, portanto, não se trata de considerar apenas esse processo como uma transferência de contingentes populacionais de um lugar para o outro - para toda a vida (Domenach e Picouet, 1990); remete, portanto, a processos que cortam e entrelaçam Estados-nação (Wimmer e Glick-Schiller, 2003).

Nesse sentido, a *Coleção Por dentro do Estado de São Paulo* - neste volume *Migrações Internacionais* - apresenta um mosaico de situações referentes às migrações internacionais contemporâneas. Busca compreender as relações entre os lugares da migração, a importância das redes sociais ao longo do processo, as conexões realizadas pelos grupos imigrantes em seus espaços migratórios nacionais, internacionais e transnacionais.

Os textos aqui apresentados resultam do olhar atento da pesquisa *Observatório das Migrações em São Paulo* (NEPO/UNICAMP) privilegiando os aspectos conceituais e revisitados sobre as teorias migratórias; os desafios interdisciplinares; os fluxos selecionados de imigrantes latino-americanos para São Paulo e para a fronteira brasileira; as emigrações de brasileiros. O conjunto dessa produção permite identificar as articulações entre setor de atividade e inserção de mão de obra imigrante, onde a divisão internacional do trabalho tal como se configura na atualidade resulta na criação de novos processos migratórios (Sassen 1988) e na conformação espacial e local do fenômeno migratório internacional (Burrawoy, 2000; Tarrius, 2002).

O esforço da equipe de pesquisa, para o entendimento dos processos migratórios internacionais, se expressa na diversidade de temas tratados nesta Coletânea, possibilitando ampliar o conhecimento teórico e empírico das migrações internacionais e suas relações com remessas, gênero, etnicidade, seletividade, fronteira, circulação estudantil, política migratória, dentre outras.

Rosana Baeninger
IFCH/NEPO-UNICAMP
Coordenadora do Projeto Temático
Observatório das Migrações em São Paulo



NOTAS ACERCA DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO 21

Rosana Baeninger

As migrações internacionais no século 21 adquirem, cada vez mais, papel importante no cotidiano social, nos mercados de trabalho, nas sociedades de chegada e de partida, nos fluxos financeiros, na mobilidade da força de trabalho (Sassen, 1998) e na vida de populações imigrantes. É parte integrante do desenvolvimento (De Hass, 2010) e reflete e é refletido na divisão internacional do trabalho. A diversidade de situações migratórias locais, regionais, internacionais recodifica a complexidade do fenômeno, não sendo possível nos pautarmos apenas no dinamismo econômico em escala nacional e nos fatores *pull-push* (Sales e Salles, 2002; De Hass, 2010).

Os movimentos migratórios internacionais no Brasil, nos anos 2000, reforçam a tendência de configuração de espaços da migração, com a necessidade de diferentes olhares para as escalas e arranjos transnacionais aonde esses fluxos se processam, seus sentidos e repercussões dentro e fora das fronteiras territoriais.

Ou seja, é preciso – além de identificar as modalidades migratórias ou os “novos” rumos da migração internacional - buscar incluir as dimensões espaciais em que o fenômeno migratório opera em suas diferentes escalas territoriais (Vainer, 2002; Brandão, 2007); do nacional ao internacional, do local ao global.

Vainer (2002 p.25) afirma

o entendimento de que os processos econômicos, políticos, sociais culturais têm dimensões escalares não podem conduzir à reificação das escalas, como se estas antecedessem e contivessem (como um receptáculo) os processos. O que temos são processos com suas dimensões escalares, quase sempre transescalares (haverá ainda hoje algum processo social relevante cuja compreensão e modificação seja possível através de uma análise ou intervenção uniescalar?)

Desse modo, considero que, para a análise das migrações internacionais, a própria construção do fenômeno social em sua articulação escalar transnacional redefine conceitos e perspectivas teóricas explicativas. A complexidade e a diversidade do processo de redistribuição

da população em âmbito mundial têm apontado para a necessidade de se recuperar e incorporar, aos estudos sobre migração internacional, o debate atual acerca: 1) dos processos de reestruturação produtiva e sua reestruturação urbana, 2) do Estado-nação e as migrações internacionais, e, 3) da relação migração e desenvolvimento. Esses três pontos se interconectam e se sobrepõem na busca de ampliação do entendimento das migrações internacionais contemporâneas.

Como afirma De Hass (2010)

we need to see migration as (1) a process which is an integral part of broader transformation processes embodied in the term “development”, but (2) also has its internal, self-sustaining and self-undermining dynamics, and (3) impacts on such transformation processes in its own right. This contextuality has important theoretical implications. Because migration is not an exogenous variable, but an integral part of wider social and development processes, the development impacts of migration are also fundamentally heterogeneous (Hass, 2010 p. 2)

As recentes transformações do capitalismo no contexto internacional são expressas através da reestruturação produtiva (Harvey, 1992), com mudanças no cenário urbano mundial (Sassen, 1988). O palco dessas transformações iniciou-se com as grandes concentrações metropolitanas ainda no final do século 20 (Benko e Lipietz, 1994; Sassen, 1998), se reforçando por todo o sistema de cidades no século 21. Elemento constituinte desse processo refere-se aos novos imigrantes internacionais.

A história da imigração se vincula à expansão do capitalismo (Braudel, 1987) com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional. No contexto atual, é importante destacar que esse excedente populacional corresponde às necessidades geradas tanto na área de origem como na área de destino (Baeninger, 2012), compondo um movimento transnacional, que acompanha o capital e a inserção das localidades na divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional.

O processo de reestruturação produtiva em âmbito internacional tem contribuído, em nível nacional, regional e local, para a configuração de espaços urbanos selecionados (Sassen, 1988). São nesses espaços que o processo de reestruturação urbana empresta novas feições às cidades, as quais se conectam em diferentes escalas (Sassen, 2010) e por variados “mecanismos de desencaixes” (Giddens, 1991).

Tais espaços têm apresentado transformações significativas em termos econômicos, políticos e sociais em um esforço de inserção nessa dinâmica global. Modificaram-se as formas e os processos urbanos até então vigentes nas cidades; intensificou-se a velocidade das transformações tecnológicas; as cidades pequenas e de porte médio passaram a constituir uma importante fatia do dinamismo regional; mudaram a direção e o sentido dos fluxos migratórios nacionais e internacionais.

Esse cenário traz novos contornos às cidades, onde a compreensão dos fenômenos locais pressupõe o entendimento dos fenômenos regionais, metropolitanos e aqueles em âmbito mundial (Castells, 1999; Sassen, 1988; Harvey, 1992); trata-se, portanto, de diversificados movimentos migratórios internacionais e suas interpretações no âmbito local, regional, nacional e global.

O surgimento de rearranjos nas funções urbanas das cidades, em termos de atividades econômicas e de redistribuição espacial da população, constitui elemento fundamental no fortalecimento de economias regionais que se articulam em diferentes níveis escalares (Brandão, 2007).

A reestruturação urbana articula-se à reorganização econômica mundial, refletindo os impactos territoriais do processo de reestruturação produtiva. A configuração das migrações internacionais, no século 21, constitui também um dos elementos e produção desses impactos

territoriais, revelando nexos transescalares. Isto porquê a reestruturação produtiva não se limita à dimensão econômica (Castells, 1999); ao mesmo tempo transformam-se as dimensões sociais, políticas, culturais e espaciais (Harvey, 1992). Assim, as novas formas do espaço denunciam a dinâmica econômica atual e representam redes de lugares (Santos, 1997), espaço de fluxos (Castells, 1999), cidades globais (Sassen, 1988) ou rede de distritos (Benko, 1996) no contexto da dinâmica econômico-urbana em nível global.

A contextualização e o entendimento do processo de reestruturação urbana atual remete, por sua vez, às transformações recentes da economia em âmbito internacional e a nova divisão social do trabalho.

Desde os anos 80 observam-se os primeiros sinais do advento de um novo período de desenvolvimento do capitalismo, fundado numa flexibilidade crescente tanto no nível econômico como no social (Benko, 1996:28).

Desse modo, o elemento central da reestruturação econômica está calcado sob as novas formas de flexibilização da produção e sob a transformação vigorosa nos serviços de coordenação financeira, permitindo flexibilizar a forma fordista de acumulação e a dinâmica espacial desse sistema (Harvey, 1992).

No atual processo de reestruturação econômica, a dispersão espacial da produção tornou-se elemento central (Sassen, 1990). A nova fase da acumulação capitalista pressupõe uma intensa mobilidade do capital e da força de trabalho (Sassen, 1988), onde, dentre outros aspectos, a tecnologia da informação (telecomunicações, microeletrônica etc.) confere enorme dinâmica à produção e aos lugares.

Castells (1999) enfatiza que a economia internacional, as novas tecnologias de informação e de comunicação e a constituição de poderosas organizações transnacionais, ligadas por redes subordinadas e descentralizadas, são fatores decisivos no processo que dá sentido estrutural a cada território em um contexto mais amplo.

Assim, a dimensão territorial constitui elemento fundamental do desenvolvimento atual¹. Gottdiener (1993:59) resume

apesar das diferenças, as perspectivas sobre a reestruturação compartilham uma característica comum: a afirmação de que as recentes mudanças no capitalismo, provocadas pela crise, especialmente a partir de 1970, são responsáveis pela reorganização das estruturas espaciais urbanas e das relações entre as cidades no sistema urbano. Apesar das divergências teóricas, a vinculação do capital, nas atuais condições de crise, às mudanças socioespaciais que reestruturam o ambiente urbano continua sendo o traço comum das obras recentes.

O processo global de reestruturação das atividades econômicas implica em transformações significativas para países centrais e periféricos, representando enormes alterações nas estruturas sociais, urbanas, políticas e culturais no âmbito nacional e internacional (Sassen, 1988). Destaca-se no processo de reestruturação produtiva, em suas diferentes abordagens, a compreensão das metrópoles como as 'regiões ganhadoras' (Benko e Lipietz, 1994) dos fluxos de capitais no âmbito da economia global. De fato, é essa concentração territorial hegemônica que se volta para o mundo globalizado, contudo permanece o papel redesenhado dessas localidades no contexto nacional.

As cidades representam lugares específicos, espaços da estrutura social, da dinâmica interna e da nova ordem global [...] as estruturas-chaves da economia mundial estão necessariamente situadas nas cidades (Sassen, 1990: 4).

¹ Veja-se, dentre outros autores: Castells, 1989; Gottdiener, 1993; Benko, 1996; Santos, 1997; Scott (1994); Storper e Harrison (1994).

As dinâmicas nacionais e globais não são excludentes, afirma Sassen (2010); a autora completa analisando que as relações entre o local e o global podem ocorrer de múltiplas formas, sem que haja uma hierarquia entre os níveis. É nesse sentido, que as migrações internacionais no Brasil deve ser analisada como elemento que reflete e compõe esse movimento de reestruturação nos contextos urbanos, com a configuração de espaços marcados como o lugar da produção (Sassen, 1980, 1990) e da conseqüente expansão da produção terceirizada em diferentes espaços locais (Sassen, 2010).

É importante reter aqui que a partir desses lugares inseridos na lógica da produção global se desencadeia uma nova configuração migratória internacional e nacional, com diversas modalidades de fluxos (incluindo-se os movimentos migratórios de refugiados) e com a constituição e utilização dos espaços como recurso para a reprodução social dos contingentes imigrantes envolvidos (Tarrius, 2001).

A diversidade crescente de situações migratórias e de modalidades de deslocamentos populacionais dentro do processo de reestruturação produtiva tem diferentes interpretações em função de suas articulações escalares. As mudanças advindas do processo de reestruturação produtiva alteraram significativamente a relação das cidades na economia internacional (Sassen, 1990) e, portanto, a necessidade/demanda por força de trabalho para essa etapa da dinâmica econômica dependerá da ligação dos espaços da produção na economia globalizada.

De acordo com Harvey (1992 p. 266) “a produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações”. Isto faz diferença para os processos migratórios internacionais atuais no Brasil e suas direções, significados, permanências.

Sassen (1990) analisa que a estrutura ocupacional do crescimento industrial da reestruturação da produção é caracterizada pela concentração locacional dos principais setores da indústria juntamente com a polarização ocupacional, contribuindo para o crescimento de um estrato de alta renda e um estrato, bastante grande, de trabalhadores de baixa renda. Os efeitos sociais dessa nova forma econômica, voltada para o mercado mundial, destaca a autora, refletem-se no aumento da pobreza nessas cidades, no subemprego, no crescimento de trabalhos feito em casa e em indústrias domésticas; tais efeitos compõem o crescimento do complexo industrial orientado para a economia global, onde as necessidades internas da cidade e das condições de vida de seus cidadãos estão longe de ser contemplados.

As conexões criadas pela internacionalização econômica vão desde *offshoring* da produção e o estabelecimento de uma agricultura orientada para exportação por meio de investimentos estrangeiros [...] o desenvolvimento da agricultura comercial e da manufatura padronizada orientada para a exportação deslocou economias tradicionais [...] contribuiu para a mobilização de pequenos produtores e produtos artesanais deslocados no sentido de migrações laborais, que inicialmente podem ser internas, mas que se tornam internacionais (Sassen, 2010 p. 122).

a globalização econômica, desse modo, deve ser entendida em suas diversas localizações e não apenas em termos dos processos amplos, abrangentes e de nível macro que dominam a noção vigente. Além disso, devemos enxergar que certas localizações geralmente não são codificadas como parte da economia global. [...] Essas cidades estão assistindo a uma expansão dos empregos mal-remunerados que não se encaixam nas imagens superiores da globalização, mas fazem parte dela (Sassen, 2010 p. 100)

Assim, os efeitos sociais da reestruturação produtiva alcançam cada vez mais espaços nacionais. Considero que à medida que diferentes espaços e suas produções locais passam a responder a uma demanda internacional, indicando seus mecanismos de desencaixe (Giddens, 1991), os movimentos

migratórios nacionais e internacionais mudarão suas interpretações nos diferentes níveis escalares. Por exemplo, a migração de mão de obra qualificada tenderá a ser absorvida pelos centros de excelência em ciência e tecnologia e nos grandes centros industriais-financeiros, em especial o “trabalhador do conhecimento” (Castells, 1999); ao mesmo tempo, se processará a continuidade das entradas e saídas de fluxos migratórios de menor qualificação que possivelmente terão menor permanência em destinos voltados para uma economia global, com a confluência da entrada de imigrantes nacionais e internacionais nesses mesmos espaços (Baeninger, 2011).

À medida que as localidades se inserem na lógica global, as migrações internacionais tenderão a se intensificar, correspondendo à mesma velocidade da mobilidade do capital na contemporaneidade, com a consequente redefinição no papel da migração no desenvolvimento e constituição do mercado de trabalho no país.

É nesse sentido, que o entendimento dos processos migratórios internacionais em um determinado território traz os limites das interpretações baseadas no “nacionalismo metodológico” (Wimmer e Glick-Schiller, 2003); Guarnizo et al, 2003) ou, como define Sassen (2010), do “estatismo enraizado” diante de fenômenos que transitam em campos sociais transnacionais.

Essas análises nos conduzem, portanto, à discussão sobre os limites do “nacionalismo metodológico” (Wimmer e Glick-Schiller, 2003; Guarnizo, 2012) para o entendimento dos processos migratórios nacionais (Baeninger, 2012) e, neste caso, dos movimentos migratórios internacionais. Autores como Appadurai (1996), Urry (1999), Tarrus (2001), Wimmer e Glick-Schiller (2003), Sassen (2010); Guarnizo (2012) apresentam conceitos que transplantam o Estado-nação como o detentor dos processos sociais.

Sassen (2010) entende que o “estatismo enraizado” implica “a correspondência presumida do território nacional com os processos sociais e a implicação associada de que o nacional e o não-nacional são condições mutuamente excludentes” (p.89). A superação metodológica para este limite, segundo a autora, está no estudo das cidades e do lugar no contexto da globalização e, dentre seus efeitos sociais, as migrações internacionais (Sassen, 1990).

A nova divisão internacional do trabalho oferece o eixo da reestruturação econômica, com articulações em nível internacional, nacional e local, o que requer o surgimento de novas espacialidades e o redesenho de fenômenos sociais que historicamente foram construídos no âmbito nacional (Sassen, 2010). O sistema de cidades em nível nacional e suas conexões com a uma hierarquia urbana internacional traz reflexos para a escala nacional no que se referente às migrações internacionais como aponta Sassen (1988). De fato, a dinâmica interna das cidades e regiões constitui elemento fundamental para a configuração das migrações internacionais e seus espaços específicos nas cidades e metrópoles, como no caso da imigração boliviana (Souchaud, 2010; Xavier, 2010; Freitas, 2012), por exemplo, onde expressões locais dos processos sociais podem apresentar elementos do global (Sassen, 2010).

Wimmer e Glick-Schiller (2003) denominam de “nacionalismo metodológico” a perspectiva analítica das ciências sociais sempre comprometida, desde sua institucionalização, com o Estado-nação e a formação dos espaços nacionais - a construção da ordem nacional. Segundo os autores, este recorte epistemológico não incluiu processos transnacionais que compõem os processos sociais vigentes no Estado-nação. No caso das migrações internacionais, os autores destacam que essa perspectiva gerou categorias como o estrangeiro/estranho, aquele que ameaça a lealdade a um Estado que lhes outorga direitos (Wimmer e Glick-Schiller, 2003), por isso precisa ser assimilado: o pertencimento dos indivíduos a determinado Estado-nação.

Levitt e Glick-Schiller (2007) apontam a emergência de processos sociais que cruzam as fronteiras geográficas, culturais e políticas dos países de origem e de destino, a partir do envolvimento simultâneo dos migrantes, ou ainda, “transmigrantes”, nessas duas sociedades.

We called this immigrant experience ‘transnationalism’ to emphasize the emergence of a social process in which migrants establish social fields that cross geographic, culture and political borders. Immigrants are understood to be transmigrants when they develop and maintain multiple relations – familial, economic, social, organizational, religious, and political – that span borders. (...) Transmigrants take actions, make decisions, and feel concerns within a field of social relations that links together their country of origin and their country or countries of settlement (Glick-Schiller et al, 1991: ix).

Glick-Schiller (2007) enfatiza, portanto, a necessidade de uma mudança no paradigma dos estudos sobre as migrações internacionais: da assimilação para o do transnacionalismo, com os consequentes processos do novo estágio do capitalismo, marcado pela reestruturação da produção, da distribuição, do consumo e da cultura. Tais fatores alimentam as migrações internacionais e facilitam a manutenção de laços com os países de origem. A autora ressalta que esses laços sempre estiveram presentes nas migrações internacionais desde fins do século 19, mas foram obscurecidos pelo paradigma da assimilação. Wimmer e Glick-Schiller (2003) percorrem a trajetória histórica da construção do nacionalismo metodológico e os processos migratórios desde o final do século 19 na Europa até os dias atuais. Considerando, o período contemporâneo, pós-URSS e fim da Guerra Fria, os autores destacam o surgimento dos estudos transnacionais. Analisam, contudo, que tal perspectiva, por vezes, deu muita ênfase na homogeneidade das comunidades transnacionais nos países de destino, acabando por reificar as abordagens anteriores do nacional.

Smith (2001) ressalta, entretanto, que há uma distinção conceitual clara entre globalização e transnacionalismo

Like “globalization”, other social process that are dispersed across space and found in many places at the same time, like transnational migrant networks or neoliberal political coalitions, are also temporally and spatially particular, socially constructed relations of power and meaning. To understand social relations such as these with any precision requires us to consider their formation, deployment, and impact as they become localized in single places (...) I make a clear conceptual distinction between “globalization” and “transnationalism” (...) While the globalization discourse draws attention to social processes that are ‘largely decentered from specific national territories’ (...), research on transnational processes depicts transnational social relations as ‘anchored in’ while also transcending one or more nation-states. (...) In contrast, the transnationalist discourse insists on the continuing significance of borders, state policies, and national identities even as these are often transgressed by transnational communication circuits and social practices” (Smith, 2001: 3).

Nesse sentido, para Levitt e Glick-Schiller (2007, p.157)

The lives of increasing numbers of individuals can no longer be understood by looking only what goes on within national boundaries. Our analytical lens must necessarily broaden and deepen because migrants are often embedded in multi-layered, multi-sited transnational social fields, encompassing those who move and those who stay behind. As a result, basic assumptions about social institutions such as the family, citizenship, and nation-states need to be revisited.

Assim, as modalidades da imigração internacional contemporâneas trazem ao debate as dimensões transnacionais (Apadurrai, 1996; Glick-Schiller, 2007), os territórios circulatorios (Tarrus, 2001), a circulação de pessoas (Castles e Mille, 2003), a circulação de cérebros

(De Hass, 2010), o reassentamento dos imigrantes refugiados, modalidades migratórias e mobilidades populacionais que não estão presentes nas noções clássicas de integração e ordem correspondentes ao Estado-nação (Wimmer e Glick-Schiller, 2003). O conceito de redes de Tarrus (2002), por exemplo, se refere aos novos tipos de territórios que cortam de maneira transversal os Estados-nação. Assim, o desafio teórico e metodológico dos estudos acerca das migrações internacionais se impõem pela diversidade de fluxos, de situações, de permanência, de seletividade, de afinidades eletivas, da não-formação de comunidades, de idas-e-vindas, de reemigração, de reversibilidades (Domench e Picouet, 1990) imersos em espaços de vida (Cougeau, 1990), em multiespacialidades (Ariza e Velasco, 2012) e em um campo migratório (Schaeffer, 2009) que transcendem as fronteiras do Estado-nação.

Para De Hass (2010 p. 21)

the implication is that clear-cut dichotomies of 'origin' or 'destination' and categories such as 'permanent', 'temporary', and 'return' migration are increasingly difficult to sustain in a world in which the lives of migrants are increasingly characterized by circulation and simultaneous commitment to two or more societies or communities.

Ao buscar entender o que são os processos migratórios internacionais, a perspectiva de Tarrus (1996) pode aportar elementos acerca de territórios circulatorios; isto porque tais espaços são usados como recursos no percurso migratório seja ele interno ou internacional. Os percursos dos migrantes e os novos espaços da migração em sua complexidade demandam a formulação e revisão de conceitos (Simon, 2002). A dificuldade em classificar as migrações como temporárias ou permanentes e, mais que isto, a dificuldade em definir o lugar de residência de um indivíduo, pois este depende de sua percepção subjetiva, do sentimento de pertencimento e de apropriação espacial, nem sempre coincide com o lugar de residência. Contudo, como analisa Cougeau (1988), dada a dificuldade de se estabelecer a fronteira clara entre o que é uma mobilidade temporária do que é uma migração de longa permanência é recomendável compreendê-las simultaneamente, definindo a porção do espaço onde os indivíduos realizam suas atividades. Segundo o autor, o espaço de vida engloba não apenas lugares de passagem e de permanência mas igualmente todos os outros lugares com os quais o indivíduo se relaciona, mesmo de forma não presencial.

No cenário da imigração internacional, os limites do Estado-nação - para o entendimento do fenômeno - estão expressos nas análises de Sayad (1990 e 1999), para o qual a migração constitui um fato social total (Sayad, 1990). Ou seja, a imigração e a emigração fazem parte de um mesmo processo social, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social, na dimensão econômica e cultural no local de partida e de chegada. Sayad (1999) se refere ao conceito de *double absence*.

Considero que, para se avançar no entendimento e conexões que cortam os espaços migratórios transnacionais, o recurso teórico metodológico para se captar o espaço social da migração, a dupla experiência social da migração (Sayad, 1999), utilizado por Stephen (2012) pode ser um caminho promissor. O autor tem apostado na *mirada bifocal* para a análise das migrações internacionais. Ou seja, o estudo dos processos migratórios na origem, nos lugares de trânsito e nos variados destinos de migrantes internacionais. Acredito que este seja um caminho teórico-conceitual importante para as explicações da migração no âmbito da construção social de seus espaços no século 21, tanto como entendimento dos processos mais amplos que ocorrem no âmbito global (Sassen, 2010), como para as manifestações do local que se definem nesses espaços da migração interna e internacional e suas vinculações com demais processos transnacionais.

Segundo De Hass (2005 p.22)

However, empirical studies have indicated that migrants may maintain strong transnational ties over sustained periods and can even become trans-generational. They also show that migrants' engagement with origin countries is not conditional on their return, but can be maintained through remitting money and ideas, telecommunications, holiday visits and pendular migration patterns. They can be combined if we conceptualise international migration as an integral part of transnational livelihood strategies pursued by households and other social groups. Return visits and return migration, remittances, transnational business activities as well as investments and political involvement in origin countries are all expressions of the transnational character of a migrants' life. The fact that migrants often maintain long-term ties with origin countries and that integration does not necessarily preclude or can even encourage such transnational engagement, casts doubt on the assumption that the departure of migrants would automatically represent a loss in the form of a brain or brawn drain.

Pode-se avançar nas explicações acerca das dinâmicas migratórias internacionais considerando diferentes perspectivas teóricas, como propõe Massey et (1998); dentre elas, a vertente das redes sociais (Massey et al, 1998), da demanda por trabalhadores, como indicado por Krissman (2005), do contexto das cidades globais (Sassen, 1988, 2010), da noção de campo migratório, (Schaeffer, 2009). Ou seja, perspectivas contribuam para a construção e compreensão de elementos transnacionais nos fluxos de imigrantes de uma mesma origem, contemplando tanto lugares de partida, como de passagem e de instalação de migrantes (Ariza e Velasco, 2012).

Considero ainda que a indefinição na temporalidade dos movimentos migratórios internacionais atuais conduz a nos aproximarmos de conceitos antes estabelecidos para as migrações sazonais/temporais, articulada a uma circularidade, a qual se diferencia da migração em si pela ausência de uma mudança permanente e com limite temporal determinado (Zelinsky, 1971; Skeldon, 1990). Ma Mung et al (1999) apresenta a noção de circulação migratória, como conceito interdisciplinar, onde os percursos migratórios podem revelar que nas decisões de partir ou permanecer na origem ou manter uma instalação definitiva ou duradoura no destino estão acompanhadas de múltiplas e constantemente renovadas articulações com os países de origem. A circulação não seria a breve duração da viagem, de acordo com Dandler e Medeiros (1991), mas o reforço com o lugar de origem, as relações familiares e as estratégias da migração.

Faist (2010) enfatiza que os estudos migratórios devem considerar três níveis de análise: o estrutural (estruturas política, econômica e cultural); o relacional (capital social; vínculos sociais entre migrantes e sedentários tanto na origem como no destino) e; o nível individual (grau de liberdade ou autonomia de tomada de decisão pelo potencial migrante).

O entendimento das novas relações sociais que se estabelecem, por exemplo, em São Paulo entre nacionais e imigrantes internacionais, quer seja do ponto de vista histórico (Paiva, 2012), quer seja na atualidade (Simai e Baeninger, 2011,2012) trazem as marcas do estranhamento, da alteridade, do enfrentamento entre o “nós” e os “outros” (Baeninger, 2012; Oliveira, 2012), expressões do Estado-nação e das construções conceituais e teóricas do nacionalismo metodológico.

Desse modo, é nesse paradigma que estão baseadas as políticas para as migrações internacionais: no processo de assimilação dos imigrantes na sociedade receptora, no controle dessa população no Estado-nação. Esse contingente somente passará a ter direitos à medida que se “integrar”, se “assimilar” à sociedade de destino. Tais políticas seguem estatutos de legalização e proteção jurídica a estrangeiros, concedendo, quando assim o fazem, direitos restritos. Nesse sentido, o conflito social emerge pela “não assimilação” dos contingentes imigrantes nos moldes ditados pelas sociedades receptoras, tanto pelas especificidades das migrações internacionais,

quanto pela sua diversidade temporal e espacial. Nesse caso, pode-se usar a interpretação de Laffer (1997, p. 57) acerca do pensamento de Hannah Arendt:

a ruptura no plano jurídico surge quando a lógica do razoável que permeia a reflexão jurídica não consegue dar conta da não razoabilidade que caracteriza uma experiência como a totalitária. Esta não resultou de uma ameaça externa, mas foi gerada no bojo da própria modernidade, como um desdobramento inesperado e não-razoável de seus valores.

O direito a ter direitos passa a ser buscado por outros caminhos. Como afirma Patarra (2006, p. 12),

enfim, a questão migratória internacional ‘explodiu’ e sua governabilidade necessariamente passa agora pelos movimentos sociais [...] daí o papel imprescindível dos movimentos sociais e outras vozes da sociedade civil organizada.

Essa possibilidade de mobilização nas migrações internacionais recentes parece ter seu caminho nas redes sociais (Massey, 1993), que não só conectam lugares de origem e de destino – gerando redes de informação – como também permitem a (re)criação de redes nos espaços sociais dessa imigração nos países de destino.

Segundo Massey et. al. (1990), as principais redes de relações sociais são aquelas formadas por laços de parentesco, de amizade e de locais de origem, as quais possibilitam aos imigrantes compartilharem experiências em locais diferentes daquele de origem; ao longo do tempo; tais experiências e as próprias redes adquirem novos significados e definições a partir de cada contexto migratório. Para Truzzi (2008), as redes sociais constituem elemento decisivo para prover informações.

Assim, a importância das redes nos processos migratórios se dá em razão da circulação de informações e da confiabilidade dessas informações obtidas por meio de contatos e relações sociais inseridas no processo migratório (Massey et. al., 1990; Truzzi, 2008). As distintas densidades entre laços fortes e fracos (Granovetter, 1973) também podem ser utilizadas para entender as informações que perpassam as redes migratórias: a confiabilidade das informações advindas de laços fortes.

Truzzi (2008) faz uma distinção entre redes sociais e redes migratórias, considerando que as primeiras já existem anteriormente às redes migratórias e, por vezes, as alimentam. Os processos de reconfigurações das redes ao longo do tempo, em que as velhas redes podem propiciar o surgimento de novas (Tilly, 1990), são fundamentais para a formação dos espaços da migração. De fato, Truzzi (2008) considera que, além do papel de ligação entre origem e destino, há também uma função estratégica das redes na sociedade receptora, por meio de vínculos que se estabelecem no período de integração à nova sociedade, a partir de padrões residenciais, ocupacionais, matrimoniais e das associações étnicas.

Não são apenas as redes de relações tecidas anteriormente à emigração que desenharão os vínculos étnicos na sociedade receptora: a própria experiência migratória por si só é capaz de propor e redefinir novas identidades e reconhecimentos que podem se traduzir em novas redes (Truzzi, 2008, p. 211).

Nesse sentido, dois elementos centrais de Arendt para os direitos humanos podem ser relacionados com as redes sociais da imigração: o espaço público e o direito de associação. Na perspectiva da autora, o direito é fruto da convivência coletiva; o acesso ao espaço público garantirá o direito de pertencer a uma comunidade política (Arendt, 1987). Laffer (1997), analisando Arendt, conclui que o espaço público, é, de um lado, é simultaneamente o comum e o visível – o que garante o direito à informação – e, de outro, por se constituir na base do agir

coletivo, gera o direito de associação. A legislação para o imigrante dificulta justamente o acesso ao espaço público, delimitando o “nós” e os “outros”. Laffer (1997, p. 64) ressalta, contudo, que as comunidades políticas não geram poder, pois são resultado da ação; ou seja, o alcance à cidadania, mesmo assim, parecer ser limitado.

De Hass (2005), contudo, enfatiza a necessidade de se reconhecer nos movimentos migratórios internacionais da atualidade a possibilidade para os migrantes e suas famílias viverem transnacionalmente e adotar identidades transnacionais.

This relates to the radically improved technical possibilities for migrants to foster links with their societies of This transnationalization of migrants' lives has challenged assimilationist models of migrant integration, as well as the modernist political construct of the nation-state and citizenship. The implication is that clear-cut dichotomies of 'origin' or 'destination' and categories such as 'permanent', 'temporary', and 'return' migration are increasingly difficult to sustain in a world in which the lives of migrants are increasingly characterized by circulation and simultaneous commitment to two or more societies or communities (De Haas, 2005 p. 21)

Nessa perspectiva, as redes sociais presentes nos processos migratórios podem abrir possibilidades de mobilização, do direito à associação, do direito à informação, criando mecanismos que conduzam à garantia dos direitos humanos.

As considerações acerca das migrações internacionais contemporâneas e a reestruturação econômica, o Estado-nação e seus direitos conduzem a enfrentar um novo debate sobre a relação migração e desenvolvimento.

Ao comparar as análises sobre o nacionalismo metodológico/(Wimmer e Glick-Schiller; Sassen, 2010; Guarnizo et al, 1996) com as proposições de De Hass (2010) sobre migração e desenvolvimento pode-se indicar que explicar as migrações internacionais a partir da escala nacional – e dos pressupostos do Estado-nação – traduz a visão otimista da migração proposta pelo autor. Nessa visão otimista, a relação migração e desenvolvimento se assenta em moldes desenvolvimentistas, a partir das teorias neo-clássicas, funcionalistas, da modernização, do investimento a partir das remessas. Explicar as migrações internacionais incorporando os desafios do enfoque transnacional é assumir as heterogeneidades dos processos migratórios, a não-integração, a própria integração, a remessa para o consumo, identidades entre dois países (Guarnizo et al, 1993). Trata-se da visão pessimista da migração apontada por De Hass (2005 p.37), presentes nas vertentes estruturalistas e neo-marxistas. O autor conclui que os processos migratórios internacionais carregam consigo interações heterogêneas na relação migração e desenvolvimento (De Hass, 2010).

This has fundamental implications for the study of migration and development, because this implies that integration in receiving societies and commitment to origin societies are not necessarily substitutes, but can be complements. It has long been assumed that migrants' integration would coincide with a gradual loosening of ties with societies of origin and that 'permanent' migration would therefore inevitably represent a 'loss' or 'drain'. This assumption explains much of the prior pessimism on the sustainability of remittances and the idea that migrants' contribution to development in origin countries is strongly linked to return migration.

Os desafios para as migrações internacionais no século 21, portanto, implica em revisões conceituais acerca das novas mobilidades, modalidades e explicações acerca desse fenômeno social. Nesse sentido, a relação migração e mudança social (Bakewell, 2010) passa a também compor a agenda de pesquisa para a compreensão dos fenômenos migratórios atuais.

As evidências empíricas das migrações internacionais para e do país demonstram a complexidade e heterogeneidade da imigração internacional neste século. Denotam os desafios

teórico-metodológicos para explicações e análises das migrações de haitianos, chineses, coreanos, bolivianos, peruanos, paraguaios, imigrantes internacionais qualificados, imigrantes internacionais indocumentados, imigrantes refugiados, presentes nos espaços migratórios construídos a partir de nexos transnacionais no Brasil Imigrante do século 21.

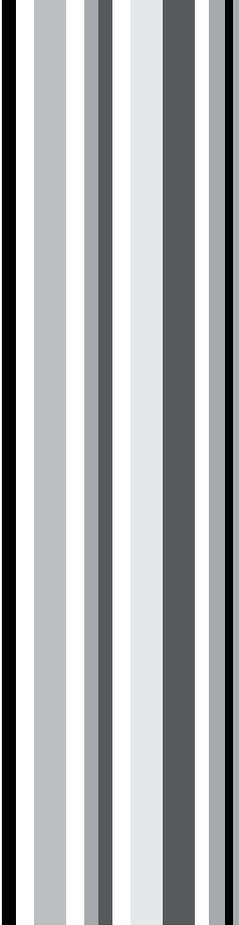
Referências

- ARENDDT, H.. A condição humana. São Paulo: Universitária, 1987.
- ARIZA, M. e Velasco, L. (coord). Métodos Cualitativos y su aplicación empírica. UNAM- El Colegio de La Frontera Norte. México, 2012.
- BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX. Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 19, núm. 3, pp. 84-96, 2005.
- BAKEWELL, O.S. Reflections on Structure and Agency in Migration Theory. Journal of Ethnic & Migration Studies 36(10), 2010.
- BILSBORROW, R. E. (Org.). Migration, urbanization and development: new directions and issues. New York: UNFPA/Kluwer, 1996.
- BECK, U. Risk Society: Towards a new modernity. Sage Publications, London, 1992.
- BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo:Hucitec, 1999.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. As regiões ganhadoras - distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- BINFORD, L. Migrant remittances and (under)development in Mexico."Critique of Anthropology, 23 (3): 305-336, 2003.
- BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, C. A. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.
- BRIGGS Jr, V. R.; The "albatross" of immigration reform: temporary worker policy in the United States. International Migration Review, v. 20, n. 4 (Special Issue: Temporary Worker Programs: Mechanisms, Conditions and Consequences), p. 995-1019, 1986
- CANO, W. Algumas implicações espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). O novo Brasil urbano. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 1999.
- CASTLES, S., MILLE, M. J. The Age of Migration. MacMillan Pres Ltd: Houndmills, Basingstoke, Hampshire and London, 2003.
- CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. Themes on circulation in the Third World. Circulation in Third World countries. Londres: Routledge & Kegan Paul, p. 1-26, 1985.
- CORTÈS, G. e FARET, L. La circulation migratoire dans l'ordre des mobilités. In: CORTÈS, G. e FARET, L. (orgs) Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Armand Colin, 2009, p. 7-19.
- CORTÊZ, T. R. Do nacionalismo metodológico ao lugar dos direitos: uma análise da fiscalização de oficinas de costura que produziam para a Zara. III Congresso Latinoamericano de Antropología. 2012
- COURGEAU, D. Migrants et migrations. Population, New York, n.1, 1973.
- COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.50, 1990.
- FAIST, Thomas. "The crucial mesolevel". MARTINIELLO, Marco and RATH, Jan (edits). Selected studies in international migration and immigrant incorporation. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. p. 59-90. Disponível em: <books.google.com.br>. Acesso em: 19/02/2013.

- De HASS, H. International migration, remittances and development: Myths and facts. *Third World Quarterly*, 26 (8): 1269-1284, 2005.
- De HASS, H. Remittances and social development: A conceptual review of the literature. UNRISD: Geneva, 2007A.
- De HASS, H. Turning the tide? Why development will not stop migration. *Development and Change*, 38 (5): 819-841, 2007b.
- De HASS, H. Migration and development: a theoretical perspective *International Migration Review* Volume 44 (1), 2010
- DOMENACH, H.; PICOUET, M. Las migraciones. Tradução de Eduardo Bologna. Córdoba: Republica Argentina, 1996.
- _____. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. *Notas de Población*, Santiago do Chile, Año XVIII, n.49, abr.1990.
- EBANKS, E. G. Determinantes socioeconómicos de la migración interna. Santiago de Chile: CELADE, 1993.
- FAZITO, D.. Dois aspectos fundamentais do “retorno”: símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.
- FAIST, T. *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*. Oxford University Press, 2004.
- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. *Novos Estudos CEBRAP* 29, São Paulo, mar.1991.
- FUSCO, W. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. Campinas: Nepo/Unicamp, 2002 (Textos Nepo, 40).
- GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*. SP, Editora UNESP, 1991.
- GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.
- GLICK-SCHILLER, N.L., BASCH, L. e BLAN-SZANTON, C. *Towards a transnational perspective on migration*. . New York Academy of Sciences: New York, 1991.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASH, L. e BLANC-SZANTON, C. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly*, 68, 1, p. 48-63, 1995.
- GLICK-SCHILLER, N. The centrality of ethnography in the study of transnational migration – seeing the wetland instead of the swamp. In: SAHOO, A. Kumar e MAHARAJ, B. *Sociology of Diaspora – a reader*. India: Rawat Publications, 2007, p. 118-155.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, Edusp, 1993.
- GRANOVETTER, M. S. The strenght of weak ties *The American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1.360-1.380, 1973.
- GUARNIZO, L., PORTES, A. e HALLER, W. Assimilation and transnationalism: determinants of transnational political action among contemporary migrants. *American Journal of Sociology*, 108 (6): 1211-1248, 2003.
- GUARNIZO, L. E e SMITH, M. P. The locations of transnationalism. In: SMITH, M e GUARNIZO, L. E. (eds). *Transnationalism from below – Comparative Urban and Community Research*. NNew Brunswick: Transaction Publishers, 1998.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KATZ, E.; STARK, O. Labor migration and risk aversion in Less Developed countries. *Journal of Labor Economics*, v. 4, n. 1, p. 134–149, 1986.

- KRISSMAN, F. Sin coyote ni patrón: why the “Migrant Network” fails to explain International Migration. *International Migration Review*, v. 39, n. 1, pp. 4-44, 2005.
- KRISSMAN, F. Immigrant labor recruitment: U.S. agribusiness and undocumented migration from Mexico. *Immigration research for a new century: multidisciplinary perspectives*. Foner, N.; Rumbaut, R. G.; Gold, S. J. (org.). New York: Russel Sage, p. 277-300, 2000.
- LAFFER, C. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. *Estudos Avançados*, v.11,n.30,1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a05.pdf>>.
- LEVITT, P. e GLICK-SCHILLER, N. Conceptualizing simultaneity – a transnational social field perspective on society. In: SAHOO, A. Kumar e MAHARAJ, B. *Sociology of Diaspora – a reader*. India: Rawat Publications, 2007, p. 156 – 193.
- LEVITT, P. *The transnational villagers*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 2001.
- MASSEY, D. et al. *Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millenium*. Clarendon: Press Oxford, 1993.
- MASSEY, D.; ARANGO, J.; HUGO, G. KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. *Worlds in motion: understanding International Migration at the end of the millennium*. Oxford: Oxford University Press, 1998
- MASSEY, D.; ARANGO, J.; HUGO, G. KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. An evaluation of International Migration theory: the North-American Case. *Population and Development Review*, v. 20, n. 4, p. 699–751, 1994.
- MASSEY, D. ARANGO, J.; HUGO, G. KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. *Theories of International Migration*. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.
- MASSEY, D.. *Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico*. Los Angeles: University of California Press, 1990.
- MATOS, C. Capital, población y territorio. In: SEMINÁRIO DISTRIBUCIÓN Y MOVILIDAD TERRITORIAL DE LA POBLACIÓN Y DESARROLLO HUMANO, 1994, Bariloche, Argentina. *Anais... Bariloche: Fundación Bariloche/CENEP/PROLAP*, maio/1994.
- MITCHELL, J. C. Towards a situational sociology of wage-labour circulation. *Circulation in Third World Countries*. Chapman, M. & Prothero, R. M (org.). Londres: Routledge & Kegan Paul, p. 30–53, 1985.
- NOVICK, Susana (org.). *Las migraciones en América Latina*. Catálogos: Buenos Aires, 2008, p. 93-112.
- PAIVA, Odair da Cruz . *A Migração para São Paulo e suas Interfaces com a Dinâmica da Economia Brasileira*. *Caderno UniABC*, Santo André, v. 1, n. III, p. 19-29, 2001
- PAPADEMETRIOU, D. G. 1985 Illusions and Reality in International Migration: Migration and Development in post World War II Greece. *International Migration*, XXIII (2): 211-223.
- SKELDON, R. *Migration and development: A global perspective*. Longman: Essex.1997.
- PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 9, p. 23-33, 2005.
- PATARRA, N. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, 2006.
- PATARRA, N. e BAENINGER, R. “Migrações Internacionais recentes – o caso do Brasil”. In: _____(coord.). *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. Campinas, vol. 1, 1996, pp. 78-87.
- PEIXOTO, J.. “As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas”. *SOCIUS Working Papers*, nº 11, 2004. 36 p.
- PORTES, A. *Migrações Internacionais: teorias, tipos e modos de incorporação*, Oeiras: Celta, 1999.
- SASSEN, S. *The global city*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

- PORTES, Alejandro. La mondialisation par le bas – l'émergence des communautés transnationales. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 129, p. 15-25, setembro de 1999.
- PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo migrante. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 69, p. 73-93, outubro 2004.
- REUBENS, E. P. Temporary foreign workers in the U.S.: myths, facts and policies. *International Migration Review*, v. 20, n. 4 (Special Issue: Temporary Worker Programs: Mechanisms, Conditions and Consequences), p. 1037-1047, 1986.
- SALES, T. e SALLES, M.R. T. (orgs). Políticas Migratórias – América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: EdUFSCar e Editora Sumaré, 2002.
- SASSEN, S. "A criação de migrações internacionais". In: *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre. Editora Artmed. 2010. p. 113-138.
- SASSEN, S. *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre. Editora Artmed. 2010.
- _____. *The mobility of labor and capital*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- _____. *The global city*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- _____. [1994] *As cidades na economia mundial*. São Paulo; Studio Nobel, 1998.
- SAYAD, A. *La Double absence: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*. Paris: Seuil, 1999.
- SINGER, P. *Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo*. Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SILVA, Sidney A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, 2006.
- SMITH, M. P. *Transnational urbanism – locating globalization*. Malden Blackwell: Publishing, 2001.
- SINGER, P. (1973). *Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo*. Economia política da urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense e CEBRAP, p. 29-60.
- SKELDON, R. *Population Mobility in Developing Countries*. London; New York: Bedhaven Press, 1990.
- SPAAN, E. *Labour circulation and socioeconomic transformation. The case of East Java, Indonesia*. Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute - Report n. 56, The Hague, 1999.
- SOARES, W. *Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. *Demography*, v. 26, n. 1, p. 1-14, 1989
- TARRIUS, A. *Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants*. *Annales de la Recherche Urbana*. no,59-60, 1993:50-59.
- TARRIUS, A.. *La mondialisation par le bas – les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris. Éditions Balland, 2002.
- TRUZZI, O. M. S. *Redes em processos migratórios*. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v.20, p. 199-218, 2008.
- VAINER, C. *As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?* *Cadernos IPPUR*, ano XVI, n. 1, jan-jul, 2002.
- VAINER, C. *Lugar, região, nação, mundo – explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. São Paulo, 8 (2), nov, 2006.
- VAN HEAR, N. 2004 "Diasporas, Remittances, Development, and Conflict." *Migration Information Source*, June 1, 2003.
- WENDEN, C. *Un essai de typologie des nouvelles mobilités*. *Hommes & migration*, n° 1233, 2001. p. 5-12.
- ZELINSKY, W. *The hypothesis of the mobility transition*. *Geographical Review*, v. 61, n.2, p. 219-249, 1971.



MODALIDADES MIGRATÓRIAS INTERNACIONAIS: DA DIVERSIDADE DOS FLUXOS ÀS NOVAS EXIGÊNCIAS CONCEITUAIS

Gisele Maria Ribeiro de Almeida
Rosana Baeninger

O século 21 anuncia o cenário da mobilidade. Mercadorias, informações e pessoas deslocam-se pelo globo de tal forma, que categorias como espaço e tempo estão recebendo novos significados. Apesar do maior controle nas fronteiras, principalmente nos países mais desenvolvidos, os fluxos internacionais de pessoas têm se intensificado, assim como os tipos de mobilidade também aumentaram:

As novas modalidades migratórias demandam, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo, e a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível, assim como a própria definição do fenômeno migratório deve ser revista (PATARRA, 2006: p. 7).

Este estudo se coloca diante desta exigência, discutindo aspectos que têm corroborado para as insuficiências teóricas e para os limites conceituais encontrados pelos pesquisadores da área. Essa argumentação será estruturada em três partes. Em primeiro lugar, a migração como objeto de pesquisa e as teorias relacionadas serão examinadas considerando o debate teórico que reconhece os limites explicativos das abordagens clássicas e apontam para perspectivas analíticas que permitem certos avanços. A reflexão envolve orientações metodológicas para os novos modelos teóricos, que oferecem melhores resultados quando partem de abordagens conciliatórias das perspectivas micro e macro estruturais da realidade social. Essa tarefa de reformulação teórica precisa também operar com os efeitos das novas relações espaciais e temporais na experiência migratória.

Em seguida, na segunda parte do texto, a dimensão conceitual é o foco da discussão que mostra a premência de se repensar a própria definição de migração. Essa tarefa é resultado de transformações radicais nas formas com as quais os indivíduos usam os espaços e edificam os territórios de pertencimento nas diversas formas de mobilidade. Diante desde cenário, novos

conceitos foram forjados - como campo migratório e comunidades transnacionais, apenas para dar alguns exemplos - dada à necessidade de compreender os processos e as dinâmicas que se associam aos deslocamentos internacionais contemporâneos.

Na terceira parte do texto são abordados os impactos de uma época marcada pela lógica da mobilidade sobre os tipos e as formas dos deslocamentos humanos. Uma consequência clara deste processo é a presença concomitante de tipos distintos de migração e de migrante, aspecto que aponta para a relevância da construção de tipologias. Uma evidência da complexidade em questão é que a fronteira entre a chamada migração forçada e a migração voluntária de trabalhadores com baixa qualificação mostra-se cada vez mais tênue hoje em dia (WENDEN, 2001). Revela-se desta forma, a importância que os critérios classificatórios assumem nos estudos contemporâneos.

Migração internacional contemporânea: novas questões e exigências teóricas

As pesquisas e os estudos sobre as migrações internacionais estruturam suas reflexões de formas distintas, demonstrando a inclinação dos autores por diferentes correntes teóricas e opções metodológicas. Além disso, os “recortes” de pesquisa tendem a valorizar aqueles aspectos que são mais concernentes aos interesses específicos da disciplina na qual a investigação se insere.

[...] a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; [...] ele [o espaço] é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente [...]. Cada uma dessas especificações e cada uma das variações dessas mesmas especificações podem ser objeto de uma ciência particular (SAYAD, 1998, p. 15).

Esse é uma característica importante dos estudos migratórios, dado seu caráter de “fato social completo”¹, pois para Sayad, “falar da imigração é falar da sociedade como um todo” (SAYAD, 1998: p.16). Isso faz da migração um tema de pesquisa compartilhado entre várias disciplinas vinculadas às Ciências Sociais e às Ciências Humanas e, como apontam Brettell e Hollifield (2000), essas diversas disciplinas podem até partilhar esse objeto, mas não necessariamente os paradigmas e os referenciais do fazer científico, dando ensejo a certos confrontos teóricos. Outro problema deste caráter inter e transdisciplinar, como os referidos autores argumentam, é uma tendência à produção de análises fragmentadas, em função das perspectivas que definem o campo disciplinar do conhecimento (ver quadro abaixo). O objeto de estudo – migrações internacionais – requer um olhar interdisciplinar para apreendermos sua complexidade e, ao mesmo tempo, sua especificidade.

As análises disciplinares acima indicadas por Brettell e Hollifield (2000) estão também datadas historicamente; a complexidade das migrações internacionais no século 21 requer o olhar atento às interações do fenômeno social. Ainda que se preservem os “recortes” disciplinares – mas não necessariamente os mesmos problemas de pesquisa, as mesmas perspectivas teóricas ou os mesmos modelos de hipóteses - como ponto de partida para a construção do objeto de estudo, a questão interdisciplinar é inerente às explicações e conhecimento científica das migrações internacionais. Se a migração é um “fato social completo” e o pesquisador aceita o limite da capacidade de apreensão da realidade social pela Ciência (WEBER, 1986), a questão

¹ Importante dizer que apesar de Sayad não fazer referência explícita ao autor, o conceito de fato social total foi formulado pelo antropólogo Marcel Mauss, em seu texto clássico “Ensaio sobre a dádiva” (MAUSS, 2003).

QUADRO 1. Teorias Migratórias através das disciplinas segundo Brettell e Hollifield (2000)

Disciplina	Problemas de Pesquisa	Nível/Unidade de Análise	Teorias dominantes	Modelo de hipótese
Antropologia	Como a imigração influencia a mudança cultural e a identidade étnica?	micro/indivíduos, famílias, grupos	relativista ou estruturalistas e transnacional	As redes sociais ajudam a manter as especificidades culturais
Demografia	Como a imigração afeta a mudança populacional?	macro/população	racionalista/interface com a economia	A imigração aumenta a taxa de natalidade
Economia	Como explicar a propensão à migração e seus efeitos?	macro/individual	racionalista/custo-benefício atração-repulsão	A incorporação do imigrante depende de seu capital humano
História	Como compreender a experiência do imigrante?	micro/indivíduos e grupos	sem hipóteses-teste	não se aplica
Direito	Como a legislação influencia a imigração?	macro e micro/política e o sistema legal	institucionalista e racionalista/ciências sociais	Direitos criados incentivam estruturas para imigrantes
Ciência Política	Por que os Estados têm dificuldades para controlar a imigração?	macro/política e sistema internacional	institucionalista e racionalista	Estados são capturados por interesses pró-imigração
Sociologia	Como se explica a integração do imigrante?	macro/grupos étnicos e classes sociais	estruturalista e/ou funcionalista	A incorporação do imigrante depende do capital social

Fonte: BRETTELL e HOLLIFIELD, 2000, p.3.

passa a ser então incorporar essa dificuldade de forma consciente e explícita na pesquisa, definindo as dimensões a serem incorporadas para a análise do fenômeno migratório. No caso dos processos migratórios internacionais, esse desafio teórico passa pela tarefa de compreender a sociedade de origem e de destino, bem como das relações que se estabelecem entre elas de forma articulada, quer seja na antropologia, na sociologia, na demografia, na história, na ciência política.

É preciso reconhecer o agente que se desloca no espaço e no tempo e o contexto deste deslocamento. Em trabalho clássico e que incorpora as interseções entre origem e destino, Singer (1973) propõe a identificação dos fatores que causam as migrações e daqueles que as motivam. As causas da migração para este autor devem primeiramente ser buscadas na origem, nos fatores de expulsão, que tornam outras localidades atrativas. Estes fatores são gerados pelas transformações erigidas pelo desenvolvimento das forças produtivas que demandam, como contrapartida necessária, novas relações sociais de produção. As condições objetivas que engendram fluxos migratórios manifestam-se, de acordo com o argumento do autor, em um amplo espaço territorial, que afeta um grande número de indivíduos, de forma a torná-los “migrantes em potencial”. Porém, essa potencialidade não repercute em deslocamentos necessariamente, o que permite supor a existência de uma seleção na forma como certos fatores e condições macroestruturais incidem no nível das relações familiares e das particularidades individuais. É neste ponto que - mesmo partindo de uma perspectiva histórico-estrutural como a de Singer - se pode reivindicar o “papel” do agente individual numa teoria migratória.

Isso porque a migração, ainda mais a migração internacional, está sempre associada a “mecanismos de seleção”, resultado de um processo que se desprende do cruzamento das condições de origem e de destino, ligação que se articula, por sua vez, às possibilidades individuais. Essa questão está explicitamente discutida em Lee (1980), para quem os fatores envolvidos na decisão de migrar estão na origem, no destino, nos obstáculos intervenientes e

nos fatores pessoais. Ao considerar as causas na origem, identifica-se um ou mais grupos sociais que são os “potenciais migrantes”, mas nem todos estes indivíduos experimentam da mesma forma os processos que “causam” a migração (LEE, 1980). Por isso, é apenas pelo destino que se incorpora a seletividade migratória, cuja análise revela a maior dispersão no “comportamento típico do grupo”, na medida em que aí se colocam aspectos como conhecimento sobre a área de destino, etapa do ciclo vital, distância, inserção em determinadas redes sociais, entre outros.

Essa interposição entre as “causas” e os “motivos” relacionados a um determinado fluxo migratório permite uma compreensão mais elaborada da migração, entendida como um processo social. Conciliar as “causas” e os “motivos” que explicam os fluxos é uma forma de operacionalizar uma harmonização entre os condicionantes macro e microestruturais. Essa tentativa de conciliação entre ação e estrutura se coloca como tendência na teoria sociológica contemporânea. Segundo Alexander (1987), o “novo movimento teórico” da Sociologia orienta-se em busca de uma síntese, depois de uma época marcada pela emergência de propostas marcadamente unilaterais, com correntes teóricas que enfatizavam a microteoria e perspectivas que valorizavam as determinações estruturais.

As teorias migratórias parecem seguir esse pêndulo, buscando também um “link macro-micro” (MASSEY *et al*, 1987; FAIST, 2000), ainda que a maior parte destas teorias priorize as dimensões macro-estruturais².

As abordagens teóricas clássicas mais difundidas partem dos desequilíbrios nos níveis salariais e de emprego, ou ainda de que os agentes buscam maximizar seus ganhos com base em decisões racionais. Todas estas perspectivas, em maior ou menor grau, supervalorizam os efeitos da estrutura econômica, que determinam condições objetivas e criam prerrogativas que induzem à migração. Se as teorias migratórias estão em “crise”, pela perda de suas capacidades explicativas frente à mobilidade internacional contemporânea (SASSEN, 1993; MASSEY *et al*, 1998; CORTÈS e FARET, 2009), é fundamental refletir sobre seus pressupostos.

A operacionalização destas teorias, que partem das condições econômicas e das motivações materiais para explicar os fluxos, tende a gerar leituras simplificadas do fenômeno. Como argumentam Massey *et al* (1998), as intempéries vividas por aqueles que estão dispostos a entrar ilegalmente nos EUA, não seriam aceitas se o que estivesse em jogo fosse “apenas” um salário maior³.

Com o objetivo de aumentar a capacidade explicativa das teorias, alguns autores começaram a ressaltar o peso dos aspectos micro-estruturais. No bojo deste “novo movimento teórico” dos estudos migratórios, o referencial das chamadas redes sociais ganhou visibilidade e tem sido utilizado como uma possibilidade de incorporação da dimensão micro. Importante destacar que maiores ganhos analíticos advêm quando a valorização do papel das micro-estruturas não significa desconsideração da dimensão macro-estrutural.

Além da relativa autonomia dos fluxos migratórios frente aos ciclos econômicos⁴ e do aparecimento de novas modalidades migratórias e de circulação, os chamados fatores de atração e repulsão assumem sentidos mais imprecisos. Wenden (2001) argumenta inclusive que atualmente a dimensão da “atração” é mais relevante para a migração internacional

² Como demonstrou Soares (2004) estas teorias são: a) a teoria da atração e expulsão, b) os referenciais neoclássicos, c) as análises teóricas histórico-estruturais, d) a tese da mobilidade da força de trabalho, e) a teoria do mercado dual de trabalho e, f) a teoria dos sistemas mundiais.

³ Outra evidência que serve para questionar essas abordagens, é que empiricamente não se verifica maiores taxas de emigração nos países mais pobres, o que enfraquece o argumento de que falta de emprego e baixos salários promovam a migração internacional (MASSEY *et al*, 1998 e PORTES, 1999).

⁴ Apenas como exemplo, há o caso da Coreia do Sul, que apesar de elevados índices de crescimento econômico e emprego, registrou um forte fluxo emigratório para os EUA (SASSEN, 1993).

contemporânea, e destaca o papel de um “imaginário migratório” que seria alimentado por meios de comunicação, bens e produtos. Sejam as expectativas e desejos de consumo, como aponta Portes (1999), seja o mito do eldorado ocidental ou do Estado Providência conforme destacado por Wenden (2001), estes autores estão sugerindo que as perspectivas subjetivas devem ser mais valorizadas na compreensão da migração (MASSEY et al, 1998; SASSEN, 2010).

Essa ideia de que fatores de atração e repulsão complexificaram-se é perceptível ainda pela adoção de políticas migratórias restritivas por parte dos países que apresentam os melhores salários e/ou maior crescimento econômico. Essa é uma grande distinção em relação ao pós 2^a Guerra Mundial⁵, atualmente a política migratória dos países não pode mais ser um interesse exclusivo de pesquisas realizadas no âmbito jurídico/institucional, pois agora estas políticas impactam diretamente os fluxos internacionais.

(...) a imposição de limites quantitativos e qualitativos sobre a entrada [de estrangeiros] cria diferentes categorias de imigrantes com características especificamente selecionadas, que ao final ocupam posições distintas na estrutura sócio-econômica da sociedade de acolhimento: os imigrantes legais, imigrantes ilegais, refugiados, asilados, estudantes, estagiários, executivos e trabalhadores “temporários” (MASSEY et al, 1998: 13)⁶.

Estas diferentes “categorias” de migrantes remetem a um aspecto fundamental no entendimento dos fluxos internacionais atuais: a atuação das redes transnacionais. Como os tipos de migrantes posicionam-se distintamente na estrutura socioeconômica, suas redes sociais refletem isso, na medida em que são metáforas das relações e interações humanas e se fazem em função do pertencimento a círculos sociais, que têm natureza, extensão e estrutura distintas (DEGENNE, 1983).

É por isso que os conceitos de capital social e capital cultural (BOURDIEU, 1989 e 1998) constituem-se em chaves analíticas capazes de orientar a discussão de como atributos sociais e culturais, herdados e conquistados, pelos indivíduos se articulam às possibilidades e limites que se manifestam a partir da rede, através de recursos que na prática podem promover ou obstruir os percursos individuais em certos sentidos (RYAN *et al*, 2008; EREL, 2010).

As potencialidades das redes transnacionais são catalisadas diante da globalização, impactando as formas de mobilidade em geral e a migração em particular. Esse cenário traz implicações para as formas de instalação e conseqüentemente para as formas de mobilidade, e repercute naquilo que definimos como migração e migrante. As “novas” teorias precisam enfrentar as questões que a realidade empírica tem colocado. Como pergunta Faist (2000), por que há poucos migrantes de muitos lugares e muitos migrantes de poucos lugares? Questões que não são respondidas pela redução dos custos de transportes e pela maior facilidade no acesso à informação. Estas variáveis não evoluem proporcionalmente aos fluxos e nem apresentam as mesmas correlações nos diversos países. Por isso a importância do nível intermediário de análise e a consideração das redes sociais dos migrantes. No entanto, de acordo com Faist (2000), estas análises que postulam a existência das redes sociais dos migrantes e que insistem sobre sua relevância para o fluxo, trouxeram à luz importantes aspectos do fenômeno migratório, mas ainda não respondem como estas redes se formam e nem como elas funcionam.

⁵ Em função da carência de mão de obra na Europa e nos Estados Unidos foram estimulados tanto fluxos espontâneos como os fluxos dirigidos pelos governos como os Guest Work Programs, implementados na Alemanha, França e Suíça, e o Bracero Program dos EUA (SALES, 1992).

⁶ Tradução livre. No original: “The imposition of qualitative and quantitative limits on entry creates different classes of migrants with differently selected traits who ultimately occupy different positions in the socio-economic structure of the receiving society: legal immigrants, undocumented migrants, refugees, asylees, students, trainees, business executives, and ‘temporary’ workers” (MASSEY et al, 1998: 13).

Estes parecem ser aspectos importantes que se apresentam como parte dos desafios teóricos a serem superados. Além destas orientações de cunho mais metodológico, as novas teorias exigem também reformulações conceituais. Na próxima seção deste artigo, o foco da reflexão está nas repercussões que as novas formas de mobilidade trazem para a definição de migração, principalmente pelas alterações radicais nas formas de presença e ausência dos indivíduos. Além disso, há a maior diversificação dos fluxos, de acordo com os tipos e as naturezas dos deslocamentos, mesmo que nem todos os deslocamentos configurem migrações, isso não significa que os estudos migratórios possam ignorá-los.

Migração e mobilidade internacional: percursos, instalação e circulação

Há uma concepção de migração, bastante questionável atualmente, mas ao mesmo tempo usual, que apreende a migração como resultado de uma mudança definitiva de residência. Assim entendida, uma migração internacional ocorre quando esse deslocamento envolve a passagem de uma fronteira nacional.

No entanto, os percursos dos migrantes e os novos espaços de circulação assumem na realidade atual uma complexidade muito maior, demandando dos pesquisadores a formulação de novos conceitos, entre os quais: campo e espaço migratório, circulação, sistemas migratórios, etc. (SIMON, 2002). Diante deste cenário, a análise de fluxos e estoques de migração internacional certamente beneficia-se destes contornos conceituais, mais aptos para captar a maior diversidade e complexidade das formas de mobilidade. Nos estudos sobre fluxos internacionais contemporâneos, a desconsideração desta multiplicidade nas formas e dinâmicas dos deslocamentos implica prejuízos significativos à análise.

Começando com o próprio conceito de migração, defini-lo como mudança definitiva de residência é demasiadamente restritivo, dada a dificuldade em se classificar os deslocamentos como temporário ou definitivo; as trajetórias migratórias e as durações dos deslocamentos estão muito mais matizadas. Além disso, a própria definição de residência pode ser problematizada, dado que o lugar de residência de um indivíduo depende de sua percepção subjetiva, do sentimento de pertencimento e de apropriação espacial, e nem sempre o “seu” lugar de residência coincide com o espaço geográfico no qual ele vive. Isso é ainda mais verdade com o uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que permitem a vivência da experiência migratória sem grandes rupturas com a sociedade de origem, ao viabilizar uma co-presença, estar “lá e cá” simultaneamente (DIMINESCU, 2009).

Afora estas dificuldades, o pressuposto oculto de que o indivíduo tem uma única residência também é frágil (DOMENACH e PICOUET, 1996). Se as formas de mobilidade são mais difusas tanto no tempo como no espaço, o critério “lugar de residência base” como fundamento do fenômeno migratório perde sua força analítica. Tanto que para Courgeau (1988), o conceito de residência é útil para recenseamentos que buscam determinar a população residente de um local, mas pouco serve aos objetivos de analisar a mobilidade e as estadas temporárias.

Não é possível, ainda de acordo com Courgeau, traçar uma fronteira clara entre o que é uma mobilidade temporária do que é uma migração, e por isso, sua recomendação é compreendê-las simultaneamente. Para dar conta desta tarefa, não é suficiente associar, em cada período de observação, o indivíduo a um único local, deve-se pensar o indivíduo como parte de um grupo, e não mais de forma isolada, e desta forma constituir o seu chamado *espaço de vida*, definindo-o como a porção do espaço onde os indivíduos realizam suas atividades (COURGEAU, 1988).

Esse espaço engloba não apenas os lugares de passagem e de permanência, mas igualmente todos os outros lugares com os quais o indivíduo se relaciona ainda que, como aponta Courgeau, seja de forma não presencial. O mapeamento da rede de relações do indivíduo num certo momento permite que se verifique posteriormente, as transformações que eventualmente ocorram⁷.

Face aos objetivos da discussão aqui proposta, esse conceito é importante porque permite definir novas formas de mobilidade e servir de base para novas classificações dos deslocamentos. A noção de espaço de vida pode basear-se em critérios tais como duração, frequência e periodicidade dos deslocamentos para fundamentar o desenho de tipologias de mobilidade (DOMENACH e PICOUET, 1996).

Incorporar o espaço de vida do indivíduo permite, desta forma, apreender as trajetórias migratórias sem incorrer em simplificações. Origem e destino ganham mais nuances, e cria-se a possibilidade, principalmente no caso de pesquisas qualitativas, de contemplar os deslocamentos em toda sua diversidade⁸.

Em relação ao tempo, pode-se identificar os deslocamentos pendulares, os sazonais, a questão do retorno ou a reversibilidade migratória como propõem Domenach e Picouet (1990). Em relação ao espaço, a noção de espaço de vida ajuda a pensar a relação do indivíduo com os lugares de forma dinâmica, inclusive permitindo a visualização da trajetória migratória, ao permitir a identificação dos lugares de passagem, de circulação, de permanência relativa, etc.

A percepção de que o fenômeno migratório vai além da própria migração levou pesquisadores a formular os conceitos de campo migratório e de espaço migratório. As noções de campo e espaço migratório permitem ao pesquisador recompor os espaços percorridos e estruturados pelo conjunto dos fluxos relativamente estáveis e regulares dos migrantes, independentemente da origem ou do destino. Segundo Simon (2002), o aparecimento destes novos termos relaciona-se a uma insatisfação teórica frente aos conceitos de migração, fluxos migratórios e populações migrantes. Tais conceitos eram vistos como insuficientes para incorporar as relações espaciais, principalmente em função da maior complexidade dos percursos migratórios e do alargamento dos lugares de partida, de chegada, de instalação e de trânsito. Como espaço de relações dos migrantes, o conceito de campo migratório serve para suportar uma análise sobre um espaço social transnacional⁹ estruturado pelos fluxos de migrantes de uma mesma origem, contemplando tanto o lugar de partida quanto os lugares de passagem e de instalação dos migrantes. Em sua análise sobre o campo migratório marroquino, Schaeffer (2009) oferece uma ilustração do conceito como ferramenta heurística, evidenciando a evolução e a construção do campo migratório marroquino que acabou por instituir inclusive um território circulatório.

⁷ Do ponto de vista conceitual, a noção de espaço de vida permite combinar a passagem do tempo e a relação do indivíduo com múltiplos espaços de forma simultânea. O número dos locais que integram o espaço de vida não é fixo e varia, segundo Courgeau (1988), com a etapa do ciclo vital. Ao longo do tempo há transformações que podem alterar o espaço de vida em função: a) de uma difusão ou extensão de forma a agregar mais um ponto no espaço de vida do indivíduo, mas conservando toda a estrutura anterior; b) de um deslizamento do espaço de vida pelas alterações advindas pela introdução de novas posições e pela eliminação de outras, mas mantendo alguns locais do espaço de vida anterior; c) de uma transplantação, quando o deslizamento, pela substituição dos novos espaços, se transforma de maneira que nenhuma das posições anteriores são mantidas, resultando em uma mudança total no espaço de vida individual; e, por último, d) quando o espaço de vida sofre uma contração, com perdas de espaços anteriores.

⁸ Segundo Domenach e Picouet (1996), levar em consideração a sucessão dos eventos migratórios na vida dos indivíduos, a natureza destes eventos e a independência ou interdependência que existem entre eles permite ao pesquisador ter uma visão dinâmica do fenômeno da mobilidade. O mais completo método para esse tipo de abordagem, para estes autores, é a análise biográfica que quando aliada à análise espacial da migração constitui-se em um aporte teórico para promover um conhecimento dos mecanismos complexos da mobilidade.

⁹ Glick-Schiller, Basch e Blanc (1995) falam de "transmigrantes" como sendo os imigrantes cujas vidas cotidianas dependem de várias e constantes interconexões estabelecidas através das fronteiras internacionais e cujas identidades sociais relacionam-se a mais de um Estado-Nação. Apesar de "incorporados" por instituições sociais e integrando redes sociais e padrões de vida da sociedade de destino, não há uma ruptura com a origem, pois estes migrantes também mantêm fortes vínculos com a sociedade de origem.

O conceito de território circulatório foi desenvolvido por Tarrius (1996) como forma de melhor apreender os percursos que ligam os migrantes a um local de destino, mas que os mantêm atados aos lugares de onde vieram. É uma co-presença que não pára de fortalecer os traços que relacionam os pontos dos fluxos e que refletem a diversidade de temporalidades e de localizações que constituem o ato migratório.

Como as circulações envolvem não apenas os fluxos de pessoas, mas também os meios e as práticas do espaço percorrido, a partir delas institui-se de acordo com Cortès e Faret (2009): a) dinâmicas sócio-espaciais articuladas em redes; b) manutenção dos laços entre origem e destino, e; c) práticas e dispositivos adaptados as situações da condição de imigrante e às especificidades das relações sócio-espaciais nas quais se baseiam esta experiência.

Para dar conta de processos identitários e étnicos, que se desprendem da apropriação territorial (material e subjetiva) realizadas pelos migrantes é que se forjaram conceitos como diáspora e comunidade transnacional. Segundo Bruneau (2009), a diáspora existe e se reproduz pelos laços de ligação entre os lugares, situação na qual apesar de distantes de seu “território original”, os migrantes reivindicam a mesma identidade através de diversas práticas sociais que podem ser familiares, religiosas, memórias coletivas, etc.: “uma diáspora é uma construção comunitária e identitária particular, originada por diversos períodos de dispersão, ou por diferentes tipos de migração, e da combinação de múltiplas identidades, ligadas aos diferentes países de acolhida e de origem”¹⁰ (BRUNEAU, 2009: p. 32).

Por outro lado, a partir dos anos 1970, como resultado das migrações internacionais de trabalhadores no pós 2ª Guerra Mundial, começaram a se desenhar situações que relacionavam a migração aos processos identitários, mas que não podiam ser reconhecidos por diásporas, posto que não configuravam espaços marcados por processos de extraterritorialidade. No bojo destas exigências conceituais é que nasceu o conceito de comunidade transnacional, segundo Bruneau (2009), para referir-se às comunidades compostas por indivíduos ou grupos estabelecidos em diferentes sociedades e que se organizam a partir de interesses comuns e que se apoiam em redes transnacionais para reforçar a solidariedade além de fronteiras nacionais.

Os esforços de pesquisadores dispostos a decifrar as dinâmicas e os processos de uma época regida pela lógica da mobilidade, levaram ao questionamento do conceito de migração e a construção de “novos” termos, com o intuito de superar as deficiências das abordagens explicativas do fenômeno migratório. Não é o caso, evidentemente, de considerar que toda migração é uma circulação, e nem que a mobilidade implique necessariamente em migração. O propósito desta discussão, que tentou apresentar e discutir conceitos fundamentais aos estudos migratórios contemporâneos, foi chamar a atenção para o leque de possibilidades analíticas que hoje se abrem aos pesquisadores da área. Se os conceitos são instrumentos heurísticos do fazer científico, possuem papel-chave nas análises e devem ser utilizados com base em critérios objetivos de adequação à realidade pesquisada. Ao mesmo tempo, um fenômeno migratório insere-se num quadro mais amplo, e somente o mapeamento de suas especificidades poderá explicá-lo.

¹⁰ Tradução livre. No original: “Une diaspora est donc une construction communautaire et identitaire particulière, issue de plusieurs phases de dispersion, ou de différents types de migration, et de la combinaison des plusieurs identités, liées aux différents pays d'accueil d'origine différentes” (BRUNEAU, 2009: p. 32).

Modalidades migratórias na era da mobilidade

Segundo Domenach e Picouet (1996), os deslocamentos ocorrem segundo modalidades migratórias específicas que dependem dos motivos e da duração dos deslocamentos e podem ser realizados pelo indivíduo ou por uma família. Para os autores, via de regra a causa da partida determina a forma que o deslocamento assume (no caso do êxodo rural, por exemplo, a migração tende a ser familiar e a afetar várias famílias de uma região, por outro lado, a migração motivada por trabalho ou estudo tende a ser uma experiência mais individualizada).

Até muito recentemente, a classificação dos migrantes era feita com base em tipologias simples, e segundo Domenach e Picouet (1996), os autores tentavam relacionar a mobilidade humana aos diversos modos de produção, construindo tipologias baseadas nas diferenças de estágios nos níveis de desenvolvimento econômico, sendo que a função dos movimentos populacionais era garantir o equilíbrio na oferta de trabalho entre outros.

No entanto, as novas mobilidades caracterizam-se por uma grande diversidade. Aos fatores que classicamente foram visto como motivadores de deslocamentos, como os fatores político-religiosos, econômicos e demográficos, somaram-se novas “lógicas migratórias”, culminando no aumento significativo dos fluxos internacionais (DUMONT, 2006). Como o panorama migratório alterou-se e os conceitos precisaram ser reformulados ou construídos, novas formas de tipificar e classificar os deslocamentos devem ser almejadas.

Para Wenden (2001) há atualmente novos fatores de atração e de esquemas migratórios. Não trata-se mais da antiga migração de trabalhadores, nem das “duplas migratórias” herdeiras de história colonial e de relações privilegiadas entre país de partida e de acolhida: assiste-se atualmente a uma diversificação crescente das áreas de partida, rumo a destinos sem laços aparentes. Este novo contexto da migração evidencia-se pela multiplicação dos fluxos existentes, bem como pela variedade dos modos de instalação, entre os quais, pode-se destacar: reagrupamento familiar, estudantes, trabalhadores qualificados e classes médias, fuga de cérebros, trabalhadores temporários, trabalhadores pendulares transnacionais, demandantes de asilo, indocumentados.

Para classificar estas formas de mobilidade internacional é possível basear-se em critérios variados, tais como: características socioeconômicas dos migrantes, situação jurídica do migrante na sociedade de acolhimento, duração e/ou a reversibilidade do deslocamento, entre outras. Assim como uma conceituação rígida de migração pode ser prejudicial para uma investigação, o delineamento de modalidades migratórias trará mais êxito para a pesquisa na medida em que satisfaça as exigências específicas do objeto, e isso ocorre quando a tipologia está mais adequada ao contexto estudado do que às exigências de um formalismo teórico rígido.

Domenach e Picouet (1996) insistem na face “moderna” do fenômeno migratório e é por isso que para estes autores sua análise deve ser plural, tanto quanto a teoria e a metodologia utilizadas. Estes autores propõem uma tipologia agregada da mobilidade, centrada no caráter da reversibilidade migratória. Esta perspectiva recupera a noção de residência base como um espaço de referência do indivíduo, subjacente aos seus deslocamentos, mas que é possivelmente múltiplo.

A residência base define-se então como um lugar ou um conjunto de lugares a partir dos quais os deslocamentos têm alta probabilidade de retorno, qualquer que seja a duração da estada (semana, meses, anos) durante a vida de um indivíduo. Quando a probabilidade de retorno diminui (noção de natureza distinta dependendo do país e dos contextos socioculturais), a

implantação da residência base muda e a natureza do deslocamento resulta então em uma migração (DOMENACH e PICOUET, 1996: p. 42)¹¹.

Com base neste caráter do movimento, os fluxos podem ser irreversíveis ou reversíveis. Os primeiros são aqueles que configuram uma mudança de residência definitiva e sem ligação com a anterior. Estes podem ser forçados, provocados, voluntários ou itinerantes. Por outro lado, os fluxos reversíveis podem ser de longa duração, de reversibilidade renovada ou esporádica. Os critérios aqui utilizados pelos autores são a duração, o motivo e a periodicidade dos deslocamentos efetuados em relação a uma residência base (DOMENACH e PICOUET, 1996)¹².

Para Wenden (2001) é possível construir tipologias com base na dimensão espacial, nas fronteiras, nas características socioeconômicas dos migrantes ou ainda a partir das lógicas migratórias (motivação econômica, demográfica ou política, por exemplo). Por outro lado, a investigação sobre a situação dos imigrantes e o relacionamento com a sociedade de acolhimento beneficiam-se de outros critérios distintivos como a situação jurídica dos migrantes: acesso à nacionalidade, estatuto de refugiado ou do reagrupamento familiar, indocumentado, etc. Outra possibilidade classificatória é usar como base a natureza dos fluxos: requisitantes de asilo, pessoas deslocadas, candidatos ao reagrupamento familiar, migração de negócios, migrações étnicas, movimentos transfronteiriços, nomadismo sazonal, movimentos pendulares (WENDEN, 2001).

Na época atual, engendram-se fluxos, modos de instalações e espaços de circulação com tal dinamismo que não é mais possível aceitar concepções muito rigorosas na análise da questão migratória. A dinâmica dos fluxos e as formas de instalação apresentam especificidades de acordo com o tipo de migrante, a modalidade da migração e a forma de inserção na sociedade receptora. As regras políticas, econômicas e sociais não são as mesmas para todos os perfis de migrantes, portanto, conseqüentemente as práticas e os mecanismos envolvidos no projeto e na realização da migração não serão idênticos. A observação de um fluxo migratório hoje pode mais facilmente resultar em uma análise fragmentada, incapaz de apreender o fenômeno em termos de sua totalidade, quando se ignora esse cenário. Assim como uma concepção muito restrita de migração significa a desconsideração de formas importantes de mobilidade, os critérios para tipificar os deslocamentos também precisam ser cuidadosamente selecionados com o intuito de minimizar os prejuízos analíticos.

A definição das modalidades migratórias precisa estar em sintonia com a particularidade do fenômeno a ser pesquisado, pois sua função é oferecer uma ferramenta à análise, não deve ser concebida para ser abstrata, nem universal: o valor explicativo da tipologia adotada deve fazer face ao contexto investigado. Frente ao fenômeno da globalização, os tipos de modalidades migratórias devem ser capazes de diferenciar as formas, os fatores e os objetivos das mobilidades de forma a contemplar a multiplicidade dos deslocamentos.

O argumento central da reflexão proposta é que a compreensão das migrações internacionais contemporâneas exige a contextualização do fenômeno investigado, do ponto de vista da origem, do destino e da sustentação dos fluxos, bem como dos agentes envolvidos. Essa

¹¹ Tradução livre com base na versão espanhola do texto: "La residencia-base se define entonces como un lugar o un conjunto de lugares, a partir de los cuales los desplazamientos tienen alta probabilidad de retorno, cualquiera sea la duración de la estadía (semanas, meses, años) durante la vida de un individuo. Cuando la probabilidad de retorno disminuye (noción de naturaleza muy diferente según los países y los contextos socioculturales), la implantación de la residencia base cambia y la naturaleza del desplazamiento resulta entonces una migración" (DOMENACH e PICOUET, 1996: p. 42)

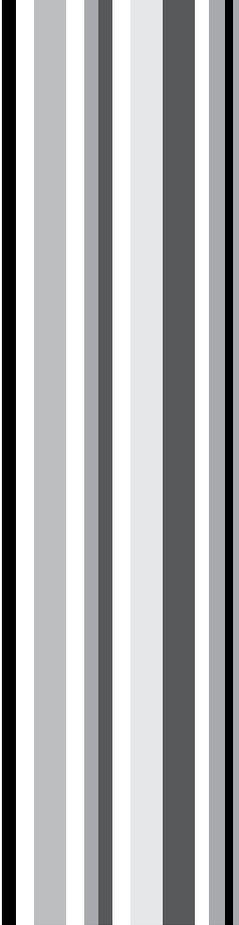
¹² De acordo com os autores, os fluxos de longa duração associam-se às necessidades de reprodução social e são via de regra migrações de trabalhadores, caso no qual apesar da integração, o objetivo de retorno é sempre forte, através da importância que as remessas assumem. Os fluxos de reversibilidade renovada, por outro lado, têm em comum um trajeto constante para destinos específicos, fluxos que se apóiam em redes de migrantes bem organizadas e o espaço de residência base pode ser ampliado, pela criação de espaços bipolarizados. Por último, os fluxos de reversibilidade esporádica são mais instáveis no tempo e no espaço, dependem de desequilíbrios no mercado de trabalho, de grandes projetos de infraestrutura, casos nos quais novas redes se instituem.

“empreitada” não pode ser conduzida sem o reconhecimento da diversidade dos deslocamentos e dos tipos de migrantes. Assumindo esta perspectiva, a investigação demanda uma reflexão sobre o que é migração e quem é o migrante na sociedade de acolhimento, contemplando nesta abordagem a diversidade das modalidades de migração e de circulação no fluxo pesquisado. Independentemente do referencial adotado em cada pesquisa, o importante é que o modelo teórico “prove” sua capacidade de compreender o fenômeno, tarefa mais facilmente realizável quando a teoria e os conceitos utilizados estão em consonância com o contexto e com o fluxo pesquisado.

Referências

- ALEXANDER, J. C. “O novo movimento teórico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 4, vol. 2, 1987.
- BRETTELL, C. B. e HOLLIFIELD, J. F. “Migration theory”. In: BRETTELL, C. B. e HOLLIFIELD, J. F. (orgs.) *Migration theory: talking across disciplines*. New York: Routledge, 2000.
- BOURDIEU, P. “Espaço social e gênese das classes”. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil & Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. “Os três estados do capital cultural”. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRUNEAU, M. “Pour une approche de la territorialité dans la migration internationale: les notions de diaspora et de communauté transnationale”. In: CORTÈS, G. e FARET, L. (orgs) *Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines*. Paris: Armand Colin, 2009.
- CORTÈS, G. e FARET, L. “La circulation migratoire dans l’ordre des mobilités”. In: CORTÈS, G. e FARET, L. (orgs) *Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines*. Paris: Armand Colin, 2009.
- COURGEAU, D. *Methodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes*. Paris: Editions de l’Institut national d’études démographiques, 1988.
- DEGENNE, A. “Sur les réseaux de sociabilité”. *Revue Française de Sociologie*. Vol. 24, nº 1, 1983. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3321788>> acesso em 11/01/2011.
- DIMINESCU, D. “Le migrant dans un système global de mobilités”. In: CORTÈS, G. e FARET, L. (orgs) *Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines*. Paris: Armand Colin, 2009.
- DOMENACH, H. e PICOUET, M. “El caracter de reversibilidad en el estudio de la migracion.” *Notas de población*, nº 49, 1990.
- DOMENACH, H. e PICOUET, M. *Las migraciones*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1996.
- DUMONT, G. “Les nouvelles logiques migratoires au XXIe siècle”. *Outre-Terre*, nº 17, 2006. Disponível em: <www.cairn.info/revue-outre-terre-2006-4-page-15.htm>. Acesso em: 18/07/2011.
- EREL, Umut. “Migrating Cultural Capital: Bourdieu in Migration Studies”. *Sociology*, Vol. 44, nº 4, 2010. Disponível em: <<http://soc.sagepub.com/content/44/4/642>> acesso em 11/01/2011.
- FAIST, T. *The volume and dynamics of international migrations and transnational social spaces*. New York: Oxford University Press, 2000.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L. e BLANC, C. “From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration”. *Anthropological Quarterly*, Vol. 68, No. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3317464>>. Acessado em: 02/05/2011.
- LEE, E. S. “Uma teoria sobre a migração”. In: MOURA, H. A. de (Coord.). *Migrações internas: textos escolhidos*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva” In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

- MASSEY, D. et al. *Return to Aztlan: the social process of international migration from western Mexico*. Los Angeles: University of California Press, 1987.
- MASSEY, D. et al. "New migrations, new theories" In: *Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium*. New York: Oxford University Press, 1998.
- PATARRA, N. "Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais". *Estudos Avançados*, vol. 20, n. 57, Mai/Ago 2006.
- PORTES, A. *Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta, 1999.
- RYAN, L. et al. "Social Networks, Social Support and Social Capital: The Experiences of Recent Polish Migrants in London". *Sociology*, vol. 42, n° 4, 2008. Disponível em: <<http://soc.sagepub.com/content/42/4/672>> acesso em 11/01/2011.
- SALES, T. "Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações de pesquisa". *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, v. 9, n. 1, jan/jul, 1992.
- SASSEN, S. *La movilidad del trabajo y del capital*. Madri: Ministério de Trabajo y Seguridad Social, 1993.
- SASSEN, S. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre. Editora Artmed. 2010.
- SAYAD, A. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- SCHAEFFER, F. "La circulation migratoire, révélatrice de la structuration sociospatiale du champ migratoire marocain". In: CORTÈS, G. e FARET, L. (orgs) *Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines*. Paris: Armand Colin, 2009.
- SIMON, G. "Penser globalement les migrations". *Projet*, n° 272, 2002. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-projet-2002-4-page-37.htm>>. Acesso em: 18/07/2011.
- SINGER, P. "Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo". In: *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SOARES, W. "Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional". *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 21, n. 1, jan/jun, 2004.
- TARRIUS, A. "Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants". *Annales de la Recherche Urbaine*. n° 59-60, 1996. Disponível em: <<http://libertaire.free.fr/Tgv03.html>>. Acesso em: 20/04/2011.
- WEBER, Max. "A 'objetividade' do conhecimento nas Ciências Sociais". In: COHN, Gabriel. (org) *Max Weber*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.
- WENDEN, Catherine Wihtol de. "Un essai de typologie des nouvelles mobilités". *Hommes & migration*, n° 1233, 2001.



REMESSAS E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS TEÓRICOS

Luís Felipe Aires Magalhães

Este texto buscar delinear os contornos básicos de uma interpretação crítica das remessas de migrantes, de modo a contribuir aos estudos sobre migrações internacionais particularmente dentro da perspectiva histórico-estrutural.

As remessas se inserem no contexto de um sistema capitalista mundial que opera a partir do desenvolvimento desigual de suas partes constituintes (FRANK, 1978; MARINI, 2000; BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Os fluxos migratórios são uma expressão importante de como estas partes, realidades sociais, econômicas e demográficas distintas, relacionam-se de múltiplas formas.

Breve história de um conceito

Antes de apontarmos os principais elementos da importância das remessas de migrantes, seu contexto de produção e de circulação, é necessário resgatar, mesmo que brevemente, o histórico, ainda recente, dos estudos sobre remessas, de modo a justificarmos algumas de nossas opções teóricas e metodológicas em torno a este tema. Para compor este breve histórico, optamos por apresentar a historiografia das remessas proposta por Binford (2002), por estar este autor em uma posição teórica e metodológica próxima à nossa perspectiva. Todavia, o seu esforço de categorização não substitui o nosso próprio esforço de síntese e sistematização de toda a literatura sobre remessas – a qual não cabe aqui desenvolvermos, pelos objetivos próprios do capítulo – razão pela qual não abriremos mão de sempre indicar a autoria da categorização – bem como sublinhar possíveis divergências em relação a ela.

Segundo Binford (2002), os primeiros estudos sobre remessas de migrantes são marcados por uma resistência a interpretar o tema enquanto um elemento impulsionador de desenvolvimento econômico e social. O autor elenca como expressões importantes destes estudos

aqueles elaborados por Joshua Reichert, Raymond Wiest e Richard Mines. Estes pesquisadores, de acordo com Binford (2002)

aceitaram que a enorme afluência de dinheiro gerado no país [de origem das remessas] distorcia mais que desenvolvia as economias (...), pois exacerbava o conflito social, as diferenças econômicas e a inflação de preços, e fomentava um círculo vicioso pelo qual a emigração gerava uma maior emigração (BINFORD, 2002, p. 117, tradução livre)¹.

No âmbito deste marco interpretativo, portanto, as remessas são analisadas como elementos externos à economia que as recebe, não correspondendo, portanto, aos elementos endógenos desta economia; uma vez aportados nela, teriam a propriedade de alterar o seu nível de preços, elevar as desigualdades sociais (e por isto intensificar os conflitos sociais) e constituir uma situação de dependência em relação a estas remessas, que gera uma retroalimentação do processo emigratório, dentro do qual toda a emigração significará sempre ainda mais emigração. Deste marco interpretativo se desvela, portanto, a hipótese da dependência de remessas (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010), condição na qual as famílias receptoras de remessas – e o mercado existente no entorno delas – desenvolvem um rentismo de remessas, uma situação de necessidade destes recursos, o que suscita sempre mais fluxos emigratórios para obtê-los, e a própria síndrome da emigração, por extensão.

O conceito de “síndrome emigratória” é uma importante contribuição elaborada pelos estudos críticos de migrações internacionais, e carrega em si uma reflexão ulterior sobre:

1. os elementos estruturais envolvidos na formação dos fluxos migratórios;
2. a efetivação de fluxos de remessas de migrantes que impactam na região receptora; e
3. a necessidade crescente destes recursos por parte das famílias que os recebem. Em síntese, é um conceito que aparece na literatura sobre o tema das remessas como resultado de uma interpretação sobre a relação entre os efeitos destas remessas e o desenvolvimento social e econômico na região.

Os estudos que se seguiram a estes primeiros estiveram, segundo Binford (2002), mais próximos ao enfoque funcionalista, se distanciando, portanto, da análise histórico-estrutural. Por consequência, temas como a dependência das remessas e a síndrome emigratória saíram de cena, dando lugar a uma interpretação mais “otimista” em relação ao papel das remessas de migrantes na sociedade que as recebe. Seriam expressões deste referencial teórico pesquisadores como Douglas Massey, Jorge Durand e Richard Jones.

De acordo com Binford (2002), é importante destacar dois elementos da formulação e expansão deste enfoque teórico. O primeiro destes elementos é que este enfoque se desenvolveu em vistas de um grande crescimento do volume das remessas no mundo, particularmente na América Latina, o que ressaltou nestes estudos a importância das remessas especialmente nas áreas rurais mais pobres. O segundo elemento é que, como veremos melhor adiante, no momento da formulação deste enfoque (anos 90) as reformas neoliberais depreciavam as condições de vida de milhões de famílias pobres, de forma que as remessas de migrantes poderiam significar uma esperança em um contexto de marginalidade, empobrecimento e miséria, especialmente para aquelas pequenas comunidades rurais, não inseridas no mercado de trabalho e que usam as remessas inclusive como mecanismo de financiamento de seu consumo corrente mais imediato e necessário – alimentação, saúde, moradia etc. De acordo com Binford (2002),

¹ “acceptaron que la enorme afluencia de dinero generado en el país vecino distorsionaba más que desarrollaba las economías rurales, pues exacerbaba el conflicto social, las diferencias económicas y la inflación de precios, y fomentaba un círculo vicioso por el que la emigración generaba una mayor emigración” (BINFORD, 2002, p. 117).

em uma posterior avaliação de seu impacto, alguns investigadores argumentaram que os estudos prévios [os primeiros estudos críticos sobre remessas] não apenas haviam subestimado enormemente o impacto das remessas no desenvolvimento econômico como também haviam representado injustamente a emigração a outros países como a origem de um grande número de mal-estares sociais; reavaliaram a incidência produtiva direta das remessas, tomando em conta os efeitos indiretos ou multiplicadores do gasto em bens de consumo proveniente de ditas remessas. Por último, refutaram o argumentado nos [anos] oitenta de que as remessas agudizam as divisões de classe e os conflitos sociais, ou que por meio de mecanismos comerciais, vão-se desviando às zonas urbanas, nas quais passam a constituir mais um fator de brecha de soldos e empregos entre a cidade e o campo (BINFORD, 2002, p. 119, tradução livre)².

Ainda segundo Binford (2002), os estudos mais recentes sobre remessas, migrações e desenvolvimento compartilham um enfoque revisionista, marcados por uma reavaliação, ainda mais otimista e positiva, das remessas e das próprias migrações. O enfoque acima, de acordo com Binford (2002) é, em essência, uma adaptação da visão funcionalista, mantendo fora de seu marco analítico as categorias próprias do enfoque histórico-estrutural, como a dependência das remessas e a síndrome emigratória (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Um aspecto central deste enfoque revisionista é a negação da possibilidade de que as remessas possam trazer efeitos sociais e econômicos perversos, como os já descritos. Negando-se isto, se desprende prontamente uma análise dos efeitos multiplicadores que as remessas podem oferecer: mesmo numa condição em que a maior parte das remessas são utilizadas para consumo corrente, os seus efeitos multiplicadores (impulso ao comércio, ao setor de serviços, ao sistema bancário na região etc) podem acarretar desenvolvimento econômico e social na região, incentivando, por parte de pequenos poupadores não necessariamente receptores de remessas, atividades de investimento produtivo. Por fim, este enfoque inaugura o debate sobre a relação entre consumo e investimento nas formas de utilização das remessas. Segundo nossa interpretação, uma expressão bastante recente deste enfoque pode ser encontrado em Barricarte (2010)³, no qual se estabelece um conjunto de efeitos positivos possíveis das remessas, como, para citar apenas alguns exemplos, a atenuação das desigualdades, o incremento nos investimentos produtivos e a diminuição da pobreza nos países receptores destes recursos.

A crise capitalista mundial e a persistência de condições de dependência e marginalidade social mesmo após décadas de crescimento exponencial das remessas têm feito, todavia, a perspectiva histórico-estrutural de estudos das remessas recuperar espaço e retomar sua posição no centro do debate sobre a questão (COVARRUBIAS, 2010). Para além dos elementos teóricos acima, dois elementos metodológicos amparam este resgate crítico: a aproximação que elabora entre o tema das remessas de migrantes e as análises do subdesenvolvimento e da dependência, reforçando, portanto, a natureza sistêmica e material das remessas; e a persistente crítica ao caráter apologético dos estudos funcionalistas e revisionistas, incapazes de explicar com suficiente rigor a razão pela qual, a despeito do crescimento das remessas, as desigualdades sociais têm se aprofundado nas últimas décadas.

² “En una posterior evaluación de su potencial, algunos investigadores argumentaron que los estudios previos no sólo habían subestimado enormemente el impacto de las remesas en el desarrollo económico sino que habían representado injustamente la emigración a otros países como el origen de un gran número de malestares sociales; reevaluaron la incidencia productiva directa de las remesas, tomando en cuenta los efectos indirectos o multiplicadores del gasto en bienes de consumo proveniente de dichas remesas. Por último, refutaron lo argumentado en los ochenta de que las remesas agudizan las divisiones de clase y conflictos locales, o que por medio de mecanismos comerciales, se van desviando a las zonas urbanas, en las que pasan a constituir un factor más de la brecha de sueldos y empleos entre la ciudad y el campo” (BINFORD, 2002, p. 119).

³ BARRICARTE, Jesús Javier Sánchez. *Socioeconomía de las Migraciones en un Mundo Globalizado*. Madrid: Editora Biblioteca Nueva, 2010. 352p.

Segundo Binford (2002), as contradições entre uma teoria esperançosa e uma realidade dramática levaram alguns quadros intelectuais do funcionalismo a admitir a debilidade de suas explicações e repensar a suposta capacidade de as remessas levar ao desenvolvimento social e econômico. Tal foi o caso, por exemplo, de Richard Jones:

As remessas internacionais de dinheiro não têm logrado resistir à brecha de ingressos a nível mundial, apesar do fato de que se têm mantido elevadas em uma relação per capita [...]. As transferências de remessas tampouco têm fomentado a transformação e o desenvolvimento econômico em regiões subdesenvolvidas. A questão relevante, sem embargo, é se as famílias de ditas regiões vivam melhor graças à emigração e às remessas enviadas que sem elas (BINFORD, 2002, p. 145, tradução livre)⁴.

Em conformidade com Binford (2002), a teoria crítica das remessas de migrantes, por seu turno, não se exime da denúncia permanente das debilidades teóricas dos demais enfoques, e nisto expressa não apenas a necessidade de fazer o debate e o embate intelectual, como também o fato de partir de preocupações sobre a questão migratória internacional que não são apenas teóricas. Especialmente pela segunda razão, o enfoque contribui para resgatarmos do fenômeno migratório internacional a sua dimensão humana e política, advertindo para o fato de que, por mais desenvolvidas e aprimoradas que sejam as teorias migratórias, o objeto delas jamais deixará de ser o ser humano, o migrante pelas mais diversas razões, que se defronta com fortes e não raras vezes intransponíveis barreiras impostas à sua mobilidade espacial – na maioria das vezes, a única forma ainda possível de ascensão social. Tal é, por exemplo, a perspectiva de Binford (2002). Analisando especificamente o caso das famílias residentes nas áreas rurais do México, mas advertindo sobre os efeitos gerais das remessas, Binford (2002) apresenta sucintamente sua perspectiva:

Desde o meu ponto de vista, a perspectiva revisionista da emigração e das remessas de dinheiro é outro intento mais de mostrar-se otimistas diante de uma situação lamentável que deve investigar os efeitos e as contradições à resistência à política econômica neoliberal, cujo enorme efeito negativo se tem abatido sobre as famílias e as comunidades do México rural (BINFORD, 2002, p. 119, tradução livre)⁵.

O enfoque histórico-estrutural de estudos das remessas apresenta, portanto, dois eixos teóricos indissociáveis: primeiro, a colocação do tema das remessas no marco das leis de reprodução desigual do capital, passo no qual as remessas são entendidas dentro de um circuito específico de produção e de circulação (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010); e segundo, a crítica teórica às debilidades dos demais enfoques (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Vejamos isoladamente cada um destes dois eixos.

O primeiro eixo teórico (análise das remessas de migrantes dentro dos marcos das leis de reprodução desigual do capital) suscita dois pontos importantes para a análise das remessas de migrantes. Inicialmente, a importância de se ir além dos efeitos econômicos mais urgentes, e analisar, sobretudo, as transformações sociais que advêm do aporte de remessas. Este ponto, particularmente, reforça a necessidade da análise da estrutura social da região receptora de remessas, dado que classes sociais distintas recebem os efeitos das remessas de forma também

⁴ “Las remesas internacionales de dinero no han logrado reducir la brecha de ingresos a nivel mundial, a pesar del hecho de que se han mantenido elevadas en una relación per capita [...]. Las transferencias de remesas tampoco han fomentado la transformación y el desarrollo económico en regiones subdesarrolladas. La cuestión relevante, sin embargo, es si las familias de dichas regiones viven mejor gracias a la emigración y las remesas enviadas que sin ellas” (BINFORD, 2002, p. 145).

⁵ “Desde mi punto de vista, la perspectiva revisionista de la emigración y las remesas de dinero es otro intento más de mostrarse optimistas ante una situación lamentable que debe investigar los efectos y las contradicciones o la resistencia a la política económica neoliberal, cuyo enorme efecto negativo se ha abatido sobre las familias y las comunidades del México rural” (BINFORD, 2002, p. 119).

distinta. Outro ponto suscitado é que, indo-se além dos efeitos econômicos, se vislumbra mais claramente a posição que as remessas ocupam no circuito de produção e de circulação do capital – saímos então do economicismo e rumamos a uma análise mais material de como funciona o sistema capitalista mundial e como atuam nele as remessas. É particularmente neste ponto em que o enfoque crítico das remessas se aproxima do marxismo e dos estudos da teoria marxista da dependência, e coloca de modo mais concreto na rota dos estudos de remessas o tema do desenvolvimento social e econômico das regiões receptoras.

Da síntese destes dois pontos se desprende a necessidade de uma análise acurada das sociedades receptoras de remessas, em especial no que se refere à configuração das classes sociais nelas (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Esta tarefa, segundo o enfoque histórico-estrutural seguido aqui, requer estudar determinada região à luz de sua inserção na estrutura da divisão internacional do trabalho, e avaliar historicamente como ela se integra nesta estrutura. A análise de como se desenvolve esta relação em regiões da periferia do sistema capitalista (como a América Latina e, naturalmente, o Brasil, por exemplo) permite esclarecer os equívocos construídos em torno às remessas de migrantes, especialmente por advertir que elas são criadas em condições de super-exploração da força de trabalho imigrante e por esclarecer a conjuntura econômica e social de dependência em que as remessas se inserem (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010).

Neste ponto, os estudos histórico-estruturais das remessas (BINFORD, 2002; MARTES e SOARES, 2006; COVARRUBIAS, 2010) aproximaram este tema das demais componentes do processo de reprodução ampliada do capital, e contribuíram ao sistematizar o circuito das remessas de migrantes em uma teoria que compreende o tema em uma esfera de produção e uma esfera de circulação de remessas (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Desta contribuição nos apropriamos neste trabalho para o estudo específico das remessas dos migrantes sul- Catarinenses residentes nos Estados Unidos.

O tema das remessas de migrantes tem se constituído em uma questão de crescente importância para muitos países, especialmente aqueles mais envolvidos na dinâmica das migrações internacionais. Se, por um lado, é um tema de emergência na análise das transformações da divisão internacional do trabalho e do fluxo de capital em escala global, por outro, ainda não tem sido devidamente incorporado dentro de um marco teórico e metodológico definido, sendo constantemente analisado aparte das condições gerais da reprodução capitalista. Daí precisamente vem o segundo eixo da interpretação histórico-estrutural das remessas: a crítica aos enfoques funcionalistas e revisionistas. Segundo Binford (2002) e Covarrubias (2010), estas visões dominantes apresentam inicialmente duas características gerais: uma primeira, na qual as remessas de migrantes aparecem constantemente definidas apenas pela sua aparência mais visível – enquanto transferência de recursos entre países –, e uma segunda, na qual a partir da primeira se constrói uma análise apologética sobre as remessas, que passam a adquirir propriedades transformadoras para as economias receptoras, constituindo-se como verdadeiras salvas para países dependentes. Segundo Covarrubias (2010),

desde a visão dominante, as remessas são conceituadas como dinheiro enviado pelos migrantes às suas famílias (remessas familiares) ou pelas organizações de oriundos a seus lugares de origem (remessas coletivas). O conceito de remessas é retomado acriticamente de organismos como o Banco Mundial e se refere a recursos privados ou transferências de dinheiro entre migrantes e suas famílias e comunidades. Este conceito é a-histórico, descontextualizado e consubstancial à ideologia neoliberal: recursos privados que têm que ser introduzidos à esfera do mercado, bancos comerciais, micro finanças ou investimento produtivo. A questão é se

contribuem ou não ao desenvolvimento. Esta definição e tipologia de remessas resultam muito limitadas porque não desvelam as relações sociais que geram e conduzem estes recursos, não detectam o papel dos migrantes nos processos de desenvolvimento e permanecem em uma visão fetichista das remessas. Por outro lado, deificam as relações entre migrantes e seus congêneres (COVARRUBIAS, 2010, p. 76, tradução livre)⁶.

Segundo a perspectiva objeto da crítica acima, as remessas de migrantes atenuam as desigualdades sociais e promovem a saída de abaixo da linha da pobreza de milhões de famílias no Brasil e na América Latina, que passariam a viver sob condições mais favoráveis. De acordo com Binford (2002) e Covarrubias (2010), há dois equívocos fundamentais desta perspectiva.

Para os autores, o primeiro equívoco existente nesta interpretação é que ela enfoca as remessas fora do circuito de produção e de circulação do capital (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Como se não fossem criadas e consumidas dentro dos marcos do modo de produção capitalista, as remessas são entendidas enquanto uma ajuda econômica criada sob geração espontânea e com a propriedade de transformar as condições de vida dos familiares dos migrantes, que recebem estas remessas. Segundo, porém, Binford (2002) e Covarrubias (2010), uma análise mais aprofundada da questão teria necessariamente que indicar sob quais condições as remessas de migrantes são produzidas. Ademais, portanto, de inseri-las no escopo dos recursos que se transferem sistematicamente entre os países – e que incidem, portanto, no Balanço de Pagamentos tanto do país de origem das remessas como do de destino –, seria necessário ainda definir mais precisamente como as remessas são utilizadas, se para consumo corrente das famílias ou investimentos produtivos na região. Somente com uma investigação sobre este último ponto (forma de utilização das remessas) é que podemos, de forma mais concreta, elencar os efeitos e impactos promovidos pelas remessas nas regiões que as recebem, e fechar com isto o ciclo de produção e reprodução das remessas de migrantes (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010).

Ainda segundo Binford (2002) e Covarrubias (2010), o segundo equívoco existente naquela interpretação é que ela se ergue em uma exposição de relação entre variáveis, estabelecendo comparações entre o volume de remessas com outros indicadores, buscando relações de causa e efeito entre as remessas e estes outros índices. Martes e Soares (2006) já haviam advertido para a existência de um conjunto de “conexões incertas” presentes na idealização criticada acima.

Enquanto alguns economistas e agências consideram que as remessas significam uma fonte estável de recursos e que, portanto, contribuem para a estabilidade econômica interna, o caso de Governador Valadares parece mostrar que as remessas podem ocasionar outras formas de instabilidade. Os dólares causaram inflação em setores da economia local e uma dependência da entrada contínua de dólares especialmente no mercado imobiliário e construção civil (MARTES e SOARES, 2006, p. 50).

Portanto, efeitos como inflação, elevação especulativa dos preços dos imóveis urbanos e crescimento sem razão produtiva (elevação da produtividade) da renda da terra nas propriedades rurais são elementos presentes na dinâmica social e econômica das regiões receptoras de remessas de migrantes.

⁶ “Desde la visión dominante, las remesas son conceptualizadas como dinero enviado por los migrantes a sus familias (remesas familiares) o por las organizaciones de oriundos a sus lugares de origen (remesas colectivas). El concepto de remesas es retomado acriticamente de organismos como el BM y se refiere a recursos privados o transferencias dinerarias entre migrantes y sus familias y comunidades. Ese concepto es ahistórico, descontextualizado y consubstancial a la ideología neoliberal: recursos privados que hay que introducir a la esfera del mercado; banca comercial, microfinanzas o inversión productiva. La cuestión es si contribuyen o no al desarrollo. Esta definición y tipologia de remesas resulta muy limitada porque no devela las relaciones sociales que generan y conducen estos recursos, no detecta el papel de los migrantes en los procesos de desarrollo y se queda en una visión fetichista de las remesas. Em cambio deifica las relaciones sociales entre migrantes y sus congêneres” (COVARRUBIAS, 2010, p. 76).

Segundo Covarrubias (2010), os dois equívocos denunciados acima estruturam um conjunto de sete mitos ou meia-verdades da relação existente entre migrações internacionais, remessas de migrantes e desenvolvimento econômico e social. Não são, portanto, mitos que fazem menção apenas ao tema das remessas, mas sim à própria concepção de migrações, Demografia e de desenvolvimento social e econômico presentes neste enfoque dominante.

Enunciamos brevemente abaixo estes mitos advertidos por Covarrubias (2010):

- A migração internacional é retratada como um produto da globalização no qual todos ganham, ainda que isoladamente;
- Postula-se que o livre mercado e os ajustes estruturais implantados nas últimas décadas sobretudo na periferia do sistema capitalista mundial levam ao equilíbrio econômico e social;
- Argumentam não ser possível se conter as migrações, ainda que estes sejam fenômenos que podem, sim, ser administrados e governados;
- Teorizam as migrações como, em essência, um processo cultural, uma tradição dos povos que se reproduz a si mesma, a despeito das condições econômicas e sociais vigentes que condicionam o fenômeno migratório em escala internacional;
- Postulam que as migrações são uma estratégia de maximização dos salários, de forma que as causas estruturais do processo são tão somente elementos secundários;
- Interpretam os migrantes, tanto regionais quanto internacionais, como agentes do desenvolvimento, e as suas remessas, as alavancas deste processo e;
- Sentenciam que as boas práticas administrativas representam a melhor estratégia de regulação das migrações e do desenvolvimento.

Para além da insistência em termos sem conteúdo preciso e por isto mesmo facilmente relativizáveis (“ganham”, “equilíbrio”, “administrar e governar”, “boas práticas” e “melhor”, apenas para citar os mais evidentes), não devemos perder de vista ainda que os mitos acima são derivados, fundamentalmente, de uma análise do processo migratório situado no nível micro-social (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010).

Para a perspectiva histórico-estrutural, por outro lado, as causas do processo migratório e os elementos explicativos das remessas de migrantes devem ser procurados na própria estrutura ou gênese do sistema capitalista. Esta formulação tem sido desenvolvida e submetida à análise e à crítica, de forma bastante recente, por um conjunto de estudiosos do tema (BINFORD, 2002; CASTELO-BRANCO, 2005/2006; MÁRQUEZ, 2005; NEWLAND, 2007; CASTELS e DELGADO, 2007; MÁRQUEZ, 2008; CANALES, 2008; DELGADO e MÁRQUEZ, 2009; DELGADO, MÁRQUEZ e RODRIGUEZ, 2009; COVARRUBIAS, 2010). Nestes esforços, vinculam as remessas de migrantes ao processo de acumulação mundial de capital, o que significa interpretar os fluxos migratórios internacionais à luz da sistêmica geração pelos mecanismos de produção capitalista de uma sobrepopulação relativa, que reforçam, não apenas na periferia do sistema, mas também em seu centro, espaços de insustentabilidade econômica e social. Segundo Binford (2002) e Covarrubias (2010), diferentemente do nível de análise microsociedade dos enfoques funcionalistas e revisionista, “este enfoque analisa as relações sociais de exploração, dominação e opressão que sustentam o modelo de acumulação e o sistema de poder no sistema mundial” (COVARRUBIAS, 2010, ps. 65-66, tradução livre)⁷. A produção e a circulação das remessas de migrantes fazem, intimamente, parte deste sistema. As remessas,

⁷ “Este enfoque analisa las relaciones de explotación, dominación y opresión que sustentan el modelo de acumulación y el sistema de poder en el sistema mundial” (COVARRUBIAS, 2010, ps. 65-66).

como todas as mercadorias, serviços e recursos produzidos pelo sistema capitalista, possuem relações de produção (resultam de um processo de exploração da força de trabalho imigrante) e relações de reprodução (se destinam à manutenção dos membros da família, à reprodução também desta força de trabalho). Em outras palavras, as remessas de migrantes não são, como nos outros enfoques, meras variáveis econômicas, mas sim expressão de relações sociais, e as expressam em dois níveis: no nível das relações sociais de produção e no nível das relações sociais de reprodução (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Aprofundemo-nos nesta proposição.

Inicialmente, é preciso identificar que as remessas têm origem em condições de trabalho assentadas na superexploração da força de trabalho imigrante. O recurso à superexploração da força de trabalho imigrante nos países centrais (particularmente os Estados Unidos) é uma possibilidade aberta pela própria política migratória nestes países, com forte conteúdo étnico, racial e de classe (GAUDEMAR, 1977; BINFORD, 2002; CASTELO-BRANCO, 2005-2006; COVARRUBIAS, 2010).

É importante também para o estudo crítico das remessas um olhar sobre formação e estrutura social da região de origem do migrante. Por consequência, também a forma de utilização das remessas, a sua canalização para consumo corrente ou para investimento produtivo, e ainda a hipótese da dependência familiar das remessas, são questões que têm seus elementos explicativos nesta estrutura social do lugar de origem dos migrantes: é como ela atua sobre os migrantes e a posição destes nesta estrutura o que condicionará mais fortemente se os recursos recebidos sob a forma de remessas serão consumidos instantaneamente ou poupados para investimentos produtivos. Ou seja, o estudo desta posição é central também para o entendimento da esfera de circulação das remessas, mas a posição em si é uma resposta prévia, pois se trata de uma noção relacional que nos remete à estrutura econômica e social da região. Por tal razão, é fundamental não perder de vista a dialética indivíduo-classe social neste âmbito, compreendendo a atuação decisiva da formação econômica e social dependente, no sentido de condicionar a forma de utilização das remessas. Embora a resposta última sobre como as remessas serão utilizadas seja dada no plano individual ou familiar, esta forma se dará no contexto de uma estrutura social e econômica concreta. Em comunidades muito pobres, a dependência dos recursos das remessas é mais evidente e a sua forma de utilização concentra-se mais em termos de consumo corrente, imediato. Por outro lado, em comunidades mais privilegiadas, a dependência dos recursos das remessas de migrantes tende a ser menor, e a utilização destes recursos pode se concentrar, portanto, em investimentos produtivos.

Após situar, ainda que brevemente, as remessas de migrantes no contexto da circulação internacional de capital, analisaremos adiante mais detidamente as esferas de produção e de circulação das remessas de migrantes. Começamos investigando as condições de funcionamento da esfera de produção das remessas, dando especial atenção às relações de trabalho que constituem o processo de trabalho imigrante nos Estados Unidos.

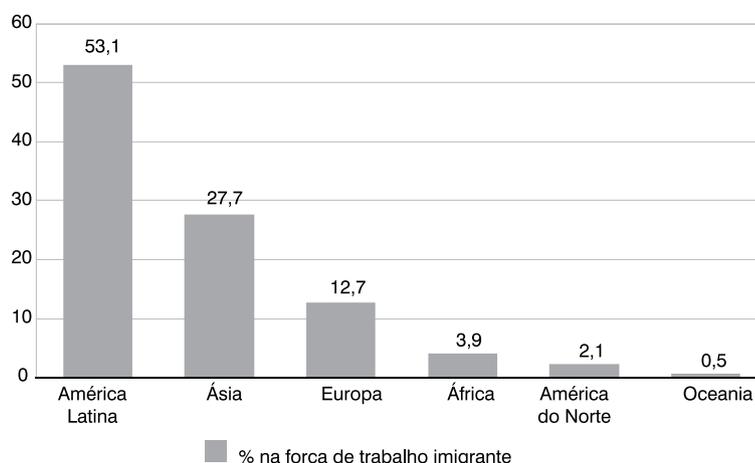
A esfera de produção das remessas de migrantes

Para começar, é importante ressaltar que nosso marco interpretativo busca identificar as condições nas quais são produzidas as remessas de migrantes, ou seja, contextualizar a esfera de produção das remessas. Isto significa um desvio em relação aos estudos de remessas que não problematizam a formação concreta destas recursos, ou seja, os estudos que apenas interpretam este conceito a partir da forma acabada “remessas de migrantes”, analisando especialmente seu

volume, sem refletir, todavia, como foram criadas. Este nosso procedimento é um resultado lógico de nossas preocupações teóricas e metodológicas: sendo as migrações internacionais um processo social, as remessas têm também uma origem socialmente condicionada, e são estas condições que buscamos identificar agora. Isto é, são as relações sociais que estão presentes na formação (produção e reprodução) das remessas o objeto de uma análise que busca inserir o tema das remessas no marco de uma teoria crítica das migrações – histórico-estruturalismo.

A caracterização da esfera de produção das remessas de migrantes é, em essência, a análise das relações de trabalho que envolvem a força de trabalho imigrante nos Estados Unidos. Do total de trabalhadores imigrantes nos Estados Unidos, os latino-americanos representam uma parcela significativa: 53,1%, se constituindo no maior grupo de imigrantes trabalhadores segundo continente de origem (Gráfico 1).

GRÁFICO 1. Origem da Força de Trabalho Imigrante dos Estados Unidos (em % do total, 2010)



Fonte: Banco Mundial, 2010.

É preciso destacar que, dentro do conteúdo étnico-racial e de classe da política migratória norte-americana, a simples presença de força de trabalho imigrante em um país de economia central não significa por si só uma condição de superexploração desta força de trabalho: é preciso que, além disto, esta força de trabalho esteja à serviço de (seja apropriado por) um projeto histórico que subalternize o estrangeiro e que também se aproprie das diferenças de classe para a manutenção da ordem econômica e social vigente (GROSFOGUEL, 2007). A primeira condição vem sendo largamente utilizada desde que o sistema mundial se organiza de uma forma polarizante, entre uma metrópole e suas colônias, um centro e suas periferias, como afirma Grosfoguel (2007).

O racismo é um mecanismo central de manutenção de uma força trabalhadora sem os mesmos direitos que os trabalhadores brancos. Através do racismo, se construiu uma força trabalhadora colonial que servia de mão de obra barata não apenas nas regiões periféricas, como também nos próprios centros metropolitanos. Aquelas populações coloniais com cidadania metropolitana dentro dos centros foram subordinadas e mantidas sob um status de cidadãos de segunda classe através da 'geocultura' do racismo no sistema-mundo capitalista. Dependendo dos ciclos do sistema-mundo, o racismo operava para produzir uma força de trabalho barata ou para excluir populações do mercado de trabalho. Geralmente, o primeiro

mecanismo se usava para períodos de expansão do sistema-mundo, e o segundo para períodos de contração (GROSFUGUEL, 2007, p. 8, tradução livre)⁸.

A segunda condição, todavia, tem se mostrado uma característica particular da atual etapa de desenvolvimento do capitalismo, em que a força de trabalho imigrante é utilizada enquanto estratégia de contra tendência da queda da taxa de lucros (AMIN, 1977; GAUDEMAR, 1977; CASTELO-BRANCO, 2005-2006). Este mecanismo requer necessariamente da primeira condição histórica para poder ser utilizado: embora não possamos nos aprofundar aqui na relação dialética entre etnia/raça e classe social, devemos ter sempre em mente que estes elementos não estão fora da dinâmica concreta das migrações internacionais, dado que são produções capitalistas historicamente a serviço de um projeto de dominação. Nos Estados Unidos, esta relação é especialmente clara, estando presente não apenas no ideário de nação vigente (pilar de uma formação econômica e social imperialista) como também nas próprias políticas imigratórias (GROSFUGUEL, 2007). Refletem-se, portanto, nos direitos sociais diferenciados. Segundo Grosfoguel (2007),

quaisquer que sejam os direitos, estes são percebidos ou imaginados como merecidos somente pelas populações 'brancas', enquanto que as minorias étnico-raciais sempre foram vistas como intrusas ou oportunistas que querem levar vantagem destes direitos. Nos Estados Unidos, a classificação social das pessoas tem sido hegemônica por elites e homens brancos através de um longo processo de dominação racial/colonial. As categorias da modernidade, tais como cidadania, democracia e identidade nacional, têm sido historicamente construídas através de dois eixos hierárquicos: 1) entre capital e trabalho; e 2) entre europeus e não europeus (GROSFUGUEL, 2007, p. 15, tradução livre)⁹.

Do ponto de vista da classe social, a política imigratória dos Estados Unidos também deixa muito clara a sua intenção: apropriar-se da estratificação social vigente nos lugares de origem do migrante através de uma estratificação social do próprio migrante:

O Immigration Act, de 1990, estabeleceu que a imigração será administrada segundo uma lista hierarquizada de cinco situações preferenciais, cabendo uma certa quota a cada uma delas.

- Preferência 1: trabalhadores com extraordinária competência nas artes, ciências, educação, negócios, esportes têm uma quota anual de 40.000;
- Preferência 2: trabalhadores com graus avançados e excepcional competência nas artes, ciências, etc, têm uma quota anual de 40.000;
- Preferência 3: trabalhadores qualificados com pelo menos 2 anos de treinamento ou experiência, bacharéis e profissionais graduados, têm uma quota anual de 10.000;

⁸ "El racismo es un mecanismo central de mantenimiento de una fuerza trabajadora sin los mismos derechos que los trabajadores blancos. A través del racismo se construyó una fuerza trabajadora colonial que servía de mano de obra barata no solo en las regiones periféricas, sino también en los propios centros metropolitanos (Wallerstein, 1979). Aquellas poblaciones coloniales con ciudadanía metropolitana dentro de los centros fueron subordinadas y mantenidas en un estatus de ciudadanos de segunda clase a través de la 'geocultura' (Wallerstein, 1979) del racismo en el sistema-mundo capitalista. Dependiendo de los ciclos del sistema-mundo, el racismo operaba para producir una fuerza de trabajo barata o para excluir poblaciones del mercado de trabajo. Generalmente, el primer mecanismo se usaba para períodos de expansión del sistema-mundo, y el segundo para períodos de contracción" (GROSFUGUEL, 2007, p. 8)

⁹ "cualesquiera que sean los derechos éstos son percibidos o imaginados como merecidos solamente por las poblaciones 'blancas', mientras que las minorias etno-raciales siempre fueron vistas como intrusos u oportunistas que quieren tomar ventaja de estos derechos. En los Estados Unidos, la clasificación social de las personas ha sido hegemónica por elites de hombres blancos a través de un largo proceso de dominación racial/colonial. Las categorías de la modernidad tales como ciudadanía, democracia, e identidad nacional han sido historicamente construídas a través de dos ejes jerárquicos: 1) entre el capital y el trabajo; y 2) entre europeos y no europeos (GROSFUGUEL, 2007, p. 15).

- Preferência 4: religiosos, médicos, aposentados de organizações internacionais têm uma quota anual de 10.000;
- Preferência 5: investidores de US\$1.000.000, criadores de empregos para 10 empregados americanos têm uma quota anual de 10.000 (HEIDEMANN e SILVA, 2007, p. 26).

O extrato acima sugere que a política imigratória dos Estados Unidos estabelece cotas de imigração que privilegiam aqueles migrantes com maiores propriedades econômicas e mais elevada formação artística e profissional. Em outras palavras, a política imigratória indica uma elevada seletividade, privilegiando migrantes qualificados e com altas quantias declaradas de recursos. No rol das preferências elencadas pela política imigratória dos Estados Unidos, privilégios recaem sobre os migrantes qualificados e/ou com determinada propriedade de capital. Analogamente, o que se apresenta como preferência pode ser interpretado também como repulsa, discriminação, em relação aos migrantes que não migram sob estas condições econômicas e sociais. Tendo em vista que a política imigratória é não apenas produto, mas também produtora das relações sociais dentro do país, não ter espaço reservado nela significa também não ter espaço dentro da sociedade nacional do país de destino. A política imigratória, além de consagrar as relações sociais e os interesses materiais dominantes do país, ainda abre espaço para capitulações e apropriações como esta sugerida acima.

As relações capitalistas de produção bebem destas contradições para se apropriar das especificidades da força de trabalho imigrante (escassas garantias trabalhistas, não reconhecimento de seus direitos sociais e, ainda, a utilização de sua condição de permanência ilegal no país como elemento extorsivo de pressão sobre os salários). A literatura existente sobre este tema (GAUDEMAR, 1977; BRITO, 1995; BINFORD, 2002; CASTELO-BRANCO, 2005-2006; GROSGOUEL, 2007; HEIDEMANN e SILVA, 2007; COVARRUBIAS, 2010) analisa especialmente como esta dinâmica se executa no caso dos migrantes latino-americanos nos Estados Unidos, sobretudo os mexicanos. Em termos mais gerais, nos referimos ao tipo de migrante específico de uma etapa de desenvolvimento do capitalismo marcada pela crise (BRITO, 1995). Os contornos gerais desta apropriação feita pelo capital da mobilidade internacional do trabalho foram descritos por Binford (2002) da seguinte forma:

Os capitalistas empregadores se apropriam da mais-valia dos trabalhadores (...) imigrantes, a qual se acumula nos recursos das empresas. Seja como empregados em granjas comerciais, seja em restaurantes, fábricas, no setor de construção, abarrotados, em pontos de vendas de frutas etc, os trabalhadores imigrados cedem mão de obra excedente aos empregadores como o preço por não possuir de maneira independente os meios de produção. Os lucros são a forma monetária da mais-valia gerada pelos trabalhadores, que os empregadores se apropriam de acordo com as relações capitalistas de produção. Uma vez convertida em dinheiro (forma líquida do valor) e posta em circulação, a mais-valia cria efeitos multiplicadores, especialmente quando se investe na compra de meios de produção e força de trabalho adicionais. Posto que a mais-valia resulta invisível sob a forma de mercadoria e é ignorada pelos economistas neo-clássicos e os cientistas sociais com tendência neo-clássica, os quais aderem a uma teoria subjetiva do valor e a uma teoria com fundamentos mercantis de determinação dos preços, não consta nos cálculos das contribuições dos imigrados à economia estadunidense. Muitos empregadores estadunidenses pagam aos trabalhadores (...), em particular aos não

documentados, menos do mínimo social para um emprego, o que leva a altas taxas de extração de mais-valia (BINFORD, 2002, p. 136, tradução livre)¹⁰.

Ao ressaltar as baixas remunerações da força de trabalho imigrante em um país do centro do sistema capitalista mundial, remunerações inferiores mesmo ao mínimo social de subsistência, Binford (2002) indica, em realidade, a vigência, nas relações de trabalho a que se submetem os migrantes provenientes da periferia do sistema capitalista mundial, da superexploração de sua força de trabalho (MARINI, 2000).

O recurso a este mecanismo, amplamente utilizado em países de economia dependente, também nos países centrais é um expediente aberto, conforme já pudemos analisar (AMIN, 1977; GAUDEMAR, 1977), pela extensão de um estatuto político inferior ao trabalhador imigrante. Como o capital se apropria da mobilidade internacional do trabalho e estrutura um circuito migratório sul – norte (mais precisamente, centro – periferia) para com isto contrariar a queda da taxa de lucros própria a um momento de crise capitalista, é o tema no qual nos concentraremos agora. Este passo é de essencial importância para entendermos mais profundamente a criação histórica das condições sociais, demográficas, econômicas e laborais que contextualizam a esfera de produção das remessas de migrantes (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010).

O primeiro elemento a se destacar é que a seletividade da estratificação social presente na política imigratória norte-americana consagra, de modo dramático, as diferenças com que o capital trata o trabalhador qualificado e o trabalhador não qualificado, este último geralmente também indocumentado (HEIDEMANN e SILVA, 2007). As diferenças existentes entre estes dois segmentos da força de trabalho são apropriadas pelo capital e sua política migratória à imagem e semelhança de seus interesses. Na realidade concreta do capitalismo norte-americano, o TLCAN (Tratado de Livre-Comércio da América do Norte) foi firmado amparado diretamente nestas diferenças, estabelecendo uma política migratória discriminadora, seletiva e vantajosa ao capital (AMIN, 1977; GAUDEMAR, 1977; BINFORD, 2002; CASTELO-BRANCO, 2005-2006; COVARRUBIAS, 2010). De acordo com Castelo-Branco (2005-1006),

À primeira vista, o TLCAN parece negar a existência do tema «migração», deixando-o de fora do acordo. O TLCAN, entretanto, aborda, sim, o tema e o faz segmentando, hierarquizando e polarizando os trabalhadores em diversas categorias, que podem ser resumidas da seguinte maneira:

1. A legislação do TLCAN simplesmente ignora os trabalhadores pouco qualificados. Nada é dito sobre eles, que são, na verdade, o grosso do fluxo migratório mexicano aos Estados Unidos.
2. O TLCAN permite, com ressalvas, a mobilidade espacial internacional de profissionais de 63 categorias, todas elas de alta qualificação e de alta rentabilidade para as empresas e bancos, como empresários, investidores, financistas e outros tantos. A única ressalva é para os profissionais mexicanos: enquanto os canadenses e estadunidenses desfrutam de

¹⁰ “Los capitalistas empleadores se aproprian de la plusvalía de los trabajadores (...) inmigrantes, la que se acumula en las utilidades de las empresas. Sea que estén empleados en granjas comerciales, restaurantes, fábricas, en el sector de la construcción, en abarrotos, puestos de frutas, etcétera, los trabajadores inmigrados ceden mano de obra excedente a los empleadores como el precio por no poseer de manera independiente los medios de producción. Las utilidades son la forma monetaria de la plusvalía generada por los trabajadores, que los empleadores se aproprian de acuerdo con las relaciones capitalistas de producción. Una vez convertida en dinero (forma líquida del valor) y puesta en circulación, la plusvalía crea efectos multiplicadores, especialmente cuando se invierte en la compra de medios de producción ya fuerza laboral adicionales. Puesto que la plusvalía resulta invisible en forma de mercancía y es ignorada por los economistas neoclásicos y los científicos sociales con tendencia neoclásicista, quienes se adscriben a una teoría subjetivista del valor y a una teoría con fundamentos mercantiles de determinación de precios, no consta en los cálculos de las contribuciones de los inmigrados a la economía estadounidense. Muchos empleadores estadounidenses pagan a los trabajadores (...), en particular a los no documentados, menos del mínimo social para un empleo en particular, lo cual conlleva a altas tasas de extracción de plusvalía” (BINFORD, 2002, p. 136).

ampla mobilidade pelo espaço territorial e econômico do TLCAN, com regras padronizadas, harmônicas e pouquíssimas exigências burocráticas, os trabalhadores mexicanos de alta qualificação precisam obter um visto para entrar nos Estados Unidos (este visto não é necessário para entrar no Canadá). A única referência concreta do TLCAN à migração diz respeito à regulamentação oficial da ‘entrada temporária de pessoas de negócios’ nos três países. Fica patente, desta forma, que se asseguram aos trabalhadores formais e qualificados a liberdade de movimento, enquanto aos restantes dos trabalhadores não resta nem a letra morta da lei, mas somente o rigor do controle dos postos de vigilância nas fronteiras” (CASTELO-BRANCO, 2005-2006, ps. 69-70)¹¹.

A formação histórica de uma diferença nacional dos salários opera de forma fundamental os mecanismos da migração internacional de trabalhadores, resultado que é do desenvolvimento capitalista desigual em escala mundial (MARX, 1867/1984; AMIN, 1977; GAUDEMAR, 1977). Vejamos mais detalhadamente como se desenvolvem estes mecanismos e qual a função da diferença nacional dos salários sobre a migração internacional de trabalhadores.

Em cada país vale certa intensidade média do trabalho, abaixo do qual o trabalho para a produção de uma mercadoria consome mais tempo que o socialmente necessário, e por isso não conta como trabalho de qualidade normal. Apenas um grau de intensidade que se eleva acima da média nacional, num país dado, muda a medida do valor pela mera duração do tempo de trabalho. Não ocorre o mesmo no mercado mundial, cujas partes integrantes são os vários países. A intensidade média do trabalho muda de país para país; é aqui maior, lá menor. Essas médias nacionais constituem assim uma escala, cuja unidade de medida é a unidade média do trabalho universal. Comparando com o menos intensivo, o trabalho nacional mais intensivo produz pois, em tempo igual, mais valor, que se expressa em mais dinheiro (MARX, 1867/1984, ps. 145-146).

No mercado mundial, portanto, há a troca de magnitudes diferentes de trabalho e, por consequência, troca de valores também diferentes (MARX, 1867/1984; MARINI, 2000). Durante muito tempo, a Economia Política de nosso continente latino-americano identificou nesta questão tão somente a vigência da deterioração dos termos de troca, o que tornava possível, ainda que apenas formalmente, uma nova colocação do continente no mercado mundial se alterada a natureza do produto com o qual a periferia do sistema se vincula ao mercado mundial (PREBISCH, 1968; FURTADO, 1987/2006; MARINI, 2000). Por esta razão, industrialização e modernização via substituição de importações adquiriram a repercussão e o respaldo que tiveram durante décadas em nosso país e continente, especialmente entre economistas e sociólogos. Todavia, como não houve qualquer alteração estrutural mesmo em condições de um processo de industrialização, e o fato mesmo desta industrialização ter se desenvolvido de uma forma dependente, aprofundando com isto a transferência de valor, revelaram a insuficiência do projeto reformista burguês de superação do subdesenvolvimento (FRANK, 1978; MARINI, 2000) e a essência do atraso que este projeto objetivava ocultar: o subdesenvolvimento não se origina na natureza dos produtos envolvidos nas trocas do mercado mundial, mas sim na natureza das

¹¹ Um capítulo importante desta história é a função do TLCAN no processo migratório. Os analistas internacionais pró-ordem e os formuladores deste acordo assentaram-se nas causas do processo migratório internacional (desigualdades nacionais entre países do centro e da periferia e intensas pobreza e marginalidade na periferia do sistema mundial) para postular que o acordo poderia aliviar estas condições e, portanto, diminuir o volume dos fluxos migratórios até os países centrais. Às possibilidades de mercado abertas pelo TLCAN caberia ajustar as desigualdades e promover desenvolvimento social e econômico na periferia, algo que repercutiria na decisão de migrar. Todavia, a história depois deste tratado mostrou uma realidade desvantajosa ao México – como o tratado de Methuen o fizera para Portugal e o tratado de Éden, para a França –, com intensificação da pobreza, elevação da desigualdade em relação aos Estados Unidos e ao Canadá e aprofundamento do processo migratório, como os últimos anos têm demonstrado. Para uma leitura mais profunda da relação entre TLCAN e migração México – Estados Unidos, recomendo a leitura de CASTELO BRANCO, Rodrigo. Globalização, Tratado de Livre-comércio da América do Norte e migração internacional: o capital como barreira aos trabalhadores periféricos. In: Revista Lutas Sociais, São Paulo, n’ 15/16, 2’ sem. 2005 e 1’ sem. 2006. Ps. 65-76.

relações de produção destas mercadorias (FRANK, 1978; OURIQUES, 1995; MARINI, 2000) No mercado mundial, relacionam-se então não apenas dois países que produzem mercadorias diferentes, mas também que o fazem com relações de produção diferentes, de forma que, segundo Marx (1867/1984),

a lei do valor é modificada ainda mais em sua aplicação internacional pelo fato de que no mercado mundial o trabalho nacional mais produtivo conta também como mais intensivo, sempre que a nação mais produtiva não seja obrigada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor. Na medida em que a produção capitalista é desenvolvida num país, na mesma medida elevam-se aí também a intensidade e a produtividade nacional do trabalho acima do nível internacional. As diferentes quantidades de mercadorias da mesma espécie, que são produzidas em tempo igual de trabalho em diferentes países, têm, portanto, valores internacionais desiguais, que se expressam em preços diferentes, isto é, em somas diferentes de dinheiro conforme os valores internacionais. O valor relativo do dinheiro será, portanto, menor na nação em que o modo de produção capitalista é mais desenvolvido do que naquela em que é menos desenvolvido. Segue, portanto, que o salário nominal, o equivalente da força do trabalho expresso em dinheiro, será também mais alto na primeira nação que na segunda; o que de forma alguma significa que isso também é válido para o salário real, isto é, para os meios de subsistência colocados à disposição do trabalhador. Porém, mesmo abstraindo essa diferença relativa do valor do dinheiro em diferentes países, será frequentemente verificado que o salário diário, semanal etc, na primeira nação é mais alto que na segunda, enquanto o preço relativo do trabalho, isto é, o preço do trabalho em relação tanto à mais-valia como ao valor do produto, na segunda nação é mais alto que na primeira (MARX, 1867/1984, p. 146).

Desta forma, pois, vemos que os salários são estruturalmente maiores nos países de mais intenso desenvolvimento capitalista, ou seja, nos países centrais, e o menor valor relativo do dinheiro nestes países centrais permite ao trabalhador mais amplo acesso a bens e serviços. Esta diversidade nacional dos salários opera de forma importante a dinâmica das migrações internacionais, mas não no sentido neoclássico, de tendência a um equilíbrio internacional entre as remunerações do trabalho, como sugerem Harris e Todaro (1980). Para os trabalhadores que integram o excedente demográfico e o exército industrial de reserva, a diversidade nacional dos salários significa mais que apenas uma remuneração relativa maior, mas também a possibilidade de realizar uma poupança mínima de seus rendimentos e com isto efetivar o processo de produção de remessas.

Quando nos referimos à “diversidade nacional dos salários” (MARX, 1867/1984), conceito marxista que indica como os distintos níveis de desenvolvimento capitalista (engendrados através de também distintos níveis de composição orgânica do capital) condicionam graus diversos de produção de valor e de pagamento do valor da força de trabalho, entendemos que ela pode operar como fator de expulsão, ou seja, como elemento estrutural do desenvolvimento capitalista de determinada região ou país que forma sua superpopulação relativa e a impele a migrar a outra região ou país. Este conceito está inserido no âmbito das forças de expulsão, noção teórica característica do histórico-estruturalismo, e não no âmbito das decisões individuais, micro sociais, próprias do enfoque neoclássico (SINGER, 1995).

A principal característica deste processo de produção das remessas de migrantes é a natureza subordinada da colocação do migrante no mercado de trabalho do país de destino, colocação esta marcada pela superexploração da força de trabalho, associada na maioria dos casos à ausência de direitos e benefícios sociais. O capital opera então uma vantajosa combinação entre jornadas de trabalho longas, somadas a uma remuneração abaixo do salário médio

do trabalhador nativo, e baixa ou mesmo nenhuma oneração por pagamentos de encargos trabalhistas e sociais. Estes recursos, como vimos, foram abertos pela construção histórica de um estatuto político subalterno, inferior, à força de trabalho imigrante (GAUDEMAR, 1977).

Esta construção é um resultado concreto da atual etapa do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos (BRITO, 1995), marcada por uma crise de realização do capital que exige uma busca por maiores extrações de mais-valia, e da corporificação desta exigência na própria política migratória norte-americana (BARRETO, 2005; HEIDEMANN e SILVA, 2007; COVARRUBIAS, 2010). O acompanhamento das reformas na política imigratória dos Estados Unidos revela claramente esta corporificação. Segundo Barreto (2005), um exemplo é a chamada “Proposta 187 de Reforma”: criada no Estado norte-americano da Califórnia durante a crise econômica provocada pela diminuição da taxa de lucros da indústria bélica na metade da década de 1990, ela postulou que os imigrantes indocumentados fossem proibidos de receber todo e qualquer serviço público oferecido pelo Estado no território da Califórnia. Esta proposta, que fora aprovada pelo eleitorado californiano, já em 1996 havia sido estendida para todo o território dos Estados Unidos, após aprovação no Congresso dos Estados Unidos da Lei de Reforma da Imigração Ilegal e da Responsabilidade do Imigrante (BARRETO, 2005).

Através desta alteração na política migratória norte-americana se fortalece a presença militar na fronteira com o México, se impede os imigrantes sem documentação de regularizar junto ao Estado a sua condição de permanência e se fortalece a submissão do trabalhador estrangeiro ao regime de superexploração de sua força de trabalho. No mesmo ano de 1996, a proposta 187, já federalizada, passa a incorporar também a Lei da Responsabilidade Pessoal e das Oportunidades de Trabalho, através da qual os imigrantes indocumentados de todos os Estados Unidos ficam completamente à margem dos serviços públicos e dos benefícios sociais existentes no país (BARRETO, 2005). À estas medidas vieram somar-se aquelas criadas após os atentados de 11 de Setembro de 2001, reforçando ainda mais a posição subalterna dos imigrantes e a coerção exercida pelo Estado e pelo capital sobre eles (BARRETO, 2005; GROSFUGUEL, 2007; COVARRUBIAS, 2010).

Submetidos a estas condições, os emigrantes brasileiros nos Estados Unidos foram objeto, em 2006, de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (a CPMI da Emigração), requerida pelo Congresso Nacional brasileiro ainda em 2005 com o objetivo de “apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior” (CPMI, 2006, p. 1). Esta CPMI produziu um relatório final de 577 páginas em que se investiga desde as condições da viagem e a atuação de redes de tráfico de pessoas, bem como as condições discriminativas na inserção laboral e social do emigrante brasileiro, especialmente nos Estados Unidos. Trata-se, portanto, de um documento fundamental para o estudo do processo de super-exploração da força de trabalho imigrante nos Estados Unidos, particularmente daquela proveniente da periferia do sistema capitalista mundial. No tocante à vida sob a condição de estrangeiro nos Estados Unidos, concluiu a CPMI em seu relatório que

enquanto trabalham, remetem dinheiro para o País e procuram manter e divulgar aspectos da cultura, da música e da culinária brasileira, os emigrantes enfrentam enormes dificuldades para viver com dignidade e ter acesso aos direitos fundamentais da pessoa humana. No âmbito do trabalho, a condição de ilegalidade deixa-os sujeitos a baixos salários, jornadas extenuantes, muito acima dos limites historicamente conquistados das oito horas diárias, sem direitos trabalhistas e longe dos sindicatos (...). O acesso à saúde e à educação é, muitas vezes, precário e depende da política seguida por cada país ou mesmo da cidade onde se encontram

os imigrantes. A barreira linguística, a dificuldade para o reconhecimento do estudo realizado no Brasil e o medo de serem descobertos pelos agentes locais de imigração acabam por privar o trabalhador brasileiro desses direitos fundamentais (...). O reconhecimento dos anos trabalhados para efeitos de aposentadoria e recebimento de pensões por doença ou invalidez é um dos problemas mais frequentes das comunidades de brasileiros. Como estrangeiros, mesmo pagando impostos, geralmente não podem participar do processo eleitoral nos países onde vivem e influenciar a elaboração de políticas públicas locais que atendam às suas necessidades (CPMI, 2006, p. 36).

Este tema também constituiu objeto de investigação por parte da CPMI da Emigração de 2006. No relatório final desta comissão, registra-se que

as condições de trabalho do emigrante brasileiro no exterior não são as melhores, pois eles acabam disputando postos de trabalho menos valorizados como temporário, via de regra, sem vínculo formal com o empregador. O fato é que a maioria está alijada, ainda que parcialmente, dos sistemas de seguridade e já não mais contribuem para a previdência nacional. Por isso, o problema se torna dramático quando o país de destino não adota um modelo universal de saúde pública, dependendo, assim, de contribuições particulares. Surge então a necessidade de pensar o futuro. Daqui a 20, 30 anos, os emigrantes brasileiros que deixaram o país ainda jovens perderão espaço em mercado que os contrataram em razão de sua vitalidade e de sua capacidade braçal, sem que estejam amparados, pelos direitos inerentes à seguridade social, especialmente a aposentadoria (CPMI, 2006, p. 512).

A superexploração da força de trabalho imigrante, advinda da polarização do sistema capitalista mundial entre centro e periferia (FRANK, 1969; AMIN, 1974; OURIQUES, 1995; MARINI, 2000), desenvolvida historicamente nos países periféricos como mecanismo de compensação da transferência de valor sofrida (AMIN, 1974; MARINI, 2000) e transferida aos países centrais com a apropriação feita pelo capital da mobilidade internacional da força de trabalho (AMIN, 1977; GAUDEMAR, 1977), incide diretamente, portanto, sobre os trabalhadores imigrantes oriundos da periferia sistêmica (GROSFOGUEL, 2007). Não é, logo, uma exclusividade que recai sobre os imigrantes latino-americanos, mas mesmo no que se refere especificamente a estes últimos, podemos perceber na análise do Quadro 1 a existência de particularidades em termos de salário médio anual segundo lugar de origem no continente:

QUADRO 1. Salário médio anual nos Estados Unidos segundo região de nascimento (em US\$ correntes)

Nativos	Mexicanos	Centro-americanos	Caribenhos	Sul-americanos
39.575	24.270	25.750	32.515	34.400

Fonte: CONAPO, 2008.

Para além destas especificidades, lhes identifica uma característica comum: a sub-remuneração em relação aos trabalhadores nativos mesmo no exercício das mesmas funções laborais (CASTELO-BRANCO, 2005-2006; GROSFOGUEL, 2007).

A força de trabalho latino-americana nos Estados Unidos está presente em setores essenciais da economia norte-americana: serviços que requerem pouca qualificação, indústrias tradicionais intensivas em trabalho humano (têxtil, sobretudo) e nas plantações agrícolas (CASTELO-BRANCO, 2005-2006). Esta participação, que como vimos tem a especificidade de se inserir no mercado de trabalho sob mais largas jornadas de trabalho, com relativa inferioridade ou mesmo ausência de direitos trabalhistas e previdenciários, com uma superior contribuição de riquezas criadas pela intensidade maior de seu trabalho e uma remuneração inferior à média

nacional, é especialmente importante para o capital em tempos de crise capitalista como o atual (CASTELO-BRANCO, 2005-2006; GROSFUGUEL, 2007; COVARRUBIAS, 2010).

Desde o ano de 2007, a crise capitalista aberta desde princípios da década de 1970 (COGGIOLA, 2001) tem apresentado contornos mais definidos: um epicentro localizado nos países centrais e sucessivas ondas de contágio no elo mais frágil do sistema capitalista, a sua periferia. Particularmente nos Estados Unidos, tem-se verificado um processo de recessão econômica com elevação da taxa de desemprego, crescimento do endividamento do Estado e crescentes dificuldades deste continuar financiando seus déficits e injetando dólares na economia nacional para manter os níveis de consumo de massas e financiamento de atividades produtivas. Estes elementos são claras manifestações da crise estrutural do capital e da queda tendencial da taxa de lucros. O recurso à superexploração da força de trabalho no seio da economia norte-americana atua como um alívio ao capital, que se apropria então do “estatuto político inferiorizante” dos trabalhadores imigrantes, submetendo-os a jornadas de trabalho mais extensas que aquelas previstas em lei e sob condições de trabalho mais espoliadoras que as vigentes para a força de trabalho nativa. Segundo Gaudemar (1977),

o recurso à imigração permite às empresas fazer face, sem grandes custos sociais, às flutuações conjunturais da atividade. Os imigrantes constituem uma força de trabalho móvel que pode ser deslocada de estabelecimento para estabelecimento ou de ramo para ramo, segundo a conjuntura e que pode, estatutariamente, ser devolvida à procedência sem tensões nem gastos sociais importantes. As empresas, particularmente as que têm fraca composição orgânica do capital, incapazes de planificar a longo prazo, utilizam a fundo esta disponibilidade (GAUDEMAR, 1977, p. 28).

Binford (2002) destaca que, além de propiciar maiores extrações de mais-valia, a força de trabalho imigrante nos Estados Unidos ainda contribui para a realização desta mais-valia, tendo em vista o consumo corrente deste contingente de trabalhadores, a sua presença no desenvolvimento comercial e do setor de serviços (realizadores de mais-valia) e as taxas que pagam aos bancos em suas transferências de remessas – que contribuem também ao desenvolvimento financeiro no país. Não é, portanto, apenas na esfera de produção que a força de trabalho imigrante concede ao capital um alívio à sua crise, mas também na esfera de circulação ou de realização do capital – seja no comércio, nos serviços ou no sistema financeiro (COVARRUBIAS, 2010).

Este regime de superexploração da força de trabalho imigrante condena os trabalhadores estrangeiros oriundos da periferia do sistema capitalista a uma condição política subalterna (SALES, 1995; BINFORD, 2002), sob a qual as possibilidades de sindicalização, usufruto de benefícios sociais e garantias trabalhistas, lhes fogem inteiramente. Ainda segundo Gaudemar (1977),

os trabalhadores imigrantes também não dispõem dos mesmos direitos sindicais, nem de um modo geral do direito de associação e de expressão cultural própria. Esta discriminação social e política que se encontra em todos os aspectos da vida dos imigrados (trabalho, alojamento, saúde, tempos livres...) implica grandes dificuldades para a organização e luta dos trabalhadores imigrados, mesmo para os seus direitos elementares, para escaparem à sua condição de novos escravos... (GAUDEMAR, 1977, p. 28).

É a estas condições sociais, econômicas e laborais a que nos referimos quando dizemos que as remessas de migrantes são produzidas em um contexto de superexploração da força de trabalho. Elas são fundamentais para a análise de como as remessas são produzidas e consumidas, quais seus impactos no contexto da sociedade que as recebe e que lugar ocupa, portanto, na

dinâmica demográfica desta região receptora de remessas. Embora necessária, a análise da esfera de produção das remessas para o entendimento destas questões ainda não é suficiente: é preciso ainda analisar as condições da esfera de circulação das remessas.

A Esfera de Reprodução das Remessas de Migrantes

Segundo os estudos sobre remessas de migrantes que buscam aproximar este tema da materialidade das relações capitalistas de produção (BINFORD, 2002; GROSFUGUEL, 2007; COVARRUBIAS, 2010), a esfera de circulação das remessas de migrantes possui duas etapas: a etapa internacional, na qual as remessas circulam entre os países e são catalogadas no Balanço de Pagamentos do país de onde partiu e do país a que se destina, e a etapa nacional, em que as remessas chegam às famílias receptoras e adentram, portanto, em uma dinâmica econômica, social e demográfica específica, particular, daquela região que a recebe.

Analisaremos estas etapas isoladamente, de modo a compreender as peculiaridades de cada momento de um mesmo e indissociável processo – a circulação das remessas.

A etapa internacional da esfera de circulação das remessas de migrantes é aquela em que os volumes das remessas são mais visíveis, dado que para circular internacionalmente necessitam ser registrados, catalogados, no Balanço de Pagamentos dos países envolvidos nesta transferência. É nesta etapa, portanto, em que se apresentam mais claramente os fluxos de remessas de migrantes e os países mais envolvidos neste circuito de remessas.

No que se refere aos dados sobre volume de remessas, não podemos nos eximir de uma reflexão crítica sobre a qualidade deles: as remessas registradas não correspondem à totalidade das remessas de migrantes de fato realizadas (MAGALHÃES e MACHIAVELO, 2006; BARRICARTE, 2010). A subenumeração das transferências destes recursos advém do fato de que nem todas as remessas são realizadas oficialmente, via rede bancária. Muitas transferências, com isto, passam ao largo do registro no Sistema de Contas Nacionais de cada país, pois há migrantes que transferem recursos por vias outras que não as bancárias. Esta subenumeração, embora leve a problemas metodológicos de mensuração que escapam aos objetivos deste trabalho, não pode ser desprezada, sob o risco de não entendermos o fenômeno na sua devida dimensão. Em conformidade com o que destaca Barricarte (2010),

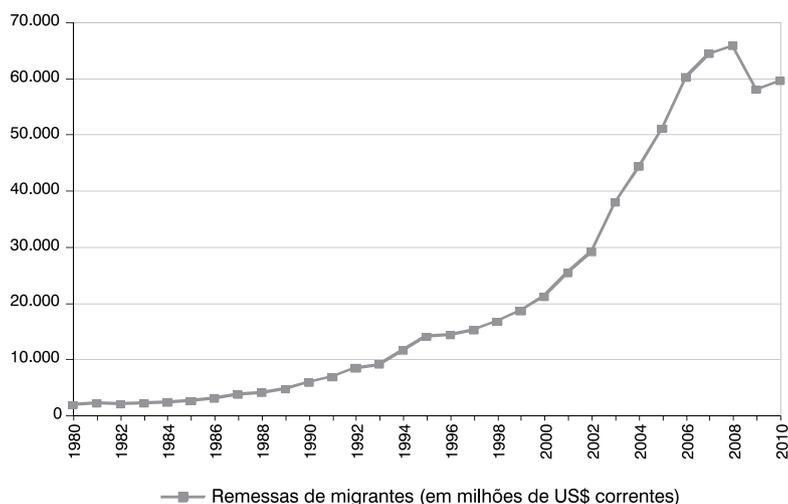
não há um acordo universal sobre como medir as remessas internacionais de divisas, pois é difícil obter estatísticas exaustivas e confiáveis sobre estes fluxos. O Banco Mundial considera que, posto que através dos canais informais também se envia grande quantidade de dinheiro, é possível que a cifra real seja muito superior à oficial (até mesmo superior a 50%). Nos últimos anos, tem aumentado o controle e o registro dos fluxos de remessas devido a uma série de fatores: a melhor coleta dos dados, uma maior preocupação com o problema da lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo, a conscientização sobre a importância de registrar estes movimentos e a diminuição das tarifas que pagam as empresas dedicadas ao envio de divisas. Não obstante, a qualidade e a cobertura dos dados sobre remessas de divisas ainda deixam muito a desejar. Em primeiro lugar, não há consenso sobre os limites do fenômeno estudado. Em muitos países, muitos tipos de fluxos oficiais de remessas nem sequer se registram. Na maior parte dos países inclusive nem é necessário notificar as transferências de pequenas quantidades de dinheiro feitas através dos canais oficiais. Muitas vezes, as remessas enviadas que usam as oficinas de correio, as casas de câmbio de divisas e outros operadores de transferências monetárias não se refletem nas estatísticas oficiais. Os fluxos que têm lugar através de canais não oficiais (como oficinas não reguladas ou amigos e familiares que transportam o dinheiro em efetivo) não são detectados habitualmente. Assim, muitas remessas não são classificadas corretamente e se confundem com ingressos de

turismo, exportações ou depósitos de pessoas não residentes e até mesmo com investimentos estrangeiros (BARRICARTE, 2010, p. 187, tradução livre)¹².

Desta forma, as remessas que temos em vista neste estudo são aquelas que passam pelo registro das vias oficiais, que são catalogadas, portanto, no Balanço de Pagamentos dos países envolvidos nos fluxos, particularmente na conta do Balanço de Pagamentos chamada de Transferências Unilaterais (MAGALHÃES e MACHIAVELO, 2006).

As remessas de migrantes passaram, nas últimas décadas, por um intenso e vigoroso crescimento de seu volume (UNCTAD, 2012), em razão da própria expansão dos fluxos migratórios que as sucedem. O Gráfico 2 nos permite avaliar mais claramente a expansão das remessas de migrantes desde 1980 até 2011, segundo o levantamento realizado anualmente pela fonte de dados aqui utilizada, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)¹³.

GRÁFICO 2. Remessas de Migrantes dos Estados Unidos para a América Latina (1980 a 2010, em milhões de US\$ correntes)



Fonte: UNCTAD, 2012.

¹² “No hay un acuerdo universal sobre como medir las remesas internacionales de divisas, por lo que es difícil conseguir estadísticas exhaustivas y fiables sobre estos flujos. El Banco Mundial considera que, puesto que a través de los canales informales también se envía gran cantidad de dinero, es posible que la cifra real sea muy superior a la oficial (incluso superior al 50%). En los últimos años, han aumentado el control y el registro de los flujos de remesas debido a una serie de factores: la mejor recogida de datos, una mayor preocupación con el problema del lavado de dinero y la financiación del terrorismo, la concienciación sobre la importancia de registrar estos movimientos y la disminución de las tarifas que cargan las empresas dedicadas al envío de divisas. No obstante, la calidad y la cobertura de los datos sobre remesas de divisas todavía dejan mucho que desear. En primer lugar, no hay consenso en los límites del fenómeno bajo estudio. En muchos países, muchos tipos de flujos oficiales de remesas ni siquiera se registran. En la mayor parte de los países, incluso no es necesario notificar las transferencias de pequeñas cantidades de dinero hechas a través de los canales oficiales. Muchas veces, las remesas enviadas que usan las oficinas de correos, las casas de cambio de divisas y otros operadores de transferencias monetarias no se reflejan en las estadísticas oficiales. Los flujos que tienen lugar a través de canales no oficiales (como oficinas no reguladas o amigos y familiares que transportan el dinero en efectivo) no son detectados habitualmente. A menudo, muchas remesas no son clasificadas correctamente y se confunden con ingresos por turismo, exportaciones o depósitos de personas no residentes e incluso con inversiones extranjeras” (BARRICARTE, 2010, p. 187).

¹³ Optamos por esta fonte de dados em razão de sua regularidade (para as demais fontes, há dificuldades de obtenção dos dados referentes ao ano de 2011), sua organização (nela, muitos dados estão agrupados em séries históricas iniciadas até mesmo nos anos 1940), sua abrangência (há disponibilidade de dados para todos os países do mundo vinculados à Organização das Nações Unidas, o que perfaz um total de 237 países), e sua facilidade de manuseio (pode-se selecionar dentro de um total de 57 variáveis em 9 categorias diferentes; pode-se escolher o país de origem e o país de destino do fluxo; e pode-se agrupar os países por regiões, grupos políticos e blocos econômicos, por exemplo).

O Gráfico 2 nos permite tecer três conclusões de grande importância no estudo das remessas.

A primeira delas é a que as remessas de migrantes que se destinam à América Latina crescem *pari passo* a expansão do próprio fenômeno de migração internacional da América Latina aos Estados Unidos. Este fenômeno condiciona o envio de remessas, cuja trajetória no tempo é bastante semelhante à trajetória das próprias migrações, em especial no que se refere às últimas duas décadas.

A segunda das conclusões refere-se à relação que as remessas guardam com as condições econômicas e sociais dos Estados Unidos, ou seja, o contexto da esfera de produção de remessas. As remessas são sensíveis às mudanças destas condições, e isto se mostrou particularmente válido para o ano de 2008, em que a crise capitalista se abateu de forma mais intensa sobre a economia norte-americana. Neste ano, houve um crescimento do taxa de desemprego nos Estados Unidos, que alterou as condições gerais de salário e poupança de todo o mercado de trabalho norte-americano, inclusive no que tange à força de trabalho imigrante. Com a elevação do desemprego, o exército industrial de reserva em expansão atuou no sentido de comprimir os salários, intensificar a concorrência entre os trabalhadores e impôs, com isto, limites à poupança de parte dos salários – fundo de onde provêm as remessas de migrantes.

A terceira das conclusões nos remete ao contexto econômico e social do período de crescimento mais intenso das remessas de migrantes. Os anos 1980, mas especialmente os anos 1990 em diante, são marcados, como vimos no capítulo anterior, pelos ajustes neoliberais e pela reforma do Estado na América Latina (FURTADO, 1987/2006; KUCINSKY e BRANFORD, 1987; COGGIOLA, 2001). As transformações daí provenientes depreciaram as condições de vida de milhões de latino-americanos, seja pela via do desemprego, do crescimento da desigualdade social, da marginalização social ou da vulnerabilidade urbana e rural (KUCINSKY e BRANFORD, 1987). No rol destas mudanças, três delas incidiram mais fortemente sobre as famílias brasileiras mais pobres: a diminuição dos subsídios governamentais à produção e ao consumo, a priorização das grandes empresas em detrimento das pequenas e dos consumidores no que se refere à liberação do crédito e a privatização – da saúde, da educação, da telefonia e tantos outros setores da economia e da sociedade brasileira e latino-americana (FURTADO, 1987/2006; KUCINSKY e BRANFORD, 1987; COGGIOLA, 2001). Sob estes três (des) ajustes estruturais, milhões de famílias pobres no Brasil e na América Latina perderam fontes de recursos importantes, o que acabou por elevar a importância concreta das remessas de migrantes às famílias que as recebem. “Os ingressos de renda por remessas de dinheiro se converteram em uma das poucas fontes de capital para aporte a centenas de milhares de domicílios” (BINFORD, 2002, p. 119, tradução livre)¹⁴.

Foi particularmente em 2008 que as remessas mostraram, pela sua diminuição, a enorme importância que tinham para milhões de famílias latino-americanas, ou seja, a situação de dependência destas famílias a estes recursos. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em um informe sobre o andamento da crise capitalista e sua repercussão sobre a América Latina, não hesitou em definir a diminuição das remessas de migrantes como uma das principais vias de contágio da crise na América Latina. Segundo CEPAL (2009a),

o debilitado mercado de trabalho das economias desenvolvidas terá um efeito negativo sobre as remessas que os trabalhadores migrantes enviam a suas famílias em seus países de origem.

¹⁴ “los ingresos por remesas de dinero se convirtieron en una de las pocas fuentes de capital de inversión para cientos de miles de hogares” (BINFORD, 2002, p. 119).

As remessas têm sido uma importantíssima fonte de renda externa para a América Latina e o Caribe, já que ajudam a melhorar o bem-estar das famílias de baixa renda (...). Por consequência, qualquer redução das remessas afetará a situação das famílias de baixa renda destes países. Trata-se de um fator determinante em termos do impacto da crise econômica e financeira mundial sobre o emprego e a pobreza na região (CEPAL, 2009a, p. 9-10).

Percebe-se, nestes termos, uma incidência da crise na América Latina não apenas por estar esta situada na periferia do sistema capitalista mundial, mas também por ter uma relação de dependência em relação às remessas de migrantes: esta relação faz com que um efeito da crise no mercado de trabalho dos Estados Unidos repercuta também nas economias latino-americanas (CEPAL, 2009a; COVARRUBIAS, 2010). O México expressa de forma muito clara esta relação: entre 2008 e 2009, o volume das remessas para este país caiu em 19,9%, indo de US\$25,1 bilhões em Maio de 2008 para US\$21 bilhões em Maio de 2009 (CEPAL, 2009b). Esta diminuição afetou as classes menos favorecidas do país de duas formas: de um lado, as prejudicou justamente por serem elas as classes que mais recebem, em termos relativos, as remessas de migrantes, e por outro lado, por que as próprias remessas, taxadas pelo Estado mexicano em 15%, financiam o maior programa de transferência condicionada de renda do país, o “*oportunidades*”. E, mais uma vez, são justamente estas mesmas classes mais subalternas as que mais recebem estes benefícios sociais. A população mais pobre do México, portanto, perdeu no que recebeu de seus parentes residentes nos Estados Unidos e perdeu também do que recebeu do próprio Estado, atingido pela crise e pela dependência estrutural em relação ao epicentro da crise – os Estados Unidos. A gravidade desta situação se torna ainda mais clara se tivermos em mente que, no México, entre 60% e 70% das remessas recebidas são utilizadas para consumo corrente das famílias (CEPAL, 2009a).

O México não é o único país receptor de remessas na América Latina, embora seja o país que mais receba remessas. A crise econômica e social no continente, germinada nos anos 1980 através dos ajustes neoliberais e da reforma do Estado (KUCINSKY e BRANFORD, 1987), fez da migração aos Estados Unidos um fenômeno estrutural (BRITO, 1995; BAENINGER, 1995; BINFORD, 2002; GROSFUGUEL, 2007; BAENINGER, 2010; COVARRUBIAS, 2010), uma marca em comum mesmo entre países tão distintos como Brasil e Haiti, por exemplo. Por tal razão (a consolidação em escala continental do fenômeno), também as remessas se tornam um elemento que incide de uma forma geral sobre todas as economias latino-americanas, especialmente àquelas mais envolvidas na dinâmica das migrações internacionais.

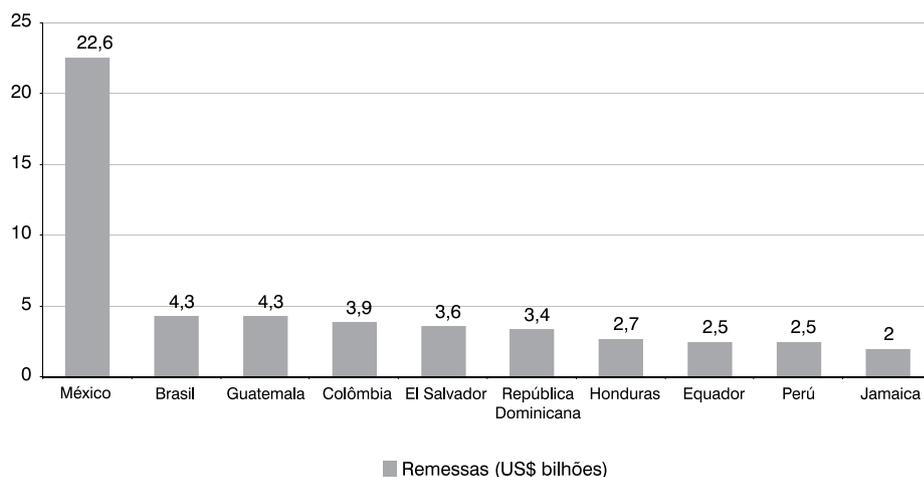
Desta forma, transitamos da etapa internacional para a etapa nacional da esfera de circulação das remessas de migrantes, avaliando a partir daqui a entrada e os efeitos destes recursos no âmbito concreto de uma sociedade. Para tal, é importante, num primeiro momento, situarmos os países mais envolvidos nesta dinâmica na América Latina, tendo como critério o volume recebido de remessas em 2011. O Gráfico 3 estabelece um ranking dos 10 maiores receptores de remessas de migrantes na América Latina.

Este gráfico nos permite visualizar os países que recebem os maiores volumes de remessas, em termos absolutos. Este recebimento está, logicamente, associado não apenas ao tamanho da economia do país, mas também à própria qualidade e cobertura do sistema de registro das remessas e da magnitude do processo emigratório no país.

A análise a partir dos volumes das remessas não é a única possível, e por conta dos elementos elencados acima tampouco é a mais adequada para o entendimento da importância relativa das remessas. De modo a neutralizar estes elementos, muitos pesquisadores optam por apresentar as remessas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do país. É sob esta comparação,

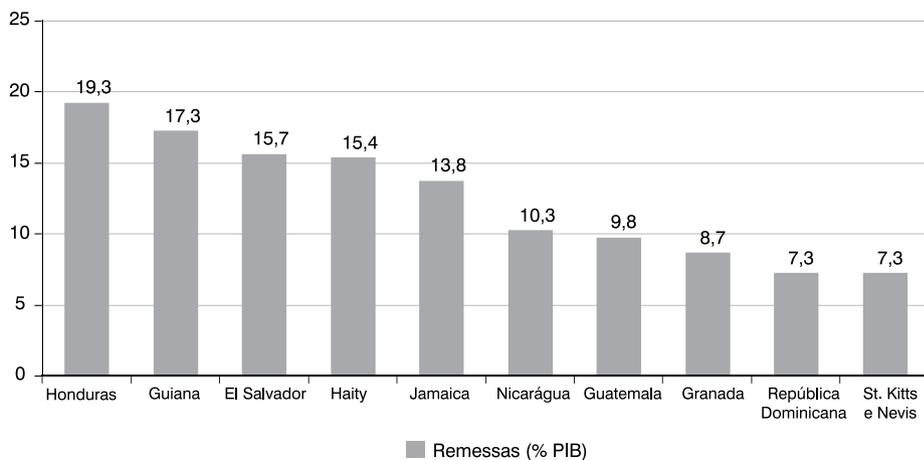
observando as remessas em relação ao total das riquezas produzidas pelo país, que percebemos mais claramente o quanto os países – e por extensão as famílias – dependem destes recursos. Através do Gráfico 4, podemos observar as remessas de migrantes enquanto porcentagem do PIB do país receptor.

GRÁFICO 3. Os Países que Mais Recebem Remessas na América Latina (em bilhões de US\$ correntes, 2011)



Fonte: UNCTAD, 2012.

GRÁFICO 4. Remessas de Migrantes como Porcentagem do PIB (em % do PIB do país receptor, 2011)



Fonte: UNCTAD, 2012.

O Gráfico 4 revela a grande importância relativa das remessas de migrantes para os países caribenhos e da América Central, nos quais chegam inclusive a se aproximar de 20% do total das riquezas produzidas nestes países (CEPAL, 2009a). Alguns casos são muito representativos da situação de importância – e de dependência – das remessas. Em El Salvador, por exemplo, o aporte de remessas de migrantes seria responsável, segundo as agências internacionais oficiais, por uma redução do Índice de Gini (indicador de desigualdades sociais) de 24% (MAGALHÃES e MACCHIAVELLO, 2006), capacidade esta inalcançável para qualquer programa de transferência condicionada de renda. O Haiti, por seu turno, recebe remessas de migrantes que representam 150% do valor anual total de suas exportações (MAGALHÃES e MACCHIAVELLO, 2006).

O Brasil, por sua vez, ocupou em 2011 uma posição de destaque mais em termos de volumes absolutos de remessas (ocupando a segunda posição no ranking latino-americano, atrás apenas do México) que propriamente em termos de remessas como porcentagem do PIB. Isto se explica pela maior magnitude do processo de acumulação de capital no Brasil, que condiciona um PIB maior em relação aos demais países do continente, e não por uma timidez do fenômeno migratório internacional desde o Brasil.

Qualquer análise do efeito destes volumes sobre populações mais específicas (Estados, municípios, comunidades ou mesmo bairros) depende de um estudo da forma com que são utilizadas as remessas, se para consumo ou investimento (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Neste sentido, dois elementos exigem uma advertência prévia.

O primeiro é que esta forma de utilização das remessas guarda uma íntima relação com a estrutura social da população estudada, particularmente da posição ocupada pela família no âmbito desta estratificação social (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Nestes termos, uma família posicionada de forma subalterna nesta estratificação, as famílias mais pobres, tenderão a fazer uso das remessas como mecanismo de financiamento de seu consumo corrente. Por outro lado, uma família posicionada de forma menos subordinada na estratificação social, as famílias com mais capacidades monetárias, tenderão a fazer uso das remessas como mecanismo de investimento, de inversão produtiva na economia da região. De uma forma geral, as remessas terão maiores efeitos na vida das populações quanto maior for a necessidade do consumo corrente das famílias em relação às remessas. “Quando as remessas representam a maior parte da renda dos domicílios e uma proporção consideravelmente alta das mesmas se gasta em alimentos e outras necessidades básicas, é indubitável que desempenham um papel importante no alívio das penúrias” (BARRICARTE, 2010, p. 193, tradução livre)¹⁵. Nestas classes sociais, parcelas significativas das remessas (entre 60 e 70%) são utilizadas para consumo corrente (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Nestas condições, as remessas se constituem como recursos que entram decisivamente na própria subsistência das famílias, que passam a desempenhar uma relação de dependência em relação a estes recursos (BINFORD, 2002), originados fora do país e que têm geralmente a sua forma de utilização decidida também fora.

O segundo elemento se refere à inserção das remessas de migrantes no rol dos elementos que compõem a dinâmica migratória de sua região de origem. Neste ínterim, trata-se de refletir a respeito de se e de como as remessas incidem nos elementos condicionantes dos fluxos migratórios ao exterior. A hipótese é a de que as remessas podem intervir na dinâmica migratória da região pela via das migrações internacionais, dentro da qual as remessas seriam um mecanismo de subsistência familiar que poderia ser obtido via novos fluxos migratórios, ou seja, integraria a dinâmica sociodemográfica da região de origem do fluxo emigratório. O que aqui tratamos ainda apenas como uma hipótese a ser investigada a sua vigência na realidade da região estudada, já vem, todavia, sendo aprofundado e teorizado a partir do conceito de “síndrome das emigrações” (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010), ligado nevrálgicamente ao tema da dependência das remessas pelas famílias que as recebem. Binford (2002) formula uma breve revisão dos principais estudos que apresentam esta interpretação e que a colocam sob análise para o caso de determinadas comunidades. Assim, os temas da dependência das remessas de migrantes e a síndrome das emigrações têm-se constituído como um elemento de análise da dinâmica demográfica de determinadas comunidades, especialmente comunidades rurais do

¹⁵ “Cuando las remesas representan la mayor parte de los ingresos de los hogares y una proporción considerablemente alta de las mismas se gasta en alimentos y otras necesidades básicas, es indudable que desempeñan un papel importante en el alivio de las penúrias” (BARRICARTE, 2010, p. 193)

México: Reichert (1981 e 1982) analisa estes elementos para a comunidade de Guadalupe, ao passo que Mines (1981) os analisa para a comunidade de Las Ánimas, na província de Zacatecas, e Wiest (1984), para a comunidade de Acuitzio, na província de Michoacan.

No passado, os guadalupenhos explicaram a pobreza como resultado do destino. Sem embargo, com a opção da emigração, a maioria pensava que até os habitantes mais empobrecidos poderiam melhorar sua fortuna na vida se mostrassem iniciativa própria, ao passo que 'se considerava um fracassado a pessoa que não o fizesse'. Graças às aparentes recompensas do êxito e às sanções morais por negligência, não deve surpreender que os jovens da comunidade chegaram a considerar em termos positivos a emigração a outro país. Quase todos afirmavam que planejavam copiar seus pais e emigrar para trabalhar nos Estados Unidos no lugar de dedicar-se a continuar seus estudos e preparar-se para trabalhar ou seguir uma carreira no México. Reichert concluiu que a maioria das famílias em Guadalupe havia se tornado dependente da renda proveniente dos emigrados, ficando presas, talvez inconscientemente, em um círculo vicioso no qual somente dita renda fornecia os recursos para sustentar o estilo de vida, notadamente melhorado no material, que as remessas de dinheiro fizeram possível em um primeiro momento. Em consequência, o autor caracterizou a emigração de Guadalupe até o país vizinho como uma 'síndrome', onde os emigrantes seriam os viciados, dependentes dos dólares, e, para consegui-los, da mão de obra ao país vizinho. Vários antropólogos que trabalharam em outras partes do México chegaram a conclusões similares. Por exemplo, Raymund Wiest demonstrou que o modo em que a emigração nacional e internacional de Acuitzia, outra população rural em Michoacán, ia acompanhada de melhorias materiais, divisões socioeconômicas baseadas na emigração, comparações injustas, preços inflacionados da terra e um controle coletivo por grupos familiares sobre os recursos em declive. O investigador expôs que os efeitos multiplicadores do desembolso da renda proveniente dos Estados Unidos se sentiam principalmente nas zonas urbanas que ofereciam os bens e serviços 'modernos' com os quais esperavam contar os emigrantes. Ademais, caracterizou o emprego local na produção de tijolo e teia de barro como 'temporal, esporádico e totalmente dependente da continuação do trabalho migratório' e observou que a maioria da população aceitava que 'a emigração proporciona o único meio de melhorar seu nível de vida' (BINFORD, 2002, ps. 122/123, tradução livre)¹⁶.

O extrato acima indica que as remessas de migrantes, segundo os estudos que se concentraram em algumas comunidades rurais do México, podem desencadear uma relação de dependência, através da qual as famílias receptoras estruturam suas atividades de trabalho ao redor destes fluxos, constituindo-se estes a via principal ou mesmo a via única de subsistência familiar (BINFORD, 2002). Assim sendo, na vigência desta relação de dependência, toda a remessa somente poderia significar elevação imediata do consumo e novos fluxos migratórios

¹⁶ "En el pasado, los guadalupenhos explicaban la pobreza como resultado del destino. Sin embargo, con la opción de la emigración, la mayoría pensaba que hasta los pobladores más empobrecidos podrían mejorar su fortuna en la vida si mostraban iniciativa propia, al grado que 'se consideraba un fracasado a la persona que no lo hiciera'. Gracias a las aparentes recompensas del éxito y a las sanciones morales por negligencia, no debe sorprender que los jóvenes del Pueblo llegaron a considerar en términos positivos la emigración a otro país. Casi todos afirmaban que planeaban emular a sus padres y emigrar para trabajar en los Estados Unidos en lugar de dedicarse a continuar sus estudios y prepararse para trabajar o seguir una carrera en México. Reichert concluyó que la mayoría de las familias en Guadalupe se habían vuelto dependientes del ingreso proveniente de los emigrados, quedando atrapadas, tal vez inconscientemente, en uno círculo vicioso en el que sólo dicho ingreso suministraba los recursos para sostener el estilo de vida, notablemente mejorado en lo material, que las remesas de dinero hicieron posible en un principio. En consecuencia, el autor caracterizó la emigración de Guadalupe hacia el vecino país como un 'síndrome', donde los emigrantes eran como adictos, dependientes de los dólares, y para conseguirlos de la emigración de mano de obra a este país. Varios antropólogos que trabajaron en otras partes de México llegaron a conclusiones similares. Por ejemplo, Raymond Wiest demostró el modo en que la emigración nacional e internacional de Acuitzio, otra población rural en Michoacán, iba acompañada de mejoras materiales, divisiones socioeconómicas basadas en la emigración, comparaciones injustas, precios inflados de la tierra y un control colectivo de grupos familiares sobre los recursos en declive. El investigador expuso que los efectos multiplicadores del desembolso del ingreso proveniente de Estados Unidos se sentían principalmente en zonas urbanas que ofrecían los bienes y servicios 'modernos' como los que esperaban contar los emigrantes. Además, caracterizó el empleo local en la producción de ladrillo y teja de barro como 'temporal, esporádico y totalmente dependiente de la continuación del trabajo migratorio' y observo que la mayoría de la gente aceptaba que 'la emigración proporcionaba el único medio de mejorar su nivel de vida'" (BINFORD, 2002, ps. 122/123).

para sustentar aquele padrão mais elevado de consumo. É exatamente a emigração futura pensada enquanto mecanismo de manutenção ou mesmo ampliação de um nível de consumo inflado em razão do recebimento das remessas que expressa concretamente a forma com que as remessas de migrantes atuam diretamente na dinâmica demográfica de dada comunidade ou região (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Em outras palavras, as remessas adquirem a natureza de elemento da dinâmica demográfica, pois condicionariam fluxos migratórios futuros, tendo em vista um fluxo migratório prévio, a constituição de uma situação de dependência das remessas e a formação de círculo vicioso chamado síndrome emigratória. Binford (2002) considera que é preferível

considerar que a emigração contribua ao desenvolvimento social, ao menos no âmbito local, quando os efeitos diretos e indiretos das remessas enviadas pelos emigrantes ajudam a estruturar a atividade econômica local de modo tal que a incidência da emigração internacional futura decline. Ou seja, os investimentos das remessas – ou os efeitos indiretos de seu desembolso – provêm a base para condições de trabalho humanas e um nível de remuneração suficiente para sustentar um modo de vida digno. Numerosos domicílios individuais, e a maioria dos domicílios em inúmeras comunidades rurais ricas em recursos, têm usado o dinheiro das remessas para ascender economicamente, ao menos por certo tempo. Sem embargo, um número abrumador de domicílios e de comunidades não o tem logrado, e um número cada vez maior tem ficado preso à ‘síndrome da emigração’, na qual a emigração internacional provoca maior emigração, fornecendo a base para que um nível de vida mais alto somente possa manter-se graças a um fluxo constante de remessas (BINFORD, 2002, p. 146, tradução livre)¹⁷.

A investigação sobre se esta conjuntura de síndrome de emigrações, dependência de remessas e atuação das remessas enquanto elemento da dinâmica demográfica se manifesta no contexto de uma sociedade específica requer fundamentalmente a análise de como são utilizadas as remessas de migrantes pelas famílias que recebem estes recursos: se como mecanismo de consumo corrente ou se como modo de investimento produtivo (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010).

Enquanto que pela primeira forma o movimento concreto por que passa a sociedade é no sentido de desenvolver uma dependência de remessas e constituir na região a “síndrome das remessas” dentro da qual as remessas atuam como elemento da dinâmica demográfica, na segunda, pelo contrário, a tendência é impulsionar-se o desenvolvimento econômico e social na região, dentro dos limites do subdesenvolvimento estrutural e das oscilações das remessas, é verdade, mas com potencialidade de incluir de forma crescente a população da região na dinâmica produtiva local.

Desse modo, as remessas de migrantes são um elemento constitutivo da circulação de capitais no sistema capitalista mundial (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010), no qual circulam sob a forma dinheiro do capital. O processo de circulação das remessas em um fluxo entre dois países possui uma esfera de produção e uma esfera de circulação das remessas: enquanto a primeira faz menção às condições gerais sob as quais se desenvolve o processo de

¹⁷ “considerar que la emigración contribuye al desarrollo social, al menos en el ámbito local, cuando los efectos directos e indirectos de las remesas enviadas por los emigrados ayudan a estructurar la actividad económica local de modo tal que la incidencia de la emigración internacional futura declina. Es decir, las inversiones de las remesas – o los efectos indirectos de su desembolso – proveen la base para condiciones de trabajo humanas y a un nivel de remuneración suficiente para sostener un modo de vida digno. Numerosos hogares individuales, y la mayoría de los hogares en contadas comunidades rurales ricas en recursos, han usado los dineros de las remesas para progresar economicamente, al menos por un tiempo. Sin embargo, un número abrumador (de hogares y comunidades) no lo ha logrado, y un número cada vez mayor ha quedado atrapado en el ‘síndrome de la emigración’ (Reichert), en el que la emigración internacional provoca mayor emigración, suministrando la base para que un nivel de vida más alto sólo pueda mantenerse gracias a un flujo constante de remesas” (BINFORD, 2002, p. 146).

trabalho do imigrante, a segunda refere-se a como parte da renda do trabalho dá a origem à recursos que são remetidos e que podem, uma vez transferidos para os familiares residentes ainda nos países de origem do imigrante, ser utilizados para consumo corrente da família ou para investimento produtivo na região (BINFORD, 2007; COVARRUBIAS, 2010).

Um aspecto igualmente presente na dinâmica de produção e de reprodução das remessas é que ao realiza-las, o emigrante mantém e mesmo recria suas relações com o lugar de origem, e estas relações não são apenas econômicas como também afetivas com o seu lugar de origem, e indicam com isto continuar o contato com seus familiares e sua região (ZAMBERLAM, 2006; ASSIS, 2011). As remessas, então, atuam como um elo entre o emigrante e seus familiares, elo este que traduz de forma permanente que o projeto emigratório não é apenas individual, mas sim familiar, domiciliar (com causas sociais e econômicas estruturais, como vimos) e que seus ganhos materiais, se existentes, são de toda a família e não apenas do emigrante (ASSIS, 2007).

As remessas são também, portanto, uma forma de manutenção dos laços afetivos entre o emigrante e seus familiares que ficaram, e indicam que, mesmo distante, em outro país, o emigrante continua a fazer parte da família e contribuir, segundo suas possibilidades, com a manutenção material desta.

Em estudo mais amplo (MAGALHÃES, 2013) concluímos, tomando o caso de Criciúma-SC, que há a preponderância da forma de utilização das remessas que visa financiar consumo corrente nesta localidade; ou seja: a clara expressão do fenômeno da dependência das remessas de migrantes (BINFORD, 2002, COVARRUBIAS, 2010), que se constitui no processo de formação da “síndrome emigratória” (BINFORD, 2007; COVARRUBIAS, 2010). Na mesma literatura referenciada acima há evidências de que esta dinâmica está se manifestando também no município de Criciúma. Se inicialmente as remessas de migrantes operam elevando o acesso ao consumo e propiciam com isto a melhoria da qualidade de vida dos familiares do emigrante, num segundo momento desvela-se uma relação de dependência destes recursos, sob a qual a contínua melhoria do padrão de vida ou mesmo a simples manutenção de um nível de consumo requer necessariamente de novos fluxos emigratórios e, portanto, novas remessas. A manutenção de um padrão de vida obtido por meio de remessas funciona, portanto, como uma razão não apenas para novos fluxos emigratórios como também para o retorno aos Estados Unidos daqueles que já haviam ido e voltado do país do norte.

Portanto, as remessas se constituem em um elemento econômico e social que não fica restrito aos orçamentos e aos gastos dos familiares que as recebem. Pelo contrário, são recursos que se inserem na dinâmica econômica da região de Criciúma, seja como consumo ou como investimento, que gera efeitos multiplicadores e que impacta socialmente na região receptora destes recursos.

A emergência de um padrão de vida (nível de consumo, acesso a bens e serviços, propriedades imobiliárias etc) mais elevado nas famílias receptoras de remessas de migrantes opera ainda como um forte estímulo à emigração àqueles que não tiveram ou não têm uma experiência de emigração internacional. Como afirma Zamberlam et al (2006) em relação ao município de Criciúma, “o comparativo de ganho de retornados ou emigrantes estimula novos emigrantes entre amigos, parentes e vizinhos” (ZAMBERLAM et al, 2006, p. 100). Novos fluxos emigratórios são também impulsionados a partir da montagem de empreendimentos comerciais e outros negócios no lugar de destino dos emigrantes criciumenses. Sobre isto, Zamberlam et al (2006) argumenta que “emigrantes que conseguem bons negócios no exterior buscam trabalhadores locais para dinamizá-los, o que alimenta e eleva o fluxo emigratório” (ZAMBERLAN et al, 2006, p. 100).

Outro momento da dinâmica migratória em Criciúma na qual se manifesta a dependência em relação às remessas (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010) e, como produto desta, manifesta-se também a “síndrome emigratória” (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010) se refere à quando os migrantes retornam, e passam a viver em Criciúma com os recursos obtidos pelo seu trabalho nos Estados Unidos. Nestas condições, os emigrantes retornados usufruem de um padrão de consumo superior ao dos demais habitantes, de modo que mantê-lo passa a exigir movimentos emigratórios periódicos rumo aos Estados Unidos, como forma de obtenção desta superioridade de consumo. Como afirma Zamberlam et al (2006), “o padrão de vida de retornados altera o modelo referencial socioeconômico, o que exige dos ‘novos ricos’ um retorno para obter novos ganhos e evitar a decadência. Isto é fonte de uma emigração periódica (ioiô)” (ZAMBERLAM et al, 2006, p.100).

A migração de retorno opera como uma ruptura nos fluxos permanentes de envio de remessas de emigrantes, condenando a região receptora a uma restrição instantânea destes recursos. Como então sugerem Zamberlam et al (2006) e Assis (2011), entre Criciúma e os Estados Unidos, particularmente a cidade de Boston e sua região, formam-se redes de movimentos pendulares de emigrantes criciumenses, que, quando residentes em Boston, trabalham submetidos às condições de super-exploração da força de trabalho (GAUDEMAR, 1977; AMIN, 1977; BINFORD, 2002; CASTELO-BRANCO, 2005-2006; COVARRUBIAS, 2010) e, uma vez retornados, sentem-se estranhos à sua cidade (ASSIS, 2011) e incapazes de manter um nível de consumo, para si e sua família, que somente as remessas de migrantes ou os primeiros meses de seu retorno podem garantir. Estes movimentos, como vimos, dão-se na maior parte das vezes de forma não documentada, seja desde o início da viagem ou após expirar o visto de turista com o qual viajaram.

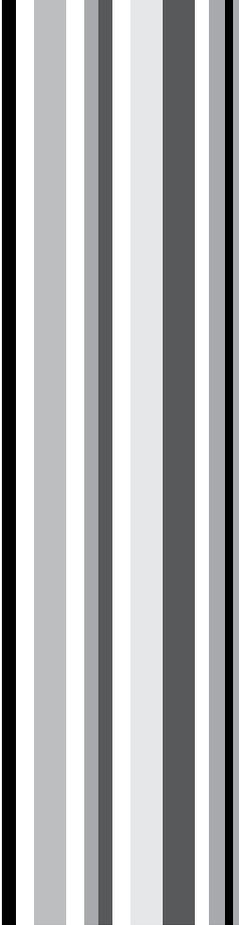
No seio desta dinâmica, identificamos a vigência de uma inserção absolutamente desigual entre as regiões de origem e de destino no âmbito da divisão internacional do trabalho (que cria excedentes populacionais na periferia do sistema, os quais migram aos países de centro diante da impossibilidade de ascenderem socialmente em seus países de origem); o recurso da super-exploração da força de trabalho do imigrantes, de que se vale o capital dos países centrais como forma de se apropriar da mobilidade do trabalho para recompor sua taxa de lucros via extração maiores de mais-valia; a forma com que os recursos das remessas dos emigrantes criciumenses operam na dinâmica econômica e social de Criciúma e região, com forte incentivo ao consumo corrente e à expansão do setor da construção civil e; a impossibilidade de se manter este dinamismo econômico e um padrão de consumo mais elevado sem o recurso sistemático às remessas de emigrantes, que exigem, por sua vez, continuados novos fluxos de emigração ao exterior. O produto da associação destes fenômenos é uma dependência em relação às remessas e uma síndrome emigratória (BINFORD, 2002) que marcam a dinâmica migratória de Criciúma e região.

A análise crítica das remessas exige romper a crença de que estamos diante da salvação da pátria das comunidades pobres que têm emigrantes no exterior, crença esta propalada por agências internacionais como OEA, FMI e Banco Mundial. As estruturas históricas do subdesenvolvimento e da dependência, mais do que ser superadas por estes recursos de remessas, têm na realidade subvertido o seu sentido e criado com isto uma modalidade específica de dependência, qual seja, a dependência das remessas.

Referências

- AMIN, Samir. *La Acumulacion a escala mundial. Crítica de la teoría del subdesarrollo*. México D.F: Siglo XXI Editores, 1974. 662p.
- AMIN, Samir. *A Crise do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Graal Editora. 1977. 190p.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. De Criciúma para o Mundo: O ir e vir dos novos emigrantes brasileiros entre os Estados Unidos, o Brasil e a Europa e os impactos na vida cotidiana da cidade. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, Julho de 2011. 17p.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. De Governador Valadares e Criciúma para Boston: Os novos emigrantes brasileiros rumo aos EUA. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/3754>, datado de 2007. Acesso em Novembro de 2012.
- BAENINGER, Rosana (org). *População e Cidades: Subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas – SP: Núcleo de Estudos de População – NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. 304p.
- BARRETO, António. *Globalização e Migrações*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005. 292p.
- BARRICARTE, J. J. S. *Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010. 352.
- BINFORD, Leigh. *Remesas y Subdesarrollo en México*. *Revista Relaciones*, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, nº 90, v. XXIII, Primavera 2002. Pg. 116-158.
- BRITO, Fausto. Os Povos em Movimento: As migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. v. 1. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995. p. 53-66.
- CANALES, Alejandro. *Remesas y Desarrollo en América Latina: Una relación en busca de teoría*. In: *Revista Migración y Desarrollo*, v. 11, segundo semestre de 2008. Pg. 5-30.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo (SP): Paz e Terra, 1999. 698p.
- CASTELO-BRANCO, Rodrigo. *Globalização, tratado de livre-comércio da América do Norte e migração internacional: o capital como barreira aos trabalhadores periféricos*. In: *Revista Lutas Sociais*, NEILS – USP, v. 15/16, ps. 65-76, ago. 2006.
- CEPAL (2009a) *La Actual Crisis Financiera Internacional Y Sus Efectos En América Latina Y El Caribe*. Disponível em: http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35390/2009-25-Thecurrentinternationalfinancialcrisis_ESPANOL-WEB.PDF. Acesso em Maio de 2009.
- CEPAL (2009b) *Estudio Económico de América Latina y el Caribe. Políticas para la generación de empleo de calidad*. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/4/36464/2009-252-EEE-2009-Lanzamiento-WEB.pdf>. Acesso em Agosto de 2009.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Universidade e Ciência na Crise Global*. São Paulo: Xamã, 2001. 176p.
- Consejo Nacional de Población (CONAPO), *Series sobre Migración Internacional 2008*. Disponível em: www.conapo.gob.mx
- COVARRUBIAS, Humberto Márquez. *Desarrollo y Migración: Una Lectura desde la Economía Política*. *Revista Migración y Desarrollo*, nº 14, primeiro semestre de 2010. Pg. 59-87.
- COVARRUBIAS, Humberto Márquez; WISE, Raúl Delgado; RAMÍREZ, Héctor Rodríguez. *Seis Tesis para Desmitificar el Nexo entre Migración y Desarrollo*. *Revista Migración y Desarrollo*, v. 12, primeiro semestre de 2009. Pg. 27-52.
- FRANK, André Gunder. *Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina*. 5ª ed. México, D.F: Siglo XXI Editores, 1978.
- FURTADO, Celso. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. São Paulo: Paz e Terra. 1987/2006. 296p.

- GAUDEMAR, Jean-Paul. Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. 408p.
- GROSFUGUEL, Ramón. Migrantes Coloniales Caribeños en los Centros Metropolitanos del Sistema-Mundo. Los Casos de Estados Unidos, Francia, los Países Bajos y el Reino Unido. In: Documentos CIDOB, v. 13 – serie migraciones, Junho de 2007. Pg. 01-51.
- HARRIS, J. H; TODARO, M. P. Migração, Desemprego e Desenvolvimento: Uma análise com dois fatores. In: MOURA, Hélio Augusto (Org.). Migração Interna: textos selecionados. Teorias e Métodos de Análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. Tomo 1: 173-209.
- HEIDEMANN, Heinz Dieter, SILVA, Sidney Antonio da (orgs). Simpósio Internacional Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais. São Paulo: Humanitas, 2007. 464p.
- KUCINSKY, Bernardo; BRANFORD, Sue. A Ditadura da Dívida: Causas e consequências da dívida latino americana. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 232p.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Migração Internacional e Dependência na Divisão Internacional do Trabalho: Um estudo da Região Sul de Santa Catarina. 2013. 207p. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. 2013.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, MACCHIAVELLO, Fiorella. Acumulação Mundial e Imigrações: Uma Perspectiva Latino-Americana. Relatório final de atividades, Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências Econômicas, Florianópolis, Brasil, 2006. Mimeografado.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes, 2000. 295p.
- MARTES, Ana Cristina Braga. Brasileiros nos Estados Unidos: Um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 208p.
- MARTES, Ana Cristina Braga; SOARES, Weber. Remessas de Recursos dos Imigrantes. In: Revista Estudos Avançados, v. 20, nº 57, São Paulo, maio – ago 2006.
- MARTINE, George. A Globalização Inacabada: Migrações Internacionais e pobreza no século XXI. In: Revista da Fundação SEADE. São Paulo em Perspectiva. V. 19, n. 3, jul-set. 2005.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro Primeiro, Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1867/1984. 314p.
- OURIQUES, Nildo Domingos. La Teoría Marxista de la Dependencia: una historia crítica. Tesis de Doctorado, Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México. Mexico, DF, 1995.
- PATARRA, Neide Lopes, BAENINGER, Rosana. Migrações Internacionais Recentes: O caso do Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. v. 1. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995. p. 78-88.
- PREBISCH, Raul. A Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano. Rio de Janeiro (RJ): Fundo de Cultura, 1968.]
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Congresso Nacional. Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI da Emigração. Brasília, 2006. 577p.
- SALES, Teresa. O Trabalhador Brasileiro no Contexto das Novas Migrações Internacionais. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. v. 1. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995. p. 89-103.
- SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. 15a. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 154p.
- VALENCIA, Adrian Sotelo. A Reestruturação do Mundo do Trabalho: Superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho. Uberlândia: EDUFU (Editora da Universidade Federal de Uberlândia), 2009.
- UNCTAD (s/d). Manual de Estadísticas em Línea. Disponível em <http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=1890&lang=3>. Acesso em Setembro de 2012.
- ZAMBERLAM, Jurandir, et al. A Emigração da Grande Criciúma na Ótica de Familiares: Os desafios para a Igreja de Origem e Destino. Porto alegre: Solidus, 2007. 110p.



MIGRATION STUDIES AND DISCOURSE ANALYSIS: A PROMISING MARRIAGE

Szilvia Simai
Rosana Baeninger

Discourse analysis is the name given to a variety of different approaches to the study of texts, which have developed from different theoretical traditions and from different disciplines. Thus there is no one type of discourse analysis but different schools, for instance, the French Foucauldian post-structuralist discourse analytical school, the structuralist linguistic and semiotic discourse analytical line, discursive psychology and the critical discourse analytical school, to name but a few.

What these all share is a rejection of the realist notion that language is simply a reflection used to describe the world, and the notion that, on the contrary, discourse is actually constructing social life. Therefore, discourse analysts see all discourse as social practice. To put it simply, in a discourse analytical perspective people use discourse to do things – to offer justification or excuses, to blame, and more often than not to present themselves in a positive light.

Our proposed discourse analytical method as a way of analysing texts or transcribed narratives is based on the psychoanalytically informed discursive psychology of Michael Billig from Loughborough University and the psychological version of critical discourse analysis (CDA) based on the works of Teun van Dijk, who retired some years ago from the University of Amsterdam and after his retirement worked at the University of Barcelona.

Therefore, the intersection of these two lines I call here ‘psychoanalytically informed critical discourse analysis’. The main reasons for and advantages of the use of these two discourse analytical schools are as follows:

1. Both are psychologically informed and everyone might agree that in principle the study of language should be allied to psychological considerations. Language can no longer be reduced to an abstract system of signs, as that would ignore the fact that people constantly speak in diverse ways for diverse purposes.

2. Discursive psychology studies what is said and how it is said, and here we suggest the inclusion of psychoanalysis in discursive psychology, which allows us to reach out methodologically to include the unsaid too.
3. The unsaid, then, is useful for examining the operations of ideology, and the very same notion, ideology, is also at the centre of critical discourse analysis. CDA studies the socio-cognitive interface between social structures and their discursive reproductions.

Thus these two schools bring to life three influential theories: the theory of ideology, psychoanalytical theory and discursive psychology. For our intellectual purposes, it was crucial to bring together these three theories and use them methodologically to explore migratory experiences. This is because we wanted to study ideology that becomes a lived experience through discourse and the many notions of the unspeakable. Migration in our view includes a number of areas that cannot be expressed verbally, such as the experience of loss, shame, taboos, morally and ideologically prohibited opinions that are omitted and denied, but issues related to states of illegality and fear belong to these areas too. Thus the psychoanalytical eye is also necessary for migratory experiences in the context in which we would like to explore them.

The Research

We studied the relationship between Bolivian immigrants and Brazilian hosts in the city of São Paulo. Bolivian immigration to São Paulo began in the 1950s, and thus has more than 50 years of history. However, there has never been a discursive study conducted of Bolivians living in São Paulo, just as there has also never been a study of their host Brazilians in the same city reflecting on this inter-ethnic experience.

Our research is intended to fill this gap and offer an exploration of various discursive examples of the denial of the existence of racism, xenophobia and conflicts on both sides. Our work points to the prominent role played by denial in contemporary discourse and follows the discursive work of denial in the area of racial and ethnic relations between Bolivian immigrants and Brazilians in the city of São Paulo. While a number of research studies have demonstrated that denial of racism¹ by majority ethnic groups (Petrova, 2000; van Dijk, 2002) as well as by the host society (Petrova, 2000; Billig, 1997; van Dijk, 2002) – in the migratory context – is becoming the most typical discursive form of modern racism, there has so far been little acknowledgement or study made of the fact that denial, as a rhetorical form, has become a widespread response for minorities and immigrants as well, but for different psycho-social reasons. To understand these psycho-social conditions, it is necessary to engage in a discursive study exploring the fantasies, fears and emotional engagements of the participant communities. Thus this study was motivated by the belief that only by knowing and understanding the particular characteristics of the discursive constructs of both Bolivians and Brazilians in the city of São Paulo could an understanding be reached of their attitudes towards each other.

We conducted focus groups with Brazilians to allow more engagement in the study of contemporary social rhetoric about Bolivian immigrants in São Paulo, whereas we carried out individual in-depth interviews with Bolivian immigrants living in the city in order to explore their

¹ In this paper the term 'racism' refers to a system of racism consisting of a social and cognitive sub-system. Thus it includes, but is not limited to, attitudes, opinions, statements, policies and actions.

migratory experiences and analyse the subjective experience through each individual narrative. We taped both the focus groups and the individual interviews and then had them transcribed and used as texts for discourse analysis. Overall, this research report offers a discursive reading of the data from the focus groups and the individual interviews on contemporary forms of the denial of racism and xenophobia in São Paulo.

The focus groups² were conducted between February 26 and 28, 2011 with 24 graduate students from a university setting. Groups from the departments of psychology, communication and economics were selected at the São Paulo campus of the University of São Paulo. These participants all claimed to be from São Paulo and their ages ranged from 18 to 50 years. Their ethnic background was as follows: 5 Asians, 8 Afro- Brazilians and 12 whites. During the focus group I asked very open questions, as for a discursive study it is very important to see what directions they go in when given a topic to talk about. Halfway through of the focus group I proposed a concrete problem for them to resolve. It seemed to be working, as at the beginning the participants felt free to bring up ideas to elaborate the open topics and after the problem was proposed they got into conflict with each other. We thought it was very fruitful to see the discourses in these two very different ethoses with the very same people. Our 15 individual in-depth interviews³ with Bolivian immigrants were conducted and taped and later transcribed and submitted to discourse analysis. As regards analysis, the participants' statements are not taken to be representative of the individual's personality, personal attitude or underlying cognitive processes (Edwards & Potter, 1992, 1993; Potter & Wetherell, 1987, 1995) but as articulations of current, socially available narratives on inter-ethnic relations between Brazilians and Bolivian immigrants in the city of São Paulo.

We were particularly interested in how 'the other' is constructed (by both the Brazilians and the Bolivian immigrants), what discursive resources are employed, and for what purposes. For us, grappling discursively with the function of a particular construction means engaging with the socio-historical resources that underpin it, the conditions that make it possible, and its material and ideological contexts. In this sense, discursive constructions inform and regulate what can and cannot be done and thought (Burman & Parker, 1993). How people position themselves and others, however, occurs both actively and passively; subjects can exercise agency in choosing their constructs while also being defined by the availability and accessibility of discourses. What people say, then, is discourse in action, ideology that has become lived experience.

During data analysis, a number of linguistic, semantic and discursive categories were identified and a typology of the rhetoric of the denial of racism was reconstructed. The hypothesis was then reapplied various times to the text, resulting in the findings presented in this paper⁴.

Brazilians talking about Bolivians

At a more general level, Brazilian students showed strong in-group favouritism. Their choices of vocabulary and their associations concerning the Bolivian immigrants continuously reinforced this positioning in their discourse. They rigidly minded the gaps between the positive we (Brazilians) and the negative or exotic others. A positive self- presentation of Brazil

² Focus groups conducted in Portuguese were translated into English and transcribed.

³ Interviews conducted in Portuguese were translated into English and transcribed.

⁴ In the focus group reporting, references were made to the researcher as moderator and to the respondents as informants, while the sections analysing the individual interviews with Bolivian immigrants refer to the researcher as interviewer and the respondents as informants.

and Brazilians was very common. Brazilians were described as very receptive and respectful of various ethnic and racial groups from anywhere in the world. Counter-attacks were also commonly used to emphasize that Brazilians also suffer a lot abroad, and shifting categories from race to economic class was very habitual in discourse when touching on issues of racial or ethnic discrimination. Moral blackmail was quite rare but appeared during the focus groups as a rejection of the more liberal view present on campuses about the acceptance of foreigners in Brazil, and this created conflict among participants. Various disclaimers, such as discursive choices of denial, were used frequently, and a number of types of this will be discussed in the sub-section below, including empathetic, apparently ignorance-based, transference-based and explicitly denial-based disclaimers. We shall list a number of the rhetorical forms of racist denial found in the focus group discourses below.

Choices of Topic

A close analysis of the discussion helps us to map the main topics that surfaced. The choice of topics tells us a lot. Earlier studies on conversations about immigrants conducted in the US and various European countries show a number of particularities to do with topic choices. According to Teun van Dijk (1984, 1987), when respondents were asked casually about their neighbourhoods, many of them often spontaneously began to speak negatively about foreigners (van Dijk, 2002; Wetherell and Potter, 1992). Interestingly, in everyday conversations about other people or about each other, many diverse topics can be approached, but when it comes to immigrants, the discussion topics have been shown to be limited, and these are dominantly negative. Positive topics did also occur in cases of emphasizing differences between others, such as considering foreigners as exotic or as providing cultural enrichment. Below are a number of narratives taken from the focus groups.

MODERATOR: The topic today is Bolivian immigrants in São Paulo. How do you feel about this topic?

1. INFORMANT: [...] I know that they have lots of difficulties here in São Paulo, that they are semi-slaves at work.
2. INFORMANT: When you stated the topic, the first thing that came to my mind was a weekly artisan's market here in São Paulo. MODERATOR: Have you been there?
3. INFORMANT: No, never, but I know it exists. This led me to think about the cultural richness they bring here, while at the same time I know that this market is a result of the many Bolivians who have come here and who are involved in very difficult work, as she said, and that they suffer a lot. They work and live in the same place.
4. INFORMANT: The first thing I thought about when we started talking are the handmade products they sell here [...] I see them as being very united. This is what I see, that they look like a kind of tribe, the whole family walks together, they have more oriental eyes and wear their colourful outfits and sell their handmade stuff.
5. INFORMANT: I heard that in the slum (favela) near here there is a strong contingent of Bolivians. So...so they are different from us. For instance, it's normal for them to hit a woman [...] They have difficulties in a lot of the work they do...they come here to find work ...
6. INFORMANT: [...] When I visited Bolivia, I had the impression that the country is very poor. But they are not refugees here, either.

7. INFORMANT: [...] their culture is very old and you have the impression that people are carrying this antique thing around, indigenosity in their lives and their culture [...] so, they are very culturally rich.
8. INFORMANT: [...] Bolivia is a fantastic country. It was the country I most liked. [...] The impression I had was that you do not understand anything when you are there, you know what I mean. MODERATOR: No, not really. INFORMANT: Well, because everything is so different, you look around at stuff curiously but you don't really understand anything.

We see from these excerpts that the discussion in the focus groups focused principally on three areas. One was poverty, suffering and semi-slavery at work, cited in excerpts 1, 3 and 6. The second was their exotic nature, the idea of Bolivians as being different, as seen in excerpts 2, 3, 4, 7, 8. The third idea was the concept of morally unacceptable, aggressive foreigners, as described in excerpt 5. All topics discussed were negative and associated with poverty, slavery or violence; the only positive view put forward was when Brazilians approached Bolivians as the exotic others who are culturally rich and economically poor, as was summarized in excerpt 3. This line of thought was in fact expressed very eloquently by another focus-group participant.

9. INFORMANT: I also think that there are some very interesting things about these people, like what she said, that we have the impression that Bolivia is a nation with a glorious past and that today they are very poor.

Thus the group began to think together and this participant allowed herself to say that what the others had said was true and that WE, the Brazilians, think of Bolivia as a nation with poor people but a culturally rich past. This narrative was interesting in that it was able to integrate the various individual views and express them as a group thought.

Positive Self-Presentation

As the informant sees it, the semantic basis of denial is truth. The denial of racism in everyday conversation and logic presupposes that the speaker believes that his or her group or country is essentially tolerant and receptive towards immigrants. Positive self-representation, therefore, is an important ingredient in daily discourse and should be understood as the argumentative denial of accusations of anti-racism (van Dijk, 2002; Billig, 1997).

10. INFORMANT: I think that Brazil is a country that has always accepted different cultures and there should not be any reasons for Brazilians to exclude others. Immigrants can maintain their cultures and still integrate into our society. For instance you see the Japanese district in São Paulo where it is clear that they maintain their Japanese traditions while at the same time being part of the larger Brazilian society.
11. INFORMANT: The experience I have in travelling through neighbouring South and North American countries is that Brazilians are much more receptive to foreigners than other countries. I do not claim that the situation here is perfect, but we Brazilians are more permissive and receptive.
12. INFORMANT: I think that as our country was developing there were so many different people who participated from abroad that I think that for our people here in São Paulo, it is easier to live together with other races and ethnic groups. As we are diverse, we accept diversity easily.

We can see from these excerpts the positive self-presentation of the history of immigration to São Paulo, the diversity of the population in the city and, generally, the constructed image of

Brazilians as more permissive and receptive people, and these all lead to in-group favouritism among Paulistas (people from São Paulo) and Brazilians in general. One participant goes so far as to express that this is self-evident (see narrative 13):

13. INFORMANT: Everyone here in São Paulo is, in one way or another, an immigrant, not indigenous or native. All of us are descendents of the Portuguese, or Italians, or French, etc., you know. The whole city is composed of immigrants...so...

So positive self-presentation is fundamental to the denial of our bad side and their good side, and it shows a tendency to derogate the other and praise and glorify one's own history, background and past. As Teun van Dijk put it, 'All these different structures at different levels [...] contribute to the overall strategy of positive self-presentation and negative other presentation. We have seen that precisely such structures may derive from and be geared towards the construction of similar mental structures, that is, negative attitudes and ideologies on minorities and immigration' (van Dijk, 2002).

Counter-attack

Counter-attack in discourse about immigrants refers to a strategic rhetorical move whereby the subject is reversed. Thus this type of denial works through reversal and it goes like this: It's not that we are excluding or being racist, but we are victims, too. We suffer from racism and exclusion elsewhere. So this type of denial changes the subject of the discourse and projects the speaker into the place of the immigrant. In the focus groups, this appeared in complaints about how Brazilians are seen abroad when they are immigrating. Although the focus group was really about the immigrants living in São Paulo, one speaker made this strategic discursive comment (narrative 14):

14. INFORMANT: I think this is about another issue, too, which is legalization. If, for instance, a Brazilian goes abroad and has the opportunity to work as a manicurist or waitress or babysitter, she is seen by others as being from a country of service workers. If she was able to take normal jobs as well it would be different. If everyone who goes abroad becomes a manicurist, then we Brazilians are seen as a country of manicurists.

What is interesting about this type of denial is that, for it to occur, one basically needs to identify a symbolic enemy and to say that whether we are intolerant or not is really not the main question. The real issue is (to her) that others are intolerant towards us.

Presenting Race or Ethnicity Problems as Economic and Social Problems in General

This is a very common form of denial and basically it considers the economic disadvantage of a minority group and uses this to deny the racist side of the reality. It is, of course, true that in most cases a minority group is socially disadvantaged, marginalized or excluded, but there is also a racial aspect that is being denied. Dimitrina Petrova (2000) analysed this type of denial and concluded that such rhetoric considers race, nationality and ethnicity unimportant and accidental, but also, and more importantly, as irrelevant, and this brings a Marxist approach to the issue of denying racism. It is possible to follow this strategy in the extracts from the focus groups below:

15. MODERATOR: We are at a job interview and many Brazilian candidates are there when a Bolivian suddenly arrives. What will happen? INFORMANT: I think he will

be stigmatized; I have this impression, because he comes from a place that is very poor. Just like the Brazilian north-east where the north-easterners are stigmatized in São Paulo too.

16. INFORMANT: Yes, I think they are stigmatized because they are poor.
17. INFORMANT: I do not know much about public policy but I think this has to do with the fact that there are lots of poor people here in Brazil, too. Work is hard for all of us, for Brazilians too.
18. INFORMANT: I think that this is a general issue and not specific to Bolivians.
19. INFORMANT: Here, those who have money, like black football players, are not black to society because they have money.

We can see from narratives 15, 16, 17, 18 and 19 that this strategy of shifting from race to economic standing works in various ways and may emphasize the fact that Brazilians are suffering equally from such discrimination, and so this has nothing to do with nationality, as we can see in narratives 16, 17 and 18. However, there can be a mix of race, ethnicity and nationality, which can produce statements like number 19.

Mitigation

Earlier conceptual analyses of denial have already shown that denial may also be implied in various forms of mitigation, such as the use of euphemisms or generally minimizing the act or the responsibility of the accused.

20. INFORMANT: I have the impression that this is a more important issue elsewhere, like Europe for instance. We can see on TV how difficult it is in France for Islamic immigrants to integrate into society. So I don't think this is so much an issue here in Brazil. Maybe we should take this more seriously, but I do not think that it is an issue in Brazil at all.

As narrative 20 clearly shows, mitigation doesn't just appear in the use of euphemism, but can also appear in the rhetoric of redistribution of responsibility, and hence in the denial of blame. The psychological logic of discourse like this is that it is not we who are principally responsible for tensions but rather that the problem lies elsewhere. The responsibility is someone else's. Apparently, in this form of denial the agency itself is being disputed.

Moral Censorship

The focus groups revealed a conflict that ended in the formulation of another type of denial, as highlighted in the excerpts from the following narratives:

21. INFORMANT: I think I see it as valid for foreigners to come and live here, as it is for Brazilians to go abroad and live [...] This is more a question of making human beings feel welcome than of making immigrants feel welcome.
22. INFORMANT: I really don't know what he means when he says 'making them feel welcome'. Does this mean to invite foreigners here and give them houses, etc...? If that's what he means, I don't accept that.

As narratives 21 and 22 illustrate, the participant with the more liberal view was blocked and censored. Narrative 22 indirectly accused the other informant of having an excessively liberal view and clamouring for the truth, and this should not be accepted, in the opinion of informant 22.

Disclaimers

A disclaimer is a semantic device that contains an apparently neutral part regarding 'us' and a clearly negative part regarding 'them', or the 'other'. This semantic structure is so typical that a number of sub-forms can be distinguished here. The apparently neutral part of the phrase is based on various aspects. For instance, it could be based on apparent ignorance, as in this example:

23. INFORMANT: I do not know much about this topic, but I have heard from others that, even though they claim they have bad conditions here, they do not return to Bolivia. This means they must have even worse conditions there.

Other devices serve to neutralize the first part of the phrase, i.e., transference, apparent empathy or even explicit denial can form the basis of disclaimers.

24. INFORMANT: I have not participated, but I heard quite a lot of comments on the bus like, 'Look at that. There are so many Bolivians here'... and so on.

25. INFORMANT: I am sure that they have many difficulties, but Brazil is also full of problems, so we cannot help them any more than we already are ...

26. INFORMANT: For example, the bolsa familia^V. I mean I am not complaining here, but there are many people who are complaining. They all claim that those who receive the bolsa familia are lazy and criminals, etc....

All this reinforces the idea that disclaimers use the grammatical structure of the Neutral part plus the BUT plus the Negative aspect of the OTHER. As was disclosed in narrative 23, the Neutral part was composed of an apparently ignorant or misinformed part, and, in narrative 24, the Neutral part was structured as a transference. Narrative 25 also used empathy in the Neutral part of the phrase and narrative 26 demonstrates explicit denial. According to Dimitrina Petrova, 'A personal disclaimer is so typical of most contemporary racist discourses that it can be seen as an ideological marker' (2000, 32).

Bolivians talking about their experience of living in São Paulo

Contrary to the Brazilians, Bolivian immigrants showed strong out-group favouritism by praising Brazilians and often attacking their fellow Bolivians. Internal conflicts and discrimination were therefore very significant in their narratives. The third-person effect was also commonly found in the collected material through attributing negative experiences to others than oneself. Low self-esteem – with its companion, denial – and intense frustration caused by stereotyping Brazilians were identified, as were various strategies being used to deal with this internal turmoil. Positive self-portrayal to hide problems and deny conflicts was clearly recognizable as well. Praise of the host Brazilians was very common. All these present behavioural characteristics suggest that there is an attitudinal ambivalence present in the Bolivian community as well as a tendency towards system justification in the community, at both individual and group level.

Internal Discrimination

Internal discrimination is the first and most visible form of out-group favouritism. The presence of and references to internal conflicts within the Bolivian community in São Paulo were expressed through various denials. Most of the denials concerned the merits of the Bolivian group, wherein advantages and positive sides were denied and negative factors emphasized. Alternatively, there is internal group identification but it clearly outlines who belongs to that

in-group, as there are sub-groups. For instance, there is internal in-group favouritism among Bolivian professionals but an exclusion of Bolivians from other sub-groups. Here are some narrative examples of the conducted interviews:

1. INFORMANT: When I arrived here, I just thought all was very good. INTERVIEWER: So, you like it. INFORMANT: Yes, I do. It has been very good to be here.[...] The Brazilians helped us a lot. [...]INTERVIEWER: OK, so you are satisfied here then. What would you recommend to any other Bolivian women who want to come to São Paulo? INFORMANT: That...that it is very good here and the Brazilians are very helpful. There is everything here. INTERVIEWER: So, everything is good...[...] INFORMANT: Well, there are people I know who have had bad experiences too, very bad ... and I also was treated very badly once. [...] The Bolivians treated us badly at times. I had some problems in the house where I was staying because of my children. They didn't like us much because the children were noisy.

This excerpt clearly shows the tendency that appeared over and over again in the interviews with the Bolivians, namely to positively value and praise the group that is not an in-group but an out-group – in this case the Brazilians – while at the same time negatively looking at and talking about the in-group – the Bolivians. From a psychological perspective, this would be a case of self-hate, the hypothesis being that minorities, immigrants and low-status groups may suffer easily from an inferiority complex both individually and collectively. Indeed, social-psychological studies following WWII have shown that groups who suffer from prejudice may internalize society's biases against them and adopt certain preferences for more advantaged groups (Allport, 1954). Recent advances in the field, particularly in system justification theory (Jost & Burgess, 2000), have found that, in order to tolerate all kinds of injustice and inequity, people in difficult situations may support or rationalize the status quo and reinforce at a subjective level the dominant ideology and actions of the principal power group. Thus the more powerful the group one belongs to, the stronger the in-group favouritism will be, while those belonging to groups with less power demonstrate stronger tendencies to out-group favouritism. These attitudes can extend so far that they can lead to conflict within the group. We discovered that Bolivians discriminate against newly arrived immigrants who have no qualifications, as shown in the narratives below:

2. INFORMANT: At that time Bolivian immigrants who came to São Paulo were professionals ... professionals like my father. In order to get the documents it was required that they go through a lot of exams, from psychological through to blood tests. Not like nowadays! Today, people from Bolivia come from rural areas; they don't want to study...but it was not like this. [...]These Bolivians who are immigrating now are from rural areas, but Bolivia is not only this. INTERVIEWER: So, what is your relationship like with the Brazilians? INFORMANT: Brazilians accept foreigners very well, quite differently from other countries. Brazilians welcome foreigners with kindness. [...] Although if you say you are Bolivian, they have the idea that Bolivians are all the same. But we're not. For instance, Brazilians think that Bolivia is entirely like Rua Coimbra, the Bolivian market here. But it's not. There are Bolivians who go there, but Bolivia cannot be summed up as being only like that.

This interview reinforces that same tendency to talk negatively about one's own in-group and even create conflict within the group. It's a type of separation that occurs when contemporary Bolivian immigrants are defined as being uneducated and even as not wanted by the earlier immigrant community. The narrative even goes so far as to reveal serious frustrations about the

image of the Bolivian community in São Paulo being jeopardized by the newly arriving immigrants, who are described as low-profile immigrants. On the other hand, Brazilians are praised and seen absolutely positively. The Brazilian host society receives no criticism even for the unjust stereotypes. The criticism and complaints are directed at the in-group members, the Bolivians.

Low Self-Esteem

Closely related to this previous example, low self-esteem can be expected when a group shows signs of out-group favouritism. According to John Jost (Jost & Burgess, 2000), groups with perceived out-group favouritism have a general psychological tendency to justify and rationalize the existing social order and think that existing group relationships are legitimate and fair. Thus, if the in-group relationships are conflicted, the tendency will be to believe that there is a legitimate reason for this and that the group has done something wrong for relationships to have gone in this direction. We can see this highlighted in the extract from this interview:

3. INFORMANT: At times, when I say that I am a Bolivian, they say that Bolivians are bad, that they are not worth anything. They say that you are Bolivian, but you know that Bolivians are bad people. Then I say no, not all of them. But yes, they do exploit each other. They do not pay the workers; we all know about these cases. Brazilians also say they drink a lot. INTERVIEWER: So Brazilians say that Bolivians drink a lot. Is that so? INFORMANT: Yes, indeed, Bolivians really drink a lot, it is true (laughing). INTERVIEWER: So, does this bother you? INFORMANT: A little bit. Because when I say that I am a Bolivian I always add that not all Bolivians are the same. I agree that they exploit each other, but not all do, and when I explain this to Brazilians, they understand.

In the interview excerpt above, the Bolivian woman justifies the stereotype of Bolivians having a tendency to exploit one another and drink too much. Legitimization of these two negative stereotypes reinforces the idea that Brazilians are indeed correct in thinking this way. The interviewee must then justify why these negative habits exist. Thus low-self esteem prevents the interviewee from resisting the embedded stereotypes. In the end, she also adds that Brazilians do understand her explanation, portraying Brazilians as very tolerant and understanding. This entire psychological process inverts the situation and, instead of rejecting unfounded accusations and generalized stereotypes, she legitimizes them through a lack of strength and insufficient self-esteem.

Positive Self-Portrayal

A blatant form of denial found among Bolivian participants is the denial of problems, which results in an exclusively positive self-portrayal.

4. INFORMANT: I have never introduced myself as someone who has problems. I always told them in Brazil that I came here to study.

Some informants believed that telling the truth about difficulties in one's life would be an obstacle to a good relationship. They maintained the belief that if someone is presented as a person who wants to study, this gives a positive image, whereas economic migrants are seen negatively. Economic migrants are associated with poverty and problems, and the informant thus thinks that this is not a good way to position oneself in the host society. The informant

below also showed that he is very frustrated with the negative image of Bolivia and therefore endeavoured to portray Bolivia in a good light.

5. INFORMANT: I created this Bolivia Cultural project where I show that Bolivia is not only what most people see it as ...[...] There are many Brazilians who enter the site and send emails saying that they did not know that Bolivia was so beautiful, etc....[...]

The desire to portray one's own country positively is natural; however, continuously hiding and denying problems because of fear of rejection is rather common among Bolivian immigrants in São Paulo.

Third-Person Effect

The third-person effect is a semantic pattern whereby people are able to find an excuse for freeing themselves from a referred-to example, case or situation. This means that the person is able to refer to a potentially humiliating, embarrassing, or ideologically and morally prohibited case by putting the blame on other people who are not present at the time of the actual telling of the story. According to Michael Billig (2006), when people use third-person-effect structures, they in reality claim indirectly that others have this opinion or that thing that has happened to them, but I don't; I can resist, I don't share these views, and I won't have such a negative experience.

6. INFORMANT: There are people who have had really bad experiences [...].

The third-person effect produces unrealistic optimism and impersonal impacts, and this psychological relief is the essence of these rhetorical forms. Like all forms of denial, it causes people to refuse to accept reality.

Overall, the discovered in-group favouritism among Brazilians and the resulting out-group favouritism among Bolivian immigrants are well defined discursively on both sides, and power-position roles are clearly expressed and identified. The Brazilians consider themselves to be a very receptive nation, so you should give value to being here and we are also discriminated against abroad. These are the positions and dominant social rhetoric from the Brazilians.

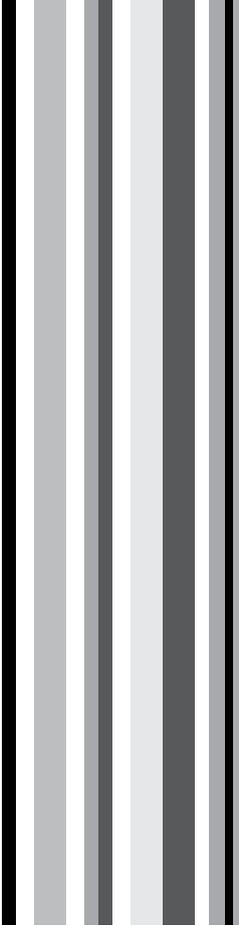
The Brazilian normalization discourses also have the same intention of reducing the stress on foreignness as a basis for discrimination, and this is a rhetoric that reinforces the power position of the host society over the Bolivian immigrants. On the other hand, the 'Brazilians are good to us; they help us a lot' kind of praise rhetoric is also quite common in showing clear out-group favouritism. Out-group favouritism towards the powerless minority and in-group favouritism towards the powerful host society result in the maintenance of the status quo. In order to tolerate all sorts of inequity, the Bolivian immigrant community as well as the Brazilian host society supports or rationalizes the status quo even when it contradicts their own self-interests.

This research really shows us that repression and discursive denial have become the main techniques in the struggle against reality. It truly echoes Freud, who believed that repression is our main form of self-protection. It might sound ambivalent, but what we found was that, to cope with reality, people refuse to see it and express their experiences through denial. As Ernest Becker argued once in *The Denial of Death*, 'The essence of normality is the refusal of reality.'

To conclude this talk, we would like to suggest that that, for our research purposes, psychoanalytical critical discourse analysis was best the method to use, and therefore we have chosen to entitle our work 'Migration Studies and Discourse Analysis: A Promising Marriage'. We hope that our demonstration has been convincing and will inspire other researchers to apply discourse analysis to migratory studies.

References

- ALLPORT, Gordon (1954) *The Nature of Prejudice*, Reading, MA: Addison-Wesley. BECKER, Ernest (1973) *The Denial of Death*, New York: The Free Press.
- BILLIG, Michael (1997) Discursive, rhetoric and ideological messages. In C. McGartz and Haslam (Ed.) *The message of Social Psychology: perspectives in mind and society*. Oxford: Blackwell.
- BILLIG, Michael (2006) A psychoanalytic discursive psychology: from consciousness to unconsciousness. *Discourse Studies*, 8, 17-24.
- BURMAN, Erica and PARKER, Ian (eds.) (1993) *Discourse analytic research. Repertoires and Readings of Text in Action*. London: Routledge.
- EDWARDS, Derek and POTTER, Jonathan (1992) *Discursive Psychology*. London: Sage.
- EDWARDS, Derek and POTTER, Jonathan (1993) Language and causation: A discursive action model of description and attribution. *Psychological Review*, 100: 23- 41.
- FREUD, Sigmund (1950) *Totem and Taboo*, New York: W.W. Norton & Co.
- JOST, John and BURGESS, Diana (2000). Attitudinal ambivalence and the conflict between group and system justification motives in low status groups. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 293-305.
- PETROVA, Dimitrina (2000) 'The Denial of Racism', Roma Rights-Newsletter of the European Roma Rights Centre, Number 4.2000. 26-38.
- POTTER, Jonathan and WETHERELL, Margareth (1987) *Discourse and Social Psychology*. London: Sage.
- POTTER, Jonathan and WETHERELL, Margareth (1995) *Discourse Analysis*. In: J.A.Smith, R. Harre' and L. Van Langenhove (eds.) *Rethinking methods in Psychology*. London: Sage.
- SIMAI, Szilvia; BAENINGER, Rosana and HOOK, D. (2011) *Exploring Contemporary Racism: Denial and Affective Logic*. Verlag Publishing House: Germany.
- VAN DIJK, Teun (2004) *Discourse and racism*. In David Goldberg & John Solomos (Eds.), *The Blackwell Companion to Racial and Ethnic Studies*. (pp. 145-159). Oxford:Blackwell.
- VAN DIJK, Teun (1984) *Prejudice in Discourse: An Analysis of Ethnic Prejudice in Cognition and Conversation*. Amsterdam: J. Benjamins Co.
- VAN DIJK, Teun (1987) *Communicating Racism: Ethnic Prejudice in Thought and Talk*. Newbury Park, CA: Sage Publications.
- VAN DIJK, Teun (1993) *Denying racism: Elite discourse and racism*. In: J. Solomos & J. Wrench (Eds.). *Racism and Migration in Western Europe*. (pp. 179-193). Oxford: Berg.
- WETHERELL, Margareth and POTTER, Jonathan. (1992) *Mapping the Language of Racism: Discourse and the Legitimation of Exploitation*. New York: Columbia University Press



BOLIVIANOS(AS) POR ENTRE OFICINAS DE COSTURA NA CIDADE DE SÃO PAULO: NOVOS ASPECTOS DA DINÂMICA MIGRATÓRIA NO SÉCULO 21

Patrícia Tavares de Freitas

Vivir es moverse, pues es en el movimiento, en el cambio y las transformaciones donde los sociólogos evidenciamos la vitalidad de las sociedades. Y cuando hablamos de movimiento no sólo nos referimos a los desplazamientos de orden geográfico o físico que nos conducen de un lugar a otro, de la comunidad de nacimiento a una localidad distinta y distante, de una ciudad en el país de origen a otra en el país extranjero; hablar de movimiento implica también hablar en aquellos cambios que conducen de una situación social, económica, cultural y política a otra, donde roles, estatus y prácticas específicas se trastocan. Sin embargo, estos cambios son vividos no sólo en tanto rupturas o quiebras traumáticos, sino sobre todo como procesos de negociación y/o adaptación a las condiciones y contextos tanto en los núcleos de origen, como en los escenarios de circulación y en los lugares de destino (HINOJOSA *apud* DE LA TORRE, 2006: 12)

“Nós gostaríamos de levar a sério as narrativas que fazem as populações móveis sobre seus percursos e que misturam ao aqui, onde se encontram hoje, e ao lá, de onde vieram e retornam sem cessar, um entre-dois que nunca se esgota, entre essas duas extremidades da trajetória, que dizem projeto lá onde nós vemos exílio, circulação lá onde nós exigimos fixação, enraizamento. Nossa curiosidade não reside em saber se esse outro, que permanece ou que passa, é mais ou menos estrangeiro, mais ou menos objeto para nós, mas sabendo que ele é Outro, ver, enfim, revelar, o que ele produz, a partir de sua diferença entre seus lugares e os nossos” (TARRIUS, 2005: 43, tradução própria)¹.

Em grande parte, provenientes das regiões de terras altas do altiplano andino, o fluxo migratório de bolivianos direcionado para o trabalho informal em oficinas de costura, na cidade de São Paulo, adquiriu visibilidade, nos principais jornais da imprensa brasileira, a partir da

¹ Nous désirions prendre au sérieux les narrations que font les populations mobiles de leurs parcours et qui mêlent à l'ici, où ils sont aujourd'hui, et au là-bas, d'où ils viennent et retournent sans cesse, un entre-deux, jamais épuisé entre ces deux bouts de trajectoires, qui disent projet là où nous voyons exil, circulation là où nous exigeons fixation, enracinement. Notre curiosité ne consiste pas à savoir si cet autre, qui reste ou qui passe, est plus ou moins étranger, plus ou moins objet pour nous, mais, sachant qu'il est Autre, voir enfin, révéler, ce qu'il produit, de sa différence entre ces lieux et les nôtres (TARRIUS, 2005:43).

década de 1990; pouco tempo depois da implementação da Lei da Anistia, em 1988, que visava regularizar os imigrantes sem documentação, no país.

Esse período também marca um aumento quantitativo e uma inflexão qualitativa desse fluxo migratório para a cidade. Nesse sentido, enquanto os bolivianos que vieram em meados do século XX, em menor escala, eram, em sua maioria, estudantes e profissionais liberais, que saíam da Bolívia por motivos políticos, para ascender profissionalmente ou adquirir alguma formação específica, sendo significativa também a emigração de mulheres para trabalhar em casas de família, como babás e empregadas domésticas (SILVA, 2006; CEPAL/CELADE/OIM, 1999). A partir da década de 1990, esses fluxos passaram a ser muito mais numerosos e compostos, principalmente, por jovens e adultos, homens e mulheres, com baixas qualificações e, em geral, ex-trabalhadores das minas e fábricas bolivianas. E apesar de verificar-se uma inserção relativamente variada desses migrantes – em atividades artesanais e/ou industriais, no comércio e em trabalhos domésticos – adquire proeminência, justamente, sua entrada concentrada no setor de confecção, em pequenas oficinas espalhadas pela cidade de São Paulo (AZEVEDO, 2005; BASSEGIO, 2004; BUECHLER, 2003; CYMBALISTA & XAVIER, 2007, FERRETI, 2002, SILVA, 1997 e 2006 e KADUBLA, 2007).

Esses novos estratos da população boliviana que começaram a migrar para São Paulo, na década de 1990, são os que mais sofreram com o êxodo rural e desemprego urbano que atingiram a Bolívia a partir de meados da década de 1980. Nesse período, a Bolívia passava por uma forte recessão econômica, agravada pela implementação de uma política neoliberal² e desastres naturais, em suas zonas rurais, provocados pelo “El Niño” (SILVA, 1997 e 2006).

Essas circunstâncias dinamizaram movimentos migratórios internos, do campo e das regiões mineiras aos centros urbanos, levando a uma taxa de migração interna anual, entre 1987 e 1992, de mais de 100 mil bolivianos por ano, em uma população que, naquele período, era de seis milhões e meio de habitantes. Em relação às migrações internacionais, percebe-se, a partir de então, um importante adensamento e diversificação dos fluxos que, apesar de continuarem se dirigindo para a Argentina (principal destino dos emigrantes bolivianos desde o século XIX) e Brasil, se dirigiram também, intensamente, para o Peru e a Venezuela, na América Latina, para os Estados Unidos, países da União Europeia – principalmente, Itália e Espanha – e também Israel, Japão e Austrália. Atualmente, estima-se que em torno de 20% da população boliviana viva fora de seu país (HINOJOSA, 2009 e DE LA TORRE, 2006).

No debate acadêmico brasileiro, a migração boliviana para a cidade de São Paulo, a partir da década de 1990, passa a ser considerada fenômeno representativo das novas tendências migratórias, do e para o Brasil, que passam a animar as discussões em torno do que a literatura internacional denominou “novos fluxos migratórios” (ASSIS & SASSAKI, 2001: 616). E no caso das pesquisas sociológicas sobre as ligações entre esses fluxos migratórios de bolivianos e sua inserção no trabalho mal remunerado e em condições precárias em oficinas de costura informais na cidade de São Paulo, parte-se, em geral, de um diálogo com a literatura internacional sobre a emergência da “nova” informalidade no contexto contemporâneo, tendo em vista as “novas” necessidades da acumulação capitalista, que se conjugam aos contextos econômicos recessivos das décadas de 1970 e 1980 (AZEVEDO, 2005; BUECHLER, 2003; FREIRE, 2008; FREITAS, 2009, NÓBREGA, 2009).

² As medidas neoliberais começaram a ser implementadas a partir de 1985, com a denominação de Nova Política Econômica (NEP) que, entre outras coisas, estabeleceu um plano de “re-localização” da força de trabalho, o que, na prática, de acordo com Pereira (2004), citando dados da COB (Central Obrera Boliviana), significou em torno de 120 mil demissões para 1988 e, 150 mil, para 1996, em troca de um auxílio mínimo do governo.

Nessa perspectiva analítica, os imigrantes seriam as principais vítimas dos efeitos perversos da globalização – que, enquanto, por um lado, acirra desigualdades regionais a nível mundial, impulsionando movimentos migratórios de massa nos países que perderam o jogo do desenvolvimento; por outro, impõe a alguns setores econômicos como, por exemplo, o setor de confecção, padrões de competitividade que passam a se sustentar à custa de processos de super exploração da força de trabalho em amplos circuitos de subcontratação³. Apesar da reconhecida efetividade de tal perspectiva analítica para a compreensão das origens dos movimentos populacionais contemporâneos e da inserção em determinados setores econômicos nas sociedades de destino, ela não nos permite perscrutar os arranjos socioculturais, econômicos e espaciais estabelecidos pela agência dos próprios migrantes a partir do momento em que se colocam em movimento, diante dos constrangimentos estruturais que lhes são impostos.

Esse tipo de questionamento nos remete a outro debate, que se constitui a partir de fins da década de 1980, em torno dos conceitos de “transnacionalismo”, no debate anglo-saxão (BAILEY, 2001, GLICK – SCHILLER et alli, 1992, 1995, GLICK – SCHILLER, 2007, GUARNIZO & SMITH, 1998, LEVITT & GLICK-SCHILLER, 2007, PORTES, 1999) e, mais recentemente, no debate francês, de “território circulatório”, (CORTES & FARET, 2009, POTOT, 2003; SIMON, 2006, TARRIUS, 1989, 1993, 2002, 2005, 2009) – cujas origens se encontram nas pesquisas desenvolvidas no começo do século XX, respectivamente, por duas escolas de estudos urbanos, a Escola de Manchester e a Escola de Chicago.

Em linhas gerais, essas análises fundamentam uma abordagem *multidimensional e multisituada* dos processos migratórios. Processos que põem em movimento – muitas vezes, sem necessariamente transformar – junto com aqueles que se movem – as estruturas, posições sociais, relações e identidades (de gênero, de classe e de etnicidade) pré-definidos no interior das comunidades e/ou famílias de origem. E cujos reflexos e consequências se situam simultaneamente e reciprocamente nas sociedades de destino e de origem. Nos espaços urbanos de destino, conforme indica o debate sobre a formação de “territórios circulatórios”, a inserção socioeconômica de novos migrantes leva à constituição de novas territorialidades cujas dinâmicas de entrada, saída e circulação se sobrepõem e/ou justapõe àquelas dos autóctones e/ ou de outros grupos étnicos – especialmente, quando esses novos fluxos migratórios passam a constituir circuitos econômicos próprios. Nas origens, conforme indica o debate sobre o “transnacionalismo”, esse movimento reconfigura arranjos familiares, dinâmicas socioeconômicas, posições sociais e identidades daqueles que não se movem, a partir das “remessas sociais” e materiais dos migrantes, em torno de suas relações de amizade e parentesco.

Na primeira seção deste texto, apresentaremos, de maneira mais detalhada, uma breve história da inserção da migração boliviana no setor de confecção da cidade de São Paulo, com o intuito de indicar as questões emergentes nesse contexto e; na segunda seção, será exposto o debate teórico em torno dos conceitos de transnacionalismo e de território circulatório a partir dos quais pretende-se abarcar a realidade social delineada na primeira seção.

³ Nesse sentido, de acordo com Portes e Sassen-Koob (1987:55), o desaquecimento das economias “centrais” e “periféricas” teria levado a adoção, em ambos os casos, de estratégias de exportação para a obtenção de divisas e aceleração da produção interna. E, no entrecruzamento dessas estratégias de superação da crise, se constituiria a “nova” informalidade, especialmente ligada ao trabalho de imigrantes clandestinos, tanto nas economias “centrais” quanto nas “periféricas”.

A formação de um circuito boliviano no setor de confecção – um olhar desde a cidade de São Paulo

A entrada de migrantes internacionais no setor de confecção é um fenômeno constitutivo da história dos principais centros urbanos do capitalismo mundial, desde o início dessa indústria nos Estados Unidos e na Europa, conforme destaca Nancy Green (1998), em sua história comparada das relações entre o setor de confecção e o trabalho de imigrantes, ao longo do século XX, nas cidades de Nova Iorque e de Paris. E, apesar da proeminência da presença dos judeus no interior dessa indústria, chama atenção seu caráter multiétnico conformando uma espécie de “microcosmo” da história da imigração dos centros urbanos estudados pela autora⁴.

É verdade que essa profissão acolheu um grande número de “judeus errantes” e trabalhadores qualificados. Contudo, a eles se juntaram batalhões de mulheres e homens vindos dos quatro cantos do mundo em ondas sucessivas (...). Os italianos, os afro-americanos, os porto-riquenhos, os dominicanos, os chineses e os coreanos em Nova Iorque; os armênios, os judeus turcos, os italianos, os judeus da África do norte, os iugoslavos, os turcos, os chineses do sudeste da Ásia e os paquistaneses em Paris também encontram, há um século, seu ganha pão no interior da indústria de confecção (...). Esta indústria é famosa pelo caráter multiétnico de uma mão de obra que representou sozinha uma boa parte da história da imigração nessas duas cidades (GREEN, 1998: 20, tradução própria)⁵

Circunstâncias que também se notam na história do desenvolvimento do setor de confecção, a partir da década de 1950, nas cidades de São Paulo e Buenos Aires – nas quais destacam-se a presença de italianos, de judeus, de coreanos e, agora, nos dois centros urbanos, de bolivianos (BASTIA & McGRATH, 2011, BIALOGORSKI & BARGMAN, 1996, BEHERAN & FREITAS, 2011, BENENCIA, 2009, CUSICANQUI, 2011, KONTIC, 2001, MONTEIRO, 2011). E, em linhas gerais, deve-se, em grande medida, conforme aponta Morokvasick-Muller (1990): i) à flexibilidade nas formas de organização do trabalho, ii) à necessidade de utilização de mão de obra intensiva e, iii) ao fato de tratar-se de uma atividade que exige, na maioria dos casos, habilidades que podem ser facilmente aprendidas.

A flexibilidade nas formas de organização do trabalho para a confecção de roupas, com uma parte da produção sendo realizada pelo trabalho à domicílio ou em pequenas oficinas de costura, é constitutiva do setor desde os seus primórdios, principalmente, nos casos dos grandes centros urbanos dos EUA e da Europa, a partir do final do século XIX. Entretanto, especialmente, durante a segunda guerra e no pós guerra, consolidaram-se as grandes plantas industriais, devido, entre outras especificidades locais e técnicas, ao aumento da demanda, com a entrada da mulher no mercado de trabalho e à consolidação da classe média e do consumo de massa (GREEN, 1998). No caso do setor de confecção da cidade de São Paulo, que se constitui ao longo da década de 1950, apesar de também conformar, desde seu início, um modelo bastante heterogêneo de produção, com o estabelecimento de pequenas oficinas e o uso

⁴ Ainda em outro artigo da autora, citado por Bialogorski e Bargman (1996) em artigo sobre a dimensão multi-étnica do setor de confecção de Buenos Aires – “En Nueva York esta industria es prácticamente un microcosmos de la inmigración neoyorkina: judíos y italianos trabajan en ella a partir de 1880, negros y portorriqueños vienen a la continuación en los años 1920-1930, dominicanos y latino americanos de orígenes diversos arriban cerca de la Segunda Guerra y se asiste hoy a la reproducción de los sweatshops en un Chinatown habitado por los chinos de Taiwan y de la República Popular” (GREEN, 1987 *apud* BIALOGORSKI & BARGMAN, 1996: 111).

⁵ “Il est vrai que ce métier a accueilli un très grand nombre de ‘juifs errants’ et d’habiles ouvrières. Mais s’y sont ajoutés des bataillons de femmes et d’hommes venus des quatre coins du monde en vagues successives (...). Des italiens, des Africain-Américains, des Porto-ricains, des Dominicains, des Chinois et des Coréens à New York; des Arméniens, des Juifs turcs, des italiens, des juifs d’Afrique du Nord, des Yougoslaves, des Turcs, des Chinois d’Asie du Sud-Est et des Pakistanais à Paris ont aussi, depuis un siècle, trouvé leur gagne-pain dans l’industrie du vêtement (...). Cette industrie est célèbre pour le caractère multiethnique d’une main d’œuvre qui a représenté à elle seule une bonne part de l’histoire de l’immigration de ce deux villes” (GREEN, 1998: 20).

do trabalho a domicílio, o desenho produtivo dominante e almejado no período era o modelo de produção fabril integrado e verticalizado (KONTIC, 2001).

A partir das décadas de 1970 e 1980, em pleno contexto recessivo geral e globalização econômica, a indústria têxtil do vestuário inicia um processo de transformação de suas estruturas internas. Nesse sentido, a literatura indica, pelo menos, duas tendências, aparentemente opostas: enquanto, por um lado, percebe-se uma aproximação dos parâmetros das “indústrias modernas” – em sentido oposto, portanto, aos parâmetros “tradicionais”⁶ que, até então, caracterizaram essa indústria – na medida em que: i) passa-se a investir no desenvolvimento de novas tecnologias de produção, organização e comercialização e, ii) a questão da diferenciação do produto, com a incorporação de conceitos como estilo e design – até então, pouco relevante na produção geral do vestuário – adquire centralidade como estratégia de competitividade e agregação de valor (ANTONELLI, PETIT & THAR, 1992, CHEVALIER, 1991, GARCIA, 1994, GEREFFI, 1994, GEREFFI, 1998, GORINI, 2000, HIRATUKA, C. e GARCIA, 199, KONTIC, 2001, LUPATINI, 2004, MYTELKA, 1991 e PROCHNIK, 2002).

Por outro lado, aponta-se uma intensificação dos processos de exploração da força de trabalho, de maneira precária e informal, com o fechamento de boa parte das grandes plantas industriais e formação de amplas redes de subcontratação dos denominados *sweatshops*. E, a despeito da manutenção da concentração de parte importante dessas oficinas nos grandes centros urbanos, uma parte da produção é re-localizada para os países de origem da força-de-trabalho migrante, devido às facilidades fiscais e à legislação trabalhista de alguns desses países, com a formação das denominadas “cadeias produtivas globais” (BONACICH, 2002; BUECHLER, 2003; CRUZ-MOREIRA, 2003; GARCIA e CRUZ-MOREIRA, 2004; GEREFFI, 1994; GEREFFI, 1998; MOROKAVASIC-MULLER, PHIZACKLEA e RUDOLPH, 1986; MOROKAVASIC-MULLER, 1990; PALPACUER, F, 2002; ROSS, 2002).

As configurações do setor de confecção paulistano começaram a mudar, no sentido das transformações gerais aludidas acima, a partir da segunda metade década de 1980. Destacando-se, nesse sentido, em ordem cronológica: i) a entrada do empresariado coreano, com a inauguração de um circuito próprio de produção e comercialização de roupas a partir da utilização da força-de-trabalho boliviana e que modifica as formas de produção até então dominantes no setor, ii) o início da abertura comercial e forte crise que levou à processos de realocação industrial e ao fechamento das plantas industriais tradicionais, e, iii) a entrada das grandes redes varejistas, como a Mesbla, Casas Pernambucanas, Lojas Riachuelo, Renner, Mappin, Benetton e a multinacional C&A.

Tendo em vista indicar, em linhas gerais, a história de inserção da comunidade boliviana no interior do setor de confecção da cidade de São Paulo nesse período, marcado por processos de reestruturação produtiva do setor e globalização econômica, a seção será dividida em três partes: i) sobre a entrada dos coreanos(as) no setor de confecção, as novidades implementadas e a entrada dos bolivianos(as) como costureiros(as), ii) sobre o estabelecimento dos bolivianos(as) como donos(as) de oficina de costura e, iii) sobre as configurações contemporâneas e a formação de territorialidades bolivianas na cidade de São Paulo.

⁶ De maneira geral, de acordo com Garcia (1994), as indústrias tradicionais caracterizam-se por: i) taxas de crescimento relativamente baixas ou estagnação; ii) reduzidas taxas de inovação em termos de tipo de insumo e tecnologias utilizados, refletindo pouca inovação em produtos; iii) uma concorrência baseada em preço (cujas vantagens competitivas advém da redução do custo unitário e de mudanças na capacidade produtiva); iv) uma estrutura baseada em matérias primas naturais ou pouco elaboradas (o algodão, principalmente, até o início dos anos 1950); v) força de trabalho de nível médio e baixo utilizada intensivamente e bastante heterogênea devido à descontinuidade das operações e, vi) com necessidade de suporte de políticas governamentais para sua consolidação, especialmente, nos países em desenvolvimento.

Momentos iniciais – estabelecimento do circuito de produção e comercialização coreano

A instalação comercial da comunidade coreana nos bairros centrais, do Brás e do Bom Retiro, na cidade de São Paulo, inicia no começo da década de 1980. Até então, os migrantes coreanos que chegaram à cidade, empobrecidos, no início dos anos de 1960⁷, encontravam-se no trabalho de costureiros, em geral, em oficinas de outros migrantes (principalmente, judeus) ou ainda em suas próprias oficinas domiciliares para o comércio ambulante ou para o abastecimento de outras lojas.

Esses bairros possuíam um reconhecido comércio de roupas e tecidos, controlado pelas comunidades judaica, síria e libanesa. E, apesar de tratar-se de um momento pouco auspicioso, a entrada coreana não se deu a partir da vacância de lojas falidas, mas devido à oferta de altos lances, em dólares, dos migrantes coreanos aos membros das outras comunidades migrantes que controlavam esse comércio, especialmente, da comunidade judaica, concentrada no Bom Retiro.

Há inúmeros depoimentos de judeus que venderam imóveis a coreanos, seduzidos por propostas irrecusáveis: ‘Eles abrem uma mala de dólares em cima do seu balcão’ [...]. Conforme apurou uma matéria publicada em 1982: ‘os comerciantes tradicionais do Bom Retiro e Brás costumam brincar entre eles dizendo que os coreanos, em busca de ponto para instalar suas lojas, fazem sempre duas perguntas. A primeira é: Quanto custa? A segunda, independente do preço pedido, nunca muda: Quando o senhor desocupa?’ Nessas condições, para boa parte dos judeus previamente instalados, a invasão coreana soou como uma bênção, recrudescendo a disputa por pontos comerciais, que passaram a ser avaliados em dólares (citado por TRUZZI, 2001:14 – 15).

Dessa forma, estaríamos diante de pequenos empreendedores com capital suficiente para conseguir estabelecer, com bastante agilidade, uma espécie de enclave comercial coreano no bairro⁸. Mas, afinal, como é que a atividade de comércio ambulante ou a partir de pequenas oficinas de costura clandestinas poderia ter gerado lucros tão grandes, capazes de possibilitar tamanha poupança, em dólares, por parte desses migrantes?

A aposta de Truzzi (2001) é a de que os imigrantes sul-coreanos teriam um eficiente sistema de auto-financiamento, interno à comunidade, o *Key*, que possibilitaria o acúmulo de grandes somas⁹. Concomitante ao *Key* e outras formas de lealdade no interior da comunidade, consideramos importante salientar o papel da chegada de novos fluxos migratórios de coreanos, que trouxeram quantias consideráveis de capital, provenientes de uma Coréia do Sul que, a partir de fins da década de 1970, se encontrava em pleno desenvolvimento econômico. Nesse sentido, destaca-se, por exemplo, o alto investimento feito no início da década de 1980, por um empresário sul coreano, o Sr. Won Kyu Lee, quando de sua mudança para a capital, na construção de um prédio na Rua Cesare Lombroso – até então, dominada por fábricas já em

⁷ Em um fluxo emigratório planejado pelo governo sul coreano no âmbito de seu plano de desenvolvimento nacional no início do desenvolvimento industrial da Coréia do Sul e a partir de acordos bilaterais promovidos pelo governo coreano com alguns países da América do Sul. Ver CHOI, 1991 e MERA, s/data.

⁸ Pois além das lojas coreanas, o bairro foi recebendo restaurantes, igrejas e outros estabelecimentos coreanos ao longo dos anos.

⁹ “[o Key é] uma espécie de consórcio destinado a reunir capitais que serão revertidos para um determinado objetivo perseguido por seus membros. Típico expediente utilizado na terra natal e em qualquer país que abrigue coreanos. (...) Tal sistema de autofinanciamento viabilizou e acelerou o sucesso econômico de muitas futuras famílias de empreendedores da colônia no Bom Retiro. O resultado é que hoje os coreanos dominam as atividades comerciais do bairro” (TRUZZI, 2001:10).

decadência e umas poucas lojas – para o estabelecimento de um shopping para abrigar as lojas atacadistas dos migrantes coreanos¹⁰.

Entretanto, e apesar da entrada dominante dos empreendimentos sul-coreanos, especialmente, no Bom Retiro, note-se que não se tratou de uma simples troca de posições em que os judeus deixaram suas lojas para coreanos que, a partir de então, seriam os novos comerciantes do bairro. Pois os imigrantes da comunidade judaica não só mantiveram boa parte das estruturas construídas, com reformas apenas de fachada, permanecendo com parcela importante do capital imobiliário do bairro, mas ainda: muitos dos fabricantes de roupas tradicionais, suas plantas industriais e comerciantes permaneceram nesses bairros, conforme observa Truzzi (2001).

Contudo, os coreanos(as) estabeleceram, de fato, uma nova forma de organização da produção e comercialização, que se diferenciava da forma até então praticada pelos judeus. De acordo com Kim (2008), um importante diferencial dos negócios coreanos, seria uma mistura de investimento em qualidade e no estabelecimento de uma marca própria – envolvendo todo um corpo de profissionais extremamente especializados¹¹ — concomitante ao investimento em diversidade: são lançados novos modelos a cada 15 dias e os desfiles de lançamento da estação contam, em média, com 80 modelos iniciais. Esses números, bastante altos, mesmo nos termos do circuito *pret-à-porter* no qual os designers dessas lojas se inspiram, minimizam a importância do “modelo específico” lançado no desfile, como no circuito tradicional: ao invés do modelo único, os coreanos propõem a multiplicidade de variações em torno de um mesmo tema.

Os coreanos desenvolveram não apenas a tática de ganhar a clientela pela beleza e qualidade das peças, mas também pela agilidade no abastecimento de suas prateleiras e pela quantidade dos modelos disponíveis. *‘Nós fazemos um lançamento de coleção com, no mínimo, 80 modelos de roupas diferentes. Impossível fazer menos que isso’*, ilustra Sandra Kim, proprietária da confecção ModasCor. Ela e a maioria dos outros confeccionistas abastecem suas lojas a cada 15 dias. E a perspicácia do comerciante não está apenas em manter a loja cheia, mas repleta daquilo que o cliente quer ver. *‘Se algum modelo não teve uma boa saída em 15 dias, nós recolhemos as peças e renovamos a mercadoria’*, explica Sandra. A tática é adotada por todos os seus conterrâneos e, acreditamos, que não foi fácil chegar a essa logística afinada, na qual peças chegam e saem numa velocidade sem fim (KIM, 2008:72).

E, para atingir essa alta produtividade e rotatividade, ao invés do modelo fabril, centralizado, com funcionários fixos, os coreanos(as) estabeleceram um sistema de produção descentralizado que mobiliza uma miríade de pequenos produtores: as pequenas oficinas de costura clandestinas que, a princípio, eram propriedade dos próprios coreanos, mas com a utilização da força de trabalho boliviana. Conforme ressalta uma matéria do jornal *O Diário Popular*, a partir de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos – DIEESE, esse sistema de subcontratação representaria um gasto dez vezes menor

¹⁰ “Naquela época só havia cerca de 10 lojas abertas ali. O resto eram fábricas e oficinas de costura’, lembra [o empresário Won Kyu Lee]. Mesmo assim, ele ergueu um prédio em um dos quarteirões, o que foi considerado uma ousadia por uns e tolice por outros, por causa do pouco movimento gerado no local. Hoje, esta rua é uma das mais importantes do pólo atacadista do Bom Retiro” (KIM, 2008:67).

¹¹ O processo de desenvolvimento deste “produto da moda” envolve uma série de etapas: “além do desenvolvimento de coleção, da prospecção de tendências da moda, do envolvimento com os calendários nacionais e internacionais, e do estudo de cartela de cores, formas, volumes e acessórios e aviamentos para a montagem da coleção” (site da CDL - <http://www.cdllbomretiro.org.br/06>).

com a folha de pagamento dos costureiros, o que é bastante significativo nesse tipo de negócio que envolve enorme produtividade e alta rotatividade¹².

Nesses momentos iniciais da inserção boliviana no setor de confecção, enquanto força de trabalho das oficinas coreanas, a paisagem em foco no espaço urbano era a Praça Padre Bento, no bairro do Pari – tradicionalmente acolhedor de imigrantes de diversas nacionalidades que se dirigiram para a cidade desde fins do século XIX¹³. Nessa Praça, aos domingos à noite, começava a ser possível entrever os vestígios de um mercado de trabalho paralelo, de subcontratação, entre donos de oficinas e lojistas da comunidade coreana e os trabalhadores bolivianos(as).

Todos os domingos, a Praça Padre Bento, em frente à imponente Igreja Santo Antônio do Pari, em São Paulo, se transforma no cenário de uma insólita atividade, uma evocação moderna dos mercados de escravos que funcionaram na cidade dos barões do café até o século passado. Dezenas de imigrantes sul-americanos oferecem-se como força-de-trabalho para os coreanos que mantêm oficinas de costura na cidade. As condições de trabalho pouco variam: jornada de 16 horas diárias e um cativo que só pára da tarde de sábado à noite de domingo. (...) A partir das 18h, os primeiros imigrantes – na maioria bolivianos em situação irregular no país – chegam à praça e vão se agrupando nos bancos sob as árvores e nos bares das redondezas. Por volta das 21h, o mercado informal estabelecido na Praça Padre Bento já concentra cerca de 100 clandestinos. É nesse momento que os primeiros donos das oficinas chegam e transformam a praça numa bolsa de ofertas, misturando palavras em português, espanhol e coreano (O GLOBO, 13 dez. 1992).

Durante toda a primeira metade da década de 1990, o debate público sobre o assunto se concentrou na relação entre os lojistas e os donos de oficinas coreanos(as) e os trabalhadores bolivianos(as). Vinculação assumida, inclusive, pelos próprios representantes da comunidade coreana em suas tentativas de resposta às inúmeras denúncias em pauta naquele momento¹⁴. Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1990, percebe-se uma inflexão na abordagem dessa temática pela imprensa local: a ligação entre coreanos e bolivianos começa a se dissipar.

E a comunidade coreana começa a adquirir destaque na imprensa e reconhecimento social devido ao sucesso comercial alcançado nos bairros do Brás e do Bom Retiro, a despeito da crise que atingia o setor. De acordo com a Associação de Lojistas do Brás (Alobrás) e a Câmara dos Dirigentes Lojistas do Bom Retiro (CDL), esses bairros em que se concentra o comércio coreano e por onde circulam, diariamente, em torno de 70 mil clientes lojistas, seriam responsáveis, em 2006, por cerca de 40% do faturamento do Estado de São Paulo no setor, gerando um montante anual em torno de U\$ 3,9 bilhões, a partir de uma produção aproximada de 20 mil peças por mês por empresa, que desenvolveriam, por grife, uma média de 6 novos modelos diariamente¹⁵.

¹² Segundo estimativa da subseção do Dieese, no Sindicato das Costureiras, uma empresa constituída legalmente gastaria por volta de R\$ 31 mil apenas com a folha de pagamento de 25 funcionários que recebessem o piso da categoria (R\$351,00). Nesse cálculo estão incluídos encargos e horas extras. Mesmo que as três confecções [de bolivianos apreendidas pela Polícia Federal] pagassem a um total de 25 bolivianos um salário mínimo, a despesa ficaria em R\$3 mil reais – 10 vezes menos (s.n., sexta-feira, 25 de julho de 1997).

¹³ “Localizado na convergência dos dois rios historicamente mais importantes de São Paulo, o Tietê e o Tamanduateí, o Pari é o ponto de convergência entre a zona leste, a zona norte e o centro. Foi também, ao longo do século XX, foco de convergência dos vários povos que imigraram para São Paulo. Primeiro, os alemães – fundadores do Clube dos Alemães, mais tarde a Associação Portuguesa de Desportos – depois os italianos e portugueses, seguidos pelos sírios e libaneses. Há cerca de 40 anos chegaram os nordestinos, e há 20 os coreanos. De cinco anos para cá vieram os bolivianos” (COSTA, 2001, s/pág.).

¹⁴ “O vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria Coreana no Brasil, Tomás Choi, reconhece que foram os coreanos, donos de confecções, os primeiros a empregar os imigrantes bolivianos de forma ilegal. (...) O Consulado da Coreia, em São Paulo, de acordo com as informações do administrador Willian Taik, também assume que os coreanos exerceram por um bom tempo a função de empregadores de imigrantes bolivianos” (O Estado de São Paulo, domingo, 20 de julho de 1997, “Emprego ilegal teve início com colônia coreana”).

¹⁵ Informações obtidas no site da CDL sobre o faturamento gerado pelas confecções do Brás e do Bom Retiro: <http://www.cdllbomretiro.org.br/06/>

O sucesso comercial e empresarial dos negócios coreanos é expresso não apenas pelos números, mas também e, principalmente, pela “revitalização” urbana que possibilitaram no bairro do Bom Retiro que, desde então, passou a se constituir em um dos pontos comerciais mais caros da cidade de São Paulo (TRUZZI, 2001). Nesse sentido, precisa-se de apenas um passeio pelas ruas Aymorés e Professor Cesare Lombroso, onde se concentram as lojas atacadistas “da moda” dos imigrantes coreanos, para perceber a magnitude das transformações em curso: ao nos deslocar ora do comércio popular (atacadista e varejista), das ruas adjacentes e da região do Brás, por entre calçadas estreitas repletas de pessoas e comércio ambulante. E ora da paisagem cinzenta e relativamente vazia dos lugares em que se localizavam as antigas fábricas da região. Essas ruas do comércio coreano nos lançam em uma espécie de *shopping* a céu aberto, em que lojas amplas, com vitrines altas e vendedoras perfeitamente trajadas com as roupas da coleção, mesclam-se a calçadas mais limpas, sem fios nos postes e com uma segurança reforçada, bastante visível, em frente às lojas, que permite uma circulação confortável de pessoas e carros, em geral, importados. Nos últimos anos, a essa paisagem, somou-se a construção de um *shopping*, o *Lombroso Fashion Mall*, em que marcas atacadistas coreanas situam seus *show rooms*.

Note-se que essa divisão do trabalho, em que, por um lado, encontra-se o trabalho intensivo e pouco qualificado e; por outro, um centro coordenador que realiza importantes investimentos em tecnologia e design, reproduz, em menor escala, a tendência geral, ressaltada acima, no setor de confecção e que nos centros do capitalismo mundial, adquire dimensões globais (GEREFFI, 1994, GEREFFI, 1998, GORINI, 2000, PALPACUER, 2002). Essa tendência também nos remete a outro circuito de produção e comercialização de roupas que se constitui nesse mesmo período, entre fins da década de 1980 e início dos anos 1990, simultaneamente no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos em torno da emergência das grandes redes varejistas.

Essas grandes redes varejistas também vão estabelecer, em relação à produção do vestuário, o estilo *cheap and chic*¹⁶ – com adaptações para o uso cotidiano, das principais tendências da moda europeia e norte-americana, num estilo, geralmente, segmentado por tipo de público (moda jovem, moda jovem senhora, moda *teen*, moda senhora, moda masculina etc). E sua forma de organização da produção assemelha-se ao sistema produtivo coreano descrito acima, com alto investimento em inovações incrementais, design e formas de comercialização, aliado à fragmentação e descentralização da produção, a partir da contratação de pequenos produtores.

De costureiros a oficinistas – formação de um circuito transnacional boliviano de subcontratação

A mudança no posicionamento da imprensa em relação aos coreanos reflete, de fato, uma mudança na forma de atuação da comunidade coreana, na medida em que se consolidava comercialmente: com a transferência do recrutamento de força de trabalho e do controle das oficinas de costura para os bolivianos(as) (FREITAS, 2009, SILVA, 1998). Ou seja, nesse período, muitos coreanos(as) deram as máquinas de costura, alugaram imóveis para a montagem das oficinas e emprestaram dinheiro para os bolivianos(as) trazerem mais trabalhadores da Bolívia. E em troca, essas oficinas bolivianas trabalhavam quase que exclusivamente para esses coreanos – sem contrato, a partir de acordos de palavra. E assim, pudemos encontrar, ao longo do trabalho de campo, histórias de uma década de parcerias. Contudo, note-se que, nesse período, também

¹⁶ “Barato e chique”. E que “consiste em reunir nas araras a última tendência da moda mundial a preços acessíveis e, claro, tudo bem adaptado ao cotidiano de quem vai comprar” (KIM, 2008:71).

é possível encontrar histórias de bolivianos (as) que se tornaram oficinistas com suas próprias economias.

O que é interessante destacar é que, aos poucos, por uma confluência de fatores, os bolivianos(as) começam a assumir outro papel no interior do circuito de produção e comercialização de roupas dos coreanos. Deixam de ser apenas força de trabalho recrutada para se transformarem também em pequenos empreendedores, donos das oficinas de costura e recrutadores da força de trabalho. Além dos coreanos(as) que, mesmo nos dias de hoje (conforme pudemos perceber em trabalho de campo), continuam sendo importantes contratadores, as oficinas bolivianas começaram a prestar serviços para outros circuitos de produção e comercialização, destacando-se suas relações com as grandes redes varejistas citadas acima.

A partir de então, nos deparamos com a formação de um sistema cada vez mais complexo e heterogêneo no interior da comunidade boliviana inserida na cidade de São Paulo. Apesar do dinamismo desse setor, que se reflete nas possibilidades de mobilidade social inscritas na passagem, plausível, em médio prazo, da atividade de costureiro(a) para a de “oficinista” (dono de oficina de costura) (SILVA, 1998) – os bolivianos(as), agora, se diferenciam entre empregadores e empregados. E essas diferenciações podem ocorrer, muitas vezes, no interior dos arranjos familiares – entre padrinhos, madrinhas, tios(as), sobrinhos(as), primos (as), cunhados (as), genros, noras, pais, mães e filhos(as).

Nessas circunstâncias, em que o controle das oficinas é transferido para as mãos dos próprios bolivianos(as), o recrutamento da força de trabalho para o abastecimento das oficinas de costura começa a se realizar não apenas na cidade de São Paulo, mas a partir dos locais de origem, na Bolívia, estabelecendo grandes redes de subcontratação “transnacionais” que passam a vincular origens e destino (AZEVEDO, 2005; BUECHLER, 2003; FREIRE, 2008; FREITAS, 2009; KADLUBA, 2007, SILVA, 1997 e 2006). O que significa que a grande maioria dos migrantes bolivianos(as) que se inserem neste setor na cidade de São Paulo, a partir de então, o fazem desde o momento de sua decisão migratória nas sociedades de origem. Conformando cadeias migratórias intimamente ligadas às redes de subcontratação dessa força de trabalho. A prática migratória constituindo-se, portanto, em sinônimo ou complemento de uma estratégia de inserção laboral no setor de confecção.

Os vestígios dessas redes de subcontratação podem ser encontrados na constituição de uma série de arranjos “institucionalizados”, ao longo do percurso entre origens e destinos, que envolvem não apenas a contratação de força de trabalho informalmente, mas um complexo sistema para a circulação de uma grande quantidade de pessoas de maneira ilegal por entre fronteiras nacionais – sendo necessários, para tanto, além do transporte, a produção de documentação falsa e outros requisitos tópicos para a ultrapassagem da fronteira. Segundo Silva (2006):

Vale notar que existem redes de agenciamento de mão de obra na Bolívia, em cidades como La Paz, de onde vem grande parte dos bolivianos que vivem em São Paulo, e Santa Cruz de La Sierra, cidade mais próxima do Brasil e, portanto, última etapa antes da saída do país. O custo da viagem para o emigrante pode variar, dependendo do trajeto escolhido. Para quem opta pela entrada por Corumbá (MT), pode custar cerca de US\$ 120. Porém, o risco de ser detido por um agente federal é maior. Já quem escolhe a rota do Paraguai terá que enfrentar uma longa e exaustiva viagem até chegar à Ciudad del Leste, para depois cruzar a fronteira e entrar no Brasil por Foz do Iguaçu (PR). O custo desse trajeto pode chegar a US\$ 160 (SILVA, 2006: 160, grifo meu).

Em descrição realizada por Gaudério, para *A Folha de São Paulo*, em 2007 – na qual narra suas tentativas de inserção nesse circuito de subcontratação a partir a Bolívia, através de anúncios

de jornal e rádio nas cidades de El Alto e Santa Cruz – algumas estruturas intermediárias de uma dessas possíveis “redes de subcontratação” é delineada de maneira mais visível.

Começo em El Alto, cidade adjacente a La Paz (...). Compro um rádio e sintonizo nos 6.080 Khz da emissora católica São Gabriel. O locutor se expressa em aymará e quéchua (...). Consigo entender “costureiro”, “overloquista”, “Brasil” e os números dos telefones. Anoto e tento me candidatar, mas nos primeiros tropeços do espanhol, as vagas desaparecem. Volto a La Paz (...). “Entre cartazes que anunciam ‘Atenção doadores de rim. Compramos o seu por até US\$ 4000’, encontro ofertas de vagas para costureiros com ou sem experiência que queiram trabalhar no Brasil ou na Argentina. (...) Vou à Rua Albaroa 195, falar pessoalmente com Julia Fernandes, dona do anúncio. (...) Mais ou menos 60 anos, dona Julia é simpática. Fica acertado que me arrumará um emprego e que viajarei para o Brasil com um casal dentro de três ou quatro dias. (...) Não dá certo, dona Julia Fernandes some dois dias depois de nossa conversa. Procuro outro anúncio que promete ‘sueldo’ de US\$200 mensais. Ao telefone um homem de voz forte e grossa encerra as minhas pretensões avisando ‘Só contratamos bolivianos legítimos para trabalhar com coreanos. Não ligue mais’ (*A Folha de São Paulo*, 16 de dezembro de 2007).

Essas citações possibilitam indicar as estruturas intermediárias mais visíveis dessas “redes de subcontratação” nos locais de origem. E embora, nas descrições acima, tratem-se de processos impessoais e ligados exclusivamente aos interesses dos que precisam dessa força de trabalho, podem refletir também a consolidação das estruturas informais estabelecidas desde os locais de origem em torno de arranjos comunitários e de familiaridade extensa. Circunstâncias que, no caso específico das migrações internacionais a partir da Bolívia, revestem-se de fundamental importância na dinâmica dos processos migratórios (CORTES, 2004 e 2008, HINOJOSA, 2009, SPEEDING, 2003, DE LA TORRE, 2007, 2006, QUIROGA, 2007).

Ou seja, em muitos casos, as redes de subcontratação se constituem a partir das relações de parentesco e/ou de vizinhança que os donos de oficinas na cidade de São Paulo possuem em seus locais de origem, na Bolívia. Nesse sentido, conforme foi possível captar em entrevistas realizadas com costureiros e donos de oficina na cidade de São Paulo e Buenos Aires (BEHERAN e FREITAS, 2011), muitas vezes, os bolivianos(as), donos de oficinas de costura, aproveitam suas viagens à Bolívia – para visitar os familiares ou para participação em algum evento familiar – para trazer para São Paulo sobrinhos (as), primos (as), irmãos, apadrinhados (as), conhecidos(as) para trabalharem em suas oficinas de costura.

Note-se, ainda, em relação às redes de subcontratação, a manutenção dos “mercados de trabalho a céu aberto” na cidade de São Paulo – muito parecidos com aquele descrito em matéria de jornal de 1992, citada acima. A diferença dos tempos: ao invés da Praça Padre Bento, a praça Kantuta e; ao invés de empregadores coreanos, encontramos bolivianos, peruanos, paraguaios e brasileiros. A existência desses circuitos de subcontratação no espaço urbano paulistano, tendo em vista o fato de que a primeira inserção no circuito se dá a partir dos locais de origem, refletem a alta rotatividade dessa força de trabalho.

Ao perscrutar os sentidos dessa alta rotatividade¹⁷, pudemos identificar as seguintes circunstâncias que levam os bolivianos(as) a abandonarem a primeira oficina de costura na qual se inseriram, em geral, a partir de seus locais de origem:

1. Nos casos dos bolivianos(as) que vieram para São Paulo no interior de redes de subcontratação impessoais (sem ligação com suas relações de parentesco e de

¹⁷ Em questionário aplicado junto aos bolivianos(as) sobre suas trajetórias de inserção no circuito de confecção, ao longo de pesquisa de mestrado (FREITAS, 2009), em entrevista com a advogada boliviana Ruth Camacho e em conversas informais ao longo de trabalho de campo realizado em 2010.

sociabilidade próxima) percebe-se uma maior incidência de não permanência, em curto período de tempo, na primeira oficina que os contratou desde a Bolívia, principalmente, nos casos em que não tinham experiência anterior na costura. Em geral, porque essas oficinas são as que pagam os piores salários e têm as piores condições de trabalho – circunstâncias que acabam descobrindo a partir do momento que começam a se sociabilizar com seus compatriotas na cidade de São Paulo. Ou ainda, em muitas situações, essas primeiras oficinas simplesmente não pagam nada, alegando, no caso daquelas que subsidiam a viagem e, em alguns casos, o aprendizado do ofício, que esses costureiros são obrigados trabalhar de graça para arcar com esses custos iniciais. Nesses casos, é comum ouvir histórias de bolivianos(as) que, depois de inseridos na cidade e em contato com outros, ou simplesmente fugiram ou saíram pacificamente dessas primeiras oficinas em busca de melhores condições de trabalho e salários. Apesar de existirem situações de total confinamento, Ruth Camacho adverte que são a exceção e, com o passar do tempo – afinal, trata-se de um circuito que tem pelo menos 30 anos de existência – configuram fenômeno ainda mais raro.

2. No caso dos bolivianos (as) que vieram para São Paulo no interior das redes familiares e/ou de sociabilidade constituídas desde a Bolívia, é possível encontrar casos de exploração desses costureiros, não pagamento ou ainda situações percebidas como desvantajosas – como, por exemplo, a percepção de que poderiam ganhar mais trabalhando menos em outra oficina. Circunstâncias que levam a fugas ou simplesmente saídas pacíficas para a tentativa de trabalho em outras oficinas.

Em todos esses casos, esses bolivianos(as) acabam por confluir em direção a esses mercados de trabalho paralelos estabelecidos no espaço urbano paulistano. Essas circunstâncias, ao mesmo tempo, que refletem a precariedade desse mercado de trabalho, além de complexas situações de exploração (especialmente, quando essas ocorrem no interior de relações de parentesco). Também indicam, nas entrelinhas, mecanismos de resistência mobilizados por esses bolivianos (as) “explorados”: em suas fugas, na simples não aceitação de determinadas condições laborais, na procura por melhores oportunidades e nas informações adquiridas sobre as condições de trabalho (que incluem considerações sobre os bons e maus patrões), que circulam em suas redes de sociabilidade.

Os territórios bolivianos na cidade e a diversificação dos circuitos de produção e comercialização de roupas

(...) la noción de visibilidad territorial: el migrante establece una cierta relación con el espacio geográfico a través del uso y de la apropiación de lugares, que revelan sus modos de territorialización. La visibilidad resulta de un proceso dinámico gradual, con un ritmo más o menos rápido, a través del cual el migrante “territorializa el espacio” y “se territorializa” en un espacio nuevo para él. La territorialización se define como el doble proceso de inscripción del grupo en el espacio y de construcción de lugares (en el sentido material, económico, pero también social y cultural). La visibilidad se basa en la voluntad y la intencionalidad del actor estudiado de ser o hacerse visible, de «aparecer» (BABY COLLIN et alli, 2011: 14).

Em torno da atividade dessas oficinas no setor de confecção e, na medida em que se consolida na cidade, emergem alguns territórios de referência da comunidade boliviana no espaço urbano paulistano. Nos quais:

- i. *Alguns elementos das formas de sociabilidade e hábitos culturais e alimentares dos locais de origem são reproduzidos*, a partir de: a) restaurantes de comida típica boliviana, b) armazéns que trazem diretamente da Bolívia uma série de produtos que compõem sua dieta alimentar, c) dos salões de cabeleireiro¹⁸ e, d) bares e danceterias bolivianas,
- ii. *Estabelecem-se relações com os locais de origem*, a partir de: a) ligações telefônicas – na rua Coimbra, existe um estabelecimento comercial formal para a realização de chamadas telefônicas e, na Praça Kantuta, os telefones “truchos”, aparelhos celulares clonados em torno dos quais as pessoas fazem fila para ligar para a Bolívia, b) envio de remessas¹⁹ para os familiares que não migraram, c) contratação de meios de transporte para ir até a Bolívia²⁰ - ou com os ônibus clandestinos que saem da rua Coimbra ou com a compra de passagens áreas da empresa boliviana Aerosur que, atualmente, possui uma tenda de vendas de passagens na Praça Kantuta e, d) consultas ao próprio consulado boliviano que se instalou na rua Coimbra, nos últimos anos, para facilitar a emissão de documentos necessários durante o último processo de anistia.
- iii. *Circulam informações sobre as atividades bolivianas no interior do setor de confecção*, a partir de: i) anúncios espalhados pelos estabelecimentos comerciais na rua Coimbra e do “mercado de trabalho a céu aberto”, que se estabelece todos os domingos ao cair da tarde em uma rua adjacente à Praça Kantuta²¹ e, ii) uma empresa, instalada recentemente na rua Coimbra, que dá assessoria jurídica e logística para os bolivianos que querem montar a sua própria oficina de costura ou que querem legalizar a oficina que já possuem.

Esses “espaços da bolivianidade”, conforme nomeia Grinsom para se referir a emergência de um fenômeno parecido em Buenos Aires, tem sido amplamente descritos nos estudos contemporâneos sobre as migrações internacionais bolivianas para os centros urbanos dos Estados Unidos (DE LA TORRE, 2006), da Espanha (HINOJOSA, 2009 & BABY COLIN et al 2011) e da Argentina (GRINSOM, 2006, SASSONE & CORTES, 2011).

Em relação ao espaço urbano paulistano, os principais territórios de referência identificados, até agora, a partir do trabalho de campo, são a Praça Kantuta, no Canindé e a rua Coimbra, no Bresser. Em relação a esses espaços, note-se que, enquanto, por um lado, a feira de domingo na Praça Kantuta se estabeleceu a partir de uma reivindicação da comunidade

¹⁸ Chama atenção a quantidade de estabelecimentos de cabeleireiros na rua Coimbra que, conforme veremos adiante, é uma dos principais espaços de referência da comunidade boliviana na cidade. Em trabalho de campo em 2010, pudemos constatar inclusive a formação de uma espécie de associação informal dos cabeleireiros da rua Coimbra com o intuito de uniformizar o preço dos cortes de cabelo. Esses salões funcionam até tarde da noite aos sábados e domingos.

¹⁹ A partir de informações da advogada Ruth Camacho que agora está em um grupo de trabalho da OIT e outros organismos multilaterais para investigar essa questão. De acordo com a advogada, o envio de remessas é bastante importante no caso da comunidade boliviana instalada na cidade de São Paulo e já existem pelo menos duas grandes empresas informais que fazem esses trâmites a partir dessas centralidades bolivianas. Mas ainda não entramos em contato – “(...) são remessas que saem daqui, nada disso é computadorizado, nada disso está sendo observado, porque muitas famílias lá dependem disso, você vê muitos pais aqui trabalhando, você vê casais que vêm pra cá e trabalham, você vê mulheres que vêm aqui, trabalham e manda dinheiro para os filhos, tanto dos profissionais ao mais baixo você vê isso (...) nada é fiscalizado, nada, você ouvindo aqui (na rádio) você vai ver eles fazendo propagandas de empresas, que não estão oficializadas, que mandam o dinheiro” (Ruth Camacho, entrevista, 2008).

²⁰ Ainda de acordo com a advogada Ruth Camacho, note-se, conforme indica também Rolnick Xavier (2010) e como veremos nos estudos sobre a dimensão transnacional das migrações internacionais bolivianas para outros centros urbanos, que os retornos à Bolívia são constantes “(...) o que a gente assiste hoje em dia, por exemplo, ele vem, trabalha dois, três anos e junta um dinheirinho e volta pra lá, fica lá uns dois, três meses e volta pra cá. Às vezes, vem para o mesmo destino de onde saíram, o mesmo local onde se encontravam ou vêm para outro, mas é... eles viajam mais do que eu consegui daqui até o Espírito Santo, é verdade” (Ruth Camacho, entrevista, 2008).

²¹ A cena: em uma rua adjacente à Praça, por volta das 18hs, 19hs, estabelece-se uma aglomeração que ocupa, praticamente, uma rua inteira e forma uma espécie de “corredor polonês”: os costureiros circulando no meio e os contratantes (donos das oficinas de costura), parados, nas extremidades, com peças de roupas nas mãos – as peças que eles precisavam que fossem costuradas – com o intuito de avaliar se os costureiros dispostos a trabalhar saberiam executar o serviço. A impressão que tínhamos é a de que quem sabe costurar ou se dispõe a aprender não encontraria dificuldades em arrumar trabalho naquelas circunstâncias. Poucas vezes se enxerga este fenômeno: empregadores disputando com veemência por possíveis operários de suas máquinas.

boliviana junto à prefeitura municipal da cidade e trata-se de um espaço de comércio não permanente (só funciona aos domingos)²²; por outro, a Rua Coimbra teve uma história muito mais informal de inserção da comunidade boliviana. Tratava-se, conforme foi possível verificar a partir de trabalho de campo, de uma rua em que se concentravam muitas oficinas de costura coreanas e bolivianas e, ao longo da década de 1990, começou a receber estabelecimentos comerciais e salões de cabeleireiro bolivianos para atender aos costureiros, além de uma central telefônica cujos donos são bolivianos. Aos finais de semana, consolidou-se também como ponto de encontro da comunidade, recebendo comércio ambulante.

Em relação às dinâmicas do circuito de produção e comercialização de roupas nota-se, atualmente, as seguintes tendências: i) alguns donos de oficinas de costura bolivianos discutem a possibilidade de estabelecimento de circuitos próprios de comercialização de sua produção e de concepção das peças a serem produzidas. E nesse sentido, a “feira da madrugada” esta se transformando em um importante espaço alternativo para a comercialização de parte da produção das oficinas de costura bolivianas, ii) além da comunidade boliviana, percebe-se a entrada de paraguaios e peruanos²³, no trabalho nas oficinas de costura na cidade de São Paulo – em oficinas próprias ou nas oficinas de bolivianos e/ou coreanos²⁴. E a entrada desses grupos, não apenas nas oficinas de costura, mas também em espaços de circulação da comunidade boliviana nos bairros do Brás, Canindé e Pari – principalmente na Rua Coimbra²⁵ e na Avenida Carlos de Campos – tem gerado uma série de conflitos e tensões que se refletem, entre outras coisas, no aumento significativo de casos de violência entre esses grupos registrados pela polícia²⁶.

Dessa forma, ao longo dos últimos 30 anos, ao invés do clássico e esperado percurso da integração e assimilação dessa força de trabalho boliviana ao mercado de trabalho local e às estruturas sociais, econômicas e culturais da sociedade de destino percebe-se, por um lado, a formação de espaços e dinâmicas próprios a partir de uma relação mediada (e não direta) com as estruturas institucionais e laborais da sociedade de destino e que passam a incluir outros grupos de migrantes (peruanos e paraguaios) no interior desses espaços e dinâmicas, inicialmente, constituídos pela comunidade boliviana. E, por outro lado, a manutenção de relações e

²² A busca por um lugar para o estabelecimento comercial da comunidade boliviana iniciou depois de sua expulsão da Praça Padre Bento devido a um abaixo assinado organizado pelos responsáveis pela gestão da Praça. Circunstâncias que geraram uma série de tensões entre bolivianos e brasileiros, conforme podemos perceber em uma verbalização de Juan – um personagem central na história recente da comunidade boliviana na cidade e que, além de ser um dos responsáveis pela fixação da comunidade boliviana na Praça Kantuta, aos domingos é, atualmente, um dos líderes do movimento de legalização da feira boliviana realizada na rua Coimbra aos sábados. “Na Praça Padre Bento. Um dia, ele [o vereador Adilson Amadeu] chegou pra mim e falou: ‘Juan, você não pode ficar mais aqui, você tem que tirar suas vendedoras daqui’. Eu falei: ‘tudo bem, eu vou ter que buscar outro lugar onde vou poder levar’. E ele: ‘Não, você tira este domingo. Não quero mais’. Entonces, ele era uma pessoa civil, era um deputado, um vereador, ele tinha poder e...arranjamos uma briga campal, na Igreja mesmo. (...) porque eu não era uma persona documentada. (...) Tinha uma reunião de conselho, até hoje eu assisto às reuniões de conselho, tinha uns 3 bolivianos, mais ou menos, e a turma dos brasileiros, instituciones, era a ARPA (, uma instituição também do Brás, Pari, Canindé e eu encarei ele né. E ele me deu um tapa na cara, o Adilson. E aí eu parti pra cima também, eu não consegui dar nada nele porque tinha um (...) lá, nos separou, mas a briga entre bolivianos e brasileiros foi tremenda”.

²³ Conforme foi possível verificar em trabalho de campo realizado ao longo de 2010. De maneira geral, note-se que os fluxos migratórios de paraguaios e peruanos para o Brasil também tem aumentado significativamente nesse período. De acordo com Sala (2005), a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1990 e 2000, enquanto a taxa de crescimento médio anual entre 1991-2000 da população boliviana no país foi de 29,5%, a taxa de crescimento da população paraguaia foi de 47,3% e a taxa de crescimento da população peruana foi de 71%.

²⁴ Até o momento, conforme foi possível confirmar em trabalho de campo recente, no âmbito do projeto BEPE/Fapesp, a presença dos coreanos como contratadores de oficinas de costura bolivianas é bastante presente. Nas entrevistas feitas com os que migraram para a Argentina, destaca-se a presença de coreanos, inclusive, como donos de oficinas de costura – o que não se verifica de maneira relevante na conjuntura atual da cidade de São Paulo.

²⁵ A Rua Coimbra é considerada, atualmente, pela polícia militar um dos locais de maior foco das tensões entre bolivianos, paraguaios e peruanos, tendo sido registrados formal e informalmente, no primeiro semestre de 2011, 12 casos de brigas e 4 mortes.

²⁶ De janeiro a julho de 2001, a Polícia Militar atendeu 71 ocorrências de casos de brigas e um assassinato entre bolivianos, paraguaios e peruanos – na maioria dos casos tratava-se de costureiros. Entretanto, estima-se que o número seja bem maior, pois na imensa maioria dos casos a polícia não é chamada. Em geral, mas existem exceções, os paraguaios são os que mais agredem e os bolivianos são o grupo mais atingido. Além da existência de conflitos entre membros da mesma comunidade. Ver reportagem completa sobre o assunto em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/08/promotoria-apura-rixa-entre-peruanos-bolivianos-e-paraguaios-em-sp.html> [último acesso em 18/08/2011].

vínculos, materiais e/ou simbólicos, com as sociedades de origem no espaço urbano da cidade de São Paulo. Seja a partir dos circuitos de subcontratação que se estabelecem desde os locais de origem, do envio de remessas (indicando a manutenção de arranjos familiares entre lá e cá), das inúmeras ida e vindas (que suscitaram todo um sistema de transporte clandestino entre os Andes bolivianos e São Paulo) e desses territórios bolivianos (enquanto forma de demarcação identitária para dentro e para fora da comunidade boliviana).

Ao partirmos do fato da manutenção da diferença ou ainda de outras formas de integração (entre os diversos grupos e os autóctones) com a constituição de novas dinâmicas nos espaços urbanos de destino – emerge a questão dos arranjos, diálogos, rituais, espacialidades ou ainda a(s) sociabilidade(s) tecida(s) por esses novos personagens no contexto urbano e por entre suas fronteiras internas e externas em torno das atividades das oficinas de costura.

Ser daqui e de lá ao mesmo tempo

As análises contemporâneas sobre os novos arranjos sócio espaciais e econômicos constituídos pelos fluxos migratórios internacionais, que não percorrem o esperado percurso da integração às dinâmicas socioculturais e econômicas das sociedades de destino, conforme previsto pelo, até então, dominante, “paradigma da assimilação”, proposto pela Escola de Chicago, começaram a tematizar, de maneiras diversas, a simultaneidade da presença objetiva e/ou subjetiva desses imigrantes nas sociedades de origem e de destino, com o intuito de abarcar, a princípio, as formas como essas sociedades se vinculam e se influenciam mutuamente, por meio desses fluxos migratórios.

Nesse sentido, destaca-se o debate sobre o “transnacionalismo”, emergente na década de 1990, no âmbito dos estudos antropológicos sobre as migrações internacionais entre as regiões do Caribe e do México e os Estados Unidos (GLICK-SCHILLER et all, 1992). Áreas caracterizadas por apresentarem uma longa e contínua história de migração e uma cultura de migração²⁷.

Em suas primeiras definições, em publicação da New York Academy of Sciences – que reuniu, em um seminário no início dos anos de 1990, antropólogos que começavam a utilizar os termos “transnacional” e “transmigrante” para se referirem às especificidades das dinâmicas encontradas ao longo do trabalho de campo – os fenômenos transnacionais se referiam a vínculos, entre origens e destinos, em torno da dimensão familiar, econômica, social, religiosa e política. E tinha-se, como referência, conforme explicita Glick-Schiller e Levitt (2007), os estudos desenvolvidos pela Escola de Manchester²⁸. Essas primeiras análises tinham em vista a emergência de processos sociais que cruzam as fronteiras geográficas, culturais e políticas dos países de origem e de destino, a partir do envolvimento simultâneo dos migrantes, ou ainda, “transmigrantes”, nessas duas sociedades.

Nós chamamos essa experiência imigrante de ‘transnacionalismo’ para enfatizar a emergência de processos sociais nos quais os migrantes estabelecem campos sociais que cruzam as fronteiras geográficas, culturais e políticas. Imigrantes são considerados transmigrantes quando estabelecem relações múltiplas – familiar, econômica, social, organizacional, religiosa

²⁷ E, portanto, “it was easier for scholars working in those two settings to break out of the dominant paradigm that assumed that persons could belong to only a single country and that US migrants had to choose between their home country and the new land”(Glick-Schiller, 2007: 119-120).

²⁸ Uma escola inglesa de estudos urbanos do início do século XX, sob coordenação de Max Gluckmann, que fazia pesquisas sobre os novos centros urbanos africanos constituídos após a colonização inglesa. Nesses estudos, a percepção da manutenção de redes de sociabilidade e arranjos entre as zonas rurais de origem dos trabalhadores e os centros urbanos – facilitadas pelas próprias circunstâncias de organização dessas urbanidades, conforme argumenta Hannerz 1980 – levou ao desenvolvimento das primeiras análises sobre redes sociais (no âmbito dos estudos urbanos) e dos processos de difusão cultural entre origens rurais e destino urbano.

e política – que abrangem fronteiras. (...) Transmigrantes agem, tomam decisões e possuem preocupações no interior de um campo de relações sociais que une o seu país de origem e seu país ou países de destino (GLICK-SCHILLER et al, 1992: ix, tradução própria)²⁹.

Esse debate sobre o transnacionalismo enquanto novo paradigma analítico para o estudo das migrações internacionais se constitui em um momento marcado pela emergência, desde a década anterior, das análises sobre o pós modernismo e a globalização econômica e cultural. Análises que passam a enfatizar, nas ciências humanas, a emergência e/ ou intensificação de vários fluxos de pessoas, ideias, objetos e capital por entre fronteiras nacionais. Destacando-se, nesse sentido, conforme propõe Smith (2001) as seguintes publicações: i) “A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural” de David Harvey, em 1979, ii) os ensaios de John Friedmann, do começo da década de 1980. Em especial, o primeiro, de 1982, “World city formation: an agenda for research and action” escrito em parceria com Goetz Wolff e, o de 1986, “The world city hypothesis” e, iii) os trabalhos de Saskia Sassen, em especial, “The Global City”, de 1991.

Dessa forma, conforme argumenta Glick-Schiller (2007), misturaram-se dois fenômenos que, apesar de estarem estreitamente ligados, apresentam realidade e história próprias. Por um lado, uma mudança paradigmática nos estudos das migrações internacionais – do paradigma da assimilação para o do transnacionalismo³⁰; e, por outro, os denominados novos processos de globalização, entendidos enquanto consequência do novo estágio do capitalismo, marcado pela reestruturação da produção, da distribuição e do consumo e que engendraram (de acordo, por exemplo, com Harvey) significativas mudanças culturais. E que, além de estimularem as migrações internacionais, facilitariam a manutenção de laços com os países de origem. Em trecho bastante irônico, tendo em vista sua argumentação ao longo do ensaio, Glick-Schiller indica as consequências desse debate inaugurado nos anos de 1980:

Nós ouvimos sobre disjunção, deslocação, deslocamento, desengajamento, desconexão, desterritorialização e desmantelamento das velhas estabilidades. O passado era estático, o presente era fluído. O passado continha culturas homogêneas, [enquanto] nós vivíamos em um mundo de hibridismo e complexidade. Antes, a antropologia estudava sociedades pequenas e isoladas, agora, o mundo era o nosso campo (Glick-Schiller, 2007:121, tradução própria)³¹.

Entretanto, a partir da década de 1990, emerge, no âmbito dos estudos culturais e urbanos, o debate sobre o transnacionalismo não mais apenas para indicar um paradigma analítico das migrações internacionais, mas para se referir aos processos culturais e urbanos mais gerais³² e

²⁹ “We called this immigrant experience ‘transnationalism’ to emphasize the emergence of a social process in which migrants establish social fields that cross geographic, culture and political borders. Immigrants are understood to be transmigrants when they develop and maintain multiple relations – familial, economic, social, organizational, religious, and political – that span borders. (...) Transmigrants take actions, make decisions, and feel concerns within a field of social relations that links together their country of origin and their country or countries of settlement” (GLICK-SCHILLER et al, 1992: ix).

³⁰ Para a autora, inclusive, essa mudança paradigmática não significa a emergência de um fenômeno novo – a existência e manutenção de laços transnacionais fariam parte da realidade dos fluxos migratórios desde, pelo menos, as migrações internacionais de fins do século XIX e começo do século XX. Entretanto, eles teriam sido obscurecidos pelo paradigma da assimilação – “With a new period of globalization, the transnational ties of migrants were again visible and even more significant” (Glick-Schiller, 2007:122).

³¹ “We heard about disjuncture, dislocation, displacement, disengagement, disconnection, deterritorialization, and the dismantling of the old stabilities, knowledge, conventions, and identities. The past was static, the present was fluid. The past contained homogenous cultures, we lived in a world of hybridity and complexity. Before, anthropology studied small isolated societies, now the world was our terrain” (Glick-Schiller, 2007:121).

³² Note-se que o debate sobre o transnacionalismo, no âmbito dos estudos urbanos, se diferencia também do localismo dos estudos pós coloniais. Nesse sentido, ao invés das dicotomias entre o local e o global presente nos dois debates (da globalização e dos pós coloniais), o debate sobre o transnacionalismo vislumbra situar o global no local. Ou seja, parte-se do pressuposto de que o local é transpassado por uma série de fluxos/processos globais e, no caso das análises urbanas, tal como propõe Smith (2001) tratar-se-ia de visualizar as articulações que esses fluxos/processos compõem em localidades específicas e em diálogo com as especificidades das localidades nas quais tais processos se situam.

que, diferentemente das análises sobre a “globalização” e os “processos globais”, busca realocar e territorializar essa fluidez.

Como a “globalização”, outros processos sociais que estão dispersos através do espaço e são encontrados em muitos lugares ao mesmo tempo, como as redes sociais transnacionais de migrantes ou coalizões políticas neoliberais, são também relações socialmente construídas de poder e sentido, temporalmente e espacialmente particulares. Para compreender relações sociais como essa com alguma precisão é necessário considerarmos sua formação, desenvolvimento e impacto na medida em que se localizam em lugares particulares (...). Neste livro, eu proponho uma distinção conceitual clara entre “globalização” e “transnacionalismo”. (...) Enquanto o discurso da globalização focaliza processos sociais que são ‘são amplamente [deslocados] de territórios nacionais específicos’ (...), a pesquisa sobre processos transnacionais descreve relações sociais transnacionais como ‘ancoradas em’ enquanto também transcendem um ou mais estados-nação. (...) Em contraste, o discurso transnacional insiste na continuidade do significado das fronteiras, das políticas estatais, das identidades nacionais mesmo que sejam frequentemente transgredidas pelos circuitos de comunicação transnacional e práticas sociais (SMITH, 2001: 3, tradução própria)³³.

A partir desse momento, percebemos uma interessante convergência entre as perspectivas dos estudos migratórios e dos estudos urbanos acerca do sentido do “transnacionalismo”, incentivando a realização de pesquisas multidimensionais e multisituadas nas sociedades de origem e de destino. Enquanto, da perspectiva dos estudos urbanos, os processos de territorialização de fenômenos que se constituem e se localizam por entre outros espaços sociais/nacionais/culturais, extrapolando as escalas nacionais e locais, passam a ser abordados a partir da consideração das especificidades concretas dos territórios por entre os quais se constituem; da perspectiva dos estudos migratórios, os processos de incorporação/assimilação das comunidades de imigrantes passaram a ser considerados em confluência – e, não em oposição, como proposto pelo paradigma da assimilação – com a manutenção e reprodução de redes/campos sociais entre sociedades de origem e de destino.

As vidas de um número cada vez maior de indivíduos não podem mais ser compreendidas focalizando apenas o que se passa no interior das fronteiras nacionais. Nossas lentes analíticas devem ser, necessariamente, expandidas e aprofundadas porque os migrantes se encontram, frequentemente, imersos em campos sociais transnacionais multi-dimensionais e multi-situados, abrangendo tanto aqueles que se moveram quanto aqueles que permaneceram [nos locais de origem]. Como resultado, as premissas básicas sobre instituições sociais como a família, a cidadania e os estados nacionais devem ser revisitadas. A partir do momento em que repensamos as fronteiras da vida social, se torna claro que a incorporação dos indivíduos no interior dos Estados nacionais e a manutenção de conexões transnacionais não são processos sociais contraditórios (LEVITT & GLICK-SCHILLER, 2007:157, tradução própria)³⁴.

³³ Like “globalization”, other social process that are dispersed across space and found in many places at the same time, like transnational migrant networks or neoliberal political coalitions, are also temporally and spatially particular, socially constructed relations of power and meaning. To understand social relations such as these with any precision requires us to consider their formation, deployment, and impact as they become localized in single places (...). In this book I make a clear conceptual distinction between “globalization” and “transnationalism”. (...) While the globalization discourse draws attention to social processes that are ‘largely decentered from specific national territories’ (...), research on transnational processes depicts transnational social relations as ‘anchored in’ while also transcending one or more nation-states. (...) In contrast, the transnationalist discourse insists on the continuing significance of borders, state policies, and national identities even as these are often transgressed by transnational communication circuits and social practices” (SMITH, 2001: 3).

³⁴ “The lives of increasing numbers of individuals can no longer be understood by looking only what goes on within national boundaries. Our analytical lens must necessarily broaden and deepen because migrants are often embedded in multi-layered, multi-sited transnational social fields, encompassing those who move and those who stay behind. As a result, basic assumptions about social institutions such as the family, citizenship, and nation-states need to be revisited. Once we rethink the boundaries of social life, it becomes clear that the incorporation of individuals into nation-states and the maintenance of transnational connections are not contradictory social processes” (LEVITT & GLICK-SCHILLER, 2007:157).

Nos estudos contemporâneos sobre as migrações internacionais bolivianas que dialogam, direta ou indiretamente, com os debates sobre o “transnacionalismo”, destacam-se as relações entre os projetos migratórios (estabelecidos no âmbito familiar) e as estratégias locais de sobrevivência, identificando a formação de estruturas ou dinâmicas familiares e comunitárias denominadas “transnacionais” – expressão de projetos migratórios de permanência nas origens – baseadas no desmembramento dos núcleos familiares entre origem e destinos, com o intuito de possibilitar a manutenção e o desenvolvimento dos locais de origem e do núcleo familiar como um todo. Ideia sintetizada, inclusive, no título de alguns dos livros que investigam, a partir das origens, os fluxos migratórios internacionais de bolivianos, como, por exemplo, os de De La Torre, “La chequanchada” (2007)³⁵ e “No llores, prenda, pronto volveré” (2006) e o de Geneviève Cortes (2004) “Partir para quedar-se”.

Essa perspectiva dialoga com os estudos da Escola Etnológica Andina³⁶ que identificou, em suas análises das estratégias de sobrevivência alimentar e reprodução sociocultural do núcleo familiar e comunitário originário das regiões altioplânicas dos Andes, a existência de movimentos migratórios, muitas vezes, por longos percursos, de parte do núcleo familiar, das terras altas às terras baixas (de costa ou de vale) com o intuito de acessar terras férteis e produtos alimentares inexistentes nas alturas, para a realização de trocas ou estabelecimento de novos assentamentos, promovendo o controle de diferentes pisos ecológicos³⁷.

Nesse sentido, as principais características da forma de organização dos povos andinos, em especial, dos *mitimaes*³⁸, indicadas nos estudos de John Murra (1987), e que chamam a atenção desses pesquisadores contemporâneos, conforme explicitam De La Torre (2006: 64-5) e Hinojosa (2009: 16) são: i) a manutenção de laços, relações, identidades e direitos nos núcleos de origem mesmo que demorassem muito tempo para regressar ou que nunca mais regressassem de fato, ii) o caráter multiétnico dos processos com a consolidação de espaços de interculturalidade e, iii) a especialização laboral dos *mitimaes* “que respondiam a esquemas políticos e econômicos de nível macro” (HINOJOSA, 2009:16, tradução própria).

¿Cuánto de las prácticas hasta ahora mencionadas sigue desplegándose en las estrategias familiares y comunitarias de las actuales migraciones bolivianas? Probablemente la filiación entre unas y otras lógicas no corresponda más que a una intención romántica de los propios actores, de acuerdo a la manera en que (...) se construyen las narrativas de identidad (...). Sin embargo, algunas coincidencias no deberían ser descartadas. Las nuevas colonias bolivianas parecerían seguir los senderos trazados por las familias *mitimaes*, aunque esta vez extendiendo la dinámica doble de sus idas y venidas hacia un nuevo escenario, el de un archipiélago de pisos ecológicos transnacionales en tiempos de globalización. Sus comunidades o ciudades de origen, sustituidas en términos de residencia por Washington DC, Madri, Buenos Aires y otras urbes, también podrían cumplir la función que para aquellos viajeros ejercían las

³⁵ “Al detener brevemente la atención en las narraciones de inicio de cada uno de los ciclos migratorios de algunos informantes del Valle Alto, podría pensarse que ante una única manera de caminar hacia a un destino propio partiendo de la condición – origen de campesino (aparentemente vinculada a la permanencia en la tierra), estos personajes vienen encontrando otras sendas. Se si sigue dando vueltas a la metáfora del camino puede encontrarse una palabra quechua que describe a esas vías alternativas. (...) Las *chequanchadas* no llevan necesariamente a otro lugar, sino ao que se planteó inicialmente como destino. Las *chequanchadas* también devuelven al camino central después de haberse ahorrado tiempo pero – como se verá en este estudio – no sin sacrificios” (DE LA TORRE, 2007:2).

³⁶ Escola criada pelo etnólogo John Murra, na década de 1970 e que desenvolveu a teoria do “controle vertical do máximo de pisos ecológicos” e, junto com o boliviano Ramiro Condarco Morales, a teoria da “simbiosis interzonal”, conforme explicita Hinojosa (2009).

³⁷ No interior do debate latino-americano sobre essas especificidades das populações andinas, note-se, conforme explicita Cortes (2008:110) que existe ainda outra posição que ao considerar essas mobilidades no interior de um sistema fechado, vai visualizar as migrações internacionais contemporâneas não como uma continuidade, mas como uma ruptura maléfica do ecossistema andino.

³⁸ Os *mitimaes* eram grupos em contínuo deslocamento, com a função de conquista e colonização durante o Império Inca – uma versão tardia e institucionalizada dos “migrantes regulares” que protagonizavam o “controle vertical do máximo de pisos ecológicos” descrito acima.

cabeceras étnicas cercanas al lago sagrado. Los desplazamientos en función a un centro permanente continúan. Continua también la necesidad de retorno multifacético hacia la tierra abandonada (DE LA TORRE, 2006:65).

A despeito da questão das possíveis continuidades e/ou rupturas das migrações contemporâneas em relação a essas mobilidades estruturantes das sociedades andinas ancestrais, o que essas comparações anacrônicas trazem para o primeiro plano, em torno do que Hinojosa (2009) vai denominar “cultura da mobilidade”, é a percepção da migração não enquanto uma escolha individual e/ou familiar de ruptura em relação às sociedades de origem, mas enquanto estratégia familiar e/ou comunitária de desenvolvimento/permanência dos locais de origem (Benencia, 2003, Dandler & Medeiros, 1985, De La Torre, 2007 e 2006, Yarnal e Price, 2010, Hinojosa, 2009). Adquirindo destaque, nesse contexto, as dinâmicas familiares e os projetos migratórios constituídos desde as sociedades de origem³⁹.

Contemporaneamente, emerge, ainda, uma terceira abordagem⁴⁰ que focaliza a formação de territorialidades, que se sobrepõem e/ou justapõem aos arranjos sedentários das sociedades de origem e de destino, a partir das atividades – principalmente, econômicas – de comunidades de imigrantes (CORTES & FARET, 2009, POTOT, 2003; SIMON, 2006, TARRIUS, 1989, 1993, 2002, 2005, 2009).

Um das proposições de maior impacto, nesse debate, é a dos “territórios circulatórios”, de Alain Tarrius, no âmbito do que denominou de “antropologia do movimento”⁴¹. Partindo de uma definição de “território” enquanto “condição e expressão [espacial] do vínculo social” que se estabelece a partir de uma memória compartilhada e de negociações entre a população concernida e os que a rodeiam (TARRIUS, 2005:34, tradução própria)⁴², o “território circulatório” faz referência a uma territorialidade constituída por *coletivos/grupos* – não necessariamente de migrantes/imigrantes – que se reconhecem enquanto tais na medida em que *compartilham as mesmas situações de mobilidade* e que se sobrepõem e se opõem às territorialidades constituídas pelo planejamento técnico e estatal. É, inclusive, nesse sentido que o “território circulatório” se aproxima do conceito de “distrito moral”⁴³, desenvolvido pelos teóricos da Escola de Chicago, conforme sugere Tarrius (2005:25).

Note-se que, apesar da importância dada à delimitação espacial e urbana em suas análises, Tarrius não parte da cidade enquanto um microcosmos fechado em si mesmo – como supunham os “chicago boys” – pois, em sua perspectiva, o espaço urbano seria transpassado por redes e fluxos que o ultrapassam e obedecem a outras dinâmicas que lhe são estranhas. Entretanto, diferentemente, da perspectiva desterritorializada das análises dos “processos

³⁹ Conforme destaca Geneviève Cortes, no livro “Partir para quedar-se” sobre os padrões migratórios de duas zonas campesinas bolivianas do Vale Alto da região de Cochabamba, constituem-se, nos locais de origem, todo um sistema de apoio logístico ao empreendimento migratório - “En la región de Cochabamba, los campesinos se organizan para migrar, tal y como lo hacen para producir, alimentarse, vivir, etc. Las familias se prestan entre ellas, cooperan, se van, vuelven, es decir, crean un sistema socioeconómico que constituye la base del proceso migratorio. Este sistema de movilidad familiar creado en los espacios de origen, se define por la selectividad de la migración (quién se vá? por qué?), por el ritmo de desplazamientos (cuántas veces? por cuánto tiempo?) y por sus modalidades (cómo?)” (CORTES, 2004:163).

⁴⁰ Abordagem que, apesar de originar-se no âmbito dos estudos urbanos franceses, é, particularmente, interessante para abordar a questão das formas de inserção de comunidades migrantes nas sociedades de destino.

⁴¹ Conforme explicita Mehdia (2008), em um artigo sobre sua trajetória intelectual, Tarrius começou suas reflexões a respeito da temática das “territorialidades”, a partir do envolvimento, ao longo da década de 1980, na ATP sócio économie des transportes, em pesquisas sobre o uso dos transportes e os processos de deslocamento de populações específicas nas zonas rurais e urbanas, tendo em vista os processos de auto-produção social

⁴² “No mínimo, diremos que o território é uma construção concomitante à emergência e, depois, à visibilidade social de um grupo, de uma comunidade ou de outros tipos de coletivo em que os membros podem utilizar um “nós” identificador. Ele é condição e expressão do vínculo social. Ele se constitui como momento de uma negociação, entre a população concernida e os que a rodeiam, que instaura continuidades nas trocas generalizadas. O território é memória. É marcação espacial da consciência histórica de estar junto” (TARRIUS, 2005:34, tradução própria)

⁴³ Espaços urbanos não planejados, onde se desenvolvem atividades consideradas ilícitas ou não aceitas moralmente.

globais”, aproxima-se das proposições de Smith, consideradas acima, acerca do conceito de “transnacionalismo”, no âmbito dos estudos urbanos e migratórios, destacando, justamente, a dimensão situada desses territórios.

Apesar de compartilhar, por meio de sua “antropologia do movimento”, da mesma perspectiva mais geral do conceito de “transnacionalismo”, tal como tematizado pelos estudos urbanos e pelo debate sobre os “novos fluxos migratórios”, as territorialidades constituídas entre origens e destinos, propostas por Tarrius por meio do conceito de “território circulatório”, basear-se-iam em vínculos muito mais fluídos do que os pressupostos na perspectiva do transnacionalismo no âmbito dos debates sobre a questão migratória⁴⁴.

Conforme explicita Tarrius no trecho abaixo, introdutório do livro “La mondialisation par le bas – les nouveaux nomades de la économie souterraine” (TARRIUS, 2000)⁴⁵, tratar-se-ia da conformação de um “cosmopolitismo” alternativo que possibilita a emergência e a manutenção de dinâmicas e processos informais e/ou ilegais, pelos mesmos meios instituidores das dinâmicas formais/legais dos grandes centros urbanos – no lugar dos densos vínculos primários, vínculos secundários que permitem a circulação por entre dinâmicas socioculturais e socioespaciais diversas⁴⁶.

Primeiro aspecto do fenômeno: a aparição de novos tipos de territórios que cortam, doravante, os Estados Nação de maneira transversal. É o que nós chamamos, precisamente, de ‘redes’. Em sua espessura vivida e concreta, essas redes se manifestam, primeiramente, pelo seu caráter civilizador: os acordos de palavra trocados entre as pessoas promovem uma diminuição das diferenças étnicas e culturais, abrindo, assim, perspectivas de desenvolvimento inéditas. Os novos cosmopolitismos emergem: as hierarquias identitárias locais não fazem mais nenhum sentido, de fato, para essas famílias que estabelecem fortes vínculos sociais. Mais precisamente, as precedências identitárias se medem, doravante, em termos de um ‘saber circular’. Saber atravessar universos regidos por regras e normas contrastantes, esse é o critério. O lugar de origem permanece único, mas o antigo percurso da alteridade à integração – com o longo tempo em que o indivíduo não era nem daqui nem de lá – se torna obsoleto: se desenvolvem, preferencialmente, capacidades mestiças, frequentemente momentâneas, que possibilitam numerosas entradas e saídas (TARRIUS, 2002: 17-18, tradução própria)⁴⁷.

⁴⁴ “(...) nessas reconfigurações de posição e que exprimem as competências para atravessar universos de normas diferenciados: nessas novas proximidades, passageiras e parciais em sua gênese que permitem aos indivíduos ultrapassar, por exemplo, as atribuições étnicas, forjar sólidas alianças em torno de uma única troca de palavras, provenientes de múltiplas diversidades de crenças, de convicções, de costumes, a identidade se fraciona em múltiplos atributos” (TARRIUS, 2005:29, tradução e grifos próprios).

⁴⁵ Livro sobre um dispositivo econômico constituído pelos migrantes africanos da região do Maghreb, em torno das denominadas “economias subterrâneas” (de carros, produtos têxteis e equipamentos elétricos e eletrônicos) e que conforma um território circulatório cujo centro (sempre provisório) iniciou em Belsunce (bairro da cidade de Marseille, na França). E em torno do qual circulam pessoas e mercadorias por entre muitas fronteiras – na região do Maghreb na África (de onde vêm as pessoas) e na Europa – principalmente, Itália e Espanha – (de onde vêm as mercadorias).

⁴⁶ Essa diferenciação entre vínculos/dinâmicas de reciprocidade “primários” e “secundários” é proposta, a princípio, pelos autores da denominada Escola de Chicago, como uma diferenciação entre a sociabilidade urbana e a rural e, nos contextos urbanos, entre a sociabilidade comum dos espaços urbanos e aquelas estabelecidas nos denominados “guetos étnicos” – “Os cidadãos [nas zonas urbanas] se encontram em papéis fortemente segmentados. Eles dependem certamente de mais pessoas do que os que vivem na zona rural para satisfazer suas necessidades vitais e são, portanto, associados a mais grupos organizados, mas são menos dependentes de pessoas particulares e sua dependência em relação aos outros é limitada a um aspecto muito compartimentado do sistema de atividades dos outros. É isto essencialmente o que significa dizer que a cidade é caracterizada por contatos secundários ao invés de primários. Os contatos na cidade podem efetivamente ser face-a-face, mas eles são, não obstante, superficiais, efêmeros e segmentados” (WIRTH, 2009:267, tradução própria).

⁴⁷ “Premier aspect du phénomène: l’apparition de nouveaux genres de territoires coupant désormais les États -nations de manière transversale. C’est ce que l’on appelle précisément des ‘réseaux’. Dans leur épaisseur vécue et concrète, ces réseaux se manifestent d’abord par leur caractère civilisateur: les accords de parole passés entre les gens engendrent une réduction des différences ethniques et culturelles, ouvrant des perspectives de développement inédites. De nouveaux cosmopolitismes émergent: les hiérarchies identitaires locales ne font guère sens, en effet, pour ces familles qui entretiennent des forts liens sociaux. Plus exactement, les présences identitaires s’y mesurent désormais à l’aune du ‘savoir circuler’. Savoir traverser des univers où règnent des règles et des normes contrastés, tel est le critère. Le lieu d’origine reste unique, mais l’ancien parcours menant de l’altérité à l’intégration – avec ce long temps où l’individu n’est plus ni d’ici, ni de là-bas – devient obsolète: apparaissent plutôt des capacités métisses, souvent momentanées, autorisant de nombreuses entrées et sorties” (TARRIUS, 2002: 17-18).

Dessa forma, enquanto, por um lado, nos estudos sobre os fluxos migratórios transnacionais, destacam-se a dimensão familiar/ de vizinhança do vínculo transnacional, a centralidade do projeto migratório e os reflexos da migração nas localidades de origem, em termos de desenvolvimento local; por outro, no debate engendrado em torno do conceito de “território circulatório”, destacam-se os processos de estruturação de circuitos produtivos e/ ou comerciais, tendo em vista os vários sentidos que adquirem a fluidez e precariedade dos vínculos sociais.

A partir do debate teórico delineado acima, a pesquisa de doutorado em andamento, acerca das territorialidades e arranjos sociais estabelecidos pelos migrantes bolivianos em torno da inserção econômica no setor de confecção da cidade de São Paulo, questiona-se: Quais as especificidades dessa migração em termos de dinâmicas migratórias e projeto migratório estabelecidos desde os locais de origem? Quais as consequências para as relações de sociabilidade/ parentesco tecidas a partir das sociedades de origem, desde o momento em que são mobilizadas para a realização do projeto migratório e para a inserção socioeconômica no interior do setor de confecção da cidade de São Paulo? E, em relação à cidade de São Paulo, quais as novas dinâmicas interétnicas e territorialidades engendradas a partir da dinamização do circuito econômico que se estabelece em torno das oficinas de costura bolivianas? Estaríamos diante da formação de “campos sociais transnacionais”, baseados nos vínculos primários de familiaridade/ vizinhança constituídos desde os locais de origem, ou, ainda, de “territórios circulatórios” que, parafraseando Granovetter (1983), basear-se-iam na força dos vínculos fracos?

Referências

- ANTONELLI, C.; PETIT P. & THAR G. “Technological diffusion and investment behavior: the case of textile industry”. *Journal of the Kiel Institute of World Economics*, Berlim, n. 4, p. 782 – 803, 1992.
- ARANGO, Joaquim. *Explaining Migration: a critical view*. Unesco. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira & SASAKI, Elisa Massae. Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CASTRO, Mary Garcia (coord.). *Migrações internacionais – contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001, p. 615 – 639.
- AUTANT – DORIER, Claire. Saisir les identités en mouvement : parenté et histoires de familles turques en migration. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 25, n.3, p.133-151, 2009.
- AVERITT, Robert T. *The dual economy: the dynamics of American industry structure*. Nova Iorque: Norton, 1968.
- AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes. *A presença de trabalho forçado na cidade de São Paulo – Brasil/ Bolívia*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP). São Paulo, 2005.
- BABY-COLLIN, Virginie, MEDINA, Lucille, MIRET, Naik, SASSONE, Susana. Territorios bolivianos en las metrópolis españolas: Madrid y Barcelona. Programa IMITMA (CNRS-CONICET): Nuevas trayectorias de la migración internacional andina en América Latina y en Europa. Itinerarios de movilidad y inscripciones territoriales de los migrantes andinos en las grandes metrópolis (Argentina-España). Paper apresentado na 4 Journée d’Etude Espagne de Migrinter – Transformations urbaines et migrations dans les villes espagnoles, dezembro de 2011.
- BABY-COLLIN, Virginie, CORTÉS, Geneviève & MIRET, Naik. Les migrants andins en Espagne – inscriptions spatiales et repèrages de filières. *Melanges de la Casa de Velázquez – Dossier Dialogues Transatlantiques autour des Migrations Latino-Américaines en Espagne*, 39, n. 1, 2009, p. 115-140.
- BAILEY, Adrian J. Turning transnational: the theorisation of international migration. *International Journal of Population Geography*, 7, p. 413-428, 2001.

- BASSEGIO, Luiz. “A imigração latino – americana para o Brasil: o caso dos bolivianos em São Paulo”. *Cadernos do CEAS*, nº 214, 2004: 51 – 59.
- BASTIA, Tanja & McGRATH. *Temporality, migration and unfree labour: migrant garment workers*. Manchester Papers in Political Economy. Universidade de Manchester, 2011.
- BEHERAN, Mariana; FREITAS, Patricia T. Trajetórias migratórias e inserção laboral de jovens migrantes bolivianos (as) em oficinas de costura nas cidades de São Paulo e Buenos Aires. In: PEREIRA, Gloria S. & PEREIRA, José R. *Migração e Globalização – um olhar interdisciplinar*. Curitiba: Editora CRV, 2011, p. 265 – 292.
- BENENCIA, Roberto. Inmigrantes bolivianos en áreas rurales de la Argentina: su participación en la conformación de territorios y comunidades transnacionales. *Estudios Migratorios Latino Americanos*, 17, n. 50, p.161-178, 2003.
- _____. El infierno del trabajo esclavo – la contracara de las “exitosas” economías étnicas. *Avá*, n. 15, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16942009000200002&lng=es&nrm=iso [último acesso em 14 de setembro de 2011]
- BIALOGORSKI, Mirta, BARGMAN, Daniel. Articulacion interétnica en medio urbano: judíos y coreanos en Buenos Aires. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n. 32, 1996.
- BONACICH, Edna. The other side of ethnic entrepreneurship: a dialogue with Waldinger, Aldrich, Ward and associates. *International Migration Review*, v. 27, n. 3, 1993.
- _____. Labor response to global production. In:GEREFFI, Gary et al. (ed.), *Free trade and uneven development: the north American apparel industry after NAFTA*. Filadélfia: Temple University Press, 2002.
- BUECHLER, Simone. Sweating it in the Brazilian Garment Industry: Bolivian workers and global economic forces in São Paulo. *Metropolitan Studies*, New York University, 2003. [paper disponível no Centro de Estudos Migratórios – CEM de São Paulo, no qual havia indicação de publicação futura na revista “Latin American Perspectives”, 2004].
- CEPAL/CELADE/OIM (Comisión Económica para América Latina y el Caribe/Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía/ Organización Internacional para las Migraciones). *Un Examen de la Migración Internacional en la Comunidad Andina – Proyecto Sistema de Información sobre Migración Internacional en los Países de la Comunidad Andina (SIMICA)*. Santiago do Chile, 1999.
- CHEVALIER, J. M. Éléments de réflexion stratégique sur la filière textile. *Revue D’ Economie Industrielle*, Paris, 56, 2º trimestre de 1991.
- CHOI, Keum Joa. Além do arco – íris: a imigração coreana no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH – USP, 1991.
- CORTES, Geneviève. *Partir para quedarse – supervivencia y cambio en las sociedades campesinas andinas (Bolivia)*. Equador: Plural Editores, 2004.
- CORTES, Geneviève. *Migrations, espaces et développement – une lecture des systèmes de mobilité et des constructions territoriales en Amérique Latine. Volume 3 – Synthèse des travaux et des positionnements de recherche. Habilitation à Diriger des Recherches (HDR) de Géographie*. Poitiers : Université de Poitiers, 2008.
- CORTES, Geneviève & FARET, Laurent (dirs). *Les circulations transnationales – lire les turbulences migratoires contemporaines*. Paris: Aarmand Colin, 2009.
- CRUZ-MOREIRA, Juan Ricardo. *Industrial upgrading nas cadeias produtivas globais: reflexões a partir das indústrias têxtil e do vestuário de Honduras e do Brasil*. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera et al. *De chuequistas y overlockas – uma discussão en torno a los talleres textiles*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2011.
- CYMBALISTA, Renato, XAVIER, Iara Rolnik. *A Comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade*. *Cadernos Metrópole*, n. 17, 2007.

- DE LA TORRE, Leonardo & ARAMAYO, Yolanda Alfaro. La chequanchada: caminos y sendas del desarrollo em los municipios migrantes de Arbieto y Toco. La Paz: CESU & PIEB, 2007.
- DE LA TORRE, Leonardo. No llores, prenda, pronto volveré – migración, movilidad social, herida familiar y desarrollo. La Paz: PIEB, IFEA, UCB, 2006.
- DANDLER, Jorge ; MEDEIROS, Carmen. La migración temporal de Cochabamba (Bolívia) a la Argentina: trayectorias e impacto en el lugar de origen. La Paz: CERES, 1985.
- DE LA TORRE, Leonardo. No llores prenda, pronto volveré – migración, movilidad social, herida familiar y desarrollo. La Paz: Fundación PIEB, IFEA, UCB, 2006.
- FERRETI, Maritza. Direitos humanos e imigrantes. En: SALES, Teresa, SALLES, Maria do Rosário T. (org.). Políticas Migratórias – América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: EdUFSCar e Editora Sumaré, 2002.
- FREIRE, Carlos. Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo. 2008. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia - FFLCH/USP, São Paulo, 2008.
- FREITAS, Patrícia T. Imigração e Experiência Social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. 2009. Dissertação de Mestrado - IFCH/Unicamp, Campinas, 2009.
- FREITAS, Patrícia T., BAENINGER, Rosana. Imigração e cidade: origens e territórios da imigração boliviana para a cidade de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana (org). População e cidades – subsídios para o planejamento e as políticas sociais. Campinas: UNFPA, Nepo, Unicamp, 2010.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties: a network theory revisited. Sociological Theory, vol. 1, pg. 201-233.
- GEREFFI, Gary. “Competitividade e redes na cadeia produtiva do vestuário na América do Norte”. Revista Latino - Americana de Estudos do Trabalho, ano 4, n.6, pp. 101 – 127, 1998.
- GEREFFI, G. “The international economy”. In: SMELSER, R. E SWEDBERG, R. Handbook of Economic Sociology. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- GARCIA, O. L. Avaliação da competitividade da indústria têxtil brasileira. Tese (Doutorado) Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, 1994.
- GARCIA, Renato, CRUZ – MOREIRA, Juan. O Complexo Têxtil Vestuário: um cluster resistente. En: AMITRANO, Claudio Roberto et al. Caminhos para o centro – estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Emurb, 2004.
- GEREFFI, Gary. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. Retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. (eds.). Commodity chains and global capitalism. Westport, Connecticut: Praeger, 1994.
- GEREFFI, Gary. Competitividade e redes na cadeia produtiva do vestuário na América do Norte. Revista Latino - Americana de Estudos do Trabalho, ano 4, n. 6, 1998.
- GREEN, Nancy. Du sentier à la 7^a avenue – la confection et les immigrés, Paris – New York (1880-1980). Paris: Éditions du Seuil, 1998.
- GRIMSON, Alejandro. Etnicidad y clase en barrios populares de Buenos Aires. Estudios Migratorios Latinoamericanos, n. 60, p. 343-361, 2006.
- GLICK SCHILLER, Nina; BASH, Linda & BLANC, Cristina Szanton. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. Anthropological Quarterly, 68, 1, p. 48-63, 1995.
- GLICK-SCHILLER, Nina. The centrality of ethnography in the study of transnational migration – seeing the wetland instead of the swamp. In: SAHOO, Ajaya Kumar & MAHARAJ, Brij. Sociology of Diaspora – a reader. India: Rawat Publications, 2007, p. 118-155.
- GORINI, Ana Paula Fontenelle. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. BNDES Setorial, nº 12, 2000.

GUARNIZO, Luis Eduardo & SMITH, Michael Peter. The locations of transnationalism. In: SMITH, M & GUARNIZO, L. E. (eds). *Transnationalism from below – Comparative Urban and Community Research*. New Brunswick : Transaction Publishers, 1998.

HANNERZ, Ulf. *Exploring the city – inquires toward an urban anthropology*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1980.

HINOJOSA, Alfonso R. Hinojosa (coord.). *Migraciones transnacionales. Visiones de Norte y Sudamérica*. Ed. CEPLAG-UMSS: La Paz, 2004.

HINOJOSA, Alfonso R. Hinojosa. España en el itinerario de Bolivia. Migración transnacional, género y familia en Cochabamba. In: NOVICK, Susana (org.). *Las migraciones en América Latina. Catálogos*: Buenos Aires, 2008, p. 93-112.

HINOJOSA, Alfonso R. Hinojosa. *Buscando la vida – familias bolivianas transnacionales en España*. PIEB, CLACSO: La Paz, 2009.

HIRATUKA, C. e GARCIA R. C. Impactos da abertura comercial sobre a dinâmica da indústria têxtil brasileira. *Leituras de Economia Política*, Ano 1, nº 1, pgs. 83-105, set. 1995.

JOSEPH, Isaac & GRAFMEYER, Yves (orgs). *L'École de Chicago – naissance de l'écologie urbaine*. Champs Essais, Flammarion :Paris, 2009.

KADLUBA, Ruth Camacho. A imigração na cidade de São Paulo – integração dos imigrantes na cidade como forma de combate à pobreza – URB AL Rede 10. São Paulo: Secretaria Especial para Participação e Parceria, Instituto Uniemp – Fórum Permanente das Relações Universidade /Empresa e Comunidade Européia, 2007.

KONTIC, Branislav. *Aprendizado e metrópole: a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo*. 2001. Dissertação de Mestrado. FFLCH / USP, São Paulo, 2001.

KIM, Yoo Na. *A jovem Coréia – um almanaque sobre uma das imigrações mais recentes do Brasil*. São Paulo: Sua Editora, 2008.

LEVITT, Peggy & GLICK-SCHILLER, Nina. Conceptualizing simultaneity – a transnational social field perspective on society. In: SAHOO, Ajaya Kumar & MAHARAJ, Brij. *Sociology of Diaspora – a reader*. India: Rawat Publications, 2007, p. 156 – 193.

LEVITT, Peggy. *The transnational villagers*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 2001.

LUPATINI, M. P. *As transformações produtivas na indústria têxtil do vestuário e seus impactos sobre a distribuição territorial da produção e a divisão do trabalho industrial*. Dissertação de Mestrado na área de Política Científica e Tecnológica. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2004.

MEHDI, Alioua. À la rencontre de la sociologie d'Alain Tarrus. *Du paradigme de la mobilité au territoire circulaire*. E – Migrinter, n. 1, p. 7 – 19, 2008.

MERA, Carolina. *Díáspora coreana en América Latina*. (artigo disponível on line: <http://64.233.169.104/search?q=cache:2rIULJBQ18YJ:ceaa.colmex.mx/estudioscoreanos/images/mera.pdf+carolina+mera&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=20&gl=br&client=firefox-a>). (último acesso 16 de agosto de 2011)

MONTERO, Jeronimo. *Neoliberal fashion: the political economy of sweatshops in Europe and Latin America*. Tese de Doutorado, Durhan University, 2011. Disponível em: <http://etheses.dur.ac.uk/3205/> [último acesso em 10 de fevereiro de 2012]

MOROKAVASIC - MULLER, Mirjana. *The underside of fashion: immigrants in the parisian garment industry*. Los Angeles: Universidade da Califórnia, 1990 [paper apresentado no Institute for Social Science Ressearch].

MOROKAVASIC - MULLER, Mirjana. *La mobilité transnationale comme ressource: le cas des migrants de l'Europe de l'Est*. *Cultures et Conflits*, nº 33 – 34, 1999:105 – 122. (<http://www.conflits.org>).

MOROKAVASIC - MULLER, Mirjana, PHIZACKLEA, Annie, RUDOLPH, Hedwig. Small firms and minority groups: contradictory trends in the french, british and german clothing industries. *International Sociology*, v. 1, n. 4, 1986.

MYTELKA, Lynn Krieger. Technological change and the global relocation of production in textiles and clothing. In: *Studies in Political Economy*, 36, 1991.

MURRA, John. "El archipiélago vertical revisitado". In: CONDARCO & MURRA. *La teoría de la complementariedad vertical eco-simbiótica*. La Paz: Hisbol, 1987.

NÓBREGA, Ricardo. Migração e globalização popular: trabalhadores bolivianos na pequena indústria têxtil de São Paulo. Paper ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais). Apresentado no VI Encontro Nacional sobre Migrações. Belo Horizonte (MG), 12 a 14 de agosto de 2009. Último acesso em 10 de fevereiro de 2012. <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST2/RicardoNobrega.pdf>

PALPACUER, Florence. Subcontracting networks in the New York city garment industry: changing characteristics in a global era. In: GEREFFI, Gary. et al (ed.). *Free trade and uneven development: the north American apparel industry after NAFTA*. Philadelphia: Temple University Press, 2002.

PARK, Robert Ezra. La ville. Propositions de Recherche sur Le comportement humain em milieu urbain. In : JOSEPH, Isaac & GRAFMAYER, Yves (orgs). *L'École de Chicago – naissance de l'écologie urbaine*. Champs Essais, Flammarion :Paris,2009, p. 83 – 130.

PATARRA, N. & BAENINGER, R. "Migrações Internacionais recentes – o caso do Brasil". In: _____ (coord.). *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. Campinas, Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, vol. 1, 1996, pp. 78-87.

PEREIRA, V. Vacaflores. *Migración interna en Bolívia – causas y consecuencias (1985 – 2000)*. La Paz: CEF – Plural Editor, 2004.

PORTES, Alejandro. La mondialisation par le bas – l'émergence des communautés transnationales. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 129, p. 15-25, setembro de 1999.

POTOT, Swanie. *Circulation et reseaux de migrants roumains – une contribution a l'etude des nouvelles mobilites en Europe, 2003* (tese de doutorado realizada pela Université de Nice – Sophia Antipolis).

PROCHNIK, Victor. *Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio - Cadeia Têxtil e Confecções*. Nota Técnica Final. UNICAMP-IENEIT- MDIC-MCT-FINEP, dez./2002.

QUIROGA, Ferrufino et al. *Los costos humanos de la emigración*. Cochabamba: PIEB / CESU-UMSS / DICYT-UMSS, 2007.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *El sistema mundial no-hegemónico y la globalización popular*. Série Antropologia, 410, Universidade de Brasília, 2007.

ROSS, Robert J. S. The new sweatshops in the United States: how new, how real, how many and why? In: GEREFFI, Gary. et al (ed.). *Free trade and uneven development: the north American apparel industry after NAFTA*. Philadelphia: Temple University Press, 2002.

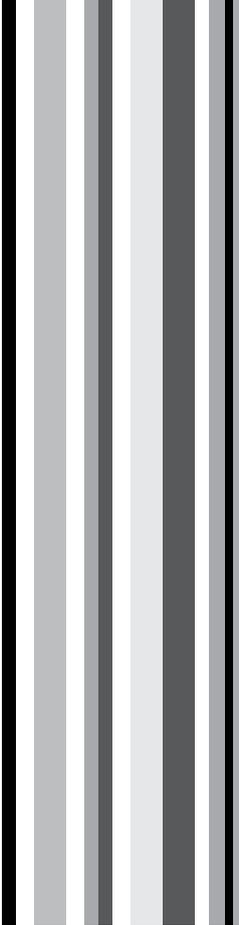
SALA, Gabriela A., CARVALHO, José A. C. A presença dos imigrantes dos países do cone sul no Brasil: medidas e reflexões. Em *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 25, n.2, 2008.

SALES, Teresa e SALLES, Maria do Rosário T. (orgs). *Políticas Migratórias – América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: EdUFSCar e Editora Sumaré, 2002.

SASSONE, Susana & CORTÉS, Geneviève. Inmigración boliviana en la Argentina – lógicas geográficas de difusión territorial y metropolización. In: PUIG, Carlota Solé (ed.) *Migración boliviana y prácticas transnacionales*. Editorial Anthropos: Barcelona (no prelo). Paper apresentado na 4 Journée d'Etude Espagne de Migrinter – Transformations urbaines et migrations dans les villes espagnoles, dezembro de 2011.

SILVA, Sidney A. *Costurando sonhos – trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.

- SIMON, Gildas, *Migrations, la spatialisation du regard*. Revue européenne des migrations internationales, vol. 22 - n°2, 2006. Último acesso em dezembro de 2011. URL : [http:// remi.revues.org/index2815.html](http://remi.revues.org/index2815.html)
- SILVA, Sidney A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, 2006.
- SILVA, Sidney. Costureiros hoje, “oficinistas” amanhã? Indagações sobre a questão da mobilidade econômica e social entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. *Anais do Encontro Nacional sobre Migração*. Curitiba, 1998, p. 383-394.
- SILVA, Sidney A. *Costurando sonhos – trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- SMITH, Michael Peter. *Transnational urbanism – locating globalization*. Malden Blackwell: Publishing, 2001.
- SPEDDING, Alison. *Breve curso de parentesco*. La Paz: Editorial Mama Huaco, 2003.
- SCHILLER, Nina Glick; BASH, Linda & BLANC, Cristina Szanton. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly*, 68, 1, p. 48-63, 1995.
- TARRIUS, Alain. Perspectives phénoménologiques dans l'étude de la mobilité. In: Barjonet, Pierre-Emmanuel (dir). *Transports et Sciences Sociales – questions de méthode*. Journée d'étude de l'Institut National de Recherche sur les Transports et Leur Sécurité. Caen: Paradigme, 1989, p. 47-81.
- TARRIUS, Alain. “Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants”. In: *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n° 59/60, 1993: 50-59.
- TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas – les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Éditions Balland, 2002.
- TARRIUS, Alain. Le lien social fort comme préalable à la réussite économique – initiatives des migrants entrepreneurs des économies souterraines internationales : parcours, étapes, transactions commerciales. In: MULLER, L. et TAPIA, S. de. *Un dynamisme venu d'ailleurs: la création d'entreprises par les immigrés*. Paris : L' Harmattan, 2005, p. 21 – 51.
- TARRIUS, Alain. Intérêt et faisabilité de l'approche des territoires des circulations transnationales. In: CORTES, Geneviève & FARET, Laurent (dirs). *Les circulations transnationales – lire les turbulences migratoires contemporaines*. Paris : Armand Colin, 2009, p. 43-51.
- TARRIUS, Alain & PERALDI, Michel. Editorial. *Revue Européenne de Migrations Internationales*, v. 11, n.1, Marseille et ces étrangers, p.5-8, 1995.
- TRUZZI, Oswaldo. *Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro*. *Estudos Históricos*, v. 28. Rio de Janeiro, p. 199-218, 2001.
- VERTOVEC, Steven. Conceiving and researching transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, v. 22, n. 2, 1999. [<http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/conceiving.PDF>] – ultimo acesso 20 de fevereiro de 2012.
- YARNAL, Kaitlin & PRICE, Marie. Migration, Development and a New Rurality in the Valle Alto, Bolívia. *Journal of Latin America Geography*, 9 (1), 2010, p. 107 – 124.
- WALDINGER, Roger. Immigrant enterprise in the New York garment industry. *Social Problems*, v. 32, n. 1, 1984.
- WIRTH, Louis. Le phénomène urbain comme mode de vie. In: JOSEPH, Isaac & GRAFMEYER, Yves (orgs). *L'École de Chicago – naissance de l'écologie urbaine*. Champs Essais, Flammarion :Paris,2009, p. 255-281.



EFEITOS INDIRETOS DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: A SEGUNDA GERAÇÃO DE BOLIVIANOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Gabriela Camargo de Oliveira

Desde os anos 1950, São Paulo passou a receber fluxos imigratórios distintos daqueles vinculados à imigração em massa na virada do século 19 para o século 20 (Levy, 1974; Bassanezi, 1996) e em volumes bem menores. O cenário da imigração internacional paulista, em especial a partir dos anos 70, caracterizou-se por imigrantes provenientes da América Latina – principalmente de países como Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai (Paiva, 2007; Baeninger, 2010).

No caso de São Paulo, Silva (2008) afirma que estes novos processos imigratórios tiveram início a partir da década de 1950, com a entrada de estudantes bolivianos e peruanos que vieram se especializar no país, por meio de acordos bilaterais entre o Brasil e esses países; nas décadas de 1960 e, principalmente, a partir da década de 1970, a imigração intra-regional começaria a se intensificar, tanto por razões políticas quanto por razões econômicas.

Essa mudança no fluxo imigratório pode ser atribuída, entre outras razões, à presença maciça de regimes militares na região e ao bom desenvolvimento da economia brasileira em relação aos outros países da América Latina (Silva, 2008). Esses fluxos imigratórios latino-americanos se destinaram, principalmente, para duas áreas: as regiões de fronteiras e as regiões metropolitanas (Patarra, 2002), em especial São Paulo e Rio de Janeiro.

A criação do Mercosul, aliado a outros fatores, foi fundamental para o incremento da imigração de latino-americanos para o Brasil. No período de 1990 a 2000, o Mercosul Ampliado correspondeu a 40% dos imigrantes internacionais legais que chegaram ao Brasil (Patarra e Baeninger, 2005). Em 1991, o Brasil apresentava 1,1 milhões de estrangeiros, que correspondiam a 6,2% da população total. A América do Sul foi responsável por 44% do total de estrangeiros no Brasil, de acordo com o Censo de 1991, e o estado de São Paulo foi o principal receptor de imigrantes, principalmente os latino-americanos (Antico, 1998).

No país em seu conjunto, e especialmente no contexto paulista, houve um aumento do fluxo de imigrantes latino-americanos a partir dos anos 70 e desde então o fluxo vem

umentando (Paiva, 2007). Embora São Paulo receba imigrantes provenientes de todo o mundo e principalmente da América Latina, o maior fluxo de entrada é de bolivianos. Para Silva (2008), a maior parte dos imigrantes latino-americanos em São Paulo veio com o objetivo de trabalhar nos ramos de confecções, comércio e serviços.

Embora as estimativas sobre o volume de imigrantes residentes em São Paulo venham aumentando ao longo dos anos, os dados da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho demonstram uma diminuição nos pedidos de autorização de trabalho, o que evidencia o aumento dos estrangeiros indocumentados (Baeninger, Leoncy, 2001).

Independente das diferenças entre os números oficiais e os estimados, é fato que a comunidade boliviana na Região Metropolitana de São Paulo é grande e vem crescendo cada vez mais, demonstrando um movimento imigratório de fluxo constante. Comunidade essa que se estabeleceu ao longo dos últimos

40 anos e é presença marcante nos bairros centrais da cidade de São Paulo (Projeto URB-AL, 2007).

Destaca-se também que o movimento recente dessa imigração indica o incremento de retorno aos países de origem, porém como elemento de espaço de vida (Courceau, 1985); nesse sentido, os imigrantes bolivianos têm construído parte de suas vidas em São Paulo, permanecendo, indo e voltando e constituindo famílias e filhos no Brasil. Filhos estes que nos levam a problemática da chamada ‘segunda geração de imigrantes’.

A segunda geração: definições conceituais

A segunda geração pode ser definida como a geração de filhos dos imigrantes adultos, que nasceram ou chegaram ainda novos ao país receptor. Conforme definido por Waters, Kasinitz, Mollenkopf (2004),

[...] a segunda geração – e a geração 1.5 – gerações imigrantes... ou seja, pessoas cujos pais são imigrantes, mas eles mesmos eram nascidos ou foram substancialmente criados nos Estados Unidos¹ (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p. 1)

Portes (1996), no seu estudo sobre imigrantes latino-americanos nos Estados Unidos da América, distingue três categorias. As “crianças imigrantes” seriam jovens que nasceram no exterior, mas que imigraram para os Estados Unidos logo após a infância para serem criados no país; as “crianças de imigrantes” – a segunda geração – inclui as crianças de pais imigrantes que nasceram no país receptor, bem como as crianças que nasceram no exterior e que imigraram ainda bem novos, também chamados de geração 1.5; e as crianças nativas de pais nativos, ou seja, as crianças que nasceram nos Estados Unidos da América e eram filhos de norte-americanos. Segundo o autor,

[...] três categorias distintas: crianças imigrantes, crianças de imigrantes e crianças nativas de pais nativos. A primeira categoria inclui jovens que nasceram no exterior e vieram para os Estados Unidos após a infância para serem criados aqui. A segunda inclui as crianças nascidas nos Estados Unidos de pais imigrantes e as crianças nascidas no exterior mas que vieram ainda muito novos (algumas vezes chamados de geração 1.5). A terceira

¹ Tradução livre do trecho: “(...) second- and ‘1.5’ – generation immigrants... that is, people whose parents were immigrants but who themselves were born or substantially raised in United States.” (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p. 1)

categoria, crianças nativas de pais nativos, representam a vasta maioria do total da população e da população adolescente.² (PORTES, 1996, p. ix)

Portes et alli (2008) consideram a segunda geração de imigrantes em seus estudos, pois

O motivo que nos levou a voltar nossa atenção para os filhos foi a constatação de que os efeitos de longo prazo da imigração na sociedade norte-americana seriam determinados menos pela primeira do que pela segunda geração... (PORTES, HALLES, FERNANDEZ-KELLY, 2008, p.13)

Para esses autores, os imigrantes de primeira geração seriam flutuantes, ora no país receptor ora no país de origem, estariam na sociedade, mas não fariam parte dela; já os filhos desses imigrantes ficariam no país, como cidadãos. Além disso, seria a segunda geração que a determinar a manutenção ou não de práticas culturais originárias. Portanto, estudar a segunda geração de imigrantes seria tão importante quanto estudar a primeira geração. Ademais, seria preciso compreender como a segunda geração tem se inserido na sociedade receptora e que relações mantêm com a comunidade local para entender os efeitos da imigração para a sociedade. Portes et all (2008, p.13) afirmam

Imigrantes de primeira geração sempre foram um grupo muito flutuante, hoje aqui e amanhã já de partida, na sociedade, porém não ainda parte dela. Em contraste, seus filhos nascidos e criados nos Estados Unidos estão nesse país, sem a menor dúvida, para ficar e, como cidadãos, estão inteiramente habilitados a ter 'voz' no sistema político norte-americano (no sentido do termo utilizado em Hirschman [1970]). Portanto, o decurso de sua adaptação determinará, mais do que outros fatores, no longo prazo, o destino dos grupos étnicos gerado pelos imigrantes de hoje.

Além disso, segundo Portes et alli (2008), seria preciso entender o processo de assimilação da segunda geração de imigrantes na sociedade receptora. Para os autores, no caso dos Estados Unidos da América a hipótese da assimilação uniforme não se aplicaria totalmente a “nova segunda geração”³, uma vez que a assimilação não estaria ocorrendo nos mesmos moldes da assimilação das correntes imigratórias anteriores. Logo, teria havido mudanças nas formas de assimilação desde os primeiros estudos sobre assimilação de imigrantes e ao contrário do aconteceu com a segunda geração de imigrantes do pós- Primeira e Segunda Guerra Mundial, a “nova segunda geração” não estaria sendo assimilada ao *mainstream* de forma uniforme como foi a segunda geração do fluxo imigratório europeu.

(...) a imagem de uma trajetória de assimilação uniforme não dava conta do que efetivamente estava ocorrendo. Em vez disso, o processo havia se tornado segmentado em vários percursos distintos, alguns levando a trajetórias ascendentes, outros, a trajetórias descendentes. (Portes, Halles, Fernandez-Kelly, 2008, p. 14)

Segundo os autores, esse fato se deve a uma variedade de fatores na sociedade que são diferentes hoje do que eram anteriormente e as diferenças étnico-culturais dos novos imigrantes. Fatores como o contexto social da sociedade receptora, composição familiar, preconceito,

² Tradução livre da autora: “(...) three distinct categories: immigrant children, children of immigrants, and native-born children of native parentage. The first category includes youth who are born abroad and come to the United States after early infancy to be raised here. The second includes native-born children of immigrant parents and children born abroad who came at very early age (sometimes called the 1.5 generation). The third, native-born children of native parentage, represents the vast majority of both the total and adolescent populations.” (PORTES, 1996, p. ix)

³ O termo “nova segunda geração” se refere à segunda geração do fluxo migratório pós-1965 para os Estados Unidos, que é predominantemente latino e asiático. Diferenciando-se do termo segunda geração, muitas vezes associado ao fluxo imigratório europeu do começo do século 20 para os Estados Unidos.

barreiras educacionais, características fenotípicas, políticas públicas para imigrantes e outros, fazem que a assimilação ocorra de forma “segmentada”.

A “assimilação segmentada” (Kazinitz, Mollenkopf; Waters, 2004) pode ser definida como assimilação em alguns setores específicos da sociedade, como em setores minoritários e não em sua totalidade.

(...) Assimilação segmentada descreve os vários resultados de diferentes grupos de jovens de segunda geração e argumenta que o modo de incorporação da primeira geração é responsável pelos diferentes acessos da segunda geração as oportunidades e redes sociais.⁴ (Kazinitz; Mollenkopf; Waters, 2004, p. 7)

Ao em vez da uniformidade relativa da sociedade, que ditam os caminhos comuns de integração por meio dos costumes e preconceitos, hoje em dia nós observamos diversas formas de adaptação. Uma delas replica o retrato honorável do crescimento da aculturação e da paralela integração dentro da classe média branca; a segunda leva diretamente para o caminho oposto em direção a pobreza permanente e assimilação nos segmentos minoritários da sociedade; ainda, a terceira associa rápido avanço econômico com preservação deliberada dos valores e laços de solidariedade da comunidade imigrante.⁵ (Portes; Zhou, 2005, p. 90)

Para Portes e Zhou (2005), a “nova segunda geração” estaria vivendo um conflito de adaptação tanto de ordem cultural como social; entre a pressão dos pais para que mantenham laços fortes com a comunidade étnica e os desafios de ingressar num mundo não-familiar e frequentemente hostil. Segundo os autores, as condições econômicas e sociais na época dos fluxos imigratórios do pós-Primeira e Segunda Guerra Mundial eram bem diferentes das confrontadas pelos imigrantes atuais. Esse processo, nos EUA, teria deixado para os novos imigrantes uma lacuna entre as atividades de baixa remuneração geralmente exercida por eles e as atividades profissionais bem remuneradas que requerem ensino superior, geralmente exercida pelas elites nativas (Portes e Zhou, 2005).

Portanto, hoje, os novos imigrantes teriam menos chances de mobilidade na sociedade receptora dos que tinham os imigrantes dos fluxos anteriores. Esse fator, associado a outros, como preconceito e falta de oportunidades educacionais, poderiam estar resultando em uma “assimilação descendente”, ou seja, nos grupos minoritários do *mainstream*, dentro das subculturas; ao contrário ao que ocorreu aos descendentes dos imigrantes europeus tiveram uma “assimilação ascendente”. Mas segundo Portes e Zhou (2005) na realidade a situação ainda não se tornou tão polarizada, logo, seria possível observar a assimilação em diversos segmentos da sociedade. Mas mesmo assim seria necessário compreender as trajetórias que resultam em assimilações tão distintas, compreender como e o porquê dessas distintas assimilações para entender os resultados da integração da segunda geração na sociedade receptora.

No Brasil, também temos uma “nova segunda geração”, ou seja, os descendentes da nova corrente imigratória recente para o país. Mas apesar de muitos estudos (Silva, 2008; Paiva, 2007) já terem sido realizados sobre a primeira geração desses imigrantes, pouco se conhece sobre a realidade da segunda geração. No entanto, conhecer a segunda geração de imigrantes

⁴ Tradução livre da autora: “(...) segmented assimilation describes the various outcomes of different groups of second-generation youth and argues that the mode of incorporation for the first generation gives the second generation access to different types of opportunities and social networks” (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p. 7)

⁵ Tradução livre da autora: “Instead of a relatively uniform mainstream whose mores and prejudice dictate a common path of integration, we observe today several distinct forms of adaptation. One of the replicates the time-honored portrayal of growing acculturation and parallel integration into the white middle-class; a second leads straight in the opposite direction to permanent poverty and assimilation into the underclass; still a third associates rapid economic advancement with deliberate preservation of immigrant community's values and tight solidarity” (PORTES; ZHOU, 2005, p. 90).

se faz importante para a compreensão do fenômeno migratório em suas diversas faces e suas consequências a longo prazo para a sociedade receptora.

Segunda Geração: o caso paulista

No Brasil, também temos uma “nova segunda geração”, ou seja, os descendentes da nova corrente imigratória de latino-americanos para o país. Mas apesar de muitos estudos (Silva, 2008; Paiva, 2007) já terem sido realizados sobre a primeira geração desses imigrantes, pouco se conhece sobre a realidade da segunda geração. O fluxo imigratório latino-americano para o São Paulo data de pelo menos 40 anos atrás e um contingente expressivo de famílias imigrantes se formou na Região Metropolitana de São Paulo, fato associado ao próprio fenômeno migratório em si, ao processo de reunificação familiar e formação de novas famílias.

Na Região Metropolitana de São Paulo, a segunda geração da corrente imigratória de bolivianos para o país é presença marcante nas regiões centrais da cidade de São Paulo, principalmente nas escolas públicas. Apesar disso, pouco se sabe sobre essas crianças e adolescentes, tanto em termo quantitativos como em termos qualitativos. Assim como para a primeira geração, a qual o exato número de estrangeiros bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo ainda permanece desconhecido e divergente entre as fontes oficiais e as provenientes de instituições de apoio aos migrantes, para a segunda geração o cenário é bastante parecido. Decorrente disso, a mensuração do tamanho da segunda geração também se faz ainda mais difícil, resultado tanto da indocumentação característica do fluxo, como falta de dados confiáveis a respeito do volume do grupo. Fato ainda mais agravado, uma vez que parte da segunda geração é brasileira, e, portanto, nas fontes oficiais são consideradas como tal, mascarando a origem familiar estrangeira.

No entanto, apesar da pouca visibilidade da comunidade boliviana na metrópole paulista, a formação da segunda geração de imigrantes latino-americanos pode ser observada a partir das análises dos micro-dados do Censo Demográfico. Portanto o objetivo desse trabalho é demonstrar e descrever a presença da segunda geração boliviana na Região Metropolitana de São Paulo, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Metodologia

Com objetivo de observar a presença da segunda geração bolivianos na RMSP, a metodologia adotada foi a análise dos micro-dados do Censo Demográfico 2010⁶. Para análise dessa segunda geração foi realizada a reconstituição domiciliar desses imigrantes com o objetivo de captar, a partir do Censo Demográfico 2010, os domicílios com presenças de filhos nascidos no país estrangeiro e filhos nascidos no Brasil. Para tanto as gerações foram diferenciadas em primeira geração, para estrangeiros que chegaram já adultos no Brasil e segunda geração para estrangeiros que chegaram ainda crianças ou adolescentes – geração 1.5 – ou pessoas que nasceram no Brasil mais tinham ao menos um dos pais de nacionalidade boliviana (a mesma adotada por Portes [1996] e Kanzintz, Mollenkopf, Waters [2004]).

A seleção dessas pessoas no banco de dados foi realizada a partir da variável “responsável pelo domicílio” ou “cônjuge”, logo, os indivíduos que residiam em domicílios que tinham como responsável ou cônjuge uma pessoa de origem boliviana. Portanto, as análises aqui realizadas

⁶ Os micro-dados do Censo Demográfico analisados são referentes à amostra expandida.

são respectivas às pessoas que foram declaradas nos domicílios que tinha como responsável ou cônjuge uma pessoa de nacionalidade boliviana e apenas esses domicílios. Excluindo, portanto, os bolivianos que residiam em domicílios que não tinham como responsável ou cônjuge uma pessoa de nacionalidade boliviana. Nessa seleção foi possível captar nos domicílios selecionados 96,5% dos indivíduos bolivianos presentes no Censo Demográfico 2010 para Região Metropolitana de São Paulo.

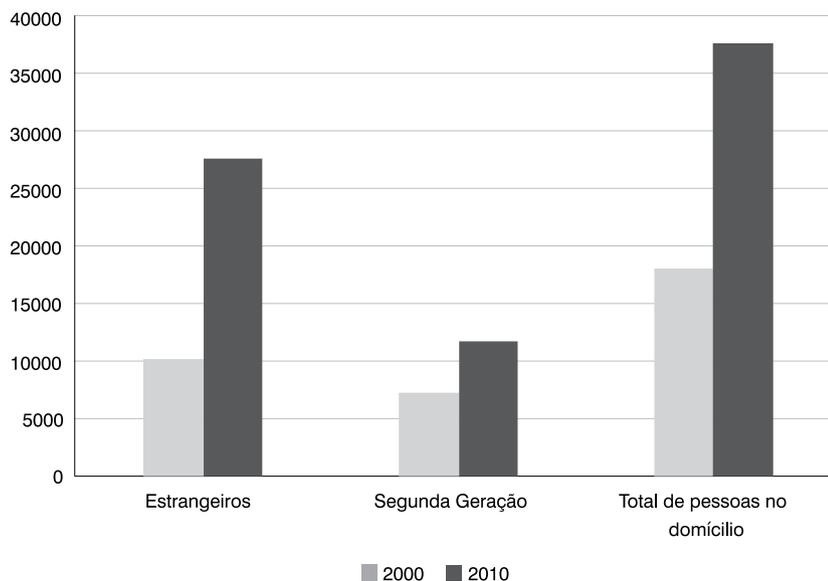
Para a análise da segunda geração, os indivíduos presentes nos domicílios foram separados também por sua relação com o responsável pelo domicílio, sendo, portanto considerados como segunda geração os indivíduos que foram declarados como filhos ou enteados. Dentre a segunda geração, os indivíduos foram diferenciados entre a geração 1.5 e a segunda geração de fato. A segunda geração corresponde às pessoas de nacionalidade brasileira e que tinham ao menos um dos pais de origem boliviana, independente da idade; enquanto a geração 1.5 corresponde às pessoas declaradas como filho ou enteado e que chegaram ao Brasil com 17 anos ou menos. Os estrangeiros bolivianos que chegaram com 18 anos ou mais foram considerados como considerados como primeira geração. Essa separação foi possível ser realizada pela intersecção entre a variável “ano de chegada ao Brasil” e “idade declarada em anos”.

Portanto, a partir da reconstituição dos domicílios que tinham como responsável ou cônjuge uma pessoa de nacionalidade boliviana foi possível observar a presença da segunda geração e suas características. Mas, é preciso levar em consideração que o volume e as informações sobre a segunda geração de bolivianos são aquelas presentes nos domicílios captados a partir desse recorte e, portanto, ainda residiam nesses domicílios e não da totalidade da segunda geração. Ademais também é preciso levar em consideração as restrições da própria fonte de dados, o Censo Demográfico. O Censo Demográfico não capta a totalidade dos imigrantes, tanto em decorrência da indocumentação como também uma vez que uma coorte migratória não pode ser captada pelo Censo correspondente ao período de sua entrada no país e sim no Censo Demográfico seguinte.

Ao analisarmos as informações das pessoas presentes nos domicílios que tinham como responsável ou cônjuge uma pessoa de nacionalidade boliviana⁷ podemos observar a presença de 37.855 pessoas para o ano de 2010, ou seja, quase o dobro de indivíduos captados em 2000, no qual foi possível observar a presença de 18.156, conforme podemos observar no gráfico um a seguir. Destas 37.885 pessoas presentes nos domicílios selecionados, 68% eram estrangeiros e 32% eram brasileiros; enquanto para o ano de 2000, 49% dos indivíduos eram estrangeiros. Demonstrando que os domicílios de origem boliviana em 2010 eram compostos majoritariamente por estrangeiros, diferentemente da situação para o ano de 2000 quando os domicílios estavam igualmente distribuídos entre brasileiros e estrangeiros. Além disso, podemos observar que a segunda geração compunha 31,5% dos domicílios para o ano de 2010. No entanto, embora em 2010 a segunda geração ainda componha parte significativa da composição do domicílio, seu peso relativo é menor quando comparado ao ano de 2000, no qual a segunda geração compunha 40,7% do domicílio.

⁷ Domicílios que tinham como responsável ou cônjuge uma pessoa de nacionalidade boliviana.

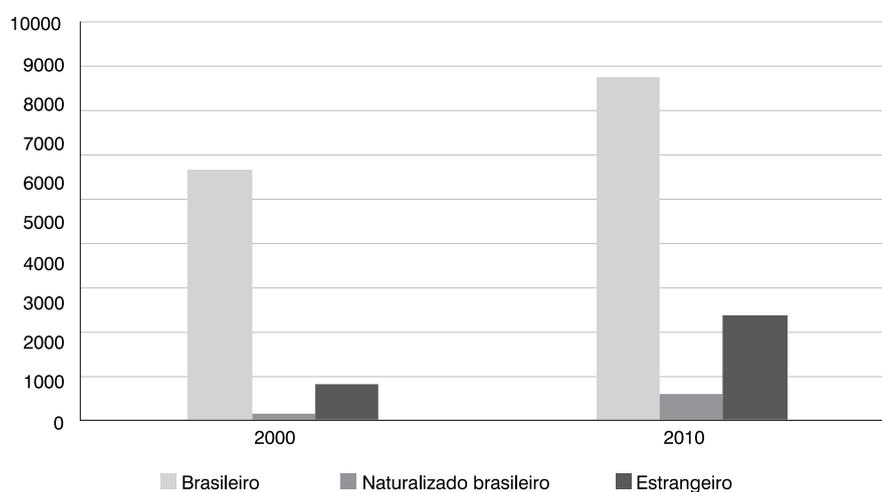
GRÁFICO 1. População presente nos domicílios com responsável ou cônjuge de origem boliviana. RMSP, 2000/2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais.

Em relação a segunda geração, para o ano de 2000, na Região Metropolitana de São Paulo, foi possível observar a presença 7.382 filhos/enteados nos domicílios de origem boliviana; destes, 7.301 eram da segunda geração e 81 eram da primeira geração. Dentre os 7.301, 6.266 eram brasileiros e 1.035 estrangeiros. Para o ano de 2010, foi possível observar a presença de 11.945 filhos/enteados⁸ nos domicílios, destes 11.852 eram da segunda geração e 93 da primeira geração. Dentre os indivíduos da segunda geração, 8607 eram brasileiros e 3245 eram estrangeiros, conforme é possível observar no gráfico 2.

GRÁFICO 2. Segunda geração presente nos domicílios com responsável ou cônjuge de origem boliviana. RMSP, 2000/2010



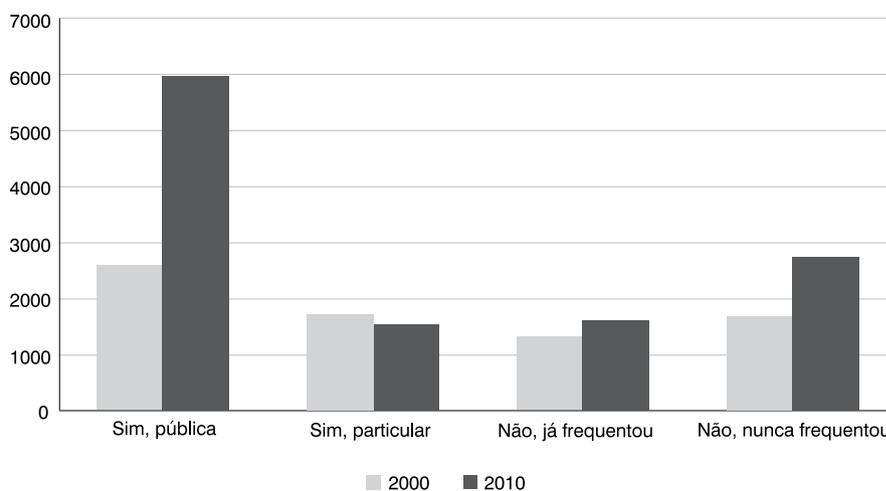
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais.

⁸ Com objetivo de compatibilizar os dados do Censo Demográfico 2000 e 2010 as categorias filho (a) do responsável e do cônjuge, filho (a) somente do responsável e enteado – relacionadas à variável relação com o responsável pelo domicílio – foram agrupadas em filhos/enteados.

Dentre a segunda geração de bolivianos a idade média para o ano de 2010 foi de 9,9 anos enquanto para 2000 foi de 12,4 anos. Demonstrando que a maior parte da segunda geração ainda era composta de crianças tanto em 2000 como em 2010. Crianças essas em idade escolar, que podem ou não estar inseridas no sistema de ensino.

Conforme podemos observar no gráfico 3, para o ano de 2000, 23% da segunda geração nunca tinha frequentado escola ou creche, 17,9% não frequentava a escola, mas já tinha frequentado e 59,1% cursava escola ou creche; já para o ano de 2010, 60,3% frequentava a escola ou creche enquanto 13,7% não frequentava mas já tinha frequentado e 23% nunca tinha frequentado. Dentre os frequentavam a escola 80% estavam na rede pública em 2010 enquanto 61% para o ano de 2000; demonstrando um aumento da presença da segunda geração de bolivianos nas escolas públicas.

GRÁFICO 3. Segunda geração segundo inserção na rede de ensino. RMSP, 2000/2010



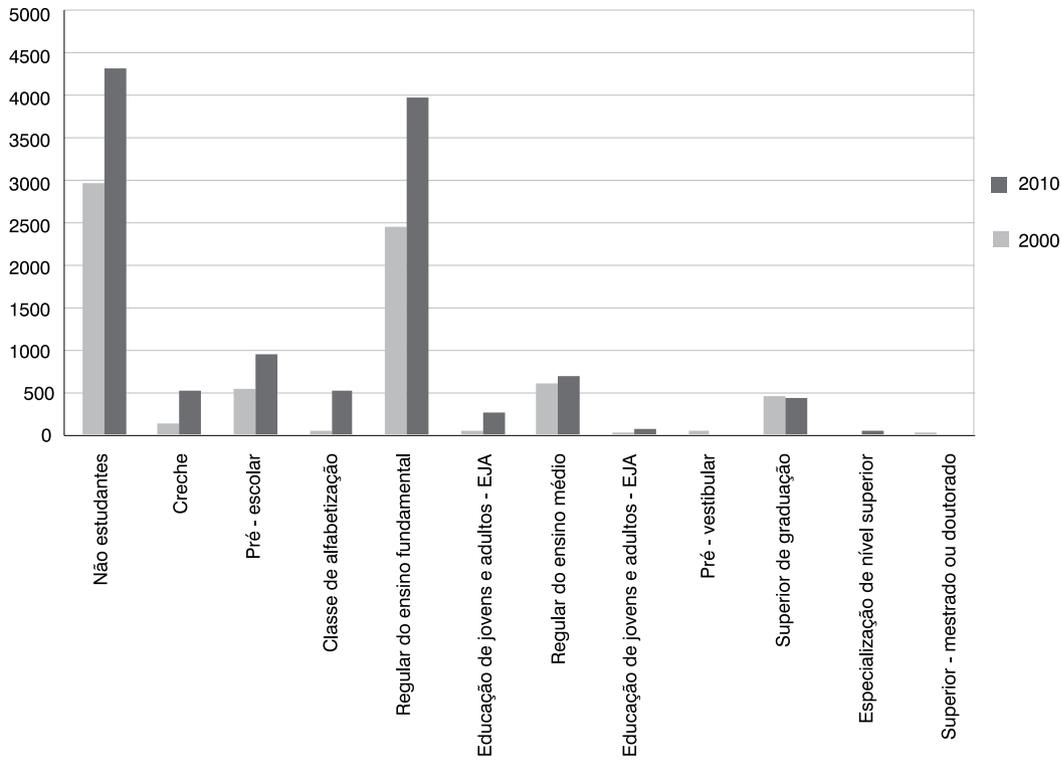
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais.

Em relação à série de ensino no qual a segunda geração estava inserida é possível observar tanto para o ano de 2010 como para o ano de 2000, a inserção é bastante similar embora o volume seja diferente. Logo tanto para o ano de 2010 como para o ano de 2000 a maioria da segunda geração de bolivianos frequentava o ensino fundamental, seguindo em volume significativamente menor pela pré-escola, ensino médio e creche, conforme podemos observar no gráfico 5. Além disso, é possível observar que 6% frequentava o ensino superior em 2000, enquanto 3,6% em 2010. No entanto, é preciso ressaltar que inserção na série de ensino da segunda geração de bolivianos está estritamente ligada à estrutura etária da mesma, logo, a distribuição por série é resultado dessa estrutura.

Observadas algumas particularidades da segunda geração de bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo, outra importante característica a ser observada é sua estrutura etária da segunda geração e a estrutura etária do domicílio. Analisar a estrutura etária é importante não apenas porque possibilita observar a evolução da população ao longo de mais de 70 anos, não somente porque possibilita constatar a presença e o fluxo dos imigrantes, mas principalmente porque a partir da estrutura etária podemos observar a dinâmica das trajetórias, o ciclo de vida das famílias e a formação, ao longo de pelo menos duas décadas da segunda geração de migrantes. Portanto, observar a estrutura etária do domicílio é fundamental porque possibilita ir além de entender a dinâmica da evolução etária da população imigrante em si,

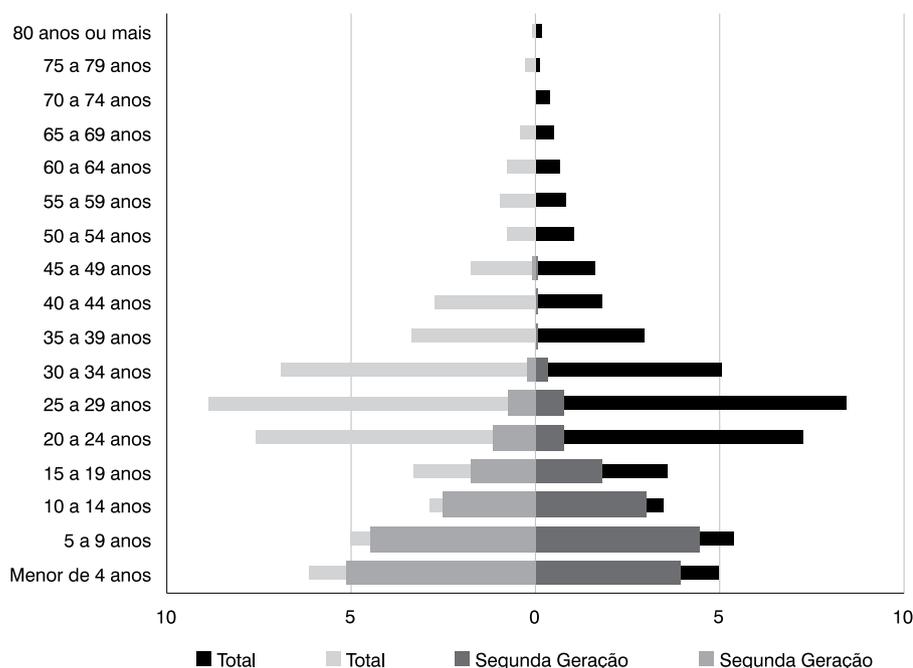
a primeira geração, mas compreender a reprodução do grupo em questão e sua perpetuação por meio das novas gerações, considerando o grupo como um todo e não em sua parte. Logo, se faz fundamental para o entendimento da segunda geração.

GRÁFICO 4. Segunda geração segundo inserção na rede de ensino. RMSP, 2000/2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais.

GRÁFICO 5. População presente nos domicílios com responsável ou cônjuge de origem boliviana, segundo sexo e idade. RMSP, 2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais.

Ao analisarmos a estrutura etária da população residente em domicílios com responsável ou cônjuge ao menos uma pessoa de nacionalidade boliviana em Região Metropolitana de São Paulo, é possível observar uma estrutura com grande volume de adultos e volume reduzido de crianças e idosos, característica de uma pirâmide etária de uma população migrante de fluxo recente, embora o fluxo boliviano para o São Paulo tenha se intensificado a partir dos anos 70. No entanto, ao observarmos a estrutura etária das gerações em conjunto, é possível observar uma pirâmide etária com uma presença significativa de crianças e jovens, sendo a segunda geração responsável por compor a maior parte da base da pirâmide até os 15 anos e metade das pessoas na faixa etária de 15 a 19 anos. Sendo, portanto, a segunda geração responsável por grande parte da manutenção da base da pirâmide etária nos domicílios de origem boliviana. Logo, é possível constatar a importância de entender melhor a segunda geração ao analisarmos o fluxo migratório boliviano para São Paulo. Assim, ao levarmos em conta a questão dos filhos dos imigrantes, ou seja, não apenas a geração 1.5 mas também a segunda geração podemos observar que o volume da população de imigrantes bolivianos mencionada foi grandemente ampliado, demonstrando a importância da segunda geração para entender a dinâmica do grupo em questão. Portanto, podemos perceber que ao restringirmos os estudos migratórios apenas as questões relacionadas à primeira geração, empobrecemos o entendimento das comunidades migrantes e do fenômeno migratório em si.

Ademais, ao analisarmos a estrutura etária dessa população foi possível observar, no geral, para toda a primeira geração uma estrutura etária adulta com pequena presença de crianças e jovens. No entanto, ao observamos a estrutura etária da primeira e segunda geração em conjunto foi possível notar um rejuvenescimento da estrutura, com importante presença de crianças e jovens. Demonstrando assim a importância da segunda geração ao analisarmos as populações imigrantes na Região Metropolitana de São Paulo e na composição desses domicílios. Evidenciando que para além dos impactos da primeira geração de bolivianos em São Paulo, também devemos buscar entender a questão de um ponto de vista mais amplo, levando em consideração ambas as gerações.

Além disso, outra questão a ser pensada é a questão da integração dessas crianças e adolescentes na sociedade receptora, no caso São Paulo. Supondo que a maior parte dessas crianças não retorne ao país de origem, elas realizarão sua socialização no Brasil. Todavia, por se tratar de uma população de origem estrangeira, principalmente em relações as raízes culturais e embora a maior parte tenha nacionalidade brasileira, estas crianças e adolescentes poderão enfrentar problemas de inserção na sociedade brasileira. Problemas esses que merecem devida atenção tanto por parte dos estudos migratórios, como por parte das ações de políticas públicas.

Independentemente dos motivos pelos quais essas crianças e adolescentes migram com suas famílias para o Brasil, fato é que elas são presença marcante nas escolas de São Paulo. Isto nos leva a pensar que a questão imigratória vai muito além de se compreender a inserção dos imigrantes em si, mas também a integração de seus descendentes brasileiros e bem como as consequências dessa imigração para a sociedade brasileira.

Referências

ANTICO, C. "Imigração internacional no Brasil durante a década de 80: explorando alguns dados do Censo de 1991". In: Anais XI Encontro Nacional de Estudos de População da ABEP, 1998, Caxambu: ABEP, 1998.

BAENINGER, R.; LEONCY, C. “Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registro de entradas e saídas na polícia federal” In: CNPD. Migrações internacionais – Contribuições para políticas. Brasília, DF: 2001. p. 187-242.

BASSANEZI, M. S. C. B. “Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico”. In: PATARRA, N. Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP/NESUR/NEPO, 1996.

BATISTA JR, P. N. A América do Sul em movimento. Revista de Economia Política, vol. 28, nº 2 (110), pp. 226-238 abril-junho/2008.

CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. R. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. São Paulo: ANPOCS, 2007. (Paper Anpocs).

COURGEAU, D. “Interaction between spatial mobility, family and career life cycle: A French survey”. Sociological Review 1: 2. 139-162, 1985.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. Les migrations. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990.

FAZITO, D. Análise de Redes Sociais e a Migração: Mito e realidade. Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, Ouro Preto, 2002.

FAUSTO, B. Historiografia da imigração para São Paulo. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1991.

FIORI, José L. “Ajustes e milagres latino-americanos” In: Os Moedeiros Falsos. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1997.

PROJETO URB-AL rede 10. A imigração na cidade de São Paulo: integração dos imigrantes como forma de combate à pobreza. Prefeitura da cidade de São Paulo, Instituto UNIEMP, Coordenado por KADLUBA, R. F. C. São Paulo, 2007. Disponível na internet em formato PDF Site:http://www.projetoindustria.com.br/i-migrantes/noticias/imgracao_em_sao_paulo.pdf Acesso em setembro de 2009.

KASINITZ, P.; MOLLENKOPF, J. H.; WATERS, M. C. “Worlds of the second generation” In: KASINITZ, P.; MOLLENKOPF, J. H.; WATERS, M. C. Becoming New Yorkers: ethnographies of the new second generation. New York: Russell Sage Foundation, 2004.

MEDEIROS, C. A. “Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina” In: FIORI, J. L., CONCEIÇÃO, M. T. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

PAIVA, O. C. “A imigração de latino-americanos para São Paulo (Brasil): dois tempos de uma mesma história.” São Paulo, Pastoral do Imigrante, 2007. Disponível na internet www.memorialdoimigrante.org.br/arquivos/artigofranca.pdf Acesso em setembro de 2009.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.21, n.60, fev./2006.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005, formato PDF.

PATARRA, N. “Migrações internacionais e integração econômica no cone Sul: notas para discussão” In: SALES, T.; SALLES, M. do R. R. (orgs). Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: EdUFSCar, Editora Sumaré, 2002.

PATARRA, N. “Principais fluxos migratórios entre os países da América do Sul” In: SEMINÁRIO: Migrações na América do Sul. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Brasília, 2009. Disponível na internet: <https://sistema.planalto.gov.br/.../exec/.../ApresentacaoProfNeide.pdf> Acesso em setembro de 2009.

PORTES, A. “Preface”. In: PORTES, Alejandro. The New Second Generation. New York: Russel Sage Foundation, 1996.

PORTES, A. “Introduction: Immigration and its Aftermath”. In: PORTES, Alejandro. The New Second Generation. New York: Russel Sage Foundation, 1996.

PORTES, A.; Zhou, M. “The new second generation: segmented assimilation and its variants” In: SUÁREZ-OROZCO, M; SUÁREZ-OROZCO, C; QIN, D. B. The new immigration: an interdisciplinary reader. New York: Taylor & Francis Group, 2005.

PORTES, A; HALLEY, W; FERNANDEZ-KELLY, P. “Filhos de imigrantes nos Estados Unidos”. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, v. 20, n. 1, São Paulo, 2008.

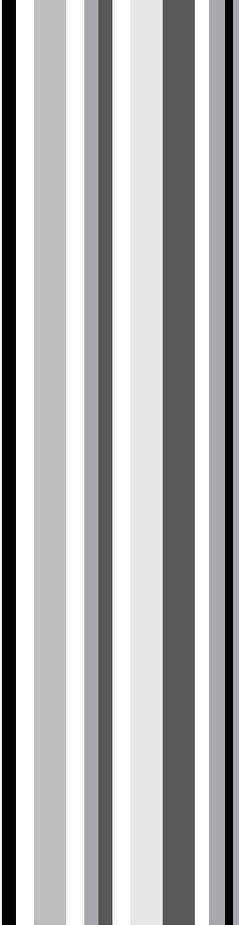
SILVA, S. Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

SILVA, S. “Latino-americanos em São Paulo: aspectos de sua reprodução social e perspectivas” In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998. Caxambu: Anais, 1998. <http://www.anpocs.org.br/encontro/1998/1998.htm> Acesso em setembro de 2009.

SILVA, S. “Fases da latinidade: Hispano-americanos em São Paulo” In: Textos NEPO 55, Campinas/UNICAMP, 2008.

SALES, T. “A organização dos imigrantes brasileiros em Boston, EUA”. In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.19, n.3, jul./set.2005.

SALES, T; LOUREIRO, M. “Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA.” In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2004. Caxambu: ABEP, 2004. Formato PDF



MULHERES NA FRONTEIRA: IMIGRAÇÃO E GÊNERO

Roberta Guimarães Peres

A migração de mulheres tem sido foco nos debates recentes sobre migração internacional. Tirar as mulheres migrantes da invisibilidade ou ainda do papel de acompanhantes de homens em fenômenos migratórios é objetivo de diversos pesquisadores (Morokvasic, 1984; Boyd e Grieco, 2003; Engle, 2004; Phizacklea, 1983; Pessar, 2000). A desconstrução do migrante como indivíduo do sexo masculino e a incorporação das mulheres e suas experiências às análises de fluxos migratórios foram importantes avanços dos estudos recentes.

Essas experiências estão associadas às transformações sofridas por elas, desde a saída de seus lugares de origem até a inserção na sociedade de destino. Entre estes dois pontos da trajetória migratória das mulheres estão as estratégias para migrar, o planejamento de seu ciclo de vida, bem como os recursos utilizados em cada uma das etapas. Ao longo dos processos migratórios, homens e mulheres reconstróem, negociam ou reafirmam relações de poder, hierarquia e a própria identidade (Castro, 2006). Um estudo aprofundado da migração feminina permite a captação desses processos, bem como os impactos experimentados pelas mulheres: é através deles que as mulheres afirmam-se como agentes de equidade em fenômenos migratórios.

Este estudo centraliza suas análises na fronteira Corumbá – Mato Grosso do Sul, através de seus condicionantes – tanto na origem quanto no destino – e dos impactos e especificidades observadas neste fenômeno. Para este trabalho, contou-se com três fontes de dados principais, que impõem um desafio metodológico a ser superado: Censos Demográficos brasileiros e duas pesquisas de campo realizadas em Corumbá¹. A disposição dos dados dessas três fontes enuncia este desafio: a exploração, identificação dos limites, possibilidades

¹ São fontes para a análise do fluxo de bolivianas para Corumbá as duas pesquisas de campo qualitativas realizadas em 2008, além do banco de dados resultantes da *Encuesta Corumbá* (IRD-CNPq/NEPO/UNICAMP).

de análise e preenchimento de lacunas através do aprofundamento dos dados coletados. O desafio metodológico se apresenta, então, não somente na superação dos limites das fontes e incremento de sua especificidade e aproximação do objeto de estudo, mas sim, na conjugação concomitante destes dados.

Migração feminina e relações de gênero

Avanços teóricos recentes dos estudos de migração ressaltam a importância de se estudar diferenciais por sexo, transformações nas relações de gênero e também de um aporte específico para este fenômeno. Ao incorporar os diferenciais por sexo bem como as relações de gênero às análises de fluxos migratórios, indo além da descrição das diferenças entre homens e mulheres, as teorias de migração avançam no sentido de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho. Segundo Pessar (2000), há importantes intersecções entre transformações dos papéis de gênero, estratégias migratórias e inserção em diferentes mercados de trabalho ao longo do projeto migratório. A interdependência dessas estruturas causa diferentes impactos principalmente entre as mulheres, que são mais suscetíveis a essas transformações.

Compreender essas estruturas, bem como suas intersecções, exige um estudo detalhado da migração feminina num aporte teórico específico, ancorado no debate da migração como um todo, porém levando em consideração essas esferas ignoradas fora dessa perspectiva. O interesse pelo estudo da migração feminina é muito recente e tem o seu início a partir de constatações de volume significativo de mulheres em fluxos migratórios onde predominavam homens ou ainda pela captação de fluxos migratórios essencialmente femininos (Castro, 2006).

Incorporar as diferentes características entre homens e mulheres na migração, bem como utilizar a perspectiva de gênero nas análises, demonstra a importância das diferenças socialmente construídas ao longo da migração. Esses “fatores sutis” definidos por Boyd e Grieco (2003) referem-se a essas transformações sofridas sobretudo na família e com o ganho de autonomia através da entrada da mulher migrante num mercado de trabalho diferenciado.

As relações de gênero socialmente construídas, definidas por Bourdieu (2000), são estruturas que tem sua gênese nas diferenças entre os sexos. Segundo Castro (2006, p. 66). As diferenças significativas entre os sexos são as diferenças de gênero. Cada sociedade dita o que espera de cada um dos sexos. O status sexual marca a participação de homens e mulheres nas instituições sociais, na família, na escola, na política, na economia, no Estado, nas religiões, incluem valores e expectativas do que uma sociedade espera de ser o feminino ou o masculino.

Num contexto migratório, essas diferenças nas relações de gênero são patentes (Morokvasic, 2003; Pessar, 2000). As transformações experimentadas por ambos os sexos são distintas e cada uma delas tem um impacto diferenciado em estruturas como família e domicílio. De fato, ao longo do processo migratório, homens e mulheres reconstróem, negociam ou reafirmam relações de poder, hierarquia e a própria identidade (Castro, 2006). Daí a importância de um estudo aprofundado da migração feminina. As experiências das mulheres, captadas e analisadas através de uma metodologia específica, oferecem outro sentido ao fenômeno, incrementam e aprofundam seu conhecimento. As lógicas de gênero (Morokvasic, 2000), em contextos migratórios, se expressam de forma “sutil e íntima”. Constrangimentos como ganho ou perda de autonomia, o debate entre a permanência e o retorno, renegociações entre os sexos, são fatores importantes para o estudo da migração feminina, uma vez que é através dessas transformações que as mulheres afirmam-se como agentes de equidade no fenômeno.

É preciso reconhecer, no entanto, a necessidade de uma mudança nas perspectivas teóricas e metodológicas para o estudo da migração de mulheres. Segundo Castro (2006, p. 79),

Os marcos conceituais e metodologias de investigação utilizados para o estudo da migração masculina não são adequados para a investigação este fenômeno em sua contrapartida feminina, já que se reconhece que o ser mulher ou o ser homem incide definitivamente nas motivações, incentivos, limitações e nas possibilidades; isto é, a análise da migração feminina ou masculina é atravessada não somente por fatores econômicos, étnicos, de geração, mas também, fundamentalmente, por gênero.

Brasil e Bolívia não apresentam uma política migratória clara de intervenção, seja favorecendo ou inibindo a migração. No entanto, políticas de reforma agrária na Bolívia, principalmente a partir dos anos 1970, favoreceram um processo de redistribuição da população e o conseqüente crescimento do departamento de Santa Cruz, fronteira com o Brasil (Blanchard, 2005, *apud* Souchaud e Baeninger, 2008). Neste sentido, ainda que as políticas migratórias não tenham agido diretamente sobre este fluxo, a própria dinâmica populacional na Bolívia acabou proporcionando a ocupação mais efetiva da porção oriental do país, aproximando da fronteira populações de outras regiões.

Papéis desempenhados por homens e mulheres ainda em seus lugares de origem também estão relacionados à perspectiva de gênero neste estágio da migração. Relações hierárquicas nos domicílios, tarefas e ocupações sexualmente definidas bem como diferentes redes e seus usos afetam tanto a seletividade, quanto as estratégias migratórias utilizadas por homens e mulheres.

Considerando o lugar de destino, ficam também evidentes os impactos da migração feminina. A dinâmica do mercado de trabalho específico onde se inserem os migrantes bolivianos favorece a entrada de mulheres. O comércio é uma atividade culturalmente desprezada pelos bolivianos, menor, menos valorizada e portanto, exercida pelas mulheres sobretudo nas culturas andinas. A inserção neste mercado tão específico de Corumbá se dá de uma forma mais rápida para as mulheres, e não para os homens.

Esta característica tão particular de Corumbá – como um lugar receptor de migrantes bolivianos, sobretudo de mulheres, dada a sua dinâmica econômica histórica – favorece a construção de um outro traço marcante deste fluxo migratório: a formação de uma rede social essencialmente feminina.

As mulheres são maioria histórica entre os bolivianos em Corumbá, de acordo com dados censitários. Ainda que este não seja o fluxo mais numeroso – outras correntes de paraguaios e argentinos já representaram volume maior que os bolivianos na região – as mulheres sempre se apresentaram em igual ou maior proporção que os homens. Tomando apenas as mulheres, as bolivianas também têm maior representatividade ao longo da história.

Somam-se, portanto, três fatores fundamentais para a formação desta rede relacionada a atividades comerciais é complementado pelo segundo: o caráter menor desta atividade na Bolívia, vista como tarefas de mulheres. A soma destes dois fatores forma a principal estrutura atrativa para as mulheres bolivianas à fronteira. Intensas atividades comerciais na fronteira, principalmente com o movimento dos “sacoleiros” nos últimos 30 anos, foram decisivas para o planejamento das trajetórias migratórias dessas mulheres. A formação dessa rede feminina tem ainda um terceiro pilar, que são as relações de parentesco, sobretudo rituais, diferenciadas entre homens e mulheres, a serem discutidas adiante.

Segundo Morokvasic (2003); Engle (2004); Sakka (1999) e Phizacklea (2003), o uso estratégico dos espaços migratórios – seja apenas o lugar de destino seja as diferentes etapas do processo – se dá por meio da configuração dessas redes, e como elas se articulam a diferentes estruturas sociais. O planejamento de etapas do ciclo de vida das migrantes, em cada um dos espaços migratórios de suas trajetórias, é realizado através dos recursos oferecidos por essas redes. As entrevistas em profundidade realizadas com mulheres bolivianas em Corumbá proporcionam a construção de um “enfoque longitudinal” (Dureau, 1992) desta migração feminina, buscando “entender como as pessoas conjugam diferentes práticas residenciais no transcurso das etapas migratórias e do ciclo de vida” (Dureau, 1992, p. 92).

A presença boliviana em Corumbá segundo diferenciais por sexo: ferramentas para uma análise através da perspectiva de gênero

Encarar as mulheres como agentes secundários de processos migratórios, invisíveis em suas especificidades, implica em ignorar complexidades e heterogeneidades. “O atual contexto dos fenômenos migratórios obriga a construção de novos olhares e perspectivas” (Morokvasic e Erel, 2003, p. 15).

Tanto em relação a perspectivas teóricas quanto à própria coleta de dados para estudos de migração, as mulheres são deixadas em segundo plano, como acompanhantes, dependentes ou simplesmente invisíveis nos fenômenos analisados. Massey e Espinosa (1998) constroem em seu estudo uma pesquisa de campo e proposições teóricas para a migração mexicana para os Estados Unidos: a amostra utilizada pelos autores foram homens chefes de domicílios.

O questionamento da migração como um fenômeno essencialmente masculino foi uma preocupação do movimento feminista, sobretudo nos anos 1990, a fim não somente de tornar visíveis as mulheres no fenômeno migratório, mas mostrar que padrões, causas, experiências e impactos da migração são diferentes para homens e mulheres (Kofman, 1999; Chant, 1992; Morokvasic 1983; Oso, 1994).

Os primeiros estudos com este enfoque buscaram, então, “compensar” a ausência das mulheres em análises de processos migratórios. Desta forma, a tendência foi substituir relações de gênero pela análise dos diferenciais por sexo em fluxos migratórios. Era preciso, no entanto, superar esta fase compensatória e aprofundar as análises para compreender as transformações nos papéis e relações de gênero ao longo da migração. Segundo Morokvasic e Erel (2003, p. 11),

Analisar a migração sob a perspectiva de gênero não significa apenas que as mulheres devem ser acrescentadas onde estavam faltando. Envolve mulheres e homens e suas relações entre si no domicílio, na comunidade em que estão inseridos e nas relações internacionais.

É preciso reconhecer, no entanto, que o primeiro passo para uma análise sob esta perspectiva de gênero é o estudo dos diferenciais entre homens e mulheres ao longo do processo migratório, trazendo à tona a equidade entre os agentes na migração e não somente colocando a mulher migrante no papel secundário de acompanhante ou ainda, no da reunificação familiar. Busca-se com este item, então, o estudo dos diferenciais entre homens e mulheres bolivianos no fluxo migratório para Corumbá. A hipótese é que estas mulheres, maioria histórica neste fluxo migratório, não estão em posição de acompanhantes: apresentam diferentes causas para migrar, estratégias independentes e se inserem de maneira diferenciada na sociedade de destino. Estas heterogeneidades entre os sexos servirão de ferramentas para a construção de uma análise

específica da migração feminina de bolivianas para Corumbá. A relação com responsáveis pelo domicílio e pela família, na busca dos diferenciais por sexo da migração boliviana para Corumbá, é fundamental para entender os papéis representados por estes migrantes.

Dentre as mulheres bolivianas residentes nos domicílios captados pelo levantamento de campo, 134 (58,3%) são responsáveis. Se tomados apenas os responsáveis, 64,7% são mulheres. Apenas de acordo com este dado, não se pode colocar em questão o papel ativo das mulheres neste fluxo migratório. A responsabilidade pelo domicílio é papel chave, sobretudo nas relações de gênero. Entre os homens, 54,5% dos migrantes captados são chefes de família.

Ainda que a maioria feminina neste fluxo migratório exerça influência nesta informação, é notável a proporção de mulheres responsáveis pelos domicílios, substituindo o papel do homem provedor em 134 casos dos 207 captados. A configuração de 64,7% dos domicílios coloca as mulheres em posição diferenciada na construção de relações de gênero na esfera privada. Entre os 8 responsáveis por domicílios restantes dos 215 captados, 7 são homens brasileiros e 1 peruano.

Entre os responsáveis bolivianos, 63,9% são mulheres. Entre o total de mulheres, 60% são responsáveis por suas famílias. É comum que entre os responsáveis pelas famílias a figura do mais velho ganhe importância, sendo o migrante boliviano de primeira geração aquele a assumir este papel. Entre as mulheres, 84,2% das mulheres responsáveis pelas famílias têm mais de 55 anos. As responsáveis pelos domicílios são mais jovens, mas a faixa etária de maior representatividade está entre 65 e 69 anos.

Entre os homens, 56% são os responsáveis pelas famílias, sendo que 18% deles têm mais de 60 anos, apontando a uma maior distribuição por idade dos homens que têm este papel no domicílio. A presença do idoso como responsável pela família é mais comum entre as mulheres.

As mulheres casadas ou em união estável representam 53,6% de seu total. As solteiras, 20%. De acordo com os dados anteriormente analisados, tanto sobre a estrutura etária quanto de relações com responsáveis de domicílios e famílias, a proporção de jovens e filhos nos domicílios captados poderia exercer influência nesta proporção de solteiras. No entanto, as solteiras de 10 a 19 anos representam 32% do total.

Associando-se os dados anteriores ao status conjugal das migrantes bolivianas, tem-se que 29,8% destas solteiras são responsáveis pelos domicílios e 31,8% são responsáveis por suas famílias. Esta é uma característica importante do grupo de mulheres bolivianas em Corumbá: o estabelecimento como responsáveis, sem cônjuge, exclui a possibilidade de caracterização da presença feminina em Corumbá como agente em segundo plano deste fenômeno migratório. Entre os homens, apenas 9,87% se encontram na mesma situação: solteiros e responsáveis pelo domicílio ou família.

De acordo com a tipologia das famílias com responsáveis bolivianos, há um grande diferencial entre homens e mulheres: 53,2% das famílias formadas por casais com filhos – o arranjo mais freqüente – são de responsabilidade masculina. Os arranjos construídos sem a presença do cônjuge, sobretudo responsáveis sozinhos e responsáveis com filhos, são mais frequentes sob a responsabilidade de mulheres.

Além de reforçar os dados anteriores, sobre a importante presença das mulheres neste fluxo migratório, indicando-as como agentes de equidade ao longo do processo, esta tipologia aponta também para uma transformação de papéis de gênero na migração: das mulheres divorciadas, 68,7% se separaram depois da chegada a Corumbá. O ganho de autonomia

através da entrada no mercado de trabalho no local de destino e o aumento do poder de decisão nos domicílios foram motivações declaradas por mulheres responsáveis pela família, sem cônjuge, na pesquisa de campo a ser analisada posteriormente. Dos arranjos familiares acima é importante ressaltar ainda que os parentes mais presentes – principalmente quando os filhos estão ausentes – são netos ou bisnetos, apontando para uma possível remigração da geração intermediária, ou para mais uma etapa migratória em direção a outros espaços brasileiros.

A proporção de viúvas (15,9% do total de mulheres) infere no arranjo “responsável sozinho”: 6 das 8 famílias configuradas por este arranjo são formadas por estas mulheres. No entanto, todas têm filhos morando em outros domicílios em Corumbá. É mesmo entre as famílias formadas por responsáveis com filhos, com ou sem parentes, que as mulheres bolivianas (48,6%), se estabelecem com maior destaque, apontando para uma característica importante desta migração para Corumbá.

A distribuição da chegada de mulheres não acompanha o padrão observado entre os homens, indicando uma dinâmica diferenciada. Segundo Morokvasic e Erel (2003, p. 84), partir do princípio de que o papel da mulher num determinado fluxo migratório é acompanhar a família encobre especificidades “o privilégio de migrar com a família é para poucos e, no entanto, as mulheres são frequentemente interpretadas como acompanhantes em fluxos migratórios, reprodutoras culturais e biológicas de seus grupos étnicos”.

De fato, o fluxo histórico de bolivianas para Corumbá, tem uma dinâmica própria, independente do observado entre os homens, apresentando a primeira grande heterogeneidade deste grupo migrante. O uso diferenciado de redes sociais desde o planejamento da migração aponta para a existência de uma rede essencialmente feminina, desde as primeiras etapas migratórias ainda na Bolívia.

Segundo Massey e Espinosa (1998), o uso de redes sociais na migração diminui custos e riscos. De fato, é comum que os migrantes acessem essas redes de parentesco e amizade, sobretudo nos primeiros momentos do projeto migratório. Há, no entanto, importantes diferenças entre homens e mulheres que devem ser levadas em consideração. Os valiosos recursos oferecidos por estas redes se estabelecem de formas específicas entre os sexos, sendo a configuração das redes femininas mais complexa que a dos homens, uma vez que a figura “comum” em fluxos migratórios é masculina e quem precisa romper barreiras culturais, étnicas e familiares, são as mulheres (Phizacklea, 2004). Desta forma, casamento, filhos, responsabilidade por irmãos mais novos, tentativas de superar relações hierárquicas de poder na família e no lugar de origem são agentes formadores de redes sociais femininas (Morokvasic, 2004).

Para a análise dos usos de redes sociais, levou-se em conta não o número de migrantes captados, mas o número de acessos às redes para o planejamento na viagem, primeira recepção no local de destino, obtenção de recursos, hospedagem e primeiro emprego. Segundo o questionário utilizado nesta pesquisa, cada uma dessas perguntas poderia ser respondida duas vezes, detalhando assim a informação, uma vez que categorias como “cônjuge”, “pai” e “mãe” são muito frequentes nestes casos.

Ressalta-se desde já, no entanto, as transformações ocorridas ao longo da migração e também da permanência em Corumbá, sobretudo no que se refere ao número de divórcios após a chegada, como detalhado anteriormente na tipologia das famílias. O acesso das mulheres a redes de parentesco e amizade, além de ser proporcionalmente maior que o de homens, é mais diversificado. Assim como as mulheres, os homens migram mais com cônjuges (23,9% e 26,3%, respectivamente). Tios e amigos são figuras importantes neste embora não possa

ser captado pela *Encuesta Corumbá*, se dá através de uma rede de mulheres: tias, amigas e madrinhas. Entre as mulheres responsáveis por famílias sem cônjuge, 42,6% delas utilizaram este recurso para atravessar a fronteira. As mulheres bolivianas ingressaram neste projeto migratório para viver principalmente com seus cônjuges (23,5%) e mães (13,9%). O grande diferencial entre homens e mulheres com relação a esta variável, são os que viajam para viver com amigos ou amigas: 13,5% das mulheres e apenas 5,7% dos homens declararam este tipo de acesso às redes sociais deste fluxo migratório.

O acesso das mulheres às redes sociais, frequentemente, se dá através de cônjuges, pais e irmãos. No fluxo de brasileiros para os Estados Unidos, são os homens que obtêm recursos através dos amigos (Peres, 2006). O caso das bolivianas em Corumbá apresenta então uma nova face da migração feminina, apontando ainda para uma maior facilidade de circulação através de recursos obtidos fora da família.

Para a obtenção dos recursos para a realização da viagem, a maioria das mulheres (23,8%) não recorre às redes; recursos obtidos dos pais, no entanto, representam juntos 25,7%. Estes pais forneceram este recurso na Bolívia, não fazendo parte direta do fluxo de bolivianos para Corumbá. Apenas 4 mulheres obtiveram recursos para viajar de pais que também migraram. Entre os homens, exceto aqueles que viajaram com recursos próprios, os pais são os principais financiadores da viagem (27%).

O auxílio para a hospedagem na chegada e também para o primeiro emprego no destino tem características diferenciadas das variáveis anteriores. Os homens, que concentravam sua obtenção de recursos através da família direta – pais, irmãos e cônjuge – apresentam uma maior distribuição de acessos, utilizando recursos de tios, primos e outros parentes. As mulheres, de acordo com os dados anteriores, obtêm hospedagem sobretudo com amigos e tias.

Uma vez que os migrantes bolivianos se inserem em mercados de trabalho específicos em Corumbá, o acesso a recursos de redes sociais para a obtenção do primeiro emprego é muito importante. De fato, é para a obtenção deste recurso que os bolivianos mais acessam suas redes, com menores proporções de migrantes que não contaram com qualquer ajuda.

As ocupações exercidas pelos migrantes bolivianos em Corumbá são caracterizadas por diferenciais marcantes entre homens e mulheres. Esta é uma relação conservada dos lugares de origem dos migrantes, referentes às suas etnias e tradicional divisão sexual do trabalho. Homens e mulheres têm funções específicas dentro de sua comunidade, atuando em funções mais ou menos valorizadas de acordo com o sexo.

Entende-se por “feminização” o conjunto de impactos causados com a entrada efetiva das mulheres num determinado fluxo migratório (Morokvasic, 2004). O volume de mulheres por si só, ainda que seja superior ao dos homens, não caracteriza uma “feminização”. A reconfiguração da família, transformações nas relações de poder e papéis de gênero, o ganho de autonomia das mulheres, mudanças no mercado de trabalho no destino, são alguns dos impactos que causam a feminização de um fluxo migratório.

A inserção em nichos específicos de atividades citada pelos autores é anterior à própria migração. Corumbá exerce desde o século 19 uma importante função comercial. E é justamente este traço, associado a características da sociedade boliviana, que prova esta inserção específica dos migrantes e confere uma complexidade ainda maior ao fenômeno migratório. A concentração de trabalhadores bolivianos no comércio associa, portanto, a formação histórica de um mercado – ora restrito à fronteira, ora articulado a outros mercados – a uma característica marcante da sociedade de origem destes migrantes. Enquanto que a atividade agrícola é valorizada entre os homens, cabe às mulheres a função de comercializar a produção.

Ainda que o comércio na Bolívia seja uma atividade reconhecidamente feminina, homens e mulheres a exercem de maneira equivalente em Corumbá. De fato, a atividade comercial, tanto em feiras livres, quanto na venda ambulante ou ainda em espaços específicos – como a feira BrasBol, nicho de atividades comerciais de bolivianos, a poucos quilômetros da fronteira – é reconhecida entre residentes brasileiros como “trabalho de bolivianos”.

Comércio formal e principalmente informal ocupam estes migrantes, que reproduzem de certa forma o caráter cultural da atividade: homens cuidam da compra de mercadorias e estoque; mulheres estão à frente dos balcões, barracas e bancas nas feiras. Este caráter informal é reforçado pelas proporções de trabalhadores bolivianos registrados: 80% das mulheres e 74% dos homens não têm carteira de trabalho assinada. Esta análise comparada entre homens e mulheres bolivianos residentes em Corumbá, além de servir como ferramenta para a construção de um estudo sob a perspectiva de gênero, aponta para a primeira heterogeneidade marcante deste fluxo migratório. Homens e mulheres apresentam diferentes características que forjam sua distribuição por diferentes variáveis captadas pelo levantamento de campo. Relações estabelecidas com responsáveis pela família e pelo domicílio, status conjugal e os arranjos familiares presentes apontam para transformações nas relações de gênero ao longo do processo.

Migração Feminina: a presença das bolivianas em Corumbá

Os avanços teóricos em estudos de migração apontam para a necessidade e importância do reconhecimento das mulheres como agentes de equidade em fenômenos migratórios. Segundo Harzig (2003), é fundamental a desconstrução da figura do homem provedor (“*male breadwinner*”) em contextos em que homens e mulheres se arriscam paralelamente em projetos migratórios.

Para identificar e compreender estes processos associa-se os dados da *Encuesta* Corumbá às entrevistas qualitativas realizadas com mulheres bolivianas. Completando o esforço metodológico proposto neste trabalho, as entrevistas ampliam o contato específico com mulheres abordando questões que apontem para estes processos essencialmente femininos.

Trajetórias migratórias e ciclo de vida

As trajetórias migratórias das mulheres bolivianas em Corumbá revelam suas motivações, transformações sofridas ao longo do processo e ainda, estratégias utilizadas não apenas para percorrer etapas migratórias distintas, mas para planejá-las em função de outros fatores, especialmente ligados ao planejamento do ciclo de vida familiar. Segundo Chaves (2009, p. 137),

Relacionar a migração com os diferentes estágios do ciclo de vida – que interfere com maior peso na vida das mulheres, em função dos múltiplos papéis assumidos por elas em certas etapas – se mostrou importante para elucidar aspectos da dimensão familiar e individual da migração feminina

Trajetórias migratórias não se definem, portanto, apenas no percurso percorrido pelos migrantes em direção a seu destino: é importante apreender o uso estratégico de cada um dos espaços componentes desta trajetória, em suas variadas formas. Segundo Tarrus (2000, p. 44), durante toda a vida os indivíduos desenvolvem estratégias residenciais que nada tem a ver com o acaso:

Minha preocupação residiu na construção de trajetórias que articulam a história de vida, tal como a descreve cada interlocutor e os acontecimentos gerais, exteriores às vontades individuais, mas contribuindo com a construção dos destinos.

Partindo desta perspectiva, busca-se associar o caminho percorrido pelas mulheres bolivianas até a chegada a Corumbá, associando fatores indicados por elas próprias para a construção de suas trajetórias. Uma das especificidades deste levantamento de campo realizado em Corumbá é a captação dessas trajetórias. Através de um esforço dos próprios migrantes ao listarem os lugares por onde passaram até a chegada ao destino, pode-se reconstruir esses caminhos. As entrevistas qualitativas realizadas com mulheres bolivianas em Corumbá permitiram uma análise longitudinal (Dureau, 1992) destas trajetórias, revelando o uso dos espaços percorridos em função do planejamento do ciclo de vida individual e familiar dos migrantes.

É importante ressaltar, no entanto, que essas trajetórias foram traçadas e percorridas em meio a um cenário de transformações profundas na distribuição populacional boliviana. Os processos que conduzem ao cruzamento de fronteiras da Bolívia para o Brasil têm suas raízes estruturais fincadas nesta redistribuição populacional. São fortes e presentes neste fluxo migratório os vínculos com estes processos bolivianos, uma vez que é comum a “tendência à instalação” desses migrantes após a chegada a Corumbá (Souchaud e Baeninger, 2008). Desta forma, Corumbá tem a função de espaço final de um processo migratório essencialmente boliviano.

O cenário da distribuição da população boliviana na segunda metade do século 20, sofreu marcantes transformações de naturezas política e econômica (Domenach e Celton, 1996; Souchaud e Baeninger, 2008). Dado que a migração de bolivianos para Corumbá se estende desde antes mesmo desse processo que resultou em fluxos de migração interna na Bolívia, é esperado que esses processos se reflitam nas trajetórias migratórias desses migrantes.

De fato, os dados da *Encuesta* Corumbá revelam que as mulheres migrantes passaram por pelo menos uma etapa migratória diferente de seu lugar de nascimento: 73% delas migram internamente na Bolívia antes de atravessar a fronteira em direção a Corumbá. Enquanto os migrantes avançam em suas etapas migratórias é formado um eixo em direção à fronteira com o Brasil e, mais adiante, em direção a Corumbá. Lia², entrevistada em pesquisa de campo, percorreu quatro etapas migratórias antes da chegada a Corumbá

Não foi difícil me acostumar. Demorei muito para chegar na fronteira e fui me acostumando aos poucos. E aqui é muito parecido com o que eu vivia lá (em Puerto Quijarro). Difícil foi sair de La Paz. Mas depois andei tanto que me acostumei.

Entre as mulheres entrevistadas que haviam percorrido mais de uma etapa migratórias, o planejamento do ciclo de vida familiar regeu a temporalidade de suas trajetórias. Maria, que percorreu duas etapas migratórias, afirma:

Aceitei vir com ela (a irmã) só depois que meu filho nascesse em Santa Cruz. Não queria que ele nascesse aqui. Queria que ele nascesse lá, que fosse como eu.

A noção de pertencimento ligada a uma das etapas migratórias, citada por Maria com relação ao lugar de nascimento de seu filho é definida por Tarrus (2000) como a associação entre migração e os recursos disponíveis em cada um dos lugares percorridos. Segundo o autor,

² Nome fictício. Todos os nomes das mulheres entrevistadas na pesquisa de campo foram preservados. Questionadas sobre o idioma de preferência para as entrevistas, a escolha da maioria das mulheres foi o Português, embora as respostas tenham sido dadas em Espanhol.

Busquei sistematicamente, mais além da história singular de cada pessoa, suas modalidades de pertencimento ou não a vastas coletividades que expressam sua memória a vastos espaços migratórios através do tempo e da sucessão de gerações. Como agregam estas memórias os lugares invadidos, ocupados, atravessados? Que recursos oferecem as etapas migratórias e os novos centros que às vezes, segundo os grandes acontecimentos da história, se sucedem nos mesmos lugares? (Tarrus, 2000, p. 45).

Os usos desses espaços e a identificação dos recursos disponíveis em cada um deles, no entanto, são diferenciados de acordo com a etapa do ciclo de vida em que se encontram essas mulheres. Neste sentido, o planejamento das trajetórias migratórias não está ligado diretamente a recursos disponíveis em determinados espaços, mas à sua associação às necessidades identificadas de acordo com a etapa do ciclo de vida em que se encontram essas mulheres.

De acordo com a etapa do ciclo de vida em que se encontravam, os recursos identificados e utilizados em cada uma dessas etapas migratórias foram diferenciados. Cora descreve a sua saída de La Paz para Santa Cruz quando tinha 15 anos:

Quando meu pai morreu, fiquei com minha mãe e meu irmão. Ele se casou e saiu de casa. Convenci minha mãe a sair de lá, queria ir para Santa Cruz. Tinha uma tia vivendo lá. Nunca pensei em vir pro Brasil. Mas queria morar num lugar onde eu pudesse trabalhar em outra coisa (Cora é de uma família de agricultores) e não só ficar esperando marido.

Muito diferente foi a identificação dos recursos encontrados em Santa Cruz descritos por Patrícia, que deixou Oruro aos 29 anos:

Minha tia ficou viúva e foi para Santa Cruz e em pouco tempo já estava trabalhando numa feira grande que tem lá. Minha prima ficou em casa conosco e só depois foi encontrar a mãe. Depois de bem pouco tempo já estava trabalhando também na feira e tinha se casado e ela é mais nova que eu. Fui morar com a minha tia para não repetir a vida da minha mãe. Queria me casar e ter filhos e onde eu morava, eu já sabia como ia ser a minha vida para sempre.

Os recursos encontrados por essas duas mulheres bolivianas em etapas migratórias comuns são bem diferenciados. Esses recursos, ainda que associados a expectativas e motivações para migrar, foram identificados através de históricos migratórios – e respectivos recursos encontrados – de outros membros da família. Por estarem em diferentes momentos de seu ciclo de vida, essas duas mulheres encontraram numa mesma etapa migratória, no mesmo lugar, diferentes recursos que impulsionaram de maneiras distintas as suas próximas etapas.

Ao mesmo tempo em que se aproximam da fronteira, os recursos encontrados em cada uma das etapas migratórias foram se tornando comuns à maioria das mulheres entrevistadas. O perfil do grupo, revelado pela *Encuesta Corumbá*, no entanto, é bem distinto. Expectativas principalmente relacionadas a melhores condições de trabalho impulsionaram a aproximação dessas mulheres à fronteira, mas de maneiras muito distintas, sobretudo, ao que se refere ao status de nupcialidade.

Entre as mulheres solteiras ou separadas que se aproximaram da fronteira uma etapa antes de cumprir suas trajetórias migratórias, todas estavam acompanhadas de outra mulher da família, também com o mesmo status de nupcialidade. Encontraram em Puerto Quijarro e em Puerto Suarez novas perspectivas de trabalho, principalmente relacionadas ao comércio do lado brasileiro da fronteira.

Saí de casa com minha madrinha e fui para Santa Cruz, depois para Puerto Suarez e depois é que vim pra cá. Quando chegamos em Santa Cruz, começamos a trabalhar numa feira de artesanato. Minha madrinha veio logo para a fronteira, mas eu fiquei lá com a filha dela e uma tia porque

queria estudar lá. Depois que eu terminei a escola, vim direto para Suarez, e começamos a levar mercadoria pela fronteira, de lá para cá. Comprávamos coisas mais baratas do lado boliviano e vendíamos aqui nas feiras. Depois começamos a ficar do lado de cá e minha prima é que agora mora em Puerto Suarez e traz as mercadorias. Ela não quer morar aqui.

Entre as mulheres casadas ainda na Bolívia, que terminaram de cumprir suas etapas migratórias acompanhadas de maridos e filhos, o planejamento das trajetórias levou outros recursos em consideração: além de melhores condições de trabalho, especialmente entre as mulheres, o período em que ficaram dividindo as atividades entre Brasil e Bolívia foi mais longo. A preocupação com a disponibilidade de sistemas de saúde e educação para os filhos, por exemplo, permeou as falas de todas essas mulheres:

Eu por mim ficava no meio caminho. Usava o que era melhor dos dois lugares. Eu gostava de morar em Quijarro porque eu entendia todo mundo e todo mundo me entendia. Aqui eu não entendo o que as pessoas falam. Por mim teria ficado do lado de lá... Meus filhos vão à escola boliviana. Lá eu sei o que está sendo ensinado, entendo as coisas. Aqui não entendo. Mas eles vão ao médico daqui, que é melhor. Eu não consigo. Vou ao médico de senhoras em Quijarro. Nunca vou aqui. Mas meu marido acabou arrumando trabalho aqui. Antes ele trabalhava lá e eu vinha todos os dias trabalhar aqui. Depois que ele começou a trabalhar na mineradora, quis vir pra cá. Eu vim sem vontade. Eu ainda quero voltar a La Paz. Todo ano eu passo um mês lá, quando as crianças estão de férias (Alice, 48 anos).

Minhas crianças só vão à escola em Quijarro. Minha filha mais velha voltou para Santa Cruz e está com uma tia para continuar estudando, quer fazer faculdade. Eu gosto de morar aqui, porque tenho muitas amigas da Bolívia e ganho melhor. Mas trabalho a mesma coisa...

De acordo com Pessar (2000, p. 96) a base da construção de qualquer trajetória migratória feminina é o ciclo de vida – individual e familiar. Independentemente das expectativas construídas no lugar de origem, as trajetórias migratórias são dependentes do ciclo de vida das mulheres migrantes. Um fator importante é sem dúvida a nupcialidade. Mas o planejamento do ciclo de vida, tanto individual quanto familiar é a questão central que define as trajetórias migratórias. Os usos dos espaços de acordo com esse planejamento orientam a mobilidade das mulheres migrantes.

Neste sentido, as mulheres bolivianas que chegaram a Corumbá planejaram sua trajetória migratória de acordo com as possibilidades encontradas em cada um dos espaços componentes. As expectativas descritas no momento de saída do lugar de origem – trabalho, casamento, estudo – foram se modificando de acordo com os recursos encontrados em cada uma das etapas migratórias. Quando perguntadas se o objetivo principal era o cruzamento da fronteira, 15 das 17 entrevistadas que cumpriram mais de uma etapa migratória afirmaram não terem planejado, no momento da saída do lugar de nascimento, viver em Corumbá.

Esta é uma importante informação resultante das entrevistas qualitativas realizadas com essas mulheres: inseridas num fluxo migratório antigo, em que a participação feminina foi sempre significativa, o projeto migratório não abarcava o cruzamento da fronteira. Esta nova etapa migratória foi acrescida ao longo da própria trajetória, quando se inseriam essas mulheres em outras redes, encontrando outros recursos, que as levaram a Corumbá. Este ato reforça a relação estreita existente entre fluxos migratórios internos na Bolívia e a presença boliviana em Corumbá (Souchaud e Baeninger, 2008).

O casamento é também uma etapa importante do ciclo de vida que as mulheres captadas em Corumbá pelas duas pesquisas de campo levam em conta na construção de suas trajetórias migratórias. Segundo a *Encuesta* Corumbá, 43,2% das mulheres casadas ou em

união estável têm a data da união anterior à chegada ao destino. Dentre as restantes, 85% se casaram com homens brasileiros.

Ainda que se trate de volumes pequenos, as entrevistas qualitativas confirmam a preocupação com o casamento ao longo das trajetórias migratórias. Segundo Cora,

Eu já sabia como ia ser a minha vida lá (em La Paz)... eu ia ficar esperando um marido e depois continuar vivendo do mesmo jeito. Eu não queria me casar. Quando fui com a minha mãe para Santa Cruz, eu nem pensava nisso. Depois de Santa Cruz, em Quijarro, conheci o meu marido e comecei a trabalhar na fronteira. Ele já morava no Brasil. Eu não queria me casar aqui de jeito nenhum, porque pra mim é diferente. Mas também não queria vir pra cá sem me casar porque não achava direito. Daí ele foi pra lá, casamos e moramos lá um tempo, eu trouxe a minha mãe e duas primas. E depois nos mudamos pra cá. Elas continuam lá (em Puerto Quijarro) e meus filhos passam a semana lá para irem à escola.

Souchaud e Fusco (2009, p. 35) analisaram dados da *Encuesta Corumbá* referentes aos arranjos familiares dos bolivianos. Segundo os autores, Com efeito, a migração se define em função do ciclo de vida e, ao mesmo tempo, ela alimenta e acelera a construção das etapas do ciclo vital. A população migrante, além de se caracterizar por perfis diferentes no momento da emigração, experimenta muitas situações de vida durante o período migratório, e essa variedade de situações familiares e individuais, em conjunto com a alta velocidade com que se modificam os arranjos familiares dos próprios migrantes na sociedade de recepção, reflete nos resultados da pesquisa.

Analisadas as trajetórias migratórias das mulheres em Corumbá em função de seu ciclo de vida, observa-se uma estreita relação entre essas duas estruturas. O ciclo de vida, especialmente casamento e nascimento de filhos, é planejado em função das etapas migratórias percorridas e dos usos estratégicos de cada um desses espaços. De acordo com o momento do ciclo de vida em que se encontram essas mulheres, são identificados por elas diferentes recursos em etapas migratórias iguais.

Estratégias migratórias e redes sociais

Se as trajetórias migratórias das mulheres bolivianas em Corumbá estão diretamente relacionadas ao planejamento do ciclo de vida individual e familiar, é necessário observar de que maneira essa articulação se estabelece: quais as estratégias dessas mulheres para cumprir suas trajetórias migratórias em função de seu ciclo de vida? De que rede de apoio dispõem? A que tipo de auxílio recorrem?

Ainda que estudos específicos sobre migração feminina tenham definido este fenômeno como componente de uma estratégia familiar e não individual – como fluxos migratórios com fins matrimoniais – observando outros fluxos migratórios, compostos por ambos os sexos, pode-se isolar importantes fatores específicos entre as mulheres (Morokvasic, 2000, p. 896). Estes fatores estendem-se desde a seletividade das migrantes até as mudanças experimentadas por elas ao longo de suas trajetórias.

Neste sentido, entende-se como migração feminina não apenas fluxos compostos exclusivamente por mulheres, mas o conjunto de diferenciais que fazem as trajetórias e estratégias utilizadas pelas mulheres serem diferentes das utilizadas pelos homens. As entrevistas qualitativas realizadas com mulheres bolivianas em Corumbá revelam as estratégias utilizadas por elas ao longo de suas trajetórias migratórias. Os dados da *Encuesta Corumbá* não revelam a rede de apoio utilizada pelos migrantes segundo o sexo.

Desta forma, não se pode afirmar em que proporções as mulheres captadas pela pesquisa receberam auxílio de homens ou de outras mulheres. As entrevistas qualitativas, no entanto, apontam para a formação de uma rede essencialmente feminina, em que as mulheres circulam até a chegada a Corumbá e, após a chegada ao destino, permanecem alimentando a rede, facilitando a chegada de outras mulheres à fronteira. Segundo Juliana,

Não tem problema sair de casa se você sabe para onde vai e com quem vai. Muitas mulheres fazem isso. Eu acho que a minha vida teria sido mais difícil se eu não tivesse saído de casa. Eu vim com a minha madrinha então não teve problema nenhum. Eu fiquei em Santa Cruz e depois ela veio pra fronteira pra trabalhar e eu vim com ela. Então não é que ela me tirou de casa... eu queria sair porque lá eu sabia que ia viver igual à minha mãe. Não era ruim... mas eu já sabia como era. E não foi por aventura que eu vim, não. Nunca fui... rebelde!. Era só porque eu sabia no que ia trabalhar, quanto ia ganhar, que tipo de família ia ter... Eu não queria. É... hoje eu trabalho na mesma coisa. Mas é diferente. Aqui eu ganho mais e faço o que eu quero da minha vida.

O depoimento de Juliana aponta para um importante viés comumente associado à migração feminina. Segundo Chaves (2009, p. 13),

A migração feminina incorpora facilmente o viés de liberdade: a mulher sairia da proteção cotidiana familiar em busca de uma vida mais autônoma num outro destino. Sendo assim, migrar seria crescer e se independe. Entretanto, generalidades tamanhas não se ajustam a todas as migrantes. Sem dúvida, algumas características da migração atuam no sentido de melhorar a condição de vida das mulheres: o deslocamento autônomo, a maior escolaridade, a inserção no mercado formal. Porém, essas seriam conjunções que afetariam positivamente a condição de vida de qualquer um, homem ou mulher.

A migração de mulheres bolivianas para Corumbá não parece ter esse “perfil libertador”. A decisão de migrar e também a escolha da estratégia para fazê-lo são, na maioria das vezes, coletivas. Neste sentido, sair do lugar de origem muitas vezes implica numa mudança de cenário para o exercício de atividades semelhantes.

Mais do que um “cálculo racional para a diminuição de riscos e custos”, a composição de uma estratégia migratória feminina envolve a articulação entre os recursos já disponíveis na origem e ainda aqueles que serão incorporados no lugar de destino (Oso Casas, 2005). A decisão de migrar é tomada pelas mulheres a partir da perspectiva de recursos já no primeiro momento do projeto migratório. Neste sentido,

Um ponto de partida crucial para o estudo da migração feminina é a relação entre as estratégias migratórias e redes sociais. É essa relação a principal estrutura que orienta as decisões tomadas por grupos ou indivíduos num fluxo migratório. A decisão de migrar, no entanto, é influenciada pela existência e pela participação em redes sociais, que conectam as pessoas em diferentes espaços. (Phizacklea, 2003, p. 87).

Foi a partir das entrevistas qualitativas que se observou a formação de uma rede migratória complexa, essencialmente feminina. As mulheres bolivianas deixam seus lugares de origem acompanhadas por outras mulheres, de diferentes relações de parentesco. Enquanto percorrem suas trajetórias migratórias envolvem-se nessa rede solidária, em que a mobilidade é fator determinante. Segundo Chaves (2009, p. 12),

Análises que têm como base as redes sociais enfatizam sua importância na migração feminina; o contínuo desses movimentos cria no destino uma comunidade que se apresenta com dupla função para a comunidade de origem: protege, acolhe e ampara as migrantes, ao mesmo tempo em que zela para que seu comportamento reflita as tradições e os costumes das

áreas de origem. Outros autores consideram a relevância das redes sociais ainda maior na migração feminina porque muitas vezes elas se particularizam por gênero, isto é, constituem-se apenas de mulheres e aí atuam de forma significativa no atendimento a necessidades específicas das migrantes, ao mesmo tempo em que acolhem e protegem aquelas que buscam na migração uma forma para escapar das amarras da sociedade de origem.

A associação existente entre as estratégias migratórias utilizadas e essa rede social essencialmente feminina é descrita pelas bolivianas em Corumbá como fundamental para a efetivação do projeto migratório. Mulheres deixarem seu lugar de origem com outras mulheres – à exceção do pai ou marido – é descrito por elas como comum e seguro. O apoio prestado entre as mulheres da mesma família – não necessariamente co-habitante – é fundamental para a decisão de migrar e para a construção de uma estratégia migratória.

No momento da decisão de migrar e de que forma realizar o projeto migratório, as mulheres de uma mesma família prestam diferentes auxílios umas às outras, ainda que não dividam o mesmo domicílio e nem tenham uma relação direta entre si. Tias – irmãs da mãe – que se casaram e foram morar em outro lugar – atraíram e abrigaram sobrinhas. Essa foi uma estratégia muito comumente apontada pelas migrantes entrevistadas em Corumbá. Maria descreve as estratégias utilizadas no início de sua trajetória migratória:

Minha irmã saiu antes, com minha tia, para Santa Cruz. Eu fiquei em casa trabalhando com minha mãe. Quando ela morreu, minha irmã voltou e me levou para Santa Cruz com ela. Ficamos morando lá com a minha tia e duas primas. Minha tia já era separada. Daí eu me casei, não deu certo e eu voltei para a casa da minha tia e só saí de lá quando nasceu o meu mais novo.

Outra figura familiar de grande importância no fluxo migratório de mulheres bolivianas para Corumbá é a madrinha. A *Encuesta* Corumbá não aponta a relevância desta relação – foram captados apenas dois casos de mulheres que migraram com suas madrinhas. No entanto, entrevistas realizadas em Corumbá e em La Paz ressaltam a importância desta relação simbólica de parentesco e o papel fundamental nas estratégias migratórias dessas mulheres. De acordo com Quiroga (2007, p. 10), existem ainda outros agentes que influenciam as decisões familiares, como os padrinhos, que em certos estratos sociais se convertem em referências morais.

A construção social da madrinha como parentesco, descrita pelas mulheres entrevistadas em Corumbá, é construída fortemente na relação de confiança existente entre o pai, a mãe e a madrinha. Juliana descreve a saída de seu lugar de origem: eu vim com minha madrinha, então não teve problema nenhum. Spedding (2003, p. 65) define essa relação de parentesco ritual:

A forma de parentesco ritual que existe nos Andes é o apadrinhamento. Uma pessoa atua como padrinho ou madrinha do filho de outro em alguma cerimônia vital (batismo, primeiro corte de cabelo, matrimônio, primeira comunhão, graduação, etc.) O filho se converte em afilhado dessa pessoa e os padrinhos e pais, em compadres. Os compadres devem se visitar, compartilhar comida e bebida, oferecer hospedagem e ajudar-se em outros aspectos da vida, além de tratar-se com respeito: sem insultos ou brigas. Espera-se que os padrinhos ajudem seus afilhados no caso de gastos especiais, sobretudo referentes à educação e vestimenta, e também a conseguir emprego; em troca, o afilhado deve estar disposto a ajudar seus padrinhos quando necessitam de seus trabalhos. Todas essas atividades são voluntárias e depende dos envolvidos manter essas relações.

A relação de apadrinhamento existente nas famílias bolivianas, sobretudo andinas, é um fator facilitador da migração interna e internacional dessas mulheres. O planejamento de

trajetórias e estratégias migratórias não incluía necessariamente o cruzamento das fronteiras. Muitas mulheres saíram de seus lugares de origem para Santa Cruz, com objetivos restritos a este espaço: saíram de casa com suas madrinhas, que as hospedaram, e em troca ajudaram com serviços domésticos ou cuidados com crianças. As mulheres entrevistadas descreveram essa relação como de gratidão à figura das madrinhas. Avançado o ciclo de vida dessas mulheres migrantes, muitas delas ainda alimentam essas relações: seus filhos estudam em escolas bolivianas e são hospedados por suas madrinhas. Segundo Isabel,

Saí de Cochabamba para Santa Cruz com minha madrinha. Ela tinha acabado de ter um filho e eu fui ajudar e também estudar. Se não fosse por ela, eu não teria chegado até aqui. Ela continuou em Santa Cruz quando eu disse que queria vir pra fronteira. Mas ela me deu o dinheiro para começar a trabalhar com comércio aqui. Meu filho mais velho agora mora com ela, está fazendo faculdade.

Ao longo de todo o projeto migratório as mulheres bolivianas acessaram suas redes sociais – principalmente de parentesco – com outras mulheres para a obtenção de auxílio em diferentes momentos. Observou-se que a companhia para migrar é obtida através dessas relações, sanguíneas ou simbólicas. Apenas 28, das 230 mulheres captadas pela *Encuesta Corumbá* migraram sozinhas. Dentre essas, no entanto, apenas 8 migraram para viverem sozinhas no lugar de destino. Entre as entrevistadas em Corumbá, nenhuma havia migrado para viver sozinha.

Uma vez que a migração de mulheres bolivianas para Corumbá é um processo longo e que envolve etapas migratórias diversas, foram comuns depoimentos como o de Cora, que afirma não ter imaginado vir para o Brasil quando migrou pela primeira vez. As mulheres que saem sozinhas de seus lugares de origem, no entanto, alcançam a fronteira mais rapidamente, sem cumprirem tantas etapas: apenas 12 mulheres, das 28 que migraram sozinhas, cumpriram mais de uma etapa migratória até chegarem a Corumbá. Ou seja, de acordo com os dados da pesquisa, as mulheres que migraram sozinhas tinham um destino na fronteira mais certo do que aquelas que cumpriram suas trajetórias migratórias acompanhadas pela família. Raquel saiu da casa dos pais direto para a fronteira:

Eu sabia que o mercado aqui, por causa dos sacoleiros, era melhor do que lá. Eu soube porque uma amiga veio morar com o marido aqui, porque ele foi trabalhar na mineradora. Eu disse para a minha mãe que eu vinha, mas ela não queria. Mas eu vim porque eu perdi o emprego lá. No fim foi bom, porque eu levo dinheiro pra ela agora.

As entrevistas revelam ainda que nenhuma mulher saiu sozinha de seu lugar de origem sem alguma amiga ou outra mulher da família esperando na fronteira. Reforça-se, portanto, um perfil do próprio fluxo migratório feminino diferente daqueles de “caráter libertador” descritos por Chaves (2009). A migração de mulheres bolivianas para Corumbá está ligada a processos de redistribuição da população na Bolívia, transformações no cenário socioeconômico do país – que levou o departamento de Santa Cruz a se configurar como o principal centro econômico e produtivo – e também a uma rede social essencialmente feminina para este fluxo migratório.

Para obter o primeiro emprego no lugar de destino as mulheres também se articulam nesta rede social. De acordo com os dados da *Encuesta Corumbá* é neste momento que as figuras masculinas – pai, cônjuge, irmão – tem menor participação na estratégia feminina: apenas 10% das mulheres captadas pela pesquisa receberam este tipo de auxílio no momento da obtenção do primeiro emprego. Esta é uma das especificidades mais importantes do fluxo de

bolivianas para Corumbá: o comércio, principal atividade dos migrantes bolivianos na região, é culturalmente uma atividade feminina. Segundo Cecília,

Vim para a fronteira com o meu marido, a convite da minha cunhada que tinha ficado viúva. Meu marido veio primeiro porque eu tinha criança pequena. Quando nós viemos, já comecei a trabalhar com a minha cunhada na feira. Meu marido demorou pra conseguir emprego, foi difícil... (Pergunto se o marido não poderia trabalhar com ela na feira). Isso é trabalho de mulher! Na Bolívia os homens cuidam da terra e nós é que vendemos a mercadoria. Mas lá é diferente. É como se não tivéssemos escolha. Aqui é melhor, não parece obrigação. Tem muito homem querendo emprego de mulher agora (risos...)

Entre as mulheres entrevistadas em Corumbá esta foi uma reação comum: quando perguntadas sobre a possibilidade dos homens trabalharem junto com elas, no comércio, poucas seguraram o riso. O observado ao longo da pesquisa de campo, no entanto, é que muitos homens trabalham no comércio: mas nunca na venda de mercadorias. A divisão sexual desta atividade é clara: mulheres no balcão, homens no estoque.

Zélia também descreve essa divisão sexual do trabalho encontrada em Corumbá:

Aqui tem muito trabalho pra nós. O comércio é bom, tem muito comprador brasileiro que vem buscar mercadoria na fronteira. Toda mulher que chega aqui tem trabalho. Os homens não sentem tanta diferença, porque já trabalhavam lá, claro, mas ganhavam pouco. Aqui continuam trabalhando, ganham mais, é verdade, mas não como as mulheres. Muitas nunca trabalharam e passam a ter mais dinheiro que os homens.

Essa “vantagem” obtida pelas mulheres através da associação entre a dinâmica econômica de Corumbá – historicamente ligada ao comércio – e especificidades culturais de seus lugares de origem – o desígnio às mulheres das atividades comerciais – se reflete em mudanças nos papéis exercidos por homens e mulheres. Segundo Morokvasic (2000), mulheres migrantes tendem a ser segregadas em ocupações específicas no lugar de destino de acordo com os papéis de gênero desempenhados nos lugares de origem. Há um embate teórico sobre a entrada das mulheres migrantes no mercado de trabalho:

A perspectiva mais comumente adotada pelos autores é que a migração e a entrada das mulheres no mercado de trabalho do destino trazem ganhos e perdas: aumenta a exploração de mulheres e, ao mesmo tempo, oferece a oportunidade de ganho de independência, respeito e a percepção de que a situação pode se transformar (Morokvasic, 2000, p. 893).

Busca-se discutir no próximo item, portanto, o status ocupacional das mulheres bolivianas em Corumbá ao longo de sua trajetória e suas relações com as transformações experimentadas por essas mulheres no domicílio e na família.

Trabalho imigrante e relações de gênero

As transformações experimentadas ao longo das trajetórias migratórias foram detalhadamente descritas pelas mulheres entrevistadas em Corumbá. Segundo Maria,

Foi muito difícil chegar aqui. Eu saí da casa dos meus pais, fui para a casa da minha tia (em Santa Cruz), me casei, depois me separei e voltei pra lá. Enquanto isso eu trabalhei muito. Mas era diferente daqui. Faço aqui o que muitas mulheres fazem em La Paz, mas ganho mais dinheiro para os meus filhos. A pobreza lá é muito grande. (Pergunto o que mudou em sua vida depois da chegada a Corumbá). Agora meus filhos passam a semana na casa da minha tia em Quijarro. Ela que me hospedou e agora ela cuida dos meus filhos, posso mandar dinheiro para ela. Antes ela que tinha me feito um favor. E hoje eu faço um favor pra ela. (Quanto à

possibilidade de outro casamento): Homem só atrapalha! Agora eu trabalho fora, trabalho em casa, cuido dos meus filhos, tudo o que eu fazia antes. Mas eu é que decido!

Cecília descreve a principal mudança experimentada ao longo de toda a trajetória migratória:

Aqui eu trabalho como comerciante, como em Cochabamba. Mas eu ganho mais dinheiro, sou mais independente. Por causa disso eu pude criar meus filhos de um jeito diferente. Hoje já são todos maiores de idade, fazem o que querem. O mais velho voltou para Cochabamba para estudar e mora com uma tia. Todos trabalham e cada um vai escolher e seguir o seu caminho quando chegar a hora. Eu era a única filha mulher e tinha obrigação de ficar em casa e por isso me casei cedo.

Migração feminina, entrada das mulheres no mercado de trabalho na sociedade de destino e transformações dos papéis de gênero desempenhados na família: de acordo com diversos autores, essas estruturas mantêm estreitas relações entre si e abrigam profundos diferenciais entre homens e mulheres (Pessar, 2000; Morokvasic, 2000; Oso Casas 2005; Pessar e Mahler, 2001). Segundo Morokvasic (2000, p. 895),

O impacto da entrada das mulheres no mercado de trabalho pode ser determinado pelas possibilidades de emprego encontradas pelos homens. Quando essas oportunidades são poucas, podem ocorrer mudanças drásticas na estrutura familiar com o aumento do número de domicílios chefiados por mulheres.

A relação descrita por Morokvasic (2000) parece se aplicar ao caso dos bolivianos em Corumbá. A oferta de trabalho entre as mulheres – culturalmente comprometidas com atividades comerciais – é patente na dinâmica econômica corumbaense. Os homens, além de enfrentarem um mercado de trabalho restrito e urbano, devem superar este obstáculo cultural para concorrer com as mulheres, o que dificilmente acontece, segundo os dados das pesquisas de campo.

Associa-se a este cenário uma rede social essencialmente feminina, em que as mulheres se apóiam mais que os homens: para auxílio na obtenção do primeiro emprego é quando elas mais recorrem ao mesmo sexo. Desta forma, a entrada das mulheres no mercado de trabalho do lugar de destino é mais eficiente e os impactos, especialmente o aumento da renda, provocam transformações nos papéis desempenhados nos domicílios. Segundo Cecília,

As coisas começaram a mudar por isso. Ele (o marido) não tinha emprego e eu já cheguei e já trabalhava na feira. Daí eu vi que estava com o dinheiro e poderia decidir as coisas. E não deixei passar a chance. Porque lá ele resolvia tudo sozinho, porque eu ganhava muito pouco. (Pergunto quem controla o orçamento do domicílio). Ah, sou eu mesma!

De acordo com a *Encuesta* Corumbá, 58,9% das mulheres bolivianas são responsáveis pelos domicílios. Dentre essas, 48% vivem com cônjuges. As entrevistas qualitativas revelam que 16 das 20 mulheres entrevistadas são chefes de família, sendo que apenas 3 delas vivem sem cônjuge. Este cenário aponta para uma das mais profundas transformações experimentadas por essas mulheres ao longo de suas trajetórias migratórias. Segundo Safa (1992, p. 12),

Como resultado de uma maior inserção no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal, as mulheres migrantes estão mais que nunca assumindo responsabilidades econômicas em suas famílias, enquanto o papel do homem como mantenedor principal está se enfraquecendo. No lugar do antigo patriarcado, um padrão mais igualitário emerge, no qual mulheres e homens dividem responsabilidades no grupo doméstico, partilhando decisões, tarefas e encargos domésticos. A extensão da mudança depende de muitos fatores, mas um fator chave é a contribuição feminina para a economia do grupo doméstico.

Parece claro e esperado que a entrada das mulheres no mercado de trabalho da sociedade de destino resultasse numa mudança de papéis de gênero na família. Essa transformação entre as mulheres bolivianas em Corumbá, no entanto, acontece em meio a disputas e conflitos com a figura do homem provedor. Segundo Cecília,

O trabalho pra nós não é novidade. Nós sempre trabalhamos muito. Mesmo quem não trabalhava fora, quando é mais nova, tem que trabalhar muito em casa. Então essa coisa de “como é agora que você trabalha fora” pra mim não existe. Eu sempre trabalhei. Eu sei que todas essas mulheres que estão aqui (aponta para o resto da feira) também sempre trabalharam, pode perguntar para qualquer uma delas. O que muda é o que acontece na sua casa. As coisas mudaram muito mesmo. Mas pra isso teve muita briga, porque meu marido ficou desempregado quando nós viemos pra cá e pra ele foi muito difícil viver com o meu dinheiro. E não só com o meu dinheiro: comigo também!

Segundo Marri e Wajnamn (2007, p. 20),

A mudança do status da esposa na composição da renda familiar traz consigo alterações nos papéis desempenhados por estas no mercado de trabalho, nos casamentos e nas famílias. O aumento da renda de um dos parceiros, digamos da mulher, relativamente aos rendimentos do marido, eleva, teoricamente, seu poder de barganha. Esposas que recebem mais do que seus maridos têm maior poder de decisão.

Os conflitos descritos pelas mulheres bolivianas em Corumbá não eram causados apenas pelo aumento da renda feminina. Relações de poder no domicílio foram abaladas, segundo as migrantes, porque as mulheres se adaptavam mais facilmente que os homens ao lugar de destino, principalmente por causa do amparo cedido pela rede social formada por elas. Os homens, menos providos deste recurso e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho não mantêm a mesma autoridade dentro dos domicílios.

Segundo Pessar (2000), os vínculos existentes entre o trabalho das mulheres migrantes e o domicílio são relacionados não só à mudança da figura do responsável, mas também à organização, controle da renda e divisão do trabalho doméstico. De acordo com a autora, a participação dos homens nas atividades domésticas varia de acordo com a composição e com o estágio do ciclo de vida do domicílio. Isabel descreve essa transformação experimentada em seu domicílio:

Quando eu cheguei aqui não era casada nem nada. Eu vim com a minha madrinha. Daí me casei aqui com um boliviano também, então minha vida era quase igual. Eu recebi dinheiro da minha madrinha pra ter minha barraca na feira. E depois que eu devolvi, eu comecei a ganhar mais que meu marido, que nessa época ficou desempregado. Daí eu tinha um filho pequeno, não ia pagar ninguém pra ficar com ele se o pai estava do lado. Mas foi difícil. No começo foi pior: meu marido acho que era mais criança do que o meu filho, porque a bagunça era toda dele! E daí eu tinha que fazer tudo em casa depois do trabalho. Não agüentei! Quase me separei nessa época. Como ele demorou pra arrumar emprego, acabou me ajudando mais... Mas brigamos muito. Hoje ele lava a louça e passa roupa. Mas ninguém sabe!

Segundo Morokvasic (2007), os papéis de gênero desempenhados por homens e mulheres antes da migração são bastante “resistentes”, e essa transformação é um processo que acaba por contestar, dentro do domicílio, relações de poder e autoridade. De acordo com Castro (2006, p. 254),

É no domicílio em que são criados e reproduzidos, de uma geração a outra, valores, padrões de comportamento, normas ideológicas e de gênero que requerem a reprodução da estrutura sócio-econômica e cultural. É no domicílio que se moldam formas de pensamento e

comportamento sexual e social, por isso se reconhece que a família produz e reproduz pautas culturais e de gênero. A unidade doméstica é um cenário onde se dividem objetivos comuns, mas também conflitos e negociações entre seus integrantes, gerando tensões, desequilíbrios e desigualdades.

As migrantes bolivianas em Corumbá enfrentam esses conflitos e tensões enquanto desenvolvem estratégias e táticas de sobrevivência numa nova ordem de papéis de gênero. Nos depoimentos das mulheres entrevistadas observa-se que, neste processo de reconfiguração familiar, embates dentro do domicílio, especialmente com o cônjuge, são comuns:

Não acho que foi o fato de eu trabalhar que mudou as coisas na minha casa. Fui eu que mudei. O dinheiro veio por causa da mudança que eu comecei quando eu saí de casa e ele só me deu o meio para mudar. E a gente se desencontrou quando ele ficou desempregado. E daí as coisas nunca mais foram as mesmas, porque eu já estava de outro jeito, queria outras coisas (Cecília).

Aqui tem mais trabalho pras mulheres. Pode olhar. Eu não sabia que ia ser assim quando eu saí de lá. A gente ficava sabendo que o comércio na fronteira era bom por causa dos sacoleiros, mas não sabia que era igual. Acho que como tem muito boliviano aqui, a gente trouxe o mesmo jeito de fazer as coisas pra cá (Cora).

Buscou-se com este quarto capítulo completar o esforço metodológico proposto, partindo dos dados da *Encuesta* Corumbá, preenchendo lacunas referentes às especificidades da migração feminina com as verbalizações das mulheres bolivianas entrevistadas. Para tanto, de acordo com a bibliografia, isolou-se esferas específicas da análise de fluxos migratórios femininos – trajetórias migratórias, ciclo de vida, redes sociais, estratégias migratórias, reconfiguração familiar – e, de acordo com os depoimentos coletados em campo, associou-se a estas esferas uma perspectiva relacional.

O fluxo migratório de bolivianas para Corumbá é carregado de especificidades em todas essas esferas: o comportamento das mulheres é diferente dos homens e essas diferenças têm raízes nos lugares de origem e destino. A reconfiguração dessas esferas estabelece novos vínculos entre a mulher boliviana e sua família ou entre sua atividade laboral, possíveis apenas para aquelas que cruzaram fronteiras.

Assim, carregado de especificidades, o fluxo de bolivianos para Corumbá – Mato Grosso do Sul, se apresenta como um importante objeto de estudo da migração feminina. A experiência dessas mulheres, forjada por fatores estruturais ligados a espaços de origem e destino – e etapas migratórias intermediárias – ao fim de suas trajetórias, revelam transformações profundas sofridas ao longo de todo o processo.

A busca por limites e respectivas superações configuraram a estrutura do próprio trabalho: através de dados censitários buscou-se analisar a formação de Corumbá como um espaço de fronteira relevante para a migração boliviana. Encontrados os primeiros limites de análise do fluxo migratório em si, a *Encuesta* Corumbá preencheu essas lacunas para o estudo de fluxo de bolivianos em Corumbá. Por fim, as entrevistas realizadas na segunda pesquisa de campo forneceram a dimensão necessária para a compreensão da migração feminina, dos impactos sofridos pelas mulheres bolivianas ao longo de todo o processo, dos vínculos estabelecidos por elas entre diferentes esferas específicas de análise.

A construção de Corumbá como um espaço relevante para o fluxo de bolivianos revelou a presença desses migrantes desde o fim do Século 19 na região e ainda, a importante presença das mulheres ao longo de toda a história do fluxo migratório. Outros grupos formaram o contingente

de imigrantes na região – paraguaios e argentinos, principalmente. Mas foi entre os bolivianos que se observou a presença feminina em equidade com a masculina.

Constatou-se, a partir desta associação, a estreita relação existente entre essas estruturas no ciclo de vida das mulheres (Pessar, 2000; Chant, 1992) bolivianas, especialmente referentes ao casamento e ao nascimento dos filhos. O planejamento das trajetórias migratórias e as estratégias utilizadas foram definidos por elas através do momento do ciclo de vida em que se encontravam e também de suas expectativas futuras. A saída do lugar de origem depois da morte do pai ou da mãe, ou ainda depois do nascimento dos filhos foram comuns às mulheres entrevistadas.

Em cada um dos espaços percorridos pelas mulheres até a chegada a Corumbá foram identificados, em função do ciclo de vida, diferentes recursos estratégicos. Este fato é reforçado pela passagem de mulheres em diferentes momentos de seu ciclo de vida por etapas migratórias iguais. O uso estratégico dos espaços (Pessar, 2000; Boyd e Grieco, 2003; Peres, 2006) é realizado pelas mulheres bolivianas mesmo depois do cruzamento da fronteira e do estabelecimento na sociedade de destino. Por ser um espaço de fácil circulação, as mulheres optam pelo uso de serviços tanto do lado brasileiro quanto do lado boliviano: os filhos estudam em escolas bolivianas, mas utilizam o serviço de saúde brasileiro; elas com frequência utilizam o serviço de saúde boliviano, sobretudo de ginecologia.

A interface da presença das mulheres bolivianas em Corumbá e do recente debate teórico revela especificidades deste fenômeno: diferentemente de outros fluxos migratórios femininos, as bolivianas em Corumbá planejam seu ciclo de vida em função de processos sociais ligados à origem. Casamento e nascimento de filhos são programados em função das etapas já percorridas e ainda das expectativas futuras das migrantes. Segundo Pessar (2000), migrantes dominicanas nos Estados Unidos planejam seu ciclo de vida em função do estabelecimento no lugar de destino. O fluxo de mexicanas na fronteira com os Estados Unidos apresentam a mesma característica (Chant, 1992). As mulheres bolivianas tem um comportamento diferenciado no cenário dos fluxos migratórios femininos uma vez que planejam tanto seu ciclo de vida quanto o uso de recursos do lugar destino em função de seu lugar de origem.

Este uso estratégico dos espaços e o próprio planejamento das etapas migratórias são sustentados pelo uso diferenciado das redes sociais (Massey, 1998; Pessar, 2000). Os homens e mulheres. As mulheres, além de recorrem mais frequentemente a estes recursos, o fazem na maioria das vezes através de outras mulheres.

A construção de uma rede social essencialmente feminina é uma das principais especificidades da presença boliviana em Corumbá. Esta rede se estabelece através do contexto econômico da fronteira – em que o comércio é historicamente relevante –, de um traço cultural marcante na Bolívia, que reserva a atividade comercial tradicionalmente às mulheres e ainda a relações de parentesco, sobretudo rituais.

A associação destes três fatores forma esta rede permanente de auxílio entre as mulheres migrantes: desde o planejamento da primeira viagem até o estabelecimento definitivo no lugar de destino.

A utilização dos recursos disponíveis em cada um dos lugares de destino ao longo das trajetórias migratórias é observada em outros fluxos internacionais de mulheres (Morokvasic, 1984; Boyd e Grieco, 2003). É entre as bolivianas, no entanto, que se estabelece uma rede essencialmente feminina, que disponibiliza recursos específicos, que incluem auxílio no cuidado com os filhos e, principalmente, auxílio para a inserção no mercado de trabalho de Corumbá.

O estabelecimento dessa rede feminina de auxílio proporciona às mulheres bolivianas em Corumbá uma inserção rápida no lugar de destino. Os homens acabam também por trabalhar no comércio, mas respeitando a mesma divisão sexual do trabalho consolidada na Bolívia: as mulheres atendem os clientes enquanto os homens são responsáveis pelo estoque de mercadorias.

Essa inserção diferenciada na sociedade receptora tem profundo impacto nas relações no domicílio e na família. As mulheres bolivianas experimentam em Corumbá uma reconfiguração de seus papéis nessas esferas privadas, muitas passando a controlar a renda da família, a tomar decisões no domicílio e ainda assumindo a responsabilidade por essas duas estruturas.

Neste contexto, sofrem modificações as relações de poder e os papéis de gênero (Morokvasic, 2000; Hill, 2004; Engle, 2004; Castro, 2006) desempenhados pelas mulheres bolivianas. As verbalizações captadas em Corumbá revelam o ganho de independência através de maiores salários, de autonomia, de poder de decisão; por outro lado, elas também revelam as dificuldades de adaptação principalmente relativas ao clima – a maioria das mulheres entrevistadas é de origem andina – e ao idioma.

O cruzamento da fronteira não é para a mulher boliviana simples sinônimo de libertação. É uma estratégia de sobrevivência, que conserva estruturas da origem, mas que também proporciona possibilidades de superação de dificuldades, de enfrentamento de situações de pobreza ou de amarras sociais. “*A Bolívia está em mim*” declarou – em Português – uma das mulheres entrevistadas, que todos os anos, passa os meses de férias escolares em Cochabamba com a família que permaneceu na origem.

Em outros estudos sobre migração feminina – sobretudo em fluxos de longa distância – prevalece esse viés libertador (Chaves, 2009; Castro 2006) de ganho de autonomia e independência. As trajetórias migratórias bolivianas revelam que a saída do lugar de origem é ainda uma etapa migratória distante do cruzamento da fronteira. O processo social da migração de bolivianas para Corumbá é construído ainda no país de origem. A estreita relação mantida por essas migrantes com seu país de origem, portanto, transcende a questão geográfica da fronteira e está relacionada ao próprio processo migratório.

A presença boliviana em Corumbá é marcada por especificidades ligadas a processos históricos tanto na origem quanto no destino. Buscou-se ressaltar neste trabalho as experiências migratórias das mulheres bolivianas ao longo de suas trajetórias, as transformações sofridas, os impactos dessa migração em esferas privadas e públicas.

Essas bolivianas – sempre com a ajuda de outras mulheres – deixaram seus lugares de origem por diferentes causas. Todas, no entanto, apresentaram um traço comum: a coragem para enfrentar o desafio do cruzamento de uma fronteira que, ainda que permita uma circulação relativamente fácil, se impõe com dificuldades de adaptação e desafios de equidades de gênero.

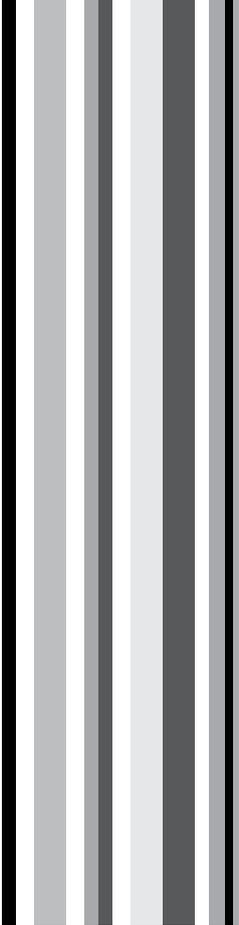
Referências

BOYD, M & GRIECO, E. Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory. Migration Policy Institute. Washington, 2003.

CASTRO, J.Y.C. Ahora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de género em una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo. Tese de Doutorado, Universidad de Granada, 2006.

CASAS, L. O. La réussite épagmole de Paris: stratégies de mobilité sociale et trajectories biographiques. Revue Européenne des Migrations internationales. Vol 21, n. 1, 2005.

- CHANT, S. Migration and Development: The Importance of Gender. In: Gender and Migration in Developing Countries, Bellhaven Press, London, 1992.
- CHAVES, M. F. Mulheres migrantes: senhoras de seu destino? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1980/1991. Tese de Doutorado em Demografia, Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- DOMENACH, H. ; CELTON, D. La comunidad boliviana en Cordoba. Caracterización e proceso migratório, Universidad de Córdoba, 1996.
- ENGLE L. B. The world in motion. Short essays on migration and gender. International Organization for Migration (IOM), 2004.
- MOROKVASIC, M. La mobilité transnationale comme resource: le cas des migrants de l'Europe de l'Est. Cultures et Conflits, 32, 2002.
- MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) Crossing Borders and shifting boundaries. Vol I, Gender on the move. Oplanden, 2003.
- MOROKVASIC, M Birds of passage are also women... International Migration Review, vol XVIII, nº 4, 1984.
- MOROKVASIC, M. In ad out of the labour market: Immigrant and minority women in Europe. New Community Gender and Migration, vol 19, nº 3, 1993.
- OSO, L. Women, the pioneers of migration chains: the case of Spain. "Working Party on Migration" Seminary California, 1994.
- PESSAR, P. R. The Linkage Between the household and workplace of dominican women in the U.S. International Migration Review, vol XVIII, nº 4, 2000.
- PHIZACKLEA, A Transnationalism, gender and global workers. In: MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) Crossing Borders and shifting boundaries. Vol I, Gender on the move. Oplanden, 2003.
- SALA, G. A. Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil. Tese apresentada ao Centro de Desenvolvimento Regional, CEDEPLAR. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- SAKKA, D. (org) Return Migration: changing roles of men and women. International Migration Review, vol. 37, n. 4, 1999.
- SALES, T. Brasileiros longe de casa. Editora Cortês, São Paulo. 1999.
- SOUCHAUD S. ; BAENINGER, R. Diferenciais da Imigração Boliviana em Corumbá: resultados de pesquisa de campo. Artigo apresentado no Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2008.
- SPEDDING, A. Breve curso de parentesco. Editorial Mama Huaco, La Paz, Bolívia, 2003.
- TARRIUS, A. Leer, describir, interpretar. Las circulaciones migratória: conveniència de la noción de "território circulatório". Los nuevos hábitos de la de identidad. Relaciones, vol XXI, nº 83, 2000.



A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA E NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO NOS ANOS 2000

Alberto Augusto Eichman Jakob

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma avaliação da imigração internacional recente na Amazônia Legal brasileira, considerando especificamente a situação evidenciada pelo Censo Demográfico de 2010 e pela Contagem Populacional de 2007. Estes dados, especificamente aqueles referentes à migração internacional na Amazônia, acabaram sendo pouco abordados, o que justifica a discussão mais detalhada dessas informações. Os migrantes dos principais países de origem que se dirigem à Amazônia brasileira são também analisados na Região Metropolitana (RM) de São Paulo, ou RMSP, para efeitos de comparação de suas características com respeito aos que se destinam à Amazônia.

Dentre os componentes da dinâmica demográfica, os processos migratórios são os de mais difícil apreensão e aferição. A definição de um espaço e de um tempo específico são fundamentais para caracterizar os tipos de fluxos migratórios, assim como para identificar as diferentes etapas do processo migratório. No caso das migrações internacionais, a questão ainda é bem mais complexa, pois envolve questões como a subenumeração de população, em decorrência da falta de declaração das pessoas que residem na situação de indocumentados, além de dizer respeito ao movimento entre países, o que dificulta a identificação dos emigrantes.

As migrações internacionais passaram ao longo das últimas duas décadas do século XX por um processo significativo de expansão. No caso da migração entre os países da América do Sul, nota-se que existe também uma tendência de aumento das trocas entre eles, conforme apontam os trabalhos de CELADE (2002), Pellegrino (2003), Castillo (2003), Pizarro (2008), dentre outros. A situação econômica um pouco melhor de alguns países, mesmo com a recorrência dos ciclos de crise, faz com que se alterem os principais destinos ao longo do tempo. O Brasil, por sua extensão territorial e por seu potencial econômico, e a Argentina se configuram como destinos importantes. Considerando a situação específica da Amazônia, além dos deslocamentos de curta distância nas áreas de fronteira internacional, observou-se a chegada de estrangeiros em várias partes do território.

Neste artigo são exploradas algumas das possibilidades permitidas pelo Censo 2010 e pela Contagem de 2007 em termos de identificação dos migrantes. Inicia-se com uma análise sobre o local de nascimento do imigrante internacional. Com essa abordagem é possível identificar os migrantes da vida inteira, que são aqueles que compõem o estoque de migrantes da região. Nesse caso, o migrante internacional é definido como sendo aquela pessoa que nasceu em um país estrangeiro.

Em seguida é realizada uma discussão utilizando o quesito censitário referente à data fixa para elaborar uma série de caracterizações dos imigrantes internacionais residentes no ano 2010 na Amazônia Legal e na RMSP. Posteriormente, são apresentados mapas de localização de migrantes estrangeiros em termos dos setores censitários dos principais municípios de destino na Amazônia. O mesmo não pode ser realizado para os municípios da RMSP porque estes dados são retirados da Contagem Populacional de 2007, e somente municípios com menos de 170 mil habitantes foram recenseados por esta pesquisa, o que destoa totalmente dos padrões dos municípios da RMSP, que são bem maiores em termos populacionais. Mas como o município de São Paulo concentra a grande maioria dos destinos dos estrangeiros na RMSP, não há perdas em não mostrar mapas de municípios para esta região.

Migração internacional, Amazônia Legal e RM de São Paulo

Segundo Pellegrino (2003), a migração internacional é um aspecto essencial da história da América Latina. Segundo a autora, nos quinhentos anos transcorridos desde a ocupação dos territórios americanos pelos reinos europeus é possível identificar quatro grandes etapas no processo migratório. A primeira etapa se inicia com a conquista do território americano, realizada pelos europeus, e termina com a independência das nações americanas, sendo caracterizada pela incorporação de população proveniente das metrópoles e de populações africanas trazidas através do regime da escravidão. A segunda etapa é aquela na qual os países da América Latina, e principalmente do sul do continente, receberam uma parte da grande corrente emigratória europeia da metade do século XIX e início do século XX. A terceira fase ocorreu entre 1930 e meados da década de 1960, sendo que nesta o fenômeno dominante diz respeito aos movimentos internos de população em direção às grandes metrópoles; a migração internacional adquiriu neste contexto um caráter regional e fronteiriço, funcionando como complemento à migração interna. A quarta fase ocorre nas últimas três décadas do século XX, quando o saldo migratório dos países da América Latina tornou-se negativo, e a emigração para os Estados Unidos e outros países desenvolvidos passou a ser o fato dominante do panorama migratório da região.

Pode-se dizer que a Amazônia teve reflexos dessas quatro etapas históricas, sendo que no período mais recente, ao qual se restringe este trabalho, as trocas migratórias com os países vizinhos se intensificaram.

A delimitação do espaço ao qual se refere o movimento migratório é uma etapa fundamental. Nesse sentido, optou-se neste trabalho por adotar como referência espacial os limites definidos pela Amazônia Legal, fazendo, entretanto, uma adaptação em termos de abrangência, que se justifica em termos de comparabilidade das informações e de operacionalização da manipulação dos dados, além de não incorporar mudanças significativas em termos dos resultados numéricos.

Assim, a Amazônia Legal é definida como sendo os estados que compõem a região Norte, mais o estado de Mato Grosso e o estado do Maranhão e oeste do Meridiano 44 (Rocha, 2005: 141). Essa definição, aparentemente clara, envolve situações bastante complexas em

termos sociais e ambientais, sujeitas a frequentes pressões políticas e administrativas para sua redefinição, conforme apontam Hogan, D'Antona e Carmo (2008).

O Mapa 1 mostra a delimitação da Amazônia Legal utilizada neste trabalho. Note-se que o estado do Maranhão foi incluído em sua totalidade, para facilitar uma comparabilidade com as divisões oficiais do país, e em vista de que a adição de municípios a leste do meridiano 44 graus não altera em nada as análises que se realizam aqui.

Existem poucos estudos que tratam da migração populacional na região amazônica. A maioria é do início dos anos 1990, que trata de estudos realizados entre os anos 1970 e 1980. Existe ainda uma escassez de dados de variáveis demográficas, que são pouco estudadas na Amazônia. (Aragón, 2005).

Os estudos realizados demonstram que os padrões migratórios da região caracterizam-se nos anos recentes, pela migração intra-regional, e pela concentração em cidades, mas diferencia-se o processo na Amazônia Oriental e na Amazônia Ocidental, sendo que a primeira (Pará principalmente) mantém uma distribuição espacial mais equilibrada da população (Aragón, 2005: 19).

MAPA 1. Localização da Amazônia Legal brasileira na América do Sul em 2010



Fonte: FIBGE, Malha digital do Brasil de 2001. ESRI, Malha digital Mundial de 1992.

A partir da década de 1970, as Unidades da Federação (UFs) de Pará, Mato Grosso e Rondônia foram as que mais receberam migrantes na Amazônia Legal, pois havia políticas públicas de incentivo à colonização e intensificação do uso do território. Mais recentemente, novas áreas de atração populacional (“corredores de povoamento”) têm surgido. Entre 1991 e 2000, o Amapá apresentou o maior crescimento da participação da população não-natural (108% no período), especialmente na fronteira com o Pará e a Guiana, assim como a UF do Amazonas, com 77% de crescimento. Destaca-se também Roraima, sobretudo na fronteira com a Venezuela e ao longo da rodovia BR-174 (Rocha, 2005).

Tratando ainda de migração interna, no período 1991-2000 apenas 6 capitais brasileiras apresentaram um crescimento populacional médio anual superior a 3%, sendo que 5 delas fazem parte da região amazônica, a saber: Manaus, Macapá, Rio Branco, Boa Vista e Palmas, esta última em virtude da criação do Tocantins no período (Rocha, 2005).

Neste contexto, as localidades situadas junto às áreas de fronteira internacional possuem uma expressiva mobilidade populacional, assim como uma significativa migração internacional entre os países limítrofes.

Nesta região, a migração internacional tende a se tornar o aspecto demográfico mais importante atualmente, com a globalização e o crescente desemprego, e seus problemas decorrentes, como, por exemplo, a migração ilegal no Amazonas (Aragón, 2005).

O norte do país possui uma seletividade migratória, com respeito ao local de nascimento dos migrantes internacionais, distinta daquela apresentada quando se trata do Brasil como um todo.

Segundo o Censo Demográfico, a Amazônia Legal possuía 29.741 pessoas não naturais do Brasil em 2000. Este número aumentou para 33.218 em 2010¹. A Tabela 1 mostra os estrangeiros segundo seu país de nascimento. Bolívia destaca-se como o país que mais enviou migrantes à Amazônia Legal (16% do total, e 5.314 migrantes), seguido por Peru (15,4%), Paraguai (8,6%), Portugal e Japão (7,4% cada).

Esta tabela apresenta os migrantes acumulados, ou seja, aqueles que chegaram à Amazônia em qualquer época e lá estavam estabelecidos no momento do Censo 2000. Apresenta também aqueles que chegaram nos últimos 10 anos ao município de residência. Os dados evidenciam a importância ainda grande do Peru, Bolívia e Paraguai e a redução da participação dos países europeus. Os principais países de origem, em termos de volume de migrantes, deixam claro este panorama, sendo que Portugal e Japão são emblemáticos neste sentido (redução da participação de 14,7% para 9% do total de migrantes).

Percebe-se, a partir destes dados, que a migração para a Amazônia Legal estaria se tornando cada vez mais de curta distância, com o aumento de importância dos países da América do Sul em detrimento daqueles da Europa e Ásia.

A Tabela 2 traz a mesma informação, mas desta vez para os migrantes residentes na cidade de São Paulo ou em algum município pertencente à RM de São Paulo. Percebe-se, por meio desta tabela, que historicamente os países europeus tiveram uma grande representatividade entre os migrantes estrangeiros na RMSP. Praticamente 1/4 de todos estes veio de Portugal mostrando sua importância.

¹ Souchaud e Fusco (2008) atentam para o fato de que existem diferenças importantes entre estimativas de órgãos que trabalham com migrantes e os dados censitários: “A Pastoral do migrante, por exemplo, estima que em Corumbá residam de 7.000 a 8.000 bolivianos, quando o censo do IBGE registra 1.098 indivíduos em 2000. Em São Paulo, a Pastoral do Migrante estima que existam 80.000 bolivianos residentes, enquanto o Censo 2000 aponta 7.722 pessoas”. Essa discrepância seria resultado de duas situações: volatilidade dessas correntes migratórias e provável desconhecimento dos números reais.

TABELA 1. Imigrantes estrangeiros na Amazônia Legal em 2010 segundo país de nascimento

Acumulados			Menos de 10 anos de residência no município		
Local	Volume	%	Local	Volume	%
BOLÍVIA	5.314	16,0	PERU	3.093	17,2
PERU	5.102	15,4	BOLÍVIA	2.522	14,1
PARAGUAI	2.873	8,6	PARAGUAI	1.618	9,0
PORTUGAL	2.469	7,4	COLÔMBIA	1.306	7,3
JAPÃO	2.412	7,3	ESTADOS UNIDOS	1.183	6,6
COLÔMBIA	2.219	6,7	PORTUGAL	867	4,8
GUIANA	1.795	5,4	JAPÃO	751	4,2
ESTADOS UNIDOS	1.444	4,3	ESPANHA	699	3,9
ESPANHA	1.006	3,0	GUIANA	687	3,8
ITÁLIA	932	2,8	ITÁLIA	470	2,6
FRANÇA	689	2,1	FRANÇA	457	2,5
GUIANA FRANCESA	665	2,0	VENEZUELA	450	2,5
VENEZUELA	640	1,9	GUIANA FRANCESA	435	2,4
ALEMANHA	605	1,8	CUBA	332	1,9
ARGENTINA	522	1,6	ARGENTINA	331	1,8
CUBA	429	1,3	ALEMANHA	317	1,8
CHINA	384	1,2	MÉXICO	215	1,2
CHILE	363	1,1	SURINAME	202	1,1
Outros Países (59)	3.280	9,9	Outros Países (45)	1.982	11,0
Não sabe/ignorado	73	0,2	Não sabe/ignorado	31	0,2
Total	33.218	100,0	Total	17.948	100,0

Fonte:
IBGE, Censo
Demográfico de
2010.

Mas esta tabela mostra também que, no período 2000-2010, houve uma modificação completa neste panorama de origem de migrantes, com uma participação maior de bolivianos, chineses e japoneses em relação aos portugueses. Na participação dos estrangeiros na RM de São Paulo, merecem destaque entre os países sul-americanos, além da Bolívia, o Paraguai, a Argentina, o Peru, e o Chile. Portanto, os migrantes dos principais países sul-americanos cujo destino é a Amazônia (Bolívia e Peru) aparecem também como importantes para o destino na RM de São Paulo. A Bolívia aparece inclusive como o país mais representativo daqueles que residem na RM de São Paulo, tomando o lugar de Portugal. Isto faz com que a comparação dos migrantes destes países sul-americanos mais representativos na Amazônia e na RMSP fique ainda mais interessante.

Outra possibilidade de análise migratória a partir dos dados censitários é dada pela análise da questão sobre a etapa anterior de residência dos estrangeiros que residiam a menos de 10 anos no município em que foram recenseados, mostrada nas tabelas 3 e 4, em termos de seu país ou Unidade da Federação.

A Tabela 3 aponta que, dos 33.218 imigrantes estrangeiros da Amazônia, 12.360 vieram nos últimos 10 anos diretamente de outros países e perto de 5.588 de outras Unidades da Federação de fora da Amazônia ou de outros municípios de UFs de dentro da Amazônia, ou seja, realizaram ao menos uma etapa migratória antes de chegar ao município de residência na época do censo de 2010. Peru e Bolívia assumem posições de destaque, e os países europeus perdem participação, o que comprova o caráter bem regional da migração internacional para Amazônia Legal, assim como acontece com as demais regiões do país.

TABELA 2. Imigrantes estrangeiros na RM de São Paulo em 2010 segundo país de nascimento

Acumulados					Menos de 10 anos de residência no município				
País Nascimento	Município São Paulo	Outros RMSP	Total RMSP	% Total	País Nascimento	Município São Paulo	Outros RMSP	Total RMSP	% Total
PORTUGAL	35.212	11.304	46.516	24,15	BOLÍVIA	15.371	3.504	18.875	32,97
BOLÍVIA	21.680	4.179	25.859	13,43	CHINA	4.121	307	4.428	7,74
JAPÃO	13.065	7.199	20.264	10,52	JAPÃO	2.016	1.581	3.597	6,28
ITÁLIA	10.017	3.072	13.089	6,80	PORTUGAL	1.720	1.338	3.058	5,34
ESPANHA	7.903	3.311	11.214	5,82	PARAGUAI	2.199	781	2.980	5,21
CHINA	9.600	685	10.285	5,34	ESTADOS UNIDOS	2.074	480	2.554	4,46
REPÚBLICA DA COREIA	7.054	252	7.306	3,79	ARGENTINA	1.615	795	2.410	4,21
ARGENTINA	4.699	1.244	5.943	3,09	REPÚBLICA DA COREIA	2.240	150	2.390	4,18
CHILE	3.864	2.035	5.899	3,06	PERU	2.048	128	2.176	3,80
LÍBANO	4.075	966	5.041	2,62	FRANÇA	1.179	86	1.265	2,21
PARAGUAI	3.170	977	4.146	2,15	ESPANHA	615	595	1.210	2,11
ALEMANHA	3.283	657	3.940	2,05	LÍBANO	825	341	1.166	2,04
ESTADOS UNIDOS	2.912	723	3.634	1,89	CHILE	688	433	1.120	1,96
PERU	2.949	298	3.247	1,69	ITÁLIA	642	369	1.011	1,77
FRANÇA	2.260	147	2.408	1,25	ALEMANHA	594	216	810	1,41
URUGUAI	1.475	570	2.046	1,06	MÉXICO	616	74	690	1,21
EGITO	1.714	183	1.897	0,98	COLÔMBIA	479	187	665	1,16
POLÔNIA	913	216	1.130	0,59	URUGUAI	280	250	530	0,93
ANGOLA	869	250	1.119	0,58	REINO UNIDO	328	139	467	0,82
ROMÊNIA	964	113	1.077	0,56	ANGOLA	329	107	436	0,76
SÍRIA	923	46	969	0,50	EQUADOR	402	27	430	0,75
ISRAEL	906	10	915	0,48	VENEZUELA	339	50	389	0,68
REINO UNIDO	632	223	855	0,44	Outros Europa (22)	1.198	420	1.619	2,83
COLÔMBIA	649	205	854	0,44	Outros Ásia (17)	983	212	1.195	2,09
MÉXICO	684	123	807	0,42	Outros África (12)	801	130	931	1,63
HUNGRIA	647	155	802	0,42	Outros América (7)	416	175	591	1,03
VENEZUELA	495	170	665	0,35	Outros Oceania (2)	89	8	97	0,17
Outros Europa (24)	3.722	1.238	4.959	2,57	Não sabe/ignorado	67	87	155	0,27
Outros África (18)	1.721	223	1.944	1,01	Total	44.274	12.972	57.246	100,00
Outros Ásia (18)	1.443	369	1.811	0,94					
Outros América (14)	1.289	256	1.545	0,80					
Outros Oceania (3)	216	19	235	0,12					
Não sabe/ignorado	67	120	188	0,10					
Total	151.071	41.539	192.610	100,00					

Fonte:
IBGE, Censo
Demográfico de
2010.

Paraná e São Paulo também merecem destaque como as únicas UFs não pertencentes à Amazônia Legal entre as oito primeiras colocadas na Tabela 3, o que destaca o caráter atrativo de migrantes nacionais e mesmo internacionais destas UFs na última década. São Paulo por ser visto como o grande centro de oportunidades de trabalho e Paraná pela proximidade com Mato Grosso, estado incluído na Amazônia Legal.

TABELA 3. Imigrantes estrangeiros na Amazônia Legal em 2010 com menos de 10 anos de residência no município segundo país ou UF anterior

País anterior	Volume	%	Unidade da Federação anterior	Volume	%
PERU	2.297	18,6	MATO GROSSO	967	17,3
BOLÍVIA	1.704	13,8	AMAZONAS	683	12,2
COLÔMBIA	1.140	9,2	PARÁ	615	11,0
ESTADOS UNIDOS	974	7,9	RONDÔNIA	458	8,2
PORTUGAL	646	5,2	PARANÁ	370	6,6
PARAGUAI	582	4,7	SÃO PAULO	353	6,3
ESPANHA	572	4,6	RORAIMA	259	4,6
GUIANA	468	3,8	ACRE	229	4,1
JAPÃO	452	3,7	GOIÁS	192	3,4
GUIANA FRANCESA	396	3,2	MATO GROSSO DO SUL	152	2,7
VENEZUELA	321	2,6	RIO DE JANEIRO	143	2,6
FRANÇA	302	2,4	MINAS GERAIS	113	2,0
ITÁLIA	254	2,1	MARANHÃO	103	1,8
CUBA	221	1,8	AMAPÁ	100	1,8
ALEMANHA	190	1,5	TOCANTINS	93	1,7
SURINAME	188	1,5	RIO GRANDE DO SUL	65	1,2
ARGENTINA	177	1,4	CEARÁ	53	0,9
MÉXICO	162	1,3	BAHIA	52	0,9
CABO VERDE	126	1,0	PIAÚÍ	36	0,6
REPÚBLICA DA COREIA	125	1,0	SANTA CATARINA	35	0,6
CANADÁ	81	0,7	DISTRITO FEDERAL	24	0,4
GUINÉ BISSAU	79	0,6	PERNAMBUCO	18	0,3
REINO UNIDO	76	0,6	SERGIPE	6	0,1
CHINA	67	0,5	ESPÍRITO SANTO	4	0,1
SUÍÇA	67	0,5	PARAÍBA	4	0,1
HOLANDA	49	0,4	Ignorado (aplicado na fase de crítica)	309	5,5
Outros Países (30)	521	4,2	Não sabe UF nem país estrangeiro	78	1,4
Não sabe/ignorado	122	1,0	Não sabe UF	74	1,3
Total	12.360	100,0	Total	5.588	100,0

Fonte:
IBGE, Censo
Demográfico de
2010.

Tratando agora dos migrantes do período 2000-2010 para algum município da RMSP, a Tabela 4 mostra que a maioria dos estrangeiros vem diretamente de seu país de origem (45.269). Uma quantidade bem menor passa por alguma UF antes de chegar a seu destino (11.977), realizando mais do que uma etapa migratória.

Por meio das tabelas 2 e 4 é possível se saber quantos migrantes de cada país vieram diretamente de seus países para o município de destino e quantos passaram por mais de uma etapa migratória. Portugal, por exemplo, proporcionou 3.058 migrantes para a RMSP no período 2000-2010, mas apenas 1.306 vieram diretamente de seu país neste período (42,7% deles), os outros passaram por outras UFs. Ao passo que na Bolívia, dos 18.875 migrantes para a RMSP, 16.261 vieram diretamente de seu país, ou 86%.

TABELA 4. Imigrantes estrangeiros na RM de São Paulo em 2010 com menos de 10 anos de residência no município segundo país ou UF anterior

País Anterior	Município São Paulo	Outros RMSP	Total RMSP	% Total	Unidade da Federação anterior	Município São Paulo	Outros RMSP	Total RMSP	% Total
BOLÍVIA	14.327	1.934	16.261	35,92	SÃO PAULO	1.346	5.307	6.653	55,55
CHINA	3.180	176	3.356	7,41	RIO DE JANEIRO	611	175	786	6,56
JAPÃO	1.636	1.074	2.710	5,99	PARANÁ	534	71	605	5,05
PARAGUAI	1.965	506	2.471	5,46	RIO GRANDE DO SUL	334	34	368	3,07
ESTADOS UNIDOS	1.982	349	2.331	5,15	MATO GROSSO DO SUL	233	72	306	2,55
ARGENTINA	1.676	269	1.946	4,30	MINAS GERAIS	230	38	268	2,24
PERU	1.854	58	1.912	4,22	BAHIA	140	12	152	1,27
REPÚBLICA DA COREIA	1.886	14	1.900	4,20	SANTA CATARINA	113	39	152	1,27
PORTUGAL	985	321	1.306	2,89	AMAZONAS	129	10	139	1,16
FRANÇA	910	142	1.052	2,32	GOIÁS	106	9	114	0,96
CHILE	570	188	758	1,68	DISTRITO FEDERAL	88	16	104	0,87
ESPANHA	546	164	710	1,57	PERNAMBUCO	88	0	88	0,74
MÉXICO	633	66	699	1,54	CEARÁ	30	54	84	0,70
LÍBANO	491	174	665	1,47	ESPÍRITO SANTO	68	14	82	0,68
ITÁLIA	579	82	661	1,46	RORAIMA	58	0	58	0,48
COLÔMBIA	449	128	577	1,27	PARAÍBA	51	7	58	0,48
EQUADOR	464	19	484	1,07	PARÁ	46	0	46	0,38
VENEZUELA	426	50	476	1,05	RIO GRANDE DO NORTE	43	0	43	0,36
REINO UNIDO	433	25	459	1,01	PIAUI	30	0	30	0,25
ALEMANHA	433	25	458	1,01	SERGIPE	28	0	28	0,23
Outros Ásia (16)	786	252	1.039	2,29	MATO GROSSO	0	11	11	0,09
Outros África (10)	760	128	887	1,96	RÔNDONIA	0	10	10	0,08
Outros Europa (16)	631	195	825	1,82	Não sabe/ignorado	1.226	566	1.792	14,96
Outros América (7)	619	153	772	1,71	Total	5.531	6.446	11.977	100,00
Outros Oceania (2)	70	0	70	0,15					
Não sabe/ignorado	450	34	484	1,07					
Total	38.742	6.526	45.269	100,00					

Fonte:
IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Para especificar ainda mais a migração de estrangeiros, as tabelas 5 e 6 trazem as informações a respeito daqueles migrantes internacionais que chegaram no quinquênio -2005-2010, provenientes de outros países ou UFs do Brasil. A Tabela 5 mostra que a migração recente dos estrangeiros para a Amazônia possui um forte caráter regional. Por um lado, a participação dos países europeus caiu na colocação geral, sendo que os três primeiros colocados possuem limites com a Amazônia brasileira, e por outro, a participação de São Paulo caiu para a oitava posição, sendo superado por Roraima, Acre e Maranhão.

Os países fronteiriços da Amazônia apresentaram uma manutenção da importância da migração para aquela região, apontando para a possibilidade de um aumento da circularidade destes migrantes² na região. Tomando como exemplo o Peru, as tabelas 1, 3 e 5 mostram que este país enviou no total 5.102 migrantes para a Amazônia, 3.093 deles chegaram nos últimos

² Maneta (2009) mostra a importância da migração fronteiriça na região de Corumbá, fronteira com a Bolívia. Rodrigues (2006) tangencia a questão da mobilidade populacional na fronteira com a Colômbia.

10 anos (60,6% deles), sendo que 2.297 vieram diretamente do Peru (74%). Destes que vieram diretamente do país, 1.201 chegaram no quinquênio 2005-2010 (ou 52% dos 2.297).

A Bolívia apresenta situação distinta da apresentada para o Peru, enquanto somente 47% dos bolivianos chegaram à Amazônia na década de 2000, 67% destes vieram diretamente para o local de residência em 2010, e 63% destes no período 2005-2010.

Já a Colômbia e o Paraguai apresentaram uma situação distinta. Enquanto boa parte dos migrantes colombianos dos anos 2000 veio diretamente de seu país (87%), no caso do Paraguai este valor foi de apenas 36% mostrando a importância do Mato Grosso do Sul como destino inicial dos paraguaios antes da vinda ao Mato Grosso.

TABELA 5: Imigrantes estrangeiros na Amazônia Legal no período 2005-2010

País de residência em 2005	Volume	%	Unidade da Federação em 2005	Volume	%
PERU	1.201	16,9	AMAZONAS	1.428	28,3
BOLÍVIA	1.072	15,1	MATO GROSSO	728	14,4
COLÔMBIA	698	9,8	PARÁ	595	11,8
ESTADOS UNIDOS	559	7,9	RÔNDOONIA	475	9,4
JAPÃO	356	5,0	RORAIMA	282	5,6
PORTUGAL	348	4,9	ACRE	214	4,2
GUIANA	271	3,8	MARANHÃO	194	3,8
PARAGUAI	253	3,6	SÃO PAULO	188	3,7
FRANÇA	211	3,0	PARANÁ	157	3,1
GUIANA FRANCESA	180	2,5	RIO DE JANEIRO	121	2,4
VENEZUELA	170	2,4	AMAPÁ	111	2,2
ESPAÑA	154	2,2	TOCANTINS	100	2,0
ALEMANHA	152	2,1	MATO GROSSO DO SUL	70	1,4
ITÁLIA	145	2,0	MINAS GERAIS	68	1,3
ARGENTINA	132	1,9	GOIÁS	39	0,8
CABO VERDE	126	1,8	BAHIA	35	0,7
MÉXICO	125	1,8	RIO GRANDE DO SUL	33	0,7
CUBA	124	1,7	SANTA CATARINA	31	0,6
GUINÉ BISSAU	99	1,4	DISTRITO FEDERAL	31	0,6
CANADÁ	89	1,3	PIAUI	14	0,3
COSTA DO MARFIM	77	1,1	ESPÍRITO SANTO	4	0,1
HOLANDA	53	0,7	Ignorado (aplicado na fase de crítica)	119	2,4
CHINA	48	0,7	Não sabe UF nem país estrangeiro	8	0,2
SUÍÇA	45	0,6	Não sabe UF	8	0,2
SURINAME	36	0,5	Total	5.054	100,0
NORUEGA	35	0,5			
LÍBANO	34	0,5			
ANGOLA	29	0,4			
PANAMÁ	29	0,4			
FILIPINAS	26	0,4			
URUGUAI	25	0,4			
Outros Países (12)	141	2,0			
Ignorado (aplicado na fase de crítica)	36	0,5			
Não sabe país estrangeiro	20	0,3			
Total	7.101	100,0			

Fonte:
IBGE, Censo
Demográfico de
2010.

Enquanto 61% dos colombianos que vieram diretamente de seu país na década de 2000 chegou no período 2005-2010, este valor é de apenas 43% para os paraguaios. Na verdade, enquanto houve um crescimento de 74% no volume de migrantes colombianos no quinquênio 2005-2010 em relação ao quinquênio 1995-2000 (de 401 a 698 migrantes), com relação aos paraguaios houve uma redução de 27% (de 347 a 253 migrantes) nos mesmos períodos.

Porém, o que mais chama a atenção é o aumento substancial de migrantes com origem em países como Estados Unidos, Japão e, sobretudo, de Portugal mais recentemente. Enquanto no período 1995-2000 chegaram à Amazônia 240 norte-americanos, 93 japoneses e 44 portugueses, no período 2005-2010 estes números aumentaram para 559, 356 e 348, respectivamente, o que corresponde a um aumento de 133% de migrantes provenientes dos Estados Unidos, de 284% para aqueles do Japão, e de 700% para os advindos de Portugal entre os períodos abordados³.

Um bom tema de estudo seria a análise deste crescimento muito importante da migração de estrangeiros de países tidos como tradicionais receptores de brasileiros e que agora começam também a enviar migrantes ao Brasil, sobretudo à Amazônia Legal.

Em termos de São Paulo, por meio da Tabela 6 é possível se observar que os bolivianos continuam como o principal grupo migratório no período 2005-2010 que se destina à RMSP, representando mais de 1/3 da migração. Depois aparecem a seguir paraguaios, chineses, japoneses, coreanos, peruanos, argentinos, norte-americanos e portugueses.

Esta tabela mostra que, dos migrantes de outros países que chegaram no período 2005-2010 à RMSP, 84% destes foram diretamente para a cidade de São Paulo de seus países (22.883), e mesmo outros que passaram por mais etapas migratórias, a maioria veio de outros municípios do próprio estado de São Paulo, mostrando o caráter atrativo da RMSP ainda presente entre os estrangeiros.

Comparando-se os dados da Tabela 6 com do período 1995-2000, obtido de Jakob (2010), destaca-se o crescimento substancial de paraguaios (358%), bolivianos (335%), peruanos (151%) e portugueses (122%) entre o período 1995-2000 e o período 2005-2010. Em termos absolutos, aumentou a migração de paraguaios de 417 para 1.909, de bolivianos de 2.139 a 9.311, de peruanos de 513 a 1.287, e de portugueses de 456 a 1.014 com respeito aos períodos abordados, respectivamente.

Para se ter uma idéia melhor destes principais fluxos migratórios internacionais com destino à Amazônia e RM de São Paulo, os migrantes naturais do Peru, Bolívia, Colômbia e Paraguai foram selecionados para um maior detalhamento de suas características principais, o que é realizado no tópico a seguir.

Caracterização dos migrantes dos principais países de origem

Este tópico tem como objetivo principal detalhar as características dos migrantes estrangeiros com origem nos países com maior participação no envio de pessoas para a Amazônia e a RMSP, que no período considerado foram especialmente Peru e Bolívia, além de Colômbia para o Amazonas e Paraguai para a RMSP. Serão tratadas características como sexo, idade, escolaridade e renda, além dos municípios de destino destes migrantes.

³ Os valores referentes aos dados do período 1995-2000 foram originários do Censo Demográfico de 2000 e obtidos de Jakob (2010).

TABELA 6. Imigrantes estrangeiros na RM de São Paulo no período 2005-2010

País de residência em 2005	Município São Paulo	Outros RMSP	Total RMSP	% Total	Unidade da Federação em 2005	Município São Paulo	Outros RMSP	Total RMSP	% Total
BOLÍVIA	7.744	1.567	9.311	34,12	SÃO PAULO	927	3.387	4.314	65,40
PARAGUAI	1.399	510	1.909	7,00	RIO DE JANEIRO	284	85	369	5,59
CHINA	1.606	94	1.699	6,23	PARANÁ	351	0	351	5,33
JAPÃO	930	612	1.542	5,65	DISTRITO FEDERAL	174	0	174	2,63
REPÚBLICA DA COREIA	1.293	0	1.293	4,74	MINAS GERAIS	118	39	158	2,39
PERU	1.275	12	1.287	4,72	RIO GRANDE DO SUL	145	0	145	2,20
ARGENTINA	901	351	1.252	4,59	BAHIA	124	0	124	1,87
ESTADOS UNIDOS	967	229	1.196	4,38	SANTA CATARINA	123	0	123	1,87
PORTUGAL	912	102	1.014	3,71	NÃO SABE UF	115	0	115	1,74
FRANÇA	668	65	733	2,69	CEARÁ	30	54	84	1,27
MÉXICO	509	52	561	2,05	ESPÍRITO SANTO	68	0	68	1,03
LÍBANO	420	65	485	1,78	PERNAMBUCO	61	4	64	0,98
EQUADOR	388	19	407	1,49	AMAZONAS	36	0	36	0,55
REINO UNIDO	393	11	404	1,48	GOIÁS	31	0	31	0,47
ESPAÑA	278	121	400	1,47	MATO GROSSO DO SUL	19	10	29	0,44
COLÔMBIA	309	50	359	1,31	PARAÍBA	22	0	22	0,34
CHILE	252	45	297	1,09	PARÁ	21	0	21	0,31
ITÁLIA	226	51	276	1,01	MATO GROSSO	0	11	11	0,17
VENEZUELA	231	6	236	0,87	Não sabe/ignorado	216	142	358	5,43
NIGÉRIA	217	6	223	0,82	Total	2.864	3.732	6.597	100,00
ÁFRICA DO SUL	167	39	206	0,76					
NOVA ZELÂNDIA	47	0	47	0,17					
Outros África (7)	233	8	242	0,89					
Outros América (7)	270	101	371	1,36					
Outros Ásia (12)	466	95	561	2,05					
Outros Europa (14)	765	152	918	3,36					
Não sabe/ignorado	17	44	61	0,22					
Total	22.883	4.406	27.289	100,00					

Fonte:
IBGE, Censo
Demográfico de
2010.

Os municípios da Amazônia que receberam migrantes originários dos países citados estão apresentados na Tabela 7.

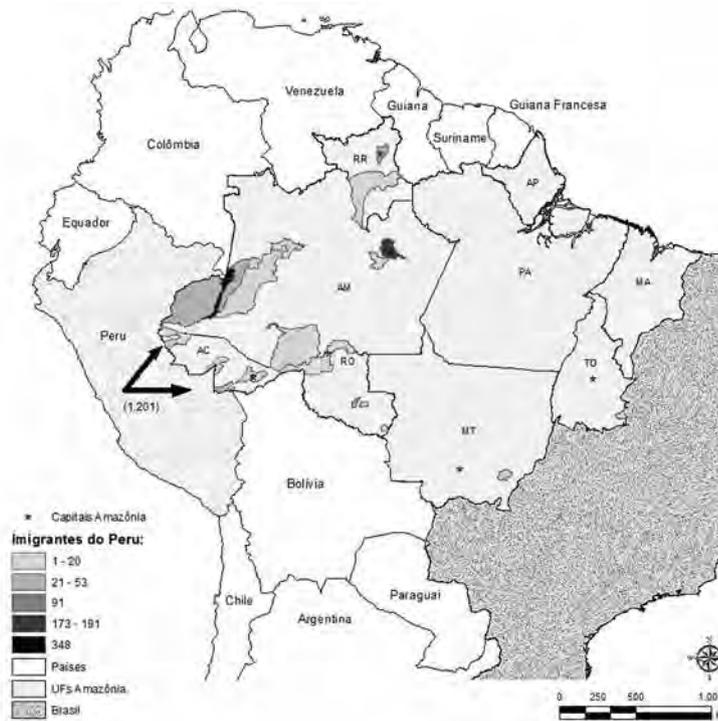
Os mapas 2 e 3 mostram a localização geográfica dos municípios que receberam migrantes provenientes do Peru e da Bolívia no período 2005-2010. O Mapa 2 mostra os dois eixos de deslocamento dos migrantes com origem no Peru: um com direção ao município de Manaus, capital do Amazonas, e outro com destino à divisa entre Amazonas e Rondônia, passando por outros municípios do Acre mais próximos da fronteira. Com exceção de Tabatinga, Benjamin Constant e Manaus, que concentram 59,3% da migração do período 2005-2010 (Tabela 7), diversos outros municípios, capitais ou não, apresentaram participação na migração de origem peruana, evidenciando certa diversificação dos destinos. Pode-se afirmar que são dois grupos diferentes de movimentos. Por um lado, os movimentos realizados nas áreas de fronteira, principalmente nos estados do Acre, Amazonas e Rondônia; e, por outro lado, a mobilidade em direção a centros urbanos maiores, como é o caso de Manaus.

TABELA 7. Municípios de destino na Amazônia em 2010 segundo os principais países de origem dos migrantes

Peru			Bolívia		
Município	Volume	%	Município	Volume	%
Tabatinga (AM)	348	28,97	Cáceres (MT)	133	12,43
Benjamin Constant (AM)	191	15,91	Manaus (AM)	119	11,12
Manaus (AM)	173	14,42	Epitaciolândia (AC)	117	10,88
Rio Branco (AC)	91	7,57	Guajará-Mirim (RO)	115	10,72
Boa Vista (RR)	53	4,38	Porto Velho (RO)	101	9,39
Atalaia do Norte (AM)	49	4,07	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	57	5,29
Manacapuru (AM)	31	2,58	Rondonópolis (MT)	50	4,66
Assis Brasil (AC)	30	2,46	Rio Branco (AC)	43	4,01
Nova Brasilândia D'Oeste (RO)	24	1,98	Vilhena (RO)	36	3,36
São Paulo de Olivença (AM)	21	1,75	Nova Mamoré (RO)	34	3,16
Fonte Boa (AM)	18	1,52	Aripuanã (MT)	25	2,33
Ananindeua (PA)	17	1,42	Senador Guimard (AC)	25	2,30
Rolim de Moura (RO)	17	1,41	Barra do Bugres (MT)	21	1,92
Belém (PA)	17	1,39	Belém (PA)	19	1,76
Jutaí (AM)	16	1,32	Várzea Grande (MT)	19	1,75
Amaturá (AM)	16	1,31	Jauru (MT)	16	1,52
Colorado do Oeste (RO)	15	1,24	Pontes e Lacerda (MT)	16	1,48
Caracaraí (RR)	15	1,24	Pimenteiras do Oeste (RO)	15	1,41
Mâncio Lima (AC)	14	1,16	Jaru (RO)	14	1,29
Porto Velho (RO)	13	1,09	Água Boa (MT)	12	1,10
Lábrea (AM)	13	1,09	Cerejeiras (RO)	12	1,09
Cruzeiro do Sul (AC)	10	0,87	Costa Marques (RO)	11	1,05
Taguatinga (TO)	5	0,40	Gurupi (TO)	11	0,99
Santa Rosa do Purus (AC)	3	0,24	Itacoatiara (AM)	10	0,95
Tesouro (MT)	2	0,20	Boca do Acre (AM)	9	0,80
Total	1.202	100	Ariquemes (RO)	8	0,74
			Santarém (PA)	7	0,67
			Novo Aripuanã (AM)	6	0,56
			São José dos Quatro Marcos (MT)	5	0,46
			Canarana (MT)	5	0,43
			Salto do Céu (MT)	4	0,37
			Total	1.072	100
Colômbia					
Município	Volume	%			
Tabatinga (AM)	395	56,59			
São Gabriel da Cachoeira (AM)	101	14,54			
Manaus (AM)	65	9,33			
Rio Branco (AC)	33	4,76			
Atalaia do Norte (AM)	23	3,24			
Manacapuru (AM)	22	3,12			
São Luís (MA)	19	2,71			
Alenquer (PA)	11	1,61			
Boa Vista (RR)	10	1,50			
Jutaí (AM)	10	1,49			
Tefé (AM)	8	1,11			
Total	698	100			

Fonte:
IBGE, Censo
Demográfico de
2010.

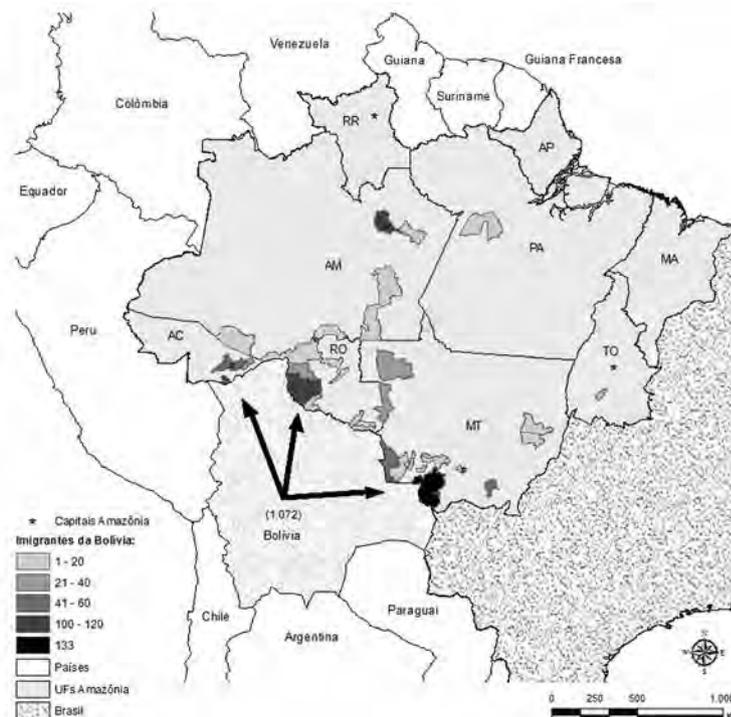
MAPA 2. Migrantes do Peru com destino à Amazônia Legal em 2005-2010



Fonte:
 IBGE, Censo
 Demográfico de
 2010. Elaboração:
 Albert Jakob.

Com relação aos migrantes do quinquênio 2005-2010 provenientes da Bolívia, o Mapa 3 deixa claro o grau de concentração destes em municípios próximos à fronteira, em Rondônia, no Acre e no Mato Grosso. O único município fora destes três estados que receberam migrantes no período de forma significativa foi Manaus (11% dos migrantes bolivianos para a Amazônia). Estes dados mostram que Manaus está se tornando cada vez mais uma capital de importância no Amazonas.

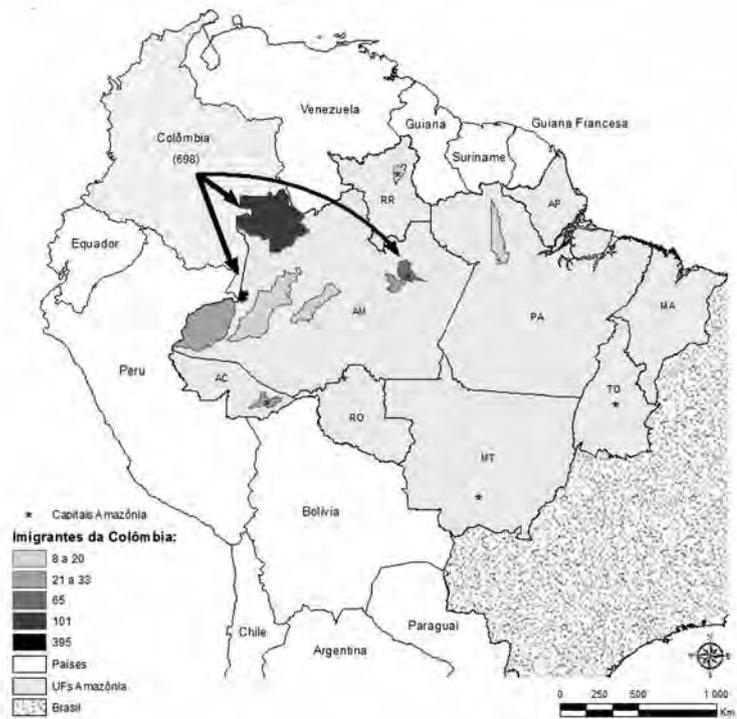
MAPA 3. Migrantes da Bolívia com destino à Amazônia Legal em 2005-2010



Fonte:
 IBGE, Censo
 Demográfico de
 2010. Elaboração:
 Albert Jakob.

O Mapa 4 traz os migrantes com origem na Colômbia no período 2005-2010. Os municípios de Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira e Manaus, no Amazonas, foram os que mais atraíram migrantes de origem colombiana. Tabatinga com 395 (56,6%), São Gabriel com 101 (14,5%) e Manaus com 65 (9,3%), segundo a Tabela 7. Os demais municípios apresentaram pouca expressão.

MAPA 4. Migrantes da Colômbia com destino à Amazônia Legal em 2005-2010

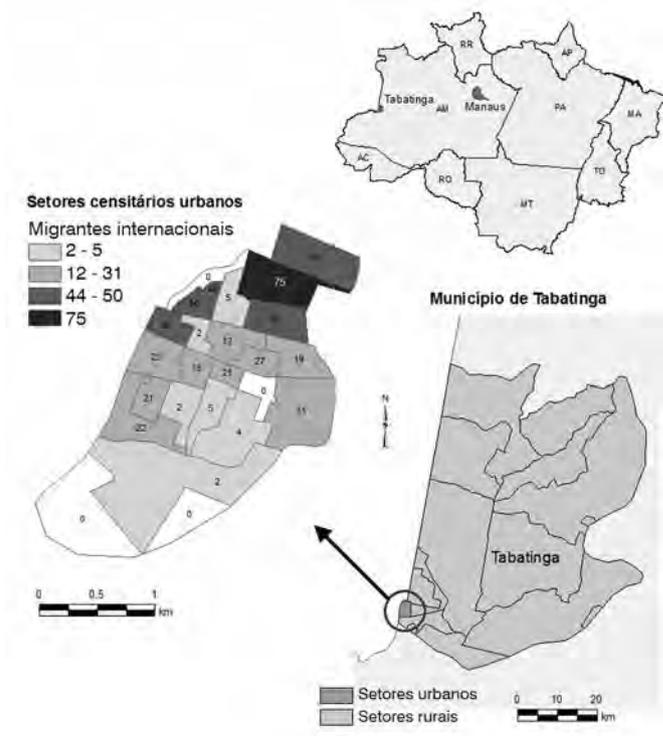


Fonte:
IBGE, Censo
Demográfico de
2010. Elaboração:
Albert Jakob.

Com o intuito de detalhar ainda mais o local de moradia dos migrantes estrangeiros, as principais cidades de destino dos migrantes de cada país de origem foram selecionadas a partir da Tabela 7, e para cada uma delas foram feitos mapas com a distribuição espacial destes migrantes em termos dos setores censitários urbanos⁴⁴. As figuras 1 a 3 trazem a localização dos migrantes internacionais dos 3 principais municípios de destino em termos de seus setores censitários. Nos mapas da parte direita das figuras estão ressaltados em amarelo e com um círculo azul os setores censitários urbanos destes municípios e na parte esquerda das figuras uma vista ampliada destes setores urbanos e o número de migrantes em cada setor.

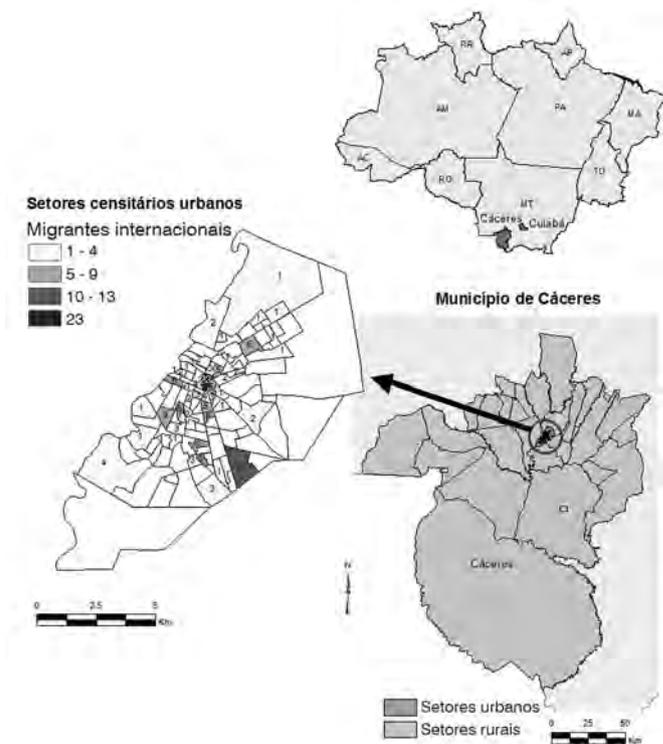
⁴⁴ A grande maioria dos migrantes internacionais em 2007 estava residindo em setores censitários urbanos, sendo 90% em Tabatinga (AM), 91% em Cáceres (MT) e 100% em Manaus (AM).

FIGURA 1. Distribuição espacial dos migrantes estrangeiros nos setores censitários urbanos de Tabatinga (AM) em 2007



Fonte: IBGE, Contagem populacional de 2007. Agregados de setores censitários.
 Elaboração: Albert Jakob.

FIGURA 2. Distribuição espacial dos migrantes internacionais nos setores censitários urbanos de Cáceres (MT) em 2007



Fonte: IBGE, Contagem populacional de 2007. Agregados de setores censitários.
 Elaboração: Albert Jakob.

TABELA 8. Municípios de destino na RM de São Paulo em 2010 segundo os principais países de origem dos migrantes

Peru		
Município	Volume	%
São Paulo	1.275	99,1
Santana de Parnaíba	12	0,9
Total	1.287	100,0

Colômbia		
Município	Volume	%
São Paulo	309	86,2
Santana de Parnaíba	23	6,3
Guarulhos	12	3,4
Caieiras	8	2,2
Barueri	7	1,9
Total	359	100,0

Bolívia		
Município	Volume	%
São Paulo	7.744	83,2
Guarulhos	801	8,6
Itaquaquecetuba	206	2,2
Carapicuíba	161	1,7
Osasco	94	1,0
Ferraz de Vasconcelos	91	1,0
Jandira	72	0,8
Barueri	56	0,6
São Caetano do Sul	41	0,4
São Bernardo do Campo	18	0,2
Cotia	15	0,2
Itapevi	12	0,1
Total	9.311	100,0

Paraguai		
Município	Volume	%
São Paulo	1.399	73,3
Guarulhos	485	25,4
Suzano	14	0,7
Mauá	12	0,6
Total	1.909	100,0

Fonte:
IBGE, Censo
Demográfico de
2010.

A idade dos migrantes internacionais

As análises com respeito à idade dos migrantes são baseadas na Tabela 9, que traz a idade média, mediana e participação masculina dos migrantes dos quatro principais países de origem no período 2005-2010.

A Tabela 9 mostra que, em média, os migrantes mais jovens são os com origem boliviana e paraguaia (de 23 a 25 anos de idade na Amazônia e na RMSP), e os mais maduros os provenientes do Peru e Colômbia (29 anos na Amazônia e 28 na RMSP). A idade mediana não se distanciou muito da média, denotando uma variabilidade não muito grande dos dados. Na RMSP média e mediana são praticamente as mesmas. As exceções ficaram por conta do Peru, com uma diferença de 3 anos na Amazônia e Colômbia, com 2,6 anos a menos de idade mediana.

Em se tratando da composição dos grupos migratórios por sexos, a Tabela 9 mostra que na Amazônia os migrantes recentes de Peru e Colômbia são em geral um pouco mais do sexo masculino (perto de 63% de homens peruanos, 58% colombianos e 54% de bolivianos). Já no caso da RMSP, o perfil é bem diferente em relação aos colombianos, com apenas 34% de homens entre os migrantes. A migração é bem seletiva por sexo para este grupo.

Observando a Colômbia, o valor de 34% de homens pode ser explicado em função da pouca quantidade de observações (359 migrantes), o que enviesaria os dados, que podem ser considerados casos raros.

TABELA 9. Idade média, idade mediana e participação masculina dos migrantes na Amazônia Legal e na RMSP segundo países de origem no período 2005-2010

Amazônia Legal				
Idade	Peru	Bolívia	Colômbia	
Média (anos)	29,1	25,0	29,6	
Mediana (anos)	26,0	23,0	27,0	
% Homens	62,7	54,1	57,5	

RM de São Paulo				
Idade	Peru	Bolívia	Colômbia	Paraguai
Média (anos)	28,8	24,1	28,0	24,5
Mediana (anos)	28,0	24,0	28,0	24,0
% Homens	56,0	54,1	33,8	60,0

Fonte:
IBGE, Censo
Demográfico de
2010.

Conforme abordado anteriormente, não é indicado fazer a comparação dos migrantes por sua composição de sexo e idade, uma vez que em diversas categorias a serem analisadas existem menos de 50 observações (pessoas) em cada uma. Por isso, achou-se por bem não comentar os grupos etários.

A escolaridade dos migrantes internacionais

A escolaridade dos imigrantes internacionais do quinquênio 2005-2010 que tiveram como destino os municípios da Amazônia brasileira e da RM de São Paulo foi avaliada em termos do nível de instrução daqueles com mais de 14 anos de idade. A Tabela 10 traz a participação dos migrantes em cada categoria, assim como o total absoluto de casos referente a cada país de origem migratória.

Os dados da Tabela 10 mostram que, para a Amazônia, os migrantes provenientes do Peru foram os com melhor nível de instrução, com 53% de migrantes com superior completo ou incompleto e 29% com fundamental incompleto. Já para os colombianos o perfil é contrário. São 41% com superior completo ou incompleto e 42% com fundamental incompleto. Os bolivianos estão mais bem distribuídos em termos de instrução.

No caso dos migrantes na RMSP, os dados são muito diferentes daqueles mostrados para a Amazônia. A escolaridade é muito mais baixa. A proporção de pessoas com superior completo ou incompleto é de 63% para peruanos, 37% para bolivianos e paraguaios. Mas em termos dos colombianos, este valor foi de 90% mostrando que este grupo em especial possui um perfil bem diferenciado em relação aos demais. São particularmente mulheres com alta escolaridade que fizeram o movimento da Colômbia para a RMSP no período 2005-2010.

TABELA 10. Porcentagem de migrantes com destino à Amazônia Legal, no período 2005-2010, maiores de 14 anos de idade, dos principais países de origem, segundo nível de escolaridade.

Amazônia Legal				
Nível de Instrução	Peru	Bolívia	Colômbia	
Sem instrução e fundamental incompleto	29,1	30,6	41,6	
Fundamental completo e médio incompleto	18,0	20,4	17,5	
Médio completo e superior incompleto	35,7	27,4	30,3	
Superior completo	17,1	21,6	10,6	
Total	1.108	819	572	

RM de São Paulo				
Nível de Instrução	Peru	Bolívia	Colômbia	Paraguai
Sem instrução e fundamental incompleto	24,8	35,6	5,1	19,1
Fundamental completo e médio incompleto	10,9	25,7	4,9	44,1
Médio completo e superior incompleto	46,6	33,5	14,8	27,4
Superior completo	16,8	3,8	75,1	9,4
Não determinado	1,0	1,5	0,0	0,0
Total	1.239	8.193	304	1.725

Fonte:
IBGE, Censo
Demográfico de
2010.

A renda dos migrantes internacionais

A renda mensal dos migrantes internacionais do quinquênio 2005-2010 na Amazônia e na RMSP é analisada neste tópico em termos de porcentagem de migrantes em categorias de renda em salários mínimos, assim como a renda média e mediana dos migrantes do Peru, Bolívia, Colômbia e Paraguai. A Tabela 11 traz estas informações.

A Tabela 11 mostra que havia muita seletividade migratória com relação à renda dos migrantes recentes do Peru e Colômbia na Amazônia. Todos declararam receber até 2 salários mínimos e uma proporção significativa deles não apresentavam renda mensal. Estes valores são confirmados pela média e mediana destes, sempre menos de 1 salário mínimo. Apenas os bolivianos apresentaram uma distribuição um pouco melhor, elevando a média para 4 salários, embora a mediana seja de 1,4 mostrando que alguns poucos recebiam um pouco mais.

No caso da RM de São Paulo, a renda notadamente é maior, destacando-se sobretudo os colombianos, cuja média foi de 14 salários mínimos e mediana de quase 20, embora, como mencionado anteriormente, poucos casos podem distorcer as análises.

Da mesma forma que para a escolaridade, com relação à renda os migrantes recentes provenientes dos outros países também apresentaram uma distribuição desigual. Como era de se esperar, as oportunidades de emprego na região amazônica não são tão boas quanto na RMSP e assim apresenta salários piores em comparação com os da metrópole e, sobretudo, da capital paulista.

Mas não tão melhores assim. No caso dos bolivianos, estão até melhor distribuídos na região amazônica do que na RMSP.

Percebe-se, com a Tabela 12, que o perfil dos chefes economicamente ativos migrantes destes países selecionados também é muito diferente em termos da posição na ocupação para as duas regiões de destino (Amazônia ou RMSP). Na Amazônia, a maior parte do peruanos recentes era empregado sem carteira de trabalho assinada (60%), o mesmo sucedendo para os

bolivianos (42%). E a maior parte dos colombianos trabalhava por conta própria (64%). Boa parte dos migrantes possuía também trabalho não remunerado, e destaca-se 22% dos peruanos como sendo empregados como funcionários públicos.

TABELA 11. Porcentagem de migrantes com destino à Amazônia Legal e RMSP, no período 2005-2010, chefes de família dos principais países de origem, segundo renda mensal, renda média e mediana em salários mínimos (SM)

Amazônia Legal				
Renda (SM)	Peru	Bolívia	Colômbia	
Sem Renda	34,3	34,2	45,6	
+0 a 2	65,7	43,7	54,4	
+2 a 5	0,0	7,3	0,0	
+5 a 10	0,0	7,6	0,0	
+10 a 20	0,0	7,2	0,0	
Total	302	273	216	
Média (SM)	0,7	4,0	0,9	
Mediana (SM)	0,6	1,4	0,3	

RM de São Paulo				
Renda (SM)	Peru	Bolívia	Colômbia	Paraguai
Sem Renda	0,0	12,5	0,0	16,9
+0 a 2	77,1	65,9	14,0	64,8
+2 a 5	12,9	20,0	20,0	11,5
+5 a 10	6,6	0,0	0,0	1,7
+10 a 20	0,0	1,6	57,2	5,1
+20	3,4	0,0	8,8	0,0
Total	341	1.513	86	469
Média (SM)	7,2	1,8	14,0	2,1
Mediana (SM)	1,0	1,2	19,6	1,5

Fonte:
IBGE, Censo
Demográfico de
2010.

No caso da RMSP, a maioria dos chefes peruanos e bolivianos estava na categoria de conta própria, e 2/3 dos colombianos eram empregados com carteira assinada (66%) ou mesmo empregadores (20%). Já os paraguaios estavam mais bem distribuídos em termos de ocupação.

Novamente aqui parece que as oportunidades são melhores na capital paulista do que na Amazônia, nenhuma novidade.

Deve-se ressaltar que é difícil fazer mais conclusões sobre a ocupação destes migrantes, uma vez que em algumas categorias foram verificados menos de 20 casos, e já com a expansão da amostra. Assim, não é possível fazer um detalhamento maior sob pena de agregar um erro muito grande às análises.

Destaca-se, no contexto deste estudo, que os volumes relativamente pequenos dos contingentes de imigrantes internacionais na Amazônia e na RM de São Paulo apresentados nesse trabalho podem ser decorrência de dois fatores. Por um lado, problemas relativos à cobertura do levantamento censitário. Por outro lado, a possibilidade de não identificação dos imigrantes, por se encontrarem no país como indocumentados.

Quando se considera o estoque de imigrantes, observa-se uma tendência de que no período mais recente acontece uma predominância da chegada de imigrantes de países da América do Sul, enquanto em décadas anteriores a chegada de imigrantes europeus foi mais significativa.

Com a crise econômica mundial por volta de 2010 parece haver uma possível reversão desta tendência, com o país atraindo mais migrantes estrangeiros de tradicionais países receptores de brasileiros, como Portugal, Japão e Estados Unidos.

Tabela 12. Porcentagem de migrantes com destino à Amazônia Legal e à RMSP, no período 2005-2010, chefes de família economicamente ativos, dos principais países de origem, segundo posição na ocupação

Amazônia Legal				
Posição na ocupação	Peru	Bolívia	Colômbia	
Trabalho não remunerado (plantação, criação, pesca)	10,0	4,4	9,0	
Empregado com carteira de trabalho assinada	7,7	27,0	7,5	
Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos	22,3	0,0	0,0	
Empregado sem carteira de trabalho assinada	60,0	42,5	19,1	
Conta Própria	0,0	26,0	64,4	
Total	221	179	106	

RM de São Paulo				
Posição na ocupação	Peru	Bolívia	Colômbia	Paraguai
Empregado com carteira de trabalho assinada	6,2	12,3	66,0	31,7
Empregado sem carteira de trabalho assinada	14,0	33,6	14,0	41,2
Conta Própria	69,8	52,7	0,0	27,1
Empregador	10,0	1,4	20,0	0,0
Total	341	1.377	86	430

Fonte:
IBGE, Censo
Demográfico de
2010.

Os dados censitários permitem identificar três situações distintas em termos de entrada dos imigrantes internacionais nos estados da Amazônia Legal no período recente. Um primeiro movimento acontece nas áreas de fronteira internacional, onde a circulação de pessoas é regulada por um conjunto específico de regras. Esse é o caso principalmente dos bolivianos, e em menor escala dos peruanos e colombianos.

Um segundo movimento se caracteriza pela busca, por parte dos imigrantes, de centros urbanos maiores, como as capitais estaduais e alguns pólos regionais. É o que acontece de maneira mais evidente com peruanos e colombianos.

O terceiro movimento tem como característica a busca por áreas de ocupação de fronteira de ocupação do território, o que ainda existia na Amazônia Legal durante a década de 2000.

Já para aqueles que se destinam à RM de São Paulo, os dados mostram que a maioria vai diretamente de seus países para lá, especialmente para a cidade de São Paulo.

O trabalho apresenta também um conjunto de características dos imigrantes internacionais residentes na Amazônia Legal. Destacam-se alguns aspectos principais. O primeiro diz respeito à composição etária dos grupos. Nesse caso observa-se que os imigrantes paraguaios e bolivianos possuem média de idade 4 anos mais baixa que os demais, e os colombianos apresentando somente 1/3 de homens em seu fluxo recente.

Em termos de renda na Amazônia, os únicos que apresentaram uma renda superior a 2 salários mínimos foram os bolivianos, mas são mais bem distribuídos no caso da RMSP, com destaque para os colombianos que apresentaram uma renda muito mais alta que os demais nesta região, embora sejam poucos casos recenseados.

Com relação à ocupação, o mercado formal de trabalho é mais acessível na metrópole paulista em comparação com a região amazônica, possuindo inclusive a categoria “empregador”, inexistente nos dados obtidos da Amazônia.

Os colombianos apresentaram em São Paulo a maior renda, escolaridade, idade e melhores ocupações, em comparação com os migrantes dos demais países selecionados. Na Amazônia, estes apresentaram pior escolaridade e renda, embora com 64% de chefes sendo conta própria, possivelmente devem estar no mercado informal de trabalho.

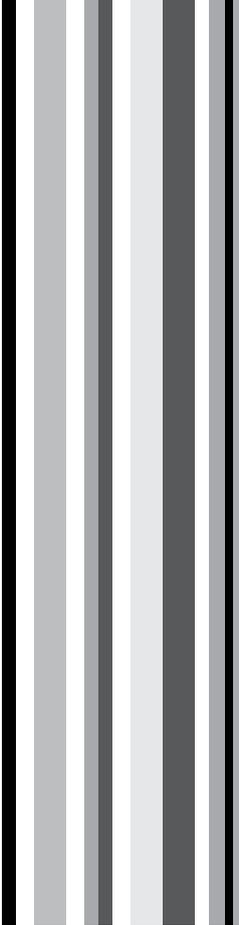
Os peruanos na Amazônia declararam as menores rendas e escolaridade e os bolivianos foram enumerados como os mais jovens migrantes, o que mostra um perfil diferenciado tanto em termos de países de origem quanto em local de destino. Não são os mesmos que inicialmente ficam na fronteira de seus países e posteriormente se dirigem a outros locais como São Paulo, uma vez que a idade dos estrangeiros na Amazônia chega a ser até mesmo superior daquela na metrópole paulista. São grupos diferenciados que se destinam ou à Amazônia, ou à RMSP.

A imigração internacional na Amazônia já foi, historicamente, muito significativa. O período recente mostra mudanças importantes em termos da origem dos imigrantes. As melhorias das condições de comunicação e transportes com os países vizinhos podem vir a ser importantes no recrudescimento da mobilidade populacional com os países vizinhos. Pela própria extensão das fronteiras internacionais da Amazônia Legal, certamente esse processo terá desdobramentos significativos para essa região. Uma possível Contagem Populacional em 2015 poderia servir para ajudar a elucidar melhor este processo migratório nos anos 2010. De qualquer forma, as análises aqui apresentadas dão indícios dos movimentos migratórios recentes de migrantes estrangeiros nestas regiões de estudo abordadas.

Referências

- Aragón, L.E. (2005) Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In: Aragón, L.E. (org.) Populações da Pan-Amazônia. Belém, UNESCO.
- Carmo, R.L.; Jakob, A.A.E. A migração estrangeira recente na Amazônia Legal brasileira. In: Aragón, L.E. (org.) Migração internacional na Pan-Amazônia. Belém, PA: NAEA/ UFPA, p.205-219.
- Carmo, R.L.; Jakob, A.A.E.; Young, A.F. (2009) A migração internacional recente na fronteira norte do Brasil. In: Aragón, L.E.; Oliveira, J.A. (orgs). Amazônia no cenário Sul-Americano. Manaus, AM: Editora da Universidade Federal do Amazonas, p.275-293.
- Castillo, M. Á. (2003) Migraciones en el hemisferio: consecuencias y relación con las políticas sociales. Población y Desarrollo, 37, mayo.
- CELADE. (2002) La migración internacional y el desarrollo en las América. Santiago de Chile, CEPAL-CELADE, 541.
- Hogan, D.J.; D’Antona, A.O.; Carmo, R.L. (2008) Dinâmica demográfica recente da Amazônia. In Batistella, M.; Moran, E.F.; Alves, D.S. (Org.). Amazônia: natureza e sociedade em transformação. São Paulo, EDUSP.
- Jakob, A.A.E. (2012) A migração internacional na fronteira norte do Brasil nos anos 2000. In: Congresso da Associação Latinoamericana de População, 5. Anais... Montevideo, Uruguai.
- Jakob, A.A.E.; Baeninger, R. (2011) A migração internacional na Amazônia Legal e na metrópole de São Paulo. In: Congresso Internacional sobre Migrações, 3. Anais... Porto, Portugal.
- Jakob, A.A.E. (2011a) A migração internacional na Amazônia brasileira. Revista Paranaense de Desenvolvimento, 121, p.91-114.
- Jakob, A.A.E. (2011b) A migração internacional na Amazônia brasileira. Informe GEPEC: Revista de Desenvolvimento Regional e Agronegócio, v.15, p.367-385.

- Jakob, A.A.E. (2010) A migração transfronteiriça na Amazônia Legal brasileira. In: Congresso da Associação Latinoamericana de População, 4. Anais... Havana, Cuba.
- Maneta, A. (2009) Dinâmica populacional, urbanização e ambiente na região fronteira de Corumbá. Dissertação de Mestrado em Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- Pellegrino, A. (2003) La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes. *Población y Desarrollo*, 41 (35).
- Pizarro, J.M. (Ed.) (2008). América Latina y el Caribe: migración internacional, derechos humanos y desarrollo. Santiago de Chile, CEPAL.
- Pizarro, J.M.; Villa, M. (2002) Tendencias y patrones de la migración internacional en América latina y el Caribe. In Simposio sobre migraciones internacionales en las Américas, 2000, San José de Costa Rica. Anais... Santiago de Chile, CEPAL/CELADE.
- Rocha, G.M. (2005) Aspectos recentes do crescimento e distribuição da população da Amazônia Brasileira. In Aragón, L.E. (Org.). *Populações da Pan-Amazônia*. Belém, UNESCO.
- Rodrigues, M.A. (2006) Ocupação humana e a conservação do Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD), Alto Juruá Acre. Dissertação de Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.
- Souchaud, S.; Fusco, W. (2008) Diagnóstico das migrações internacionais entre Brasil, Paraguai e Bolívia. In Brito, F.; Baeninger, R. (Org.). *População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais*. Brasília, CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos).
- Souchaud, S.; Carmo, R.L.; Fusco, W. (2007) Mobilidade populacional e migração no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. *Teoria & Pesquisa*, 16.



POLÍTICA MIGRATÓRIA, SELETIVIDADE E GÊNERO: APONTAMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO EM TORONTO – CANADÁ

Rodrigo Segal

O governo canadense tem uma política explícita de atração de mão de obra qualificada. As profissões que com escassa mão de obra e muita demanda são as profissões desejáveis que concedem a autorização da entrada de imigrantes documentados no país. São profissões ligadas ao tradicional perfil masculino, como a tecnologia da informação e a engenharia, bastante demandadas desde meados da década de 2000 quando se intensificou o fluxo de imigrantes internacionais para o Canadá.

O nosso trabalho, de análises acerca da política migratória e seus rebatimentos em alimentar o fluxo de imigrantes, é baseado em entrevistas qualitativas realizadas em 2012 na cidade de Toronto, Canadá, com imigrantes brasileiros que chegaram documentados e focando nas dificuldades de inserção e adaptação na maior cidade do país. Neste trabalho apresentamos os dados obtidos em campo, os apontamentos da nossa pesquisa referente ao horizonte social encontrado na convivência e entrevistas realizadas. Sobre essas discussões, referentes à diferença de gênero, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, no período inicial de chegada, e as profissões mais desejáveis e fáceis de serem aceitas no país, nossa Entrevista 1 relata as nuances dessas categorias:

[Entrevistada 1] Não é só engenheiro e da área da tecnologia que vem. Conheço gente da área de propaganda, publicidade, jornalista...

[entrevistador] Mas então quer dizer que são mulheres?

[Entrevistada 1] mulheres. Os homens é que são... é. Bem observado. Essa observação é boa porque... oh, eu conheço uma mulher, uma mulher que ela chegou logo de cara com o emprego... porque quando eu falo logo cara com emprego, é um emprego decente que não explora no salário. Porque todo imigrante vai ser um pouco explorado em questão de salário no começo. Não existe o cara que... mesmo esses caras ferrados que conseguiram... não, tira esses caras foadas: Os desenvolvedores de software. Ninguém chega pra eles e diz que vai pagar um salário que é muito abaixo da média e ele vai lá e escolhe outro. Tem muita gente

precisando dele. Esse é o tecnologia pura, que a gente fala, o cara que desenvolve os negócio, que a gente brincava... tem uma amiga de marketing que já voltou pro Brasil também, a gente brincava assim “porque quando eu tiver o meu filho vou por o nome dele de JAVA. E o meu vai ser LINUX e eles vão saber desenvolver software. Nós vamos por eles na escolinha”... (risos) porque a gente tinha esse desespero de chegar e é muito difícil pra gente de humanas. Quem vem de humanas é muito difícil. Eu conheço uma advogada que ela tá no college fazendo paralegal, que é um diploma para o assistente do advogado. Ela era advogada no Brasil. Mas não tem como. E até faz um certo sentido porque o advogado tem que estudar outras coisas... mas não teria que rebaixar tanto.

Nesse período inicial, o sucesso ou não na busca por um emprego pode marcar toda a experiência do migrante. É um período emocionalmente frágil, pois é a chegada, as primeiras impressões, o momento da mudança. Essas profissões que têm mais mão de obra, muitas vezes, representam um norte para o rumo da família. Assim como Entrevistada 1 me descreveu, o imigrante que tem uma profissão ligada à área de tecnologia e de software tem mais chance de conseguir logo nos primeiros meses um emprego, e nos primeiros anos um bom emprego. A falta de emprego pode levar o imigrante a procurar a comunidade, a estreitar os laços. Para ela, que era da área de jornalismo e relações públicas no Brasil, reconhece a dificuldade de se inserir na área, assim como para outras mulheres, como é o caso da advogada que teve que voltar a estudar.

[entrevistador] Você acha que é mais fácil pros homens se inserir no mercado?

[Entrevistada 1] Eu acho que é mais fácil pra quem tem o background de tecnologia, independente de ser homem ou não. Coincidentemente a maioria é homem. Eu conheço uma [...], que ela logo de cara (conseguiu emprego)... (...) porque ela fez ciência da computação, alguma coisa assim... ela é a única mulher que eu conheço que tem esse perfil. As outras todas, uma é nutricionista e ficou vários anos também (desempregada). Agora ela está no Starbucks mas ela teve que fazer barista no Starbucks pra se enfiar no lugar que tinha.

Portanto, para esses sujeitos, ligados à carreira de humanas, a inserção é mais difícil, e estas pessoas, na maioria das vezes, são mulheres, são as esposas que aplicaram como acompanhantes do marido, o aplicante principal. Quando, nesse primeiro momento de chegada, o imigrante já encontra um emprego, a rede de brasileiros começa a não fazer mais tanto sentido. Muitos homens me relataram que a rede de amizade deles, pessoas com as quais eles podem contar, amigos, é a rede relacionada ao trabalho, pois foi a que eles se dedicaram assim que conseguiram emprego. Essa rede tem várias nacionalidades e seus agentes são selecionados por outros motivos, como afinidades ou por terem carreiras em comum. Já as mulheres, esposas desses homens, além de mencionarem a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, me relataram que tinham uma ampla rede caracterizada por serem mulheres e brasileiras. Há uma forte relação entre feminilidade e ser o suporte da família, em ajudar o marido a encontrar o emprego, em fazer o background da família.

[Entrevistada 2] Quando a gente descobriu que a gente vinha, ele disse assim pra mim “Você está encarregada de achar pessoas”, e aí eu peguei aqueles blogs que ele tinha, e comecei a fuçar no blogs, procurando alguém que tivesse mais ou menos... fosse assim, família, com duas crianças pequenas, que nem a gente, até porque eu queria pedir umas dicas, de onde era o melhor lugar para morar...

[entrevistador] Mas brasileiro?

[Entrevistada 2] Brasileiro! Nunca procurei... outra coisa, porque... enfim... era mais fácil falar com brasileiro. Até porque brasileiro recepciona a gente. (...) Achei uma mulher que

tinha duas meninas pequenas, um pouquinho mais velhas que os meus, e aí mandei email pra ela (...). Duas semanas depois que eu tinha chegado (2010) ela já me chamou na casa dela, fez lá um pão de queijo com um lanchinho e chamou uma outra que também tem filho pequeno e aí a gente fez amizade. Ela até falou que a gente é tipo família porque ela estava aqui quase um ano, quando eu cheguei, ela estava aqui a uns 9 meses e hoje a gente é tipo família, a gente se encontra no natal, na páscoa. E a gente é amiga até hoje.

[Entrevistada 3] A maioria que aplica são os homens, porque eles já vem com uma profissão (...) que é mais fácil, em áreas mais fáceis de se arrumar emprego, como engenheiro, pessoas de tecnologia, feito ele, que chega aqui e só precisa passar a barreira da experiência canadense, que todo mundo tem (que passar). (...) as mulheres, muitas são professoras, são da área de saúde, e realmente aí é um problema. Eu conheço algumas que voltaram, que gostavam do que faziam (...) no geral os homens aplicaram e as mulheres vieram como... não é suporte, porque todo mundo espera trabalhar aqui se a pessoa não quer mudar de área, mas a maioria das mulheres que conheço... a maior parte não trabalha na área. Os homens continuam na mesma área, a maioria.

Algumas áreas como marketing, educação, jornalismo, onde a língua é fundamental para exercer a profissão, realmente são mais fechadas para imigrantes. Outras como enfermagem e odontologia, mais da área de saúde, também representam um entrave por causa da demorada e cara validação do diploma no Canadá. Essas áreas, as quais pertencem muitas esposas imigrantes, dificulta a inserção da mulher no mercado de trabalho, enquanto que o marido com alguns meses ou poucos anos já está empregado, como ouvi muitos relatos de brasileiros e brasileiras.

Conseguir um emprego na área de atuação é uma grande conquista para o imigrante. É a possibilidade de ver seu sonho realizado, de conseguir se sustentar e sustentar a sua família. É um divisor de águas entre ter que deixar e poder ficar. Entretanto, as combinações entre os tipos de vistos, de empregos e empregabilidade de cada casal geram diferentes tipos de realidades que os brasileiros em Toronto têm que enfrentar. Imigrantes que têm qualificação pra trabalhar nas áreas onde a mão de obra é mais escassa, como tecnologia e engenharia, conseguem emprego mais rápido. Essas áreas mais técnicas, na área de exatas, também oferecem a vantagem do profissional não precisar ter total fluência na língua nativa como na área de marketing ou jornalismo, por exemplo. Outro ponto que merece ser frisado é a quantidade de mulheres que pertencem à área de humanas e biológicas que vem acompanhadas pelo processo dos maridos. Se eles conseguem emprego mais rápido, digamos num período de um ano até três anos para atingir a mesma colocação que deixaram no Brasil, elas, por outro lado, podem demorar bem mais tempo ou até desistirem de trabalhar e se dedicarem a família. Encontrei muitas mulheres que nunca conseguiram uma profissão na mesma carreira que tinham no Brasil, que desistiram e começaram outra carreira lá e até mesmo, muitas, tomaram a decisão de serem mães, donas de casa, e se preocuparam com a educação dos filhos. A Entrevistada 1, bastante crítica desse processo, me ajudou a entender os caminhos que esses imigrantes percorrem.

Ela me contou que o governo tem muitos programas para o *newcomers*, mas que poucos atendem às expectativas dos imigrantes brasileiros. Um desses programas é um cursinho que o governo oferece, ajudando a fazer um currículo e a se preparar para uma entrevista. Entretanto, não apenas ela mas outras imigrantes que relataram que esses cursinhos são muito básicos e frustrantes para os brasileiros.

[Entrevistada 1] Você chega lá nesses cursinhos e é tratado como retardado mental, que porque você é novo no país você é novo na vida. A maioria das vezes as pessoas que estão trabalhando como consultores nesses cursinhos sabem muito menos que você, e você tem que ouvir um monte de besteira, mas porque que funciona na época: é o lado emocional.

(...) É um lugar pra ir, uma hora certa todo dia, rotina. Você levanta da cama, nove horas, você vai lá, ouve umas palestras inúteis, principalmente pra brasileiros. E até entendo umas coisas que eles fazem nesses cursos que você tem muita gente vindo de lugar que a pessoas não tem noção, do tipo “olha, você precisa tomar banho, escovar os dentes antes de ir pruma entrevista de emprego, quando está conversando com alguém, você tem que olhar nos olhos e a hora que for cumprimentar (...) tem que dar um aperto de mão firme...”. (...) Tem umas coisas que brasileiro fala “eu não acredito que ele tá falando isso pra mim, que tem que passar o antiperspirante no braço?!”. Essa parte é ridícula pra gente que é brasileiro. Brasileiro que está chegando aqui desse jeito é o brasileiro com faculdade, maioria que trabalhava em empresa grande. Porque não sai um cara lá do interior de Alagoas, nada contra o Alagoas, mas ele não tem uma bela ideia assim “eu quero morar num país que fale inglês sem ter tido um acesso cultural, sem ter tido um acesso”... então o perfil acaba chegando a essas pessoas que já viajaram... então fica horrível pra gente ter que ouvir essas baboseiras

Esses cursinhos são voltados, ainda de acordo com a entrevistada 1, para pessoas que vieram da Ásia, como China e Índia, que têm culturas radicalmente diferentes da canadense, da ocidental. Outra imigrante, entrevistada 4, me contou que fez um desses cursinhos voltado pra organizar um currículo, mas ela ficou frustrada ao perceber que o que eles faziam era ajudar a colocar os eventos em ordem cronológica e a traduzir para o inglês. Ela me disse que com 15 anos ela já tinha ido fazer intercâmbio para a Inglaterra, e então o inglês dela era ótimo, e a única coisa que eles ajudaram foi a incentivar a ligar para as empresas pedindo emprego, pois até então tinha vergonha. A crítica que nossa entrevista 1 faz é que esses cursinhos são apresentados como se eles fossem para te arranjar um emprego, um lugar para os recém-chegados fazerem *networking*.

Todos os brasileiros e brasileiras que eu entrevistei disseram-me que, embora este projeto do governo receba uma grande quantidade de verba, ele não tem finalidade nenhuma ao brasileiro em termos de empregabilidade, servindo apenas como apoio emocional, algo para ocupar o tempo. Mesmo essa outra imigrante, entrevistada 4, teve uma história trágica com um desses cursinhos, pois ao saberem que o marido dela tinha arranjado emprego numa montadora de carros como engenheiro, o próprio cursinho, ao indicar a entrevistada 4, para algum emprego, dizia que não precisava dar salário pra ela porque a renda familiar era boa. Sem saber disso, seis meses depois de chegar, conseguiu um emprego numa empresa de cartão telefônico, trabalhando das 8h até as 20h e um final de semana por mês. Três meses depois, quando decidiu pedir demissão porque estavam pagando pouco, seu chefe ficou bravo porque ele disse que estava fazendo um favor para a entrevistada 4, ao dar um salário, já que o próprio cursinho sugeriu que ele não fizesse, e não pagou o último mês para ela. Inconformada, entrou na justiça e ganhou a causa, mas ficou desestimulada porque nem mais referência de emprego tinha. Só conseguiu o próximo emprego porque um conhecido do Brasil foi transferido para Toronto e indicou-a para ser secretária do presidente de uma grande empresa de idiomas, saindo apenas, mais tarde, porque queria ter filhos e cuidar da educação deles em casa. Mais uma vez, foi a rede anterior da entrevistada 4 que disponibilizou um emprego, um amigo que trabalhou com seu marido no Brasil e foi transferido pela empresa, e não pelo cursinho.

De fato, muitos imigrantes reclamaram do conteúdo basilar que eles ensinam, que são voltados para culturas radicalmente diferentes da canadense e por isso a maioria acaba abandonando-os. Outro programa do governo também frequentado pelos brasileiros é a aula de inglês para os recém-chegados, que segue o mesmo perfil.

[entrevistada 1] Se você chega com um inglês pelo menos intermediário, isso aqui... isso aqui é muito básico, pra quem não sabe quase nada, pra quem só tem aquele verbo to be do inglês

do Brasil. (...) quem aproveita muita é, as vezes vem uma família, o cara aplica, vem esposa, vem mãe da esposa já senhora que nunca estudou inglês na vida. Não é o perfil da gente. Eu já falava, eu já estudei, quando eu cheguei aqui eu já sabia inglês. Então é diferente. Claro que você aprimora, você sempre aprimora. Agora chega famílias inteiras, os indianos, e vem a sogra, o periquito, o papagaio e só o cara sabe falar inglês, e ai enche de gente assim, super básico.

Apesar de ser professora de inglês no Brasil, a entrevistada 3, que ficou os primeiros meses sozinha em Toronto com a filha enquanto o marido não vinha em definitivo, decidiu fazer o curso. Não frequentou dois meses e desistiu, mas me disse que foi importante pois conheceu duas outras brasileiras e que desde 2007 são amigas, ano que ela chegou. Essas aulas e cursinhos, a princípio, podem ajudar a formar ou se inserir numa rede, já que muitos imigrantes com os quais falei me disseram que as frequentavam, mas por ficarem pouco tempo, serem muitas aulas e desestimulantes, são raro os casos em que brasileiros ou brasileiras se encontram. Outra estratégia que não é satisfatória são as *job fair*, as feiras de trabalho organizadas por empresas. Embora no Brasil esta prática seja recente, no Canadá ela é bastante difundida. Consiste numa feira em que grandes e médias empresas organizam para oferecer empregos e conhecer os candidatos para as vagas. Uma imigrante me disse que, inclusive, ela e o marido foram de roupa social, como se fossem, de fato, para uma entrevista de emprego; sem nenhum resultado. Apesar de o governo incentivar, essa prática também gera poucos resultados.

Aqui, então, cabe uma pergunta: como os imigrantes, que passaram pelo processo de imigração do governo do Canadá, conseguem emprego? Que empregos eles conseguem? Quem consegue e quem não consegue emprego?

Estratégias de Permanência

A resposta para as perguntas acima dependem de muitos fatores. Um deles é como o imigrante veio, com que tipo de visto. Há um engano, que alguns imigrantes que vieram pelo processo de *skilled worker* afirmam, ao dizer que quem veio com *work permit* está numa melhor situação, ou seja, está melhor quem veio com o visto de trabalho porque já veio contratado por uma empresa. O casal – a entrevistada 2, a esposa, e o entrevistado 5, o marido - me contaram que ele tinha sido contratado, desde o Brasil, para trabalhar num empresa em Toronto, mas que ela fechou. Com o *work permit* o imigrante tem uma data certa para voltar ou para renovar o visto, e com a falência da empresa, só restava ao casal voltar, depois de um ano e meio no Canadá. Eles me disseram que, embora tivessem mais de um ano, estavam preocupados pois se encaixavam em vários processos e precisavam pensar em qual estratégia seria melhor para que pudessem, mais à frente, adquirir o cobiçado cartão de *permanent resident* (PR), o status que permite que você possa viver no Canadá antes de se tornar um cidadão oficial.

[entrevistada 2] A gente encaixa num monte de processo de migração

[entrevistador] Mas qual processo de migração vocês se encaixam?

[entrevistada 2] A gente se encaixa no canadian experience class, que precisa de quatro meses só pra cumprir os dois anos que pede, a gente se encaixa no self employee, porque a gente tem como dar contribuição artística para o Canadá, ele, mais do que eu...

[entrevistador] Porque você faz filmes?

[entrevistada 2] É, é arte né?!

[entrevistado 5] Eu já trabalhei com longa metragem, eu trabalho com animação, eu trabalho com arte, que eu envolvo o que eles chamam de entretenimento. Já trabalhei com seriado

de tevê, com filme, então encaixa na indústria do entretenimento e isso gera o que eles classificam como contribuição artística e cultural para o país. Então eu consigo imigrar por isso, falando que eu vou contribuir artisticamente...

[entrevistada 2] E a gente tinha começado o processo do provincial nominee, que é pela província de Ontário, mas a empresa acabou e a gente não quis mandar o resto da documentação pro governo federal, enfim...

[entrevistado 5] Porque legalmente você não pode, a empresa tem que dar o suporte pra você mandar. Se a empresa não existe, se a empresa acaba, ele te manda embora, seu processo acaba.

[entrevistada 2] Então até a gente receber o PR a gente fica conectado numa empresa

[entrevistado 5] Então a empresa acabou e a gente parou, e a gente tem essas opções todas.

[entrevistada 2] A pior opção pra gente é a que todo mundo escolhe, que é o skilled worked.

[entrevistador] Por quê?

[entrevistada 2] Porque a nossa profissão não está na lista atual.

[entrevistador] E qual seria a profissão de vocês?

[entrevistada 2] Pro governo do Canadá, nós dois nos encaixamos no mesmo NOC, que eles chamam, que é national occupation... alguma coisa assim... É um número que a gente tem que é graphic designers, que sou eu, and illustrators, e ele encaixa no illustrators que ai vai, animators, editors, diretor de filme...

[entrevistado 5] Special effects computers trálalá..

[entrevistada 2] Porque não tem uma de filme né?! De produção...

[entrevistado 5] E o skilled worker... você tem dois jeitos: ou você tem um emprego arranjado ou seu nome está na lista das profissões. As nossas profissões não estão nessa lista e emprego arranjado a gente não tem (na verdade há um engano aqui: no processo de skilled worker, a profissão precisa estar numa lista de 29 profissões, as que mais têm demanda. Se o aplicante tiver sua profissão nesta lista, já pode entrar com o pedido de skilled worker, mas se tiver uma oferta de emprego ganha mais pontos). Pode até conseguir alguém que dê uma carta de emprego, mas demora muito tempo.

[entrevistada 2] É o processo mais longo. Você tem uma coisa de ponto, que (não se encaixa) porque o Entrevistado 5 nunca terminou a faculdade dele, então a gente fica meio assim. A gente não sabe nem escolher quem que faz o processo. Como é que a gente arruma os pontos? A gente não se encaixa, o que é bom porque os outros são bem mais rápidos.

[entrevistado 5] E agora a gente está indo pro lado do experience class...

[entrevistada 2] É, porque falta pouco tempo...

É interessante notar como as políticas migratórias moldam as ações dos migrantes. O entrevistado 5 chegou em Toronto com o visto de trabalho dado pela empresa até final de 2013. Estava decidido entrar com o processo de *canadian experience class*, onde se comprova que, num período de 3 anos, trabalhou 2 anos no Canadá, em período integral, 37,5 horas semanais, mas a empresa fechou faltando 4 meses pra completar este tempo. Eles me contaram que vieram para ficar, mas estavam cada dia mais preocupados pois no passaporte, por causa do visto de trabalho, tinham que deixar o Canada no final de 2013, dali um ano e meio. Tinham tempo, mas precisavam pensar numa estratégia. O entrevistado 5 passou em 5 entrevistas de emprego, porém não foi contratado em nenhuma. O visto é vinculado à empresa que ele trabalhava, ou seja, só poderia trabalhar nela. Como ela fechou, ele tinha que encontrar uma empresa que não

apenas precisasse dos serviços dele, mas que se comprometesse a pedir outro visto, a dar a carta de emprego, que demora muito.

De fato, esse processo é demorado. A empresa, antes de contratar qualquer estrangeiro, tem que pedir uma pesquisa de opinião chamada *Labor Market Opinion*, pra ver se existe algum cidadão canadense que preencha a vaga do emprego. Essa pesquisa demora uns 45 dias pra voltar. O entrevistado 5 me contou que, no caso dele, volta sem ninguém, porque não tem ninguém na área dele em Toronto que faz o que o que ele faz. Quando chega essa pesquisa, ela é anexada junto a nova permissão de trabalho, vinculada a nova empresa. Esse processo demora também mais 45 dias, ou seja, num total de 3 meses de espera depois de ser aprovado pela empresa. Na opinião do casal, todo esse processo burocrático não compensa para a empresa, ainda mais depois que souberam que esse processo pode atrasar, chegando a demorar até 5 meses. A solução que encontraram é que a entrevistada 2 pegasse um visto de estudante, pois assim o cônjuge automaticamente ganha o *open work permit*, podendo trabalhar com o que ele quiser e onde quiser. Assim que entrevistado 5 arranjar um emprego e, passados quatro meses trabalhando em tempo integral, eles entram com o pedido do outro processo, o de *canadian experience class*, que demora mais um ano.

Eu perguntei para o casal onde eles conseguiram essas informações, e eles me disseram que tinham pagado vários advogados para que os ajudassem a ficar no Canadá. A entrevistada 2 até me disse que um desses advogados conhecia alguém num *college* que poderia dar “um empurrãozinho” pra ela. *College* é um curso técnico ou uma especialização, mas a Entrevistada 2 me disse que não estava querendo um curso agora. Queria fazer um mestrado na sua área, mas decidiu pelo *college* porque é mais barato e mais rápido. Em nenhum momento eles me disseram que procuraram ajuda na comunidade brasileira, mesmo morando quase dois anos no país e conhecendo bastante brasileiros.

Portanto, migrar vinculado por uma empresa, seja porque ela contratou ou porque veio como transferido, somente tem mais vantagens, para quem deseja morar no Canadá, se o imigrante não for demitido ou então transferido para outra localidade. Caso isso não aconteça, e ele queira ser residente permanente, deve entrar com o pedido depois de anos trabalhando em Toronto. Quem passa pelo processo mais comum, o *skilled worker*, já chega em Toronto com o PR, mas muitas vezes sem o emprego.

Muitos aplicantes que entrevistei, de engenharia ou tecnologia, já trabalhavam no Brasil em multinacionais, tendo inclusive trabalhado temporariamente em outros países. Conheci um casal de brasileiros onde o marido trabalhou na Ford no Brasil, foi transferido para os EUA e quando tiveram que voltar ao Brasil não se adaptaram ou quiseram continuar com a vida que tinham antes, por motivos pessoais. Muitos entraram com o pedido de *skilled worker*, em meados dos anos 2000 e conseguiram migrar. Ao chegar em Toronto, por ter trabalhado numa empresa internacional, acionou amigos e ex colegas de trabalho que estavam trabalhando na cidade ou nas redondezas e pediu indicação para vagas ou entrevista. Esse roteiro, com algumas mudanças pessoais, foi seguido por vários engenheiros da Ford, onde a maioria conseguiu emprego dessa forma, a partir da indicação de algum outro brasileiro ou ex-colega de trabalho. Ainda sobre esses imigrantes, o que ajudou foi um site de redes sociais voltada para o mundo do trabalho, o LinkedIn.com, ou mesmo site de empregos, como o Workopolis.com. No LinkedIn.com, por exemplo, o imigrante faz um perfil de onde trabalhou e das qualificações profissionais, uma espécie de cartão de visitas mais elaborado. Muitas empresas usam esse serviço, principalmente nestas áreas de atuação citadas, mas também na área de administração, de negócios e áreas relacionadas. Alguns me disseram que se cadastraram e que receberam propostas via esse site.

Ter no currículo profissional, uma experiência numa empresa multinacional e no exterior, como no caso de alguns engenheiros da Ford, faz com que sua inserção no mercado seja mais rápida, por causa de uma rede já pré-estabelecida de pessoas com quem trabalhou ou por apresentar uma experiência profissional internacional, o que é levado em consideração.

De fato, essa experiência internacional é muito importante no Canadá. A frase que eu recorrentemente ouvia dos meus entrevistados, quando perguntava sobre trabalho, era a respeito da *canadien experience*, a experiência canadense, e é neste ponto que reside a incongruência no mercado de trabalho em Toronto. Inconformados, muitos me perguntaram: “Eu só arranjo emprego se eu tiver uma experiência de trabalho no Canadá, mas como é que eu vou ter uma experiência se ninguém me dá trabalho?”

Deste impasse surgem duas ações estratégicas para se inserirem no mercado de trabalho, principalmente para imigrantes que têm profissões como jornalismo, moda, arquitetura, produção, educador, desenhista etc. com baixa demanda e tendo a barreira da língua. Uma das opções é tentar um emprego numa área menos qualificada ou que seja parecida e que abra oportunidades a longo prazo, para mais pra frente voltar para sua área, como por exemplo uma nutricionista que trabalha num café fazendo lanches, uma arquiteta que trabalha numa loja de construção ou uma economista que trabalha como secretária, todos exemplos reais que encontrei. O problema maior enfrentado nessa situação é quanto a questão salarial, que muitas vezes é inferior do que o esperado ou do que se ganhava antes no Brasil, e também na questão do status. Para alguns imigrantes é difícil assumir um cargo inferior (algumas vezes muito inferior) do que se tinha no Brasil. Esse rebaixamento pode acarretar inclusive problemas psicológicos como depressão. Ouvi mulheres que passaram por essa situação e desistiram de suas carreiras por causa da dificuldade de começar num nível tão baixo, sem poucas perspectivas.

[entrevistada 1] Então aquela pergunta, você quer mudar de carreira? (...) se eu quisesse ficar na mesma carreira (que tinha) no Brasil, ia demorar um tempo. Pra eu ser a assistente do secretário ia demorar uns 10 anos pelo menos, com muito investimento e grana em cursos que eu já sei. Eu cheguei tentando isso e fiquei 3 anos tentando, estudando o mercado, fui pra escola, trabalhei de graça. Trabalhei numa empresa de assessoria de imprensa de graça pra ver como funciona. Eles agem com se fosse tudo diferente. Tem áreas que é tão ridículo, tão patético, como falar prum médico que aqui é diferente. O dente do cara, pro dentista, é outra anatomia, é diferente do Brasil, sabe?! Chega a casos patéticos. Tem alguns casos que eles conseguem maquiagem melhor. Aonde? Na área de humanas é mais fácil maquia algumas coisas porque, claro, humanas, é muito subjetivo, tem um monte de coisa... mas a minha área que eu atuava... gente pelo amor de deus, eu trabalhava numa empresa americana no Brasil!

A outra opção, além de trabalhar numa posição inferior a que você tinha no Brasil, e extremamente utilizada pelos imigrantes, é o trabalho voluntário, que a entrevistada 1 menciona, acima, que fez quando trabalhou de graça. O Canadá é um país que incentiva muito o trabalho voluntário e é bem visto no currículo. Conseguir um, a princípio, é a melhor saída, já que é fácil de arranjar e não precisa, necessariamente, ter experiência prévia. É onde começa o *networking*, a inserção no meio que o imigrante quer trabalhar, com pessoas da área. Porém, com o tempo, esse voluntariado acaba sendo desgastante e a não remuneração traz frustração ao imigrante.

[entrevistada 1] Eles têm um negócio que eles maquiagem aqui que eles chamam de voluntariado, que na realidade é a exploração da mão de obra do imigrante. Porque voluntário, tudo bem, todo mundo gosta de voluntário, tipo duas horas do seu dia você vai lá. Mas isso não, isso que eles fazem aqui e eles chamam de trabalho voluntário é trabalho escravo, é trabalho que você vai lá e você tem habilidade pra fazer, como tem muito imigrante desesperado pra entrar...

ai você não conhece ninguém e você precisa conhecer, ai eles mascaram. Eles chamam de Co-Op. Na verdade foi inventado pra estudante de high school. O que que acontece: o jovem está lá estudando, ai vai numa empresa, faz um estágio, não remunerado, na área de interesse, tudo bem. Existe isso, normal, no Brasil também existe, se bem que eu acho que do Brasil é mais justo. Que o estagiário do Brasil, se ele não recebe pelo menos uma graninha ali, ele recebe o alimentação, o ônibus... Aqui? Estágio é zero, você paga pra ir, e ai o que é que eles aproveitam? Todo esse bando de gente super qualificada, chegando engenheiro, enfermeira, jornalista, advogado, os caras pegam e todo mundo vai trabalhar de graça pra você ganhar a canadian experience. Isso é a principal ferida que tem!

A entrevistada 1 é uma grande crítica desse sistema pois vivenciou todas essas situações. Conseguiu seu primeiro emprego, na sua área, dois anos depois que chegou, mesmo trabalhando numa multinacional no Brasil. Apesar do seu currículo, fez trabalho voluntário, estágio e escreveu matérias de graça para jornal até conseguir esse emprego. Entretanto, a empresa estava passando por várias dificuldades e ela acabou sofreu assédio moral por parte de sua gerente. Contou-me que no começo achou que era porque ela estava fazendo algo errado, que não ia conseguir se acostumar, ficou deprimida, começou a frequentar um psicólogo e pediu demissão. Por fim, a gerente foi mandada embora e a empresa pediu que entrevistada 1 retirasse seu pedido de demissão, mas ela não o fez. Foi nesse momento que ela decidiu mudar de carreira. Primeiro tentou hotelaria, inclusive chegando a trabalhar num hotel, mas agora mudou para educação infantil, onde atualmente está frequentando aula num *college*.

Outra imigrante, já citada aqui, a entrevistada 4, relatou um percurso parecido. Esta, que também era da área de jornalismo, me disse que além de trabalhar como secretária, fazia alguns voluntariados, como ser “lanterninha no Harbourfront (Centre) e nos festivais de cinema”. Alias, no verão, por causa da imensa quantidade de festivais que tomam conta da cidade, é muito comum, principalmente quem é da área de artes visuais, música e afins, trabalhar com voluntariado nesses eventos. Esta imigrante também desistiu da profissão dela e, depois de trabalhar quase dois anos como secretária, agora se dedica à educação dos filhos.

É nesse período, de tentativas de empregos, trabalhos voluntários, cursos e consolidação dos amigos mais íntimos, que as redes vão se formando. As estratégias vão sendo repensadas e adaptadas ao contexto. Os desejos vão sendo revistos e modificados. Outro casal – entrevistas 3 e o entrevistado 6 – me contaram que, após decidirem de fato migrar, todas as ações tomadas pelo casal girava em torno do “Projeto Canadá”. Fizeram um planejamento executivo, com orçamento de quantos meses poderiam se sustentar em Toronto sem emprego a partir da poupança que tinham reservado para comprar a casa própria. Começaram a planejar em 2005 e no final de 2007 migraram para Toronto. A entrevistada 3 veio antes, com a filha, por causa do período escolar dela, e o entrevistado 6 chegou depois, quando venceu o contrato dele de trabalho no Brasil. Ela, com faculdade e trabalhando como professora de inglês na grande São Paulo, conseguiu um emprego de secretária num escritório de arquitetura e design. Seu esposo, que se mudou definitivamente em fevereiro de 2008, conseguiu um emprego na sua área só em dezembro deste mesmo ano. É interessante como esse casal dividiu as funções de cada um dentro do “Projeto Canadá”.

[entrevistado 6] Ela (entrevistada 3) foi quem estabeleceu o networking aqui, e eu estava tentando primeiro entrar no mercado, eu precisava entrar no mercado.

[entrevistador] E você nem pensou em procurar a comunidade brasileira?

[entrevistada 3] A gente nem sabia direito, né?!

[entrevistado 6] Eu tentei ver se existia através das pessoas que eu conhecia do meu networking anterior, se tinha alguém aqui.

[entrevistador] Lá em São Paulo?

[entrevistado 6] São Paulo, até outros países mesmo. Eu tentei percorrer o meu networking anterior.

Esse comportamento é muito comum, de o marido vasculhar a rede anterior dele de trabalho atrás de conhecidos ou amigos que possam morar ou conhecer alguém que o insira no mercado canadense e a esposa encontrar uma rede nova, na cidade de Toronto, normalmente de brasileiras. Enquanto a entrevistada 3 frequentava aulas de inglês para os recém-chegados, e acabou encontrando outras brasileiras que viriam ser suas amigas mais adiante, seu esposo fez cursos de extensão em *colleges* e se inscreveu em certificações técnicas e profissionais na sua área de atuação. As redes sociais dele eram somente com pessoas do Canadá, não brasileiros, que ele conheceu através desses cursos, e de entrevistada 3 só com brasileiras, que conheceu na aula de inglês, esposas brasileiras de maridos brasileiros. A estratégia foi priorizar a carreira dele, ligada à área de tecnologia da informação, ao invés da dela. Essa escolha é muito corriqueira entre esses imigrantes, onde a mulher faz o contato com a comunidade brasileira, escreve nos blogs, marca reuniões e os maridos se focam no trabalho, nas redes sociais com outras pessoas ligadas à sua profissão e ao mercado de trabalho. O casal acima (entrevistada 2 e entrevistado 5) também fizeram dessa forma. Apesar de ele ter vindo primeiro, quem ficou encarregada de ler os blogs e fazer o contato com a comunidade, no caso com as brasileiras, foi sua esposa. A carreira dela acaba sendo deixada em segundo plano, e a do marido é a valorizada. A esposa (entrevistada 2) só começou a fazer um curso de extensão porque a empresa do marido fechou e se ela frequentasse esse curso, ganhando o visto de estudante, ele ganharia o *open work permit*, podendo trabalhar em qualquer empresa. Ela me disse que não queria fazer esse curso agora, que, embora seja um curso na sua área, pretendia fazer um mestrado antes, mas por causa do fechamento da empresa onde o marido trabalhava e do alto custo do mestrado, ela tomou essa decisão estratégica para que ele pudesse continuar trabalhando e entrar, dali alguns meses, com o pedido de *permanente resident*.

Essa é uma marca forte da comunidade brasileira que migra para o Canadá através do processo de atração de mão de obra qualificada do governo canadense. A grande maioria dos casais idealizam, quando migram, que ambos consigam emprego, principalmente na área que já atuavam no Brasil, mas a prioridade é dada ao emprego do marido. A mulher também se empenha para entrar no mercado de trabalho, principalmente através de trabalhos voluntários e com a ajuda de outras brasileiras, mas é o marido que, usualmente, acaba se encarregando de trabalhar para conseguir dinheiro para o casal. É a partir desse paradigma que essa comunidade brasileira se estrutura, que interesses comuns se formam e as redes se consolidam.

Redes de Migrantes Brasileiros em Toronto

Há uma clara separação de gênero nas formações das redes da imigração de brasileiros no Canadá. Enquanto os homens se inserem numa rede caracterizada pelo trabalho, a mulheres se inserem noutra marcada pelo gênero e pela etnia, a rede das mulheres brasileiras. Essas redes se consolidam a partir de estratégias tomadas pelo casal, a partir da divisão tradicional de gênero, onde o homem se preocupa em sustentar financeiramente a casa e a mulher se encarrega de cuidar dos filhos e do lar, em fazer a ponte com a comunidade local, corroborando com o que

Charles Tilly (1990) afirma sobre as redes, que elas migram e criam novas categorias. Embora no Brasil essa divisão familiar fosse mais borrada – devido ao fato que muitas mulheres me relataram que também trabalhavam e a maioria ainda não tinham filho, era um projeto distante – no Canadá essa categoria familiar se transforma pelos moldes das performances tradicionais de gênero, tornando essas performances mais nítidas. Alguns fatores corroboram para essa mudança. Um deles é a boa renda familiar que o marido comumente tem quando consegue um emprego na sua área de atuação. Muitos entrevistados me relataram que no Brasil é difícil ter apenas um dos membros do casal trabalhando, mas em Toronto, só com o salário do marido já dá pra ter uma vida confortável na família.

Outro ponto citado é a dificuldade que a mulher tem para se inserir no mercado de trabalho, já que a maioria me relatou que exerce profissões na área de humanas, onde o inglês é importante para exercer sua profissão; ou seja, existe a barreira da fluência na língua nativa, ou da área de biológicas, onde a validação do diploma é importante mas acarreta um processo caro e demorado. Além disso, como o marido é quem normalmente entra com o pedido de migração, a profissão dele é a que apresenta maior escassez de mão de obra, ou seja, é mais fácil conseguir um emprego, senão pelo menos mais rápido. Já a profissão da esposa não segue, necessariamente, a mesma lógica, dificultando sua inserção.

É evidente que existem exceções, como mulheres que migram solteiras, que entram como aplicante principal no pedido de migração, que têm emprego numa área com maior mão de obra, que conseguem emprego rápido ou que conseguem ainda mesmo do Brasil, mas esses são casos isolados. E mesmo quando se inserem no mercado de trabalho, elas ainda ficam encarregadas da educação dos filhos. Eu percebi isso ao frequentar um programa da ONG CAIS chamado Oficina de Português para Brasileiros, onde a grande maioria das pessoas que estavam ali eram mulheres, mães que vinham trazer seus filhos e discutir as pautas da escola, gerenciada pelos próprios pais. As formações das redes, portanto, nascem fortemente caracterizadas por esse marcador social de gênero. É da necessidade de inserção e adaptação dos imigrantes em Toronto que surge a necessidade deles se inserirem numa rede, mas é a partir do recorte de gênero que podemos compreender em quais redes esses migrantes qualificados se inserem, ou não se inserem, e como essas redes se estabilizam e perpetuam-se através do tempo.

Uma das redes bastante citada em conversas informais foram a dos engenheiros da Ford. Em meados da década de 2000, as profissões que mais precisavam de mão de obra eram as da área de engenharia e de tecnologia da informação, o que trouxe muita mão de obra brasileira para o Canadá. Parte dessa demanda de mão de obra são engenheiros da empresa Ford Motor Company, empresa americana produtora de automóveis. Eu tive a chance de contar com o relato de nosso entrevistado 7, um engenheiro que trabalhou na Ford e imigrou com a esposa para Toronto. Eles me contaram que em julho de 2000 ele foi transferido da Ford do Brasil para outra no Estado de Michigan. Durante o período que moraram nos EUA, se acostumaram com o estilo de vida e só tinham amigos americanos. Em julho de 2002 tiveram que voltar, a contragosto, para o Brasil, a mando da empresa. Porém, antevendo essa transferência de volta, eles decidiram entrar com o processo migração para o Canadá, antes mesmo de deixar os EUA. Contaram-me que dois fortes motivos o levaram a imigrar para Toronto: o primeiro era que se quisessem migrar para os EUA, pelo menos alguém do casal teria que ter uma carta de emprego, o que não era necessário no caso do Canadá, tornando o processo mais fácil; e o segundo motivo é que um ex-colega de trabalho do entrevistado 7, brasileiro, já tinham feito o processo emigrando para o Canadá em 1999. Como na época demorou apenas dois meses para esse amigo conseguir o visto, eles tentaram ainda de Michigan, pelo escritório de migração de Buffalo, fazendo inclusive

uma viagem de carro por Ontário, província de Toronto, para conhecer o local. Por causa da queda das torres gêmeas em 2001, o Canadá parou de receber os processos de migração e os que estavam para ser avaliados foram deixados em espera. Durante um período de dois anos, o tempo até o visto deles serem aceitos, o entrevistado 7 foi transferido de volta para o Brasil, para Fortaleza, onde ambos me contaram que experimentaram um grande choque cultural, desejando cada vez mais migrar. Em março 2004, quando chegou o visto, entrevistado 7 pediu demissão da Ford. Dois meses depois entrevistado 7 conseguiu um emprego numa multinacional que fabrica componentes automotivos, por intermédio daquele ex-colega de trabalho que chegou em Toronto em 1999.

Essa história revela alguns fatos interessantes a respeito não só das redes, mas também do período escolhido para essa pesquisa, pós 2002. A queda das Torres Gêmeas foi um marco na história da América do Norte, e não apenas dos EUA mas também do Canadá. Se antes o ex-colega de trabalho de entrevistado 7 demorou dois meses para que o processo dele ficasse pronto, a lentidão que durou o processo de entrevistado 7, de quase dois anos, se relaciona com esse fenômeno histórico. Podemos pressupor que já existia uma migração de qualificados para o Canadá, mas uma migração ainda muito residual, de outra rede que tinha como foco principal os EUA. Após a queda das Torres, as fronteiras dos EUA se fecharam e a dificuldade de migrar para esse país aumentou, tornando mais atrativo o Canadá como destino final. Houve um deslocamento dessa rede de qualificados para o Canadá, visível nos números crescentes de migrantes durante toda a década de 2000. Este é um exemplo empírico do pensamento de Charles Tilly (1990) supracitado, evidenciando que as redes também migram. O fechamento de fronteiras dos EUA e a abertura do Canadá transformou uma rede social residual numa rede migratória de confiança.

Essa confiança, no caso de entrevistado 7, engenheiro da Ford, ocorre por causa do seu ex-colega de trabalho, que já havia migrado. Os laços de amizade entre eles, feitos a partir do trabalho, geram uma confiança em todo o processo migratório. Outro fator importante é a empresa Ford ser uma multinacional, ter um reconhecimento internacional, aumentando a possibilidade de conseguir um emprego rápido e na área da atuação, além de oferecer a muitos de seus funcionários uma experiência no exterior, como no caso de entrevistado 7. O fato da profissão de engenheiro estar na lista das profissões onde a mão de obra é escassa apenas corrobora esse sentimento no momento de migrar, oferecendo muitas vantagens para o migrante, seja financeira ou seja emocional, além, é claro, de já terem feito uma viagem para a região de Ontário.

O entrevistado 7 e sua mulher, a entrevistada 4, me contaram que quando chegaram, em meados de 2004, já sabiam o que esperar. Já tinham vivido essa experiência, de morar fora antes de migrar, como funcionavam para alugar uma casa, o custo de vida, as taxas, o *mortgage* (hipoteca) e que, por isso, esse período de adaptação foi tranquilo. O ex colega de entrevistado 7 adicionou ele num Yahoo Groups, um fórum de discussão e debate do site Yahoo. Esse fórum de discussão foi criado por alguns brasileiros que já estavam em Toronto há algum tempo e se reuniam para fazer churrasco. Como muitos imigrantes estavam chegando por essa rede de conhecidos, ela estava agitada, sempre tinha alguém postando um churrasco pra comemorar a compra da casa nova e inaugurar a churrasqueira. Esse grupo não era grande, tinham umas 10, 12 pessoas, todos casados e sem filhos, com exceção de um casal que estava esperando pelo primeiro filho, entre 25 e 30 anos, documentados e com faculdade no Brasil, da área de engenharia, administração e engenharia da computação. Apesar do número pequeno, essa rede pessoal foi importante para o casal, inicialmente, para conseguir informações locais como

dicas de onde procurar emprego, do que colocar no currículo, de taxas de juros, onde comprar casa, onde comprar o carro, nível de salário etc. o entrevistado 7 me contou também que ele comparou o tempo de emprego com os bens dos casais.

[entrevistado 7] Uma coisa interessante que eu vi naquela época é que quem estava mais tempo era que quem tinha mais dinheiro, uma casa melhor... Eu pensei “como eles tinham um, dois, quatro, sete anos...” o que tinha sete anos de Canadá estava na sua segunda casa, ou seja, ele começou numa casinha mais ou menos, e mudou para uma casa muito legal. (...) Isso é uma coisa importante que eu percebi. Não era muito em função de quem era engenheiro, administrador... quem veio, pediu as contas no Brasil e veio pra cá, os que tinham um ano de... (...) Eu vi que, meio que você pega um picture assim de que cada um, como cada um evoluiu aqui no Canadá...

[entrevistada 4] Com um ano você tem essa situação financeira, com dois anos, com três anos... é uma coisa progressiva e clara [entrevistado 7] E clara! Não era muito em relação a...

[entrevistada 4] ... habilidade não, é mais em relação ao tempo.

[entrevistado 7] ... ao tempo. (...) É meio que a tua, meio que você reseta tudo quando você chega aqui e aí você arruma emprego e mostra a sua competência e aí você vai crescendo, mas todo mundo meio que chega aqui igual.

Fazer parte dessa rede, com um mesmo perfil, pequena, homogênea mas também de sucesso financeiro, mostrou-se extremamente vantajosa para o casal, oferecendo segurança e quem sabe uma indicação de emprego, como no futuro realmente aconteceu, para ambos. Esse grupo representa o imigrante ideal para o Canadá, os imigrantes desejáveis, por estarem numa faixa etária produtiva, preencher a lacuna de mão de obra faltante, casados, com vontade de ter filhos no país, o que demonstra boa adaptabilidade, e que já trabalharam em multinacionais e/ou com experiência fora do Brasil. Neste caso, de fato, a evolução financeira é clara pois eles preenchem todos esses pré-requisitos. Entretanto, nem todos os imigrantes, embora tenham passado por todo o processo do governo, se encaixam totalmente nesse perfil. Neste caso, a rede que construíram, desde o ex-colega dele até os novos amigos online, também foi vital já que é um meio de adquirir recursos escassos, como o capital e a informação (PORTES 1999:13), mas a maneira como ela se forma apresenta um componente novo e importante: a internet.

Se para o casal, a internet, já em 2004, foi uma aliada, essa ferramenta se mostra ainda mais importante com o seu aperfeiçoamento no decorrer da década de 2000 e com a maior dificuldade do imigrante de se inserir na sociedade de destino. Além dos blogs, fundamentais na distribuição da informação e na inserção inicial na comunidade, como já foi discutido, outro mecanismo muito usado são os grupos de email. Em 2004, o casal foi adicionado ao Yahoo Groups, um fórum virtual ligado ao portal da internet Yahoo, conectando os participantes através do email desse mesmo servidor. Outras ferramentas importantes que tem a mesma finalidade são o Google Groups e, mais recentemente, os grupos do Facebook. Eu mesmo, num período de 5 meses de campo, fui convidado para participar de dois desses grupos, um pertencente ao Google Groups (que antes era do Yahoo mas acabaram trocando de servidor) e outro do Facebook. Ambos são grupos secretos e fechados, ou seja, o único meio de chegar entrar nesses grupos é conhecendo alguém do grupo e este alguém te adicionar. Ainda assim, nesses dois grupos, tive que me identificar e passar pela aprovação do moderador.

É interessante notar como os laços das redes desses brasileiros são mediados pela internet, quase que um ritual de passagem moderno para ser aceito. Esses grupos virtuais conectam pessoas com objetivos em comum, mas há um grau de seletividade. Se antes eu listei os grupos do Facebook que são abertos a qualquer um, ou seja, numa busca rápida qualquer pessoa

pode encontrá-los e interagir, nesses outros grupos não. Primeiro tem que haver uma interação anterior, conhecer alguém pra entrar neles. No meu caso, a admissão não foi difícil pois num deles foi meu próprio entrevistado que ofereceu me adicionar e noutro foi um colega que conheci enquanto frequentava a ONG CAIS e, sabendo da minha pesquisa, me passou o email do grupo e pediu que eu entrasse em contato. Nesse último, porém, apesar de eu ter citado esse colega, o proprietário do grupo me alertou que somente me adicionaria se este colega mandasse o email pedindo minha entrada. Ele assim o fez e fui aceito.

A discussão interessante nessa etapa, da consolidação das redes, é que, além delas se iniciarem ao acaso, seja num curso de inglês, num reconhecimento no elevador ou através dos filhos, elas também se iniciam a partir de pesquisas feitas nos blogs, a princípio, e se consolidam quando a rede cria e interage a partir de grupos fechados e secretos. Esse primeiro grupo ao qual fui inserido, onde meu colega teve que mandar o email, é um grupo razoavelmente conhecido entre os imigrantes e foi fundado em 2006, por três famílias, para que pudessem trocar informações sobre o processo de migração. São bem claros quanto ao perfil de pessoas que são aceitas: que morem nas províncias de língua inglesa (o que exclui o Québec) ou que estão em processo de migrar para elas, além de não permitir propaganda. Os assuntos são sempre voltados para o tema da adaptação e integração, tanto com os brasileiros qualificados quanto com os canadenses. Notícias sobre o processo, muitas dúvidas sobre setor imobiliário, de taxas, seguro da casa, carro, além dos *OFF Topics*, assuntos não relacionados com o grupo mas que julguem interessante ou legal, como doação de móveis ou um convite para um picnic. Os tópicos com vagas de emprego também devem ser levados em consideração, sendo postados em média uns nove tópicos por mês com ofertas de emprego ou links para vagas, a maioria em torno das áreas de tecnologia da informação, finanças, administração, ciência e engenharia. O interessante desse grupo, mais do que oferecer empregos, é o laço de amizade entre os membros. Embora com quase 500 membros, as discussões e trocas de informação ocorrem num nível mais íntimo e pessoal do que em outros grupos abertos, onde as pessoas criam laços momentâneos para conseguir informações. Aqui há uma relação quase familiar.

Quanto ao outro grupo que citei acima, o qual meu entrevistado me inseriu, as características são um pouco diferentes. Esse é um grupo menor e bem mais recente, com 50 membros e fundado no começo de 2012, mas com um enfoque bem específico: publicitários e profissionais de marketing. É um grupo secreto e fechado do Facebook e a maioria dos posts giram em torno de vagas de emprego (além, é claro, dos posts *OFF Topics*). É interessante como a facilidade da criação desses grupos disponibilizam recursos preciosos, como nesse exemplo, de vagas de emprego, informações do mercado e notícias relevantes, além, claro, de conectar pessoas. Como foi discutido, a dificuldade desses profissionais é maior, pois não são cursos na área de exatas, mas sim na área de humanas, onde a linguagem é essencial. Saber, e muito bem, a língua aqui é um pré-requisito muito importante, que vai decidir o futuro desse profissional. Outro fator importante é que publicitários não estão na lista das profissões que mais precisam de mão de obra, ou seja, não há muita demanda. Diferentemente de engenheiros e tecnólogos de informáticos, grupos como esses, portanto, podem ser vitais para a estabilização na sociedade de destino, diferentemente do primeiro grupo que relatei.

Apesar das diferenças, ambos possuem um ponto em comum relevante para a discussão: os dois procuram se reunir fisicamente, conhecer seus membros pessoalmente. Enquanto no primeiro grupo haviam os picnics, neste são realizadas reuniões mensais, em bares ou *summer barbecues*, os churrascos de verão, enquanto a neve não chega. É evidente que apesar das diferenças, como na primeira rede que apresenta tonalidades mais familiares e nessa segunda

mais voltada para o mundo dos trabalhadores de publicidade e marketing, ambos procuram estabelecer relações para além do grupo virtual. Há uma organicidade nessa relação, a qual seria falacioso separar em mundo virtual e mundo real. Ambos estão imbricados. Não existe o contato dentro e fora da internet, esses mundos são orgânicos.

Eu mesmo experimentei essa organicidade. Ao chegar em Toronto tive que comprar um celular e, por causa de uma promoção e de um erro na minha primeira conta, eu consegui um smartphone barato e com internet de graça, durante todos os cinco meses de campo. Eu ressalto a importância desse aparelho pois, diferente do celular, a experiência proporcionada pelo smartphone vai muito mais além do que simplesmente fazer e receber chamadas. São minis computadores de mãos, onde se instalam aplicativos e se utiliza a internet de uma maneira mais fluída, suavizando as fronteiras entre estar conectado e *offline*. Alguns desses aplicativos bastante populares, e importantes aqui para a análise, são os emails do Gmail, do Hotmail, Yahoo e Facebook. Qualquer informação que chega na caixa de mensagem pode ser lida no mesmo instante, assim como mensagens e notificações do Facebook, como se fosse uma mensagem de celular. É uma relação muito mais dinâmica que está presente, de fato, no dia a dia. Outro aplicativo que eu usava recorrentemente era o Google Maps, que me dizia onde eu estava, onde deveria ir, quanto tempo teria, quanto gastaria, etc. Para um imigrante recém-chegado, ou no meu caso que fiz várias entrevistas, foi essencial. Não conhecia Toronto, nem onde meus entrevistadores moravam, mas bastava digitar o endereço que em instantes podia percorrer todo o trajeto como se me fosse familiar. É outra percepção do que é se adaptar, de como são constituídos os laços sociais, das próprias relações sociais em si. Há um dinamismo, por parte dessas facilidades tecnológicas, que amplia a atuação das redes para além do geográfico e do espacial, uma economia monetária, temporal e psicológica, já que, por exemplo, ao pegar um ônibus para ir ao trabalho, se pode conversar com a família do Brasil, vê-los (como pelo aplicativo, muito usado, do Skype) e responder ao convite de churrasco do grupo do Facebook. Portanto, posso dizer que esses grupos, associados a essa facilidade tecnológica, são bastante acessíveis e dinâmicos, tornando a criação e consolidação das redes mais rápidas e controladas. Os brasileiros ainda moram perto, se concentram em alguns bairros, mas também se concentram em grupos virtuais, para além das barreiras físicas.

Interessante notar que o mesmo entrevistado que me convidou para o grupo dele, esse de publicitário e profissionais de marketing, também fazia parte do outro grupo, mais familiar, aumentando a sua rede e diversificando. Granovetter (1973) atentou para a importância desses “laços fracos” da rede, pois se num primeiro momento é interessante pertencer a uma rede pequena e homogênea, com o tempo, ela traz muita informação similar. Pertencer à outra mais ampla e mais genérica pode abrir possibilidades diversificadas e trazer informações novas, aumentando o capital social disponível. O dinamismo virtual atrelado ao avanço tecnológico robusto e na palma da mão, atenuando a importância geográfica, torna a participação nessas redes muito mais fácil, ao passo que os churrascos e encontros físicos podem transformar laços informais em laços de amizade; ou mesmo em laços familiares, como vários imigrantes me relataram que, embora tenham se conhecido no Canadá, se consideram parte da família um do outro, formando entre si unidades familiares para além da consanguinidade.

Até agora, podemos perceber que as redes sociais desses brasileiros são bastante heterogêneas. Algumas se caracterizam por serem pequenas e específicas, como nas redes de trabalho, e outras são amplas e mais heterogêneas, constituídas de sujeitos pertencentes a diferentes mercados de trabalho, gênero e geração. Entretanto, essas redes não fogem ao perfil dos brasileiros que passaram pelo processo de migração do governo. No plano de fundo, há

uma identificação, uma experiência em comum entre eles, uma condição comum de migração dos que passaram pelo mesmo processo.

Essas redes sociais reforçam essa condição comum, principalmente pelos recém-chegados. O processo migratório, que é altamente seletivo e busca um perfil de migrante ideal, é o primeiro responsável por conferir uma categoria indenitária comum à esses migrantes. Num segundo momento, essa identidade é reforçada pelos recém-chegados ao criarem laços instantâneos com outros brasileiros que vieram pelo processo, ao se reconhecerem nesse perfil, principalmente porque precisam criar vínculos na cidade de Toronto. Essa identidade recriada, por outro lado, tem suas subdivisões, nitidamente marcadas pelo gênero. Se a maioria dos aplicantes são os maridos, podemos idealizar que esses homens possuem uma identidade bem mais próxima entre si, uma identidade mais homogênea, mais similar, já que são eles os responsáveis por terem o perfil esperado pelo governo canadense. Entretanto, suas esposas não seguem, necessariamente, esse perfil, possuindo profissões e trajetórias mais diversificadas. Na entrevista com dois engenheiros que eu realizei, ambos tinham, além de trabalhos na mesma área, experiência profissional no exterior e bom nível de inglês, enquanto suas esposas tinham um perfil um pouco diferente, sendo uma jornalista, mas dona de casa, e a outra era uma enfermeira com pós graduação em ascensão na empresa que trabalhava no Brasil. Essa diversidade maior entre as brasileiras, atrelada à decisão do casal de privilegiar a busca pelo emprego do marido, gera uma grande e sólida rede das brasileiras na cidade de Toronto.

Gênero e Estratégias Migratórias

Como já discutido acima, há um esforço do casal para que o marido consiga emprego o mais rápido possível. Não que esta escolha exclua a mulher de procurar por uma vaga, mas é ele, por migrar como principal, por ter uma profissão onde a mão de obra é escassa ou mais fácil de conseguir emprego, que faz os cursos técnicos, *colleges* que é priorizado nessa procura. É desse período inicial de adaptação, onde as estratégias familiares de inserção na comunidade são divididas pelo gênero, que surge outra forte categoria na rede, a de mulheres brasileiras em Toronto. Uma subdivisão da categoria indenitária desses imigrantes brasileiros, essa categoria toma fôlego quando, além do período inicial de adaptação dos primeiros meses, essas mulheres começam a assumir funções de donas de casa e mãe. Essa performance de gênero se intensifica quando o casal decide ter filhos, cabendo a mulher a criação e educação deles. Comecei a perceber as nuances dessas estratégias e performances com a entrevistada 8, uma mulher bem sucedida no Brasil que tinha acabado de ser promovida, mas desistiu de sua carreira para migrar.

[entrevistada 8] Eu, como tinha terminado o mestrado, eu tinha sido promovida, tinha melhorado muito profissionalmente.

[entrevistada 9] Ela ganhava mais que eu.

[entrevistada 8] Então, eu estava numa coisa assim... então, foi muito difícil essa decisão de (migrar), quando veio... Porque a gente pensou assim “tá, nós temos o visto”, mas não seria bem um momento pra gente largar tudo e ir, porque a gente tem a impressão (que) pra largar tudo e mudar de vida é quem não tá muito bem, né? E a gente estava, os dois, bem. Então, a gente ficou na dúvida. Mas, por outro lado a gente pensou: “(...) pode ser que a gente não esteja mais muito satisfeitos nos trabalhos, e aí a gente perdeu a oportunidade né?”

[entrevistada 9] É, daqui uns três, quatro anos a gente se olha e “por que que a gente não foi e desperdiçou essa oportunidade?”

[entrevistada 8] É que, na verdade, eu tinha melhorado muito, mas o entrevistado 9 estava meio enjoado e estava muitos anos na mesma coisa e ele queria mudar, ele queria uma coisa diferente. E aí eu pensei, também: “não é justo, também, eu dizer pra ele, não, não vamos porque eu estou bem” e deixar ele que não está satisfeito. E aí o que acontece: foi bem difícil. Mas, uma hora eu disse pra ele: “olha, eu não quero passar uns anos e dizer assim ‘ah, eu não tentei, por que a gente não fez uma coisa dessas?’”. Então, paciência, vamos!

A entrevistada 8 me contou que, assim que chegaram, em janeiro de 2011, ela entrou com o processo de validação do diploma de enfermagem. Foi aprovado mas ela precisava fazer uma prova que acontece apenas duas vezes por ano. O entrevistado 9, que trabalhava numa multinacional no Brasil, acabou conseguindo um emprego numa outra cidade mas duas semanas depois conseguiu um emprego na mesma empresa que trabalhava no Brasil na grande Toronto, numa cidade chamada Hamilton. Entretanto, em março do mesmo ano, entrevistada 8 ficou grávida. Ambos me disseram que já haviam planejado essa gravidez desde o Brasil, que ela queria, mas assim que migraram ela pensou em ter depois do segundo ano, quando já estivesse trabalhando. Porém, como teve que esperar por todo o processo de validação e o período da prova, me disse que foi bom ter a filha agora, pois já que ficaria parada, na espera, poderia cuidar dela. Nesse período também se mudaram de Toronto para Hamilton e deram a entrada numa casa, o que levou entrevistado 9 mais perto do emprego dele, mas a esposa mais longe dos médicos e conhecidos. Essa mudança também é bem comum, principalmente quando está se estabilizando, ganhando bem e o casal tem um filho.

As residências na grande Toronto são bem maiores e baratas, compensando sair do aluguel para dar a entrada numa casa. A partir desse relato podemos perceber que algumas decisões foram pautadas na ideia de entrevistado 9 trabalhar e entrevistada 8 cuidar da família e do lar, e que a ida pro Canadá acelerou esse processo. A entrevistada 8 ainda não desistiu de trabalhar, me disse que pretende continuar assim que conseguir fazer a prova e a filha ficar maior, mas que por enquanto a função dela era ajudar a organizar a vida dos dois.

[entrevistado 9] A Entrevistada 8 ficava muito tempo, durante o dia, sozinha. Então, ela dava bastante volta, né?

[entrevistada 8] Sim, eu fazia todas as coisas, por exemplo, a gente chegou, se mudou, aí o que aconteceu: chegando numa casa nova, tu compra as coisas pra mobiliar a casa, tu vai no mercado, compra as coisas pra mobiliar todo a casa, vê móvel, vê um monte de coisa. Vê como é que tu vai ver o negócio de internet, não sei o que, vai ver conta no banco, tu vai ver ..., vai fazer curso de ... Então, tu passa tempo envolvida com muita novidade.

[entrevistado 9] E aí o primeiro ano passou assim, né, porque...

[entrevistada 8] E aí o Entrevistado 9 ia trabalhar e eu fazia tudo. Ah, tem que fazer seguro do não sei o que, daí eu ficava vendo.

[entrevistado 9] E ela começou o curso de idioma.

[entrevistada 8] E aí eu comecei o curso de inglês. Só que depois de um tempo, depois que eu engravidei ... quando eu não consegui mais ir nas aulas e daí eu parei. Mas, eu cheguei a fazer curso de inglês, entendeu?

[entrevistado 9] Porque tu começa uma vida nova. Tem que descobrir como que esse país funciona, entendeu?

[entrevistada 8] E aí no meio do ano, em junho, julho... acho que em agosto, a gente começou que a gente ia comprar a casa, e aí começa a ver ..., começa a procurar casa... Então, sempre, muita mudança, entendeu?

Pode ser que a trajetória no Brasil da entrevistada 8 seja diferente de outras imigrantes, mas quando chega em Toronto, a trajetória delas e de outras esposas começam a convergir. Como a maioria dessas esposas são as encarregadas de “descobrir como que esse país funciona”, elas acabam criando uma segunda camada nessa experiência migratória, que as une ainda mais. Se a primeira é a experimentada pelo casal, no momento da entrada dos papéis até a chegada, no período inicial de adaptação, essas esposas passam por outra experiência em comum, a de serem as encarregadas de encontrar a informação, procurar móveis, montar a casa, encontrar advogados, processos burocráticos, jurídicos, bancários, etc. Essa experiência em comum, esse lugar em comum compartilhado por essas mulheres, passa a ser mais forte com a chegada dos filhos. A gestação requer muita informação, desde médicos até acessórios infantis. A maioria dessas mulheres que migram tem filhos pequenos ou esperam ter os filhos no Canadá, principalmente por causa dos bons índices mundiais de educação que a escola pública oferece, e conseqüentemente acabam precisando umas das outras. Assim como no caso da rede de publicitário, cuja criação foi impulsionada pela dificuldade de entrar no mercado de trabalho, a rede das mulheres de Toronto segue a mesma lógica, mas a partir de uma estratégia de sobrevivência familiar, uma estratégia de adaptação demarcada pelo gênero.

[entrevistada 1] Eu não posso te dar uma resposta quanto tempo eu demorei pra arranjar trabalho porque eu até hoje não me coloquei. Depois foi opção que eu falei “agora chegou a hora de ter meu filho porque eu não quero ser avó, eu quero ser mãe”. Ai eu falei “já que eu não to recolocada, que eu sempre achei que eu queria eu criar pelo menos nos 3, 4 primeiros anos, então eu falei “agora eu vou fazer isso, vou ser mãe”. (...) Eu não quero largar em creche, largar pra outro, eu que quero ser a primeira que vai controlar o que ele come. As meninas falam “voltar a estudar... depois de velha? Eu não consigo”. Isso também é personalidade, eu gosto de estudar, sempre gostei. Tenho uma alma acadêmica. Se pudesse viver de ficar só estudando eu ia ficar só estudando. Eu fui pro college e eu pretende ir pra universidade mas agora isso não é real pra mim porque a dedicação seria maior e eu não quero. A prioridade agora é ele. Então qual é o meu plano? Quando eu decidi lá atrás que eu não ia querer a mesma carreira e ele nasceu em 2010... em 2012 ele vai ter 2 anos, dai começo a estudar a noite, eu começo um diploma que vai me demorar uns 3 anos, que dai ele já tem 5, ele já foi pro prézinho e eu já posso trabalhar. Parece simples mas é tudo planejado em cima de um foco, e qual é o foco no momento? É ele.

[entrevistado 6] Existe uma manada de brasileiro que imigraram em idade de procriar, e procriaram. A quantidade de brasileiros que nasceram aqui é enorme. Toda hora [a esposa] compra brinquedo de criança na Toy”R”Us, uma explosão de brasileirinhos aqui. Tem um e querem ter dois, e conhecem caso de gente que teve 4, que chegou na mesma época que a gente. Foi a primeira brasileira que (a esposa) conheceu, hoje moram em Hamilton, veio com uma criança e hoje estão com 4. No Brasil dentro de um planejamento familiar ninguém pensa em ter 4, mas com esse equilíbrio todo, com a escola pelo Estado, com esse serviço, a pessoa pode pensar em ter 4. Tem uma oferta generosa, mais tranquilidade pra criar. Quando veem e percebem que é tranquilo... não que ganhem mais, não é isso, mas é a tranquilidade que pode colocar a criança na rua e deixar brincar no parquinho. Quando tem criança mais nova há uma tendência a ir mais pra regiões onde é mais fácil criar crianças soltas na rua, onde tem casa, do que ficar num núcleo urbano, apartamento. [a esposa] conhece muitas mulheres que engravidaram e mudaram pra casas afastadas do centro, e porque é mais barato. Quanto mais afastado do metrô, mais barato fica. Pode ter uma casa enorme pelo mesmo preço de um apartamento. Um apartamento pequeno custa o mesmo que uma casa de 4 ou 5 quarto, de compra e venda.

Migrar para Toronto também prevê, para a maioria das famílias, ter e criar os filhos, o que faz com que eles estejam sempre presentes no desenvolvimento das estratégias do casal.

A falta de colocação da mulher no mercado atrelada à vontade do casal em ter filhos, boas escolas públicas e aos baixos índices de criminalidade, são os fatores responsáveis por essa explosão de brasileirinhos. O cuidado com o crescimento e a educação, no entanto, passa a ser função prioritária da mulher. Essa prioridade eu percebi na primeira reunião anual da Oficina de Português para Brasileiros, o programa da ONG CAIS que acontece todo sábado pela manhã administrado pelos próprios pais. Por ter o caráter de oficina, as crianças e adolescentes não tem aula de português diretamente, mas fazem jogos e brincadeiras coordenados por pedagogas com o intuito de reavivar o uso do idioma. Nessa primeira reunião, onde cada pai e mãe se apresentam, percebi que a grande maioria dos casais veio acompanhando suas crianças. Até me surpreendeu a quantidade de pais homens que estavam no local, onde todos se apresentaram e discutiram as propostas e planos de atividades para o semestre. Entretanto, já no segundo sábado, a quantidade de pais, homens, caiu drasticamente, restando apenas um ou outro no grupo de mulheres. Pelo menos uma vez por mês havia uma reunião onde eram discutidos os assuntos do mês, como contas, atividades para próximo semestre, eventuais festas e arrecadações. Mais uma vez, nestes encontros deliciosamente realizados numa padaria portuguesa próxima da oficina, a maioria eram mulheres. Lembro-me de ter ouvido, mais de uma vez, sobre o marido não poder vir ou não poder deixá-las lá porque estava trabalhando, o que corrobora para que essa divisão de gênero seja recorrente.

Durante várias entrevistas e também conversando com essas mulheres, foi recorrente também a citação dos blogs, que algumas tinham ou liam com frequência, e um grupo do Facebook, fechado e secreto, chamado Brasileiras em Toronto. Pedi para que uma dessas mães, que já havia se tornado minha amiga, pedisse permissão para a moderadora do grupo para que eu pudesse entrar, mas me foi negado. A moderadora disse para essa amiga minha que negou meu pedido primeiro porque eu era homem, e segundo porque se eu publicasse ou alguém fosse alvo da minha pesquisa e me denunciasse eu poderia ter sérios problemas, citando inclusive um caso onde isso já havia acontecido (não com esse grupo, mas com outro). Entretanto, apesar de eu não poder participar desse grupo, todas as minhas entrevistadas eram membros ou já tinham ouvido falar dele. Contaram-me que o grupo era recente, do começo do ano, mas que em quatro meses já tinham mais de 700 mulheres.

Os assuntos giram em torno de alguns eixos em comum, que eu classifiquei como serviços, mães e reuniões. Uma de minhas entrevistadas me mostrou o grupo e percebi que tinham várias fotos de doces, mulheres que faziam brigadeiro, e ela me contou que algumas oferecem seus serviços, como manicure, depilação, trabalhos na área de festas infantis, babá, dentista, decoração e muitas corretoras de imóveis. É interessante que, mesmo que tenham outras profissões que essa minha amiga não tenha se lembrado, a única que precisa de um grau universitário é a de dentista. Todas as outras se encaixam em cursos técnicos ou não qualificadas, contrastando com a maioria das mulheres que entrevistei e conversei, que possuíam nível superior de ensino. Lógico que devemos analisar com cautela esses dados e não levantar hipóteses precipitadas: nem todas as mulheres com formação universitária anunciam suas qualificações ali. Por exemplo, uma enfermeira, que espera trabalhar num hospital não teria o porquê anunciar neste grupo que é enfermeira, a não ser que queira trabalhos avulsos, como cuidar de idosos em casa. Além disso, podemos pressupor que as publicitárias, por exemplo, também não ofereceriam seus serviços e preferiam discutir sobre trabalho no grupo de publicitários e profissionais de marketing. Entretanto, essa análise poderia simplesmente pressupor que neste grupo são oferecidos serviços informais, ou de profissionais autônomas, se não fossem dois pequenos detalhes.

O primeiro detalhe eu reparei quando fui a um evento da comunidade e um das fotografas me reconheceu. Demorei um pouco para me recordar quem era, mas assim que se aproximou lembrei que era uma de minhas entrevistadas. Há dois meses, tinha entrevistado ela, juntamente com o marido, e sabia que ela tinha curso superior no Brasil. Assustei-me no começo, pois, na entrevista, ela, que já estava há cinco anos em Toronto, ainda estava tentando se colocar no mercado. O marido, que é da área de tecnologia, em menos de um ano já tinha um bom emprego, na sua área de atuação, mas ela, cinco anos depois, não. Formada em letras, estava desde 2010 cursando tradução numa universidade de Toronto, e esperançosa para conseguir um emprego. Ao vê-la ali, dois meses depois da entrevista como fotógrafa, fiquei imaginando quais outras profissões informais essas mulheres acabam se submetendo, o que me leva a supor que, embora no grupo das brasileiras do Facebook muitas ofereçam serviços informais, como fazer brigadeiro pra festas ou depilação e manicure, não significa que elas façam isso, pois é a profissão delas ou que não tenham um curso superior no currículo. Outro ponto que me leva a corroborar com essa ideia vem do relato de uma entrevistada minha que, ao conversarmos sobre o protecionismo do mercado canadense, afirmava que não tinha ido para o Canadá para subir na carreira.

[entrevistada 1] E o Canadá, você vai descobrir depois, é muito monopólio por ser pequeno. Tem um grande conglomerado de telecomunicações, até porque não comporta mais. Tem outro que fabrica açúcar. É uma máquina, uma que fabrica açúcar. Empresa aérea, a Air Canada, é um negócio absurdo, a gente paga super caro pra fazer um voo direto daqui pro Brasil porque não tem concorrência com a Air Canada, porque o governo a trata de uma maneira que é bebezinho, tem que proteger... eles são muito protecionistas. Então eles são protecionistas na economia e acabam sendo protecionista quando você já está aqui enquanto imigrante. Tem muita proteção de mercado. “Tá, a gente quis vocês todos imigrantes, agora vocês todos estão aqui mas necessariamente vocês não vão conseguir atuar na mesma área que vocês atuavam lá”. E isso ninguém fala pra você lá porque não é interessante. Então, eu, particularmente, sempre tive na minha cabeça que ia ser difícil. Eu não estou indo pro Canadá por causa de carreira, eu sempre tive isso. Claro que a gente precisa trabalhar mas não to indo pra lá pra ficar rica, pra virar diretora de alguma empresa... pra isso eu tava no meu caminho no Brasil.

É a partir desses relatos e de situações acima que podemos perceber que, embora sejam oferecidos serviços informais, não significa necessariamente que essas mulheres não tenham uma experiência universitária ou um diploma, que não tenham outras carreiras, ou mesmo as que têm essas qualificações não anunciam, necessariamente, no grupo. A imigrante que eu citei acima foi a mesma que me descreveu que neste momento, depois de tentar se inserir no mercado de trabalho e mudar de carreira, decidiu que o foco da vida dela era o filho que acabou de nascer. Se a carreira fica em segundo plano, a criação dos filhos vem em primeiro, fazendo com que assuntos que giram em torno do tema gravidez e criação dos filhos sejam os mais comentários. Todas me descreveram que esse assunto era o que movimentava o grupo, subdivido em tópicos menores como grávidas, médico, escola, pré-natal, compra, venda e doação de brinquedos, roupas e carrinhos, chás de bebê, etc., evidenciando a centralidade desse assunto na vida dessas mulheres. Uma outra imigrante brasileira me relatou que a maioria delas são casadas, com filhos ou em vias de ter; poucas solteiras, na faixa entre 25 e 35 anos. É a partir do grupo que, assim como os outros já citados, organizam reuniões. Chá de bebês, reunião das gestantes, encontro do grupo e por bairro foram os que me foram citados. Uma de minhas entrevistadas disse que no bairro dela foi realizado um encontro, numa quarta-feira à noite, e todas se reuniram num pub. No próprio grupo do Facebook, onde marcaram o

encontro, já existia uma lista das que moravam na região com nome e profissão, e quando se reuniram perceberam que a maioria delas eram casadas (com exceção de duas mulheres) e que muitas não estavam na área de atuação. Portanto, podemos problematizar o conceito de redes a partir dessa categoria mulheres, desse perfil bem delineado ao qual essas mulheres se encaixam, ou são constrangidas a se encaixarem.

Há uma pressão delas mesmas e externas para que se tornem mães, que minimiza as consequências de deixar a carreira em segundo plano e que cuidem da família e do lar. Se por um lado há uma dificuldade de inserção no mercado de trabalho, por outro a rede mostra um caminho a ser seguido pautado numa divisão tradicional de gênero. As oportunidades que essa rede oferece, os comportamentos esperados, e as vezes sujeitados, como no caso desse grupo, permeiam o mundo dos trabalhos informais e de ser mãe e dona de casa. As informações e comportamentos que essa rede de mulheres oferece é mediada por uma performance de gênero pautada no casamento heterossexual, na gravidez e criação dos filhos. Eu inclusive entrevistei uma mulher que me descreveu com pavor essa rede de mulheres, a qual jamais faria parte. Ela se mudou com o marido e a filha em 2007, mas ela foi a aplicante principal porque era engenheira, e quando eu perguntei porque ela não gosta dessa rede ela me respondeu que não se identificava.

[entrevistada 10] Por exemplo, a Entrevistada 2 frequenta aquele negócio de escolinha de portugueses, eu fujo daquilo que nem o diabo foge da cruz!

[entrevistador] Porque?

[entrevistada 10] Porque é um povo que não tem nada a ver com a gente. Sabe, nada a vê?! Não tem nada a vê, nada...

[entrevistado] Então me diz, o que é que não tem nada a vê, dá um exemplo...

[entrevistada 10] Sabe povo coxinha, é isso, a gente não é coxinha entendeu?! A gente senta, fica eu olhando o (meu marido), um pra cara do outro... Aquele povo que senta as meninas de um lado e os meninos do outro sabe? Então não tem nada a vê. Eu sempre tô do outro lado da galera! Sabe, conversando papo de menina? Tenho aflição, me dá coceira! É por isso que eu fiz engenharia senão poderia ter feito corte e costura, psicologia...

A entrevistada 10 deixa bem claro essa separação por gênero que marca toda a experiência migrante em Toronto. Diferente de outros fluxos de brasileiros, como, por exemplo, da crescente feminilização e maior independência feminina no fluxo de brasileiros para Boston (Assis, 2003), os imigrantes que passam pelo processo do governo de imigração são casais, a maioria, e consolidam performances de gênero onde o homem se encarrega de conseguir emprego e as mulheres de cuidar da casa e dos filhos.

É essa divisão que encarrega a mulher de conseguir as informações e recursos para uma tranquila estabilização do casal e consolidação da família, encarregando-as de se inserir e desenvolver uma rede densa de brasileiras na cidade. Essa experiência, que marca a vida da mulher por, no mínimo, os primeiros cinco anos, como muitas me relataram, apresenta vantagens, como ter amigos e conseguir informações, mas também desvantagens, sujeitando-as, muitas vezes, a seguirem por um único caminho e viverem experiências parecidas, dificultando o acesso a informações mais diversificadas e constrangendo ações para além das demarcações tradicionais de gênero.

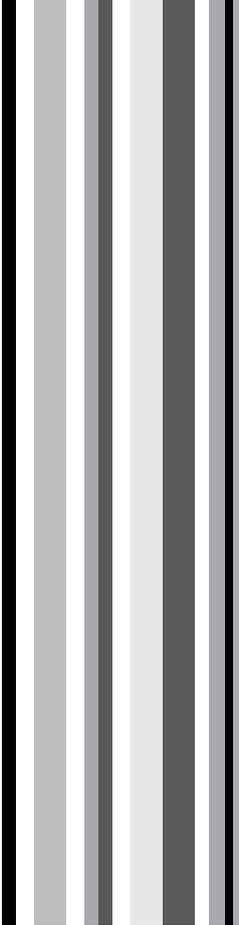
Bibliografia

ASSIS, G. De Criciúma para o mundo: os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares. In: MARTES, A. C. B.; FLEISCHER, S. (Orgs.). *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 199 -230.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-80, 1973.

TILLY, C. "Transplanted Networks". In: YANS-Mc LAUGHLIN, V. (Ed.). *Immigration Reconsidered*. Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 79-95.

PORTES, A. "Migrações Internacionais. Origens, Tipos e. Modos de Incorporação". Oeiras: Celta, 1999.



BRASILEIROS NO JAPÃO: A NOVA FACE DO MOVIMENTO *DEKASSEGUI* NO SÉCULO 21

Katiani Tatie Shishito

A imigração de brasileiros no Japão ficou conhecida tanto no Brasil como no Japão pelo termo *dekassegui*. Essa palavra na língua e cultura japonesas significa o trabalhador que sai de sua terra natal para trabalhar fora, mas pretende voltar à sua terra de origem em um tempo pré-determinado. O movimento migratório do Brasil ao Japão, iniciado desde a década de 1980, é fortalecido a partir de 1991 com a nova lei japonesa de Controle de Imigração. A nova lei permitiu a entrada com vistos de permanência de curta e longa duração para descendentes de japoneses até terceira geração e seus cônjuges (Beltrão, Sugahara, 2006). Nesse período, o Japão passava por um forte desenvolvimento econômico e os cidadãos japoneses rejeitavam trabalhos não qualificados; nesse contexto, criava-se a necessidade de recrutamento de mão de obra estrangeira.

No Brasil, esse foi um período de instabilidade econômica que impulsionou que os descendentes de japoneses fossem legalmente trabalhar no Japão cobrindo a falta dessa mão de obra não qualificada (Sasaki, 2000). Apesar da modalidade de visto para trabalhos não qualificados não estar presente na Lei de Controle de Imigração Japonesa, a permissão da entrada de descendentes de japoneses até terceira geração foi considerada como uma estratégia capaz de suprir esse déficit de trabalhadores não qualificados (Kondo, 2002).

Nesse artigo contextualizamos o processo imigratório *dekassegui* na atualidade, momento em que novas formas de relações sociais se desenvolvem no destino, com destaque para a perspectiva das redes sociais. As redes sociais se revestem de especificidades e atuam como dispositivo acionado em uma sociedade que distancia os imigrantes brasileiros da integração, favorecendo a formação de novos arranjos de relações sociais entre compatriotas no destino. Esses novos arranjos, que formam as redes sociais, são permeados por práticas e costumes conhecidos do país de origem. A consolidação das redes sociais traz a questão da expectativa temporal (Roberts, 1995) como segundo ponto a ser discutido, onde a especificidade da imigração *dekassegui* como forma legalizada e a migração de retorno também contribuem para

essa discussão. Através de pesquisa empírica, foi possível ainda analisar entrevistas realizadas com brasileiros no Japão no final de 2009; momento em que a crise econômica teve influência sobre a (re) ou (in) definição da permanência desses imigrantes naquele país.

A distância cultural e social: uma nova leitura para os brasileiros *dekassegui*

A legalidade do fenômeno *dekassegui* é de grande relevância para o entendimento das especificidades dessa emigração brasileira. A Lei de Controle da Imigração, promulgada em 1º de Junho de 1990, permitiu a entrada de brasileiros descendentes de japoneses até a terceira geração e seus cônjuges e dependentes com vistos de permanência de um a três anos (Rossini, 2000). Essa medida, segundo Tsuda (1999) e Kondo (2002) foi considerada como uma estratégia do governo japonês para permitir a entrada legalizada de trabalhadores estrangeiros não qualificados no Japão. Os estrangeiros descendentes de japoneses poderiam, a partir de então, obter vistos para exercer qualquer tipo de trabalho, mascarando a decisão formal do governo japonês que não permite a entrada de trabalhadores estrangeiros sem qualificação no Japão. Além disso, essa nova abertura para a entrada de descendentes também foi considerada uma forma de manter a unicidade étnica do país (Kondo, 2002; Tsuda 1999). Nesse sentido, além de influenciar no caráter temporal e no perfil da imigração - que foi passando de individual para coletiva (familiar) - essa medida também teve repercussões nas formas de contratos de trabalho do imigrante brasileiro (Hirano, 2008).

Segundo Beltrão e Sugahara (2006), a maior parte dos brasileiros que emigraram para o Japão tinha a intenção de trabalhar durante um período pré-determinado e após atingir seus objetivos retornar ao Brasil; desse modo, esse contingente imigrante, em geral, não apresentava interesse ou expectativa de se integrar ou se fixar na sociedade japonesa, no sentido de obter ao menos o domínio do idioma japonês e facilitar sua comunicação para posteriores necessidades. Os objetivos do projeto migratório estão calcados, para a grande maioria desses imigrantes, em conseguir recursos financeiros e retornar ao Brasil em melhores condições econômicas. Assim, o estilo de vida no momento inicial do projeto migratório é quase sempre pautado por questões econômicas e uma rotina quase exclusiva para o trabalho (Tsuda, 1999). O início desse processo migratório é fortemente marcado por objetivo de curto prazo, onde a distância cultural, fortalecida pela barreira do idioma, afasta cada vez mais o imigrante *dekassegui* de se integrar na sociedade japonesa.

A dificuldade de comunicação dos brasileiros, que não têm o domínio do idioma japonês, implica na impossibilidade de conseguir emprego diretamente com as empresas japonesas; isto reforça a atuação das agências de intermédio (*brokers*) que agem muitas vezes de forma ilegal. Essa ilegalidade promove uma inserção marginal dos brasileiros no mercado de trabalho: mediados por tais agências acabam se submetendo aos trabalhos mais indesejados do mercado; além disso, são privados de muitos dos direitos sociais que a sociedade japonesa oferece aos seus trabalhadores, dificultando assim, a integração nessa sociedade (Rossini, 2000) A relação distante entre os imigrantes brasileiros e a sociedade japonesa é reforçada pelo caráter temporário de sua estada no Japão. Dessa forma a tendência desses imigrantes é criar uma vida social em grupos de compatriotas; ou seja, uma estratégia de sobrevivência social e cultural a partir de parâmetros conhecidos e seguros, a fim de enfrentar essa nova condição de vida em um país de padrões culturais e sociais extremamente diferentes do Brasil (Kawamura, 1999). A partir dessa relação distante com a sociedade japonesa, marcada por um caráter temporário, ganha espaço e força uma outra forma de relação social, configurada pelas redes sociais.

De acordo com os trabalhos de Massey (1990), as redes sociais são consideradas laços sociais que ligam os migrantes nas sociedades de origem e destino. No entanto, mais do que redes de ligações, as redes sociais são também constitutivas de relações complexas entre migrantes e não migrantes, “esses laços sociais não foram criados pelo processo migratório, mas foram adaptados a ele e ao longo do tempo são reforçadas pela própria experiência da migração” (Massey, 1990:140)¹. Os três tipos principais de redes de relações no processo migratório são formados por ligações de parentesco, de amizade e de local de origem.

As redes migratórias são construídas gradualmente e sendo elaboradas ao longo do tempo, suas fases vão sendo diferenciadas nesses períodos. Seu processo de maturidade é percebido através da consolidação do tipo de imigração que vai passando de estritamente temporário a circular e definitivo, e também através do aumento do número de famílias inteiras residindo nos países de destino. A análise das redes sociais na imigração *dekassegui* possibilita compreender melhor o contexto social da imigração e as relações entre seus agentes.

Essa nova leitura da imigração internacional de brasileiros no Japão permite visualizar a mudança do processo migratório ao longo do tempo: antes com contratos temporários de trabalho e com tempo de permanência definido, agora constituído por novas redes de relações no processo e no projeto migratório.

A expectativa temporal nos processos migratórios

Para o entendimento das transformações no projeto migratório de brasileiros no Japão, busca-se o conceito acerca da expectativa temporal sob o enfoque das redes sociais de Roberts (1995). O autor se baseia no conceito de “expectativas de durações sociais”², a qual tem papel importante na coordenação de atividades em uma sociedade; essa coordenação requer o conhecimento de quanto tempo se levará para fazer algo. Como esse conhecimento nunca é uma certeza, ele tende a ser uma estimativa, e por isso é chamado de *expectativa*. Nesse sentido, as expectativas são baseadas na percepção dos padrões de comportamento que tendem a ser mais comuns. Os padrões são guiados pelo tempo social com um grande senso compartilhado em que as estimativas pessoais são apenas parte do todo, cada plano depende de outros e do tempo de outros.

No contexto migratório, a expectativa de duração social serve também como guia que promove a capacidade de indivíduos e grupos se ordenarem, “*para os migrantes, é ainda mais conseqüente a diferença entre o status de migrante temporário ou permanente, o que afeta comportamentos e expectativas de outros*”³ (Roberts, 1995:55)

A experiência migratória, segundo Roberts (1995), dificilmente está baseada em uma decisão individual; antes, é reforçada e impulsionada pela expectativa de seu grupo, geralmente analisado e definido por características étnicas e de locais de origem. A migração, portanto, é um movimento incerto, que para muitos, como no caso do *dekassegui*, sempre teve um caráter temporal. Dessa forma, considera-se a expectativa temporal do processo migratório um importante condicionante do comportamento do migrante, uma vez que as metas são futuras e o seu alcance incerto.

¹ “These social ties are not created by the migratory process but are adapted to it and over time are reinforced by the common experience of migration itself.” (Massey, 1990:140) [Tradução própria].

² “Socially Expected Durations”(SEDs) . Ver também Merton, Robert K. “Socially Expected Durations: A Case Study of Concept Formation in Sociology”, in W.W. Powell and Richard Robins, eds., “Conflict and Consensus: A Festschrift for Lewis A. Coser” (New York: The Free Press, 1984).

³ “for migrants, even more consequentially, the difference between the status of temporary migrant and that of permanent migrant affects behavior and the expectations of others” (Roberts, 1995:55) [tradução própria]

Os brasileiros que foram trabalhar no Japão em trabalhos não qualificados sempre foram considerados imigrantes temporários - tanto pelo governo japonês, que delimitava em sua política migratória vistos de trabalho por tempo determinado, embora fossem renováveis; quanto pelos próprios imigrantes brasileiros, que em sua grande maioria mantinham o desejo do retorno ao país de origem presente em seu cotidiano.

Tsuda (1999), no entanto, enfatiza a complexidade do processo migratório e a dificuldade em trabalhar com duas grandes categorias, limitando as noções temporais entre “temporário” e “permanente”. Ressalta que esse tipo de definição é muito difícil de ser feita, pois não há uma progressão linear e irreversível, onde os migrantes passam de temporários a permanentes seguindo mais ou menos o mesmo curso. Em seu trabalho observa que a forma de migração “circular”, em que os migrantes retornam à origem e tornam a emigrar ao destino, é recorrente entre os brasileiros que vão para o Japão, em função de seus vistos de permanência ser renováveis. Essa forma de migração circular tem se verificado em muitos casos de países industrializados que apresentam expressiva população de imigrantes (Tsuda, 1999).

Entende-se, portanto, que a expectativa temporal é uma das variáveis que incidem sobre a coordenação dos comportamentos e decisões que os migrantes e seus familiares irão tomar ao longo do tempo do projeto migratório. Os migrantes que viajam com expectativas temporais curtas raramente fazem grandes investimentos no destino, como por exemplo, a compra de imóveis ou tampouco pretendem se naturalizar; essas intenções também são influenciadas pela expectativa do grupo (Roberts, 1995)..

A imigração de brasileiros no Japão atualmente é marcada por especificidades que alteraram a composição desse fenômeno; destacando-se: 1) as políticas de controle da imigração, que possibilitam a obtenção de vistos de *residência permanente* para brasileiros que já possuíam vistos de longa permanência (três anos renováveis); 2) a redefinição dos projetos migratórios dos próprios imigrantes, que inicialmente pretendiam permanecer pouco tempo no destino, e começam a apresentar características e comportamentos de uma migração de longo prazo a permanente (Hirano, 2008).

O movimento *dekassegui* no Século 21

As características atuais do fenômeno *dekassegui* apresentam mudanças em sua expectativa de duração, contrariando o caráter temporário do início dos fluxos de brasileiros para o Japão dos anos 1980. Tais mudanças no tempo de permanência na sociedade japonesa representam, de um lado, as mudanças de adiamento em relação ao retorno e, de outro lado, a passagem para uma imigração permanente. Ou seja, até então denominado movimento *dekassegui* começa a apresentar no século 21, de forma acentuada, as características que desenham uma migração de caráter permanente:

- a) a maior tendência à naturalização;
- b) o crescimento do número de filhos nascidos no Japão;
- c) o interesse pela aquisição de imóveis no destino;
- d) falta de expectativa e insegurança de retorno.

Tais mudanças em um movimento migratório que é predominantemente para o trabalho, precisam ser entendidas, em uma primeira análise, a partir dos fatores econômicos que influenciam esses fluxos. Nesse sentido, entende-se que os determinantes mais importantes da estabilidade econômica dos imigrantes não são as crises de curta duração na economia, mas as mudanças de longo prazo; além das disparidades econômicas duradouras entre os países de

industrialização avançada e os países em desenvolvimento dos quais os imigrantes vêm (Tsuda, 1999). Esse é o caso das diferenças estruturais na economia e nos salários entre Japão e o Brasil, que passam a alimentar e sustentar o fluxo de retorno ao Japão e a migração circular.

Além dos fatores econômicos que influenciam na migração, a partir dos países de origem e destino, há de se considerar um processo que é eminentemente social: os brasileiros no Japão apresentavam um estilo de vida no início desse movimento migratório que era fortemente direcionado por questões de ordem econômicas e assiduidade ao trabalho, com um grande senso de ética do trabalho. Com o passar do tempo e a não concretização do retorno ao Brasil no tempo pré-determinado, esse estilo de vida começa a passar por momentos em que as satisfações sociais ganham espaço face à avidez por horas extras.

Os imigrantes que já estão pela segunda ou terceira vez no Japão mostraram uma maior aptidão a esse estilo de vida mais relaxado em relação às economias, principalmente aqueles que moram com as famílias no destino (Tsuda, 1999). Dados do “centro de aconselhamento para *nikkeijin*”⁴ mostram que os assuntos pelos quais os *nikkeijins* procuram ajuda e aconselhamento apresentaram mudanças ao longo dos anos: passaram de puramente econômicos (trabalhos, condições de serviços etc) para assuntos de ordem social e problemas cotidianos da vida no Japão (Tajima 1995 *apud* Tsuda 1999).

A formação das redes sociais de brasileiros no Japão é um fenômeno social que se expande e amplia no século 21, influenciando na mudança da expectativa temporal da imigração. Nesse contexto, origina-se um movimento dialético produzido pela própria mudança na expectativa temporal, que aliada às dificuldades de interação, fortalece as redes sociais. O fortalecimento de *redes sociais*, é visto enquanto uma forma específica de configuração das relações entre os imigrantes no destino e com seu país de origem. Nossa análise se concentra nesses laços criados pelas redes sociais, e como estes podem influenciar a expectativa temporal da experiência migratória a partir da experiência do grupo.

O diferencial das redes sociais existentes entre os brasileiros residentes no Japão, é que pelo caráter de legalidade dessa imigração, essas redes são mais fortes dentro do Japão na formação das comunidades brasileiras e redutos de produtos, serviços e informações trazidos do Brasil, do que na ligação entre os dois países. Diferente do que acontece, por exemplo, no caso dos Estados Unidos com uma rede informal entre parentes e amigos para conseguir informações sobre empregos e para a primeira viagem (Fusco, 2007).

No entanto, é necessário que se considere também as relações com e no país de origem, ou seja, como as condições do campo social no Brasil podem também influenciar ou não na expectativa temporal do projeto migratório. Nesse sentido, a migração de retorno é uma das faces importantes dos fenômenos migratórios internacionais. As migrações internacionais podem ser consideradas em uma análise mais ampla em três tipos distintos: Definitiva, Temporária ou Circular; mas não é simples o processo dessa classificação para a pesquisa na dinâmica migratória.

Hirano (2008) ressalta algumas particularidades do processo migratório entre Brasil e Japão, as quais influenciam o retorno da imigração. A legalidade do fluxo *dekassegui* é um dos principais fatores na grande quantidade de imigrantes que retornam várias vezes ao Brasil ao longo de sua trajetória como migrante.

⁴ *Nikkeijins* são chamados os descendentes de japoneses radicados no exterior. No Japão a maior parte dos *nikkeijins* que está a trabalho temporário é formada por brasileiros; contudo, há também um pequeno grupo de peruanos e descendentes que foram radicados em outros países, somando cerca de 15% dos estrangeiros no Japão atualmente. [Informações obtidas no Ministério da Justiça do Japão: <http://www.moj.go.jp>]

Dada estas singularidades com relação à natureza de entrada e permanência em ambos os países, questiona-se se a condição de legalidade do migrante influencia, estimula ou determina o seu tempo de permanência, levando-o a uma migração temporária, circular ou definitiva (Hirano, 2008: 83).

Uma vez que os vistos de entrada são legalizados e com condições de renovações para reentrada a cada vez que o brasileiro deixa o Japão, a segurança em retornar ao Brasil de tempos em tempos para férias ou mesmo resolver assuntos pessoais, de negócios ou família se torna facilitada (Hirano, 2008)

Além de possível fator de influência na expectativa temporal, a migração de retorno pode também fortalecer os laços constitutivos das redes sociais, atualizando o processo migratório e as práticas sociais entre seus agentes. Ou seja, uma vez em contato com o país de origem e os familiares e amigos deixados no Brasil, existe uma atualização dos laços sociais e afetivos, bem como uma nova perspectiva acerca das práticas e costumes do país de origem que poderá ser reconfigurada novamente no Japão, no caso de uma nova viagem.

Brasileiros no Japão no período de crise econômica mundial.

O trabalho de campo realizado em 2009 no Japão possibilitou uma análise qualitativa do atual contingente imigrante no Japão, o local foi delimitado a quatro cidades: Hamamatsu, na província de Shizuoka, e as cidades de Okazaki, Toyota e Nagoya, situadas na província de Aichi, as quatro cidades se situam na região central do Japão. Esse trabalho contou com a colaboração de instituições brasileiras e japonesas situadas no Japão, a saber: a Associação Brasileira de Okazaki (ABO) vinculada à prefeitura de Okazaki e o Consulado Geral do Brasil em Nagoya (Aichi- Japão), que apoiaram a pesquisa do Observatório das Migrações em São Paulo, e dessa forma, foi feito um treinamento com o secretário da ABO para formar um grupo de entrevistadores lá no Japão.

Dentre os resultados da pesquisa qualitativa, pode-se destacar que entre as famílias entrevistadas encontramos um grande número de filhos de brasileiros nascidos no Japão; como vimos através do nosso enfoque teórico, a característica de nupcialidade e nascimento de filhos no local de destino da imigração é considerada por Roberts (1995) um dos fortes fatores que alteram na expectativa temporal, podendo essa imigração passar a ter um caráter de permanência.

Em relação às redes sociais, verificou-se que, na questão sobre “ajudas pessoais em momentos de dificuldades”, a recorrência aos familiares e amigos foi predominante; já para a “obtenção do primeiro emprego e ajuda para a viagem e hospedagem” os trabalhos de agências de viagem e empreiteiras (*brokers*) foram os mais procurados, isso se deve à característica marcante da migração legalizada. Nos resultados acerca das redes de solidariedade constituídas, sobretudo através do capital social, que inclui amizades e familiares, podemos observar que o grupo entrevistado é engajado em amizades com japoneses, mas principalmente com brasileiros.

Com relação à expectativa temporal, os entrevistados indicaram que o plano inicial do projeto migratório dificilmente é realizado em relação a sua previsão temporal. Entre os 20 entrevistados, apenas um deles relatou que seu plano inicial foi realizado, sendo que os demais não concretizaram a expectativa temporal e estenderam seu projeto migratório. A respeito da temporalidade, quando interrogada se pretendia fixar moradia permanente no Japão, uma das entrevistadas de 44 anos de idade e que reside com seu filho de 14 anos nascido no Japão, disse que pretendia morar definitivamente no Japão:

Meu filho nasceu aqui, e no Brasil não tenho profissão, aqui tenho trabalho e moradia. (O. U., 44 anos)

Apesar de inicialmente seu projeto migratório ter sido de uma expectativa de um ano de duração quando viajou para o Japão, já mora no país há 21 anos e disse que ficou mais tempo do que planejado porque se acostumou à vida no Japão:

Gosto da vida aqui, apesar das dificuldades é tranquilo, e consegui conquistar muitas coisas aqui. Tenho amigos, sou feliz... Cansada de vez em quando, mas estou satisfeita, não tenho o que reclamar (O. U., 44 anos)

As pessoas que não concretizaram seu plano temporário relatam que se acostumaram à vida no Japão; muitas com a família inteira já residindo no destino e com grupos de amizades com brasileiros, além de fácil acesso a produtos e serviços que os permitem de certa forma manterem vínculos com as práticas e costumes do país de origem.

Considerando o tempo de permanência no Japão, a maior parte dos entrevistados possui de forma legalizada vistos de *três anos de permanência* e vistos de *residência permanente* no Japão. O tipo de moradia dos brasileiros entrevistados na grande maioria é alugada pelo Estado e alugada particular, e uma minoria com moradia alugada pela agência de emprego. Isso demonstra uma maior independência de moradia em relação às empresas e agências de emprego, ou seja, se o brasileiro imigrante perde o emprego no Japão, tem ainda uma segurança de ter onde morar até conseguir outro emprego. Dessa forma, a expectativa temporal acaba por sofrer mudanças ao longo do tempo, chegando a um ponto de indefinição.

Vale ressaltar que nesse período de aplicação dos questionários, consideramos a conjuntura econômica do período, com o impacto da crise econômica mundial, que se desdobrou a partir de um colapso no sistema financeiro internacional com a crise imobiliária americana (Mattos, 2009).

Na verbalização de um dos entrevistados, de 46 anos e responsável por uma família formada por cônjuge e seus três filhos, fica clara a preocupação com a possibilidade ou não de continuar a viver no Japão; quando perguntado se pretendia fixar moradia definitiva no Japão, respondeu que: “*Não, pois o país se tornou instável*”. Nos comentários reitera que:

A crise foi muito intensa e continua motivando a insegurança sobre todos os aspectos de vida no Japão (S.T., 46 anos)

Esse entrevistado está no Japão desde 1989, tendo voltado apenas uma vez ao Brasil em 1999 por dois meses e retornado ao Japão nesse mesmo ano. Sua ida ao Japão foi motivada por questões financeiras; desejava juntar dinheiro e voltar ao Brasil em até dois anos. No entanto, essa expectativa não se concretizou, pois não conseguiu juntar o dinheiro suficiente e relata que ‘se acostumou à vida no Japão’, seus três filhos nasceram no Japão e estudam em escolas japonesas.

A mídia brasileira⁵ apresentou grande repercussão sobre o que estava acontecendo com os imigrantes brasileiros no Japão. Acompanhamos além das notícias que chegavam ao Brasil durante o período mais intenso da crise, também um tipo especial de notícias, que são feitas por brasileiros que vivem no Japão (web site do jornal impresso no Japão para brasileiros). Esse meio de comunicação especializado para brasileiros no Japão é feito em português e espanhol, para os estrangeiros falantes nativos dessas línguas e que procuram se atualizar em relação às

⁵ Várias foram as reportagens que passaram no Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. Também ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2202200915.htm>. Acessado em 07 de novembro de 2009.

notícias do Japão e de suas comunidades. O site que acompanhamos com mais frequência - IPC digital⁶ - é referente a um jornal impresso chamado *International Press* de circulação semanal.

As informações dos sites foram de fundamental importância, pois trouxeram notícias de forma imediata, dos momentos mais fortes da crise e das estratégias dos imigrantes brasileiros e dos governos japonês e brasileiro. Essas informações possibilitaram um melhor entendimento da análise dos questionários que foram aplicados durante esse período.

O governo japonês adotou um plano de emergência de ajuda aos brasileiros para retornarem ao Brasil; essa estratégia oferecia um valor relativo à U\$3.000,00 como subsídio para os latino-americanos, cônjuges, e descendentes com visto de *residência permanente* ou de *permanência de longa duração* no Japão. No entanto, inicialmente havia como pré-requisito para conseguir o subsídio a assinatura de um tempo de compromisso em não retornar mais ao Japão com o mesmo tipo de visto de permanência (permanente ou de longa duração).

Essa medida do governo japonês foi bastante criticada e criou controvérsias, apesar de muitos brasileiros terem usufruído da ajuda por não terem mais nenhuma condição de sobreviver no Japão no momento mais intenso da crise. Devido a muitas críticas e reclamações formais por parte dos representantes das comunidades locais e dos acordos da diplomacia brasileira, o governo japonês considerou o possível retorno dos beneficiados com subsídio do governo, para a partir do ano 2012, se o país já estivesse com a situação econômica estabilizada.

Dados publicados recentemente pelo Ministério da Justiça do Japão apontam que o número de novas entradas de brasileiros no país apresentaram uma queda de cerca 50% entre 2008 e 2009; o Brasil e outros países sul-americanos apresentaram a maior queda, refletindo que os efeitos da crise econômica tiveram um impacto significativo sobre a entrada de cidadãos sul-americanos de ascendência japonesa. No entanto, o número de brasileiros registrados no Japão diminuiu ligeiramente entre 2008 e 2009, apenas 14,4% e contabilizou 267.456 brasileiros registrados no Japão no final de 2009. Enquanto o número de novas entradas diminuiu significativamente, o número de registrados permanentes apresentou pequena queda, sugerindo que os estrangeiros com status de residência permanente - status de grande parte dos brasileiros - estão cada vez mais a se estabelecer no Japão.⁷

Nesse novo contexto das migrações de brasileiros para o Japão, as alterações na expectativa temporal, suas formas e influências são determinantes para a mudança no tempo de permanência no projeto migratório de brasileiros naquele país. Apresentamos uma abordagem que aponta a necessidade de revisão do até então chamado fenômeno *dekassegui*. Essa perspectiva se reconfigura no século 21, em função de aspectos relacionados à política migratória do Japão, ao cenário brasileiro da emigração, à formação de redes sociais, e, principalmente, pela imigração de descendente japonês deixar de estar atrelada ao caráter de “trabalhador migrante temporário”. Assim, privilegiando o enfoque teórico sobre as redes sociais e suas possíveis influências na expectativa de duração social desse projeto migratório, o fluxo migratório recente de brasileiros para o Japão e suas alterações no tempo de permanência no destino trazem implicações para o retorno migratório, para as remessas e para a consolidação de redes migratórias no país de destino, o Japão.

Passados mais de trinta anos do início desse fluxo migratório ainda continuam as dificuldades de interação com a sociedade japonesa; é nesse contexto, contudo, que os projetos migratórios tomam novos rumos: fortalecem os vínculos e formas de relações entre

⁶ Endereço eletrônico do site IPC Digital: <http://www.ipcdigital.com>

⁷ Ministry of Justice, 2010 Immigration Control. Disponível em: http://www.moj.go.jp/nyuukokukanri/kouhou/nyuukokukanri01_00015.html.

compatriotas brasileiros no Japão e também com o seu país de origem. Esses novos vínculos podem estar sendo fortalecidos pelo novo ‘estilo de vida’ que passa de estritamente voltado a objetivos econômicos – característico do começo desse fluxo – para um modo de vida voltado à socialização; essa maior socialização se deve em parte a não concretização do breve retorno, característica mais marcante do fluxo nos dias atuais.

As entrevistas realizadas permitiram compreender o referencial teórico *vis-à-vis* às evidências empíricas, consideramos o momento de crise econômica mundial em que as entrevistas foram aplicadas e como a crise poderia estar causando mudanças inesperadas nesse fluxo. Tais mudanças sugerem influências determinadas por decisões pessoais e familiares, bem como pelas estratégias das políticas governamentais do Japão e do Brasil na questão do movimento *dekkasegui* nesse período de instabilidade econômica. Foi possível captar algumas declarações a respeito da vontade de retornar ao Brasil pela instabilidade que a crise econômica causou na sociedade, mas principalmente na vida dos brasileiros imigrantes que tinham em sua maioria contratos temporários ou terceirizados de trabalho e dependência de agências de emprego para moradia.

Concluimos dessa forma, que o perfil da amostra entrevistada, apresenta em grande parte uma imigração de longa data e com estabilidade em relação à moradia. A questão da moradia alugada particular em imobiliária japonesas ou pelo Estado oferece a possibilidade do desempregado brasileiro receber o seguro desemprego enquanto procura empregos alternativos; além disso, a recorrência a ajuda de familiares e amigos em momentos de dificuldade reforça o uso das redes sociais no processo migratório como fator importante para a maior permanência no destino. Desse modo, observamos que apesar da conjuntura de crise apresentar certa insegurança sobre a permanência no Japão, não alterou significativamente essa permanência até o período analisado. Grande parte dos entrevistados relatou que ficou mais tempo do que pretendia porque se acostumou à vida no Japão, o que reforça a nossa hipótese de que além dos processos formais de vistos de permanência e obtenção de trabalho na sociedade de destino, outras dimensões estão presentes na decisão de voltar ou permanecer no Japão.

Referências

- BELTRAO, K. I.; SUGAHARA, S. Permanentemente temporário: *dekkaseguis* brasileiros no Japão. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v.23, n.1, jun.2006.
- FUSCO, W. Capital social e dinâmica migratória: um estudo sobre brasileiros nos Estados Unidos. Textos NEPO 52, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2007.
- HIRANO, F. Movimento *dekkasegui* ontem, hoje e amanhã: análises reflexões e perspectivas futuras. In: BRITO, F.; BAENINGER, R. (Coord.). Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.
- KAWAMURA, L. Para onde vão os brasileiros? Campinas: Editora da UNICAMP; Fundação Japão, 1999.
- KONDO, A. “Development of Immigration Policy in Japan”. Kyushu Sangyo University publication, 2002. disponível em: <http://www.ip.kyusan-u.ac.jp/keizai-kiyo/dp12.pdf>
- MASSEY, D. S. et al. Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico. Los Angeles: University of California Press, 1990.
- MATTOS, F. A. M. . A crise financeira internacional de 2008/2009 e a derrocada dos mitos do neoliberalismo. In XIV Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, 2009
- ROBERTS, B. R. Socially expected durations and the economic adjustment of immigrants. In: PORTES, Alejandro. The economic sociology of immigration. Nova York: Russel Sage Foundation, 1995.

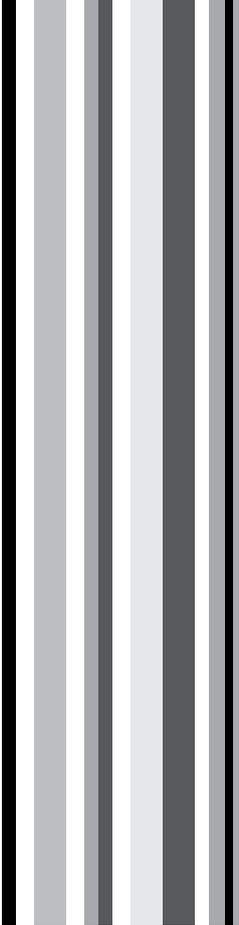
ROSSINI, R. E. Lugar para viver é aqui. Lugar para sobreviver é lá: migração internacional do Brasil para o Japão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2008, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2000.

SASSAKI, E. M. *Dekasseguis*: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão. Textos NEPO 39, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2000.

TSUDA, Takeyuki. "The Permanence of 'Temporary' Migration: The 'Structural Embeddedness' of Japanese-Brazilian Immigrant Workers in Japan". *Journal of Asian Studies* 58: 687-722, 1999.

IPC Digital: <http://www.ipcdigital.com>

MINISTRY OF JUSTICE: <http://www.moj.go.jp>



ARRANJOS DOMÉSTICOS E FAMILIARES ENTRE BRASILEIROS NO JAPÃO

Lilian Suzuki
Katiani Tatie Shishito

As migrações internacionais recentes se inserem num contexto de processos macroestruturais de reestruturação produtiva do trabalho e ao mesmo tempo no contexto internacional onde a atual etapa da globalização se apresenta junto a suas múltiplas dimensões e desdobramentos (PATARRA e BAENINGER, 2006). Nos anos 1980 o Brasil, devido a uma série de fatores econômicos, nacionais e internacionais, apresentou um número significativo de brasileiros que buscaram na emigração uma saída para a longa crise que o país estava passando.

Dentre os vários destinos, o Japão foi um dos países que passou a receber uma quantidade significativa de brasileiros. Os descendentes de japoneses têm o Japão como seu país de destino na trajetória migratória, onde vão trabalhar em ocupações de baixa qualificação, principalmente no setor manufatureiro, sendo chamados de *dekasseguis*.

A palavra japonesa *dekassegui* é utilizada para todos aqueles que saem de casa para trabalhar fora. O termo *dekassegui* foi utilizado no Japão, a princípio para os trabalhadores japoneses que deixavam suas áreas nativas temporariamente para trabalhar em outros locais e posteriormente retornavam as suas áreas de origem.

Se a década de 1980 no Brasil se caracterizou pela recessão econômica, inflação e desemprego, na mesma época no Japão ocorria um grande crescimento econômico, em decorrência do qual as pequenas e médias empresas buscavam mão de obra estrangeira e isso “influenciava toda a economia japonesa, porque no final da cadeia produtiva encontravam-se as pequenas firmas, que recebiam encomendas das grandes empresas montadoras por meio do sistema de subcontratação” (SASAKI, 2006, p. 105).

Por essas pequenas empresas não oferecerem uma perspectiva de carreira ou ascensão profissional, os japoneses – principalmente os mais jovens e escolarizados, que adentravam no mercado de trabalho – não aceitavam trabalhar nesses postos e, assim, buscavam empresas maiores, mais competitivas e principalmente com maior perspectiva de ascensão profissional. Além disso, o Japão apresentava uma grave questão demográfica, pois grande parte de sua

população se apresentava cada vez mais idosa, enquanto que sua taxa de natalidade decrescia cada vez mais.

Tais fatores levaram essas pequenas empresas a buscar trabalhadores estrangeiros, porém, isso fez com que um grande número de imigrantes ilegais adentrasse o território japonês sendo que grande parte era proveniente de países asiáticos como a Coréia do Sul, China, Bangladesh, Filipinas, Paquistão e Tailândia.

Diante desses números de ilegais, houve a reforma da Lei de Controle da Imigração do Japão, promulgada em junho de 1990, implementando uma política imigratória mais restritiva, incluindo sanções aos empregadores de trabalhadores estrangeiros ilegais, assim como aos intermediários ou contratadores que sempre recrutaram trabalhadores para as firmas japonesas. (SASAKI, 2006, p.106).

A adoção dessa política imigratória mais restrita gerou mais uma vez graves problemas em relação à falta de mão de obra nos setores manufatureiros; dessa forma, esses empregadores – não só de empresas pequenas, mas também de empresas grandes – começaram a substituir aos poucos os trabalhadores ilegais por trabalhadores descendentes de japoneses provenientes da América do Sul, sendo que os principais eram brasileiros e peruanos.

Assim, com a implementação da lei de imigração ocorre um significativo aumento do número de brasileiros no Japão, segundo dados do Ministério da Justiça do Japão em 1989 o número total de brasileiros registrados no Japão era 14.528, em 1990 após a implementação da lei de imigração esse número chega a 56.429.

A partir desse período o fluxo de brasileiros cresce continuamente e essa tendência de crescimento se mantém até 2008, ano em que ocorre a crise econômica mundial. Porém, mesmo com a queda no número de brasileiros no Japão nos últimos dois anos, tendo em vista que o retorno foi à saída encontrada por muitos para lidar com a crise que os afetou diretamente, essa migração ainda é significativa como mostram dados do Ministério do Japão que registraram em 2010, um total de 230.552 brasileiros no Japão.

Buscando analisar mudanças significativas nos arranjos familiares e domésticos que surgem como decorrência dessa migração para o exterior é que realizamos entrevistas com 16 brasileiros que se encontram na província de Aichi¹ no Japão. Nesse sentido, buscou-se analisar as diversas estratégias familiares que são criadas para lidar com as novas situações, oportunidades e constrangimentos na esfera familiar, decorrentes da migração para o exterior.

Essas famílias têm suas relações alteradas, assim, são recorrentes entre estas algumas situações como: mudanças significativas na rotina de casais em função das longas jornadas de trabalho; pais que deixam seus filhos no Brasil com outros familiares durante o período de estadia no Japão; crianças que encontram dificuldades em adaptar-se num ambiente escolar totalmente diferente; crianças que resistem em retornar ao Brasil após adaptarem-se ao novo ambiente.

As mudanças nos arranjos domésticos e familiares devido à migração para o Japão

Goffman (1977) ao fazer sua análise sobre o arranjo entre os sexos afirma que a socialização primária é responsável por criar e reforçar os atributos e valores que acompanham as identidades de gênero masculina e feminina. Nesse sentido, desde a infância as meninas são

¹ Aichi é a província com maior concentração de brasileiros no Japão, sendo que em 2010, de acordo com dados do Ministério do Japão, chegou a um número de 58,606 brasileiros.

orientadas a desempenhar um papel de apoio, doméstico, enquanto os meninos devem fazer o inverso, eles devem adotar uma atitude competitiva e devem ser direcionados aos trabalhos que exigem mais esforço físico.

Contudo, essa distinção orientativa só se torna possível a partir da aceitação tácita de um princípio de naturalização das diferenças efetivadas em classes de sexo. As valorizações e atribuições diferenciadas são efetivadas, de forma aberta, de maneira a serem presenciadas por irmãos das duas classes de sexo. Cada sexo, afirma Goffman (1977), torna-se um dispositivo para formação do outro, dispositivo que é trazido para o interior da casa e que servirá para estruturar a vida social mais ampla.

Méda (2002) afirma que diversas pesquisas feitas na França desde 1967 mostram que o trabalho doméstico de lavar pratos, fazer compras, limpar a casa, cuidar das crianças e etc., sempre recai mais para as mulheres, algo em torno de 80%. Quando se trata de uma definição mais ampla de trabalho doméstico, o que inclui, por exemplo, a realização de consertos ou o trabalho de jardinagem, os números mostram uma participação maior dos homens, eles são responsáveis por um terço dessas atividades.

Muitos casais que migram para o Japão acabam por mudar seus arranjos de tarefas domésticas, já que eles passam a trabalhar em fábricas onde as jornadas de trabalho são bastante extensas e por muitas vezes estes trabalham em turnos alternados, isso pode ser visto na fala de Christina² – ela trabalha numa fábrica durante o dia, enquanto seu marido trabalha a noite – quando questiono como isso afetou a vida de ambos ela responde:

(...) No começo eu fui obrigada a fazer tudo sozinha, ele não estava aqui e então eu tive que fazer, eu não tinha carteira de motorista e dependia dele, então para fazer compras no supermercado eu tinha que ir de bicicleta, chegou um dia que eu falei ‘eu tenho que tirar minha carteira de habilitação senão como eu vou ficar?’, por exemplo, aqui no inverno a gente usa um aquecedor que tem que abastecer então eu não sabia abastecer o querosene nesse aquecedor é simples, mas eu não sabia e não tinha o menor interesse em aprender isso, o meu marido ficava falando ‘você tem que aprender para quando eu não tiver aqui trocar uma lâmpada, porque na hora que eu não tiver aqui’. Vamos dizer ele foi me educando dessa maneira, eu fui me adaptando, é claro eu faço questão do meu marido aqui comigo, mas se ele não está eu sei fazer tudo que ele faz porque eu tive que aprender a ficar sozinha. (Christina, 34 anos)

Como podemos perceber a organização do trabalho acaba por configurar as relações domésticas entre esses casais como mostra Christina ao explicar que ela buscou uma solução para realizar tarefas em casa que anteriormente eram feitas somente por seu marido.

Muitos casais de brasileiros que migram para o Japão e trabalham em turnos alternados, se tornam muito ausentes da vida cotidiana um do outro, o que gera muitos conflitos, pois essa é uma situação bastante diferente da qual eles estavam acostumados, isso fica bem claro na fala de Christina:

... Quando eu morava lá no Brasil a gente trabalhava e tinha um restaurante, a gente passava 24 horas juntos, todo o nosso trabalho a gente realizava junto, quando eu cheguei aqui, ele começou a trabalhar no turno da noite e eu no turno do dia, a gente se via pouco... eu achei tudo isso muito estranho pra mim no começo, foi muito difícil ficar sem ele, dormir sem uma pessoa comigo, que era uma coisa que eu já não fazia há muito tempo, porque eu já estava casada com ele três anos, é muito ruim chegar em casa e preparar o jantar e não ter com quem comer, conversar e também não tem para dormir, quando você é solteira já está mais

² Os nomes utilizados são fictícios.

acostumada a viver sozinha, mas depois de três anos juntos e o último ano vivendo juntos 24 horas eu senti muita falta (...) eu tive que me acostumar(...) aí eu resolvi se eu não mudasse minha maneira de vida e me adaptar ao Japão eu ia sofrer sozinha mesmo, meu corpo já estava sentido tudo que a minha mente estava sentido, eu acho que isso foi muito difícil por isso, mas hoje em dia durante a semana a gente se fala pelo o telefone... (Christina, 34 anos)

Hochschild (2003) ao analisar o caso de mulheres que saem de países do Hemisfério Sul para trabalhar em países do Norte, geralmente como babás, mostra como as migrações internacionais acabam promovendo muitas vezes uma reconfiguração das relações de gênero nos países de destino de muitas dessas mulheres.

Muitas vezes mulheres saem de países pobres ou pouco desenvolvidos para países ricos, isso é comum, por exemplo, entre mulheres de países como Sri Lanka e Filipinas, assim estas mulheres vão para o exterior para trabalhar enquanto os maridos permanecem – diversas vezes desempregados – nos países de origem, gerando com isso desarranjos domésticos e familiares significativos. (HOCHSCHILD, 2003).

No caso dos *dekasseguis* essa reconfiguração familiar ocorre também, pois são muitos os que migram deixando toda a família ou boa parte dela no Brasil, assim, é grande o número de homens que partem para o Japão sem esposas e filhos ou então, casais que migram deixando os filhos com parentes no Brasil. Podemos perceber essa situação no depoimento de Satoru que atualmente está no Japão, mas que durante a adolescência passou pela situação de permanecer no Brasil com a mãe enquanto o pai partiu para o Japão, quando pergunto sobre as principais mudanças que ocorreram nessa época ele diz:

Minha mãe teve que assumir todos os compromissos, alguma coisa que precisava ser resolvida ela falava com o meu pai, mas era praticamente minha mãe que era a cabeça de tudo, eu meio que ajudava como possível. Foi uma mudança grande, 15 anos dentro de casa e de repente meu pai lá do outro lado do mundo e você só fala com ele uma vez por semana por telefone e na época era um absurdo ligar para o Brasil, tinha o tempo limitado e você tinha que falar o que tinha que falar naquela época, então foi assim, tinha esse lance da saudade, mas também 'está no Japão e vai ganhar dinheiro e vai vim embora e vai ficar todo mundo feliz'. (Satoru, 35 anos)

Tudo isso acaba gerando transtornos na esfera doméstica e familiar onde os pais se tornam muito ausentes na vida cotidiana dos filhos, principalmente devido à distância. As famílias buscam manter os vínculos com os parentes deixados no país de origem, através dos diversos meios de comunicação avançados e acessíveis. Porém, toda a tecnologia existente não é capaz de substituir a presença física daqueles que deixam suas famílias. Entre aqueles que se encontram nessa situação são recorrentes os relatos sobre a falta que faz os membros da família que permaneceram no Brasil, principalmente os relatos de pais que deixam seus filhos aos cuidados de parentes, e como essa migração traz consigo uma profunda desestruturação familiar. Haruo conta sobre a difícil situação de permanecer no Japão longe de seu filho que está com sua ex-mulher no Brasil:

É difícil, pra falar a verdade não imaginei que seria tão difícil assim. Eu converso com ele aqui e não dá pra chorar na frente da criança, é triste, não desejo pra ninguém não é triste. Você não sabe o que acontece, às vezes, ele fala algumas coisas que eu fico assustado, não sei se é da cabeça dele, mas eu fico preocupado, mas é triste, depois que minha mulher quis separar foi logo depois do Tsunami, fiquei mal, na verdade eu só penso nele. Ele que me mantém e me dá força para trabalhar e é ele que me dá força pra voltar. Mas a situação é triste, penosa, às vezes ele não quer conversar eu falo: 'fala com o papai' eu acabo sendo chato porque a

criança de três anos quer ver um desenho e vai ter falar com o papai, é ruim, muito triste.
(Haruo, 34 anos)

Em relação às estratégias familiares, as crianças que migram com os pais por serem vistas como dependentes e deslocadas de seus ambientes pelas decisões familiares, tornam-se figuras centrais na elaboração das estratégias (YAMAMOTO, 2010). As crianças que se adaptam no Japão resistem, muitas vezes, às decisões familiares de retornar ao Brasil.

Dentro desse contexto surgem outros problemas como, por exemplo, crianças que passam a cursar escolas no Japão e aprendem o idioma japonês, isso acaba por gerar transtornos na vida privada com os pais já que muitas vezes estes não têm domínio da língua japonesa. Assim, os pais não conseguem acompanhar a vida escolar dos filhos e muitas vezes se sentem frustrados e também preocupados ao pensar nas dificuldades que os filhos terão ao retornar ao Brasil.

Famílias brasileiras e seus filhos no Japão: trajetórias e transições

No contexto migratório de brasileiros no Japão a educação dos filhos dos imigrantes tem sido uma questão que gera controvérsias. Se por um lado há a opção de manter os filhos estudando em escolas brasileiras, para serem alfabetizados em língua portuguesa e para que seus estudos sejam reconhecidos de forma equivalente no Brasil, por outro lado existe a opção em matricular os filhos em escolas japonesas, que propicia às crianças e jovens o conhecimento da língua japonesa e continuidade dos estudos no Japão.

Nesse sentido, qualquer que seja a decisão a ser tomada pelos pais, fatores como: a idade dos filhos, o contexto familiar e social, e outras questões relevantes, geralmente são levadas em consideração. Isso porque além da situação presente no momento da decisão, é também uma escolha que acarretará consequências futuras na vida dos indivíduos e das famílias como um todo. Ou seja, as dificuldades apresentadas relacionadas a questão da educação dos filhos de imigrantes brasileiros no Japão suscita questões subsequentes ligadas ao curso de vida desses indivíduos e das configurações familiares em contexto migratório.

A perspectiva do curso de vida se caracteriza por tratar de variações contextuais e dinâmicas familiares ao longo do tempo e por considerar a família como um ator que faz escolhas em situações constrangedoras. Desse modo, considera-se ao longo do curso de vida a interligação das trajetórias individuais no interior das famílias, a formação e dissolução de “padrões familiares” ao longo do tempo e a relação entre família e mudanças sociais (ELDER, 1987).

Essa perspectiva parece favorecer a compreensão dos processos pelos quais as famílias *dekasseguis* têm passado ao longo da trajetória migratória e suas alterações nesse período. Questões de separações familiares por conta da migração, bem como as questões educacionais, se caracterizam como ‘escolhas familiares’ em situação de constrangimento e de dinâmica familiar ao longo do tempo.

Elder (1994) considera que o curso de vida pode ser visto como um fenômeno multinível variando desde os caminhos estruturados através das instituições sociais, até as trajetórias sociais de indivíduos, o conceito pode ser definido também “como um entrelaçado de trajetórias definidas pela idade (...) que estão sujeitas a mudanças em suas condições e opções futuras, e transições de curto prazo que vão desde a saída do sistema escolar até aposentadoria” (ELDER, 1994, p. 5).

Dessa maneira, a questão da educação das crianças apresenta situações diversificadas face à experiência migratória, dependendo principalmente da idade com que as crianças chegam

ao Japão. Os filhos dos trabalhadores imigrantes têm as opções entre frequentar o sistema escolar japonês, frequentar alguma escola para estrangeiros ou dependendo da idade, começar a trabalhar. Geralmente as crianças brasileiras que iam para o Japão com os pais frequentavam escolas públicas japonesas (KAWAMURA, 1999), porém recentemente é notado um crescente número de escolas brasileiras no Japão, e muitas famílias brasileiras passaram a optar por essas escolas, mesmo sendo privadas e de alto custo (CNIg, 2009). Essas escolhas trazem influências para as vidas dos indivíduos no interior das famílias, reconfiguram suas relações e podem alterar seus arranjos.

Entendemos, portanto que se trata de uma dinâmica familiar de vidas interdependentes que é vista a partir da perspectiva de trajetórias e transições. Trajetórias que correspondem a períodos longos, como a trajetória da vida na escola, no trabalho, no casamento. São papéis interrelacionados que estruturam a vida do indivíduo, casal e família. Transições são períodos curtos através dos quais se passa de um estado a outro em determinada trajetória (de solteiro a casado, de estudante a trabalhador, de filho para pais). Assim, “transições estão sempre imersas em trajetórias de vida que determinam sua forma e seu significado” (ELDER, 1987, p.184).

As transições podem apresentar maneiras específicas, dependendo da trajetória dos indivíduos, assim como as suas experiências e decisões. Em relação ao contexto educacional dos filhos de imigrantes brasileiros no Japão, consideramos que a trajetória educacional apresenta um forte fator de influência para as transições subsequentes no curso de vida dos indivíduos e famílias. A trajetória educacional, além de reconfigurar as relações familiares principalmente no que tange ao idioma e cultura aprendidos pela criança e sua comunicação com seus pais, acarreta também um grande peso em como se dará a transição para a vida adulta desses indivíduos.

A transição para a vida adulta é considerada um momento crítico do curso de vida dos indivíduos. Vieira (2009) assinala que este é um período em que diferentes mudanças de *status* marcam diferentes formas de passagem da condição de dependente para independente. Embora a fase da juventude e dessa transição seja estudada por diversas disciplinas das ciências humanas, sob a perspectiva sócio-demográfica são analisados cinco eventos que marcam essa passagem: i) saída do sistema escolar, ii) entrada no mercado de trabalho iii) formação de domicílio independente, como responsável ou cônjuge, iv) entrada em união e, iv) nascimento do primeiro filho.

Anteriormente, no Brasil considerava-se que essas transições de uma fase para outra ocorriam em um período da vida dos indivíduos entre as idades de 15 e 24 anos, no entanto, mais recentemente se convencionou considerar entre as idades de 15 e 29 anos, seguindo a tendência internacional de ampliação do limite superior de idade (VIEIRA, 2009). Alguns estudos que trabalham essa temática no Japão chegam a considerar o limite de 34 anos para a idade superior, de acordo com o contexto social e as dinâmicas demográficas japonesas (RINDFUSS et.al, 2010).

Embora essa questão não seja contemplada de forma mais aprofundada nesse trabalho, entendemos que o tipo de trajetória educacional dos filhos dos imigrantes terá consequências sobre a transição para a vida adulta e para o curso de vida individual e das famílias.

A trajetória educacional e seus conflitos

Os filhos de imigrantes brasileiros que nascem no Japão, ou chegam ao país de destino ainda em idade escolar, têm suas trajetórias futuras e suas relações familiares

influenciadas pela escolha que é feita sobre o tipo de escola que irão frequentar: brasileiras ou japonesas. Essa escolha também influenciará na dinâmica familiar futura, considerando as vidas interdependentes nos arranjos e configurações familiares.

A escolha pelo sistema de ensino brasileiro se justifica em parte, pela alfabetização em língua portuguesa e também ao retornar ao Brasil pelo fácil reconhecimento dos estudos. Entretanto, a dificuldade encontrada é que no Japão as escolas brasileiras são todas privadas e de alto custo financeiro, portanto, no período da crise econômica de 2008, por exemplo, os pais que perderam os empregos tiveram dificuldades em pagar as escolas para seus filhos continuarem estudando (CNIg, 2009).

Muitos brasileiros também optam por matricular seus filhos em escolas japonesas, que possui fácil acessibilidade principalmente por serem gratuitas em sua maioria, além disso, as matrículas são realizadas apenas com a documentação básica e por critério de residência. Dentre as escolas japonesas, existem as classificadas como nacionais, as públicas e as privadas, sendo que cerca de 99% das escolas primárias e 93% das escolas ginasiais são instituições públicas (HENDRY, 2003 *apud* CASTRO-VÁZQUEZ, 2009:62).

O sistema escolar japonês é altamente centralizado, sendo assim o governo nacional mantém o controle sobre o número de horas de estudo para cada nível, bem como controla a produção dos livros escolares; os professores e as escolas não têm como optar sobre o material que usam, podem sofrer censura os livros que não condizem com os padrões aprovados pelo Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia (MEXT) e não é permitida a venda destes em livrarias (CASTRO-VÁZQUEZ, 2009).

As crianças brasileiras que frequentam a escola japonesa recebem fortes influências desse sistema de educação, pois as atividades na escola vão além da formação curricular do estudante, já que estas visam também uma educação geral no sentido de formar o cidadão e formar principalmente para o trabalho, inculcando os princípios, as regras, os costumes e a disciplina escolar nas crianças (KAWAMURA, 1999). Dessa maneira, o papel da escola apresenta extrema importância na reprodução de valores na sociedade japonesa.

Uma entrevista realizada com a diretora de uma escola brasileira no Japão relata as dificuldades dos pais para a escolha entre colocar os filhos em escola brasileira ou japonesa

[a dificuldade] no início é com a língua. Aí a escola brasileira é muito cara, o valor de uma escola aqui é como se fosse uma faculdade no Brasil, então tem muita gente que chega aqui e não tem condições e coloca numa escola japonesa. Mas só que a adaptação de crianças que chegam do Brasil e entram numa escola japonesa direto é difícil, a criança sofre muito, é tipo bullying, os próprios japoneses ignoram, então elas sofrem bastante isso. Se coloca a criança desde quatro anos de idade eles aprendem rapidinho japonês, aí elas continuam em escola japonesa, agora se chega uma criança aqui no Japão com 10, 12 anos não conseguem adaptar em escola japonesa não. Se é um casal, o dinheiro da mãe é só para a educação do filho, aí paga escola brasileira. (Alicia, 56 anos)

O sistema de educação japonês prevê um grande envolvimento da mãe nas atividades escolares das crianças, no caso de crianças brasileiras em que as mães geralmente trabalham fora em período integral isso se torna um problema, além das dificuldades próprias encontradas com a barreira lingüística que se apresenta tanto para a mãe (que muitas vezes não domina o idioma japonês), como às vezes para a própria criança quando esta ainda se encontra no processo de adaptação ao novo país e a nova escola (LASK, 2000; CASTRO- VÁZQUEZ, 2009).

Essas barreiras são desafios crescentes para as escolas japonesas com um grande número de crianças estrangeiras. Isso porque o processo de educação japonesa visa à homogeneização

cultural típica dos ideários japoneses, em face de uma nova realidade de heterogeneidade característica do período contemporâneo de internacionalização e globalização. Dessa forma, sob a perspectiva do sistema homogêneo de ensino, os alunos estrangeiros são tratados e cobrados da mesma forma que os alunos japoneses, a despeito de sua experiência anterior e desconhecimento inicial da língua japonesa.

Algumas escolas que possuem um número maior de crianças estrangeiras matriculadas buscam contratar professores para o ensino da língua japonesa com o objetivo de ajudar na adaptação e melhor inserção dos estudantes na escola japonesa (CASTRO- VAZQUEZ, 2009).

Já a busca pela escola brasileira apresenta uma dimensão ligada à expectativa de retorno ou não ao Brasil: para as famílias com crianças e adolescentes que pretendem retornar ao Brasil, a alfabetização em escola japonesa é problemática se não for acompanhada do ensino de língua portuguesa. As consequências do desconhecimento da língua portuguesa refletem principalmente na continuidade da trajetória escolar, mas também com reflexos na adaptação e socialização no Brasil.

tem crianças, hoje que os pais já estão querendo retornar ao Brasil, porque com o tempo já começa a cansar daqui do Japão, aí por isso até que o Governo fala que se a pessoa vem para o Japão e tem uma idéia de voltar, então o ideal é que a criança fique em escola Brasileira e não japonesa, porque a adaptação depois é a mesma coisa. Todos os alunos que saem da nossa escola e vão para escola japonesa e também ao contrário sofre bastante, porque tem crianças de 12,13 anos que não é alfabetizado em português, é alfabetizado em japonês, escreve tudo errado. (...) ao chegar ao Brasil a criança sofre, aí os pais acabam voltando pra cá e ficam pra sempre aqui no Japão, porque a adaptação no Brasil também não é boa. A maior parte das crianças que moram aqui e vão para o Brasil tem dificuldade na adaptação, aí eles retornam. (Alicia, 56 anos)

Há para as crianças e adolescentes em idade escolar uma realidade de intenso trabalho de seus pais, sua própria trajetória de estudos e futuro apresenta-se indefinidos assim como de qualquer pessoa que atravessa a fase da juventude, no entanto em relação à noção de pertencimento e identidade esse conflito torna-se mais intenso. As crianças e jovens têm dificuldades em entender e se identificarem como brasileiros ou japoneses, por isso a escola representa um papel fundamental. Os relatos da diretora da escola entrevistada mostram que a formação dos filhos de imigrantes passa por uma grande influência da escola e da ausência do convívio familiar em muitos casos:

A escola onde eu trabalho tudo tem câmera, é bem seguro para os pais, os alunos ficam oito horas, tem crianças que saem de casa as 5:00 da manhã e só retornam as 8:00 da noite (...).como as crianças ficam fora de casa dia inteiro, então a gente acaba sendo mãe, professora, psicóloga, as vezes, até mesmo pais. (Alicia, 56 anos)

Já as crianças que estudam em escolas japonesas apresentam outra realidade, pois é muito comum que estas apresentem um conflito de identidade:

Essas crianças brasileiras que estudam em escola japonesas elas acham que são japonesas, elas não gostam nem que fala que é brasileira, tem bastante crianças assim, não gostam, tem raiva de brasileiro. (...) ela sabe que é brasileira, aí o jeito dela é de japonês, a conversa, o jeito de andar, modo de vestir é tudo japonês. E as vezes é brasileira mesmo tem olhos grandes, só a mãe que é japonesa ou o pai, mas elas sentem como japonesas e não aceitam e não gostam de brasileiros não, tem raiva de brasileiro! 99% dessas crianças têm problema de adaptação, emocional, bastante o emocional, acho que mais é isso. (Alicia, 54 anos)

Ainda em relação ao conflito identitário desde a infância, o relato de Mayumi de 28 anos, mãe de uma menina de 9 anos de idade mostra a dificuldade dessa experiência para as crianças:

A minha filha na verdade ela sofreu e ainda sofre com preconceito na escola, criança pequena... e o nome dela é diferente, ela meio que pegou um certo trauma de estrangeiro, ela não admite que ela seja estrangeira. (...) pelo o fato dela nascer aqui e convivência também.(...). Criança quando se sente diferente das outras crianças se sente mal, então digamos, quando passa alguma coisa na televisão do Brasil ou sobre estrangeira ela fica meio assim sentida por dentro, não gosta e nem quer ver, sai de frente da televisão, meio que tem uma certa revolta com isso. (Mayumi, 28 anos)

Já a entrevistada Shizuka de 34 anos, que é formada em letras e têm dois filhos, um nascido no Brasil e o outro no Japão, relata uma situação interessante entre os dois. Ambos foram alfabetizados no Japão desde os primeiros anos escolares, o mais velho de 16 anos voltou ao Brasil há dois anos para continuar os estudos. Sobre o mais novo que está com 8 anos de idade, ela relata:

Ele entende português porque a gente fala, mas ele fala muito pouco. (...) eu estou tentando alfabetizar ele agora [em língua portuguesa], mas eu acredito que ele vai ter problemas, o mais velho estudou aqui desde a primeira série, mas ele fala o português fluente e o japonês. Então eu nunca vi dificuldade tanto que ele foi para o Brasil e entrou no Ensino Médio e está correndo tudo bem. Mas o mais novo ele teve essa dificuldade, ele diz que é japonês, que ele nasceu no Japão, ele ainda não concorda com a ideia de voltar ao Brasil. (Shizuka, 34 anos).

Diante da pressão e do controle exercidos pelo sistema educacional japonês, bem como pelos valores vigentes e reproduzidos nesse contexto escolar, os filhos dos brasileiros apresentam sinais que demonstram o conflito e a dificuldade em lidar com sua nacionalidade, com suas diferenças e com suas origens na formação educacional e pessoal.

A construção da identidade passa por processos contraditórios no contexto da migração Brasil-Japão, uma vez que o critério de seleção para essa migração é o da consangüinidade, os imigrantes *dekasseguis* em grande parte possuem descendência japonesa e no Brasil são reconhecidos como “japoneses”, ao se depararem com a realidade do Japão através do processo migratório não se reconhecem como tal e tampouco são reconhecidos (SASAKI, 2009), dessa forma acabam ficando entre a auto percepção de uma “brasilidade” não aceita e uma “niponização” desejável.

Assim, a grande maioria dos brasileiros que migra para o Japão acaba por modificar seu modo de vida e conseqüentemente os arranjos domésticos e familiares. Em relação às mudanças nos arranjos domésticos é comum que os casais se sintam obrigados a mudar a rotina do lar devido às longas jornadas de trabalho. Existem aqueles que trabalham em turnos alternados e assim, tornam-se muito ausentes da vida cotidiana um do outro.

Em relação às estratégias familiares, as crianças que migram como os pais por serem vistas como dependentes e deslocadas de seus ambientes pelas decisões familiares, tornam-se figuras centrais na elaboração das estratégias. As crianças que se adaptam no Japão resistem, muitas vezes, às decisões familiares de retornar ao Brasil.

A indeterminação e insegurança próprias da migração tomam novas formas e desenvolvem dimensões antes inexistentes nesse fluxo de brasileiros no Japão. Com o passar do tempo, já contando com cerca de três décadas de migração brasileira no Japão, e com a continuidade do fluxo, surgem novas questões relativas às condições dos filhos, ou dessa segunda geração, nos arranjos familiares dos imigrantes brasileiros no destino.

A escolha pelo sistema escolar, se brasileiro ou japonês, é um fator que traz grandes influências no curso de vida dos indivíduos e das famílias, e principalmente na transição para a vida adulta dessa segunda geração de imigrantes brasileiros no Japão. A perspectiva de curso de vida mostra como as vidas individuais são interdependentes no interior das famílias, e essas estão sujeitas a condições mais amplas do contexto social.

Entendemos, portanto, que o processo migratório, que recebe sempre influências dos contextos dos países de origem e destino, também é responsável por alterações nos cursos de vida dos indivíduos, casais e famílias. Em relação aos filhos essa influência será determinante para sua formação enquanto um indivíduo que se considera adulto, com independência e autonomia.

Consideramos que os filhos dos imigrantes que estudam em escolas brasileiras desde os seus primeiros anos escolares, terão uma adaptação mais fácil no Brasil no caso de um retorno, tanto para estudar quanto para trabalhar. No entanto, se ao terminar o período escolar esses jovens permanecerem no Japão, sua inserção no mercado de trabalho poderá ocorrer como a de seus pais na condição de imigrante *dekassegui*, de forma instável e precarizada. Isso porque a alfabetização em língua portuguesa nas escolas brasileiras, mesmo estando localmente situada no Japão, não favorece o ensino concomitante da língua japonesa, assim, essas crianças e jovens dificilmente dominam o idioma japonês e não se qualificam profissionalmente após a saída da escola. Esse tipo de trajetória escolar pode influenciar também os arranjos familiares, como separações familiares de pais e filhos para que esses deem continuidade dos estudos no Brasil, bem como o retorno de parte da família, acarretando em desestruturação familiar.

Considera-se que a entrada em união e formação familiar dessa segunda geração provavelmente se dará entre brasileiros, mesmo se continuarem no Japão, pois os círculos de sociabilidade de escola e trabalho propiciam o estreitamento de relações com os compatriotas no destino.

Já a trajetória dos filhos de imigrantes que estudam no sistema educacional japonês apresenta conflitos de outra ordem para o curso de vida e estruturação familiares. As crianças que frequentam escolas japonesas aprendem o idioma, os costumes e a cultura japonesa de forma que acabam se identificando como japoneses, mesmo as vezes tendo nascido no Brasil ou de família brasileira no Japão. Por passarem também a maior parte do dia na escola, enquanto seus pais trabalham fora em período integral, à comunicação entre pais que não falam a língua japonesa e seus filhos que não foram alfabetizados em língua portuguesa é um problema grave. Além da dificuldade da comunicação, há também choques culturais dentro da própria família, pois na escola aprendem os valores sociais e morais considerados corretos para a sociedade japonesa, e que muitas vezes divergem do comportamento dos pais ou irmãos mais velhos que carregam essa formação desde o Brasil, com sua cultura, costumes e valores próprios.

O conflito identitário dessas crianças e jovens traz consigo dificuldades nas tomadas de decisões familiares no contexto migratório, principalmente em relação ao retorno ao Brasil e a perspectivas futuras da família. Os cursos de vida e arranjos familiares refletirão essas experiências. Em relação à transição para a vida adulta desses imigrantes que crescem com esse conflito entre serem brasileiros e se sentirem japoneses, questionamos se sua entrada no mercado de trabalho será assegurada em postos com mais qualificação pela sua trajetória educacional ter permitido tal feito, ou se pelo fato de serem imigrantes, sua inserção laboral também sofrerá com as condições do trabalho imigrante precarizado.

Embora não esteja no escopo do presente trabalho responder a tais questões, consideramos que sejam questões pertinentes, face ao prolongamento temporal e amadurecimento desse

fluxo migratório de brasileiros no Japão. A transição para a vida adulta bem como os arranjos familiares têm influências decisivas na continuidade do curso de vidas tão entrelaçadas e em contexto tão complexo como é dessa migração entre esses dois países.

Referências

CASTRO-VAZQUEZ, G. Immigrant children from Latin America at Japanese Schools: Homogeneity, ethnicity, gender and language in education. *Journal of Research in International Education* 8 (1), 57-80, 2009.

CNIg Brasília. Ata da reunião de 10 de mar. de 2009.

GOFFMAN, E. The arrangement between sexes. *Theory and Society*. Davis, v. 4, n. 3, p. 301-331, fall 1977.

HOCHSCHILD, A. R. Commercialization of intimate life. Notes from home and work. Berkeley: University of California, 2003.

HOCHSCHILD, A. R.; MACHUNG, A. The second shift. New York: Penguin, 2003 [1989]. KAWAMURA, L. Para onde vão os brasileiros? Campinas: Editora da UNICAMP; Fundação Japão, 1999.

LASK, T. Imigração Brasileira No Japão: O Mito Da Volta E A Preservação Da Identidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 71-92, nov. 2000.

MÉDA, D. El tiempo de las mujeres. Conciliación entre vida familiar y profesional de hombres y mujeres. Madrid: Narcea, 2002.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópolis e fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, N°60, São Paulo, 2006.

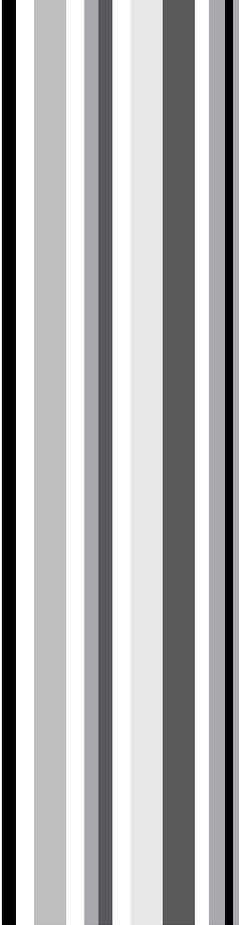
RINDFUSS RR, et al. Order Amidst Change: Work and Family Trajectories in Japan. *Advances in Life Course Research*, v. 15, p. 76-88, 2010

SASAKI, E. A imigração para o Japão. *Revista Estudos Avançados*, USP, São Paulo, Vol. 57, p. 99-117, 2006.

_____. Ser ou não ser japonês? A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo. 667 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

VIEIRA, J. M. Transição para a vida adulta em São Paulo: cenários e tendências socio- demográficas. Tese de doutorado em Demografia - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2009.

YAMAMOTO, L. E. Famílias brasileiras no contexto transnacional: famílias reconstituídas. 2010. Disponível em: http://www.ipcdigital.com/br/Vida-no-Japao/Textos/Familias-brasileiras-no-contexto-transnacional-familias-reconstituidas_17122010. Acesso em: 20/06/2011.



CIRCULAÇÃO ESTUDANTIL E IMIGRAÇÃO BRASILEIRA NA FRANÇA

Gisele Maria Ribeiro de Almeida

Dados e depoimentos das autoridades brasileiras na França sinalizam para um crescimento do número de brasileiros na França, inclusive destacando fluxos originários de outros países. Ainda que o perfil destes brasileiros não esteja mais restrito a um universo elitista como fora no passado (Rolland, 2008), as relações culturais entre os países alimentam uma francofilia em certas instituições e grupos sociais (MARTINS, 2005), de forma que a presença de estudantes brasileiros na França assume uma relativa proeminência, e apresenta tendência também crescente.

De acordo com Wenden (2001), no âmbito da mobilidade humana figura atualmente a diversificação dos fluxos e dos modos de instalação (ou dos estoques de migrantes). Neste contato, os países deixaram de ser países de emigração ou de imigração, enquanto alguns partem, outros passam, chegam. Os tipos de fluxos também tornaram-se mais variados e encontram-se movimentos de: reagrupamento familiar, estudantes, trabalhadores qualificados e classes médias, fuga de cérebros, trabalhadores temporários, trabalhadores pendulares transnacionais, demandantes de asilo, indocumentados.

Neste estudo, o foco da discussão está no fluxo de brasileiros para a França tendo em vista a mobilidade estudantil em particular, um desdobramento de uma pesquisa mais ampla sobre uma “onda” de imigração mais recente, a partir dos anos 1980, de brasileiros na França. Há elementos importantes que apontam para o fato de que a mobilidade estudantil de brasileiros para a França impacta a imigração brasileira naquele país, aspecto que como será argumentado relaciona-se aos processos macroestruturais, que envolvem a globalização e a consequente intensificação da valorização da internacionalização da formação acadêmica, e aos processos microestruturais, que se referem às motivações e às expectativas que fundamentam o projeto de circulação destes estudantes. A análise de algumas trajetórias migratórias, acessadas através do registro de entrevistas semi-estruturadas, traz à tona elementos que sugerem como as expectativas temporais destes estudantes antes de sair do Brasil podem alterar-se quando passam a viver no destino. A circulação, enquanto uma mobilidade temporária e com expectativa temporal

pré-definida, assume contornos de projeto migratório, e a probabilidade de reversibilidade do deslocamento diminui consideravelmente.

O texto está estruturado da seguinte forma: na sequência desta introdução, há uma reflexão sobre a circulação estudantil na época contemporânea, compreendendo a valorização crescente de elementos distintivos no currículo acadêmico, aspecto explicitado pelos próprios entrevistados. Na terceira parte do artigo, apresenta-se o fluxo de estudantes brasileiros para a França: números, projetos de cooperação e fatores que teriam justificado a eleição do destino. Em seguida, é tratada a questão da política de acolhimento de estudantes praticada pelo país, aspecto que como se verá, tende a dificultar uma permanência mais prolongada dos estudantes estrangeiros. O item seguinte dedica-se a discutir as dificuldades de classificação dos deslocamentos, considerando os desafios que a realidade contemporânea tem colocado aos pesquisadores, por exemplo, na definição de fronteiras conceituais rígidas entre fenômenos chamados circulatórios e migratórios. Por último, as considerações que finalizam o artigo, tentaram integrar a questão das restrições da política migratória e de acolhimento de estudantes estrangeiros praticadas na França e a questão das expectativas temporais dos estudantes, à luz das repercussões inesperadas que a experiência do deslocamento pode trazer aos envolvidos.

A experiência internacional como elemento distintivo na formação acadêmica

Vários fatores contribuíram para a internacionalização do sistema de ensino: a uniformização do modelo anglo-saxão em escala mundial; a existência de um mercado mundial acadêmico em expansão para estudantes e profissionais qualificados; a adoção do inglês como idioma de ensino em vários programas; a internet; os projetos de cooperação entre as instituições; e a harmonização do sistema educacional, de ensino e dos métodos de avaliação (DIA, 2005). Neste contexto, as agências gestoras dos acordos e dos convênios estabelecidos passam a ter papel chave, servindo ao suporte acadêmico e administrativo no que se refere à promoção da mobilidade de estudantes e pesquisadores.

A mobilidade de estudantes acontece desde que as universidades foram criadas, e sua promoção depende de uma série de fatores capazes de conectar locais de origens e destinos. Entretanto, estes fatores de ligação são dinâmicos, e adaptam-se ao funcionamento do sistema econômico e político mundial, aos condicionantes geográficos. Desta forma, acomodando-se as exigências e as condições colocadas por uma época marcada pela mobilidade, a mobilidade internacional estudantil tem crescido nas últimas décadas: de 270 mil em 1962 para 1 milhão e 400 mil em 1998 (LATRECHE, 2001).

No que tange às origens e destinos destes fluxos, os dados relativos ao ano de 2001 (OCDE, 2004), apontam que os cinco principais países de acolhimento destes estudantes em mobilidade internacional são: Estados Unidos (30%), Reino Unido (14%), Alemanha (13%), França (7%) e Austrália (4%). Quanto à origem dos estudantes, os países que apresentam maiores volumes de estudantes no exterior são: China, Coreia, Índia, Grécia e Japão (OCDE, 2004).

Mais da metade dos estudantes em mobilidade internacional são provenientes de países em desenvolvimento e, segundo Latreche, em menos de quatro décadas o volume deste contingente foi multiplicado por cinco. Os fatores que explicam esse crescimento envolvem o aumento da escolarização de nível superior, o desigual desenvolvimento das ciências e das tecnologias quando se compara o norte e o sul do globo e, por último, a internacionalização crescente do ensino superior principalmente nos países do norte como forma de responder às exigências da economia e do mercado de trabalho globalizados.

Atualmente, a experiência internacional no processo de escolarização e profissionalização é almejada como forma de obter um elemento distintivo no currículo, uma estratégia típica de um mercado simbólico, no qual esse tipo de atividade serve como diferencial num mercado cada vez mais competitivo (MAZZA, 2009). No Brasil, o estímulo à internacionalização da formação foi reforçado em função da própria melhoria dos indicadores educacionais - elevação do número de anos de estudos da população, maior democratização no acesso aos níveis superiores de ensino, entre outros – que resultou em um “desgaste de credenciais”, conforme denominou Mazza, engendrando novos os mecanismos de estratificação e diferenciação social nos currículos escolares e profissionais, dentre os quais a internacionalização do processo de formação assume uma dimensão.

Dia (2005) faz menção a uma pesquisa sobre mobilidade internacional de estudantes no Reino Unido. Nesta pesquisa, os estudantes destacam os efeitos positivos desta experiência, que permite o cultivo da mobilidade como um gosto pessoal e ao mesmo tempo a construção de um “capital de mobilidade” em função da possibilidade de adquirir competência linguística em idioma estrangeiro, maturidade, oportunidades diferenciadas no mercado de trabalho.

Alguns dos entrevistados¹ revelaram em suas narrativas que o estudo no exterior foi uma busca estratégica e explícita desta “distinção” na formação acadêmica, ou reconheceram os benefícios *a posteriori* desta experiência. Este é o caso da fisioterapeuta Daniela² que declarou não esperar que a experiência internacional pudesse trazer tamanha repercussão em sua vida profissional e pessoal. Ela demonstrou-se surpresa por ter sido contratada como supervisora de uma equipe numa clínica bastante conceituada da capital paulista, mesmo sem ter experiência profissional:

[...] tinham fisioterapeutas que trabalham lá há cinco anos, quatro anos, e eu cheguei lá pra coordenar a equipe. Tipo assim, né? As meninas com especialização em geriatria, gerontologia. Não tenho, assim, especialização nessa área, minha área é respiratória. Ela [a proprietária da clínica] sabe disso, e eu, assim, apesar de tudo, por ela ter me chamado, primeira conversa, pra coordenar, eu achei, nossa realmente, né... [...] Foi um reconhecimento muito grande pra mim. Aí, assim, eu aprendi muito com eles. Eu falo que eles conheciam muito mais o serviço do que eu. Eram muito mais da área. E eu acho que foi mais o fato de ter feito o mestrado fora. Eu não vejo outra explicação. [Daniela, 30 anos, fisioterapeuta].

Outra entrevistada, a química Alessandra³, saiu do Brasil com bolsa do CNPq para fazer o doutorado pleno na França, e segundo ela foi muito difícil, no sentido de que sua pesquisa demandou a realização de experimentos laboratoriais bastante exigentes. Todavia quando lhe perguntei se esta experiência foi reconhecida no seu campo profissional, esta declarou: “vale à pena, né. Porque você volta com um carimbo, né, a chancela... Além de Doutorado, de ter feito no exterior. Então... É uma etapa – que já é difícil, o Doutorado, né. Ainda mais fazendo no exterior!” (grifos meu).

¹ Neste texto utilizarei como material empírico dez entrevistas por mim realizadas, sendo cinco delas feitas na França e cinco no Brasil, entre as quais apenas duas foram feitas à distância via Skype. Os entrevistados serão mencionados através de pseudônimos e as instituições à qual se filiam serão às vezes omitidas para preservar suas identidades. Seguindo os preceitos éticos relacionados, todos os entrevistados foram informados sobre a pesquisa em curso e concordaram em participar do estudo.

² Daniela foi para a França no início de 2007 para viver com o marido que fazia um doutorado lá. Permaneceu em Toulouse durante quase quatro anos, regressando ao Brasil no final de 2010. A entrevista aconteceu em 14/04/2011 na cidade de São Paulo.

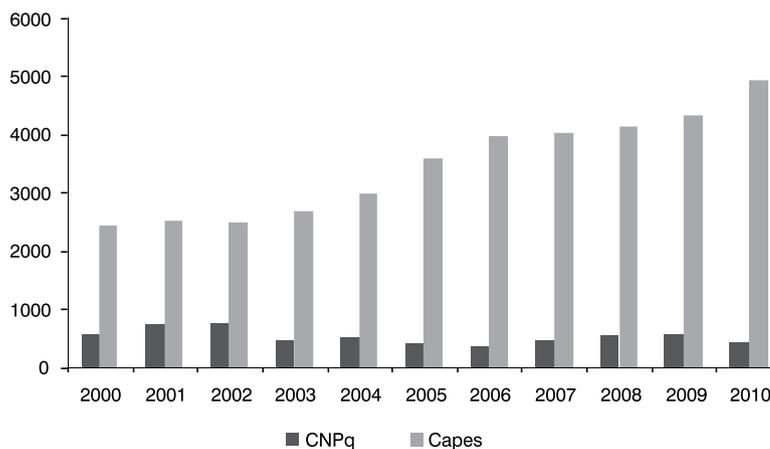
³ Alessandra nasceu em Santos e estudou em Ribeirão Preto e Campinas. Viveu durante quatro anos na França graças a uma bolsa do CNPq. Foi em 1992 para fazer o doutorado integral em Grenoble na França. A entrevista foi realizada em São Paulo no dia 12/08/2011.

Quando perguntei ao Bruno⁴ como ele avaliava o fato de ter feito parte da graduação em engenharia na França, respondeu-me:

Tem duas coisas na verdade. Uma coisa é pensar em currículo, porque estudar na França é um símbolo, é uma grife na verdade. Você fala ‘oh, o cara se formou [...] e já tem uma experiência no estrangeiro mesmo’. Pessoal do RH vê muito isso: ‘ele tem uma grife no currículo’, isso é um primeiro ponto. Agora, pro meu primeiro emprego [em um conglomerado alemão de engenharia] isso foi interessante porque já era uma empresa que tinha muitos negócios com empresas francesas e com outras coisas, que eu ficava lá como um back up, no sentido de que ‘eu tenho um cara capacitado pra trabalhar com empresas francesas’, por exemplo, então isso me ajudou bastante [Bruno, 28 anos, engenheiro].

O número de estudantes brasileiros no exterior aumentou significativamente nas últimas décadas, uma evidência da incorporação pela política científica brasileira desta valorização da internacionalização da formação acadêmica, vide estímulos aos intercâmbios internacionais de estudantes e de pesquisadores. Mazza (2009) analisou esse processo a partir das estatísticas de bolsistas da Capes, do CNPq e da Fapesp durante o período de 1970 a 2000. Para subsidiar sua argumentação, a autora refez o histórico de criação destas três agências brasileiras de fomento à pesquisa de forma a colocar em evidência os laços que ligam a comunidade científica brasileira (e suas instituições) à produção científica e tecnológica internacional. Durante o período que vai de 1951 a 1979, 879 brasileiros foram beneficiados com bolsas no exterior da Capes e do CNPq, número que se elevou para 17 mil no período de 1970 a 1998 e atingiu 44 mil na primeira década do século XX (Gráfico 1).

GRÁFICO 1. Evolução do número de Bolsas no Exterior da Capes e CNPq (2000 a 2010)



Fonte: Estatísticas da Capes e do CNPq.

Os principais destinos dos estudantes brasileiros no período 1970 a 2000 foram Estados Unidos, França e Reino Unido, nesta ordem, com alterações em função da área do conhecimento na qual se aplica a bolsa destinada (MAZZA, 2009). Os dados da primeira década do século XXI sugerem algumas mudanças ao menos quanto aos destinos dos bolsistas da Capes no exterior conforme aponta a tabela abaixo.

⁴ O paulistano Bruno foi pra França em 2005 com uma bolsa “Eiffel”, parte de um programa financiado pelo governo francês e que tem convênio com várias faculdades brasileiras de Engenharia viabilizando inclusive o duplo diploma. Durante sua estada de dois anos, morou em diversas cidades francesas, inclusive Paris. A entrevista ocorreu em 14/04/2011 na cidade de São Paulo.

TABELA 1. Participação dos principais países (em %) nas bolsas Capes no exterior de 2000 a 2010

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alemanha	11,1	12,1	10,8	10,4	12,2	12,5	12,5	12,4	11,5	10,4	9,1
Canadá	4,4	4,9	4,0	3,5	3,8	4,2	3,8	3,4	3,4	3,7	3,0
Espanha	6,2	5,4	6,0	7,4	7,5	7,4	8,2	8,5	8,4	7,7	7,7
EUA	29,5	27,9	29,3	29,8	27,8	26,5	25,3	23,0	21,8	22,1	20,7
França	26,1	27,5	25,8	22,0	23,1	23,6	24,3	26,4	28,6	30,1	30,3
Portugal	3,2	3,7	5,3	6,2	6,6	7,7	8,1	9,1	9,8	9,4	13,0
Reino Unido	11,8	10,2	9,8	10,8	9,5	8,1	7,5	7,4	7,0	6,2	5,3
Demais países	7,7	8,3	8,9	9,9	9,4	10,0	10,4	9,7	9,6	10,4	10,9
Total	2.438	2.512	2.498	2.684	2.977	3.586	3.965	4.043	4.130	4.346	4.951

Fonte: Estatísticas da Capes.

TABELA 2. Participação dos principais países (em %) nas bolsas CNPq no exterior de 2000 a 2010

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alemanha	5,6	4,4	3,9	6,4	8,2	11,6	11,8	9,4	9,1	11,0	11,9
Canadá	5,5	6,5	7,4	7,5	7,7	5,7	6,9	7,7	7,3	6,4	5,6
Espanha	4,3	5,0	5,8	4,9	5,9	6,8	5,4	5,8	5,8	6,5	6,2
EUA	40,6	40,2	38,1	36,2	31,0	30,0	30,4	29,6	33,5	32,2	31,6
França	13,8	14,5	14,1	12,3	14,0	13,6	12,7	13,1	12,9	12,8	12,3
Portugal	0,6	2,0	2,1	2,1	2,9	2,5	3,9	3,5	4,1	4,3	4,4
Inglaterra	17,5	16,1	17,0	19,2	17,7	15,2	13,9	13,2	9,9	11,0	11,2
Demais países	12,0	11,2	11,5	11,5	12,5	14,5	15,1	17,7	17,4	15,9	16,8
Total	456	737	767	469	510	414	355	496	551	578	438

Fonte: Estatísticas do CNPq.

No período 2000-2010, diminuiu significativamente o fluxo de bolsistas brasileiros nos Estados Unidos e Reino Unido e aumentou a presença destes estudantes/pesquisadores na França, em Portugal. Em particular, destaca-se o protagonismo francês na atração deste contingente nos anos de 2007 a 2010.

No que tange ao CNPq, os EUA também tiveram sua participação reduzida no acolhimento de bolsistas desta agência no exterior, mas mantêm-se como principal destino ao longo da década (destino de mais de 30% das bolsas). O Reino Unido começa a década como o segundo principal destino das bolsas CNPq no exterior (quase 20%), mas termina o decênio na terceira posição com 12%. A França tornou-se nos últimos anos, desde 2008, como o segundo principal destino dos brasileiros bolsistas do CNPq no exterior, mas com percentual ainda muito próximo do Reino Unido.

Os critérios para a “escolha” do país de destino no caso de uma circulação estudantil dependem – como qualquer outro tipo de mobilidade - de fatores culturais e sociológicos envolvidos, da proximidade geográfica e linguística. Outro aspecto relevante refere-se aos processos de integração regional, como é o caso da União Europeia, por exemplo, mas também a semelhança dos sistemas de formação e de estrutura dos programas (LATRECHE, 2001).

No caso dos estudantes brasileiros, os destinos dependem das relações culturais e históricas entre os países, dos vínculos ideológicos, que se manifestam na institucionalização de

parcerias e intercâmbios acadêmicos, mais do que da geografia e da língua. Diferentemente do que se podia esperar, pela herança histórica, Portugal não teve uma participação tão destacada no acolhimento de estudantes brasileiros, apesar do crescimento registrado nos últimos anos. A Alemanha, por outro lado, aparece como um destino importante, apesar dos vínculos entre este país e o Brasil serem menos evidentes, o que sugere a especificidade da relação, que pode ser explicada através de projetos de cooperação científica entre outros aspectos.

No que se refere à França, a história das relações franco-brasileiras começa ainda no século XVI, com o projeto de Villegaignon de criar uma colônia no país. Posteriormente, no século XIX, houve a Missão Artística Francesa de 1816 e a migração de franceses para o Brasil (BIVAR, 2007). Durante o século XX, os laços entre Brasil e França foram reforçados, sendo notável a fascinação e a admiração que a França exerceu sobre diversos e importantes estratos brasileiros, especialmente em certos meios intelectuais e artísticos (CARELLI, 1994). No âmbito universitário e acadêmico, projetos de parceria científica foram essenciais na formação e na estruturação de importantes institutos e universidades no Brasil, como é o caso da Universidade de São Paulo (TAVARES, 1979). Esse histórico resultou em uma expressiva herança cultural francesa no Brasil, consolidada em instituições e grupos sociais. De forma que o fluxo de brasileiros para estudar na França está, em grande medida, relacionado à francofilia que emergiu e que é alimentada por estas relações.

Fluxo de estudantes brasileiros na França

Segundo dados da UNESCO, a França é um destino importante dos estudantes brasileiros, ocupando a segunda posição depois dos Estados Unidos (CAMPUS FRANCE, 2010). Os dados disponibilizados pelo Ministério dos Assuntos Estrangeiros da França (MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES ET EUROPÉENNES, 2009) registraram que 40% dos estudantes oriundos de países sul-americanos no período 2008-2009 eram brasileiros, no “ranking” das nacionalidades americanas, os estudantes brasileiros ocupam a segunda posição e no período de 2003 a 2009, o número de estudantes brasileiros cresceu 65%, enquanto o fluxo de estudantes do continente americano aumentou em 30%, conforme os dados da tabela abaixo.

TABELA 3. Evolução do efetivo de estudantes inscritos em universidades francesas de 2003-2004 a 2008-2009

Origem	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	Evolução 2003/2008
América do Norte	3.953	3.973	4.062	4.242	4.438	4.730	20%
América Central	1.752	1.771	1.772	1.827	1.889	1.980	13%
América do Sul	6.362	6.783	7.339	7.772	8.269	8.983	41%
Caribe	1.323	1.325	1.551	1.735	1.552	1.599	21%
Total América e Caribe	13.390	13.852	14.724	15.576	16.148	17.292	29%
Brasil	1.774	1.963	2.189	2.313	2.558	2.911	64%

Fonte: Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa (MESR) da França.

Os vínculos mais objetivos que ligam os estudantes brasileiros à França partem dos projetos de cooperação e outros acordos (como a possibilidade de duplo diploma) estruturados com o objetivo de aprofundar o intercâmbio acadêmico entre os países. Alguns destes projetos são especificamente pensados para ampliar o fluxo de estudantes brasileiros na França e de

estudantes franceses no Brasil. Destacam-se os seguintes programas: o BRAFITEC⁵ voltado aos estudantes de engenharia, o BRAFAGRI⁶ que é dirigido aos estudantes de agronomia e veterinária e o Colégio Doutoral Franco-Brasileiro⁷.

A França possui um órgão criado especificamente para administrar o acolhimento de estudantes estrangeiros no país que é o Campus France, uma instituição vinculada aos Ministérios franceses da Educação e das Relações Exteriores, cujo objetivo é disponibilizar informações aos interessados e viabilizar o ingresso de estudantes estrangeiros em instituições de ensino superior na França. No Brasil, o Campus France existe desde 1998 e é responsável por realizar procedimentos pré-consulares, sendo passagem obrigatória para a obtenção do visto de categoria estudante junto às autoridades francesas no Brasil. As estatísticas do Campus France registram esse crescimento no fluxo de estudantes brasileiros na França⁸.

O número de vistos outorgados pelas autoridades francesas no Brasil também apontam para o crescimento desta população. Segundo o Ministério da Imigração, da Integração, da Identidade Nacional e do Desenvolvimento Solidário (MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES ET EUROPÉENNES, 2009), o número de vistos para estudantes brasileiros apresentou uma evolução de 55% no período de 2004 a 2008. Segundo área disciplinar de estudos no ano letivo 2008-2009, a maior parte dos estudantes brasileiros na França está nas Ciências Humanas e Sociais, conforme tabela abaixo.

TABELA 4. Estudantes brasileiros matriculados em universidades francesas segundo área disciplinar de estudos - Ano Letivo 2008-2009

Área Disciplinar de Estudos	Em nº	Em %
Administração/Economia/Gestão	401	14
Direito/Ciência Política	403	14
Idiomas	324	11
Letras/Ciências da Linguagem/Artes	433	15
Saúde	147	5
Ciências da Vida, da Terra e do Universo	117	4
Ciências fundamentais e aplicadas	376	13
Ciências Humanas e Sociais	710	24
Total	2.911	100

Fonte: Ministre de l'Enseignement supérieur et de la Recherche (MESR).

⁵ O Programa BRAFITEC (Brasil/França Ingénieur Technologie) tem como objetivo fomentar as parcerias universitárias no campo das engenharias. No Brasil, a instituição responsável pela gestão do programa é a CAPES e na França é a Conférence des Directeurs des Écoles Françaises d'Ingénieurs (CDEFI). Segundo dados do governo francês, de 2003 a 2008, foram beneficiados pelo programa cerca de 555 estudantes franceses e mais de 1500 estudantes brasileiros.

⁶ O BRAFAGRI (Brasil/França Agricultura) é um programa de cooperação científica internacional coordenado pela CAPES no Brasil e pela Direction Générale de l'Enseignement et de la Recherche du Ministère de l'Agriculture et de la Pêche na França. O foco do programa é promover a mobilidade de estudantes em nível de graduação nas áreas de ciências agrônômicas, agro-alimentares e veterinária. Assim como o BRAFITEC, prevê a convalidação de créditos cursados e reconhece à formação profissional em ambos os países. Segundo dados do governo francês, de 2003 a 2008, foram beneficiados pelo programa cerca de 69 estudantes franceses e 93 estudantes brasileiros.

⁷ O CDFB (Programa Colégio Doutoral Franco-Brasileiro) tem como objetivo promover o intercâmbio de doutorandos brasileiros e franceses, matriculados em Instituições de Ensino, em regime de co-tutela ou co-orientação. O CDFB foi criado em 2005 e sua gestão está a cargo da Capes no Brasil e do Conselho de Presidentes de Universidades francesas na França. Importante destacar que o programa foi suspenso em 2011, devendo se extinguir futuramente.

⁸ No Brasil, o Campus France é gerido pelo CenDoTeC (Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica) que é uma associação binacional cujo objetivo é apoiar a cooperação científica, universitária e tecnológica, facilitando e desenvolvendo o fluxo de informações entre a França e o Brasil. Os dados aos quais me referi foram obtidos a partir de entrevista com o Diretor do CenDoTeC e através do acesso a informações que me foram disponibilizadas.

Considerando o levantamento de dados realizados, não foram encontradas informações que permitam o reconhecimento do perfil destes estudantes. No entanto, cabe mencionar os estudos conduzidos por Brito (2000) que analisou as características sociais dos estudantes brasileiros na França comparando dois momentos distintos, uma primeira pesquisa, realizada nos anos 1980, teve como público-alvo, os estudantes brasileiros que foram à França para fazer o doutorado integralmente (quatro anos de permanência no mínimo) e, posteriormente, foi feita uma segunda pesquisa, nos anos 1990, com 24 bolsistas num contexto de instituição das “bolsas sanduíche”. A análise do material quanto ao perfil destes estudantes revelou que nos anos 1980 tinham entre 36 e 40 anos, que eram professores universitários no Brasil que viam nesta experiência uma retomada de seus estudos. Posteriormente, foi feita uma segunda pesquisa, nos anos 1990, com 23 bolsistas num contexto de instituição das “bolsas sanduíche”. Durante essa experiência, reduz-se o tempo de permanência na França, alterando-se também o perfil do estudante: eram mais jovens, a presença de mulheres se acentuou (BRITO, 2000).

As estatísticas disponíveis nos sítios eletrônicos da Capes e do CNPq não permitem o reconhecimento do perfil dos seus bolsistas na França. Dada a escassez de dados, não será possível realizar aqui uma análise quantitativa do perfil desta população, no entanto, tendo como escopo as referidas entrevistas com estudantes ou ex-estudantes brasileiros na França e com estudantes retornados ao Brasil, tem-se que são em sua grande maioria jovens, tendo entre 20 e 30 anos no momento da partida. Do ponto de vista socioeconômico, pertencem a estratos privilegiados da sociedade brasileira: dentre o grupo, sete deles haviam tido formação prévia em universidades reconhecidas no Brasil (apenas um único caso de ida no meio da graduação). Quanto ao sexo, são oito mulheres e dois homens. Seis ainda estavam na França quando me concederam a entrevista e quatro haviam retornado e estavam no Brasil.

No que se refere às relações dos entrevistados com o país de destino, o interesse pelos estudos na França resulta em grande medida de uma admiração pela cultura e pelo pensamento acadêmico francês. Dentre os entrevistados, pelo menos três explicitaram o desejo de estudar especificamente na França. É o caso de Carina⁹, que foi para fazer o mestrado em Paris e na época da entrevista, em novembro de 2010, havia ingressado no doutorado em Lyon. Sobre sua história pessoal de relação com a França, declarou:

Eu gostava muito de estudar língua, mas estava meio cansada de fazer inglês. Aí, quando eu entrei na faculdade, ‘vou fazer francês, é tão bonito!’..., aquela coisa... Aí, comecei a fazer francês e no próprio curso de francês, eu comecei a nutrir essa ideia: ‘não, eu quero ir estudar na França, quero fazer estudo de Teatro’, e enfim, a França também era uma Meca na parte toda de teatro. Aí comecei a sonhar com essa estória de vir morar na França. (grifos meu). [Carina, 28 anos, graduada em artes cênicas]

Esse interesse pela língua e o reconhecimento dos estudos franceses na área também foi apontado por Marina¹⁰:

Eu já tinha decidido há uns três anos em ter o francês, por conta da minha área, [...] a minha área é história, e no caso, francês, ele é uma língua bem importante [...]. Então, decidi, que eu viria um dia pra França, né, pra fazer esse curso.

O depoimento de Alessandra, que foi fazer o doutorado em Grenoble, evidencia de forma clara a associação da cultura francesa com representações positivas: “Bom, na verdade, na minha

⁹ Carina foi para a França em 2008 onde continuou sua formação no nível de pós-graduação. A entrevista foi realizada em 18/11/2010 em Paris.

¹⁰ Marina, 30 anos, fez graduação em História e foi para a França em agosto de 2010. Concedeu-me a entrevista por Skype em 23/03/2011.

cabeça passava assim: que tudo, assim, muito importante, passava na França”. É interessante registrar que a entrevistada referiu-se negativamente aos Estados Unidos, mesmo sem ser questionada sobre isso: “Os Estados Unidos, eu não tinha uma atração, assim, muito grande, né. Porque... Ah, não sei se era aquela cultura... anti-americanismo, sabe?”. Alessandra que é pesquisadora na área química aplicada à biotecnologia, retornou à França em 2002 para fazer um pós-doutoramento e até hoje mantém um forte vínculo com o país. Como ela disse, prefere participar de Congressos na Europa e sempre aproveita para “passar” na França.

Por outro lado, André¹¹ foi para a França acompanhando a família, mas enfatizou o desejo de viver fora do Brasil. Ao mencionar o caso de uma professora brasileira que vivia na França, ele declarou: “Acho que ela veio de..., um pouco que nem eu assim, um pouco de ‘saco cheio’ do Brasil, sabe? De querer sair um pouco do Brasil”.

O caso de Bruno é interessante porque foi justamente um programa institucional de cooperação que trouxe a oportunidade e o desejo de estudar na França: “Se eu te falar que até 2003 eu nunca tinha pensado na minha vida que eu ia um dia pisar em Paris, assim, nem nos meus sonhos mais [remotos]”.

Daniela chegou até a França pelo marido, que fazia doutorado com bolsa da Capes em Toulouse. Este caso apresenta uma peculiaridade, pois ele havia iniciado o doutorado na Filadélfia, nos Estados Unidos e após o término do primeiro ano, transferiu a formação para a França em função de uma maior convergência do tema de pesquisa. Segundo ela, essa mudança foi facilitada pelo próprio orientador nos EUA e os seus professores do Brasil, onde havia feito o mestrado. Independentemente do fato da entrevistada não ter “escolhido” efetivamente estudar na França, Daniela fez uma especialização e um mestrado durante o tempo que viveu lá.

O caminho que trouxe Clara¹² até a França foi bastante específico, pois era jornalista especializada na área de esportes, sendo que em determinado momento começou a se deparar com a dificuldade de entrevistar franceses para suas reportagens. Deste desafio nasceu um projeto que a levou a estudar francês na França durante um ano em 2005. O curso de francês terminou, mas a atualização do projeto transformou-se em um mestrado e o resultado é que ela está até hoje na França. Terminou o mestrado, casou-se com um francês e está no doutorado.

A ida de Viviane¹³ para fazer o doutorado na França foi motivada segundo ela por dois fatores. Primeiro, ela destacou a facilidade de inscrição e aceite na universidade francesa em função de uma parceria já estabelecida entre a universidade na qual fez seu mestrado no Brasil e, depois, o idioma francês que segundo ela é mais fácil de aprender que o inglês e cuja sonoridade a cativou. Apesar das dificuldades envolvidas para a viabilização deste projeto, pois Viviane não tem bolsa de estudos e trabalha como diarista e baby-sitter para se sustentar, ela é categórica ao sustentar que a experiência é positiva:

Para conseguir financiar um sonho, né? Porque realmente estar aqui, fazendo meu doutorado é um sonho! Na realidade eu vou fazer depois meu pós-doc, porque eu pretendo voltar para o Brasil depois do meu pós-doc, mas o pós-doc eu pretendo fazer nos Estados Unidos para ter a experiência de uma outra cultura [Viviane, 35 anos, economista]

¹¹ André é músico. Fez mestrado em Sociologia na Unicamp e foi pra França em 2008. A entrevista foi realizada em 18/11/2010 em Paris.

¹² Clara é de Recife. Quando foi para a França morava em Salvador. A entrevista foi realizada em 28/06/2012 no sul da França.

¹³ Viviane foi para o sul da França para fazer o doutorado em 2010, resgatando um projeto que havia sido abortado por motivos pessoais alguns anos antes. A entrevista foi realizada na região da Provença, França, em 29/06/2012.

O acolhimento de estudantes estrangeiros pela França: obstáculos à imigração

Existem algumas maneiras pelas quais os estudantes brasileiros podem ir estudar na França. Em primeiro lugar, por uma mobilidade “espontânea”, situação na qual o estudante parte autonomamente, não participando de nenhum acordo institucional ou de cooperação. Outra possibilidade é ir para a França estudar em função de acordo estabelecido entre as instituições de ensino na origem e no destino. Por último, tem-se a mobilidade prevista e estimulada por programas bilaterais de cooperação científica institucionalizados.

No contexto do aumento da mobilidade internacional de pessoas, particularmente dos fluxos sul-norte, a mobilidade de estudantes passou a ser tratada como questão migratória e entraves são utilizados para dificultar a entrada de estudantes “autônomos”, isto é, estudantes que não fazem parte de projetos de cooperação e não são financiados por agências governamentais. Isso é ainda mais verdade quando se considera, conforme citado anteriormente, que o volume de estudantes vindos dos países do sul do globo em mobilidade internacional apresentou um crescimento exponencial nas últimas décadas. É por isso que, segundo Latreche (2001), os países de acolhimento têm interpretado esse fluxo como sendo uma “imigração disfarçada”.

Como estes países estão adotando políticas migratórias mais rígidas, e a França enquadra-se perfeitamente neste grupo, a migração de estudantes tem sido vista como uma estratégia para contornar os obstáculos jurídicos de uma migração clássica de mão de obra. De acordo com Latreche, esse é o caso da França e da Austrália, que instituíram procedimentos regulamentares que buscam obstaculizar a entrada no país com visto de estudante. Entre estes procedimentos, pode-se citar a necessidade de comprovar inscrição em uma instituição de ensino, ter um local pré-definido de moradia, entre outros. Alguns países, como é o caso do Reino Unido, têm dificultado o acesso de estudantes através da elevação dos custos e de taxas associadas.

O histórico de imigração na França é um dos mais antigos da Europa, pois em função de baixas taxas de fecundidade e escassez de trabalhadores, o país precisou recorrer à importação de mão de obra ao longo de sua história. Segundo Peralva (1994) podem ser destacados dois períodos que investiram na recepção de fluxos de imigrantes, no século XX, por necessidade de mão de obra: na década de 1920 e na década de 1960, em ambos os contextos, o que estava em jogo era a construção do país após as grandes guerras. Em 1974 foi anunciada a suspensão oficial da imigração, com exceção do direito de asilo e da reunião de famílias. Além disso, foram estabelecidas políticas de incentivo ao retorno para os países de origem (Peralva, 1994). Atualmente, se mantém essa postura mais rígida quanto à política migratória.

Em 1993, foi aprovado um pacote de medidas contrárias a imigração que ficou conhecido como “leis Pasqua”. As determinações dificultaram o acesso à cidadania francesa e buscaram enfrentar a imigração ilegal. Em 1998, as autoridades francesas apertaram ainda mais o cerco contra a imigração com a aprovação da lei Debré (REIS, 1999). Quanto à política de acolhimento de estudantes estrangeiros, as medidas foram na mesma direção. Em 1997, Patrick Weil elaborou um relatório no qual aponta que “o medo do ‘risco migratório’” traz uma série de incoerências à política francesa de recebimento de estudantes, inclusive o documento classifica os entraves para a liberação de vistos como “rígidos e vexatórios”. Além de comprometer os recursos e as possibilidades que a mobilidade internacional de estudantes poderia trazer ao país, tal política teria como resultado “marginalizar a França no mercado mundial de formação” (WEIL, 1997).

As dificuldades para obtenção ou renovação do visto de estudante apareceram com frequência nas entrevistas. Quando perguntei a Carina sobre “sua relação com os franceses e com a França no geral”, ela me respondeu com outra pergunta: “Em relação ao Estado, você

quer dizer?”. Ao que parece, o Estado apresenta-se como elemento central na sua relação com a sociedade receptora, promovendo uma experiência negativa:

[...] eu e muitos amigos, a gente sente que vamos ser expulsos a qualquer momento, sabe? Tanto que enfim, o Sarkozy é realmente o fim da picada com os estrangeiros, ele é a direita nojenta da França e houve agora, não sei se repercutiu no Brasil, um processo de expulsão dos ciganos. E isso aí, é, assim, uma coisa bem simbólica pra nós, né, não pra eles, porque o que acontece é que a cada ano fica mais difícil renovar o visto aqui [...] A cada ano eles pedem mais papéis, aí tu chega lá com os papéis que eles pediram e eles pedem mais papéis [Carina, 28 anos, graduada em artes cênicas].

Esta entrevistada estava matriculada em instituição de ensino superior e sempre manteve regularizada sua condição no país, porém isso não é suficiente para que ela se sentisse “segura” no país de acolhimento. A geógrafa Renata¹⁴ também fez menção clara à figura de Sarkozy, quando ele ainda era ministro do interior: “O fato de ter que renovar o, a *Carte de Séjour* todos os anos era um momento de muito, muita angústia, muito stress. Nos últimos anos, a partir de 2003, com a política do Sarkozy, foi, foi ficando cada vez pior”.

Daniela que podia ter ido com visto de cônjuge, dado que seu marido é quem foi com o objetivo de estudar, preferiu o visto de estudante, o que segunda ela foi fonte de alguns transtornos: “Pro [marido] sempre era mais fácil, porque ele tinha programa de doutorado de quatro anos, então ele sempre tinha as cartas todas prontas daqui do Brasil e tudo. Mas pra mim, não. Pra mim todo ano era um problema”.

Para André, as exigências das autoridades francesas para renovação do visto são bastante incômodas, de tal forma que ele vê a permanência na França, após a conclusão dos estudos comprometida, e considera inclusive migrar para outro país: “a Itália é muito mais convidativa, o Canadá é muito mais convidativo”.

Uma das entrevistadas, a historiadora Silvana¹⁵ está na França com visto de residente, dado que terminou sua formação acadêmica. Ela foi para estudar em 1993 e não retornou. Casou-se com um francês e eles têm um filho. Mesmo nesta condição, Silvana referiu-se às exigências burocráticas dizendo que para pedir a nacionalidade hoje é mais difícil do que há alguns anos atrás: “eles [o governo e as autoridades francesas] estão complicando cada vez mais mesmo com o casamento”.

Apesar de longo, reproduzo a seguir uma parte do depoimento da Renata, que é contundente sobre o assunto:

Isso [pedir a renovação do visto] sempre foi... É... Um momento, assim, de muito stress. Porque, na verdade, eles têm o direito de negar, de querer negar o visto para você, apesar de você estar com toda a papelada correta, né. [...] E, enfim, eu tinha que provar, é, que eu tinha, eu tinha dinheiro suficiente para me manter. Então, era uma coisa assim, que os meus pais tinham que mandar uma declaração, dizendo que eles me auxiliavam. [...] O negócio é seguinte: você sente – quer dizer – você sente que existe, realmente, um preconceito, um racismo muito grande... Porque eles expõem as pessoas a uma situação que é inexplicável, [...] Para ir lá [na Prefeitura] para marcar um dia, para entrevista [...] Eu tinha de chegar é, tipo, seis, sete horas da manhã e ficar no frio esperando até a hora do portão abrir, para dar um número, para depois eu ir lá para saber qual é a documentação... Enfim. Eles não tinham uma forma de facilitar, eles tinham uma forma de dificultar, justamente de te desmoralizar

¹⁴ Renata nasceu em 1958 no Rio de Janeiro, capital. Em 1996, ela foi para a Escócia fazer um mestrado e na sequência ingressou no doutorado na França, onde viveu durante 7 anos. A entrevista foi realizada em 25/09/2011 pelo Skype.

¹⁵ Silvana nasceu em Porto Alegre em 1966. Graduou-se no Brasil e foi para a França fazer um mestrado, e desde então, vive lá, há mais de 15 anos. Concedeu-me a entrevista na cidade de Saint-Denis no dia 19/11/2010.

[...] O Estado te desmoralizando, né. Na verdade, era isso o que eu sentia [Renata, 40 anos, geógrafa].

Verifica-se um movimento dual nesta dinâmica. De um lado, tem-se um processo crescente de internacionalização da formação escolar e profissional, sendo que a experiência internacional no currículo assume um caráter distintivo, valorizado na disputa por vagas no mercado de trabalho e almejado por estudantes e profissionais em seus processos formativos. De outro, a política de acolhimento de estudantes dos países “centrais” torna-se mais exigentes, principalmente nos casos em que os estudantes partem por “conta-própria”.

Ou seja, os elementos sugerem que apesar da mobilidade estudantil ser aceita e prevista, não significa que todo e qualquer estudante será enquadrado neste perfil, por isso funcionam dentro deste tipo de mobilidade clivagens que precisam ser consideradas numa análise sobre esse fluxo. Os estudantes serão “aceitos” pelas autoridades do país de destino quando houver elementos que indiquem de maneira mais objetiva possível a posse dos recursos financeiros necessários e o compromisso do retorno. Neste sentido, os bolsistas de agências nacionais e os integrantes de convênios e parcerias são os “estudantes ideais”, pois além de portarem uma documentação “insuspeita”, têm a maior probabilidade de retorno, dado que em muitos casos, a volta ao país de origem está atrelada à obtenção do título ou ao atendimento das exigências contratuais firmadas antes da partida. Os estudantes autônomos e sem bolsa de estudos não têm estas prerrogativas e, desta forma, tendem a ser vistos como uma “ameaça de imigração”, em função de sua condição permitir uma permanência mais duradoura ou definitiva no destino.

Circulação versus migração: experiência e temporalidade dos deslocamentos

Definir a migração como mudança definitiva de residência é bastante questionável, dada a dificuldade em se classificar os deslocamentos quanto a este aspecto. Atualmente, as trajetórias migratórias e as durações dos deslocamentos estão muito mais matizadas. Courgeau (1988) reconhece esse problema explicitamente, mencionando a dificuldade de se traçar uma fronteira clara entre o que é uma mobilidade temporária do que é uma migração. Desta forma, este autor recomenda uma compreensão dinâmica dos espaços de deslocamento e pertencimento do indivíduo, e para tanto propõe o uso do conceito de *espaço de vida* nos estudos migratórios, definindo-o como a porção do espaço onde os indivíduos realizam suas atividades (COURGEAU, 1988).

Diante dos objetivos deste texto, não irei me estender nesta discussão, apenas gostaria de apontar que o conceito é importante porque permite pensar as formas de mobilidade contemporâneas em sua diversidade e complexidade. As entrevistas realizadas mostram que é possível morar na França e sentir-se muito “próximo” ao Brasil, inclusive com idas e vindas recorrentes. Em outros casos, apesar do retorno ao Brasil, é possível que fortes vínculos sejam mantidos com a França, também com idas frequentes. De alguma forma, mesmo no caso de Bruno que foi como bolsista dentro de um programa específico, quando se pensa seus locais de pertencimento à luz do conceito de espaço de vida, a França ainda faz parte deste espaço, nem que seja de maneira afetiva, nas lembranças rememoradas com satisfação (a entrevista que me concedeu durou quase duas horas e mais de uma vez utilizou o verbo “vir” em vez de “ir” como se estivesse na França naquele momento) ou de maneira propositiva, quando planeja ter uma experiência profissional naquele país.

Roberts (1995) reflete sobre a inserção do imigrante na sociedade de destino tendo em vista a expectativa temporal dos grupos de imigrantes, particularmente suas expectativas em relação à duração da experiência migratória. Para o autor, a perspectiva temporal é relevante porque

são estas expectativas que conferem a possibilidade de um enraizamento tanto na dimensão espacial quanto temporal. O autor reforça a importância da constituição das redes sociais entre os imigrantes de uma mesma nacionalidade para a inserção destes no mercado de trabalho, mas sua ênfase recai na hipótese de que as expectativas em relação à experiência migratória orientam o planejamento de curto e longo prazo e estes planos se transformariam em mais ou menos capital social. No entanto, quando o foco da análise é uma modalidade migratória tão específica (estudantil) e um grupo relativamente pequeno e disperso (brasileiros na França), o conceito de comunidades transnacionais tem pouca validade, de forma que essa perspectiva de Roberts faz mais sentido quando utilizada para sustentar uma reflexão sobre a probabilidade de reversão desta mobilidade e o conflito de expectativas no que se refere ao próprio migrante e às autoridades do país de destino.

Domenach e Picouet (1990) recomendam a incorporação da questão do retorno ou a chamada “reversibilidade migratória” nos estudos. Essa contribuição é bastante relevante após o aparecimento e a consolidação do conceito de circulação, que apesar de ser muitas vezes dissociado da migração, assume perspectiva cada vez mais relevante no estudo da mobilidade humana, inclusive com impacto para os fluxos migratórios. Anteriormente, conforme apontam os autores, num contexto de mobilidade mais restrita, os modelos analíticos trabalhavam com a ideia de residência única e um deslocamento espacial via de regra gerava uma nova instalação de caráter definitivo. Atualmente, a mobilidade se tornou mais complexa, com uma diversidade crescente de tipos de deslocamentos, e as trajetórias destes estudantes e ex-estudantes servem para ilustrar como uma classificação rígida dos deslocamentos pode implicar em prejuízos analíticos e até mesmo teóricos.

Apesar de viver na França desde 1993, Silvana disse-me que o “vou voltar” é uma constante, e que esse desejo de retorno apareceu com mais frequência quando nasceu o seu filho, em 2002. A “carreira migratória”, como sugere Roberts (1995), de Silvana é peculiar porque ela se casou, teve filho, mas à despeito disso nunca quis pedir a nacionalidade francesa. Ela parece ter uma forte resistência em ser uma “cidadã francesa” seja porque pensa em voltar, seja porque tem uma questão ideológica: “porque assim como eu tenho admiração por uma série de coisas [em relação à França], eu tenho uma repulsão por uma série de outras”. Entretanto, nos últimos anos, Silvana tem se engajado no apoio aos imigrantes indocumentados, particularmente aos brasileiros, fato que para ela recolocou a questão da posse da nacionalidade francesa em termos de uma garantia ou proteção pessoal: “é um sistema muito repressivo, então tu não pode se meter nisso porque é uma questão de segurança nacional, esse tipo de coisa, entendeste? [...] Agora, por questões estratégicas de militância, eu comecei a cada vez mais a me perguntar da necessidade de adquirir a nacionalidade”.

André enquadra-se exatamente no perfil que a política francesa foca como “risco migratório”. Apesar do motivo da ida para a França ser os estudos de sua esposa, ele almeja permanecer no exterior, mas reconhece as dificuldades de conseguir uma inserção na sociedade francesa:

A minha intenção pessoal é de ficar mais tempo aqui, só que eu acho que não vai ser possível. Por que depois do doutorado, eu vou fazer o que? Vaga na universidade aqui é raríssima. Cada vez mais difícil. E, eles privilegiam os franceses. [André, 29 anos, cientista social]

No entanto, Alessandra tem outra perspectiva e declarou que não teve vontade de ficar após o término do doutorado. Ela ainda reforçou que após os 4 anos fora do Brasil, ela era “a única que ia voltar. Que as outras duas casaram. Ficaram lá... Mas eu não queria ficar lá.

[...] Eu acho que é muito ruim pra estrangeiro. Eu não gostei de ser... Assim, eu acho legal, a experiência, mas passar a vida sendo estrangeiro! Ah, não!”. Segundo Alessandra, algumas colegas buscavam relações de forma estratégica para casar e ficar lá, mas mesmo ela sendo solteira, declarou que nunca teve “esse sonho”.

Bruno foi no meio da graduação, talvez por isso não viveu o retorno como uma questão em aberto, porém a experiência teria despertado o desejo de viver uma experiência internacional no âmbito profissional: “Eu quero, [...] a longo prazo, ter uma carreira internacional e com uma perninha na França, se possível. [...] não quero morar na França pro resto da vida, mas, ao mesmo tempo, quero ter mais uma experiência, agora não mais uma experiência como estudante, mas como profissional lá”.

Renata passou quase dez anos na França, e apesar de algumas dificuldades no relacionamento com os franceses gostava de viver lá e se pudesse, teria ficado: “Eu, no fundo, no fundo, eu não, eu não queria ter voltado, né. [...] Enfim, eu tinha uma vida lá [...] as minhas referências eram todas lá, de certa forma”. Este é um caso em que as expectativas temporais do migrante entram em conflito com as expectativas temporais da sociedade de acolhimento, pois como não poderia trabalhar na sua área: “eu não, não me via, fazendo, tendo um emprego qualquer, porque eu queria fazer jus à minha formação”, ela se viu “obrigada” a voltar. Ela até tentou empregos em ONGs que atuavam na sua área, mas “a França estava muito fechada, como está mais ainda agora”. Apesar desta entrevista ter sido feita pelo Skype, Renata mostrou-se bastante à vontade e manifestou fortemente sua emoção ao declarar que tinha muitas saudades e que às vezes se arrependia por não ter tentado mais enfaticamente permanecer na França.

A situação de Carina parece-me próxima a de Renata, mas em outra fase, ainda estando na França. Isso porque ela foi para fazer o mestrado, mas inscreveu-se no doutorado logo em seguida e ela explicitou o desejo de permanecer lá, ainda que ela não fará isso sob quaisquer condições. Carina reconhece que o “O Estado não quer a gente aqui” e que a “vida seria muito mais confortável [no Brasil]”. Mas ela, que é casada com um brasileiro, teve um filho que nasceu lá na França e para ela é muito valiosa a oportunidade dele ter a cidadania francesa, situação que seria possível, de acordo com a lei francesa, se a criança passar o início da infância no país. Neste caso, a entrevistada manifesta o desejo de facilitar as coisas para a criança no futuro, que ele seja bilíngue, tenha um francês igual ao de um nativo.

Dos dez entrevistados, três destacam-se por apresentarem aspectos peculiares em relação aos planos de retorno. Primeiramente, Marina que namora um francês que conheceu no Brasil, em função da vinda dele para fazer estágio e uma especialização na área de Engenharia. Quando me concedeu a entrevista morava com ele na França e declarou que, apesar de estar pensando em prorrogar a estada dela, o intuito deles era vir para o Brasil. O mesmo plano está no horizonte de Clara, que pensa em voltar ao Brasil com o marido francês após o término do doutorado. Para ela, o retorno será uma necessidade para uma reinserção profissional após os estudos no exterior, considerando que na França ela não vê possibilidades de uma carreira profissional de acordo com suas expectativas, seja pela pouca oferta de vagas, seja porque ela é estrangeira.

O caso de Daniela escapa um pouco das trajetórias anteriores porque apesar da possibilidade de ficar na França com reconhecimento profissional, ela disse que preferiu voltar por questões afetivas e familiares, enfim, de “sentir muita falta do Brasil”. De acordo com sua declaração, ela estudou muito pela dificuldade da língua, entre outros aspectos, e isso acabou fazendo com que ela terminasse a especialização como a primeira colocada em termos de classificação de notas obtidas. No mestrado ela também teve uma boa posição. Isso teria sido tão positivo que ela recebeu propostas de trabalho após a conclusão do curso. O mesmo aconteceu com o marido

que fazia o doutorado. Este casal parece enquadrar-se exatamente no perfil dos “migrantes ideais” porque são qualificados em áreas de interesse para o mercado de trabalho francês. O marido apesar de ter sido bolsista da Capes, com o “compromisso” de retornar ao Brasil, queria ficar, mas não conseguiu convencê-la.

Nesse contexto, a questão da passagem da condição de estudante para migrante, é um aspecto que exige reflexões teóricas sobre o fenômeno migratório contemporâneo (ALMEIDA e BAENINGER, 2011). O próprio conceito de migração é colocado em discussão, pois a visão clássica de migração é um deslocamento que ultrapassa uma fronteira com objetivo de uma mudança definitiva de residência. No entanto, atualmente está cada vez mais difícil operar com estas noções de temporalidade. E a investigação em curso sobre a imigração brasileira na França me obrigou a confrontar diretamente esta questão, ao me demandar uma reflexão sobre os critérios que seriam utilizados na definição do universo a ser contemplado pela pesquisa, o que significava definir os recortes que utilizados para compor o quadro dos chamados “imigrantes brasileiros na França”.

Uma das questões que se mostrou evidente é a dissonância eventual entre a expectativa temporal prevista antes do deslocamento ou aquela que se realiza posteriormente dado que as entrevistas exploratórias realizadas trouxeram à tona os riscos em se operar com fronteiras rígidas na classificação das formas de mobilidade humana. Partindo desta preocupação e considerando que a circulação internacional de estudantes tem sido alimentada em nossa época, avaliei que seria interessante pensar a condição dos estudantes brasileiros na França, tendo em vista a especificidade da mobilidade estudantil, mas também a complexidade dos fluxos contemporâneos.

Neste sentido, espero ter conseguido argumentar que essa dinâmica envolve uma questão de temporalidade dos deslocamentos com ênfase para um potencial conflito entre as expectativas dos indivíduos, que podem querer permanecer na França, e as expectativas das autoridades francesas, que tem dificultado cada vez mais a renovação dos vistos de estudantes e criados maiores empecilhos para a obtenção da nacionalidade francesa.

Aqui cabe um breve parênteses, para mencionar a Circular Guéant – como ficou conhecida em função do nome do anterior Ministro do Interior da França – instituída em 31 de maio de 2011, que previa maiores entraves para a obtenção de visto de trabalho após a conclusão do curso. Antes desta regulamentação, bastava ter um diploma de uma instituição francesa e conseguir um trabalho, que a mudança na categoria do visto de estudante para trabalhador era praticamente automática. A circular alterou essa situação ao recomendar “tratamento rigoroso” e “controle minucioso” nos pedidos de mudança no tipo de visto. Na prática instituiu-se a necessidade de uma carta do empregador explicando porque havia escolhido um estrangeiro e não um francês. A circular causou polêmica, não apenas no meio estudantil, mas inclusive na administração das grandes universidades francesas. A lei revela contradição na política francesa, tendo em vista que a França havia investido fortemente no chamado “mercado internacional de ensino superior”. Como resultado das medidas adotadas pelo novo presidente francês François Hollande, a controversa circular foi revogada em 01/07/2012, um ano após sua implantação. Estima-se que algumas centenas de estudantes estrangeiros foram obrigados a deixar a França durante este ano em que a lei foi aplicada.

O aumento do fluxo dos estudantes brasileiros na França se faz num contexto de estímulos subjetivos e objetivos para este tipo de mobilidade. Por outro lado, o maior controle quanto à entrada de estrangeiros, tem feito com que as autoridades nacionais enxerguem o fluxo estudantil como “risco migratório” e, neste sentido, aumentam as regulamentações e os entraves para a concessão ou renovação dos vistos.

E ao que parece, as autoridades estão “corretas”, dado que o “risco” da migração existe de fato num contexto marcado pela emergência de espaços transnacionais e de mobilidade crescente. Neste cenário, a experiência de estudar e viver no exterior inaugura novas perspectivas, muitas vezes implicando em uma ampliação do espaço de vida dos indivíduos, mesmo quando há o retorno. Aliás, o retorno sempre aparece nos depoimentos dos entrevistados, confirmando a ideia de que o retorno faz parte do imaginário do migrante (SAYAD, 2000). Pode ser um projeto desejado, outras vezes resulta de exigências colocadas pelas circunstâncias (incompatibilidade entre as expectativas individuais dos membros familiares, dos migrantes com as das instituições políticas do país de destino, etc.).

Por outro lado, mesmo após o retorno “voluntário” ou “forçado”, verifica-se um intercâmbio cultural constante com a França entre os que voltaram. Assim como uma relação bastante próxima com o Brasil entre os que estão lá ainda. O resultado é uma superposição de referências e espaços de pertencimento que se associam a idas e vindas frequentes, sinalizando para a possibilidade de instituição de processos circulatórios em alguns casos, mantendo ou estimulando novos projetos migratórios, em outros casos. Neste sentido, a noção de espaço de vida é reveladora das relações subjetivas que os indivíduos mantêm com os locais em que vive, viveu ou deseja viver.

Referências

- ALMEIDA, G. e BAENINGER, R. “Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais”. In: Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 28, Recife. Anais... Recife: Alas, 2011. Disponível em: <alas-sociologia.org/anais>.
- BIVAR, V. Bodstein. Vivre à St. Paul: os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BRITO, A. X. de. “Transformações institucionais e características sociais dos estudantes brasileiros na França” BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº 50, 145-162, 2000.
- CAMPUS FRANCE. “La mobilité des étudiants d’Amérique latine”. Les notes Campus France. nº 26, 2010. Disponível em: <editions.campusfrance.org/notes/note_26_fr_temp.pdf> acesso em 19/09/2010.
- CARELLI, M. Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil. Campinas: Papirus, 1994.
- COURGEAU, D. Methodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes. Paris: Editions de l’Institut national d’études démographiques, 1988.
- DIA, I. A. “Migrations internationales estudiantines, internationalisation de l’enseignement supérieur et fuite de cerveaux”. Global migration perspectives, nº 54. Geneva: Global Commission on International Migration, 2005. Disponível em: <www.gcim.org>. Acesso em 27/10/2011.
- DOMENACH, H. e PICOUET, M. “El caracter de reversibilidad en el estudio de la migracion.” Notas de población, nº 49, 49-68, 1990.
- LATRECHE, A. “Les migrations étudiantes de par le monde”. Hommes & migration, nº 1233, 13-27, 2001.
- MARTINS, C. (org). Diálogos entre o Brasil e a França: formação e cooperação acadêmica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2005.
- MAZZA, D.. “Intercâmbios acadêmicos internacionais: bolsas Capes, CNPq e Fapesp”. Cadernos de Pesquisa, v. 39, nº 137, 521-547, 2009.
- MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES ET EUROPÉENNES. Mobilité internationale des étudiants, attractivité de la France et coopération universitaire: Ameriques et Caraïbes. Paris, 2009.

OCDE. “L'internationalisation de l'enseignement supérieur”. Synthèses. OCDE: 2004. Disponível em: <www.ocde.org/publications>. Acesso em 10/07/2011.

PERALVA, A. “França: imigrantes, estrangeiros, estranhos”. Lua Nova - Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 33, 59-76, 1994.

REIS, R. Rocha. “Políticas de nacionalidade e políticas de imigração na França”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 32, 118-138, 1999.

ROBERTS, B. R. “Socially expected durations and the economic adjustment of immigrants”. In: PORTES, Alejandro (ed) The economic sociology of immigration. New York: Russell Sage Foundation, 42-86, 1995.

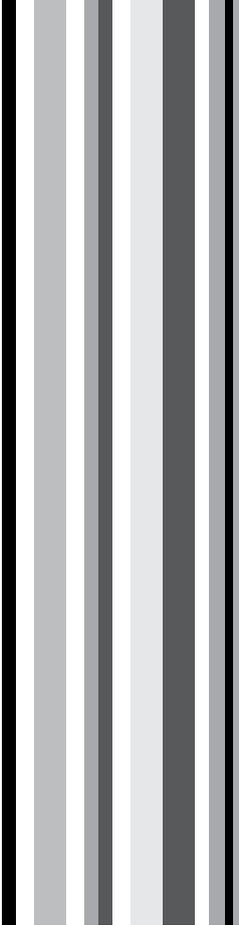
ROLLAND, D. “L'exil des dictatures: impact conjoncturel dans la présence latino-américaine en France?”. In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos e ROLLAND, Denis. L'exil brésilien en France: histoire et imaginaire. Paris: L'Harmattan, 185-205, 2008.

SAYAD, A. “O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante”. Travessia, v.13, 2000.

TAVARES, A. Lyra. Brasil-França: ao longo de cinco séculos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

WEIL P. Pour une politique de l'immigration juste et efficace. Rapport au Premier Ministre. Juillet, 1997. Disponível em : < www.patrick-weil.com>. Acesso em : 29/10/2011.

WENDEN, C.. “Un essai de typologie des nouvelles mobilités”. Hommes & migration, nº 1233, 2001.



BRASILEIROS NA ESPANHA: OS IMPACTOS LABORAIS DA CRISE ECONÔMICA NO MERCADO DE TRABALHO DOS IMIGRANTES

Erika Masanet
Rosana Baeninger

A economia espanhola experimentou importante expansão durante mais de uma década até se deparar com a recente crise econômica. Vários estudos apontam que a imigração tem desempenhado papel decisivo no desenvolvimento econômico do país e, em particular, no crescimento do emprego (CES, 2007; OEPG, 2006; OEPG, 2007; OLIVER ALONSO, 2006). Os setores produtivos mais relevantes durante a bonança econômica, como o setor da construção, recorreram principalmente à mão de obra imigrante para suprirem suas necessidades; estes setores, como veremos adiante, são aqueles que têm sido mais afetados pela atual crise econômica.

Após quinze anos de crescimento econômico, a Espanha entrou em um período de recessão em 2008; pela primeira vez o “país de acolhimento de imigrantes” passou por uma grave crise econômica (CES, 2009), a qual tem suas origens em fatores externos - a própria crise econômica e financeira internacional-, mas também em fatores internos. A transferência da crise financeira mundial no mercado espanhol significou restrições à concessão de créditos às famílias e às empresas, reforçada também pela debilidade da economia real espanhola (CES, 2010).

A crise econômica espanhola também está estreitamente relacionada às especificidades da estrutura econômica e ao tipo de desenvolvimento adotado pelo país nas últimas décadas: baseado na especulação imobiliária e em um padrão de especialização industrial sustentado nas produções de baixa tecnologia. Este modelo de crescimento econômico se manifestou em um espetacular ritmo de crescimento do emprego no setor da construção e as atividades a este vinculadas (CES, 2010; PAJARES, 2009).

Devido à adoção desse modelo produtivo, a crise econômica levou a uma profunda crise de emprego - refletida na intensa destruição de emprego no mercado de trabalho espanhol nos últimos três anos (CES, 2010). Segundo o Inquérito de População Ativa - *Encuesta de Población Activa* (EPA) - do Instituto Nacional de Estatística da Espanha, no quarto trimestre de 2010 a taxa de desemprego foi de 20,33%, sendo a taxa de desemprego da população espanhola de

18,47% e de 30,40% na população estrangeira. Portanto, os efeitos da crise econômica sobre o emprego espanhol estão afetando a situação e as condições de trabalho dos imigrantes inseridos nos setores mais diretamente afetados pela crise econômica, especialmente dos imigrantes que estão sem autorização de residência ou de trabalho e os desempregados.

Considerando esse contexto, o artigo busca analisar a inserção dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho espanhol em anos recentes através do *Sistema de Seguridad Social* da Espanha, bem como a sua situação de desemprego. Para a compreensão dos impactos da crise econômica no emprego formal e no desemprego registrado dos imigrantes, recupera-se uma série histórica de 2000 a 2009 acerca dos imigrantes brasileiros registrados no *Sistema de Seguridad Social* e no *Servicio Público de Empleo Estatal*, a partir das estatísticas dos *Anuarios Estadísticos de Inmigración do Observatorio Permanente de la Inmigración (Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de España)*. Note-se que esta fonte estatística coleta dados apenas da população imigrante em situação legalizada. De qualquer forma, a possibilidade de explorar essas informações, desagregadas em diferentes variáveis, permite traçar um panorama da situação laboral dos imigrantes brasileiros na Espanha no século 21, revelando elementos importantes do processo migratório e das condições de trabalho desses imigrantes no país de destino.

Evolução da imigração de brasileiros para a Espanha

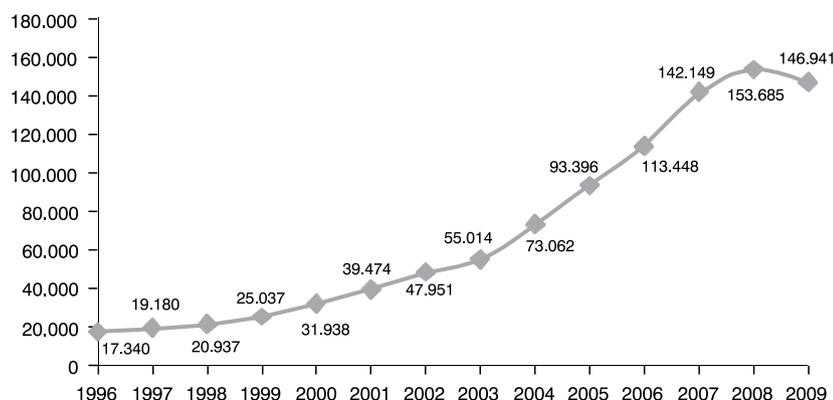
A imigração brasileira para a Espanha é um fenômeno recente. De acordo com Masanet e Padilla (2010), até meados de 1990 a comunidade brasileira era imperceptível numericamente nas estatísticas espanholas. A partir de então, se inicia um fluxo migratório brasileiro caracterizado pela sua crescente importância numérica e seu caráter econômico-laboral.

Segundo o *Padrón Municipal de Habitantes* do Instituto Nacional de Estatística (INE) da Espanha, o país contava com 146.941 imigrantes brasileiros em 1 de janeiro de 2010, sendo 57.472 homens (39,1% do total) e 89.469 mulheres (60,9%). Dentre os fluxos de brasileiros no exterior, a Espanha se destaca pelo predomínio da imigração feminina (BRASIL, 2008).

Embora o grupo de imigrantes brasileiros não seja numericamente significativo na Espanha em comparação com outros fluxos migratórios¹, o Gráfico 1 ilustra a evolução crescente na chegada destes imigrantes nos últimos anos, especialmente a partir de 2003, com destaque para o incremento na chegada dos brasileiros entre 2006 e 2007.

As análises de Masanet e Padilla (2010) apontam diversos fatores para a explicação da expansão do fluxo migratório brasileiro para a Espanha nos últimos anos. Um deles é o importante crescimento da economia espanhola a partir do ano 2000, associado ao boom imobiliário e às oportunidades de emprego resultantes, especialmente no setor da construção. Outro elemento explicativo refere-se à existência de uma política de imigração mais flexível na Espanha do que em outros países europeus. Em terceiro lugar, as diferenças salariais entre a Espanha e Portugal e o maior dinamismo da economia e do mercado de trabalho espanhol - antes da crise - são fatores que podem ter atraído brasileiros que já estavam morando em Portugal; nesse caso, deve-se considerar que se tratam de deslocamentos facilitados pela proximidade física, pelos escassos controles de migração no transporte terrestre e a existência de redes sociais entre brasileiros nos dois países.

¹ Segundo o *Padrón Municipal de Habitantes* em 1-1-2010, o grupo brasileiro ocupa o décimo quinto lugar no total da população imigrante na Espanha e o sétimo lugar entre os países da América Latina, atrás do Equador, Colômbia, Argentina, Bolívia, Peru e Venezuela.

GRÁFICO 1. Evolução da imigração brasileira na Espanha, 1996-2009

Fonte: *Padrón Municipal de Habitantes, Instituto Nacional de Estadística de Espanha.*

Nota: Os dados do *Padrón Municipal de Habitantes* são publicados em data 1 de janeiro todos os anos, por isso estes foram atribuídos ao ano anterior. Por exemplo, os dados de 2009 referem-se à data 1-1-2010 do *Padrón* e assim por diante nos outros anos.

O início de 2010, contudo, aponta uma diminuição do contingente de brasileiros pela primeira vez na Espanha: de 153.685 imigrantes brasileiros no início de 2009 passa-se para 146.941 brasileiros um ano depois. Mesmo que se possa tratar de uma tendência conjuntural, que pode estar relacionada com a recente crise econômica, ainda permanece elevado o estoque de imigrantes residentes na Espanha.

Uma aproximação dos imigrantes brasileiros em situação irregular pode ser feita através da comparação dos dados do *Padrón Municipal de Habitantes* e do número de autorizações ou cartões de residência na mesma data. Esses dados revelam uma situação de enorme vulnerabilidade dos imigrantes brasileiros na Espanha: quase a metade dos imigrantes brasileiros (em torno de 45%) estava indocumentados no final de 2009.

Isto denota a significativa incidência da situação de irregularidade nesse grupo migrante, refletindo a dificuldade de integração-segregação social (PETROVA, 1999) do fluxo migratório Brasil-Espanha, apesar de quase 20 anos de imigração.

Localização espacial dos brasileiros na Espanha

A distribuição espacial da imigração brasileira na Espanha revela concentração nas Comunidades de Catalunha (22%) e Madri (19,4%), com volume de 32.369 e 28.432 brasileiros, respectivamente, segundo os dados do *Padrón Municipal de Habitantes* do INE, em data 1 de janeiro de 2010. As oportunidades de emprego nestas duas Comunidades Autônomas e, em particular nas suas capitais, explicam a presença significativa da população brasileira nesses espaços.

As Comunidades Autônomas de Galícia (com 11,4% dos imigrantes brasileiros), Andaluzia (9,7%) e Comunidade Valenciana (8,5%) também são três destinos importantes na imigração brasileira na Espanha. Uma das particularidades da localização dos imigrantes brasileiros na Espanha é que este grupo tem um maior peso na Galícia em comparação com a maioria da população migrante residente na Espanha (MASANET, 2009); processos migratórios históricos entre Espanha e Brasil podem explicar essa predominância brasileira nessas regiões (Portes, 1995).

De fato, Dominguez (2004) identificou, em estudo sobre a imigração espanhola para o Brasil nos anos 1945-1970, a Galícia como a região que mais havia enviado imigrantes para a inserção no processo de industrialização daquelas décadas em São Paulo, seguido pelos imigrantes andaluzes. Os galegos predominaram também no período posterior a 1945, dirigindo-se principalmente para cidades como Santos, Sorocaba, Catanduva, São José do Rio Preto. A maior presença brasileira nessas áreas atualmente na Espanha pode representar o contra-fluxo de seus descendentes em décadas posteriores (Dominguez, 2004).

Esses imigrantes, segundo os dados do *Padrón Municipal de Habitantes* do INE em 1-1-2010, tem entre 25 e 34 anos de idade, com 36,9% do total da população brasileira. Em segundo lugar, situam-se os brasileiros em idades adultas, entre 35 e 44 anos, com 21,8% do total; a faixa etária mais jovem, entre 15 e 24 anos, representa a menor participação dentre o contingente brasileiros, com 15,1% do total.

Quanto ao nível de escolaridade, Fernandes e Nunan (2008) e Masanet (2009) verificam que a maioria dos imigrantes brasileiros na Espanha tem um nível de escolaridade médio-alto, com predominância para o ensino médio completo. Assim, e segundo os dados da pesquisa de Fernandes e Nunan (2008) sobre o perfil do imigrante brasileiro residente em Madrid, 73% dos entrevistados tinha, no mínimo, o segundo grau completo, enquanto 13% tinha curso superior ou pós-graduação.

Inserção de mulheres e homens brasileiros no mercado de trabalho na Espanha

Para compreender e analisar a inserção laboral da população imigrante na Espanha é essencial, em primeiro lugar, conhecer as principais características do mercado de trabalho espanhol nas últimas décadas e sua evolução.

Com a entrada da Espanha na União Européia em 1986, o mercado de trabalho espanhol passou por uma profunda reestruturação que se manifestou, em geral, na ampliação do mercado de trabalho secundário e informal. Desse modo, assiste-se a transformações estruturais no mercado de trabalho, em especial: o importante crescimento do emprego no setor de serviços (PAJARES, 2002), a diminuição de postos de trabalho pouco qualificados na indústria e a redução contínua da população agrícola (SOLÉ et al., 2000).

Sassen (1991) relaciona o aumento do emprego no setor de serviços com a dinâmica gerada nas “cidades globais”, na qual se origina uma grande necessidade de mão de obra qualificada; esta, por sua vez, demanda também trabalhadores não qualificados para atender esse trabalhador do conhecimento (CASTELLS, 1997) no setor de serviços, como restaurantes, hotéis, construção civil e serviços pessoais. É nesse contexto do setor de serviços que Massey et al. (1998), Montoliú e Duque (2003) e Piore (1979) tem destacado a inserção dos imigrantes internacionais nas últimas décadas.

Segundo Pajares (2002), o aumento da terciarização na Espanha provocou o incremento da mão de obra imigrante. Além disso, o autor elenca outros fatores de cunho social que também tem contribuído para a crescente demanda de trabalhadores imigrantes no país: a forte incorporação da mulher espanhola no mercado de trabalho e a necessidade de empregadas domésticas, bem como o envelhecimento da população e a conseqüente demanda por serviços no âmbito doméstico para o cuidado de idosos (PAJARES, 2002). Cachón (2004) acrescenta ainda o rápido e forte incremento do “*nivel de aceptabilidad*” da força de trabalho nacional, ocasionando uma demanda de trabalhadores estrangeiros para determinados ramos e nichos de atividades dentro do mercado de trabalho secundário, que os espanhóis são cada vez mais relutantes em aceitar.

Entre o final da década de 1990 e os primeiros anos dos 2000, a Espanha se consolidou como um país de imigração, iniciando uma nova etapa caracterizada pela intensificação dos fluxos migratórios e a diversificação de nacionalidades e grupos étnicos (MASANET, 2008). Um dos fatores que explica o espetacular aumento do fluxo de imigrantes refere-se à expansão econômica e o incremento do emprego na construção civil.

Essa nova etapa imigratória produziu mudanças na inserção dos imigrantes no mercado de trabalho espanhol. Por um lado, além dos nichos econômicos que os imigrantes foram ocupando

gradualmente desde meados dos anos 80, houve uma ampliação dos ramos e ocupações que demandavam imigrantes (CACHÓN, 2004). Por outro lado, houve uma transferência de imigrantes masculinos do setor da agricultura para o setor da construção; do mesmo modo, tem se assistido a saída de mulheres imigrantes do setor doméstico para o setor de hotelaria e restauração e comércio. Nesses casos, os imigrantes já estão há mais tempo no país de destino, deixando para os imigrantes recém-chegados seus postos anteriores de trabalho (COLECTIVO IOE, 2003; 2007).

Além dessas características do mercado de trabalho espanhol e as transformações produzidas, deve-se notar três fatores estruturais da economia da Espanha: a importante presença da economia informal ou submergida; a elevada temporalidade laboral; e, os altos níveis de desemprego.

Segundo Pajares (2002), um dos fatores que mais está vinculado à demanda de mão de obra imigrante na Espanha e com sua forma de inserção no mercado de trabalho refere-se à importância que ocupa a economia informal no país. Malgesini e Giménez (2000) e Baganha e Reyneri (2001) indicam como a crescente imigração em condições irregulares para a Europa do Sul guarda estreita relação com o peso da economia informal, atuando como fator de atração para um segmento da mão de obra imigrante.

Nesse cenário de precarização e instabilidade do mercado de trabalho, com a expansão da economia informal localizada em alguns setores produtivos e em determinados espaços, é que se insere a população imigrante na Espanha; ou seja, nos extratos mais baixos e desvalorizados da estrutura ocupacional, o que Piore (1979) denominou de mercado dual de trabalho.

Nesse sentido, a teoria do mercado de trabalho dual de Piore (1979), mesmo que se trata de um aporte teórico tradicional e com limitações, permite compreender a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho na Espanha. Um dos elementos básicos dessa teoria baseia-se na existência de um mercado de trabalho dual no país de destino, dividido em dois setores: o segmento primário - que inclui boas condições de trabalho, salários elevados, estabilidade no emprego, intensivos em capital - e o segmento secundário - que contempla empregos pouco qualificados, com piores condições de trabalho, com poucas possibilidades de promoção e intensivos em mão de obra. De acordo com o autor, as economias desenvolvidas precisam de pessoal estrangeiro para ocupar trabalhos do setor secundário, rejeitados pelos trabalhadores nacionais por suas más condições. Uma das potencialidades da teoria do mercado dual reside no fato de fornecer uma explicação para a compreensão da coexistência entre alta taxa de desemprego e demanda de mão de obra imigrante.

Na Espanha diversos autores têm confirmado esta segmentação do mercado de trabalho ao analisar a inserção dos imigrantes na economia espanhola, destacando a existência de um mercado dividido em vários segmentos que não são competitivos entre si (SOLÉ; PARELLA, 2001), ao mesmo tempo que são bem delimitados com as consequentes dificuldades de passar de um segmento para outro (GONZÁLEZ FERRER, 2002). No entanto, como aponta Pajares (2002), a realidade tem indicado certa mobilidade entre os distintos segmentos do mercado. Além disso, torna-se difícil classificar determinados tipos de trabalho em segmento primário ou secundário; por exemplo, pode se tratar de um trabalho com elevado salário, mas com baixa estabilidade e más condições.

Solé et al. (2000) afirmam que uma das consequências da segmentação do trabalho é a segregação ocupacional da população imigrante, “siendo relegada a sectores de actividad proclives a la informalidad y caracterizados por su gran precariedad, el desprestigio social y la total sujeción a la coyuntura económica” (SOLÉ et al., 2000, p.137). Essa segmentação do mercado

de trabalho aloca parte expressiva dos imigrantes na economia informal, particularmente os que estão indocumentados na Espanha.

Outra característica da inserção da população imigrante no mercado de trabalho espanhol é sua concentração em determinados ramos de atividade: agricultura, construção civil, serviço doméstico e hotelaria e restauração². Esses setores de ocupação da mão de obra imigrante incluem trabalhos não qualificados, mal remunerados, perigosos e de pouco prestígio, pertencentes ao segmento secundário. Além do mais, também existe uma segregação ocupacional por sexo: os homens concentram-se principalmente na construção civil, na agricultura e na hotelaria e restauração, enquanto as mulheres têm maior participação no serviço doméstico e na hotelaria e restauração.

A população imigrante brasileira compartilha as mesmas características dos imigrantes em geral em relação a sua incorporação laboral, com uma exceção: o setor da agricultura tem uma menor importância entre os brasileiros comparado com outros grupos de imigrantes. Assim, análises feitas antes da crise econômica atual (FERNANDES; NUNAN, 2008; MASANET, 2009) verificaram que os homens brasileiros atuavam principalmente no setor da construção civil e no setor serviços, sendo que a maioria das mulheres brasileiras trabalhava no serviço doméstico. Especificamente, a pesquisa de Fernandes e Nunan (2008), realizada em 2007, apontou que 55% das mulheres brasileiras estavam empregadas no serviço doméstico (como diarista/interna e cuidadora), enquanto 49% dos homens trabalhavam no setor da construção civil e 33% no setor serviços.

Segundo o estudo de Masanet (2009), para as mulheres brasileiras indocumentadas o serviço doméstico constitui a porta-de-entrada no mercado de trabalho na Espanha e a principal fonte de renda inicial. Nesse sentido, a inserção laboral das mulheres brasileiras ocorre geralmente no serviço doméstico como empregadas internas. Depois de um tempo e quando conseguem a sua regularização, mudam de emprego, geralmente dentro do mesmo âmbito doméstico, mas como diarista ou para os setores da hotelaria e restauração e para o comércio (MASANET; PADILLA, 2010).

Essa alocação da mão de obra brasileira imigrante, mesmo no mercado secundário de trabalho, passa a sofrer, em anos recentes, os impactos da crise econômica de 2008 na Espanha. O novo cenário retrata fortemente a situação de fragilidade dos brasileiros no mercado de trabalho espanhol, expostos às oscilações nas conjunturas econômicas, em particular naqueles setores não relacionados com a esfera doméstica.

Trabalhadores estrangeiros registrados no Sistema de Seguridad Social da Espanha: panorama geral 2007-2009

O *Sistema de Seguridad Social* da Espanha é um órgão cuja finalidade é garantir a assistência e prestações sociais aos trabalhadores registrados e seus familiares. Para efeitos de prestações contributivas são incluídos no âmbito do *Sistema de Seguridad Social* todos os espanhóis residentes na Espanha e os estrangeiros que residam legalmente no país. Em ambos os casos, devem exercer a sua atividade no território nacional e estarem incluídos em alguma das seguintes situações: trabalhadores assalariados, trabalhadores por conta própria ou autônomos, sócios trabalhadores das cooperativas de trabalho associado, estudantes e funcionários públicos, civis e militares. Como indica o *Anuario Estadístico de Inmigración 2008*:

² Cabe ressaltar que o peso desses ramos de atividade tem variado em função da conjuntura econômica do país em cada momento.

La afiliación es obligatoria para las personas incluidas en el Sistema de la Seguridad Social, única y general para todos los regímenes del Sistema, exclusiva y se extiende a toda la vida del trabajador. Cuando el trabajador comienza una relación laboral se genera la obligación de cotizar, debiendo solicitar el alta en el Régimen correspondiente (OPI, 2009, p.10).

Pode acontecer que uma pessoa é contada nas estatísticas mais de uma vez porque está realizando várias atividades e, portanto, tem diversas situações de contribuição no mesmo regime ou em vários. No entanto, estas situações representam apenas 3% do total de registrados na *Seguridad Social* (OPI, 2009). Ressalte-se que as estatísticas de inscrição nesse sistema referem-se à população imigrante em situação regular e ao emprego formal ou registrado.

Para se ter uma primeira aproximação do contingente de estrangeiros registrados no *Sistema de Seguridad Social* da Espanha, a Tabela 1 indica as principais nacionalidades não comunitárias (incluídas a Romênia e a Bulgária) registradas durante os anos 2007, 2008 e 2009, e a variação que tem havido entre 2007 e 2009, tanto em termos absolutos como relativos. Nesses três anos, o número total de trabalhadores estrangeiros registrados diminui gradualmente, especialmente entre 2007 e 2008: de 1.981.106 trabalhadores registrados em 31 de dezembro de 2007, decresce para 1.882.223, em 2008, e para 1.811.879, em 2009.

Por nacionalidade, destacam-se aquelas que diminuíram os registros no Sistema: equatorianos, colombianos, argentinos, marroquinos e ucranianos.. Por outro lado, a Bolívia foi o contingente que mais cresceu durante o período 2007-2009 (de cerca de 50 mil registros, em 2007, para 69 mil, em 2009), seguido da Romênia (de 230 mil para 274 mil, nos mesmos anos), da China (63 mil para 74 mil) e do Brasil (21 mil para 23 mil). Neste último caso, o maior crescimento foi entre 2007 e 2008 em que o volume passou de 21.312 imigrantes brasileiros registrados em 2007 para 23.585 em 2008, enquanto só cresceu em 93 pessoas entre 2008 e 2009 (Tabela 1).

TABELA 1. Trabalhadores estrangeiros registrados no Sistema de *Seguridade Social*, principais nacionalidades, Espanha, 2007-2009

Países	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	Variación absoluta 2007-2009	% Variación 2007-2009
Marrocos	257.340	238.048	219.419	-37.921	-14,74
Romênia	230.572	227.690	274.082	43.510	18,87
Equador	256.697	218.718	180.445	-76.252	-29,71
Colômbia	141.358	132.643	113.652	-27.706	-19,60
Peru	78.243	80.281	70.946	-7.297	-9,33
China	63.420	70.555	74.826	11.406	17,98
Bolívia	50.580	61.811	69.955	19.375	38,31
Argentina	54.920	51.290	46.122	-8.798	-16,02
Bulgária	51.724	47.082	53.368	1.644	3,18
Ucrânia	38.118	34.866	32.983	-5.135	-13,47
República Dominicana	33.208	33.265	30.757	-2.451	-7,38
Brasil	21.312	23.585	23.678	2.366	11,10
Subtotal	1.277.492	1.219.834	1.190.233	-87.259	-6,83
Outras Nacionalidades	703.614	662.389	621.646	-81.968	-11,65
Total Pobl. Estrangeira	1.981.106	1.882.223	1.811.879	-169.227	-8,54

Fonte: Anuarios Estadísticos de Inmigración 2007, 2008 y 2009. Observatorio Permanente de la Inmigración. Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración da Espanha.

O aumento no número de registrados na *Seguridad Social* nesses quatro grupos de imigrantes, em tempos de crise, pode ser explicado pelo caráter recente dos fluxos e o seus incrementos expressivos ao longo dos últimos cinco anos.

Imigrantes brasileiros registrados no Sistema de Seguridad Social na Espanha-2000 a 2009

Acompanhando a evolução dos imigrantes brasileiros na Espanha registrados no Sistema de Seguridad Social de 2000 a 2009 (Tabela 2), nota-se que de 3.406 registrados em 2000 passou-se para 23.678 em dezembro de 2009, representando uma taxa de crescimento médio anual de 24,4% ao ano. O incremento mais expressivo ocorreu entre 2004 e 2005 (de 8.422 segurados brasileiros para 16.952, respectivamente), como consequência do procedimento de regularização extraordinário de estrangeiros, realizado em maio de 2005.

TABELA 2. Imigrantes brasileiros no Sistema de Seguridad Social na Espanha, 2000-2009

Ano	Total Brasileiros	Imigrantes Brasileiros na Seguridad Social	% Segurados no Total Brasileiros
2000	31938	3.406	10,66
2001	39474	4.738	12,00
2002	47951	6.308	13,16
2003	55014	6.881	12,51
2004	73062	8.422	11,53
2005	93396	16.952	18,15
2006	113.448	19.075	16,81
2007	142.149	21.312	14,99
2008	153.685	23.585	15,35
2009	146.941	23.678	16,11
Taxa de Crescimento (% ao ano)			
2000-2004	22,98	25,40	
2005-2009	12,00	8,71	
2008-2009	-4,38	0,39	

Fonte: Padrón Municipal de Habitantes, Instituto Nacional de Estadística da Espanha. Anuarios Estadísticos de Inmigración entre 2000 y 2009. Observatorio Permanente de la Inmigración. Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración da Espanha.

A taxa de crescimento dos brasileiros segurados durante o período 2005-2009 manteve-se elevada, 8,7% ao ano, sendo que entre 2008 e 2009 esta taxa foi de 0,39%. Assim, entre os anos da crise econômica (2008-2009), o número de brasileiros registrados na *Seguridad Social* aumentou só em 93 pessoas; o retorno migratório pode explicar esse baixo acréscimo de registros (MASANET, 2010).

A proporção de brasileiros registrados na *Seguridad Social* em relação ao estoque de brasileiros na Espanha era de 10,6% em 2000, elevando-se para 18,1% em 2005 e 16,1% em 2009. Essa proporção de brasileiros segurados tem se mantido estável, em torno de 15% do contingente imigrante total, de 2006 a 2009. Isto revela a oscilação e precariedade da inserção laboral dos imigrantes brasileiros na Espanha mesmo que legalizados e sem anos de crise.

O ritmo de crescimento do contingente de brasileiros na Espanha e o ingresso dos mesmos no Sistema de Seguridad Social apresentam tendências muito próximas; entre 2000-2004, a taxa de crescimento dos imigrantes brasileiros alcançou 23% ao ano, enquanto a de brasileiros segurados chegou a 25% ao ano. Entre 2005-2009, o ritmo de crescimento da

população brasileira na Espanha decresce para 12% ao ano (apesar de bastante elevada), sendo que a taxa de crescimento dos segurados brasileiros também diminui para 8,7% ao ano. Estas evidências sugerem uma forte relação entre a entrada de novos imigrantes brasileiros no país e a entrada de imigrantes legalizados que saem do mercado de trabalho formal e entram no *sistema de Seguridad Social*; provavelmente, os imigrantes mais recentes, mesmo legalizados, enfrentam maiores incertezas no mercado de trabalho espanhol, buscando o *Sistema de Seguridad Social* antes do retorno migratório. Nos anos da crise econômica (2008-2009), a taxa de crescimento do estoque de imigrantes brasileiros foi negativa (-4,3%), havendo também acréscimo muito pequeno de brasileiros segurados (apenas 93 pessoas).

Os diferenciais por sexo dos imigrantes brasileiros na *Seguridad Social* para 2007-2009 revelam também que a participação feminina é bem maior, representando cerca de 62% dos registrados em 2009 (Tabela 3); fator relacionado ao maior volume da imigração feminina brasileira na Espanha (MASANET, 2008; 2009). Assim, destaca-se que o volume de mulheres imigrantes brasileiras na *Seguridad Social* era de 14.738, sendo o de homens de 8.940, em 2009. De qualquer modo, entre 2007 e 2009 a proporção de mulheres brasileiras registradas na *Seguridad Social* vai aumentando ligeiramente, paralelamente à leve diminuição dos homens brasileiros.

TABELA 3. Trabalhadores brasileiros registrados na Seguridad Social por sexo, Espanha, 2007-2009

Anos	Homens		Mulheres		Total
	Números	%	Números	%	Números
2007	8.614	40,42	12.698	59,58	21.312
2008	9.079	38,49	14.506	61,51	23.585
2009	8.940	37,76	14.738	62,24	23.678

Fonte: Anuarios Estadísticos de Inmigración 2007, 2008 y 2009. Observatorio Permanente de la Inmigración. Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración da Espanha.

Regimes de contribuição à *Seguridad Social* e setores de atividade da população brasileira ocupada

Os regimes nos quais os trabalhadores, de modo geral, estão enquadrados dentro do *Sistema de Seguridad Social* na Espanha são. 1) Regime Geral, formado por trabalhadores assalariados da maior parte dos setores (construção, indústria e serviços), sendo os outros cinco constituídos por regimes especiais para determinadas atividades profissionais por sua especial natureza: 2) Regime Especial de Trabalhadores Autônomos; 3) Regime Especial de Empregados Domésticos; 4) Regime Especial Agrário (assalariados e proprietários); 5) Regime Especial de Mineração do Carvão; e, 6) Regime Especial de Trabalhadores do Mar. No caso dos brasileiros na Espanha, os dois últimos regimes não foram considerados devido o pequeno número de trabalhadores abrangidos.

Os trabalhadores brasileiros concentram-se em sua maioria (72% em 2009) no *Regime Geral de Seguridad Social* – constituído pelos setores da construção, indústria e serviço (Tabela 4). Já no *Regime dos Trabalhadores Autônomos* estavam 16% dos brasileiros em 2000, baixando para 8,5% em 2009; no entanto, a partir de 2006 verifica-se uma recuperação do peso deste regime na população brasileira trabalhadora. A concentração dos brasileiros ocupados em atividades urbanas indica, em contrapartida, escassa representatividade no *Regime Especial Agrário*, com participação de apenas 2% nos anos analisados.

O *Regime de Empregados Domésticos* é o segundo em importância entre a população brasileira trabalhadora. Neste regime nota-se aumento importante da participação de

trabalhadores brasileiros em 2005, passando de 10,7% em 2004 para 22,1% em 2005, devido ao procedimento extraordinário de regularização dos estrangeiros nesse ano e as menores dificuldades para ingressar nesse regime para efeitos dessa regularização. A partir de 2006 o peso deste regime volta a ter os valores que tinha antes de 2005, em torno de 17% em 2009.

TABELA 4. Trabalhadores brasileiros registrados na *Seguridad Social* segundo regime de contribuição, Espanha, 2000- 2009

Anos	Regime Geral		Regime Autônomos		Regime Agrário		Regime Empregados Domésticos		Total
	Brasileiros	%	Brasileiros	%	Brasileiros	%	Brasileiros	%	
2000	2.291	67,28	538	15,80	68	2,00	508	14,92	3.405
2001	3.293	69,53	659	13,91	78	1,65	706	14,91	4.736
2002	4.489	71,22	769	12,20	93	1,48	952	15,10	6.303
2003	5.110	74,33	831	12,09	118	1,72	816	11,87	6.875
2004	6.413	76,20	966	11,48	139	1,65	898	10,67	8.416
2005	11.853	69,96	1.100	6,49	244	1,44	3.746	22,11	16.943
2006	14.439	75,72	1.344	7,05	235	1,23	3.050	16,00	19.068
2007	16.500	77,45	1.722	8,08	272	1,28	2.809	13,19	21.303
2008	17.619	74,75	1.959	8,31	369	1,57	3.625	15,38	23.572
2009	17.085	72,19	2.022	8,54	443	1,87	4.117	17,40	23.667

Fonte: Anuarios Estadísticos de Inmigración entre 2000 y 2009. Observatorio Permanente de la Inmigración. Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración da Espanha.

Os dados por sexo e regime de contribuição da população brasileira (Tabela 5) evidenciam que os homens brasileiros concentram-se principalmente no Regime Geral – construção, indústria, serviços – (88,4% em 2007, 86,5% em 2008 e 85,7% em 2009), enquanto as mulheres brasileiras têm sua presença dividida entre o Regime Geral (70% em 2007, 67,4% em 2008 e 64% em 2009) e o Regime de Empregados Domésticos (20,2% em 2007, 23,0% em 2008 e 26% em 2009).

Durante o período 2007-2009, observa-se que o número de mulheres brasileiras inscritas na *Seguridad Social* tem aumentado, embora entre 2008 e 2009 esse crescimento tenha sido menor; enquanto o número de homens brasileiros diminuiu entre 2008 e 2009 (138 homens menos). Tendo em conta as mudanças no peso de cada Regime durante o período analisado, homens e mulheres diminuem a sua proporção no Regime Geral (as mulheres passam de 70% em 2007 a 64% em 2009 e os homens de 88,4% em 2007 a 85,7% em 2009) e aumentam no Regime de Empregados Domésticos, especialmente as mulheres, que passam de ter 20,2% em 2007 para 26% em 2009. Por outro lado, os homens também incrementaram levemente a sua representação no Regime Agrário (de 1,4% em 2007 para 3% em 2009) (Tabela 5).

Considerando os dados por setor de atividade no *Regime Geral da Seguridad Social*, a partir da atividade econômica da empresa segundo o agrupamento da *Clasificación Nacional de Actividades Económicas* (CNAE-93)³, é possível melhor compreensão da inserção de homens e mulheres nesse Regime.

³ O agrupamento das seções da CNAE-93 (OPI, 2009) indica os seguintes setores de atividade econômica: 1) Agricultura - que inclui a agricultura, gado, caça, silvicultura e pesca; 2) Indústria - que abrange a indústria extrativa na Espanha (mineração e pedreiras), manufatura e produção e distribuição de energia elétrica, gás e água; 3) Construção; e 4) Serviços - que inclui as seções do comércio, reparação de veículos automóveis, motocicletas e de bens pessoais e domésticos, hotelaria e restauração, transportes, armazenagem e comunicações, intermediação financeira, atividades imobiliárias, administração pública, defesa e segurança social obrigatória, educação, saúde e serviços de veterinária, serviços sociais, outras atividades sociais e de serviços para a comunidade, serviços pessoais, famílias com empregados domésticos, organizações extra-territoriais.

TABELA 5. Trabalhadores brasileiros registrados na *Seguridad Social* por sexo e regime de contribuição, Espanha, 2007-2009

		Homens			Mulheres		
		2007	2008	2009	2007	2008	2009
Geral	N	7.611	7.850	7.652	8.889	9.769	9.433
	%	88,43	86,54	85,66	70,01	67,37	64,02
Autônomos	N	635	725	708	1.087	1.234	1314
	%	7,38	7,99	7,93	8,56	8,51	8,92
Agrario	N	122	204	263	150	165	180
	%	1,42	2,25	2,94	1,18	1,14	1,22
E. Domésticos	N	239	292	310	2.570	3.333	3.807
	%	2,78	3,22	3,47	20,24	22,98	25,84
Total	N	8.607	9.071	8.933	12.696	14.501	14.734
	%	100	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Anuarios Estadísticos de Inmigración 2007, 2008 y 2009, Observatorio Permanente de la Inmigración, Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración da Espanha.

As mulheres brasileiras estão concentradas fundamentalmente no setor serviços, enquanto os homens apresentam uma maior diversificação em três setores de atividade: em primeiro lugar, no setor serviços, seguido do setor da construção e da indústria (Tabela 6). Durante o período 2007-2009, nota-se um decréscimo na participação de brasileiros imigrantes na construção civil, de 31,1% em 2007 para 20,2% em 2009 - fato que está relacionado com os setores de atividade mais atingidos pela crise econômica espanhola -, aumentando a participação dos mesmos no setor serviços: de 56,7% em 2007 para 68,3% em 2009. O peso das mulheres no setor serviços também aumenta levemente durante o período analisado: de 90,5% em 2007 para 93% em 2009.

TABELA 6. Trabalhadores brasileiros registrados no *Regime Geral de Seguridad Social* por sexo e setor de atividade, Espanha, 2007-2009

		Homens			Mulheres		
		2007	2008	2009	2007	2008	2009
Agricultura	N	50	79	55	30	32	13
	%	0,66	1,01	0,72	0,34	0,33	0,14
Construção	N	2.365	1.892	1.544	255	223	207
	%	31,07	24,10	20,18	2,87	2,28	2,19
Indústria	N	879	958	824	556	549	448
	%	11,55	12,20	10,77	6,25	5,62	4,75
Serviços	N	4.317	4.921	5.229	8.048	8.965	8.765
	%	56,72	62,69	68,34	90,54	91,77	92,92
Total	N	7.611	7.850	7.652	8.889	9.769	9.433
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Anuarios Estadísticos de Inmigración 2007, 2008 y 2009, Observatorio Permanente de la Inmigración, Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración da Espanha.

Categorias profissionais da população brasileira ocupada na Espanha

Dentro do *Regime Geral de Seguridad Social* é possível analisar as categorias profissionais nas quais estão inseridos os trabalhadores brasileiros. A Tabela 7 apresenta cada um dos atuais 11 grupos - dos 12 estabelecidos no Decreto 56/1963 - classificados para fins de contribuição à

Seguridad Social nas categorias profissionais que existem nos distintos Regulamentos de Trabalho (OPI, 2009).

Na distribuição da população trabalhadora brasileira por categorias profissionais, destaca-se uma importante concentração nas seguintes categorias profissionais: 65,2% das pessoas brasileiras exercem trabalhos manuais (oficiais de 1ª e 2ª e oficiais de 3ª e especialistas⁴) e trabalhos não qualificados, as quais poderiam ser classificadas como pertencentes ao mercado secundário de trabalho (PIORE, 1979; PORTES, 1995). Os empregos administrativos situam-se em segundo lugar, com 12,3% de auxiliares administrativos e 7,7% de oficiais administrativos.

A terceira colocação chama atenção por ser constituída por engenheiros e graduados, respondendo por 4% do total dos brasileiros registrados no *Sistema de Seguridad Social* e outros 1,3% de engenheiros e técnicos. Essa inserção, contudo, é bastante distinta da dos imigrantes vindos da União Europeia, os quais estão inseridos em trabalhos mais qualificados (engenheiros, técnicos, gerentes e administrativos) em comparação com outros grupos de imigrantes. Embora a participação de brasileiros nos empregos de caráter técnico-científico seja menor em comparação com os estrangeiros da União Europeia, nota-se maior peso do grupo brasileiro em comparação com a média do restante da Europa, da Ásia, da África e mesmo da América Latina, indicando os reflexos dos processos de reestruturação produtiva e a transnacionalização de empresas, com a circulação de trabalhadores (Sassen, 1991; Castells, 1997).

TABELA 7. Trabalhadores estrangeiros registrados no Regime Geral da Seguridad Social segundo país de nacionalidade e categoria profissional (distribuição percentual), Espanha, 31-12-2009

	União Europeia	Resto Europa	África	América Latina	Ásia	Brasil
Engenheiros e Graduados	7,84	3,90	0,82	3,71	2,81	4,33
Engenheiros Técnicos. Peritos	3,33	1,27	0,41	1,19	0,53	1,30
Chefes Administrativos e de Oficina	3,29	1,75	0,59	1,41	1,18	2,46
Ajudantes Não-Graduados	2,27	1,66	1,27	2,04	2,52	2,72
Oficiais Administrativos	8,66	5,69	2,58	6,20	5,17	7,72
Subalternos	3,37	3,87	2,71	5,10	5,10	3,89
Auxiliares Administrativos	9,84	10,24	4,50	12,14	8,39	12,33
Oficiais de 1ª e 2ª	24,66	23,74	20,64	19,58	21,41	19,58
Oficiais de 3ª e Especialistas	16,18	19,64	23,31	20,26	28,01	21,33
Maiores de 18 Anos não Qualificados	20,49	28,19	42,94	28,31	24,80	24,28
Trabalhadores Menores de 18 Anos	0,07	0,06	0,23	0,06	0,08	0,05
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Anuario Estadístico de Inmigración 2009. Observatorio Permanente de la Inmigración. Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración da Espanha.

A distribuição de mulheres e homens brasileiros nas categorias profissionais do *Regime Geral da Seguridad Social* no final de 2009 (Tabela 8) indica que as mulheres brasileiras têm um maior peso nos empregos de caráter administrativo, principalmente como auxiliares administrativas (16,8% das mulheres em comparação com 6,9% dos homens), enquanto os homens têm uma maior representação nos trabalhos de oficiais de 1ª e 2ª (26,4% de homens em comparação com 14% de mulheres).

Comparando esses dados com os de 2007 e 2008 dos respectivos *Anuarios Estadísticos de Inmigración*, observa-se leve aumento dos homens e das mulheres brasileiras na categoria de

⁴ Estas duas categorias profissionais incluem aos operários dos distintos setores, especificamente ao pessoal técnico sem título oficial por não lhe ser exigido no trabalho que realizam e não ser legalmente necessário.

engenheiros e graduados, tanto em termos absolutos como relativos, bem como incremento dos homens na categoria de Oficiais de 3ª e especialistas. Por outro lado, houve uma pequena redução nos trabalhos de Oficiais de 1ª e 2ª e nos trabalhos não qualificados entre os homens brasileiros, enquanto as mulheres brasileiras diminuem nas ocupações de auxiliares administrativas.

TABELA 8. Trabalhadores brasileiros registrados no Regime Geral de Seguridad Social segundo categoria profissional e sexo, Espanha, 31-12-2009

	Homens		Mulheres	
	Total	%	Total	%
Engenheiros e Graduados	396	5,18	344	3,65
Engenheiros Técnicos. Peritos	104	1,36	118	1,25
Chefes Administrativos e de Oficina	241	3,15	180	1,91
Ajudantes Não-Graduados	216	2,82	249	2,64
Oficiais Administrativos	439	5,74	880	9,33
Subalternos	259	3,38	405	4,29
Auxiliares Administrativos	525	6,86	1.582	16,77
Oficiais de 1ª e 2ª	2.022	26,42	1.324	14,04
Oficiais de 3ª e Especialistas	1.537	20,09	2.107	22,34
Maiores de 18 Anos não Qualificados	1.908	24,93	2.240	23,75
Trabalhadores Menores de 18 Anos	5	0,07	4	0,04
Total	7.652	100,00	9.433	100,00

Fonte: Anuario Estadístico de Inmigración 2009. Observatorio Permanente de la Inmigración. Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración da Espanha.

O desemprego entre a população brasileira

As estatísticas sobre o desemprego aqui apresentadas referem-se ao desemprego registrado, ou seja, os pedidos de emprego registrados nas agências do *Servicio Público de Empleo Estatal* na Espanha realizados por pessoas estrangeiras desempregadas (OPI, 2009).

Entre 2005 e 2009 houve um aumento expressivo de brasileiros desempregados: de 1.934 para 6.115 imigrantes, especialmente a partir de 2008 no qual o número de brasileiras e brasileiros desempregados aumentou em mais de 2.000 pessoas (Tabela 9). Em números absolutos, o desemprego feminino é mais elevado, em função do maior estoque de mulheres brasileiras entre os imigrantes brasileiros; por exemplo, 2.079 homens desempregados contra 4.037 mulheres em 2009. Contudo, a taxa de crescimento entre os desempregados durante o período 2005-2009 é muito mais elevada para os homens: 48% ao ano e 28% ao ano para as mulheres. Embora sejam taxas extremamente elevadas, o ritmo de crescimento do desemprego de brasileiros parece refletir a inserção diferencial por sexo no mercado de trabalho espanhol, bem como os maiores impactos da crise econômica nos setores de inserção masculina em relação à inserção das mulheres.

TABELA 9. Evolução do desemprego registrado entre a população brasileira por sexo, Espanha, 2005-2009 ⁽¹⁾

	Total	Homens	Mulheres
2005	1.934	429	1.505
2006	2.331	649	1.682
2007	2.877	825	2.052
2008	5.028	1.826	3.202
2009	6.115	2.079	4.037

⁽¹⁾ Os dados entre 2005 e 2008 referem-se a 31 de Dezembro, enquanto os dados de 2009 são a média anual.

Fonte: Anuario Estadístico de Inmigración 2008, Observatorio Permanente de la Inmigración (Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración) e Anuario de Estadísticas 2009 (Ministerio de Trabajo e Inmigración).

A incidência do desemprego dentre os imigrantes brasileiros na Espanha por idade e sexo revela que há uma concentração de desemprego masculino nas idades jovens, no final de 2008 (Tabela 10). De fato, nas idades entre 16-29 anos encontravam-se 34% dos brasileiros desempregados na Espanha, contra 28% das imigrantes femininas nessas mesmas idades. Para as brasileiras o desemprego em idades adultas (30-59 anos) representou cerca de 71% das desempregadas, e para os homens 65%. Ou seja, há também um diferencial por idade no desemprego dos brasileiros e brasileiras imigrantes na Espanha, que reflete uma seletividade por idade e sexo no processo migratório de brasileiros para a Espanha e a, conseqüente, possibilidade de inserção desse contingente imigrante no mercado de trabalho no país receptor.

TABELA 10. Desemprego registrado na população brasileira por idade e sexo, Espanha, 31-12-2008

	Homens		Mulheres		Total	
	Números	%	Números	%	Números	%
16-19	34	1,86	25	0,78	59	1,17
20-24	165	9,04	208	6,50	373	7,42
25-29	416	22,78	683	21,33	1.099	21,86
30-34	438	23,99	855	26,70	1.293	25,72
35-39	327	17,91	623	19,46	950	18,89
40-44	217	11,88	393	12,27	610	12,13
45-49	125	6,85	235	7,34	360	7,16
50-54	62	3,40	109	3,40	171	3,40
55-59	24	1,31	50	1,56	74	1,47
60 e mais	18	0,99	21	0,66	39	0,78
Total	1.826	100,00	3.202	100,00	5.028	100,00

Fonte: Anuario Estadístico de Inmigración 2008. Observatorio Permanente de la Inmigración. Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración da Espanha.

Nesse sentido, os homens foram mais afetados pela crise econômica na Espanha, uma vez que estão concentrados nos setores da construção e serviços. Do total dos brasileiros desempregados, no final de 2008, 35% estavam na construção e 44% nos serviços (Tabela 11); a estrutura do desemprego das brasileiras espelha basicamente sua inserção no setor serviços, que respondeu por 70% do desemprego feminino. Ressalte-se que 22% das brasileiras desempregadas declararam não ter emprego anterior em 2008, contra 12% dos homens. O desemprego registrado alcançou 5.028 brasileiros em 2008, representando 3% do estoque de brasileiros.

O desemprego registrado dos imigrantes brasileiros e brasileiras por grupo ocupacional⁵ está concentrado, para ambos os sexos, em ocupações que indicam a precariedade do trabalho (Tabela 12). Para os homens desempregados, no fim de 2008, 38% estava no grupo “Artesãos e trabalhadores qualificados de indústria manufatureira, construção e mineração”, sendo que em torno de 27% do desemprego masculino encontrava-se no grupo “Trabalhadores não qualificados”. Para as mulheres brasileiras, os grupos ocupacionais de maior peso no desemprego são “Trabalhadores não qualificados” e “Trabalhadores de serviços de restauração, pessoais, proteção e comércio”, os quais respondem por 80% do desemprego das brasileiras na Espanha.

⁵ A Clasificación Nacional de Ocupaciones (CNO-94) agrupa as ocupações em dez grandes grupos, apresentados na Tabela 12.

TABELA 11. Desemprego registrado na população brasileira por setor de atividade e sexo Espanha, 2007-2008

		Homens		Mulheres		Total	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008
Agricultura	N	21	24	61	41	82	65
	%	1,89	1,31	2,13	1,28	2,06	1,29
Construção	N	313	635	51	72	364	707
	%	28,10	34,78	1,78	2,25	9,15	14,06
Indústria	N	80	146	118	159	198	305
	%	7,18	8,00	4,12	4,97	4,98	6,07
Serviços	N	596	806	2.050	2.219	2.646	3.025
	%	53,50	44,14	71,55	69,30	66,50	60,16
Sem emprego anterior	N	104	215	585	711	689	926
	%	9,34	11,77	20,42	22,20	17,32	18,42
Total	N	1.114	1.826	2.865	3.202	3.979	5.028
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Anuario Estadístico de Inmigración 2007 y 2008. Observatorio Permanente de la Inmigración. Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración da Espanha.

TABELA 12. Desemprego registrado na população brasileira por grupo ocupacional e sexo, Espanha, 2007-2008

Grupo ocupacional	Homens		Mulheres	
	2007	2008	2007	2008
Direção Empresas e Adm. Públicas	0,48	0,44	0,19	0,19
Técnicos e Profissionais Científicos e Intelectuais	3,15	1,97	1,80	1,53
Técnicos e Profissionais de Apoio	5,82	5,15	4,24	3,78
Empregados de Tipo Administrativo	3,64	3,40	10,53	11,24
Trabalhadores Serviços de Restauração, Pessoais, Proteção e Comércio	18,79	16,05	39,33	40,60
Trabalhadores Qualificados na Agricultura e Pesca	1,09	1,26	0,68	0,59
Artesãos e Trabalhadores Qualificados de Indústria Manufatureira, Construção e Mineração	33,21	37,73	1,36	1,97
Operadores de Máquinas e Instalações, Montadores	6,79	7,17	1,75	1,50
Trabalhadores não Qualificados	27,03	26,83	40,11	38,60
Forças Armadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (número absoluto)	1.114	1.826	2.865	3.202

Fonte: Anuario Estadístico de Inmigración 2007 y 2008. Observatorio Permanente de la Inmigración. Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración da Espanha.

Para se ter uma idéia dos beneficiários brasileiros das prestações por desemprego, a Tabela 13 distingue três tipos de prestações: 1) a proteção por desemprego de nível contributivo, que requer um período mínimo de contribuição de 360 dias nos seis anos anteriores ao desemprego legal; 2) a prestação por desemprego em nível assistencial, que é um complemento da anterior e visa proporcionar uma maior duração da proteção por desemprego por motivos de necessidades

especiais ou por razões de idade avançada⁶; 3) Renda Ativa de Inserção: trata-se de uma prestação adicional às anteriores, cujo objectivo é diminuir os efeitos que o desemprego produz nas pessoas desempregadas de maior risco (maiores de 45 e menores de 64 anos, portadores de deficiências igual ou superior a 33%, emigrantes retornados e vítimas de violência de gênero).

TABELA 13. Beneficiários brasileiros de prestações por desemprego por tipo de prestação, 2007-2009 (Media Anual)

	Nível Contributivo		Nível Assistencial		Renda Ativa de Inserção		Total	
	Números	%	Números	%	Números	%	Números	%
2007	796	73,25	249	22,94	41	3,81	1.086	100,00
2008	1.419	72,79	455	23,33	76	3,89	1.949	100,00
2009	2.269	60,58	1.316	35,14	160	4,28	3.745	100,00

Fonte: Anuario de Estadísticas 2009. Ministerio de Trabajo e Inmigración da Espanha.

Os beneficiários brasileiros por desemprego chegaram a totalizar 3.745 imigrantes em 2009, quando eram 1.086 em 2007. Dentre os tipos de prestação, os desempregados brasileiros concentravam no nível contributivo (cerca de 60%), com aumento expressivo para o nível assistencial, passando de 249 imigrantes brasileiros beneficiários em 2007 para 1.316 em 2009, respondendo por 35% das prestações de desemprego aos brasileiros nesse ano. O aumento desse tipo de benefício parece estar relacionado com o *Programa Temporal de Protección por Desempleo e Inserción*, associado à conjuntura econômica, no qual se incluíram muitos imigrantes quando esgotaram a prestação contributiva sem chance de encontrar um outro emprego.

Desse modo, o desemprego entre os imigrantes brasileiros legalizados refletiu a maior incidência da crise econômica em setores tradicionais de imigração, mas também atingiu imigrantes inseridos em setores técnicos e administrativos, denotando a amplitude da crise sob os imigrantes.

Desse modo, a imigração brasileira para a Espanha apresenta especificidades que somente podem ser identificadas a partir das importantes fontes de informações e bases de dados disponibilizadas no país, em especial contemplando a população imigrante. Contudo, as fontes de dados sobre os trabalhadores estrangeiros não contabilizam os imigrantes em situação irregular, sendo uma das limitações do estudo.

Considerou-se o sistema de proteção social na Espanha para analisar a inserção laboral dos brasileiros na Espanha, uma vez que este alcança também os contingentes imigrantes, os quais alocados no setor secundário de trabalho (PIORE, 1979) e com inserção laboral precária acionarão tais mecanismos de proteção social em situação de crise e desemprego. Porém, não se pode esquecer do grande número de imigrantes indocumentados não abrangidos por esse sistema; os imigrantes brasileiros indocumentados apenas podem trabalhar na economia informal sem nenhum tipo de proteção laboral e social. Nesse sentido, Pajares (2010) já aponta para um maior impacto da crise na imigração indocumentada porque é mais sensível às flutuações do emprego.

As análises permitiram confirmar a segregação ocupacional por sexo da imigração brasileira descrita em estudos anteriores (FERNANDES; NUNAN, 2008; MASANET, 2009).

⁶ Em 2009 também inclui os beneficiários do *Programa Temporal de Protección por Desempleo e Inserción*, aprovado no mês de agosto de 2009, como carácter extraordinário, devido à situação de crise econômica e que finalizou em 15 de fevereiro de 2011. Trata-se de uma prestação econômica de 421€ mensais para desempregados que esgotaram a prestação contributiva ou o subsídio por desemprego e que cumprem determinados requisitos.

Assim, identifica-se maior concentração das mulheres brasileiras no trabalho doméstico e no setor serviços em geral, bem como o predomínio dos homens brasileiros no setor serviços e na construção civil. Além disso, e considerando o nível de escolaridade, verifica-se a pouca qualificação profissional da população imigrante brasileira no mercado de trabalho espanhol.

Essa inserção diferencial por sexo no mercado de trabalho da Espanha explica o impacto também diferenciado da crise econômica para as mulheres e para os homens brasileiros; os homens foram mais afetados pela crise, uma vez que estão concentrados nos setores mais atingidos pela crise econômica (construção e serviços). Isto é refletido na maior incidência do desemprego nos homens brasileiros e no aumento contínuo da presença das mulheres brasileiras no serviço doméstico, mesmo nos anos de crise. As oportunidades de emprego que se abrem para as mulheres imigrantes nos cuidados de idosos, principalmente como cuidadoras internas, podem explicar essa situação.

Assim, esses dados sugerem um deslocamento das mulheres brasileiras entre setores de ocupação, oposto ao produzido antes da crise: se a inserção das brasileiras no mercado de trabalho espanhol ocorria principalmente no setor doméstico e, posteriormente, uma parte delas encaminhavam-se para os setores da hotelaria e restauração e o comércio, atualmente aquelas que perderam seus empregos nesses setores estão retornando para o serviço doméstico.

Em suma, o cenário da crise econômica na Espanha, em anos recentes, incidiu na inserção dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho espanhol e nas condições de trabalho, conseqüentemente no desemprego. Aliado a isto, o esgotamento das prestações contributivas e assistenciais para muitos deles pode estar causando impactos nas condições de vida desta população, bem como um aumento das situações de pobreza e vulnerabilidade social. Nessa situação, torna-se necessário tomar medidas de proteção social para as comunidades de imigrantes em geral, destacando-se a adoção de instrumentos necessários para a reinserção dos imigrantes no mercado de trabalho.

Referências

- BAGANHA, M. i.; Reyneri, E. La inmigración en los países del sur de Europa y su inserción en la economía informal. In: Solé, C. (Coord.). El impacto de la inmigración en la economía y en la sociedad receptora. Barcelona: Anthropos, 2001, p. 53-211.
- CACHÓN, L. Inmigración y mercado de trabajo en España. *Economía Exterior*, n. 28, p. 49-58, 2004.
- CASTELLS, M. La era de la información. *Economía, sociedad y cultura*. Madrid: Alianza Editorial, 1997. (La sociedad red, v. 1)
- Colectivo IOE. La inmigración ecuatoriana en España: una visión a través de las fuentes estadísticas. In: Gómez Ciriano, E. J; Tornos Cubillo, A; _____. Ecuatorianos en España. Una aproximación sociológica. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 2007. p. 179-255. (Documentos del Observatorio Permanente de la Inmigración, n. 15). Disponível em: <<http://extranjeros.mtin.es/es/ObservatorioPermanenteInmigracion/Publicaciones/archivos/ECUATORIANOS-2.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2010.
- _____. Situación laboral de las mujeres inmigrantes no comunitarias. In: Tornos Cubillos, A. Los inmigrantes y el mundo del trabajo. Madrid: Publicaciones de la Universidad Pontificia de Comillas, 2003. p 79-122.
- Consejo Económico y Social -CES. Memoria sobre la situación socioeconómica y laboral de España 2009. Madrid: Consejo Económico y Social, 2010. Disponível em: <<http://www.ces.es/servlet/noxml?id=CesColContenido%20M01277824313170~S9000505~NMEMORIA%20CES%202009.pdf&mime=application/pdf.~>>>. Acesso em: 21 dez. 2010.

_____. Memoria sobre la situación socioeconómica y laboral de España 2008. Madrid: Consejo Económico y Social, 2009. Disponível em: <<http://www.ces.es/servlet/noxml?id=CesColContenido%20M01246456337338~S8387139~NMEMORIA%202008.pdf&mime=application/pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2010.

_____. Memoria sobre la situación socioeconómica y laboral de España 2006. Madrid: Consejo Económico y Social, 2007. Disponível em: <<http://www.ces.es/servlet/noxml?id=CesColContenido%20M01182516709331~S5409749~Nmemoria2006.pdf&mime=application/pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

DOMINGUEZ, J. I. A imigração espanhola para São Paulo no pós Segunda Guerra : registros da hospedaria dos imigrantes. Dissertação de Mestrado em Sociologia. IFCU/UNICAMP, 2004.

FERNANDES, D. M.; Nunan, C. O imigrante brasileiro na Espanha: perfil e situação de vida em Madrid. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2008.

GONZÁLEZ FERRER, A. Efectos macroeconómicos de la inmigración. Impacto sobre el empleo y los salarios de los nativos. Papers, n. 66, p. 133-153, 2002.

MALGESINI, G.; GIMÉNEZ, C. Guía de conceptos sobre migraciones, racismo e interculturalidad. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2000.

MASANET, E. De Brasil a España: un estudio sobre la migración desde una perspectiva integrada de los lugares de origen y de destino. 2009. 469f. Tese (Doutorado) - Departamento Sociología II, Universidad de Alicante, Alicante, 2009.

_____. O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais: um breve panorama da situação dos emigrantes brasileiros na Espanha. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 151-165, 2008.

MASANET, E.; PADILLA, B. La inmigración brasileña en Portugal y España ¿Sistema migratorio Ibérico? OBETS – Revista de Ciencias Sociales, Alicante, v. 5, n. 1, p. 49-86, 2010.

MASSEY, D. et al. Una evaluación de la teoría de la migración internacional: el caso de América del Norte. In: MALGESINI, G. (Comp). Cruzando fronteras: migraciones en el sistema mundial. Barcelona: Icaria, 1998. p. 189-264.

MONTOLIÚ, E.; DUQUE, I. Vuelta a los fundamentos en relación con la población en la Comunidad de Madrid: la imbricación de los comportamientos demográficos y la estructura económica y social en la región metropolitana. In: CLUB DE DEBATES URBANOS. Madrid, Club de Debates Urbanos. Madrid, 2003. p. 24-71.

Observatorio Permanente de la Inmigración - OPI. Fuentes de información, notas metodológicas y normas jurídicas. In: _____. Anuario Estadístico de Inmigración 2008. Madrid: OPI/Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración, 2009.

Oficina Económica del Presidente DEL GOBIERNO – OEPG. Informe Económico del Presidente del Gobierno 2007. Madrid: Ministerio de la Presidencia, 2007. Disponível em: <http://www.la-moncloa.es/NR/rdonlyres/979A01BC-BF4B-4912-A9CD E969E11A920A/113797/IEPG_2007Completo.pdf>. Acesso em: 23 set. 2010.

_____. Informe Inmigración y Economía Española: 1996-2006. Madrid: Ministerio de la Presidencia, 2006. Disponível em: <<http://www.la-moncloa.es/NR/rdonlyres/0A0CB2F0-97AB4F7D8915136A678022AE/78630/INMIGRACIONYECONOMIAESPA%C3%91OLA15noviembre.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2010.

OLIVER ALONSO, J. (Dir.). Las Españas de la inmigración: mercado de trabajo e inmigración en las CCAA españolas 1995-2005. Barcelona: Manpower, 2006.

PAJARES, M. Inmigración y mercado de trabajo: informe 2010. Madrid: Observatorio Permanente de la Inmigración/Ministerio de Trabajo e Inmigración, 2010. (Documentos del Observatorio Permanente de la Inmigración, n. 25). Disponível em: <http://www.ikuspegi.org/documentos/documentos_externos/Inmigracion__Mercado_de_Trabajo_OPI25.pdf>. Acesso em: 29 out. 2010.

_____. Inmigración y mercado de trabajo: informe 2009. Madrid: Observatorio Permanente de la Inmigración/Ministerio de Trabajo e Inmigración, 2009. (Documentos del Observatorio Permanente de la Inmigración, n. 21). Disponível em: <http://extranjeros.mtin.es/es/ObservatorioPermanenteInmigracion/Publicaciones/archivos/Inmigracixn_y_mercado_de_trabajo._Informe_2009.pdf>. Acesso em: 19 set. 2010.

_____. La inserción laboral de las personas inmigradas en Cataluña: estudio introductorio. Barcelona: CC.OO - Centre d'Estudis i Recerca Sindical, 2002.

PETROVA, D. The Denial of Racism. The International Council on Human Rights Policy, Review Meeting, Geneva, december, 1999.

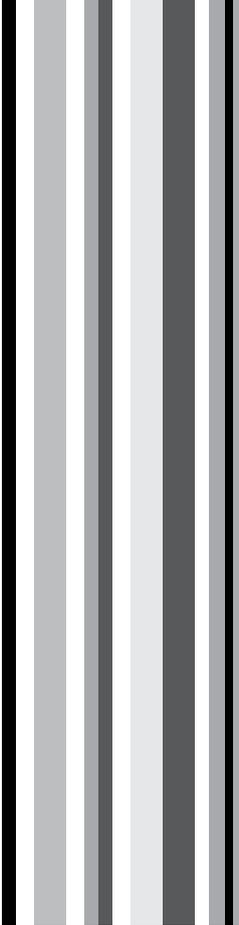
PIORE, M. Birds of passage: migrant labor and industrial societies. New York: Cambridge University Press, 1979.

PORTES, A. The economic sociology of immigration. Nova York: Russel Sage Foundation, 1995.

SASSEN, S. The global city: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SOLÉ, C.; PARELLA, S. La inserción de los inmigrantes en el mercado de trabajo: el caso español. In: _____ (Coord.). El impacto de la inmigración en la economía y en la sociedad receptora. Barcelona: Anthropos, 2001.

_____ et al. El impacto de la inmigración en la sociedad receptora. Revista Española de Investigaciones Sociológicas, Madrid, n. 90, p. 131-157, 2000.



THE CONCEPT OF LOSS IN TRANSNATIONAL MIGRATION

Szilvia Simai
Rosana Baeninger

In this study we argue for a closer examination of the biographical, imaginary and emotional factors which underpin the attractions of particular localities. The significance of place is a central theme in the literature on lifestyle migration (Benson and O Reilly 2009; Hoey 2005) which in general is concerned with movement 'to places that, for various reasons, signify for the migrant a better quality of life' (Benson and O Reilly 2009: 609). The notion of a better quality of life is typically associated with a cluster of factors such as climate, cheap property and a range of cultural attributes suggesting an alternative way of living. As we illustrate in the interviews drawn from our fieldwork in the state of Sao Paulo in Brazil, the idea of quality of life is also overlaid by an array of imaginary and emotional investments which are rooted in individual biography and personal experience.

A central feature of our analysis concerns the ways in which the popular cultural representations of Brazil are intermeshed with the narratives and biographies of individual migrants. Representations of Brazil, as a country which is linked in various ways to the past, are also central to processes of biographical reconstruction and narrativisation. The focus on how individuals invest psychically in Brazil's social imaginaries is a useful supplement to the broader migration. In this perspective we re-introduce here the concept of ambiguous loss (Boss, 1991, 1999) in the migratory context (migration loss).

Our approach is psycho-social in character: the emphasis upon the affective, emotional and imaginary aspects of migration (prefigured in King 2002 and D'Andrea 2006) has both theoretical and methodological implications which we develop in the next section. The remainder of the paper presents an overview of the dominant imaginaries of Brazil and the background to contemporary immigrant settlement in the city. This is followed with a detailed examination of two cases drawn from our larger sample of foreigners living in Brazil in the state of Sao Paulo.

Migration and the Social Imaginary

Several analyses have drawn upon the notion of the social imaginary to deepen understanding of migrants' motivations and representations (Moran Taylor and Menjivar 2005; Pessar and Mahler 2002). The social imaginary in these cases is used to refer to the background, shared social assumptions which inform migrants' choices and to the 'imaging, planning and strategizing' which is an integral part of the act of migration (Pessar and Mahler 2002: 817). Our understanding of the imaginary underpinnings of social relations is rooted in a broader psycho-social approach which is both theoretical and methodological in character. Drawing upon the work of Castoriadis (2007) we argue that the imaginary is constituted by 'the ability to perceive in just anything, what is not there' (Castoriadis 2007: 203). In contrast to a Lacanian understanding of the imaginary as a specular misrecognition of the self (Lacan 1989; Althusser 1971; Žižek 2009) the imaginary as used here refers neither to ideological illusion nor a simple reflection of a pre-existing world. As we argue in this paper, it is the capacity of individuals to invest imaginatively in the external, object world which renders immigrants' representations of Brazil both creative and constitutive.

The social imaginary operates in and through signification and in particular through the construction of myth, legend and narrative (Castoriadis 2007). Social imaginary significations refer neither to reality nor to logic but are primarily creative or imagined (Castoriadis 2007: 73). They are social 'because they only exist if they are shared in the anonymous and the collective' (Mountian 2009).

Social imaginary significations therefore function on the level of shared representations, amongst parts or larger segments of societies. Moreover, the social imaginary cannot be separated from individuals' emotional bonds and attachments and the ways in which these are imagined and fantasised (Laplanche and Pontalis 1973). The important point here is that the imaginary as a primary creative power functions at both a social and individual level (Castoriadis 1997: 72-4) resulting in the continuous production of novel representations.

These theoretical suppositions have implications for the type of methodology which we pursue in this research. One of our key assumptions is that psychoanalytic techniques can be helpful in drawing out the in-depth interpretative or hermeneutic aspects of interview material and of the research process as a whole. In analysing the contribution of psychoanalytic concepts to sociological enquiry, Clark (2002) has usefully distinguished between (i) the analysis of substantive content, the identification of common themes and associations and (ii) the dynamics of the research process, including the formulation of questions, the conduct of interviews (the use of free association and attention to processes of 'projective communication') and the interpretation of interview material.

In practice, the analysis of substantive content and the psycho-social dynamics of the research process are closely interwoven. For example, our main research questions concerned individuals' motivation for movement and their representations of Brazil. Interviews therefore began with the question 'Can you tell me how you came to be in Brazil?' This was a deliberately open ended question which aimed, in keeping with psycho-social methods more generally, to encourage individuals to free associate about their migratory experiences of the city. The responses to this question elicited factual material as well as more suggestive and ambiguous layers of meaning. A range of authors (Hollway and Jefferson 2000; Clark 2002; Clark and Hoggett 2009) have advocated the use of free association in the interview situation. As in the psychoanalytic practice from which it derives, the aim is to draw out meanings

which are available to individuals on a preconscious level. Unconscious meaning is inferred rather than directly accessed, in particular through the identification of repeated themes, the use of language and processes of transference or what Clark terms 'projective communication' (Clark 2002).

Another of our main assumptions is that our interviewees' emotional and imaginary engagements with Brazil can only be understood as part of the process of biographical reconstruction which occurs within the interview process. Our approach draws upon the biographical interpretive method (Wengraf and Chamberlain 2006) in encouraging individuals to order their own biographical narratives. More specifically, we are interested in individuals' motivations for migration and in their experiences of Brazil. Within the literature on the biographical roots of migration Findlay and Li's research (1997) is a useful point of comparison. In general, the authors attempt to relate individuals migration decisions and intentions to the broader context of 'their changing social and cultural worlds' (1997: 35). As they clarify, 'We sought through the interviews to discover the origins and meanings of migration decisions in the context of the migrants' whole life experience' (1997: 37). The 'seeds of migration' lie in the totality of the life course and not simply in the moment when the decision to migrate is made. The decision to migrate is itself the product of a diverse range of influences and is inherently poly-vocal in nature.

Although suggestive, it can be argued that Findlay and Li's analysis remains overly confined to the level of practical consciousness. One of the central tenets of psychoanalytically informed social analysis is that individuals are never fully reflexive agents, i.e. that we never quite know why we do what we do at the time that we do it. This is true both at the level of the subject and her desires and in relation to the unconscious dynamics which may occur in the interview process and in the subsequent interpretation of data (Holloway and Jefferson 2000).

With these caveats in mind, and reiterating our earlier points on the role of the imaginary, we structured the analysis of interview material around three related questions: firstly, what in each case – and slightly changing Findlay and Li's metaphor – are the *imaginative roots* of migration? What, secondly, is the specific *biographical conjuncture* which had prompted the move to Brazil? And how, finally, does Brazil as an *imagined place* figure in individuals' narrative accounts?

In relation to the dynamics of the research process Holloway and Jefferson's account of the emotional defences used by both interviewers and interviewees is of particular significance to our approach (2000). During interviews and the subsequent playing and replaying of interview material we became aware of the difficulties (shared by both parties) surrounding particular topics such as work and death. The defenses of one of the researcher were particularly present in the encounter with Paul whose story resonated in some ways with his own. It was only during the author's discussion and analysis of the material that the power of the researcher's own defenses became clear. It was difficult, for example, for David to discuss the deeper analysis of Paul's narrative because of resonances with his own biography, this sometimes making it difficult to pursue a potentially painful train of thought with Paul. Although we do not directly analyse processes of projective communication in this paper a focus on the awkwardness or heavy silences in the interview process added another level of meaning and context for interpretation in addition to what was actually said. Narratives, so we argue, may be functioning as a defense or resistance which attempts to disguise different levels of meaning (Lapping 2007).

Instability and Loss: the Imaginaries of Brazil

Brazil is a city associated with change rather than stability (Ritchie 1998, xviii). During the course of the 20th century, it underwent a sequence of fundamental social and political changes. This sense of instability is closely linked to Loss. Boss (1991) concept of ambiguous loss describes situations in which loss is unclear, incomplete, or partial. Boss described two types of ambiguous loss. In one, people are physically absent but psychologically present (immigrants). In the second, family members are physically present but psychologically absent (Alzheimer victim). Migration represents what Boss (1991) calls crossover in that it has elements of both types of ambiguous loss. Beloved people and places are left behind, but they remain keenly present in the psyche of the immigrant. At the same time, homesickness and the stresses of adaptation may leave some family members emotionally unavailable to others.

The surface details of our first interviewee's account of how he came to be living in Brazil confirms our hypothesis. His move to Brazil, after a period of time in London was connected to the existence of friendship networks involving the band that he played in, and the pursuit in general, of a more comfortable lifestyle: this was described as including greater ease in bringing up his son and a lower cost of living compared to London. He began the interview with a description of himself and his wife as artists, himself in terms of his training and his wife in terms of her full time work. His immediate identification with the role of an artist resonates with the marketing of contemporary Brazil as a virtual, creative, global country. Paul was not drawn to Brazil for employment but described his well-paid computer work for a charity based in London as a means to more important ends - a relaxed lifestyle which allowed him to save money for an artists' studio, freedom to play in a band and a more child-friendly environment in which to bring up his son.

The following quotation illustrates his attitude toward his paid employment and his identity, first and foremost, it would appear, as an artist and musician:

I trained as an artist and my girlfriend is an artist full time and I fell into doing this computer work that pays well for a living...I got used to that but it means that I don't have to work quite so much, I don't spend all my time working, particularly living here. ...I sort of have on-going freelance work for an employment rights organisation on line and I maintain a website for a friend.

Attempts to elicit further information about Paul's employment were met with awkward pauses and bored non-committal replies. Work felt like a no-go area.

D: Tell me more about working for the employment rights organisation.

P: I mean...it's out of...I mean, it's my main income.

This might be regarded as further illustration of Paul's lack of identification with his paid work and his keener interest in lifestyle and cultural pursuits which is typical of a certain type of life-style migrant. However, we also felt there was a debarring of the topic of work during the course of the interview. Having immersed ourselves in the transcript material, this perception was reinforced. Following an awkward pause, Paul quickly alighted on his desire to follow and play with a friend in a band. Our immediate sense was that friendship networks and playing in a band were possible forms of *escape* from work and its associated emotions. This will become clearer in the context of other themes which emerge in Paul's narration of his friend's experience:

P: A friend of mine who's American, we met in an art college and I had a band with him. After he left...this was about ten years ago after he left college, (he was only in England for a year because...he's American) so he moved back to New York and then eventually ended up here...(pause) ...because his girlfriend lives in London and he didn't want to marry her for various reasons, he was living in a kind of half-way house and then he ended up here because it is a quick to get over here. They are more tolerant in letting Americans stay...so he's been living here and we've been in this band for eight years... Part of it was convenience to be able to play together (pause) and part of it has to do with dealing with having a son...it's much easier living here with kids than it is in London

D: Easier?

P: It's got a lot to do with...yeah, you can go out and eat with them without feeling like a leper...I always found Brits are just so conscious of kids in London....This particular area...there is greater acceptance of kids here, they're part of things...

We might regard Paul's immediate preoccupation with a friend's experience as a means of talking about his own barely concealed anxieties surrounding finding a place where he can feel settled, or allowed to 'stay'. This is revealed in the reference to his friend as being in a kind of 'half-way house' and the idea that Brazil is 'more tolerant' of outsiders (Americans) staying. Interestingly in the light of themes which emerged after this, playing with a friend (in a band) becomes associated with childhood – a link made in Paul's immediate reference to his son. This was accompanied by a change in the emotional register of the interview, from an account which suggested a light-hearted desire to follow and play with a friend, to a more serious concern involving the responsibility of 'dealing with (having) a son' and Brazil's 'greater tolerance of children' Paul's reluctance to discuss work, throws his preoccupations with play and matters pertaining to childhood, into sharp relief.

It is in the context of Paul's account of bereavement as an immediate back-drop to his move to Brazil, that the juxtaposition of work, play and related issues of being 'unsettled' or in a half-way house acquire additional explanatory significance. After a circuitous account of wishing to play with this same American friend in a band and wanting to live somewhere which is more tolerant of kids, Paul referred to a string of recent bereavements including that of his mother. His frequent references back to her during conversation suggest a strong tie. The pain associated with a lack of being settled was bound up with memories of a mother who travelled a lot for her work and with whom he was able to enjoy quality time during holidays they shared.

P: I mean, I've never had a great desire to live in the UK. D: No?

P: I mean, not that I've been desperately trying to leave it, but my mum (pause) my mum lived abroad quite a lot. She lived in Italy, France and (long pause) So she travelled a lot and I ended up travelling a lot as well. I mean, I never lived abroad with her as a child, we always lived (pause) we grew up and stayed in Cambridge, but we travelled quite a lot for holiday, went to different places.

The conjunction 'but' followed by a heavy pause, and reference to his mum having 'lived abroad quite a lot' suggested a grappling with a painful loss and an attempt to recover something of his mother through identification with her. 'So she travelled a lot and I ended up travelling a lot as well', speaks of an imaginative identification with his mother, a desire perhaps to be like her a traveler, or the object of her desire (Freud 1917; Rose 2001). Moreover, a need to recoup after a 'long period of backwards and forwards, dealing with houses and burials and funerals', as well as a sense of recapturing memories of travelling for

holidays becomes associated with freedom to ‘play around and mess around’ – often associated with childhood.

Despite the evident splitting between Brazil and London, there is a more balanced ambivalence in Paul’s recognition that the ‘*wealth of closely packed history and people*’ is also part of what makes London attractive. A sense of a desire to be part of these closely packed people, is offset by a feeling of never fitting in, ‘it is hard to feel like you belong there’. The themes of feeling transient and unsettled which appeared in Paul’s narration of his friend’s experience of being in a ‘kind of half-way house’ early on in the interview, is full circle at the end where he reflects upon his own inner restlessness and the impossible character of his own desires: ‘Like if we don’t want to be here (Brazil), where do we want to be? There’s no real (pause) there’s no dreamland’.

Penny

Penny, is in her early thirties and is married to a Brazilian. She is currently a housewife with two children living in Sao Paulo. Initially, she had moved from Aberdeen to London in the 1990s to work in theatre administration. Apart from her move to London there was no history of movement in her background. The specific, imaginative roots of her move to Brazil, however, are suggested in the following:

...the stress of London life, it was just all becoming too much. It was making me very anxious. I knew I had to get out. It just (pause) Brazil was, I suppose, what I was looking for. I didn’t realize it before I got here. The great sense of relief that places like that still exist. And I realized this is it and I have to find a way to come here and I did sort of plan to maybe do a TEFL course somewhere, before living here. But as it happened, another holiday here and then I happened to meet my husband and it fell into place.

The phrase, ‘*Brazil, was I suppose, what I was looking for*’, points to the imaginative root which guided her subsequent actions. There is a sense in which Penny fell in love with Brazil after going there for a holiday in the late 1990s. She found relief in the knowledge that ‘places like this still exist’, the ‘still exist’, referring to a period in the UK before mass consumerism began to get a grip, sometime for her in the 1980s.

The circumstances around Penny’s move to Brazil combined both economic pressures and a sense of personal crisis. ‘Brazil was what I was looking for’, gives the impression of being guided towards something, ‘*I realised, this is it*’, and the sense of relief following this but also the feeling that she ‘had to’ move. The move itself then ‘*magically*’ as she adds elsewhere, ‘*fell into place*’. We might speculate about the unconscious motives behind falling in love with Brazil and subsequently her Brazilian husband. It would seem that Penny was hoping to be rescued by the city and what it represented for her, following a feeling of being out of control and rejected in the wake of redundancy.

In Penny’s case, despite the initial splitting of Brazil and London into good and bad – ‘capitalist’ and ‘uncapitalist’ – there was also a strong ambivalence in her feelings towards both cities. Her claims to feeling accepted in Brazil were countered by her everyday struggles with what she deemed the officiousness of German culture and the difficulties she had in accepting niggling cultural differences. On the other hand, despite her criticisms of London, she nevertheless regarded it as ‘the most exciting city on earth’, but one in which she could no longer live. She still had after five years in Brazil, as she said, a ‘parallel life’ in the UK and maintained frequent contact via visits, telephone and the internet with her relatives in

Aberdeen and kept up-to-date with British popular culture. She described her strong feelings of pride in Britain which she associated with its popular culture, in particular the BBC, and the achievements of the welfare socialism of the post war period.

In this paper we have argued that individual's relations to and representations of Brazil may be regarded as vehicles for their earlier imaginary and emotional investments and attachments. The often subtle, asymmetric relationship between the social psyche - identified with physical spaces (as well as their signifiers), popular representations, discourses, symbols and structures - and the personal psyche as this impinges upon the social imaginary of Brazil, is at the core of our analysis.

Our approach has emphasised the mutual determination of the psyche and the social: the construction of the psyche is a social process and the social is simultaneously driven by unconscious phantasy and desire. Connecting imaginative roots to biographical conjunctures allows us to gain a clearer sense of what Brazil represents for the individuals we spoke with. From our other interviewees we observed that there is often a particular biographical conjuncture which is related to the decision to move to Brazil. These 'polyvocal influences' (Findlay and Li 1997) represent a unique combination of biographical circumstances. The importance of relationships; the desire to 'shift down a gear' and to experiment with lifestyle alternatives are common strands across the range of interviews which we conducted with lifestyle migrants and those who had moved for relationship purposes.

The highly skilled Britons interviewed also confirmed that Brazil is not typically the city of first choice for those who wish to advance their careers. London, New York and Amsterdam are the preferred locations for individuals working in the corporate sector and advertising. Brazil, on the other hand, appears to have rather different attractions. It is regarded as a country which opens up possibilities: of shifting down a gear, of not having to succeed or to re-evaluate what is meant by success. The two individuals represented here are therefore broadly representative of the lifestyle and relationship migrants interviewed, while remaining distinctive in terms of their biographical trajectories and in relation to the highly skilled and settled Britons interviewed in Brazil.

What is the broader significance of the two narratives we have outlined? The issue here may not be so much to look for general trends in these few illustrations, but rather to register a common strand in the biographical motifs which structure particular individuals' accounts. The sociological significance of these accounts lay not so much in the generalised phenomenon - there is greater diversity amongst Brazil's nearly Anglo-saxon immigrants than is accounted for here - as in the social character of the affective, the individual and the biographical.

Across a range of lifestyle migrants the vocabulary used to describe London is constant: it is hectic, crowded, and expensive; there is a lack of space, or it is old and cramped, and so on. Brazil is conjured up as all of its opposites: it is relaxed and cheap to live in; there is more space and it also has an unfinished quality to it. Brazil is a country on the brink and full of a certain type of possibility. As we have seen, there is also ambivalence in particular individuals' relations to both cities.

What the 'New Brazil' represents, for the Britons interviewed here, is therefore a complex affair. The imagined 'something else' which Brazil contains for them reflects above all the individual's capacity to 'create a world of (her) own' (Castoriadis 2007: 208). Both Brazil and London - cities which are lived in but also imagined - in this sense become the repositories for a range of often ambiguous emotional states. The issue, in these interviews as in the others

we conducted, is what a city represents, or comes to represent, for individuals at particular points in time.

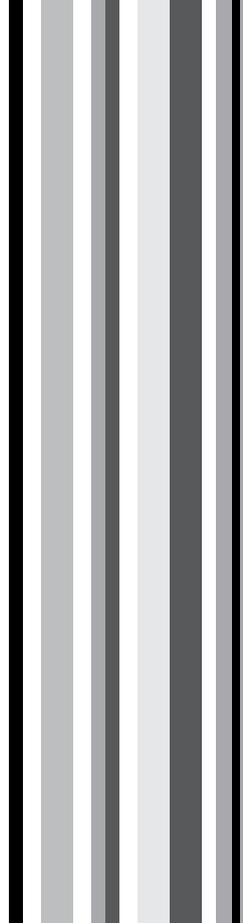
Economic factors play a role in these accounts but are mediated by an imaginative engagement with the city in which relationships and change in lifestyle are particularly significant. The cultural attractions of Brazil are, moreover, notoriously ambiguous. Both the dominant *tropes* of restlessness and the presence of the veiled pasts of the city, and the *topoi* of voids and spaces, are active in the imaginations of these two Britons living in Brazil. The pull of these factors has, in the individual narratives presented here, a biographical and imaginative significance which is bypassed in many accounts of transnational migration.

A focus on the affective and the imaginary therefore takes us beyond the typological approach to transnational migration which characterises the literature (Scott 2006; Verwiebe 2004) and deepens our understanding both of migrants' motives and their imaginings of place.

References

- Althusser, L. (1971) 'Ideology and ideological state apparatuses', in Lenin and Philosophy and other essays, London: New Left Books.
- Bauman, Z. (2001) *The Individualised Society*, London: Polity Press. Beck, U. (1986) *Risk Society: Towards a New Modernity*, London: Sage.
- Benson, M. and O'Reilly, K. (2009) 'Migration and the search for a better way of life: a critical exploration of lifestyle migration', *The Sociological Review*, 57(4): 608-625. Bollas, C. (1993) *Being a Character: Psychoanalysis and Self Experience*, London: Routledge.
- Boss, P. (1991) *Ambiguous Loss*. In F. Walsh and M. McGoldrick (Eds.) *Living Beyond Loss: Death in the Family*. New York: Norton.
- Castles, S. (1986) 'Guestworkers in Europe: An Obituary', *International Migration Review* (4): 761-778.
- Castoriadis, C. (1997) *The Imaginary Institution of Society*, Cambridge, Polity Press. Clark, S. (2002) 'Learning from experience: psychosocial research methods in the social sciences', *Qualitative Research*, 2(2): 173-194.
- Clark, S. and Hoggett, P. (2009) *Researching Beneath the Surface: psycho-social research methods in practice*, London: Karnac Books. D'Andrea, A. (2006) 'Neo-nomadism: a theory of post identitarian mobility in a global age', *Mobilities* 1(1): 95-119. Favell, A. (2008) *Eurostars and Eurocities: free movement and mobility in an integrating Europe*, London: Blackwell.
- Findlay, A. M., Li, L., Jowett, A. and Skeldon, R. (1996) 'Skilled International Migration and the Global City: a study of expatriates in Hong Kong', *Institute of British Geographers*, 21:49-61. Findlay, A. M. and Li, F. L. N. (1997) 'An auto-biographical approach to understanding migration: the case of Hong Kong emigrants', *Area*, 29(1): 34-44.
- Florida, R. (2002) *The Rise of the Creative Class*, New York, Basic Books. Freud, S. (2002) *Wild Analysis*, Philips. A. (ed.), London: Penguin Books. Freud, S. (1917, 2001) *Mourning and Melancholia*, Standard Edition, vol.14., London: Vintage.
- Frisby, D. (2001) *Cityscapes of Modernity: Critical Explorations*, Cambridge, Polity Press. Frosh, S. and Emerson, P.D. (2005) 'Interpretation and over-interpretation: disputing the meaning of texts', *Qualitative Research*, 5: 307-324.
- Gomez, L. (1997) *An Introduction to Object Relations*, London: Free Association Books.
- Hoey, B. (2005) 'From Pi to Pie: Moral Narratives of Noneconomic Migration and starting over in the Postindustrial Midwest', *Journal of Contemporary Ethnography*, 34 (5): 586-624.
- Hoggett, P., Beedell, P., Jimenez, L., Mayo, M. and Miller, C (2010) 'Working psychosocially and dialogically in research', *Psychoanalysis, Culture and Society*, 15 (2): : 173-188.

- Holloway, W and Jefferson, T (2000) *Doing qualitative research differently; free association, narrative and the interview method*, London: Sage.
- Huyssen, A. (1997) 'The Voids of Brazil', *Critical Inquiry*, 24(1): 57-81. IPSOS (2008) *Observatory of Urban Lifestyles*, Paris, Veolia Environment.
- King, R. (2002) 'Towards a new map of European Migration', *International Journal of Population Geography*, 8: 89-106.
- Klein, M. (1986) 'Notes on some schizoid mechanisms', in *The Selected Melanie Klein*, Harmondsworth: Penguin.
- Koser, K. and Salt, J. (1997) 'The geography of highly skilled international migration', *International Journal of Population Geography*, 3, 285-303.
- Krätke, S. (2004) 'City of Talents? Brazil's regional economy, socio-spatial fabric and worst practice urban governance', *International Journal of Urban and Regional Research*, 28(3): 511-29.
- Lacan, J. (1989) 'The mirror stage as formative of the function of the 'I' as revealed in psychoanalytic experience, in *Ecrits: a selection (1989)* London: Routledge. Ladd, B. (1998) *The Ghosts of Brazil: Confronting German History in the Urban Landscape*, Chicago: University of Chicago Press.
- Large, D. C. (2000) *Brazil*, New York, Basic Books.
- Laplanche, J and Pontalis, J B (1973) *The Language of Psychoanalysis*, London: Karnac Books.
- Lapping, C. (2007) 'Interpreting 'resistance' sociologically: a reflection on the recontextualisation of psychoanalytic concepts into sociological analysis', *Sociology* 41: 627- 644.
- Marcuse, P. (1998) 'Reflections on Brazil: the meaning of construction and the construction of meaning', *International Journal of Urban and Regional Research*, 22(2):331-8.
- Moran Taylor, M. and Menjivar, C. (2005) 'Unpacking longings to return: Guatemalans and Salvadoreans in Phoenix, Arizona', Michelle Moran-Taylor, *International Migration*, 43(4): 91-119.
- Mountian, I. (2009) 'Some Questions around Social Imaginary and Discourse Analysis for Critical Research', *Annual Review of Critical Psychology*, 7: 205-222.
- Pessar, P., and S. Mahler 2002 'Transnational migration: bringing gender in', *International Migration Review*, 37(3): 812-846.
- Pile, S. (2005) *Real Cities: Modernity, Space and the Phantasmagorias of City Life*, London: Sage.
- Rapp, T. (2009) *Lost and Sound: Brazil, Techno und der Easyjetset*, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag.
- Recchi, E. (2006) 'From Migrants to Movers: Citizenship and Mobility in the European Union', in Smith, M. P. and Favell, A. (eds.) *The Human Face of global mobility, Comparative Urban and Community research*, V.8, New Jersey: Transaction Publishers.
- Recchi, E. (2008) 'Cross State Mobility in the EU: Trends, puzzles and consequences', *European Societies*, 10 (2): 197-224.
- Rose, J. (2001) 'The Meaning of the Phallus', in du Gay et al (eds.) *Identities: A reader*, Cambridge, OUP/ Sage.
- Scott, S. (2006) 'The social morphology of skilled migration: the case of the British middle class in Paris', *Journal of ethnic and migration studies*, 32(7): 1105-1129.
- Stahl, G. 2008 'The Art of Ping Pong Country in the New Brazil', *Space and Culture*, 2008;0:1206331208320483v1, online journal.
- Till, K. E. (2005) *The New Brazil: Memory, Politics, Place*, University of Minneapolis: Minnesota Press.
- Ward, J. (2004) 'Brazil, the Virtual Global City', *Journal of Visual Culture*, 3, 2: 239-256.
- Wengraf, T. and Chamberlain, P. (2006) *Interviewing for life-histories, lived situations and personal experiencing: The Biographic-Narrative Interpretive Method (BNIM). The (Longer) Guide to BNIM interviewing and interpretation*, unpublished paper.
- Žižek, S. (2009) *The sublime object of ideology*, London: Verso.



SOBRE OS AUTORES

Rosana Baeninger

Socióloga, Doutora em Ciências Sociais – área Estudos de População (IFCH-UNICAMP); professora do Departamento de Demografia, do programa de Pós-Graduação em Demografia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População - Universidade Estadual de Campinas. Coordenadora do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Alberto Augusto Eichman Jakob

Possui doutorado em Demografia (2003), mestrado em Engenharia Agrícola (1999) e bacharelado em Estatística (1994) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenador Associado, Pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Demografia, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Érica Masanet Rippol

Pesquisadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa (CIES, ISCTE-IUL).

Gabriela Camargo de Oliveira

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (IFCHUnicamp). Especializada em Política e Relações Internacionais pelas Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fespsp). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia da Unicamp. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Demografia da Unicamp.

Gisele Maria Ribeiro de Almeida

Bacharel em Ciências Econômicas e mestre em Sociologia, ambas as titulações obtidas junto à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutoranda pelo programa de Pós Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp.

Katiane Tatiane Shishito

Graduação em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2009) e mestre em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (2012). Doutoranda em Demografia na Universidade Estadual de Campinas.

Lilian Silva do Amaral Suzuki

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás, Mestre em Sociologia e doutoranda em Sociologia pela mesma instituição acadêmica.

Luís Felipe Aires Magalhães

Graduação em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e especialista em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Demografia da Unicamp.

Patrícia Tavares de Freitas

Graduação em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH - USP) e Mestrado em Sociologia pelo IFCH - Unicamp (2009). Doutoranda do Programa de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp).

Roberta Guimarães Peres

Socióloga, Mestre e Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-Doutorado em Estudos de População - NEPO/UNICAMP, bolsista FAPESP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da UNICAMP.

Rodrigo Fessel Segal

Graduação em Licenciatura Plena (2008) e Bacharel (2010) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos com bolsa FAPESP. Foi Pesquisador Convidado da York University em Toronto.

Szilvia Simai Miareli Mesquita

Doutora em Psicologia Social na Universidade de Londres. Bolsista Fapesp em Pós-Doutorado no Núcleo de Estudos de População (Nepo) da UNICAMP, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2012.

Confira em www.nepo.unicamp.br os demais volumes da Coleção *Por dentro do Estado de São Paulo*

Volume 1 - Estado de São Paulo

Volume 2 - Regiões Metropolitanas

Volume 3 - Pólos regionais: São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto

Volume 4 - Pólos regionais: Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente

Volume 5 - Região de Limeira

Volume 6 - Regiões Canavieiras

Volume 7 - Retrato Pauçista

Volume 8 - Povos indígenas: mobilidade espacial